**Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da**

**TAM S.A.**
Companhia Aberta – CVM n.º 016390
CNPJ n.º 01.832.635/0001-18 – NIRE n.º 35.300.150.007
Av. Jurandir, 856, Lote 4, 1º andar - CEP 04072-000 - São Paulo - SP

Código ISIN BRTAMMACNPR2
**30.190.000 Ações Preferenciais**
**R$ [•] por Ação Preferencial**

No contexto desta Oferta Pública, estima-se que o Preço de Distribuição estará situado entre R$ 18,00 e R$ 23,00, ressalvado, no entanto, que o Preço de Distribuição poderá, eventualmente, ser fixado fora desta faixa indicada.

A TAM S.A. e seus Acionistas Vendedores irão ofertar, inicialmente, 21.133.000 novas Ações a serem emitidas pela Companhia, por meio da Oferta Pública Primária e, inicialmente, 9.057.000 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, por meio da Oferta Pública Secundária, ambas a serem realizadas no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM n.° 400, em dois recintos distintos, a saber: na Bovespa, no caso da Oferta de Varejo, e em mercado de balcão não-organizado, no caso da Oferta Institucional. Adicionalmente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, conforme definidos na *Rule 144A* em operações isentas de registro segundo o *Securities Act*, e nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América) com base no *Regulation S*, editado pela *SEC*. Os investidores junto aos quais serão empreendidos esforços de colocação no exterior, incluindo-se os investidores institucionais qualificados conforme definidos na *Rule 144A*, para participarem da Oferta Pública, deverão estar registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM n.° 325 e na Resolução CMN n.° 2.689. A Oferta Pública será coordenada pelo Banco Pactual S.A., pelo Banco UBS S.A. e pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., sendo que o Banco Pactual S.A. será o coordenador líder para os fins da legislação aplicável, incluindo a Instrução CVM n.° 400. Se integralmente distribuídas através da Oferta Pública sem considerar as Ações do lote Suplementar e as Ações Adicionais, tais Ações representarão 20,98% do capital social total.

A quantidade total de Ações objeto da Oferta Pública poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Pública, compreendendo novas Ações a serem emitidas pela Companhia e/ou Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, nos termos de opção outorgada pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, ao Coordenador Líder e ao UBS, a ser exercida pelo UBS, por decisão conjunta de ambos, dentro de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Pública, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.

O Preço da Oferta por Ação será fixado após o término do período para a efetivação dos Pedidos de Reserva e a realização do procedimento de Bookbuilding pelas Instituições Intermediárias.

| Preço em R$ | Comissões em R$ | Recursos Líquidos am R$[(1)] |
|---|---|---|
| Por Ação | [-] | [-] |
| Oferta Primária[(2)] | [-] | [-] |
| Oferta Secundária[(2)] | [-] | [-] |
| Total | [-] | [-] |

*[(1)] Sem dedução das despesas da Oferta Pública.*
*[(2)] Os valores acima indicados não incluem as Ações do Lote Suplementar.*

Os investidores devem ler a seção *"V. Fatores de Risco"* nas páginas 47 a 54. A Oferta Pública foi aprovada com base em deliberação do Conselho de Administração da Companhia em [·]. Registro da Oferta Primária na CVM: CVM/SRE/SEC/2005[·], em [·] de 2005. Registro da Oferta Secundária na CVM: CVM/SRE/SEC/2005[·], em [·] de 2005. As ações da Companhia serão listadas no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa e negociadas sob o código "TAMM4".

*"O registro da presente distribuição pública não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as ações a serem distribuídas."*

**"A presente Oferta Pública foi elaborada de acordo com as disposições do Código de Auto Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários registrado no 5º Cartório de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro sob o n.º 497585, atendendo aos padrões mínimos de informação contido no referido Código, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora, das instituições participantes e dos títulos mobiliários objeto da oferta."**

***Coordenadores Globais e Bookrunners***

***Coordenador Líder*** ***Coordenador*** ***Coordenador***

***Instituições Subcontratadas***

A data deste Prospecto Preliminar é 20 de Maio de 2005.

As informações contidas neste prospecto preliminar estão sob análise da Comissão de Valores Mobiliários, a qual ainda não se manifestou a seu respeito.
O presente prospecto preliminar está sujeito a complementação e correção. O prospecto definitivo será entregue aos investidores durante o período de distribuição.

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ÍNDICE


| | | |
|---|---|---|
| **I.** | Glossário, Abreviaturas e Termos Definidos | 5 |
| **II.** | Sumário do Prospecto | 13 |
| **III.** | Informações sobre a Oferta Pública | 29 |
| **IV.** | Identificação dos Administradores, Consultores e Auditores | 44 |
| **V.** | Fatores de Risco | 47 |
| **VI.** | Declarações e Informações Prospectivas | 55 |
| **VII.** | Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações | 56 |
| **VIII.** | Destinação dos Recursos | 57 |
| **IX.** | Capitalização | 58 |
| **X.** | Diluição | 59 |
| **XI.** | Informações sobre o Mercado | 60 |
| **XII.** | Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas | 63 |
| **XIII.** | Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais | 68 |
| **XIV.** | Visão Geral do Setor | 95 |
| **XV.** | Atividades da Companhia | 98 |
| **XVI.** | Regulação da Aviação Civil Brasileira | 125 |
| **XVII.** | Administração | 132 |
| **XVIII.** | Principais Acionistas | 137 |
| **XIX.** | Transações com Partes Relacionadas | 139 |
| **XX.** | Descrição do Capital Social | 140 |
| **XXI.** | Dividendos e Política de Dividendos | 145 |


## ANEXOS


| | | |
|---|---|---|
| **ANEXO A** – | Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em [13] de Junho de 2005 | A-1 |
| **ANEXO B** – | Estatuto Social | B-1 |
| **ANEXO C** – | Modelo do Boletim de Subscrição | C-1 |
| **ANEXO D** – | Modelo de Contrato de Compra e Venda de Ações | D-1 |
| **ANEXO E** – | Informações Financeiras Interinas Consolidadas Condensadas, não auditadas em 31 de março de 2005 e para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e respectivo relatório de revisão limitada dos auditores independentes | E-1 |
| **ANEXO F** – | Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e respectivo parecer dos auditores independentes | F-1 |
| **ANEXO G** – | Informações Trimestrais – ITR – 31 de março de 2005 não auditadas e respectivo relatório de revisão limitada dos auditores independentes | G-1 |
| **ANEXO H** – | DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas em 31 de dezembro de 2004 e para o exercício findo naquela data e respectivo parecer dos auditores independentes | H-1 |
| **ANEXO I** – | Informações Anuais – IAN (apenas informações não incluídas neste Prospecto) | I-1 |

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# I. GLOSSÁRIO, ABREVIATURAS E TERMOS DEFINIDOS

Para os fins deste Prospecto, as afirmações feitas em primeira pessoa do plural e os pronomes "nós", "nossa", "nosso", "nossas" e "nossos" referem-se à Companhia e suas controladas.

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| Acionistas Vendedores ou Principais Acionistas | Aerosystem e os Fundos de Investimento. |
| Ações | 21.133.000 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, com direito de voto restrito a determinadas matérias a serem emitidas pela Companhia e 9.057.000 ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, com direito de voto restrito a determinadas matérias, de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, as quais encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, a serem distribuídas na Oferta Pública. |
| Ações Adicionais | Quantidade de Ações equivalentes a até 20% da quantidade de Ações inicialmente ofertadas que, conforme art. 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM n.° 400, poderão ser acrescidas à Oferta Pública a critério da Companhia e dos Acionistas, do Coordenador Líder e do Banco UBS S.A. |
| Administração | A administração da Companhia. |
| Administradores | Membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia. |
| Aerosystem | Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações |
| Agentes de Colocação Internacional | Pactual Capital Corporation, UBS Securities LLC e Unibanco Securities Inc. |
| Air France | Societé Air France |
| American Airlines | American Airlines, Inc. |
| Anúncio de Encerramento | Anúncio divulgando o encerramento da Oferta Pública. |
| Anúncio de Início | Anúncio divulgando o início da Oferta Pública a ser publicado após a concessão pela CVM dos registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária. |
| Anúncio de Retificação | Anúncio a ser publicado na hipótese de modificação na Oferta Pública, conforme dispõe o art. 27 da Instrução CVM n.º 400, que deverá ocorrer por meio dos jornais nos quais realizamos nossas publicações, incluindo aqueles veículos utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início. |
| Art. | Artigo (de leis, instruções etc.). |
| ASK | *Available seat kilometers*, ou assento-quilômetro disponível, ou quantidade de quilômetros voados por assentos disponíveis, que corresponde ao produto da multiplicação da quantidade de assentos disponíveis em todas as aeronaves pela distância em quilômetros dos vôos da Companhia. |
| Aviso ao Mercado | Aviso ao mercado a ser publicado pela Companhia e pelos Coordenadores informando o início do Período de Reserva e do Procedimento de *Bookbuilding*. |
| Banco Central | Banco Central do Brasil |
| BELF | *Break-even load factor*, ou taxa de ocupação em que as receitas são equivalentes aos custos e despesas operacionais. |

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| Bovespa | Bolsa de Valores de São Paulo |
| BRA | BRA Transportes Aéreos Ltda. |
| Brasil | República Federativa do Brasil. |
| BR GAAP | As práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, e das normas e regulamentos da CVM e das normas de contabilidade adotadas pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil. |
| CADE | Conselho Administrativo de Defesa Econômica |
| CAE | CAE, Inc. |
| CASK | Custo por ASK, ou quociente da divisão dos custos operacionais totais pela quantidade de assentos disponíveis por quilômetro. O resultado é apresentado em centavos de reais por assento-quilômetro. |
| CBLC | Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, a câmara de compensação da Bovespa. |
| CERNAI | Comissão de Estudos Relativos à Navegação Internacional |
| CHOA ou CHETA | Certificado de Homologação de Operador Aéreo, que corresponde ao Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo – CHETA. |
| Código Brasileiro de Aeronáutica | Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986. |
| Companhia | TAM S.A. |
| CONAC | Conselho Nacional de Aviação Civil |
| Conselho de Administração | O conselho de administração da Companhia. |
| Contrato de Distribuição | Contrato de Distribuição Pública de Ações Preferenciais sob o Regime de Garantia Firme, celebrado entre os Coordenadores, a Companhia, os Acionistas Vendedores e a CBLC em [●] de [●] de 2005. |
| Contrato de Estabilização | Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço das Ações Preferenciais de Emissão da TAM S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o UBS, e a UBS Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., em [●] de [●] de 2005, tendo como principal objetivo a estabilização do preço da Ação após o início de negociação das Ações objeto da Oferta Pública na Bovespa. |
| Coordenador Líder | Banco Pactual S.A. |
| Coordenadores | Banco Pactual S.A., Banco UBS S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. |
| Corretoras Consorciadas | Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição autorizadas a operar na Bovespa e indicadas no Aviso ao Mercado e no Anúncio de Início. |
| Corretoras Não-Consorciadas | Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição autorizadas a operar na Bovespa, que participarão exclusivamente da Oferta de Varejo. |
| COTAC | Comissão de Coordenação do Transporte Aéreo Civil. |
| CPMF | Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira. |

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| CVM | Comissão de Valores Mobiliários |
| DAC | Departamento de Aviação Civil |
| Data de Liquidação | Terceiro dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início. |
| DECEA | Departamento de Controle do Espaço Aéreo |
| Diretor de Pregão | Diretor do pregão da Bovespa na data da Oferta Pública na Bovespa. |
| DGAC | *Direction Generale de L'Aviation Civile* |
| dólar, dólares, dólares norte-americanos ou US$ | A moeda corrente nos Estados Unidos da América. |
| EASA | European Aviation Safety Agency |
| EBIT | *Earnings Before Interest and Tax*, ou lucro antes da participação de acionistas minoritários, imposto de renda e contribuição social, receitas (despesas) financeiras, resultado não operacional líquido e outras despesas operacionais líquidas. |
| EBITDA | *Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*, ou lucro antes dos acionistas minoritários, imposto de renda e contribuição social, receitas (despesas) financeiras, resultado não operacional líquido, outras despesas operacionais líquidas e depreciações e amortizações. |
| EBITDAR | *Earnings Before Interest, Tax, Depreciation, Amortization and Rentals*, ou lucro antes dos acionistas minoritários, imposto de renda e contribuição social, receitas (despesas) financeiras, resultado não operacional líquido, outras despesas operacionais líquidas, depreciações e amortizações e arrendamento de aeronaves e equipamentos. |
| ETOPS | *Extended Twin-Engine Operations* (mais alta certificação de padrão internacional para as técnicas de manutenção de aeronaves) |
| FAR | *Federal Aviation Regulation* (certificação americana para operações) |
| FGV | Fundação Getúlio Vargas |
| FINAME | Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais |
| FINIMP | Financiamento à Importação |
| Fundos de Investimento | Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações, Brazilian Equity Investments III LLC, Brazilian Equity LLC, Latin America Capital Partners II LLC e Latin America Capital Partners PIV LLC. |
| GDS | *Global Distribution Systems*, sistemas eletrônicos de distribuição de passagens utilizados por grande parte das companhias aéreas mundiais. |
| Gol | GOL Linhas Aéreas Inteligentes S.A. |
| horas voadas | Tempo médio diário de vôo da aeronave computado entre o momento da partida e o corte do motor. |
| Hotran | Horário de Transporte Aéreo, que é a autorização concedida pelo DAC para que uma companhia aérea preste serviços aéreos regulares em uma determinada rota em um determinado horário. |
| IATA | *International Air Transport Association* |

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| ICAO | *International Civil Aviation Organization* |
| IGPM | Índice Geral de Preços - Mercado, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas |
| INFRAERO | INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, autoridade aeroportuária federal. |
| INPC | Índice Nacional de Preços ao Consumidor, calculado e divulgado pelo IBGE. |
| INPI | Instituto Nacional de Propriedade Intelectual |
| Interferências Vendedoras | Interferências vendedoras de Terceiros Vendedores na Oferta Pública na Bovespa, realizadas em conformidade com o procedimento descrito no Aviso ao Mercado e na *seção "III. Informações sobre a Oferta-Procedimento da Oferta Pública"*. |
| Instituições Subcontratadas | BB Banco de Investimento S.A., Banco Calyon Brasil S.A., ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. e Banco Santander S.A. |
| Instituições Participantes da Oferta Pública | Em conjunto, os Coordenadores, as Instituições Subcontratadas e as Participantes Especiais. |
| Instrução CVM n.° 325 | Instrução da CVM n.° 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada. |
| Instrução CVM n.° 400 | Instrução da CVM n.° 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada. |
| Investidor Não-Institucional | Investidores pessoas físicas ou jurídicas que não sejam considerados Investidores Institucionais e clubes de investimento. |
| Investidor Institucional | Investidores pessoas físicas e jurídicas cujos valores de investimento excedam o Valor Máximo de Investimento estabelecido para Oferta de Varejo, fundos e clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou Bovespa, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, pessoas jurídicas com patrimônio líquido superior a R$ 5.000.000,00 e determinados investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000, e da Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000. |
| IPCA | Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado e divulgado pelo IBGE. |
| KPMG | KPMG Auditores Independentes. |
| LAPSA | Líneas Aéreas Paraguayas S.A. |
| Lei das Sociedades por Ações | Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme modificada. |
| LIBOR | *London Interbank Offered Rate.* |

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| Lock-up Agreement | Acordo celebrado entre a Companhia, os Administradores, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores pelo qual a Companhia, os Administradores e os Acionistas Vendedores obrigaram-se a não dispor ou onerar suas ações de emissão da Companhia em certas circunstâncias por período de até 180 dias após a assinatura do Contrato de Distribuição. |
| Lote Suplementar | Quantidade de Ações, equivalente a até 15% das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais), que poderá ser acrescido, conforme opção outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e UBS. |
| MAPFRE | MAPFRE Seguros |
| n.a. | Não aplicável. |
| Nível 2 | Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa. |
| Nova Fronteira | Agropecuária Nova Fronteira Ltda. |
| Número de etapas | Número de ciclos operacionais realizados por nossas aeronaves que correspondem ao conjunto de decolagem, vôo e aterrissagem. |
| Oceanair | Oceanair Linhas Aéreas Ltda. |
| Oferta de Varejo | Oferta das Ações junto a Investidores Não-Institucionais a ser realizadas na Bovespa. |
| Oferta Institucional | Oferta das Ações a ser realizada em mercado de balcão não organizado. |
| Oferta Pública | Conjuntamente, a Oferta Primária e a Oferta Secundária, a serem realizadas, no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM n.° 400, em dois recintos distintos, a saber: na Bovespa, no caso da Oferta de Varejo, e em mercado de balcão não-organizado, no caso da Oferta Institucional. |
| Oferta Primária | Distribuição pública primária de 21.133.000 novas ações preferenciais, nominativas escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia. |
| Oferta Secundária | Distribuição pública secundária de 9.057.000 ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores. |
| Opção de Lote Suplementar | Opção outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder e ao UBS para aquisição do Lote Suplementar, a ser exercida por decisão conjunta dos mesmos no prazo de até 30 dias contado da data da publicação do Anúncio de Início, destinado a atender a um eventual excesso de demanda constatado no decorrer da Oferta Pública. |
| Pantanal | Pantanal Linhas Aéreas S.A. |
| Partes Vinculadas | Investidores que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta Pública, ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta Pública, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, conforme dispõe o art. 55 da Instrução CVM n.º 400. |

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| Participantes Especiais | Corretoras Consorciadas e Corretoras Não-Consorciadas, instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição, habilitadas ao recebimento de Pedidos de Reserva no âmbito da Oferta de Varejo no recinto da Bovespa, conforme indicado no Aviso ao Mercado. |
| passageiros transportados pagantes | Quantidade total de passageiros que efetivamente pagaram e voaram em todos os vôos da Companhia. |
| Passaredo | Passaredo Transportes Aéreos Ltda. |
| pax | Passageiro. |
| Pedido de Reserva | Instrumento por meio do qual cada Investidor Não-Institucional que desejar participar da Oferta de Varejo poderá solicitar sua reserva para aquisição de Ações, por intermédio dos Participantes Especiais. |
| Período de Reserva | 30 de maio a 2 de junho de 2005, relativo ao período no qual os Investidores Não-Institucionais poderão apresentar seus respectivos Pedidos de Reserva, cada qual junto a um único Participante Especial, observadas as restrições impostas para os Investidores Não-Institucionais que sejam Parte Vinculada. |
| Período de Colocação | Prazo de até 3 dias úteis, contado da data da publicação do Anúncio de Início. |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| *Placement Facilitation Agreement* | Contrato celebrado entre os Agentes de Colocação Internacional, a Companhia e os Acionistas Vendedores regulando os esforços de colocação nos Estados Unidos da América para Investidores Estrangeiros. |
| Plano de Contas do DAC | Portaria nº 33 do DAC, de 13 de janeiro de 2005, que estabelece os valores de tarifas domésticas de embarque, pouso, permanência e preços unificados de utilização da infra-estrutura aeroportuária. |
| Preço de Distribuição | R$ [●] por Ação. |
| PricewaterhouseCoopers | PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes |
| Procedimento de *Bookbuilding* | Processo de fixação do Preço de Distribuição de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do art. 170 da Lei das Sociedades por Ações, e ajustado para refletir as intenções de investimento coletadas pelo Coordenador Líder e pelo UBS, conforme previsto no art. 44 da Instrução CVM n.° 400. |
| Programa Fidelidade TAM | Programa de fidelidade da TAM Linhas Aéreas. |
| Prospecto | Este Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Companhia |
| Prospecto Definitivo | O Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Preferenciais de Emissão da Companhia. |
| RAB | Registro Aeronáutico Brasileiro. |
| RASK | Receita por ASK ou quociente da divisão da receita operacional total pela quantidade de assentos disponíveis por quilômetro. O resultado é apresentado em centavos de reais por assento-quilômetro. |
| RASK de passageiro | Quociente da divisão da receita operacional total de transporte de passageiros pela quantidade de assentos disponíveis por quilômetro. O resultado é apresentado em centavos de reais por assento/quilômetro. |

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| Regulamento do Nível 2 | Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa para Companhias Detentoras de Padrão de Governança Corporativa do Nível 2. |
| *Regulation S* | *Regulation S* editado pela *SEC*. |
| Resolução CMN n.° 2.689 | Resolução do Conselho Monetário Nacional n.° 2.689, de 26 de janeiro de 2000, que dispõe sobre aplicações de investidor não residente nos mercados financeiro e de capitais. |
| RPK | *Revenue passenger kilometer* receita por ou passageiro-quilômetro transportado, que corresponde ao produto da multiplicação da quantidade de passageiros transportados pagantes pela quantidade de quilômetros voados. |
| *Rule 144A* | *Rule 144A* editada pela *SEC*. |
| SEC | *Securities and Exchange Commission*, órgão regulador do mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos da América. |
| *Securities Act* | *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado. |
| SELIC | Taxa diária baseada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia. |
| slot | O direito de colocar ou pousar uma aeronave em determinado aeroporto durante determinado período de tempo. |
| TAM Express | Unidade de negócios de cargas da TAM Linhas Aéreas. |
| TAM Marília | TAM Taxi Aéreo Marília S.A. |
| TAM Mercosur | Transportes Aéreos del Mercosur S.A. |
| TAM Meridionais | TAM - Transportes Aéreos Meridionais S.A., que posteriormente alterou sua denominação social para TAM Linhas Aéreas S.A. |
| TAM Milor | TAM Milor – Táxi Aéreo, Representações, Marcas e Patentes S.A., sociedade controlada pela família Amaro. |
| TAM Regionais | TAM Transportes Aéreos Regionais S.A., sociedade incorporada pela TAM Meridionais. |
| TAM Viagens | Fidelidade Viagens e Turismo Ltda. |
| tarifa média | Quociente da divisão da receita proveniente de transporte de passageiros pela quantidade de passageiros transportados pagantes. |
| taxa de ocupação *(load factor)* | Percentual das aeronaves que estão sendo ocupadas nos vôos, calculada pelo quociente entre RPK e ASK. |
| taxa de utilização de aeronave | Número médio de horas por dia em que a aeronave esteve em operação. |
| Taxa DI | Taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (DI) calculada pela CETIP e expressa em taxa efetiva anual, base 252 dias úteis. |
| TEP | TAM - Empreendimentos e Participações S.A., principal acionista da Companhia. |
| TAM Linhas Aéreas | TAM Linhas Aéreas S.A. |
| Terceiros Vendedores | Acionistas que tiverem a intenção de realizar a venda de ações preferenciais de nossa emissão, mediante interferência na Oferta Pública na Bovespa, em conformidade com o procedimento descrito no Aviso ao Mercado e na seção *"III. Informações sobre a Oferta-Procedimento da Oferta Pública"*. |

| Termo ou expressão | Significado |
|---|---|
| TJLP | Taxa de Juros de Longo Prazo |
| TransAmérica | Trans América Línea Aérea S.A. |
| Total | Total Linhas Aéreas S.A. |
| Trip | Trip Transporte Aéreo Regional do Interior Paulista Ltda. |
| Unibanco AIG | Unibanco AIG Seguros e Previdência. |
| U.S. GAAP | *United States Generally Accepted Accounting Principles* ou princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. |
| UBS | Banco UBS S.A. |
| Valor Máximo de Investimento | Valor máximo de investimento da Oferta de Varejo por Investidor Não-Institucional. |
| Valor Mínimo de Investimento | Valor mínimo de investimento da Oferta de Varejo por Investidor Não-Institucional. |
| Varig | "VARIG", S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense) |
| Vasp | Viação Aérea São Paulo S/A |
| *yield* | Valor médio pago por passageiro para voar um quilômetro. |

# II. SUMÁRIO DO PROSPECTO

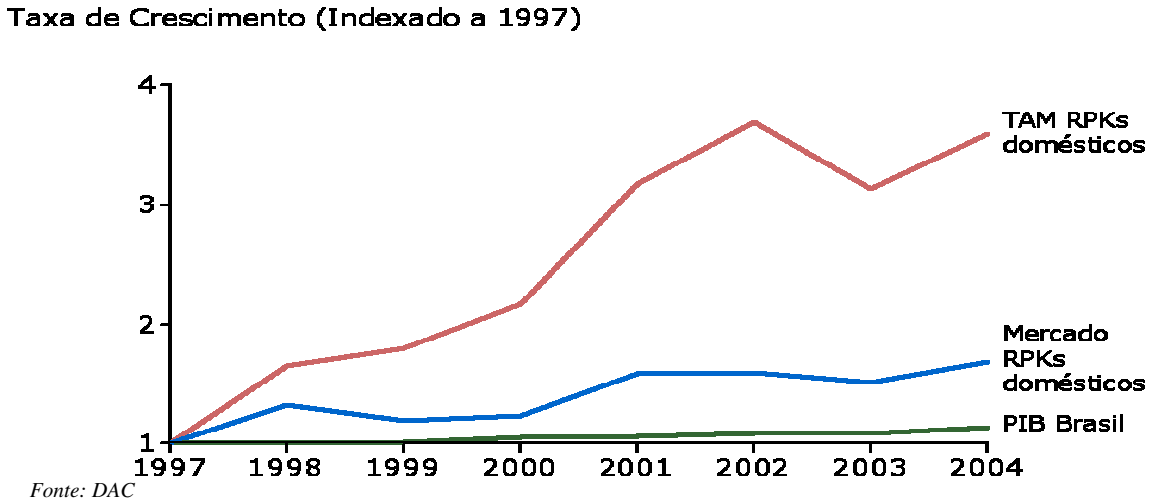
*Este sumário não pretende ser completo e não substitui o restante deste Prospecto. Por ser um resumo, este sumário não contém todas as informações que o investidor deve levar em conta antes de investir nas Ações. O investidor deve ler todo o Prospecto cuidadosamente, incluindo a seção "V. Fatores de Risco" e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e não auditadas (e suas respectivas notas) incluídas neste Prospecto.*

**Visão Geral**

Somos uma companhia que, através de nossas subsidiárias operacionais TAM Linhas Aéreas e TAM Mercosur, presta serviços de transporte aéreo regular no Brasil e no exterior. Somos líderes no mercado doméstico de aviação, com uma participação de 41,73% no mercado doméstico em 31 de março de 2005 e 41,2% em 31 de dezembro de 2004 medido em RPKs, conforme dados do DAC. Cobrimos toda a extensão do território nacional, atendendo o maior número de destinos no Brasil, operando linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas para 44 cidades, além de outros 29 destinos nacionais que atingimos através de alianças regionais com outras companhias aéreas. Atendemos, ainda, 10 destinos internacionais e fornecemos conexões para diversos outros destinos fora do Brasil por meio de acordos comerciais com a American Airlines, Air France e outras. Oferecemos maior conveniência aos nossos passageiros em termos de freqüência e vôos diretos entre os principais aeroportos a preços competitivos. Transportamos cerca de 12 milhões de passageiros em vôos domésticos e 1 milhão de passageiros em vôos internacionais no ano de 2004. Realizamos nesse período uma média de 435 decolagens diárias. Com o objetivo de atender a demanda do mercado brasileiro, atendemos primordialmente o mercado executivo, mas também desenvolvemos atividades de turismo, lazer e cargas como complemento de nossas atividades, visando o melhor aproveitamento de nossas aeronaves.

Operamos atualmente com uma frota de 85 aeronaves arrendadas, composta predominantemente por aeronaves Airbus modelos A330, A320 e A319, bem como aeronaves modelo Fokker 100, e contamos atualmente com cerca de 8 mil funcionários.

Somos uma companhia que demonstra, ao longo de seus 29 anos, uma história de crescimento sustentado e capacidade de adaptação comprovada aos diversos momentos pelos quais passou a aviação civil no Brasil e no mundo. De acordo com a IATA, o Brasil é atualmente o 5º maior mercado mundial de aviação, e possui uma das mais movimentadas pontes-aéreas no mundo entre São Paulo-Rio de Janeiro. Nos últimos 7 anos, apresentamos crescimento significativamente superior ao do mercado doméstico, conforme ilustrado no gráfico abaixo:




*Fonte: DAC*

Temos uma forte cultura organizacional, legado de nosso fundador, Comandante Rolim Adolfo Amaro, que permeia todos os níveis da companhia e continua a nortear as ações da Administração em seu dia-a-dia. Essa cultura é evidenciada por toda nossa linha de frente e integra os treinamentos oferecidos aos novos colaboradores de forma que toda a empresa atue em consonância com as melhores práticas e nosso diferencial de serviços. Transmitimos constantemente aos nossos funcionários nossa missão de sermos a mais rentável e maior empresa de transportes aéreos da América Latina, com uma reputação de excelência operacional, gerencial e ética.

**Nossas Vantagens Competitivas**

Nossas principais vantagens competitivas são:

- **Serviços diferenciados a preços competitivos.** Oferecemos a melhor combinação de malha aérea e freqüência de rotas, com atendimento diferenciado, alta pontualidade e preços competitivos com base em:

  - *ampla malha aérea doméstica:* nossa malha aérea doméstica atende 44 destinos no Brasil. Através de nossas alianças regionais com a Oceanair, Pantanal, Passaredo, Total e Trip, somos capazes de atingir mais 29 destinos nacionais;

  - *conveniência de horários com alta pontualidade:* apresentamos uma maior oferta de freqüências de vôos com alta pontualidade que os nossos concorrentes nacionais. Segundo o DAC, apresentamos o maior índice de eficiência operacional no mercado doméstico em 2004, com uma média de 87,4%, comparável aos melhores padrões mundiais, correspondendo à ação combinada da regularidade e da pontualidade, ou seja, vôos realizados dentro dos horários previstos;

  - *malha internacional eficiente, sustentando o serviço doméstico:* operamos atualmente, de forma rentável e seletiva, 10 destinos internacionais (8 na América Latina e 2 destinos intercontinentais), com forte demanda por parte do público brasileiro. Atendemos também diversos outros destinos na América do Norte e na Europa por meio dos nossos acordos com a American Airlines e a Air France, respectivamente;

  - *vôos diretos*: em 31 de março de 2005, operávamos 61% e 41% mais vôos diretos que Varig e Gol, respectivamente, com 28% e 59% mais freqüências diárias em relação à Varig e Gol, respectivamente, calculados a partir de dados disponibilizados pelo DAC; e

  - *serviços especiais:* desenvolvemos serviços especiais para atender demandas específicas e otimizar a utilização de nossas aeronaves, tais como vôos noturnos e em feriados com tarifas promocionais.

- **Foco na gestão de custos.** Somos uma companhia aérea com baixo custo operacional. Em 2003, iniciamos a implementação de um projeto de reestruturação visando a melhoria no aproveitamento de nossas aeronaves, equilibrando efeitos macroeconômicos negativos advindos do setor de aviação mundial, aumento do preço dos combustíveis e da variação do real. Implementamos uma significativa redução de custos, concentrando nossos esforços na revisão de gastos operacionais e administrativos. Entre os exercícios de 2002 e 2003, nossa margem de EBIT aumentou 6,2 pontos percentuais. No exercício de 2004 tivemos um aumento de 7,4 pontos percentuais, atingindo um EBIT de R$ 294 milhões. As principais medidas para a redução de custos são:

  - *utilização eficiente de nossas aeronaves:* conseguimos aumentar significativamente a taxa de ocupação média de nossas aeronaves e a média diária de horas voadas por avião devido à otimização da nossa malha e frota. Saímos de uma taxa de ocupação anual média de 55% em 2002 para 61% em 2003 e 66% em 2004. Paralelamente, aumentamos as horas voadas diárias por avião de 8,6 em dezembro de 2002 e 7,5 em dezembro de 2003 para 10,7 em 31 de dezembro de 2004. Em 31 de março de 2005, a taxa de ocupação média de nossas aeronaves era de 69,9%, e voamos 10,59 horas por aeronave.

- *frota moderna e flexível:* dispomos de uma das frotas mais novas do setor, com uma idade média de 7,8 anos em 31 de março de 2005, o que permitiu a redução de custos de operação e manutenção. Operamos predominantemente aeronaves Airbus, tanto *narrow bodies* quanto *wide bodies,* além de aeronaves Fokker, as quais nos conferem flexibilidade para atender rotas de diferentes densidades. Todas as nossas aeronaves são equipadas com os mais avançados equipamentos e tecnologia, o que garante melhores índices de confiabilidade, conforto e segurança ao passageiro;

- *manutenção própria:* temos nossa própria equipe de manutenção, com um centro de manutenção no município de São Carlos, no interior do Estado de São Paulo, que está capacitado para atender todas as aeronaves da nossa frota em prazo reduzido, a um custo de mão-de-obra que acreditamos ser menor que aquele de nossos concorrentes. No nosso centro de manutenção realizamos toda a manutenção dos cascos de nossas aeronaves, além de prestarmos serviços para outras companhias aéreas da América Latina. Desta forma, diminuímos o tempo de manutenção das nossas aeronaves e conseqüentemente obtemos uma melhor utilização de nossas aeronaves; e

- *utilização de tecnologia nos processos operacionais:* além de utilizar sistemas mundialmente reconhecidos para auxiliar atividades tais como administração da malha e frota, desenvolvemos sistemas próprios de gestão interna com soluções inovadoras que permitem maior agilidade e presteza no desenvolvimento de nossas atividades diárias. Recentemente finalizamos a implementação do nosso Portal *e*-TAM, que desintermedia as vendas efetuadas por nossos canais indiretos, além de nos trazer maior agilidade para tomada de decisões e flexibilidade no comissionamento das vendas.

- **Serviços e produtos inovadores aliados a uma marca forte e ao nosso "espírito de servir".** Nossa cultura organizacional está fundamentada na prestação de serviços diferenciados aos nossos clientes. Procuramos, consistentemente, tornar a viagem mais conveniente e prazerosa para os nossos passageiros. Conseguimos posicionar nossa marca para que fosse associada com atendimento superior e aeronaves e operações tecnologicamente avançadas. Em 2004, fomos considerados a 8ª empresa mais admirada do Brasil na pesquisa anual realizada pela revista brasileira de negócios Carta Capital/Interscience. Pretendemos ser uma empresa focada no cliente, traduzindo em todas as nossas ações o nosso "espírito de servir". Alguns exemplos do nosso "espírito de servir" são:

  - alta pontualidade e regularidade dos vôos;

  - nossa frota moderna, com interiores projetados para proporcionar maior conforto aos nossos passageiros, com espaço entre poltronas acima da média do mercado e com a mais larga poltrona intermediária nas nossas aeronaves modelo Airbus;

  - gentileza no trato com o passageiro, como, por exemplo, o cumprimento aos passageiros pelo comandante da aeronave no momento do embarque, tripulantes e atendentes sorridentes e gentis e nosso tapete vermelho;

  - única empresa a oferecer em vôos domésticos entretenimento na forma de vídeo e áudio, além de serviço de bordo composto por refeições ou lanches e revista de bordo;

  - opções de auto-atendimento para *check-in* nos principais aeroportos; e

  - canal aberto de comunicação com nossos clientes, através do nosso *call center*, do nosso programa Fale com o Presidente e *chats* com atendimento on-line no nosso Portal *e*-TAM.

- **Programa Fidelidade TAM.** Fomos a primeira companhia aérea a oferecer um programa de fidelidade no Brasil e hoje contamos com mais de 2,6 milhões de associados. Nosso programa de fidelização é uma forte ferramenta de relacionamento e acreditamos que, por não impor restrições em vôos ou número de assentos disponíveis para associados que estejam resgatando pontos, é o programa de fidelidade mais flexível do mercado. Associados do programa podem facilmente acumular pontos voando pela TAM ou por suas parceiras, fazendo compras utilizando os cartões de crédito do programa ou utilizando serviços e produtos de estabelecimentos parceiros. Por fim, o Programa de Fidelidade TAM fortalece a comunicação com nossos clientes.

- **Equipe administrativa experiente e profissionais motivados.** Temos uma equipe experiente, alinhada e engajada no cumprimento da missão e visão estratégica da companhia. Entendemos que nosso potencial de crescimento está diretamente ligado à nossa capacidade de atrair e manter os melhores profissionais. Nossa Administração faz grandes investimentos de recursos e tempo na seleção de pessoas com grande potencial e que se enquadram em nossa cultura empreendedora. As pesquisas de clima, seguidas de reuniões, palestras e planos de ação, assim como o Fale com o Presidente Interno e toda a política de incentivos (funcionário do mês, cafés da manhã, almoços com a Diretoria, etc.) são políticas ativas e instrumentos de comunicação e integração importantes. Nosso centro de treinamento tem capacidade para atender mais de 750 alunos/dia em cursos certificatórios e gerenciais. Implementamos em 2004, ainda, uma política de remuneração variável à Diretoria alinhada aos objetivos táticos da Companhia e uma agressiva política de participação nos lucros e resultados.

- **Liquidez e solvência.** Nossa melhor condições de liquidez e solvência nos permitem, por exemplo, flexibilidade para negociar novos contratos de arrendamento e ampliar nossa frota em condições mais favoráveis.

**Nossas Estratégias**

Nossa prioridade estratégica é consolidar e ampliar a liderança no mercado doméstico de passageiros, obtendo alta rentabilidade. Buscamos essa meta através da oferta de serviços com relação valor-preço superior, da continuidade da redução de custos e do melhor aproveitamento do capital empregado. Para atingir esses objetivos, nossas estratégias são:

- **Focar no atendimento ao cliente.** Atendimento diferenciado e de alta qualidade é o princípio básico da nossa estratégia. Procuramos, consistentemente, tornar a viagem mais conveniente e prazerosa para os nossos passageiros. Buscamos continuamente aperfeiçoar nosso serviço e reforçar nosso comprometimento com o cliente.

- **Buscar continuamente oportunidades de aumento de receita com rentabilidade.** Continuaremos a oferecer o que acreditamos ser a melhor relação valor-preço do mercado, oferecendo serviços mais convenientes com atendimento de maior qualidade a preços competitivos. Nossa intenção é aumentar nossas receitas com rentabilidade através de:

    - *expansão no mercado executivo.* Consolidação e ampliação da nossa tradicional base de passageiros executivos e viagens de negócios, que acreditamos representar cerca de 80% da nossa demanda, através de uma atuação mais próxima do mercado corporativo e dos canais de venda tradicionalmente servidores desse público-alvo;

    - *crescimento de nossas atividades no segmento de viagens de turismo e lazer.* Estamos atualmente capturando demanda adicional no segmento de turismo e lazer através de promoções específicas para feriados e eventos locais por meio de nossas atividades regulares. Também atendemos o segmento de turismo por meio de: (i) venda de horas de aeronaves para fretamentos turísticos e (ii) venda de pacotes turísticos através da TAM Viagens, nossa subsidiária indireta controlada pela TAM Linhas Aéreas. Acreditamos que somos a maior operadora de fretamentos no Brasil, representando uma receita bruta de R$235 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representa cerca de 5% de nossas receitas consolidadas. Também temos, através de nossa subsidiária TAM Viagens, a segunda maior operadora de viagens de turismo e lazer do país;

    - *expansão seletiva no mercado internacional.* Estamos consolidando nossa participação nos principais destinos na América Latina, e buscaremos reforçar nossa posição intercontinental com maior número de freqüências e novos destinos que suportem a nossa estratégia doméstica; e

    - *expansão do nosso segmento de cargas.* Estamos buscando maior utilização dos espaços dos porões de nossas aeronaves para desenvolver o segmento de cargas, sem prejuízo de nossa busca pelo melhor atendimento das necessidades de nossos passageiros. O segmento de transporte de cargas representou R$319 milhões, ou 6,7% de nossas receitas consolidadas em 31 de dezembro de 2004.

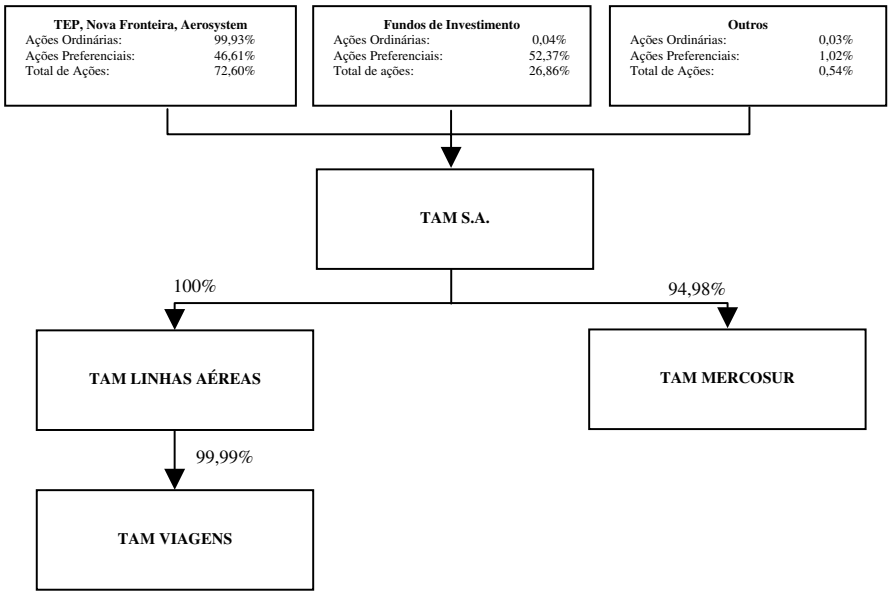
- **Otimizar a utilização da nossa frota com a redução contínua de nossos custos operacionais.** Entendemos que o sucesso da implementação de nossa estratégia está intimamente ligado à redução de custos e ao melhor aproveitamento do capital empregado. Pretendemos atingir esse objetivo através de:

  - *manutenção de uma frota padronizada, eficiente e flexível:* continuaremos a manter o tamanho da nossa frota otimizada, com o menor número de "famílias" possível, de maneira a manter um baixo custo de manutenção e operação de nossa frota. Manteremos uma alta utilização de nossas aeronaves. Buscamos, ainda, manter uma frota flexível, com aeronaves capazes de facilmente se adequar ao nível da demanda de cada rota; e

  - *aumento da produtividade através de redesenho de processos e utilização de tecnologia:* após nossa reestruturação em 2003, implementamos uma política de redução de custos visando aumentar nossa produtividade através de novas ferramentas de tecnologia da informação, redesenho de processos, realocação de mão de obra e terceirização de atividades não estratégicas. Além disso, esperamos obter ganhos de escala com o crescimento das atividades da Companhia.

Somos uma companhia *holding* cujos principais acionistas são sociedades detidas pela família Amaro e os Fundos de Investimento. Nossa sede está localizada na Av. Jurandir, 856 – Lote 4, 1º andar, CEP 04072-000, São Paulo, SP, Brasil. O nosso número de telefone é (55 11) 5582-8817, o endereço do nosso website é www.tam.com.br e o e-mail do nosso Departamento de Relações com Investidores é invest@tam.com.br. Os investidores deverão se basear exclusivamente nas informações contidas neste Prospecto e nos comunicados ao mercado publicados pela Companhia para a tomada de sua decisão de investimento nas Ações. As informações contidas na página da Companhia na Internet não integram este Prospecto e não são incorporadas por referência.

O organograma abaixo apresenta de forma resumida nossa estrutura acionária e de nossas subsidiárias na data deste Prospecto.



**Sumário das Informações Financeiras e Operacionais**

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos nossos dados financeiros para cada um dos períodos indicados e foram extraídos de nossas informações financeiras consolidadas.

As informações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com BR GAAP e com o Plano de Contas elaborado pelo DAC. As informações devem ser lidas em conjunto com as informações financeiras consolidadas, suas notas explicativas e as informações fornecidas nos itens *"VII. Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações"*, *"XIII. Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais"* e *"XII. Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas"*, incluídas neste Prospecto.

O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP em 31 de março de 2005 e em relação ao período de três meses findos em 31 de março de 2005 foi extraído das Informações Trimestrais – ITR – 31.03.2005, incluídas neste Prospecto. O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP em 31 de março de 2004 e em relação ao período de três meses findos em 31 de março de 2004 foi extraído das Informações Trimestrais – ITR – 31.03.2004. O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP levantado em 31 de dezembro de 2004 e em relação ao exercício findo naquela data foi extraído de nossas Demonstrações Financeiras Padronizadas em 31 de dezembro de 2004 e para o exercício findo naquela data, incluídas neste Prospecto. O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP levantado em 31 de dezembro de 2003 e em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foi extraído de nossas Demonstrações Financeiras Padronizadas em 31 de dezembro de 2003 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002.

O sumário de informações financeiras de acordo com U.S. GAAP em 31 de março de 2005 e 2004 e em relação ao período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004 foi extraído das Informações Financeiras Interinas Consolidadas Condensadas Não Auditadas em 31 de março de 2005 e para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004, incluídas neste Prospecto. O sumário de informações financeiras de acordo com U.S. GAAP em 31 de dezembro de 2004 e 2003 em relação a cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 foi extraído de nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004, incluídas neste Prospecto.

As tabelas a seguir também apresentam dados operacionais e outros indicadores de desempenho utilizados por alguns investidores na avaliação de empresas no setor global de transportes aéreos. Esses dados operacionais não fazem parte das nossas informações financeiras consolidadas.

| | Em 31 de março de | | Em 31 de dezembro de | |
|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 |
| **BR GAAP** | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | |
| **Informações de balanço patrimonial** | | | | |
| Disponibilidades | 246 | 162 | 297 | 172 |
| Contas a receber | 593 | 312 | 543 | 293 |
| Total do ativo | 2.192 | 2.747 | 2.193 | 2.788 |
| Empréstimos e financiamentos [(1)] | 168 | 98 | 151 | 81 |
| Arrendamento [(1)] | 255 | 1.232 | 261 | 1.235 |
| Debêntures [(1)] | 71 | 121 | 75 | 137 |
| Transportes a executar | 343 | 176 | 367 | 225 |
| Patrimônio líquido | 245 | 62 | 191 | 42 |

*(1) Refere-se ao saldo total do passivo circulante mais exigível a longo prazo.*

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| **BR GAAP** | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| **Demonstração de resultado** | | | | | |
| Receita operacional bruta | 1.335 | 1.004 | 4.744 | 3.768 | 3.472 |
| Receitas de vôo | | | | | |
| Doméstico | 918 | 672 | 3.233 | 2.688 | 2.533 |
| Internacional | 252 | 217 | 893 | 679 | 587 |
| Carga | 87 | 56 | 319 | 236 | 220 |
| Outras receitas operacionais | 78 | 59 | 299 | 165 | 132 |
| Deduções e impostos sobre vendas | (55) | (65) | (224) | (176) | (142) |
| Receita líquida operacional | 1.280 | 939 | 4.520 | 3.592 | 3.330 |
| Custo dos serviços prestados e despesas operacionais | | | | | |
| Combustíveis | (347) | (208) | (1.067) | (787) | (748) |
| Despesas de comercialização e marketing | (189) | (129) | (656) | (527) | (463) |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (158) | (151) | (651) | (648) | (574) |
| Pessoal | (146) | (119) | (546) | (417) | (435) |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | (92) | (69) | (389) | (372) | (329) |
| Serviços prestados por terceiros | (89) | (75) | (360) | (304) | (337) |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | (54) | (40) | (186) | (151) | (185) |
| Depreciações e amortizações | (21) | (29) | (91) | (155) | (133) |
| Seguro de aeronaves | (10) | (13) | (53) | (77) | (66) |
| Outros | (58) | (55) | (227) | (186) | (296) |
| Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais | (1.164) | (888) | (4.226) | (3.624) | (3.566) |
| Lucro (prejuízo) bruto | 116 | 51 | 294 | (32) | (236) |
| Receitas (despesas) financeiras | (34) | (43) | (82) | 261 | (671) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (2) | (4) | (14) | (9) | (10) |
| Lucro (prejuízo) operacional | 80 | 4 | 198 | 220 | (917) |
| Resultado não operacional, líquido | (1) | 15 | 300 | 15 | 46 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 79 | 19 | 498 | 235 | (871) |
| Imposto de renda e contribuição social | (25) | (2) | (156) | (61) | 265 |
| Lucro (prejuízo) antes da participação de acionistas minoritários | 54 | 17 | 342 | 174 | (606) |
| Participação dos acionistas minoritários | 0 | 0 | (1) | 0 | - - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 54 | 17 | 341 | 174 | (606) |
| Lucro (prejuízo) por lote de mil ações do capital social, ao final do período (em reais) – antes do desdobramento. | 0,87 | 0,28 | 5,56 | 2,83 | (10,00) |
| Lucro (prejuízo) por lote de mil ações do capital social, ao final do período (em reais) – após o desdobramento* | 0,44 | 0,14 | 2,78 | 1,42 | (5,00) |

** Os valores relacionados à quantidade de ações de emissão da Companhia foram ajustados para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 por meio da qual cada ação foi desdobrada em duas ações da mesma espécie e classe.*

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| **BR GAAP** | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| **Informações do fluxo de caixa** | | | | | |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais | (34) | 8 | 368 | 327 | 143 |
| Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento | (19) | (18) | (122) | (72) | (127) |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento | 2 | 0 | (122) | (129) | 20 |

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| **Dados operacionais:** | | | | | |
| RASK (centavos de reais) | 20,2 | 19,6 | 21,5 | 19,9 | 15,1 |
| RASK Regular Doméstico (centavos de reais) | 19,83 | 17,62 | 20,70 | 18,09 | 13,78 |
| RASK Regular Internacional (centavos de reais) | 15,89 | 20,71 | 17,09 | 19,24 | 13,11 |
| Yield Regular Doméstico (centavos de reais) | 31,63 | 33,87 | 35,21 | 34,27 | 27,77 |
| Yield Regular Internacional (centavos de reais) | 21,69 | 28,63 | 23,96 | 26,65 | 21,67 |
| CASK (centavos de reais) | 18,33 | 18,53 | 20,10 | 20,10 | 16,10 |
| CASK exceto combustível (centavos de reais) | 14,19 | 12,87 | 15,00 | 15,70 | 12,70 |
| Tarifa média (reais) | 277,14 | 305,33 | 305,2 | 286,5 | 218,9 |

| **U.S. GAAP** | Em 31 de março de | | Em 31 de dezembro de | |
|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | |
| **Informações de balanço patrimonial** | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | 246 | 162 | 297 | 172 |
| Contas a receber, líquidas | 593 | 312 | 543 | 293 |
| Total do ativo | 4.942 | 4.801 | 4.978 | 4.866 |
| Empréstimos e financiamentos [(1)] | 168 | 98 | 151 | 81 |
| Obrigações de arrendamento [(1)] | 3.128 | 3.590 | 3.172 | 3.736 |
| Debêntures [(1)] | 71 | 121 | 75 | 137 |
| Transportes a executar | 343 | 176 | 367 | 225 |
| Patrimônio líquido | (97) | (546) | (164) | (591) |

[(1)] *Refere-se ao saldo total do passivo circulante mais exigível a longo prazo..*

| **U.S. GAAP** | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| **Demonstração de resultado** | | | | | |
| Receita operacional bruta | 1.335 | 1.004 | 4.744 | 3.845 | 3.572 |
| Receitas de vôo | | | | | |
| Doméstico | 918 | 672 | 3.233 | 2.688 | 2.533 |
| Internacional | 252 | 217 | 893 | 740 | 668 |
| Carga | 87 | 56 | 319 | 240 | 225 |
| Outras receitas operacionais | 78 | 59 | 299 | 177 | 146 |
| Deduções e impostos sobre vendas | (55) | (65) | (224) | (178) | (143) |
| Receitas operacionais, líquidas | 1.280 | 939 | 4.520 | 3.667 | 3.429 |
| Custo dos serviços prestados e despesas operacionais | | | | | |
| Combustíveis | (347) | (208) | (1.067) | (802) | (764) |
| Despesas de comercialização e marketing | (189) | (129) | (656) | (544) | (485) |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (74) | (86) | (321) | (365) | (352) |
| Pessoal | (146) | (119) | (544) | (426) | (444) |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | (92) | (69) | (389) | (381) | (341) |
| Serviços prestados por terceiros | (89) | (74) | (360) | (306) | (337) |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | (54) | (40) | (186) | (161) | (199) |
| Depreciações e amortizações | (51) | (49) | (193) | (204) | (171) |
| Seguro de aeronaves | (10) | (13) | (53) | (77) | (66) |
| Outros | (53) | (33) | (258) | (171) | (250) |
| Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais | 1.105 | 820 | (4.027) | (3.437) | (3.409) |
| Lucro operacional | 175 | 119 | 493 | 230 | 20 |
| Receitas financeiras (despesas), líquidas | (73) | (59) | 137 | 727 | (1.671) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e participação minoritária | 102 | 60 | 630 | 957 | (1.651) |
| Imposto de renda e contribuição social | (32) | (15) | (199) | (304) | 530 |
| Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária | 70 | 45 | 431 | 653 | (1.121) |

| U.S. GAAP | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| Participação minoritária | 0 | 0 | (1) | 0 | - - |
| Lucro (prejuízo) do período | 70 | 45 | 430 | 653 | (1.121) |
| Lucro (prejuízo) por lote de mil ações (em reais) | | | | | |
| Básico | | | | | |
| Ações preferenciais | 1,09 | 0,69 | 6,67 | 10,12 | (18,51) |
| Ações preferenciais (após desdobramento)* | 0,55 | 0,35 | 3,34 | 5,06 | (9,26) |
| Ações ordinárias | 1,19 | 0,76 | 7,33 | 11,21 | (18,51) |
| Ações ordinárias (após desdobramento)* | 0,60 | 0,38 | 3,67 | 5,62 | 9,26 |
| Diluído | | | | | |
| Ações preferenciais | 1,09 | 0,69 | 6,67 | 10,21 | (18,51) |
| Ações preferenciais (após desdobramento)* | 0,55 | 0,35 | 3,34 | 5,06 | (9,26) |
| Ações ordinárias | 1,19 | 0,76 | 7,33 | 11,23 | (18,51) |
| Ações ordinárias (após desdobramento)* | 0,60 | 0,38 | 3,67 | 5,62 | 9,26 |

(*) *Os valores relacionados à quantidade de ações de emissão da Companhia foram ajustados para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 por meio da qual cada ação foi desdobrada em duas ações da mesma espécie e classe.*

| U.S. GAAP | Trimestre encerrado em 31 de março de (não auditado) | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de (não auditado) | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| **Dados operacionais:** | | | | | |
| RASK (centavos de reais) | 20,2 | 19,6 | 21,5 | 19,9 | 15,1 |
| RASK Regular Doméstico (centavos de reais) | 19,83 | 17,62 | 20,70 | 18,09 | 13,78 |
| RASK Regular Internacional (centavos de reais) | 15,89 | 20,71 | 17,09 | 19,23 | 13,11 |
| Yield Regular Doméstico (centavos de reais) | 31,63 | 33,87 | 35,21 | 34,27 | 27,77 |
| Yield Regular Internacional (centavos de reais) | 21,69 | 28,63 | 23,96 | 26,65 | 21,67 |
| CASK (centavos de reais) | 17,40 | 17,10 | 19,20 | 19,10 | 15,40 |
| CASK exceto combustível (centavos de reais) | 11,94 | 12,77 | 14,10 | 14,60 | 11,90 |
| Tarifa média (reais) | 277,14 | 305,33 | 305,2 | 286,5 | 218,9 |

| Dados Operacionais Adicionais | Trimestre encerrado em 31 de março de (não auditado) | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de (não auditado) | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| Passageiros transportados pagos (milhares) | 4.222 | 2.910 | 13.522 | 11.198 | 13.756 |
| RPK (milhões) | 4.441 | 3.006 | 13.854 | 10.916 | 12.075 |
| ASK (milhões) | 6.351 | 4.794 | 20.999 | 18.003 | 22.071 |
| Taxa de ocupação (Load factor) - % | 69,9% | 62,7% | 66,0% | 60,6% | 54,8% |
| Taxa de ocupação de equilíbrio (BELF) - % | 63,6% | 59,3% | 58,8% | 61,2% | 58,7% |
| Horas voadas | 72.891 | 54.933 | 241.685 | 210.281 | 301.103 |
| Quilômetros voados - Km (milhares) | 42.726 | 31.828 | 133.130 | 119.984 | 161.099 |
| Litros de combustível | 232.960 | 175.283 | 820.335 | 710.962 | 922.936 |
| Tempo médio voado por aeronave (horas) | 953 | 797 | 3.404 | 2.767 | 3.454 |
| Número de funcionários (unidade) | 8.550 | 7.244 | 8.215 | 7.665 | 7.624 |
| Utilização média no período de aeronaves (horas por dia) | 10,59 | 8,76 | 8,87 | 7,58 | 9,46 |
| Decolagens | 46.806 | 36.774 | 158.898 | 147.122 | 227.001 |
| Etapa média (km) | 913 | 866 | 676 | 595 | 507 |

Utilizamos o EBIT, o EBITDA e o EBITDAR como indicadores para aferição de nosso desempenho financeiro e econômico. Estes indicadores não são medidas previstas por BR GAAP e U.S. GAAP. Utilizamos o EBIT, o EBITDA e o EBITDAR por serem indicadores financeiros padrão, os dois primeiros amplamente utilizados por toda a comunidade financeira e o último no setor de aviação civil regular.

Os indicadores acima não devem ser analisados isoladamente, devem ser avaliados conjuntamente com o lucro (prejuízo) operacional e o lucro (prejuízo) líquidos dos trimestres e exercícios apresentados, que são apurados em conformidade com BR GAAP e U.S. GAAP.

Demonstramos a seguir a apuração do EBIT, EBITDA e EBITDAR, apurados conforme BR GAAP e US GAAP:

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | (não auditado) | | (não auditado) | | |
| | **2005** | **2004** | **2004** | **2003** | **2002** |
| **BR GAAP** | | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes da participação dos acionistas minoritários | 54 | 17 | 342 | 174 | (606) |
| Imposto de renda e contribuição social | 25 | 2 | 156 | 61 | (265) |
| Receitas (despesas) financeiras | 34 | 43 | 82 | (261) | 671 |
| Resultado não operacional, líquido | 1 | (15) | (300) | (15) | (46) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 2 | 4 | 14 | 9 | 10 |
| **EBIT** | **116** | **51** | **294** | **(32)** | **(236)** |
| Depreciações e amortizações | 21 | 29 | 91 | 155 | 133 |
| Amortizações de ágios em subsidiárias | -- | 1 | 2 | 4 | 4 |
| **EBITDA** | **137** | **81** | **387** | **127** | **(99)** |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | 158 | 151 | 651 | 648 | 574 |
| **EBITDAR** | **295** | **232** | **1.038** | **775** | **475** |
| Receita líquida operacional | 1.280 | 939 | 4.520 | 3.592 | 3.330 |
| **Margens:** | | | | | |
| EBIT | 9,1% | 5,4% | 6,5% | -0,9% | -7,1% |
| EBITDA | 10,7% | 8,6% | 8.6% | 3,5% | -3,0% |
| EBITDAR | 23,1% | 24,7% | 23,0% | 21,6% | 14,3% |

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | (não auditado) | | (não auditado) | | |
| | **2005** | **2004** | **2004** | **2003** | **2002** |
| **U.S. GAAP** | | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária | 70 | 45 | 431 | 653 | (1.121) |
| Imposto de renda e contribuição social | 32 | 15 | 199 | 304 | (530) |
| Receitas financeiras (despesas), líquidas | 73 | 59 | (137) | (727) | 1.671 |
| **EBIT** | **175** | **119** | **493** | **230** | **20** |
| Depreciações e amortizações | 51 | 49 | 193 | 204 | 171 |
| **EBITDA** | **226** | **168** | **686** | **434** | **191** |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | 74 | 86 | 321 | 365 | 352 |
| **EBITDAR** | **300** | **254** | **1.007** | **799** | **543** |
| Receitas operacionais líquidas | 1.280 | 939 | 4.520 | 3.667 | 3.429 |
| **Margens:** | | | | | |
| EBIT | 13,7% | 12,7% | 10,9% | 6,3% | 0,6% |
| EBITDA | 17,7% | 17,9% | 15,2% | 11,8% | 5,6% |
| EBITDAR | 23,4% | 27,1% | 22,3% | 21,8% | 15,8% |

## A OFERTA PÚBLICA

| | |
|---|---|
| Companhia..... | TAM S.A. |
| Acionistas Vendedores | Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações; Brazilian Equity Investments III, LLC; Latin America Capital Partners IV, LLC; Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações; Brazilian Equity LLC e Latin America Capital Partners II, LLC. |
| Coordenadores | Banco Pactual S.A., Banco UBS S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. |
| Coordenador Líder..... | Banco Pactual S.A. |
| Instituições Subcontratadas ..... | BB Banco de Investimento S.A., Banco Calyon Brasil S.A., ING Corretora de Câmbio e Títulos S/A e Banco Santander S.A. |
| Corretoras Consorciadas..... | Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição autorizadas a operar na Bovespa e indicadas no Aviso ao Mercado e no Anúncio de Início. |
| Corretoras Não-Consorciadas..... | Instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição autorizadas a operar na Bovespa, que participarão exclusivamente da Oferta de Varejo. |
| Agentes de Colocação Internacional ..... | Pactual Capital Corporation, UBS Securities LLC e Unibanco Securities Inc. |
| Oferta Pública..... | A Oferta Pública compreenderá a Oferta Pública Primária de, inicialmente, 21.133.000 novas Ações e a Oferta Pública Secundária de, inicialmente, 9.057.000 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ambas a serem realizadas, no Brasil, em conformidade com a Instrução CVM nº 400, em dois recintos distintos, a saber:<br>• Bovespa, no caso da Oferta de Varejo, e<br>• mercado de balcão não-organizado, no caso da Oferta Institucional. |
| Esforço de Colocação das Ações no Exterior..... | Adicionalmente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, conforme definido na *Rule 144A*, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act*, e, nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), com base no *Regulation S*, editado pela *SEC*. Os investidores junto aos quais serão empreendidos esforços de colocação no exterior, incluindo-se os investidores institucionais qualificados conforme definido na *Rule 144A*, para participarem da Oferta Pública, deverão estar registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM n.° 325 e na Resolução CMN n.° 2.689. Não haverá registro das Ações |

| | |
|---|---|
| | em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil. |
| Lote Suplementar..... | A quantidade de Ações objeto da Oferta Pública poderá ser acrescida das Ações Suplementares, correspondentes a até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Pública, compreendendo novas Ações a serem emitidas pela Companhia e/ou Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, nos termos de opção outorgada pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores, conforme o caso, ao Coordenador Líder e ao UBS, a ser exercida pelo UBS, por decisão conjunta de ambos, dentro de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Pública, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas. |
| Ações Adicionais | Sem prejuízo do exercício da Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Pública poderá, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, e do Coordenador Líder e do UBS, ser aumentada pelas Ações Adicionais, correspondentes a até 20% do total das Ações, compreendendo novas Ações a serem emitidas pela Companhia e/ou Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM n.° 400. |
| Preço de Distribuição ..... | R$ [●] ([●] reais). |
| Valor Total da Oferta Pública..... | R$ [●] ([●] reais). |
| Direitos e Vantagens das Ações ..... | Nossas ações preferenciais conferirão aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa - Nível 2, e do nosso estatuto social da Companhia, dentre as quais, destacamos os seguintes:<br><br>• prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;<br><br>• direito de retirada, no caso de venda pela Companhia do controle de sua controlada TAM Linhas Aéreas S.A., mediante reembolso do valor das ações que detiver no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico;<br><br>• ***direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço pago por ação ordinária do bloco de controle***; e<br><br>• dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.<br><br>Além disso, nossas ações preferenciais atribuirão direito de |

voto apenas com relação às seguintes matérias:

- transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia;

- aprovação de contratos entre a Companhia e nosso(s) acionista(s) controlador(es), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais nosso(s) acionista(s) controlador(es) tenham interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;

- avaliação de bens destinados à integralização de aumento de nosso capital;

- nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de emissão da Companhia, nos casos previstos no artigo 42 do nosso estatuto social da Companhia;

- mudança do objeto social da Companhia (qualquer alteração no controle da TAM Linhas Aéreas será considerada alteração em nosso objeto social e garantirá o direito de retirada, mediante reembolso do valor das ações que detiver no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico); e

- alteração ou revogação de dispositivos no estatuto social da Companhia que resultem no descumprimento, pela Companhia, das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa – Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2.

Restrições à Venda das Ações..... Nós, nossos Administradores, a TEP e os Acionistas Vendedores nos obrigamos perante os Coordenadores da Oferta Pública a não alienar as ações de nossa emissão de titularidade de nossos administradores e dos nossos Acionistas Vendedores e derivativos lastreados em tais ações por período de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo ("Lock-up Agreement"). Informações adicionais sobre o Lock-up Agreement poderão ser encontradas na Seção "*III. Informações sobre a Oferta Pública*" deste Prospecto Preliminar.

Público-Alvo..... As Ações serão distribuídas no contexto da Oferta Pública por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional.

A Oferta de Varejo será realizada junto a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento, observado o Valor Mínimo de investimento de R$ 1.000,00 e o Valor Máximo de Investimento de R$ 300.000,00 por Investidor Não-Institucional.
A Oferta Institucional será realizada junto a investidores

pessoas físicas e jurídicas cujos valores de suas ordens específicas investimento excedam o Valor Máximo estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos e clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bovespa, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, pessoas jurídicas com patrimônio líquido superior a R$ 5.000.000,00 e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN n.° 2.689, e da Instrução CVM n.° 325.

Por intermédio do Pactual Capital Corporation, UBS Securities, LLC e Unibanco Securities Inc., serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definido na *Rule 144A*, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act* e, nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), em conformidade com o *Regulation S* editado pela *SEC*. Os investidores estrangeiros deverão subscrever e/ou adquirir as Ações em conformidade com a legislação brasileira que trata de investimentos estrangeiros no Brasil.

Plano de Distribuição ..... Com relação à Oferta Institucional, o Coordenador Líder e o UBS, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaboraram plano de distribuição de Ações, nos termos do parágrafo 3° artigo 33 da Instrução CVM n.° 400, o qual leva em conta a criação de uma base diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores, do Coordenador Líder e do UBS com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores, dos Acionistas Vendedores e da Companhia, observado, entretanto, que o Coordenador Líder e o UBS deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e eqüitativo aos investidores.

Oferta de Varejo ..... Ações objeto da Oferta Pública Secundária em montante equivalente a 10% das Ações objeto da Oferta Pública serão destinadas prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que realizarem Pedidos de Reserva, irrevogáveis e irretratáveis, observadas as condições do Pedido de Reserva, mediante o seu preenchimento e entrega aos Participantes Especiais, sem a necessidade de depósito em dinheiro, nas condições descritas na Seção "*III. Informações sobre a Oferta Pública*" deste Prospecto Preliminar.

Período de Reserva ..... Será concedido aos Investidores Não-Institucionais o prazo de 9 dias úteis, iniciado em 31 de maio de 2005 e encerrado em 10 de junho de 2005, inclusive, o qual poderá ser estendido a critério do Coordenador Líder e do UBS, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva. Os Investidores Não-

| | |
|---|---|
| | Institucionais que sejam (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta Pública, ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta Pública, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, efetuarão seus respectivos Pedidos de Reserva até 2 de junho de 2005, inclusive. Informações adicionais sobre os Pedidos de Reserva poderão ser encontradas na Seção "*III. Informações sobre a Oferta Pública*" deste Prospecto Preliminar. |
| Oferta Pública na Bovespa ..... | A Oferta de Varejo será realizada na data de publicação do Anúncio de Início, por meio do Sistema Eletrônico de Negociação da Bovespa, às 10:00 horas. Os Coordenadores da Oferta Pública e as Instituições Subcontratadas atuarão na Oferta Pública na Bovespa por intermédio da Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. |
| Oferta Institucional..... | As Ações da Oferta Pública, bem como eventuais sobras de Ações alocadas à Oferta de Varejo, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais. Não serão admitidas para estes investidores reservas antecipadas e não haverá valores mínimos ou máximos de investimento. |
| Liquidação ..... | A liquidação física e financeira da Oferta Pública ocorrerá até o terceiro dia útil após a publicação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.<br><br>A consumação da liquidação física e financeira da Oferta de Varejo não está condicionada à consumação da liquidação física e financeira da Oferta Institucional, podendo, inclusive, o Coordenador Líder e o UBS, ao seu exclusivo critério, determinar Data de Liquidação para a Oferta Institucional distinta da Data de Liquidação para a Oferta de Varejo. |
| Regime de Colocação – Garantia Firme de Liquidação..... | A garantia firme de liquidação consiste na obrigação dos Coordenadores da Oferta Pública deverão subscrever e/ou adquirir, na Data de Liquidação pelo Preço de Distribuição, a totalidade do saldo resultante da diferença (i) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta Pública; e (ii) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta Pública, nos termos do Contrato de Distribuição. *Esta garantia é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de Boolbuilding e assinado o Contrato de Distribuição.* |
| Destinação dos Recursos ..... | Os recursos líquidos obtidos na Oferta Primária serão utilizados no financiamento das operações de nossas subsidiárias, para o nosso capital de giro e para o cumprimento de nosso objeto social, conforme detalhado na seção *"VIII. Destinação dos Recursos"*. Nós não receberemos recursos obtidos na Oferta Secundária realizada pelos Acionistas Vendedores. |
| Mercados de Negociação..... | Após o registro da Oferta Pública, as ações preferenciais serão listadas no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança |

| | |
|---|---|
| | Corporativa da Bovespa. Atualmente, nossas ações preferenciais são listadas e negociadas sob o código "TAMM4". |
| Fatores de Risco ..... | Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente, antes da decisão de investimento nas Ações, ver seção *"V. Fatores de Risco"*. |
| Aprovações Societárias ..... | A Oferta Pública Primária será aprovada por nosso Conselho de Administração. A Oferta Pública Secundária e o Preço de Distribuição foram aprovados pelos competentes órgãos societários dos Acionistas Vendedores. |
| Informações Adicionais..... | Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta Pública, ver *"III. Informações sobre a Oferta Pública"*. A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder solicitaram o registro da Oferta Pública em 11 de abril de 2005, estando a presente Oferta Pública sujeita à prévia aprovação da CVM. Adicionalmente, a realização do Leilão está sujeita à prévia aprovação da Bovespa. Maiores informações sobre a Oferta Pública e sobre o procedimento de reserva, incluindo cópias do Contrato de Distribuição, do Contrato de Estabilização e dos demais documentos e contratos relativos à Oferta Pública poderão ser obtidos com os Coordenadores, com as Instituições Subcontratadas e com as Corretoras Consorciadas, nos endereços indicados na seção "*III. Informações sobre a Oferta Pública – Informações Adicionais*". |

**Cronograma das Etapas da Oferta**

| Ordem dos Eventos | Eventos | Data prevista [(1)] |
|---|---|---|
| **1.** | Publicação do Aviso ao Mercado | 20 de maio de 2005 |
| | Disponibilização do Prospecto Preliminar | 20 de maio de 2005 |
| | Início do *road show* | 20 de maio de 2005 |
| | Início do Procedimento de *Bookbuilding* | 20 de maio de 2005 |
| **2.** | Início do Período de Reserva | 31 de maio de 2005 |
| **3.** | Encerramento do Período de Reserva para Investidores Não-Institucionais que sejam Partes Vinculadas | 02 de junho de 2005 |
| **4.** | Encerramento do Período de Reserva para Partes Não-Vinculadas à Oferta Pública | 10 de junho de 2005 |
| **5.** | Encerramento do *road show* | 13 de junho de 2005 |
| | Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* | 13 de junho de 2005 |
| | Fixação do Preço de Distribuição | 13 de junho de 2005 |
| | Reunião do Conselho de Administração – aprovação do Preço de Distribuição e do aumento de capital | 13 de junho de 2005 |
| | Assinaturas do Contrato de Distribuição e do *Placement Facilitation Agreement* | 13 de junho de 2005 |
| **6.** | Registro da Oferta Pública | 14 de junho de 2005 |
| | Publicação do Anúncio de Início | 14 de junho de 2005 |
| | Realização da Oferta Pública na Bovespa | 14 de junho de 2005 |
| | Início do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar | 14 de junho de 2005 |
| | Início de Negociação das Ações da Oferta Pública | 14 de junho de 2005 |
| **7.** | Data de Liquidação da Oferta Pública | 17 de junho de 2005 |
| **8.** | Encerramento do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar | 14 de julho de 2005 |
| **9.** | Publicação do Anúncio de Encerramento | 21 de julho de 2005 |

[(1)] Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

Quaisquer comunicados ao mercado serão informados por meio de publicação de Aviso ao Mercado no jornal "Valor Econômico", edição local e por meio de aviso na página da Companhia na Internet: www.tam.com.br.

# III. INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA PÚBLICA

## COMPOSIÇÃO DE NOSSO CAPITAL SOCIAL

A composição do nosso capital social na presente data é a seguinte:

| Espécie e Classe | Subscrito / Integralizado [1] | |
|---|---|---|
| | Quantidade [2] | Valor (R$) [3] |
| Ordinárias | 59.816.248 | 58.851.373,88 |
| Preferenciais | 62.913.094 | 61.898.265,78 |
| Total | 122.729.342 | 120.749.639,66 |

(1) *Todas as ações emitidas foram integralizadas.*
(2) *A quantidade de ações foi ajustada para refletir o desdobramento de ações na proporção de 2:1 deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005.*
(3) *As ações não têm valor nominal. Assim sendo, o valor atribuído acima às mesmas corresponde ao valor do nosso capital social.*

Após a conclusão da Oferta Pública, a composição de nosso capital social será a seguinte:

| Espécie e Classe | Subscrito / Integralizado [1] | |
|---|---|---|
| | Quantidade [2] | Valor (R$) |
| Ordinárias | 59.816.248 | [•] |
| Preferenciais | 84.046.094 | [•] |
| Total | 143.862.342 | [•] |

(1) *Sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e de Ações Adicionais.*
(2) *A quantidade de ações foi ajustada para refletir o desdobramento de ações na proporção de 2:1 deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005.*
(3) *As ações não têm valor nominal. Assim sendo, o valor atribuído acima às mesmas corresponde ao valor do nosso capital social.*

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas diretamente por nossos acionistas na data deste Prospecto, e após a conclusão da Oferta Pública, sem considerar as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais:

| Acionistas | Antes da Oferta Pública | | Após a Oferta Pública | |
|---|---|---|---|---|
| | Ações[1] | (%) | Ações[1] | (%) |
| ***Ações ordinárias*** | | | | |
| TAM – Empreendimentos e Participações S.A.[2] | 58.180.630 | 97,27% | 58.180.630 | 97,27% |
| Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações[2] | 1.515.656 | 2,53% | 1.515.656 | 2,53% |
| Agropecuária Nova Fronteira Ltda.[2] | 79.516 | 0,13% | 79.516 | 0,13% |
| Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Brazilian Equity Investment III LLC | 16.928 | 0,03% | 16.928 | 0,03% |
| Brazilian Equity LLC | 4.474 | 0,01% | 4.474 | 0,01% |
| Latin American Capital Partners PIV LLC | 2 | 0,00% | 2 | 0,00% |
| Latin American Capital Partners II LLC | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Acionistas minoritários[3] | 19.035 | 0,03% | 19.035 | 0,03% |
| Conselheiros e Diretores | 7 | 0,00% | 7 | 0,00% |
| Ações em tesouraria | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| **Total** | 59.816.248 | 100,00% | 59.816.248 | 100,00% |

| Acionistas | Antes da Oferta Pública | | Após a Oferta Pública | |
|---|---|---|---|---|
| | Ações[1] | (%) | Ações[1] | (%) |
| ***Ações preferenciais*** | | | | |
| TAM – Empreendimentos e Participações S.A.[2] | 22.324.554 | 35,48% | 19.083.946 | 22,71% |
| Aerosystem S/A Empreendimentos e Participações[2] | 7.000.480 | 11,13% | 5.984.298 | 7,12% |
| Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações[2] | 20.640.570 | 32,81% | 17.632.858 | 20,98% |
| Latin America Capital Partners II LLC | 5.330.236 | 8,47% | 4.553.522 | 5,42% |
| Brazilian Equity Investment III LLC | 4.440.830 | 7,06% | 3.793.720 | 4.51% |
| Latin American Capital Partners PIV LLC | 1.356.054 | 2,16% | 1.158.452 | 1,38% |
| Brazilian Equity LLC | 1.173.990 | 1,87% | 1.002.918 | 1,19% |
| Agropecuária Nova Fronteira Ltda. | 0 | 0,00% | 0 | 0,.00% |
| Acionistas minoritários | 646.380 | 1,03% | 30.836.380 | 36,69% |
| Conselheiros e Diretores | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Ações em tesouraria | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| **Total** | 62.913.094 | 100,00% | 84.046.094. | 100,00% |

*(1) O número de ações foi ajustada para refletir o desdobramento deliberado em 16 de maio de 2005.*

*(2) TAM – Empreendimentos e Participações S.A.,* Aerosystem S/A Empreendimentos e Participações e Agropecuária Nova Fronteira Ltda. são sociedades detidas *pela família Amaro.*

*(3) Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações é um fundo de private equity constituído no Brasil e administrado pelo Credit Suisse First Boston Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Brazilian Equity Investments III LLC, Brazilian Equity LLC, Latin America Capital Partners II LLC e Latin America Capital Partners PIV LLC são "limited liability companies" constituídas no exterior.*

## CARACTERÍSTICAS E PRAZOS

### Descrição da Oferta Pública

As Ações serão colocadas no Brasil por instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição ("Instituições Subcontratadas" ou, conforme o caso, "Corretoras Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta Pública, "Instituições Participantes da Oferta Pública"), coordenadas pelo Coordenador Líder e pelo UBS. As Ações da Oferta Pública serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação, não solidária, a ser outorgada à Companhia e aos Acionistas Vendedores pelos Coordenadores da Oferta Pública, nos limites individuais indicados no Instrumento Particular de Contrato de Distribuição de Ações Preferenciais de Emissão da TAM S.A. ("Contrato de Distribuição").

A Oferta Pública compreenderá a Oferta Primária de, inicialmente, 21.133.000 novas Ações e a Oferta Secundária de, inicialmente, 9.057.000 Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, as quais se encontram livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, ambas a serem realizadas, no Brasil em conformidade com a Instrução CVM n.º 400, em dois recintos distintos, a saber:

- Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), no caso da Oferta de Varejo, nos termos descritos abaixo, e

- mercado de balcão não-organizado, no caso da Oferta Institucional, nos termos descritos abaixo.

Adicionalmente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior por meio dos Agentes de Colocação Internacional (conforme definidos abaixo), sendo nos Estados Unidos da América junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, conforme definidos na *Rule 144A* em operações isentas de registro segundo o *Securities Act* de 1933, conforme alterado ("*Securities Act*"), e, nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), com base no *Regulation S*, editado pela Securities and Exchange Commission ("*SEC*"). Os investidores junto aos quais serão empreendidos esforços de colocação no exterior, incluindo-se os investidores institucionais qualificados conforme definidos na *Rule 144A*, para participarem da Oferta Pública, deverão estar registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM n.º 325 e na Resolução CMN n.º 2.689. Não haverá registro das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400, a quantidade total de Ações objeto da Oferta Pública poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 15% do total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta Pública ("Ações Suplementares"), compreendendo novas Ações a serem emitidas pela Companhia e/ou

Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, nos termos da opção da outorgada pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores conforme o caso, ao Coordenador Líder e ao UBS, a ser exercida pelo UBS, por decisão conjunta dos mesmos, dentro de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Pública, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas ("Opção de Lote Suplementar").

Sem prejuízo do exercício da Opção de Lote Suplementar, a quantidade de Ações inicialmente ofertada no âmbito da Oferta Pública poderá, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, e do Coordenador Líder e do UBS, observado o disposto abaixo, ser aumentada em até 20% do total das Ações inicialmente ofertadas compreendendo novas Ações a serem emitidas pela Companhia e/ou Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores, conforme o caso, nos termos do art. 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM n.º 400 ("Ações Adicionais").

**Quantidade, Valor, Classe e Espécie dos Valores Mobiliários**

Na hipótese de não haver exercício da Opção de Lote Suplementar e Ações Adicionais:

| Ofertante | Quantidade | Preço de Distribuição (R$) | Montante (R$) | Comissões (R$) | Recursos Líquidos (R$) (1) |
|---|---|---|---|---|---|
| Oferta Primária: | | | | | |
| Aumento de Capital: | 21.133.000 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Oferta Secundária: | | | | | |
| Aerosystem S.A. Emprrendimentos e Participações S.A. | 4.256.790 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações | 3.007.712 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Brazilian Equity Investments III | 647.110 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Brazilian Equity LLC | 171.072 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Latin America Capital Partners II LLC | 776.714 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Latin America Capital Partners PIV LLC | 197.602 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total | 9.057.000 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total: | 30.190.000 | [•] | [•] | [•] | [•] |

*(1) Sem dedução de despesas da Oferta Pública.*

Na hipótese de haver exercício integral da Opção de Lote Suplementar, sem as Ações Adicionais:

| Ofertante | Quantidade | Preço de Distribuição (R$) | Montante (R$) | Comissões (R$) | Recursos Líquidos (R$) (1) |
|---|---|---|---|---|---|
| Oferta Primária: | | | | | |
| Aumento de Capital: | 3.169.950 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Oferta Secundária: | | | | | |
| Aerosystem S.A. Emprrendimentos e Participações S.A. | 638.519 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações | 451.156 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Brazilian Equity Investments III | 97.067 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Brazilian Equity LLC | 25.661 | | | | |
| Latin America Capital Partners II LLC | 116.507 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Latin America Capital Partners PIV LLC | 29.640 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total | 1.358.550 | [•] | [•] | [•] | [•] |
| **Total Geral** | **4.528.500** | **[•]** | **[•]** | **[•]** | **[•]** |

*(1) Sem dedução de despesas da Oferta Pública.*

**Preço de Distribuição**

O Preço de Distribuição será fixado após (i) a realização dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva; e (ii) a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e ajustado para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, a ser conduzido pelo Coordenador Líder e pelo UBS, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM n.º 400. Estima-se que o Preço de Distribuição estará situado entre R$ 18,00 e R$ 23,00, podendo, todavia, ser fixado fora desta faixa. No momento da fixação do Preço de Distribuição será admitido um aumento ou desconto sobre os valores da faixa de preço indicada acima em função das condições de mercado apuradas no Procedimento de *Bookbuilding*.

A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço de Distribuição por meio da realização do Procedimento de *Bookbuilding* justifica-se pelo fato de que tal critério refletirá o valor pelo qual os investidores apresentarão suas intenções de subscrição e/ou de aquisição das Ações no contexto da Oferta Pública. Os Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo não participarão do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço de Distribuição.

| | **Preço (R$)** | **Comissões (R$)** | **Recursos Líquidos para a Companhia [(1)] (R$)** | **Recursos Líquidos para o Acionista Vendedor [(1)] (R$)** |
|---|---|---|---|---|
| Por Ação | [•] | [•] | [•] | [•] |
| Total | [•] | [•] | [•] | [•] |

[(1)] *Sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.*

**Cotação das Ações na Bovespa**

Nossas ações preferenciais são negociadas na Bovespa sob o código "TAMM4". Para a cotação mínima, média e máxima de negociação das Ações na Bovespa por ano, nos últimos cinco anos, por trimestre, nos últimos dois anos, e por mês, no último semestre, ver *"XI. Informações sobre o Mercado"*. Atualmente, nossas Ações não possuem liquidez e, portanto, as cotações anteriores à Oferta Pública não deverão ser utilizadas como indicativas de preço.

**Custos de Distribuição**

As comissões de distribuição da Oferta Pública serão divididas entre nós e os Acionistas Vendedores, na proporção de Ações por nós emitida e vendidas por cada Acionista Vendedor. As despesas da oferta serão arcadas pela Companhia. Abaixo segue descrição dos custos relativos à Oferta Pública:

| **Comissões e Taxa** | **Taxa (R$)** | **% em Relação ao Valor Total da Oferta Pública** |
|---|---|---|
| Comissão de Coordenação | [•] | 0,675% |
| Comissão de Garantia Firme | [•] | 0,675% |
| Comissão de Colocação | [•] | 1,65% |
| Total de Comissões [(1)] | [•] | 3,00% |
| Despesas de Registro da Oferta Pública [(2)] | [•] | [•] |
| Outras Despesas [(3)] | [•] | [•] |
| Total [(4)] | [•] | [•] |

[(1)] *Não inclui a comissão de incentivo de até 0,5% em relação ao valor da Oferta Pública que poderá ser paga ao Coordenador Líder e ao UBS conforme previsto no Contrato de Distribuição.*
[(2)] *Custos exclusivos da Companhia.*
[(3)] *Custos estimados com advogados, consultores e publicidade da Oferta Pública, os quais são exclusivos da Companhia.*
[(4)] *Sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.*

**Aprovações Societárias**

Nossa participação na Oferta Pública, bem como o aumento de nosso capital, com exclusão do direito de preferência de nossos atuais acionistas para subscrição das Ações no contexto da Oferta Primária, e, conseqüentemente, o Preço de Distribuição, foram ou serão aprovados em reuniões de nosso Conselho de Administração a serem realizadas antes da concessão dos registros da Oferta Primária e da Oferta Secundária.

Adicionalmente, os termos e condições da Oferta Secundária serão aprovados pelos respectivos órgãos societários dos Acionistas Vendedores.

**Reserva de Capital**

Dos recursos da Oferta Primária, R$ [•] serão destinados à conta de capital social e R$ [•], correspondente à parcela de emissão que ultrapassa o valor de R$ [•], que corresponde ao valor contábil do patrimônio líquido em 31 de março de 2005, serão destinados à conta de reserva de capital, na forma do parágrafo único do art. 14 da Lei das Sociedades por Ações.

**Plano de Distribuição**

Com relação à Oferta Institucional, o Coordenador Líder e o UBS, com a expressa anuência da Companhia e dos Acionistas Vendedores, elaborarão plano de distribuição das Ações, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, o qual levará em conta a criação de uma base diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores, com do Coordenador Líder e do UBS com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder, do UBS, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, observado, que o Coordenador Líder e o UBS deverão assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e eqüitativo aos investidores.

**Inadequação da Oferta Pública a Certos Investidores**

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever e/ou adquirir as Ações.

**Público Alvo**

As Ações serão distribuídas no contexto da Oferta Pública por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo e a Oferta Institucional.

A Oferta de Varejo será realizada junto Investidores Não-Institucionais, que compreendem a investidores pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliados no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, bem como clubes de investimento, observado o Valor Mínimo de investimento de R$ 1.000,00 e o Valor Máximo de investimento de R$ 300.000,00 por Investidor Não-Institucional.

A Oferta Institucional será realizada junto a Investidores Institucionais, que compreendem investidores pessoas físicas e jurídicas cujos valores de suas ordens especificas de investimento excedam o Valor Máximo estabelecido para a Oferta de Varejo, fundos e clubes de investimento, carteiras administradas, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na Bovespa, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, pessoas jurídicas com patrimônio líquido superior a R$ 5.000.000,00 e investidores residentes no exterior que invistam no Brasil segundo as normas da Resolução CMN n.° 2.689 e da Instrução CVM n.° 325.

Por intermédio dos Agentes de Colocação Internacional, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, conforme definidos na *Rule 144A*, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act* e, nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), em conformidade com o *Regulation S* editado pela *SEC*. Os investidores estrangeiros deverão subscrever e/ou adquirir as Ações em conformidade com a legislação brasileira que trata de investimentos estrangeiros no Brasil.

**Cronograma da Oferta Pública**

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta Pública, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado na Bovespa:

| Ordem dos Eventos | Eventos | Data prevista [(1)] |
|---|---|---|
| **1.** | Publicação do Aviso ao Mercado | 20 de maio de 2005 |
| | Disponibilização do Prospecto Preliminar | 20 de maio de 2005 |
| | Início do *road show* | 20 de maio de 2005 |
| | Início do Procedimento de *Bookbuilding* | 20 de maio de 2005 |
| **2.** | Início do Período de Reserva | 31 de maio de 2005 |
| **3.** | Encerramento do Período de Reserva para Investidores Não-Institucionais que sejam Partes Vinculadas | 02 de junho de 2005 |
| **4.** | Encerramento do Período de Reserva para Partes Não-Vinculadas à Oferta Pública | 10 de junho de 2005 |
| **5.** | Encerramento do *road show* | 13 de junho de 2005 |
| | Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* | 13 de junho de 2005 |
| | Fixação do Preço de Distribuição | 13 de junho de 2005 |
| | Reunião do Conselho de Administração – aprovação do Preço de Distribuição e do aumento de capital | 13 de junho de 2005 |
| | Assinaturas do Contrato de Distribuição e do *Placement Facilitation Agreement* | 13 de junho de 2005 |
| **6.** | Registro da Oferta Pública | 14 de junho de 2005 |
| | Publicação do Anúncio de Início | 14 de junho de 2005 |
| | Realização da Oferta Pública na Bovespa | 14 de junho de 2005 |
| | Início do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar | 14 de junho de 2005 |
| | Início de Negociação das Ações da Oferta Pública | 14 de junho de 2005 |
| **7.** | Data de Liquidação da Oferta Pública | 17 de junho de 2005 |
| **8.** | Encerramento do prazo de exercício da Opção de Lote Suplementar | 14 de julho de 2005 |
| **9.** | Publicação do Anúncio de Encerramento | 21 de julho de 2005 |

[(1)] Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações e adiamentos.

**Procedimento da Oferta Pública**

Após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, conforme previsto no artigo 44 da Instrução CVM n.º 400, a concessão do registro da Oferta Pública pela CVM e a publicação do Anúncio de Início, será efetuada a colocação das Ações (i) junto a Investidores Institucionais, pelas Instituições Participantes da Oferta Pública, e (ii) junto a Investidores Não-Institucionais, pelas Corretoras Consorciadas e/ou outras sociedades corretoras autorizadas a operar na Bovespa de livre escolha do respectivo Investidor Não-Institucional ("Corretoras Não-Consorciadas" e, em conjunto com as Corretoras Consorciadas, "Participantes Especiais"), de acordo com as regras de alocação previstas abaixo, nos termos da Instrução CVM n.° 400.

Ações objeto da Oferta Pública Secundária em montante equivalente a 10% das Ações objeto da Oferta Pública, sem considerar as Ações Suplementares, serão destinadas prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que encaminharem Pedidos de Reserva, irrevogáveis e irretratáveis, e automaticamente convoláveis em ordens de compra, mediante o registro da Oferta Pública pela CVM, exceto pelo disposto na alínea (j) abaixo, observadas as condições do próprio Pedido de Reserva, mediante o seu preenchimento e entrega aos Participantes Especiais, sem a necessidade de depósito em dinheiro, nas seguintes condições:

a. será concedido aos Investidores Não-Institucionais o prazo de 09 dias úteis, iniciado em 31 de maio de 2005 e encerrado em 10 de junho de 2005 inclusive, o qual poderá ser estendido a critério do Coordenador Líder e do UBS, para a realização de seus respectivos Pedidos de Reserva, nas condições descritas abaixo;

b. os Investidores Não-Institucionais que sejam Partes Vinculadas, ou seja, (i) administradores ou controladores da Companhia, (ii) administradores ou controladores das Instituições Participantes da Oferta Pública, ou (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta Pública, bem como seus respectivos cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau, efetuarão seus respectivos Pedidos de Reserva até 02 de junho de 2005, inclusive, data esta que antecede em 7 dias úteis o encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* ("Período de Reserva para Investidores Não-Institucionais que sejam Partes Vinculadas") qualquer Pedido de Reserva efetuado por Investidor Não-Institucional que seja Parte Vinculada após o Período de Reserva para Investidores Não-Institucionais que sejam Partes Vinculadas não será aceita pelos Participantes Especiais;

c. cada Investidor Não-Institucional poderá efetuar seu Pedido de Reserva junto a um único Participante Especial, observado o Valor Mínimo e o Valor Máximo, sendo que tais Investidores Não-Institucionais poderão estipular no Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação como condição ou eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM n.° 400. Os Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais que estipularem, como condição de eficácia de seus Pedidos de Reserva, um preço máximo por Ação inferior ao Preço de Distribuição, serão automaticamente cancelados pelo Participante Especial junto ao qual seu Pedido de Reserva tenha sido realizado;

d. os Investidores Não-Institucionais interessados na efetivação do Pedido de Reserva deverão ler cuidadosamente os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente no que diz respeito aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta Pública, e as informações constantes deste Prospecto;

e. caso a totalidade das Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais seja igual ou inferior ao montante de 10%das Ações da Oferta Pública, sem considerar as Ações Suplementares, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todos os seus Pedidos de Reserva, e as eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais serão destinadas aos Investidores Institucionais;

f. caso a totalidade das Ações objeto dos Pedidos de Reserva seja superior ao montante de 10% das Ações da Oferta Pública, sem considerar as Ações Suplementares, será realizado o rateio de tais Ações entre todos os Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo, sendo que (1) até o limite de R$ 3.000,00, inclusive, o critério de rateio será a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo entre todos os Investidores Não-Institucionais, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações destinadas à Oferta de Varejo; e (2) uma vez atendido o critério descrito no item (1) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes serão rateadas proporcionalmente ao valor do Pedido de Reserva entre todos os Investidores Não-Institucionais, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações;

g. cada Participante Especial deverá informar a quantidade de Ações a serem adquiridas e o correspondente valor do investimento ao Investidor Não-Institucional que com ele tenha realizado seu Pedido de Reserva, até às 16:00 horas do dia 14 de junho de 2005, por meio de seu endereço eletrônico ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor da Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio, conforme previsto na alínea (f) acima;

h. o Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado ao Participante Especial junto ao qual tenha realizado seu Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até o terceiro dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início, conforme os procedimentos operacionais da CBLC;

i. na Data de Liquidação, cada Participante Especial junto ao qual o Pedido de Reserva for realizado entregará a cada Investidor Não-Institucional que com ele tiver feito seu Pedido de Reserva o número de Ações correspondente à relação entre o valor constante do Pedido de Reserva e o Preço de Distribuição;

j. exclusivamente na hipótese de ser verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e as informações constantes do Prospecto Definitivo da Oferta Pública que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional, ou a sua decisão de investimento, poderá referido Investidor Não-Institucional desistir de seu Pedido de Reserva após a publicação do Anúncio de Início. Nesta hipótese, o Investidor Não-Institucional deverá informar sua decisão de desistência do Pedido de Reserva ao Participante Especial que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, em conformidade com os termos e no prazo estipulado no respectivo Pedido de Reserva; e

k. na hipótese de não haver a conclusão da Oferta Pública, ou em qualquer outra hipótese de devolução dos Pedidos de Reserva em função de expressa disposição legal, os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e os Coordenadores da Oferta Pública comunicarão o cancelamento da Oferta Pública por meio de publicação de aviso ao mercado aos Investidores Não-Institucionais que houverem efetuado Pedido de Reserva. Neste caso, deverão ser reembolsados integralmente aos Investidores Não-Institucionais os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, deduzida a quantia relativa à CPMF, quando aplicável, sem juros ou correção monetária, em até 5 dias úteis da data de sua divulgação ao mercado, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM n.° 400, mediante depósito do valor eventualmente pago pelo Investidor Não-Institucional em conta-corrente por ele indicada quando da realização de seu Pedido de Reserva.

A Oferta de varejo será realizada na Bovespa na data de publicação do Anúncio de Início, por meio do Sistema Eletrônico de Negociação da Bovespa, às 10:00 horas. Os Coordenadores da Oferta Pública e as Instituições Subcontratadas atuarão na Oferta Pública na Bovespa por intermédio da Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Somente serão aceitas ordens de compra decorrentes de Pedidos de Reserva na Oferta Pública na Bovespa.

Qualquer Interferência Vendedora deverá observar as condições descritas abaixo:

a. apenas Ações bloqueadas nos termos do artigo 14, parágrafo 3º da Instrução CVM n.° 400 e livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames poderão ser utilizadas em Interferências Vendedoras;

b. todas as Ações de titularidade de Terceiros Vendedores bloqueadas até às 16:00 horas do dia 13 de junho de 2005 e serão alienadas na Oferta Pública na Bovespa, observado o disposto na alínea (c) abaixo;

c. até às 16:00 horas do dia 13 de junho de 2005, cada Terceiro Vendedor deverá apresentar ao Diretor de Pregão sua Interferência Vendedora, por meio de Participante Especial de sua livre escolha, podendo condicionar a eficácia de sua respectiva Interferência Vendedora a um preço mínimo por Ação ("Oferta Concorrente"). O preço por Ação na Oferta Pública na Bovespa corresponderá ao Preço de Distribuição, sendo, portanto, fixo, independentemente de haver ou não Ofertas Concorrentes. Na eventualidade de o preço mínimo estipulado pelo respectivo Terceiro Vendedor em sua Oferta Concorrente ser superior ao Preço de Distribuição, tal Oferta Concorrente será automaticamente cancelada;

d. as Ações objeto de Ofertas Concorrentes integrarão o montante inicialmente ofertado de Ações ou as Ações Adicionais, conforme o caso;

e. independentemente de a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais ser igual, inferior ou superior ao montante de 10% das Ações da Oferta Pública, sem considerar as Ações Suplementares e as Ações Adicionais, as Ações objeto de Ofertas Concorrentes serão incluídas no montante inicialmente ofertado de Ações ou nas Ações Adicionais, conforme o caso, e prioritariamente colocadas no âmbito da Oferta de Varejo;

f. na eventualidade de haver Ofertas Concorrentes em montante inferior à quantidade máxima de Ações Adicionais que pode ser distribuída nos termos do artigo 14, parágrafo 2°, da Instrução CVM n.° 400, a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores, conforme o caso, e o Coordenador Líder e o UBS somente poderão aumentar a quantidade total de Ações inicialmente ofertada até o saldo entre a quantidade máxima de Ações Adicionais que pode ser distribuída nos termos do referido dispositivo e as Ações objeto das Ofertas Concorrentes;

g. na eventualidade de haver Ofertas Concorrentes em montante superior à quantidade de Ações Adicionais, as Ações objeto de Ofertas Concorrentes serão rateadas proporcionalmente entre os respectivos Terceiros Vendedores. Neste caso, a Companhia e/ou os Acionistas Vendedores, conforme o caso, não poderão emitir e/ou vender Ações Adicionais;

h. não será permitido o cancelamento ou a alteração de qualquer Oferta Concorrente após o horário mencionado na alínea (c) acima; e

i. ao serem recebidas pelo Diretor de Pregão, as Ofertas Concorrentes e a quantidade final das Ações a serem ofertadas na Oferta Pública na Bovespa serão imediatamente divulgadas ao mercado.

As Ações da Oferta Pública, bem como eventuais sobras de Ações alocadas à Oferta de Varejo, conforme referido acima, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais. Não serão admitidas para estes investidores reservas antecipadas e não haverá valores mínimos ou máximos de investimento.

Caso o número de Ações indicado nas ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding* exceda o total de Ações remanescentes após o atendimento de todos os Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério do Coordenador Líder, do UBS, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, melhor atendam ao objetivo da Oferta Pública de criar uma base diversificada de acionistas formada por investidores com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a subscrição e/ou aquisição de Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e/ou aquisição.

A data de início da Oferta Pública será divulgada mediante publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do art. 52 da Instrução CVM n.º 400.

As Ações serão colocadas e subscritas e/ou adquiridas em dois períodos distintos, a saber: (i) no caso da Oferta de Varejo, na data de publicação do Anúncio de Início, e (ii) no caso da Oferta Institucional, no prazo de até 3 dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início.

Observado o disposto acima, a Oferta Pública deverá ser realizada pelo Preço de Distribuição dentro do prazo máximo de 6 meses, contado da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM n.° 400.

A liquidação física e financeira da Oferta Pública ocorrerá, no caso da Oferta de Varejo, no terceiro dia útil após a data de publicação do Anúncio de Início, observados os dispositivos do Item 2 do Capítulo III dos Procedimentos Operacionais da CBLC o Regulamento de Operações da CBLC e, no caso da Oferta Institucional, até o terceiro dia útil após a publicação do Anúncio de Início, com a entrega das Ações aos respectivos investidores.

Na eventualidade de as Ações não serem totalmente distribuídas até a Data de Liquidação, os Coordenadores da Oferta Pública obrigam-se a subscrever e/ou adquirir, na Data de Liquidação, pelo Preço de Distribuição, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta Pública; e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta Pública.

O término da Oferta Pública e seu resultado serão anunciados mediante a publicação do Anúncio de Encerramento, em conformidade com o art. 29 da Instrução CVM n.° 400.

**Contrato de Distribuição**

Celebraremos, com os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta Pública, a Pactual Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e a CBLC (como interveniente anuente), o Contrato de Distribuição. Nos termos do Contrato de Distribuição, os Coordenadores concordam em distribuir, inicialmente, em regime de garantia firme de liquidação, de maneira não solidária, a totalidade das Ações objeto da Oferta Pública, de acordo com as quantidades de Ações indicadas na tabela abaixo:

| | Número de Ações |
|---|---|
| Coordenador Líder | [•] |
| UBS | [•] |
| Unibanco | [•] |
| Total | [•] |

Na mesma data em que celebraremos o Contrato de Distribuição, também celebraremos com os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional o *Placement Faciliation Agreement*, segundo o qual os Agentes de Colocação Internacional realizarão esforços de colocação das Ações no exterior, por meio de mecanismos de investimento regulamentados pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central e CVM.

O Contrato de Distribuição e o *Placement Facilitation Agreement* estabelecem que o cumprimento das obrigações dos Coordenadores da Oferta Pública e dos Agentes de Colocação Internacional está sujeito a determinadas condições, dentre as quais: (i) a entrega de opiniões legais por seus assessores jurídicos; (ii) a assinatura de *lock-up agreements* por nós, pelos Acionistas Vendedores e por nossos administradores; e (iii) a emissão de *comfort letters* por nossos auditores independentes relativamente às nossas demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras contidas neste Prospecto. Adicionalmente, de acordo com o Contrato de Distribuição e o *Placement Facilitation Agreement*, nós nos obrigamos a indenizar os Coordenadores e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. As Ações serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta Pública, por sí ou por meio dos Agentes de Colocação Internacional, pelo Preço de Distribuição.

Após a assinatura do Contrato de Distribuição e deferimento dos respectivos registros pela CVM da Oferta Primária e da Oferta Secundária, uma cópia do Contrato de Distribuição estará disponível para consulta ou cópia nos endereços dos Coordenadores da Oferta Pública indicados nesta seção em "Informações Adicionais".

**Garantia Firme**

De acordo com o Contrato de Distribuição, a colocação das Ações será realizada em regime de garantia firme de liquidação, não solidária. A garantia firme de liquidação consiste na obrigação dos Coordenadores da Oferta Pública de subscreverem e/ou adquirirem, na Data de Liquidação, pelo Preço de Distribuição, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta Pública; e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta Pública, nos termos do Contrato de Distribuição. Tal garantia será vinculante a partir da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e da celebração do Contrato de Distribuição.

Na eventualidade de as Ações não serem totalmente distribuídas até a Data de Liquidação, os Coordenadores da Oferta Pública deverão subscrever e/ou adquirir, na Data de Liquidação, pelo Preço de Distribuição, a totalidade do saldo resultante da diferença (a) entre o número de Ações objeto da garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta Pública, e (b) o número de Ações efetivamente colocado no mercado e pago pelos investidores, observado o limite e a proporção da garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta Pública. Em caso de exercício da garantia firme e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta Pública até a publicação do Anúncio de Encerramento, o preço de revenda será o preço de mercado das Ações, limitado ao Preço de Distribuição, ressalvada as atividades de estabilização.

A consumação da liquidação física e financeira da Oferta de Varejo ocorrerá no terceiro dia útil após a data de publicação do Anúncio de Início e não está condicionada à consumação da liquidação física e financeira da Oferta Institucional, podendo, inclusive, o Coordenador Líder e o UBS, ao seu exclusivo critério, determinar Data de Liquidação para a Oferta Institucional distinta da Data de Liquidação para a Oferta de Varejo.

**Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)**

Nós, os Acionistas Vendedores, a TEP e nossos Administradores concordamos que não iremos vender, transferir ou onerar quaisquer ações preferenciais no prazo de 180 dias a contar da data do Prospecto Definitivo, sem o consentimento prévio e por escrito dos Coordenadores. Especificamente, nós, os Acionistas Vendedores e nossos administradores concordamos, sujeito a determinadas exceções, que não iremos, direta ou indiretamente:

- oferecer, empenhar, vender ou contratar a venda de quaisquer ações preferenciais;
- vender qualquer opção ou contrato para compra de quaisquer ações preferenciais;
- comprar qualquer opção ou contrato para a venda de ações preferenciais;
- conceder qualquer opção, direito ou *warrant* para venda de ações preferenciais;
- emprestar, dispor, transferir ou por qualquer outra forma alienar as ações preferenciais;
- solicitar ou requerer o arquivamento de um pedido de registro relativo às ações preferenciais; ou
- celebrar qualquer instrumento de *swap* ou outros acordos que transfiram a outra pessoa, no todo ou em parte, qualquer dos direitos patrimoniais relativos às ações preferenciais, independentemente de qualquer destas operações de *swap* serem efetivamente liquidadas mediante a entrega de ações preferenciais ou quaisquer outros valores mobiliários, em dinheiro ou de outra forma.

Estas disposições de restrição de venda aplicam-se às ações preferenciais e a valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por ou que admitam pagamento mediante a entrega de ações preferenciais.

**Estabilização do Preço das Ações**

O UBS, por intermédio do UBS Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("UBS Corretora"), poderá realizar atividades de estabilização do preço das Ações em relação ao Preço de Distribuição. As atividades de estabilização poderão ser realizadas no prazo de até 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, por meio de operações de compra e venda de Ações. Para tal fim, será celebrado Contrato de Estabilização, conforme minuta a ser previamente aprovada pela CVM e pela Bovespa.

Após a assinatura do Contrato de Estabilização, sua aprovação pela CVM e pela Bovespa, bem como o deferimento dos respectivos registros pela CVM da Oferta Primária e da Oferta Secundária, uma cópia do Contrato de Estabilização estará disponível para consulta ou cópia nos endereços dos Coordenadores da Oferta Pública indicados nesta seção em "Informações Adicionais".

**Direitos, Vantagens e Restrições de Ações**

As ações preferenciais conferirão aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa – Nível 2, e do estatuto social da Companhia, dentre as quais, destacamos os seguintes:

- prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia;

- direito de retirada, no caso de venda pela Companhia do controle de sua controlada TAM Linhas Aéreas S.A., mediante reembolso do valor das ações que detiver no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico;

- direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço pago por ação ordinária do bloco de controle; e

- dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Além disso, as ações preferenciais atribuirão direito de voto apenas com relação às seguintes matérias:

- a transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia;

- aprovação de contratos entre a Companhia e nosso(s) acionista(s) controlador(es), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais nossos Acionista(s) Controlador(es) tenham interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;

- avaliação de bens destinados à integralização de aumento de nosso capital;

- nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de Companhia, nos casos previstos no artigo 42, do estatuto social da Companhia;

- mudança do objeto social da Companhia (qualquer alteração no controle da TAM Linhas Aéreas S.A. será considerada alteração no objeto social da Companhia e garantirá o direito de retirada aos seus acionistas, mediante reembolso do valor das ações que detiverem no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico); e

- alteração ou revogação de dispositivos no estatuto social da Companhia que resultem no descumprimento, pela Companhia, das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento do de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa – Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2.

**Admissão à Negociação de Ações**

Anteriormente à esta Oferta Pública, não havia volume significativo de negociação em bolsa para as nossas ações preferenciais. Nossas ações preferenciais são listadas e negociadas na Bovespa sob o código "TAMM4". Para maiores informações sobre a negociação das Ações na Bovespa, consulte uma sociedade corretora de valores mobiliários autorizada a operar na Bovespa. As Ações da Oferta Pública serão negociadas na Bovespa a partir da data de publicação do Anúncio de Início, inclusive. Não foi realizado e não será realizado qualquer registro da Oferta Pública ou das Ações em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.

**Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação**

Nós e os Acionistas Vendedores, em conjunto, poderemos requerer que a CVM nos autorize a modificar ou cancelar a Oferta Pública, caso ocorram alterações posteriores, materiais e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta Pública, existentes na data do pedido de registro da Oferta Pública, que resulte em um aumento relevante nos riscos envolvidos. Adicionalmente, nós e os Acionistas Vendedores poderemos modificar, a qualquer tempo, a Oferta Pública, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM n.º 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta Pública seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta Pública poderá ser adiado em até 90 dias, contados do deferimento do pedido de registro. Se a Oferta Pública for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta Pública ou qualquer modificação na Oferta Pública será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação publicado nos jornais nos quais realizamos as nossas publicações, veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM n.º 400. Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e Pedidos de Reserva daqueles investidores que indicarem em campo específico estarem cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Pública serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta Pública presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Se, na hipótese de modificação da Oferta Pública, o investidor manifestar-se até o quinto dia útil da publicação do Anúncio de Retificação no sentido de ser excluído da Oferta Pública, os valores eventualmente pagos pelo investidor serão devolvidos em até 5 dias úteis da data de sua manifestação, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM n.º 400, sendo permitida a dedução do valor relativo ao CPMF. Na hipótese de revogação, esta torna ineficazes a Oferta Pública e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser reembolsados integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM n.º 400, sendo permitida a dedução do valor relativo à CPMF. Em qualquer hipótese, referida devolução ou reembolso ocorrerá mediante depósito do valor eventualmente pago pelo investidor em conta-corrente por ele indicada quando da realização de seu Pedido de Reserva ou de suas ordens no âmbito do Procedimento de *Bookbulding*.

**Relacionamento entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores**

*Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder*

Além da presente Oferta Pública, o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico possui relacionamento comercial com a Companhia, sendo esta detentora de investimentos em fundos administrados por subsidiárias do Coordenador Líder. Todos os relacionamentos comerciais são realizados de acordo com as práticas usuais de mercado, podendo incluir serviços de consultoria financeira e outros serviços similares e pelos quais o Pactual recebe ou pretende receber comissão.

*Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder*

Além da presente Oferta Pública, o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com os Acionistas Vendedores de acordo com as práticas usuais de mercado podendo incluir serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços similares e pelos quais o Pactual recebe ou pretende receber comissão.

*Relacionamento entre a Companhia e o Banco UBS S.A.*

Além da presente Oferta Pública, o UBS ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantêm relações comerciais conosco ou com sociedades do nosso grupo, mas, no futuro, poderão prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços para nós, ou sociedades de nosso grupo, pelos quais pretendem receber comissões.

*Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Banco UBS S.A.*

Além da presente Oferta Pública, o UBS ou sociedades de seu conglomerado econômico não mantêm relações comerciais relevantes com os Acionistas Vendedores, mas, no futuro, poderão prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços para nós, ou sociedades de nosso grupo, pelos quais pretendem receber comissões.

*Relacionamento entre a Companhia e o Unibanco*

Além da presente Oferta Pública, o Unibanco ou sociedades de seu conglomerado econômico possui relacionamento contínuo de mais de vinte anos com a Companhia, sendo que atualmente é um dos seus principais parceiros financeiros, atuando em: (i) operações de financiamento de capital de giro, *"compror"*, financiamento de importação e derivativos num montante aproximado de R$ 53 milhões; (ii) centralização da administração de caixa (*cash-management*); (iii) processamento de cerca de 90% da folha de pagamentos e (iv) fornecimento de seguros por meio da Unibanco AIG, que está entre as principais seguradoras da Companhia.

*Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Unibanco*

Além da presente Oferta Pública, o Unibanco ou sociedades de seu conglomerado econômico não tem relacionamento com os Acionistas Vendedores.

**Instituição Financeira, Depositária e Escrituradora das Ações**

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de escrituração das nossas ações é o Banco Itaú S.A.

**Informações Adicionais**

Mantemos registro de companhia aberta junto à CVM e informações referentes ao referido registro encontram-se atualizadas. O pedido de registro da Oferta Pública foi apresentado à CVM em 11 de abril de 2005, e a CVM concedeu o registro da Oferta Primária em [•] de [•] de 2005, sob o n.º CVM/SRE/REM/2005/[•], e da Oferta Secundária em [•] de [•] de 2005, sob o n.º CVM/SRE/SEC/2005/[•].

Os Coordenadores da Oferta Pública recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta Pública, a consulta a este Prospecto, que estará à disposição dos interessados a partir de 20 de maio de 2005, nos endereços das Instituições Participantes da Oferta Brasileira mencionadas abaixo. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta Pública e dos riscos a elas inerentes.

Os investidores que desejarem obter maiores informações sobre a Oferta Pública, bem como exemplar do Prospecto Preliminar, deverão dirigir-se aos endereços ou dependências das Instituições Participantes da Oferta Pública, conforme indicado abaixo. Informações adicionais sobre as Corretoras Consorciadas poderão ser obtidas no *website* da CBLC: www.cblc.com.br.

*Coordenadores da Oferta Pública*

- Banco Pactual S.A.
  Praia de Botafogo n.º 501, 6º andar, Rio de Janeiro, RJ; ou
  Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.729, 6º andar, São Paulo, SP.

- Banco UBS S.A.
  Avenida Presidente Juscelino Kubitschek n.º 50, 6º andar, São Paulo, SP; ou
  Praia de Botafogo n.º 228, 16º andar, Ala B, Rio de Janeiro, RJ.

- Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
  Avenida Eusébio Matoso nº 891, 18º andar, São Paulo, SP.

*Instituições Subcontratadas*

- BB Banco de Investimento S.A.
  Rua Lélio Gama, n° 105, 30° andar, Rio de Janeiro, RJ.

- Banco Calyon Brasil S.A.
  Alameda Itú, n.º 852, 16° andar, São Paulo, SP.

- ING Corretora de Câmbio e Títulos S/A
  Avenida Faria Lima, n.º 3.400, 11° andar, São Paulo, SP.

- Banco Santander S.A
  Rua Amador Bueno, n.º 474, Bloco C, 3º andar, São Paulo, SP.

*Corretoras Consorciadas*

Dependências das Instituições Subcontratadas indicadas no Aviso ao Mercado e Anúncio de Início.

# IV. IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

*Administrador*

O Diretor de Relação com Investidores da Companhia poderá prestar esclarecimentos sobre a Oferta Pública:

Sr. Líbano Miranda Barroso
Diretor de Relação com Investidores
Av. Jurandir, 856, Lote 4, Hangar 7
São Paulo, SP
Tel: (0XX11) 5582-8817
Tel: (0XX11) 5582-9688
Fax: (0XX11) 5582-8243

*Consultores*

Os seguintes consultores estiveram envolvidos na Oferta Pública:

Coordenadores

Sr. Rodolfo Riechert
Banco Pactual S.A.
Praia de Botafogo, n.º 501, 6º andar, torre Corcovado
22250-040, Rio de Janeiro, RJ
Tel: (0XX 21) 2514-9600
Fax: (0XX 21) 2514-9802

Sr. Alexandre Bettamio
Banco UBS S.A.
Av. Juscelino Kubitschek, n.º 50, 6º andar,
São Paulo, SP
Tel: (0XX11) 3048-5200
Fax: (0XX11) 3078-7926

Sr. Glenn Mallett
Unibanco – União de Banco Brasileiras S.A.
Av. Eusébio Matoso, n.º 891, 18º andar,
São Paulo, SP
Tel: (0XX 11) 3097-4905
Fax: (0XX 11) 3097-4501

Consultores Legais da Companhia e dos Acionistas Vendedores

Em Direito Brasileiro
Henrique Silva Gordo Lang
Pinheiro Neto Advogados
Rua Boa Vista, 254, 9º andar,
01014-907, São Paulo, SP
Tel: (0XX11) 3247-8400
Fax: (0XX11) 3247-8600

Em Direito Norte-Americano
Sara Hanks
Clifford Chance US LLP
31 West 52nd Street,
Nova York, NY, 10019, EUA
Tel: (00XX1 212) 878-8014
Fax: (00XX1 212) 878-8375

Consultores Legais dos Coordenadores

Em Direito Brasileiro
Carlos José Rolim Mello
Machado, Meyer, Sendacz e Opice
Advogados
Rua da Consolação, 247, 4º andar,
0301-903, São Paulo, SP
Tel: (0XX11) 3150-7010
Fax: (0XX11) 3150-7071

Em Direito Norte-Americano
Francesca Lavin
Cleary, Gotlieb, Steen & Hamilton LLP
One Liberty Plaza,
Nova York, NY, 10006, EUA
Tel: (00XX1 212) 225-2019
Fax: (00XX1 212) 225-3999

*Auditores Independentes*

Para BR GAAP nos períodos findos em 31.6.2004 em diante
Pedro Augusto Melo
KPMG Auditores Independentes
Rua Renato Paes de Barros, 33
04530-904, São Paulo, SP
Tel: (0XX11) 3067-3000
Fax: (0XX11) 3079-3752

Para US GAAP e para BR GAAP nos períodos findos até 31.3.2003
Henrique Luz
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Av. Francisco Matarazzo, 1400
05001-903, São Paulo, SP
Tel: (0XX11) 3674-3897
Fax: (0XX11) 3674-2088

**Declaração da Companhia, dos Acionistas Vendedores e do Coordenador Líder**

Considerando que:

a. nós, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituímos consultores legais para nos auxiliar na implementação da Oferta Pública;

b. para tanto, foi efetuada *due diligence* na Companhia, no período de 15 de março até a presente data, que deverá se prolongar até a data de publicação do anúncio de início de distribuição da Oferta Pública;

c. disponibilizamos os documentos que consideramos materialmente relevantes para a Oferta Pública;

d. além dos documentos acima mencionados, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais; e

e. conforme informações que prestamos, foram disponibilizados, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações que consideramos relevantes sobre os nossos negócios e os de nossas subsidiárias, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Pública,

Nós e os Acionistas Vendedores, de forma individual e não solidária, declaramos que, e o Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

(i) este Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Pública, dos valores mobiliários a serem ofertados, da Companhia, suas atividades, sua situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) as informações prestadas por ocasião do arquivamento deste Prospecto, bem como as fornecidas ao mercado durante a distribuição das Ações são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e

(iii) este Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM n.º 400.

Responsabilizam-se pelas declarações acima as seguintes pessoas:

(a) Companhia: Srs. Marco Antonio Bologna e Líbano Miranda Barroso, diretores estatutários;

(b) Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações: Sras. Noemy Almeida Oliveira Amaro e Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato, diretoras estatutárias;

(c) Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações: Srs. Mauro Bergstein e Antonio Carlos Quintella, diretores estatutários da instituição administradora Credit Suisse First Boston DTVM S.A.;

(d) Brazilian Equity Investments III, LLC, Latin America Capital Partners PV, LLC, Brazilian Equity LLC e Latin America Capital Partners II, LLC: Sr. Roger Wright, procurador; e

(e) Coordenador Líder: Srs. Alessandro Monteiro Morgado Horta e Paulo Fernando Carvalho de Oliveira, diretores estatutários.

# V. FATORES DE RISCO

*O investimento nas Ações envolve um alto grau de risco. O investidor deve analisar cuidadosamente os seguintes fatores de risco, além das outras informações fornecidas neste Prospecto, antes de investir nas Ações. Os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais e as perspectivas da Companhia podem ser adversa e relevantemente afetados por qualquer um desses fatores de riscos ou por outros fatores. O preço de mercado das Ações poderá diminuir devido a qualquer um desses fatores de risco, e o investidor poderá perder todo seu investimento ou parte dele.*

## RISCOS MACROECONÔMICOS

**O Governo Federal tem exercido e continua a exercer significativa influência sobre a economia brasileira. As condições políticas e econômicas no Brasil exercem impacto direto sobre nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais bem como nossas perspectivas sobre o preço de mercado de nossas Ações.**

A economia brasileira tem como característica a constante participação do Governo Federal, que freqüentemente altera as políticas monetária, fiscal e de crédito, entre outras, para influenciar o curso da economia. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e influenciar outras políticas podem ser implementadas mediante controle de preços e salários, depreciação do real, controles sobre a remessa de recursos ao exterior, intervenção do Banco Central para afetar a taxa básica de juros, bem como outras medidas. Não temos controle algum sobre medidas ou políticas que o Governo Federal poderá adotar no futuro, nem podemos prevê-las. Nossos negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas, bem como o preço de mercado das nossas Ações, poderão ser adversamente afetados pelas mudanças nas políticas do Governo Federal, bem como por fatores econômicos em geral, entre os quais se incluem, sem limitação:

- crescimento da economia nacional;
- inflação;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- políticas de controle cambial;
- política fiscal e alterações na legislação tributária;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados de capitais e de empréstimos locais;
- controle do Governo Federal na atividade de produção e refinação de petróleo; e
- outros desenvolvimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

Não podemos prever que políticas fiscais, cambiais, monetárias, previdenciárias, entre outras, serão adotadas pela atual ou futura administração do Governo Federal, nem se essas políticas resultarão em conseqüências adversas para a economia do País, nossos negócios, nossos resultados operacionais, nossa situação financeira ou nossas perspectivas, ou, conseqüentemente, para o preço de mercado das nossas Ações.

**A instabilidade na taxa de câmbio pode influenciar de maneira adversa nossa condição financeira, nossos resultados e o preço de mercado de nossas Ações.**

Como resultado de pressões inflacionárias, a moeda brasileira tem se depreciado periodicamente durante a última década. Durante tal período, o governo brasileiro implementou vários planos econômicos e utilizou diversas políticas de taxas de câmbio, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas durante as quais a freqüência de ajustes variou de diária para mensal, sistemas de flutuação de câmbio e controle de câmbio. Embora a depreciação da moeda brasileira a longo prazo geralmente esteja relacionada à taxa de inflação no Brasil, a depreciação que ocorre em períodos mais curtos tem resultado em oscilações significativas na taxa de câmbio entre a moeda brasileira, o dólar norte-americano e outras moedas. Em 2002, o real depreciou-se 34,3% em relação ao dólar norte-americano, devido, em parte, às incertezas políticas que cercavam a eleição presidencial e à desaceleração da economia global. Apesar de o real ter se apreciado 22,3% e 8,8% em relação ao dólar norte-americano em 2003 e 2004, respectivamente, nenhuma garantia pode ser dada no sentido de que o real irá se depreciar ou apreciar em relação ao dólar norte-americano no futuro. A taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central em 31 de março de 2005 era de R$ 2,6662 por dólar norte-americano.

A maior parte das nossas receitas são denominadas em reais, e uma parte significativa de nossas despesas operacionais, tais como combustível compra e manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamentos e seguro de aeronaves, peças e motores, é denominada em ou atrelada ao dólar norte-americano ou outras moedas estrangeiras. Qualquer desvalorização do real, no caso de não podermos reajustar nossas tarifas de modo a compensar os efeitos daí advindos, ou não obtermos proteção por meio de *hedge,* pode levar a uma diminuição de nossas margens de lucro ou a prejuízos operacionais causados por aumento dos custos ou obrigações denominados em ou atrelados ao dólar norte-americano ou outras moedas estrangeiras sem *hedge*. As desvalorizações do real em relação ao dólar norte-americano ou outras moedas estrangeiras também criam pressão inflacionária, o que pode nos prejudicar, inclusive na medida em que elas geralmente restringem o acesso de empresas brasileiras ao mercado financeiro externo e podem levar a intervenção governamental, incluindo a implementação de políticas recessivas. Estes e outros acontecimentos podem afetar adversamente nossos negócios,condição financeira, o resultado de nossas operações e o valor de mercado de nossas Ações.

**A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para contê-la poderão provocar efeitos adversos sobre a economia brasileira, o mercado brasileiro de capitais, nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas, bem como sobre o preço de mercado de nossas Ações.**

Historicamente, o Brasil tem experimentado taxas de inflação extremamente elevadas. A inflação e algumas das medidas adotadas pelo Governo Federal para combatê-la têm tido importantes efeitos adversos sobre a economia brasileira. Inflação, políticas adotadas para conter o processo inflacionário e a incerteza acerca das políticas públicas futuras podem contribuir para a incerteza do cenário econômico do Brasil e para a elevada volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

Desde a introdução do real em 1994, a taxa de inflação no Brasil tem sido substancialmente menor do que em períodos anteriores. Entretanto, as pressões inflacionárias continuam a existir, e as medidas adotadas para combater a inflação, juntamente com especulações a respeito de possíveis medidas governamentais futuras, têm contribuído para a incerteza econômica no Brasil e elevado a volatilidade no mercado de capitais brasileiro. De acordo com o IGP-M, as taxas de inflação brasileiras foram de 25,3%, 8,7% e 12,4% em 2002, 2003 e 2004, respectivamente. De acordo com o IPCA, as taxas de inflação brasileiras foram de 12,5%, 9,3% e 7,6% em 2002, 2003 e 2004, respectivamente.

O Brasil poderá experimentar altos níveis de inflação no futuro. A pressão inflacionária poderá levar a maiores intervenções governamentais na economia, incluindo a introdução de políticas governamentais que poderão afetar adversamente nossos negócios, nossa situação financeira, nossos resultados operacionais e nossas perspectivas, e, como resultado, o preço de mercado de nossas Ações.

Caso o Brasil apresente altas taxas de inflação no futuro, talvez não sejamos capazes de reajustar as tarifas que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos. Pressões inflacionárias também podem afetar nossa habilidade de acessar mercados financeiros estrangeiros ou anteciparmo-nos às políticas governamentais de combate à inflação que possam causar danos aos nossos negócios, condição financeira, o resultado de nossas operações ou afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações.

**A variação nas taxas de juros podem afetar nossos negócios, condição financeira, resultados de nossas operações ou afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações.**

Nós estamos expostos ao risco de variação nas taxas de juros, principalmente quanto à TJLP e à Taxa DI, no que se refere a empréstimos feitos em reais, e à LIBOR, no que se refere a arrendamentos mercantis feitos em dólares norte-americanos.

Como nos anos de 2003 e 2004 a pressão inflacionária cedeu, o Banco Central diminuiu a TJLP de 11% em 31 de dezembro de 2003 para 9,75% em 31 de dezembro de 2004. Entretanto, qualquer aumento da pressão inflacionária ou qualquer outra pressão macroeconômica pode fazer com que o Governo Federal aumente as taxas de juros nacionais.

Adicionalmente, considerando que os nossos pagamentos relacionados aos nossos arrendamentos mercantis variam de acordo com a LIBOR, estamos expostos ao risco de variação na LIBOR.

Caso a TJLP, a Taxa DI ou a LIBOR aumentem, teremos que pagar nossos empréstimos em valores mais elevados e podemos não ser capazes de ajustar nosso preço para compensar o efeito de tal aumento de custo. Assim sendo, tais aumentos podem afetar nossos negócios, condição financeira, resultados da operação ou o afetar adversamente o valor de mercado de nossas Ações.

**Acontecimentos e a percepção de risco em outros países, principalmente em países emergentes, podem afetar adversamente o valor de mercado de valores mobiliários brasileiros, incluindo as Ações.**

O mercado para os valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, inclusive de outros países da América Latina e de outros países emergentes. Embora as condições econômicas desses países sejam diferentes das condições econômicas do Brasil, a reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode ter um efeito material adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive as Ações. Crises em outros países emergentes podem reduzir a demanda de investidores por valores mobiliários de companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de nossa emissão. Esses fatos podem afetar adversamente o valor de negociação das Ações, e podem dificultar ou mesmo impedir nosso acesso ao mercado de capitais e o financiamento de nossas operações no futuro.

## RISCOS RELACIONADOS AO SETOR DE AVIAÇÃO

**A estrutura de regulação da aviação civil brasileira está passando por mudanças e ainda não podemos avaliar os resultados que tais alterações terão em nossos negócios e os resultados de nossas operações.**

Serviços de transporte aéreo regular são considerados serviços de utilidade pública e estão sujeitos a extensiva regulação do Governo Federal. A estrutura de regulação da aviação civil brasileira está passando por mudanças que foram idealizadas para ajudar a restaurar a estabilidade financeira de algumas companhias que operam na aviação civil brasileira que têm experimentado dificuldades financeiras, em linha com a tendência global. Dessa forma, as autoridades reguladoras têm assumido uma postura de maior ingerência para monitorar o desenvolvimento do mercado brasileiro de aviação civil, através, por exemplo, do estabelecimento de critérios mais rigorosos a serem observados pelas empresas de transporte aéreo para a criação de novas rotas ou freqüências adicionais de vôos, visando a evitar excesso de oferta. Diversas iniciativas legislativas foram tomadas, incluindo a elaboração de um projeto de lei que substituiria a Lei n.º 7.565, de 19 de dezembro de 1986, o atual Código Brasileiro de Aeronáutica, a submissão de um novo regulamento de política pública para aviação civil ao Ministério da Defesa para sua aprovação, além de um projeto de lei propondo a criação de uma

agência nacional de aviação civil que substituiria o DAC como principal órgão regulador da aviação civil brasileira. A estrutura da aviação civil brasileira poderá ser significativamente modificada no futuro, e não podemos prever ou avaliar como esta mudança afetará nossos negócios e os resultados de nossas operações. Não podemos assegurar que estas ou outras alterações na regulação da aviação civil brasileira não terão efeitos adversos em nossos negócios ou nos resultados de nossas operações.

É privativa do Governo Federal a exploração dos serviços de transporte aéreo, bem como de infra-estrutura de aeroportos. O Governo Federal pode prestar esses serviços diretamente ou por terceiros por meio de concessões ou permissões. Nossa concessão foi obtida em 9 de dezembro de 1996 para a exploração do transporte aéreo regular e público de passageiros e cargas, e vigorará até 9 de dezembro de 2011. Não podemos garantir que conseguiremos renovar automaticamente nossa concessão ao seu término. Vide "*XVI. Regulação da Aviação Civil Brasileira - Concessão para Serviços de Transporte Aéreo*".

O DAC é encarregado de aprovar todas as novas rotas de vôos, assim como as modificações em rotas aéreas existentes e aumento nas freqüências dos vôos. Adicionalmente, a importação de qualquer nova aeronave está sujeita à aprovação do COTAC, um sub-departamento do DAC. Também dependemos da aprovação do CERNAI, órgão subordinado ao Ministério da Defesa responsável por regular os acordos bilaterais, para nossos vôos internacionais. Nossos planos de crescimento contemplam a expansão para novos mercados, aumentando as freqüências dos vôos e aumentando nossa frota, atualmente composta por 85 aeronaves. Dessa maneira, nossa capacidade de crescimento depende das autorizações necessárias concedidas pelo DAC, pelo COTAC e pelo CERNAI. Não podemos assegurar que essas autorizações serão concedidas no futuro.

Adicionalmente, nossa habilidade aumentar tarifas para compensar um aumento de nossos custos fixos pode ser afetada adversamente, caso as autoridades brasileiras de aviação civil imponham quaisquer mecanismos de controle de tarifas nos serviços de transportes aéreos. Mudanças na regulamentação expedida pelo governo ou a ocorrência de qualquer dos fatores acima pode aumentar nossos custos, limitar nossa capacidade para expandir nosso numero de rotas ou, ainda, afetar adversamente o nosso negócio.

**É possível que a concorrência no setor doméstico e no internacional de aviação civil aumente, e o Governo Federal pode intervir no mercado doméstico.**

Enfrentamos intensa concorrência nos vôos domésticos e nos vôos internacionais. O Governo Federal tem competência para autorizar ou negar a entrada de novos participantes no mercado doméstico em que atuamos, assim como assumir operações de transporte aéreo. Nesse sentido, podemos enfrentar maior concorrência dos atuais ou de novos participantes no mercado brasileiro de aviação civil. O setor de transportes aéreos é altamente sensível a descontos de preço, sobretudo com o advento de empresas de baixo custo ou com a adoção de políticas de preço predatórias. Outros fatores como freqüência de vôos, disponibilidade de horários, reconhecimento de marca, qualidade de serviços oferecidos, tais como programas de fidelização, salas vip e entretenimento de bordo e outras amenidades, também têm peso importante na competitividade no setor. Além disso, a regulamentação das concessões de linhas aéreas domésticas não exige grandes aportes financeiros e, portanto, as barreiras de acesso ao mercado de transportes aéreos são baixas. Não podemos garantir que no futuro o Governo Federal irá autorizar ou negar autorização para novos concorrentes no mercado em que atuamos, ou mesmo assumir diretamente a prestação de atividades de transporte aéreo, nem tampouco que os atuais ou novos concorrentes não praticarão tarifas abaixo das nossas, oferecerão serviços mais atraentes que os nossos ou não aumentarão a capacidade de suas rotas em um esforço para conseguir uma maior participação de mercado. Não podemos garantir que caso isso aconteça o preço das nossas passagens, nosso tráfego de passageiros ou nossas margens de lucro não sejam negativamente afetados.

**Aumentos substanciais nos preços de combustível ou a indisponibilidade de quantidades suficientes de combustível podem prejudicar o setor de aviação civil brasileira e nossos negócios.**

Os custos dos combustíveis representam uma parcela significativa das despesas operacionais das companhias aéreas em geral, constituindo 29,8% do nosso custo dos serviços prestados e das despesas operacionais no período de três meses findo em 31 de março de 2005.

Historicamente, os preços de combustível têm se sujeitado a oscilações significativas nos preços internacionais, que por sua vez variam em função da situação geopolítica e da oferta e demanda mundiais. A disponibilidade de combustível é também sujeita a períodos de escassez e oferta excessiva no mercado e é afetada pela demanda de gasolina e de outros derivados do petróleo. Dessa forma, não é possível prever o custo e a disponibilidade de combustíveis no futuro com algum grau de certeza. Caso o fornecimento de combustível diminua, os preços de nosso combustível podem aumentar. Em caso de escassez no fornecimento de combustíveis, pode ocorrer um aumento dos preços ou a redução dos serviços previstos. Alguns de nossos concorrentes podem obter combustível em condições melhores do que as nossas, tanto em relação a preço como em relação a quantidade. Nossas operações de *hedge,* que atualmente cobrem apenas três meses do nosso consumo de combustíveis, nossa margem para reajustar nossas tarifas podem não ser suficientes para nos proteger de aumentos nos preços do combustível. Aumentos relevantes nos custos de combustíveis podem prejudicar nossa situação financeira e nossos resultados caso não seja possível repassar tais aumentos ao preço das tarifas.

**As companhias do setor de aviação civil brasileira em geral têm custos fixos significativos que podem prejudicar a habilidade de alcançar suas metas estratégicas.**

As companhias do setor de aviação em geral têm custos fixos significativos relacionados principalmente aos arrendamentos contratados para aeronaves. Esperamos incorrer em custos fixos adicionais e contrair dívidas conforme arrendamos ou adquirimos novas aeronaves e outros equipamentos para implementar nossa estratégia de crescimento.

Em função dos custos fixos significativos, poderemos: (i) ter limitada nossa habilidade de obter financiamentos adicionais para nosso capital de giro e outros propósitos; (ii) comprometer parte substancial do nosso fluxo de caixa com os custos fixos resultantes de arrendamento mercantil de aeronaves; (iii) incorrer em despesas mais elevadas com juros ou com arrendamentos, caso as taxas de juros aumentem; ou (iv) ter limitada nossa habilidade de planejar ou reagir a mudanças em nossos negócios e no setor de aviação civil e nas condições econômicas gerais.

**Nosso insucesso em implementar nossa estratégia de crescimento pode prejudicar nossos resultados e o valor de mercado das Ações.**

Nossa estratégia de crescimento no mercado doméstico e internacional e consolidação da nossa liderança inclui, entre outras propostas, o aumento do número de mercados que servimos e o aumento da freqüência de vôos naqueles mercados que servimos atualmente, o que depende de aprovações para rotas em áreas geográficas apropriadas e obtenção de acesso adequado aos aeroportos. O aeroporto de Congonhas, em São Paulo, está sujeitos a restrições de slots, o que limita o número de pousos e decolagens e quando eles podem ser realizados. Dois dos principais aeroportos em que operamos, o aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília, e o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, estão altamente congestionados e a capacidade de passageiros está próxima de atingir seu níveis máximos. Outros aeroportos no futuro podem atingir capacidade máxima de passageiros ou passarem a ter restrições de *slots*. Qualquer fator que impeça ou atrase nosso acesso aos aeroportos ou rotas que sejam vitais em nossa estratégia de crescimento qualificado, incluindo a incapacidade de manter nossos slots atuais e de obter slots adicionais em certos aeroportos pode restringir a expansão de nossas operações.

**O custo do seguro das companhias aéreas pode aumentar substancialmente em virtude de eventuais ataques terroristas, prejudicando o nosso a condição financeira e resultados.**

As companhias seguradoras podem aumentar substancialmente os prêmios dos seguros de linhas aéreas e reduzirem o montante de cobertura dos seguros disponíveis para companhias aéreas, para cobertura de responsabilidade civil por danos resultantes de atos de terrorismo, guerra ou eventos similares, como ocorrido por exemplo após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos da América.

O Congresso Nacional promulgou legislação autorizando o Governo Federal a assumir provisoriamente responsabilidade civil perante terceiros por qualquer dano a pessoas ou bens no solo causado por ataques terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de linhas aéreas brasileiras no Brasil ou no exterior. Esta lei foi promulgada em resposta aos aumentos substanciais nos prêmios de seguros para a cobertura de riscos relativos a ataques terroristas em aeronaves, após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos. No entanto, o Governo Federal pode, a seu exclusivo critério, suspender a assunção de responsabilidade a qualquer tempo, observado o prazo de sete dias a contar da publicação de tal suspensão.

As seguradoras de aeronaves podem reduzir suas coberturas ou aumentar seus prêmios em caso de ataques terroristas, seqüestros, quedas de aviões, fim da assunção de responsabilidade pelo Governo Federal ou outros eventos que afetem a aviação civil no exterior ou no Brasil. Reduções significativas nas coberturas ou aumentos nos prêmios de seguros podem prejudicar nossas condições financeiras e os resultados de nossas operações.

**A reputação e os resultados financeiros das companhias aéreas podem ser prejudicados por um eventual acidente ou incidente envolvendo suas aeronaves ou outros fatores fora do seu controle, bem como atrasos causados, inclusive por congestionamentos nos aeroportos, condições climáticas adversas e aumento das medidas de segurança.**

Um eventual acidente ou incidente envolvendo as aeronaves de qualquer companhia aérea pode exigir a reparação ou a substituição da aeronave danificada e a respectiva perda temporária ou permanente do serviço, além de indenizações significativas aos passageiros feridos e a terceiros. Consideramos os valores de seguros por nós contratados consistentes com as práticas do setor. Podemos incorrer em perdas consideráveis em caso de acidente caso tais valores não sejam suficientes para cobrir os danos. Indenizações a serem desembolsadas que não estejam compreendidas em nossa cobertura de seguros podem prejudicar nossos negócios e resultados financeiros. Além disso, um acidente ou incidente com uma de nossas aeronaves, mesmo que totalmente coberta por seguro, ou então um acidente ou incidente com uma aeronave de outra companhia aérea que opere com um modelo de uma das nossas aeronaves, pode afetar adversamente nossa imagem e gerar a percepção pública de que somos menos seguros ou confiáveis que outras companhias aéreas, o que pode prejudicar nossas atividades e posição no mercado.

Tal como outras companhias aéreas, estamos sujeitos a atrasos causados por fatores fora do nosso controle, inclusive congestionamentos nos aeroportos, condições climáticas adversas e aumento das medidas de segurança. Atrasos deixam os passageiros insatisfeitos, reduzem as taxas de utilização de aeronave e aumentam os custos, acabando por afetar a rentabilidade. Em caso de condições climáticas adversas, os vôos podem ser cancelados ou sofrer atrasos significativos. Cancelamentos ou atrasos devido a condições climáticas, problemas de controle de tráfego aéreo e quebras de segurança afetam o nosso desempenho financeiro e podem prejudicar nossa reputação como companhia aérea de alta pontualidade.

## RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA

**Dependemos em grande medida de sistemas automatizados e qualquer falha destes sistemas pode prejudicar nossos negócios e resultados financeiros.**

Dependemos de sistemas automatizados para operar nossos negócios, incluindo nosso Portal *e*-TAM, nosso sistema computadorizado de reserva de assentos, nosso sistema de administração de frota e malha, nosso sistema de telecomunicações e nosso *site* na Internet. Falhas substanciais ou repetidas em tais sistemas podem dificultar o acesso de nossos clientes e agências de viagens aos nossos produtos e serviços e levá-los a comprar passagens em outras companhias aéreas. Qualquer interrupção nesses sistemas pode resultar em perda de informações importantes, aumento de nossos custos e prejuízos em nossos negócios e resultados operacionais.

**Podemos não conseguir obter todas as aeronaves e peças em tempo hábil, o que pode acarretar a interrupção da operação de certas aeronaves devido a manutenções não programadas ou imprevistas.**

Em 31 de março de 2005, detínhamos junto à Airbus pedidos firmes de arrendamento de mais 10 aeronaves modelo Airbus A-320. Qualquer quebra ou alteração do cronograma de entregas da Airbus afetará nossa atividade, com um eventual impacto negativo sobre os nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira. Nossa capacidade para obter essas aeronaves junto à Airbus pode ser afetada por vários fatores, inclusive: (i) a Airbus pode recusar, ou ter limitações financeiras, para cumprir as obrigações assumidas com a celebração do contrato de entrega das aeronaves; (ii) ocorrência de incêndio, greve ou outros eventos que afetem a capacidade da Airbus para cumprir as suas obrigações contratuais de forma integral e tempestiva; e (iii) nossa incapacidade de obter financiamento das aeronaves ou a recusa da Airbus em disponibilizar apoio financeiro. Nossas atividades também podem ser afetadas por falhas ou incapacidade da Airbus ou de outros fornecedores de fornecerem tempestivamente peças de reposição suficientes, o que pode acarretar a interrupção da operação de certas aeronaves devido a manutenções não programadas ou imprevistas.

## RISCOS RELACIONADOS ÀS AÇÕES

**Temos um grupo de controle bem definido com o poder de dirigir nossos negócios e seus interesses podem conflitar com os interesses dos demais acionistas.**

Nossos Principais Acionistas têm o poder de, entre outras coisas (i) eleger a maioria dos nossos Administradores, e (ii) decidir o resultado de qualquer ação que exija a aprovação dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, e o tempo e as condições de pagamento de quaisquer dividendos futuros, sujeito aos requisitos de distribuição mínima obrigatória de dividendos nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Nossos Principais Acionistas têm o poder de realizar operações econômicas em condições que podem não se alinhar com os interesses dos demais acionistas detentores de Ações.

**As ações preferenciais não têm direito gerais de voto.**

Exceto em determinadas matérias e circunstâncias, as ações preferenciais de nossa emissão não conferem direito a voto aos seus titulares (Ver "*XX. Descrição do Capital Social"*). Os Principais Acionistas detêm a maioria das nossas ações ordinárias com direito a voto, controlando-nos e, portanto, têm condições de tomar medidas corporativas sem a aprovação dos acionistas preferenciais.

**Um mercado secundário ativo e líquido para as Ações pode não se desenvolver, o que pode limitar a possibilidade de venda das Ações ao preço e no momento desejados.**

Antes desta Oferta Pública, nossas ações preferenciais em circulação representavam apenas 0,54% do capital social e tinham negociação limitada à Bovespa ou em mercado de balcão não-organizado. A liquidez de mercado dos valores mobiliários está freqüentemente relacionada ao volume de ações detidas por acionistas que não sejam o acionista controlador ou partes a ele relacionadas. Mercados mais líquidos e ativos normalmente resultam em menor volatilidade de preços e execução mais eficiente de ordens de compra e venda de investidores. Não podemos prever se um mercado líquido de negociação de nossas Ações se desenvolverá ou se tal mercado permanecerá líquido. Estes fatores podem afetar negativamente o valor de mercado e a liquidez de nossas Ações .

**Podemos não pagar dividendos aos acionistas detentores de Ações.**

De acordo com nosso Estatuto Social, devemos pagar a nossos acionistas pelo menos 25% de nosso lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendos. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. Podemos não pagar dividendos a nossos acionistas em qualquer exercício social se nosso Conselho de Administração decidir que tal pagamento seria desaconselhável diante de nossa situação financeira à época.

Além disso, o pagamento de dividendos aos nossos acionistas provém do lucro líquido distribuído por nossas subsidiárias operacionais como dividendos. Podemos não ser capazes de pagar dividendos aos nossos acionistas caso nossas subsidiárias operacionais não tenham condições de distribuir dividendos.

**Poderá haver diluição do valor econômico de seu investimento.**

O preço de emissão/venda ao público das Ações poderá exceder o valor patrimonial de nossas Ações após esta Oferta Pública. Conseqüentemente, os investidores que subscreverem ou adquirirem nossas Ações nesta Distribuição poderão sofrer imediata redução e substancial diluição do valor contábil de seu investimento. Ver *"X. Diluição"*.

Além disso, caso tenhamos necessidade de obtenção de capital para nossas atividades por meio de emissão de novas ações, essas futuras emissões poderão inclusive ser feitas por valor inferior ao valor patrimonial de nossas Ações na data em questão. Nessa hipótese, os investidores que subscreverem ou adquirirem nossas Ações nesta Distribuição poderão sofrer imediata redução e substancial diluição em operações futuras de mercado de capitais.

**A venda de quantidades significativas de ações preferenciais após a Oferta Pública pode fazer com que o valor de mercado das Ações Preferenciais diminua.**

Em virtude de um acordo de restrição à venda de ações *(lock-up agreement)*, nós, os Acionistas Vendedores, a TEP e nossos conselheiros e diretores concordamos que não iremos emitir ou transferir dentro do prazo de 180 dias a contar da data do Anúncio de Início, qualquer ação preferencial ou opção de compra de ações preferenciais, ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações preferenciais, ou que representem um direito a receber ações preferenciais. Após o término do prazo deste acordo ou caso ele seja alterado ou resolvido pelas partes, a negociação das ações preferenciais anteriormente sujeitas a esta restrição poderá ocorrer livremente. Caso a Companhia ou seus acionistas decidam vender um volume significativo de nossas ações preferenciais, ou se o mercado perceber nossa intenção de vendê-las, o valor de mercado das Ações pode diminuir significativamente.

## RISCO RELACIONADO À OFERTA

**Os investidores Não-Institucionais poderão não conseguir adquirir o número total de Ações objeto de seus respectivos Pedidos de Reserva, sujeitando-se a regras de rateio no caso de excesso de demanda.**

Caso o total dos Pedidos de Reserva de Ações objeto da Oferta de Varejo seja superior ao montante de 10% do total das Ações originalmente ofertadas, será realizado rateio entre todos os Investidores Não-Institucionais que aderirem à Oferta de Varejo para aquisição de Ações, mediante o devido preenchimento do Pedido de Reserva durante o Período de Reserva, observado, para tanto, o prazo restrito aplicável às Partes Vinculadas. Vide seção *"XI. Informações sobre a Oferta Pública - Procedimento da Oferta Pública"*. Portanto, na hipótese de ser constatado excesso de demanda, os Investidores Não-Institucionais poderão não conseguir adquirir a quantidade de ações esperada, conforme indicado em seus respectivos Pedidos de Reserva.

# VI. INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS

Este Prospecto inclui informações prospectivas, principalmente nas Seções *"II. Sumário do Prospecto"*, *"V. Fatores de Risco"*, *"XIII. Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais"* e *"XV. Atividades da Companhia"*. Nossas informações prospectivas foram baseadas, em grande parte, nas expectativas atuais e projeções sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou poderiam afetar os nossos negócios. Muitos fatores importantes, além daqueles já discutidos em outras seções do Prospecto, poderiam fazer com que nossos resultados difiram substancialmente daqueles previstos em nossas informações prospectivas, incluindo, entre outros:

- a conjuntura econômica, política e de negócios no País e nos principais mercados internacionais onde atuamos;
- as expectativas e estimativas dos nossos administradores quanto ao nosso futuro desempenho financeiro, planos financeiros e efeitos da concorrência;
- nossos níveis de endividamento e outras obrigações de pagamento;
- nossos planos de investimentos e gastos de capital;
- as taxas de inflação e as alterações relevantes na taxa de câmbio frente ao real, tanto no que diz respeito à desvalorização como à valorização do real;
- a regulamentação existente, bem como a futura;
- aumento nos custos de manutenção, de combustíveis e prêmios de seguros;
- alterações nos preços de mercado, preferências dos clientes e condições competitivas;
- variações cíclicas e sazonais em nossos resultados operacionais;
- defeitos ou problemas mecânicos em nossas aeronaves;
- nossa habilidade de implementar com sucesso nossa estratégia e planos de crescimento;
- alterações em políticas fiscais e na legislação tributária; e
- os fatores de risco apresentados na Seção *"V. Fatores de Risco"*.

As palavras "acredita", "antecipa", "continua", "entende", "espera", "estima", "pode", "poderá", "pretende" e palavras similares têm por objetivo identificar declarações prospectivas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não assumimos a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas informações prospectivas em razão da ocorrência de novas informações, eventos futuros ou de outra forma. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, as informações prospectivas constantes neste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão de inúmeros fatores. Nenhuma dessas informações prospectivas consiste em garantia de um desempenho futuro e cada uma dessas informações prospectivas envolve riscos e incertezas.

Os investidores são advertidos a não depositar confiança indevida em nenhuma informação prospectiva contida neste Prospecto.

## VII. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Referências à "Companhia" devem ser entendidas como referências à TAM S.A. e suas subsidiárias consolidadas. As subsidiárias consolidadas da Companhia são a TAM Linhas Aéreas, a TAM Mercosur e a TAM Viagens. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, a TAM Linhas Aéreas passou a consolidar as demonstrações financeiras de sua subsidiária TAM Viagens, que se encontrava registrada ao custo histórico até 31 de dezembro de 2003.

Elaboramos e apresentamos nossas demonstrações e informações financeiras consolidadas de acordo com BR GAAP e com o Plano de Contas elaborado pelo DAC. A TAM Mercosur prepara suas demonstrações financeiras de acordo com as normas contábeis geralmente aceitas no Paraguai, adotadas pelo Conselho de Contadores do Paraguai. Para a consolidação, as demonstrações financeiras da TAM Mercosur são adaptadas ao BR GAAP.

As seguintes informações financeiras estão incluídas neste Prospecto:

- Informações Trimestrais – ITR – 31.03.2005 não auditadas e respectivo relatório de revisão limitada dos auditores independentes (Anexo G);

- Informações Financeiras Interinas Consolidadas Condensadas, não auditadas em 31 de março de 2005 e para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e respectivo relatório de revisão limitada dos auditores independentes (Anexo E);

- DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas em 31 de dezembro de 2004 e para o exercício findo naquela data e respectivo parecer dos auditores independentes (Anexo H); e

- Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e respectivo parecer dos auditores independentes (Anexo F).

BR GAAP diferem em certos aspectos relevantes dos U.S. GAAP. Vide *"XIII. Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Reconciliação com U.S. GAAP"*. Para obter informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças, bem como para obter uma reconciliação entre o lucro (prejuízo) líquido e o patrimônio líquido relativamente BR GAAP e U.S. GAAP, ver nossas Informações Financeiras Interinas Consolidadas, Condensadas, Não Auditadas (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e os U.S. GAAP) incluídas neste Prospecto. As demonstrações financeiras em BR GAAP incluídas neste Prospecto para os períodos findos em 31 de dezembro de 2004 e 31 de março de 2005 são auditadas e/ou revisadas pela KPMG Auditores Independentes. As demonstrações financeiras em BR GAAP incluídas neste Prospecto para os períodos findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 e 31 de março de 2004 e as demonstrações financeiras em V.S. GAAP incluídas neste Prospecto para os períodos findos em 31 de dezembro de 2004, 2003 e 2002 e 31 de março de 2005 e 2004 são auditadas e/ou revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes..

As informações contidas neste Prospecto em relação ao Brasil e à economia brasileira são baseadas em dados publicados pelo Banco Central, pelos órgãos públicos e por outras fontes independentes. Os dados e estatísticas sobre o setor da aviação civil brasileira e internacional são baseados em dados publicados pelo DAC e pela IATA, respectivamente. Nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores não assumem qualquer responsabilidade pela precisão ou suficiência de tais indicadores do setor da aviação civil brasileira.

Os valores relacionados à quantidade de ações de emissão da Companhia foram ajustados para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 por meio da qual cada ação foi desdobrada em duas ações da mesma espécie e classe.

Os resultados da soma de alguns valores podem não corresponder aos totais apresentados devido ao seu arredondamento.

# VIII. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber recursos líquidos da emissão de Ações na Oferta Primária no montante aproximado de R$ [●] milhões, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar e as Ações Adicionais, e no montante aproximado de R$ [●] milhões, na hipótese de exercício da Opção de Lote Suplementar, após dedução dos valores estimados por nós devidos a título de comissões e despesas.

A totalidade dos recursos líquidos que recebermos em decorrência da emissão de Ações na Oferta Primária, incluindo as Ações do Lote Suplementar e as Ações Adicionais, será utilizada para o financiamento de nossas atividades por meio de aportes de capital em nossas subsidiárias operacionais. Pretendemos utilizar aproximadamente 90% (noventa por cento) desses recursos para financiar a aquisição e/ou arrendamento de aeronaves *narrow bodies* com predominância do modelo Airbus A320 para a renovação e o crescimento da nossa frota, com o objetivo de consolidação e expansão em nossos mercados de atuação, a saber, Brasil, América Latina e rotas internacionais seletivas. O restante dos recursos será utilizado para capital de giro e propósitos corporativos gerais.

Não receberemos recurso algum proveniente da venda de Ações pelos Acionistas Vendedores no âmbito da Oferta Secundária.

# IX. CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta o endividamento de curto e longo prazos, o patrimônio líquido e a capitalização total da Companhia em 31 de março de 2005, de acordo com: (i) as Informações Trimestrais – ITR em 31 de março de 2005; e (ii) o ajuste para refletir a estimativa de recursos líquidos auferidos pela Companhia em decorrência da Oferta Primária, após o pagamento previsto de comissões e despesas (ver *"VIII. Destinação dos Recursos"*). Nós não receberemos recursos referentes a Oferta Secundária:

| | **Efetiva (em milhões de reais)** | **Conforme ajuste (em milhões de reais)** |
|---|---|---|
| **Dívida de curto prazo (inclusive juros acumulados )** | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | |
| Garantidos | 125 | [●] |
| Não garantidos | -- | [●] |
| Arrendamentos: | | |
| Garantidos | 8 | [●] |
| Não garantidos | 63 | [●] |
| Reorganização da frota de Fokker 100: | | |
| Garantidos | 9 | [●] |
| Não garantidos | -- | [●] |
| Debêntures: | | |
| Garantidas | 23 | [●] |
| Não garantidas | -- | [●] |
| **Total da dívida de curto prazo** | **228** | **[●]** |
| **Dívida de longo prazo** | | |
| Empréstimos e financiamentos: | | |
| Garantidos | 6 | [●] |
| Não garantidos | -- | [●] |
| Arrendamentos: | | |
| Garantidos | 10 | [●] |
| Não garantidos | 211 | [●] |
| Reorganização da frota de Fokker 100: | | |
| Garantidos | 106 | [●] |
| Não garantidos | -- | [●] |
| Debêntures: | | |
| Garantidas | 48 | [●] |
| Não garantidas | -- | [●] |
| **Total da dívida de longo prazo** | **381** | **[●]** |
| Patrimônio líquido | 245 | [●] |
| **Capitalização total** [(1)] | **626** | **[●]** |

(1) *Dívida de longo prazo (excluída a parcela de curto prazo) e patrimônio líquido.*

A tabela acima deve ser lida em conjunto com as informações financeiras e demonstrações financeiras da Companhia incluídas neste Prospecto.

Os acionistas detentores de ações preferenciais de emissão da Companhia que dissentirem da deliberação sobre a alteração nos direitos e vantagens das ações preferenciais tomada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 terão o direito de retirar-se da Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data de publicação da ata da assembléia, nos termos do art. 137 da Lei das Sociedades por Ações (Vide *"XX. Descrição do Capital Social – Reembolso e Direito de Retirada"*). Caso todos os acionistas que não compareceram à referida assembléia geral exerçam seu direito de recesso ao valor de R$ 3,1093 por ação (antes do desdobramento), a Companhia terá um desembolso de cerca de R$ 1 milhão para realizar tal pagamento.

# X. DILUIÇÃO

Em 31 de março de 2005, o valor patrimonial líquido por ação da Companhia, computado com base em dados derivados de suas informações financeiras consolidadas, era de R$ 2,00 por ação. O valor patrimonial líquido por ação representa o valor contábil do patrimônio líquido dividido por 122.729.342, que era o número total das ações de emissão da Companhia em 31 de março de 2005 ajustado para refletir o desdobramento de ações aprovado em 16 de maio de 2005.

Depois de levar em conta a Oferta Primária das Ações ao Preço de Distribuição de R$ [●] por Ação, considerando todas as Ações que poderão ser emitidas pela Companhia em consonância com a Opção de Lote Suplementar, e depois de deduzir as comissões e outras despesas devidas pela Companhia relativas à Oferta Pública, o valor patrimonial líquido da Companhia em 31 de março de 2005 teria sido de aproximadamente R$ [●] milhões, representando R$ [●] por ação. Ao preço da Oferta Primária de R$ [●] por Ação, isso representa aumento imediato no valor patrimonial líquido de R$ [●] por ação para os acionistas existentes e diluição imediata no valor patrimonial líquido de R$ [●] por ação para os novos investidores na Oferta Primária. A diluição para esse fim representa a diferença entre o Preço de Distribuição pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido das ações imediatamente após a conclusão da Oferta Primária.

A tabela a seguir ilustra essa diluição por ação:

| | |
|---|---|
| Preço de Distribuição | R$ [●] |
| Valor patrimonial líquido por ação antes da Oferta Pública | R$ 2,00 |
| Aumento por ação atribuível a novos investidores | R$ [●] |
| Valor patrimonial líquido por ação após a Oferta Pública | R$ [●] |
| Diluição no valor patrimonial líquido por ação para os novos investidores | R$ [●] |
| Porcentagem de diluição para os novos investidores[(1)] | [●]% |

---

(1) *O cálculo da porcentagem de diluição para os novos investidores é obtido dividindo-se a diluição no valor patrimonial líquido por ação para novos investidores pelo preço da Oferta Pública.*

A Companhia não dispõe de quaisquer opções, dívida conversível ou outros títulos ou acordos em aberto que poderiam requerer que ela emitisse ações adicionais, nem foram exercidas quaisquer opções de aquisição de ações nos últimos 5 anos.

O preço de emissão das Ações não guarda relação com o valor patrimonial e foi fixado com base no valor de mercado das ações de emissão da Companhia, aferido após a realização do Procedimento de *Bookbuilding*.

Em 18 de setembro de 2003, a Aerosystem e a Nova Fronteira subscreveram conjuntamente 797.740 novas ações ordinárias ao preço de emissão de R$ 3,60 por ação (que ajustado para refletir o desdobramento de ações aprovado em 16 de maio de 2005 equivale a R$ 1,80 por ação). Os acionistas controladores e os administradores não efetuaram nenhuma outra aquisição de ações de emissão da Companhia nos últimos 5 anos.

# XI. INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO

As nossas ações são e continuarão sendo cotadas na Bovespa, sob os códigos "TAMM3" (ações ordinárias) e "TAMM4" (ações preferenciais). Em 19 de maio de 2005, as ações de emissão da Companhia foram admitidas para negociação no Nível 2 da Bovespa. Em 13 de maio de 2005, a Companhia tinha 740 acionistas.

**Preço e Mercado das Nossas Ações**

A tabela a seguir apresenta o preço de fechamento máximo, médio e mínimo em reais, das ações preferenciais de emissão da Companhia, nos períodos indicados, na Bolsa de Valores de São Paulo.

| | Reais por Ação Preferencial* | | |
|---|---|---|---|
| | **Máximo** | **Média** | **Mínimo** |
| 2005 (até 30 de abril) | R$ 45,90 | R$ 39,30 | R$ 27,00 |
| 2004 | R$ 33,00 | R$ 16,94 | R$ 3,70 |
| 2003 | R$ 4,20 | R$ 3,92 | R$ 3,60 |
| 2002 | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| 2001 | R$ 4,20 | R$ 4,20 | R$ 4,20 |

| | Reais por Ação Preferencial | | |
|---|---|---|---|
| | **Máximo** | **Média** | **Mínimo** |
| **2005** | | | |
| 1° Trimestre | R$ 45,90 | R$ 38,18 | R$ 27,00 |
| **2004** | | | |
| 1° Trimestre | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| 2° Trimestre | R$ 4,10 | R$ 3,90 | R$ 3,70 |
| 3° Trimestre | R$ 6,00 | R$ 5,20 | R$ 4,40 |
| 4° Trimestre | R$ 33,00 | R$ 20,55 | R$ 6,00 |
| **2003** | | | |
| 1° Trimestre | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| 2° Trimestre | R$ 4,20 | R$ 3,90 | R$ 3,60 |
| 3° Trimestre | R$ 0,00 | R$ 0,00 | R$ 0,00 |
| 4° Trimestre | R$ 4,20 | R$ 3,95 | R$ 3,70 |

| | Reais por Ação Preferencial | | |
|---|---|---|---|
| | **Máximo** | **Média** | **Mínimo** |
| Abril 2005 | R$ 44,00 | R$ 42,06 | R$ 38,50 |
| Março 2005 | R$ 43,00 | R$ 41,57 | R$ 40,00 |
| Fevereiro 2005 | R$ 45,90 | R$ 40,48 | R$ 34,00 |
| Janeiro 2005 | R$ 35,00 | R$ 31,75 | R$ 22,00 |
| Dezembro 2004 | R$ 33,00 | R$ 25,17 | R$ 13,07 |
| Novembro 2004 | R$ 11,31 | R$ 9,46 | R$ 6,00 |

** Conforme ajustado para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005.*

*Fonte*: Bovespa

Os valores relacionados à quantidade de ações de emissão da Companhia foram ajustados para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 por meio da qual cada ação foi desdobrada em duas ações da mesma espécie e classe.

Em 18 de maio de 2005, o preço de venda de nossas Ações, no fechamento na Bovespa, era de R$ 23,50 por ação. Atualmente nossas ações preferenciais não têm liquidez, tendo sido realizados na Bovespa 74 negócios durante o ano de 2004, com 23.400 títulos negociados, e volume de negociação de R$ 356,5 mil nesse período, e portanto as cotações anteriores à Oferta Pública não deverão ser utilizadas como indicativas de preço.

**Negociação na Bovespa**

A liquidação financeira de transações conduzidas na Bovespa é efetuada três dias úteis após a data da negociação, sem quaisquer reajustes inflacionários. A entrega das ações e o pagamento são feitos por intermédio da câmara de compensação da Bovespa, a CBLC. Geralmente, cabe ao vendedor entregar as ações à Bovespa no segundo dia útil após a data da negociação.

Embora todas as ações em circulação das companhia abertas possam ser negociadas na Bovespa, na maioria dos casos menos da metade das ações emitidas estão efetivamente disponíveis para negociação pelo público. A maioria das ações é freqüentemente detida por um único controlador, ou por pequeno grupo de pessoas que formam bloco de controle, incluindo entidades governamentais. É possível que não se desenvolva mercado ativo e líquido para as Ações, o que limitaria a capacidade do investidor de revender as Ações.

**Regulamentação do Mercado de Capitais Brasileiro**

O mercado de capitais brasileiro é regulado pela CVM, que possui autoridade geral sobre as bolsas de valores e os mercados de capitais, assim como pelo CMN e pelo Banco Central, que possui, entre outros poderes, a autoridade para autorizar o funcionamento de sociedades corretoras, regulando também investimentos estrangeiros e operações de câmbio. O mercado de capitais brasileiro é regido pela Lei 6.385/76, pela Lei das Sociedades por Ações e instruções, deliberações e outros atos normativos expedidos pela CVM.

Segundo a Lei das Sociedades por Ações, as companhias podem ser abertas, como a Companhia, ou fechadas. A companhia é considerada aberta quando tem valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão. Todas as companhias abertas são registradas na CVM e devem apresentar informações e relatórios periódicos. Ver "*XX. Descrição do Capital Social*". Uma companhia aberta pode ter seus valores mobiliários negociados nas bolsas de valores brasileiras ou no mercado de balcão brasileiro. As ações de companhia aberta, como as Ações, também podem ser negociadas privadamente, com determinadas limitações.

O mercado de balcão está dividido em duas categorias: (i) mercado de balcão organizado, no qual as atividades de negociação são supervisionadas por entidades auto-reguladoras autorizadas pela CVM; e (ii) mercado de balcão não-organizado, no qual as atividades de negociação não são supervisionadas por entidades auto-reguladoras autorizadas pela CVM. Em qualquer caso, a transação no mercado de balcão consiste em negociações diretas entre as pessoas, fora da bolsa de valores, com a intermediação de instituição financeira autorizada pela CVM. Nenhuma licença especial, além de registro na CVM (e, no caso de mercados de balcão organizados, no mercado de balcão pertinente), é necessária para que os valores mobiliários de companhia aberta possam ser comercializados no mercado de balcão, observado que todas as transações efetuadas no mercado de balcão brasileiro deverão ser reportadas à CVM pelas respectivas instituições intermediárias.

A negociação de qualquer valor mobiliário poderá ser suspensa pela Bovespa em conseqüência do anúncio de fato relevante. A negociação também poderá ser suspensa por iniciativa da Bovespa ou da CVM, caso, entre outros motivos, se suspeite que alguma companhia forneceu informações inadequadas em relação a evento relevante ou que tenha fornecido respostas inadequadas a alguma solicitação feita pela CVM ou pela bolsa de valores correspondente.

A Lei 6.385/76, a Lei das Sociedades por Ações e os regulamentos emitidos pela CVM prevêem, entre outras coisas, obrigações de divulgação de informações, restrições sobre negociações baseadas em informações privilegiadas e manipulação de preços, além de proteções para acionistas minoritários. Ver *"XX. Descrição do Capital Social*".

As negociações nas bolsas de valores brasileiras por não-residentes estão sujeitas a determinadas restrições segundo a legislação brasileira de investimentos estrangeiros. Ver *"XX. Descrição do Capital Social*".

**Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado**

Em 2000, a Bovespa introduziu três segmentos especiais para listagem de companhias abertas, conhecidos como Nível 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir práticas de boa governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações, em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação fornecida aos acionistas.

Para tornar-se uma companhia Nível 1, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma emissora deve: (1) assegurar que suas ações, representando 25% do seu capital total, estejam em circulação no mercado; (2) adotar, sempre que fizer uma oferta pública, procedimentos que favoreçam a dispersão acionária; (3) cumprir padrões mínimos de divulgação trimestral de informações; (4) seguir políticas mais rígidas de divulgação com relação às negociações realizadas por acionistas controladores, conselheiros e diretores, envolvendo valores mobiliários emitidos pela companhia; (5) divulgar a existência de quaisquer acordos de acionistas e programas de *stock options*; e (6) disponibilizar aos acionistas um calendário de eventos societários.

Para tornar-se uma companhia Nível 2, além das obrigações impostas pela legislação brasileira vigente, uma emissora deve: (1) cumprir todos os requisitos para listagem de companhias Nível 1; (2) conceder o direito a todos os acionistas de participar da oferta pública de aquisição de ações em decorrência de uma alienação do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago por ação do bloco de controle e para cada ação preferencial ao menos 70% do preço pago por ação do bloco de controle; (3) conceder direito de voto a detentores de ações preferenciais com relação a determinadas matérias, tais como (i) transformação, incorporação, cisão e fusão da Companhia; (ii) aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, dentre os quais qualquer parte relacionada ao acionista controlador; (iii) aprovação da avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico das ações de emissão da Companhia, no caso de realização de oferta pública de aquisição em decorrência do cancelamento do registro ou descontinuidade de registro no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa; e (v) qualquer alteração aos direitos de voto mencionados nos itens anteriores, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2; (4) limitar o mandato de todos os membros do Conselho de Administração a um mandato unificado de um ano, que deve ser composto de no mínimo cinco membros; (5) preparar demonstrações financeiras trimestrais e anuais, incluindo demonstrações de fluxo de caixa, em idioma inglês, de acordo com padrões internacionais de contabilidade, tais como U.S. GAAP ou IFRS; (6) se a companhia optar por ser retirada da listagem no Nível 2, seu acionista controlador deverá fazer uma oferta pública de aquisição de ações (sendo que o preço mínimo das ações a serem oferecidas será determinado por laudo de avaliação a ser produzido por perito); e (7) aderir ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado para a resolução de disputas entre a companhia, os controladores e seus investidores.

Para ser listada no Novo Mercado, uma emissora deve cumprir todos os requisitos descritos acima, bem como (1) emitir somente ações ordinárias; e (2) conceder direito de participar da oferta pública de aquisição de ações para todos os acionistas, em decorrência de uma alienação do controle da companhia, oferecendo para cada ação ordinária o mesmo preço pago por ação do bloco de controle.

Em 19 de maio de 2005 celebramos um Contrato de Adesão ao Regulamento do Nível 2 com a Bovespa, visando a cumprir os requisitos necessários para nos tornarmos uma companhia listada no Nível 2, sendo que este contrato entrará em vigor a partir da data de publicação do Anúncio de Início. Teremos um prazo de três anos para cumprir com o requisito de que ações de emissão da Companhia, representando 25% do seu capital total, estejam em circulação no mercado, sob a condição de que no mínimo 10% das referidas ações já estejam em circulação no mercado após a conclusão da Oferta Pública.

# XII. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos nossos dados financeiros para cada um dos períodos indicados e foram extraídos de nossas demonstrações e informações financeiras consolidadas.

As informações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com BR GAAP e com o Plano de Contas elaborado pelo DAC. As informações apresentadas nesta seção devem ser lidas em conjunto com as demonstrações e informações financeiras consolidadas, suas notas explicativas e as informações fornecidas nos itens *"VII. Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações" e "XIII. Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais"*, incluídas neste Prospecto.

O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP em 31 de março de 2005 e em relação ao período de três meses findos em 31 de março de 2005 foi extraído das Informações Trimestrais – ITR – 31.03.2005, incluídas neste Prospecto. O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP em 31 de março de 2004 e em relação ao período de três meses findos em 31 de março de 2004 foi extraído das Informações Trimestrais – ITR – 31.03.2004. O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP levantado em 31 de dezembro de 2004 e em relação ao exercício findo naquela data foi extraído de nossas Demonstrações Financeiras Padronizadas em 31 de dezembro de 2004 e para o exercício findo naquela data, incluídas neste Prospecto. O sumário de informações financeiras de acordo com BR GAAP levantado em 31 de dezembro de 2003 e em relação aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002 foi extraído de nossas Demonstrações Financeiras Padronizadas em 31 de dezembro de 2003 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002.

O sumário de informações financeiras de acordo com U.S. GAAP em 31 de março de 2005 e 2004 e em relação ao período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004 foi extraído das Informações Financeiras Interinas Consolidadas Condensadas Não Auditadas em 31 de março de 2005 e para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004, incluídas neste Prospecto. O sumário de informações financeiras de acordo com U.S. GAAP em 31 de dezembro de 2004 e 2003 em relação a cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 foi extraído de nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004, incluídas neste Prospecto.

Os valores relacionados à quantidade de ações de emissão da Companhia foram ajustados para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 por meio da qual cada ação foi desdobrada em duas ações da mesma espécie e classe.

As tabelas a seguir também apresentam dados operacionais e outros indicadores de desempenho utilizados por alguns investidores na avaliação de empresas no setor global de transportes aéreos. Esses dados operacionais não fazem parte das nossas informações financeiras consolidadas.

| **BR GAAP** | **Em 31 de março de** | | **Em 31 de dezembro de** | |
|---|---|---|---|---|
| | **2005** | **2004** | **2004** | **2003** |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado , não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | |
| **Informações de balanço patrimonial** | | | | |
| Disponibilidades | 246 | 162 | 297 | 172 |
| Contas a receber | 593 | 312 | 543 | 293 |
| Total do ativo | 2.192 | 2.747 | 2.193 | 2.788 |
| Empréstimos e financiamentos [(1)] | 168 | 98 | 151 | 81 |
| Arrendamento [(1)] | 255 | 1.232 | 261 | 1.235 |
| Debêntures [(1)] | 71 | 121 | 75 | 137 |
| Transportes a executar | 343 | 176 | 367 | 225 |
| Patrimônio líquido | 245 | 62 | 191 | 42 |

*(1) Refere-se ao saldo total do passivo circulante mais exigível a longo prazo.*

| BR GAAP | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado , não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| **Demonstração de resultado:** | | | | | |
| Receita operacional bruta | 1.335 | 1.004 | 4.744 | 3.768 | 3.472 |
| Receitas de vôo | | | | | |
| Doméstico | 918 | 672 | 3.233 | 2.688 | 2.533 |
| Internacional | 252 | 217 | 893 | 679 | 587 |
| Carga | 87 | 56 | 319 | 236 | 220 |
| Outras receitas operacionais | 78 | 59 | 299 | 165 | 132 |
| Deduções e impostos sobre vendas | (55) | (65) | (224) | (176) | (142) |
| Receita líquida operacional | 1.280 | 939 | 4.520 | 3.592 | 3.330 |
| Custo dos serviços prestados e despesas operacionais | | | | | |
| Combustíveis | (347) | (208) | (1.067) | (787) | (748) |
| Despesas de comercialização e marketing | (189) | (129) | (656) | (527) | (463) |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (158) | (151) | (651) | (648) | (574) |
| Pessoal | (146) | (119) | (546) | (417) | (435) |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | (92) | (69) | (389) | (372) | (329) |
| Serviços prestados por terceiros | (89) | (75) | (360) | (304) | (337) |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | (54) | (40) | (186) | (151) | (185) |
| Depreciações e amortizações | (21) | (29) | (91) | (155) | (133) |
| Seguro de aeronaves | (10) | (13) | (53) | (77) | (66) |
| Outros | (58) | (55) | (227) | (186) | (296) |
| Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais | (1.164) | (888) | (4.226) | (3.624) | (3.566) |
| Lucro (prejuízo) bruto | 116 | 51 | 294 | (32) | (236) |
| Receitas (despesas) financeiras | (34) | (43) | (82) | 261 | (671) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (2) | (4) | (14) | (9) | (10) |
| Lucro (prejuízo) operacional | 80 | 4 | 198 | 220 | (917) |
| Resultado não operacional, líquido | (1) | 15 | 300 | 15 | 46 |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 79 | 19 | 498 | 235 | (871) |
| Imposto de renda e contribuição social | (25) | (2) | (156) | (61) | 265 |
| Lucro (prejuízo) antes da participação de acionistas minoritários | 54 | 17 | 342 | 174 | (606) |
| Participação dos acionistas minoritários | 0 | 0 | (1) | 0 | - |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 54 | 17 | 341 | 174 | (606) |
| Lucro (prejuízo) por lote de mil ações do capital social, ao final do período (em reais) – antes do desdobramento. | 0,87 | 0,28 | 5,56 | 2,83 | (10,00) |
| Lucro (prejuízo) por lote de mil ações do capital social, ao final do período (em reais) – após o desdobramento* | 0,44 | 0,14 | 2,78 | 1,42 | (5,00) |

** Os valores relacionados à quantidade de ações de emissão da Companhia foram ajustados para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 por meio da qual cada ação foi desdobrada em duas ações da mesma espécie e classe.*

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado , não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| **Informações do fluxo de caixa** | | | | | |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais | (34) | 8 | 368 | 327 | 143 |
| Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento | (19) | (18) | (122) | (72) | (127) |
| Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento | 2 | 0 | (122) | (129) | 20 |

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | (não auditado) | | (não auditado) | | |
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| **Dados operacionais:** | | | | | |
| RASK (centavos de reais) | 20,2 | 19,6 | 21,5 | 19,9 | 15,1 |
| RASK Regular Doméstico (centavos de reais) | 19,83 | 17,62 | 20,70 | 18,09 | 13,78 |
| RASK Regular Internacional (centavos de reais) | 15,89 | 20,71 | 17,09 | 19,24 | 13,11 |
| Yield Regular Doméstico (centavos de reais) | 31,63 | 33,87 | 35,21 | 34,27 | 27,77 |
| Yield Regular Internacional (centavos de reais) | 21,69 | 28,63 | 23,96 | 26,65 | 21,67 |
| CASK (centavos de reais) | 18,33 | 18,53 | 20,10 | 20,10 | 16,10 |
| CASK exceto combustível (centavos de reais) | 14,19 | 12,87 | 15,00 | 15,70 | 12,70 |
| Tarifa média (reais) | 277,14 | 305,33 | 305,2 | 286,5 | 218,9 |

| **U.S. GAAP** | Em 31 de março de | | Em 31 de dezembro de | |
|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | |
| **Informações de balanço patrimonial** | | | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | 246 | 162 | 297 | 172 |
| Contas a receber, líquidas | 593 | 312 | 543 | 293 |
| Total do ativo | 4.942 | 4.801 | 4.978 | 4.866 |
| Empréstimos e financiamentos [(1)] | 168 | 98 | 151 | 81 |
| Obrigações de arrendamento [(1)] | 3.128 | 3.590 | 3.172 | 3.736 |
| Debêntures [(1)] | 71 | 121 | 75 | 137 |
| Transportes a executar | 343 | 176 | 367 | 225 |
| Patrimônio líquido | (97) | (546) | (164) | (591) |

*[(1)] Refere-se ao saldo total do passivo circulante mais exigível a longo prazo.*

| **U.S. GAAP** | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| **Demonstração de resultado:** | | | | | |
| Receita operacional bruta | 1.335 | 1.004 | 4.744 | 3.845 | 3.572 |
| Receitas de vôo | | | | | |
| Doméstico | 918 | 672 | 3.233 | 2.688 | 2.533 |
| Internacional | 252 | 217 | 893 | 740 | 668 |
| Carga | 87 | 56 | 319 | 240 | 225 |
| Outras receitas operacionais | 78 | 59 | 299 | 177 | 146 |
| Deduções e impostos sobre vendas | (55) | (65) | (224) | (178) | (143) |
| Receitas operacionais, líquidas | 1.280 | 939 | 4.520 | 3.667 | 3.429 |
| Custo dos serviços prestados e despesas operacionais | | | | | |
| Combustíveis | (347) | (208) | (1.067) | (802) | (764) |
| Despesas de comercialização e marketing | (189) | (129) | (656) | (544) | (485) |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (74) | (86) | (321) | (365) | (352) |
| Pessoal | (146) | (119) | (544) | (426) | (444) |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | (92) | (69) | (389) | (381) | (341) |
| Serviços prestados por terceiros | (89) | (74) | (360) | (306) | (337) |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | (54) | (40) | (186) | (161) | (199) |
| Depreciações e amortizações | (51) | (49) | (193) | (204) | (171) |
| Seguro de aeronaves | (10) | (13) | (53) | (77) | (66) |
| Outros | (53) | (33) | (258) | (171) | (250) |
| Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais | 1.105 | 820 | (4.027) | (3.437) | (3.409) |
| Lucro operacional | 175 | 119 | 493 | 230 | 20 |
| Receitas financeiras (despesas), líquidas | (73) | (59) | 137 | 727 | (1.671) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e participação minoritária | 102 | 60 | 630 | 957 | (1.651) |
| Imposto de renda e contribuição social | (32) | (15) | (199) | (304) | 530 |

| U.S. GAAP | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| | (em milhões de R$, exceto quando indicado, não auditado) | | (em milhões de R$, exceto quando indicado) | | |
| Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária | 70 | 45 | 431 | 653 | (1.121) |
| Participação minoritária | 0 | 0 | (1) | 0 | - - |
| Lucro (prejuízo) do período | 70 | 45 | 430 | 653 | (1.121) |
| Lucro (prejuízo) por lote de mil ações (em reais) | | | | | |
| Básico | | | | | |
| Ações preferenciais | 1,09 | 0,69 | 6,67 | 10,12 | (18,51) |
| Ações preferenciais (após desdobramento)* | 0,55 | 0,35 | 3,34 | 5,06 | (9,26) |
| Ações ordinárias | 1,19 | 0,76 | 7,33 | 11,21 | (18,51) |
| Ações ordinárias (após desdobramento)* | 0,60 | 0,38 | 3,67 | 5,62 | 9,26 |
| Diluído | | | | | |
| Ações preferenciais | 1,09 | 0,69 | 6,67 | 10,21 | (18,51) |
| Ações preferenciais (após desdobramento)* | 0,55 | 0,35 | 3,34 | 5,06 | (9,26) |
| Ações ordinárias | 1,19 | 0,76 | 7,33 | 11,23 | (18,51) |
| Ações ordinárias (após desdobramento)* | 0,60 | 0,38 | 3,67 | 5,62 | 9,26 |

*(*) Os valores relacionados à quantidade de ações de emissão da Companhia foram ajustados para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 por meio da qual cada ação foi desdobrada em duas ações da mesma espécie e classe.*

| U.S. GAAP | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | (não auditado) | | (não auditado) | | |
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| **Dados operacionais:** | | | | | |
| RASK (centavos de reais) | 20,2 | 19,6 | 21,5 | 19,9 | 15,1 |
| RASK Regular Doméstico (centavos de reais) | 19,83 | 17,62 | 20,70 | 18,09 | 13,78 |
| RASK Regular Internacional (centavos de reais) | 15,89 | 20,71 | 17,09 | 19,23 | 13,11 |
| Yield Regular Doméstico (centavos de reais) | 31,63 | 33,87 | 35,21 | 34,27 | 27,77 |
| Yield Regular Internacional (centavos de reais) | 21,69 | 28,63 | 23,96 | 26,65 | 21,67 |
| CASK (centavos de reais) | 17,40 | 17,10 | 19,20 | 19,10 | 15,40 |
| CASK exceto combustível (centavos de reais) | 11,94 | 12,77 | 14,10 | 14,60 | 11,90 |
| Tarifa média (reais) | 277,14 | 305,33 | 305,2 | 286,5 | 218,9 |

| Dados Operacionais Adicionais | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | (não auditado) | | (não auditado) | | |
| | 2005 | 2004 | 2004 | 2003 | 2002 |
| Passageiros transportados pagos (milhares) | 4.222 | 2.910 | 13.522 | 11.198 | 13.756 |
| RPK (milhões) | 4.441 | 3.006 | 13.854 | 10.916 | 12.075 |
| ASK (milhões) | 6.351 | 4.794 | 20.999 | 18.003 | 22.071 |
| Taxa de ocupação (Load factor) - % | 69,9% | 62,7% | 66,0% | 60,6% | 54,8% |
| Taxa de ocupação de equilíbrio (BELF) - % | 63,6% | 59,3% | 58,8% | 61,2% | 58,7% |
| Horas voadas | 72.891 | 54.933 | 241.685 | 210.281 | 301.103 |
| Quilômetros voados - Km (milhares) | 42.726 | 31.828 | 133.130 | 119.984 | 161.099 |
| Litros de combustível | 232.960 | 175.283 | 820.335 | 710.962 | 922.936 |
| Tempo médio voado por aeronave (horas) | 953 | 797 | 3.404 | 2.767 | 3.454 |
| Número de funcionários (unidade) | 8.550 | 7.244 | 8.215 | 7.665 | 7.624 |
| Utilização média no período de aeronaves (horas por dia) | 10,59 | 8,76 | 8,87 | 7,58 | 9,46 |
| Decolagens | 46.806 | 36.774 | 158.898 | 147.122 | 227.001 |
| Etapa média (km) | 913 | 866 | 676 | 595 | 507 |

Utilizamos o EBIT, o EBITDA e o EBITDAR como indicadores para aferição de nosso desempenho financeiro e econômico. Estes indicadores não são medidas previstas por BR GAAP e U.S. GAAP. Utilizamos o EBIT, o EBITDA e o EBITDAR por serem indicadores financeiros padrão, os dois primeiros amplamente utilizados por toda a comunidade financeira e o último no setor de aviação civil regular.

Os indicadores acima não devem ser analisados isoladamente, devem ser avaliados conjuntamente com o lucro (prejuízo) operacional e o lucro (prejuízo) líquidos dos trimestres e exercícios apresentados, que são apurados em conformidade com BR GAAP e U.S. GAAP.

Demonstramos a seguir a apuração do EBIT, EBITDA e EBITDAR, apurados conforme BR GAAP e US GAAP:

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | (não auditado) | | (não auditado) | | |
| | **2005** | **2004** | **2004** | **2003** | **2002** |
| **BR GAAP** | | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes da participação dos acionistas minoritários | 54 | 17 | 342 | 174 | (606) |
| Imposto de renda e contribuição social | 25 | 2 | 156 | 61 | (265) |
| Receitas (despesas) financeiras | 34 | 43 | 82 | (261) | 671 |
| Resultado não operacional, líquido | 1 | (15) | (300) | (15) | (46) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 2 | 4 | 14 | 9 | 10 |
| **EBIT** | **116** | **51** | **294** | **(32)** | **(236)** |
| Depreciações e amortizações | 21 | 29 | 91 | 155 | 133 |
| Amortizações de ágios em subsidiárias | -- | 1 | 2 | 4 | 4 |
| **EBITDA** | **137** | **81** | **387** | **127** | **(99)** |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | 158 | 151 | 651 | 648 | 574 |
| **EBITDAR** | **295** | **232** | **1.038** | **775** | **475** |
| Receita líquida operacional | 1.280 | 939 | 4.520 | 3.592 | 3.330 |
| **Margens:** | | | | | |
| EBIT | 9,1% | 5,4% | 6,5% | -0,9% | -7,1% |
| EBITDA | 10,7% | 8,6% | 8.6% | 3,5% | -3,0% |
| EBITDAR | 23,1% | 24,7% | 23,0% | 21,6% | 14,3% |

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | (não auditado) | | (não auditado) | | |
| | **2005** | **2004** | **2004** | **2003** | **2002** |
| **U.S. GAAP** | | | | | |
| Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária | 70 | 45 | 431 | 653 | (1.121) |
| Imposto de renda e contribuição social | 32 | 15 | 199 | 304 | (530) |
| Receitas financeiras (despesas), líquidas | 73 | 59 | (137) | (727) | 1.671 |
| **EBIT** | **175** | **119** | **493** | **230** | **20** |
| Depreciações e amortizações | 51 | 49 | 193 | 204 | 171 |
| **EBITDA** | **226** | **168** | **686** | **434** | **191** |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | 74 | 86 | 321 | 365 | 352 |
| **EBITDAR** | **300** | **254** | **1.007** | **799** | **543** |
| **Receitas operacionais líquidas** | **1.280** | **939** | **4.520** | **3.667** | **3.429** |
| **Margens:** | | | | | |
| EBIT | 13,7% | 12,7% | 10,9% | 6,3% | 0,6% |
| EBITDA | 17,7% | 17,9% | 15,2% | 11,8% | 5,6% |
| EBITDAR | 23,4% | 27,1% | 22,3% | 21,8% | 15,8% |

# XIII. DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

Esta seção é baseada na discussão e análise da Administração e deve ser lida em conjunto com as nossas:

- Informações Financeiras Interinas Consolidadas Condensadas, não auditadas em 31 de março de 2005 e para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e os U.S. GAAP) e respectivo relatório de revisão limitada dos auditores independentes (Anexo E); e

- Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e respectivo parecer dos auditores independentes (Anexo F).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com BR GAAP e o Plano de Contas do DAC. BR GAAP diferem em certos aspectos relevantes dos U.S. GAAP. Para obter informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças, bem como para obter uma reconciliação entre o lucro (prejuízo) líquido e o patrimônio líquido relativamente BR GAAP e U.S. GAAP, ver nossas Informações Financeiras Interinas Consolidadas, Condensadas, Não Auditadas (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) incluídas neste Prospecto.

**Principais Fatores que Afetam as Nossas Operações e Condição Financeira**

*Ambiente Econômico no Brasil*

Nossas receitas e lucros são afetados por acontecimentos e condições do ambiente econômico brasileiro. Nos anos de 2002 e 2003, as taxas de crescimento do PIB foram inferiores a 2,0% ao ano em virtude de fatores adversos, tais como:

- as incertezas associadas ao futuro político e econômico do Brasil antes e imediatamente após as eleições presidenciais de outubro de 2002;

- elevadas taxas de juros praticadas no mercado interno, principalmente em 2003, com o objetivo de controlar a inflação; e

- as incertezas políticas e econômicas dos países de economia emergente.

A acentuada desvalorização do real frente ao dólar verificada na segunda metade de 2002 aumentou as preocupações relativas ao retorno de um cenário inflacionário. As autoridades monetárias do Governo Federal anterior responderam com o aumento de juros até o final do ano de 2002, o que tornou muito elevado o custo do crédito e, conseqüentemente, afetou negativamente o crescimento do PIB naquele ano.

Nos dois últimos anos, principalmente em 2003, a desvalorização do dólar frente a outras moedas, bem como as políticas monetárias e fiscais conservadoras do Governo Federal atual, levaram à valorização do real em relação ao dólar.

Em 2004, os efeitos de uma política monetária menos restritiva começaram a ser percebidos. A retomada do crescimento econômico tornou-se mais visível, em particular nos setores mais sensíveis à expansão do crédito. Sinais de recuperação do mercado interno refletiram-se positivamente no mercado de trabalho e no aquecimento da economia. O PIB cresceu 5,2% em 2004 e o real valorizou-se frente ao dólar em 8,8% entre 31 de dezembro de 2004 e 2003. O crescimento do mercado de aviação civil brasileiro apresenta uma forte correlação com o crescimento do PIB nacional. O mercado brasileiro de vôos domésticos, em termos de RPK,

cresceu à taxa de 0,7% em 2002, decresceu à taxa de 5,7% em 2003, voltando a crescer à taxa de 12,1% em 2004. Nós últimos 3 anos, apresentamos um crescimento de RPKs domésticos, superior ao crescimento de RPKs do mercado brasileiro. Em 2004, o crescimento dos nossos RPKs foi cerca de 5,0 vezes maior que a taxa de crescimento do PIB do País. A taxa de crescimento do PIB é importante para determinar a nossa capacidade de crescimento futuro e nossos resultados operacionais.

*Efeitos da variação cambial e da inflação sobre os resultados operacionais e condição financeira*

Nosso resultado operacional e condição financeira têm sido afetados pela variação cambial e inflação. A maior parte de nossos custos e despesas é denominada em dólares, tais como nossos custos com combustíveis, obrigações dos contratos de arrendamento operacional simples de aeronaves e custos com os serviços com os GDS. Desta forma, se houver uma apreciação do real frente ao dólar, nossos custos serão impactados. Em 31 de março de 2005 e 31 de dezembro de 2004 aproximadamente 52% e 51%, respectivamente, dos nossos custos operacionais estavam atrelados ao dólar. Uma vez que a maior parte das nossas receitas é denominada em reais, estamos expostos a variações na taxa de câmbio do dólar, especialmente com relação aos custos com combustíveis e arrendamentos. Temos por política proteger-nos de mudanças no preço de petróleo através de contratos de derivativos, em cerca de 30% do valor em risco para um consumo de aproximadamente 3 meses. Adicionalmente, nos protegemos de depreciações do real em relação ao dólar por contratos de derivativos em cerca de 40% do valor em risco para um período de 12 meses.

A inflação teve, e continua a ter um impacto em nosso resultado operacional e condição financeira. Nossos fornecedores de serviços e de determinados produtos relacionados a estes custos e despesas utilizam, de modo geral, o IPCA para ajustar seus preços em função da inflação. Aproximadamente 48% e 49% dos nossos custos e despesas operacionais estavam atrelados à inflação em 31 de março de 2005 e 31 de dezembro de 2004, respectivamente. Um aumento substancial na inflação poderá impactar os nossos custos e despesas.

A tabela a seguir mostra dados relativos à inflação, ao crescimento real do PIB, à taxa de câmbio do dólar e preços do petróleo para os períodos indicados abaixo:

| | **Trimestre encerrado em 31 de março de** | | **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2005** | **2004** | **2004** | **2003** | **2002** |
| Crescimento real do PIB | n.a. | 1,6% | 5,2% | (0,2)% | 1,9% |
| Inflação (IGP-M) | 1,6% | 2,7% | 12,4% | 8,7% | 25,3% |
| Inflação (IPCA) | 1,8% | 1,9% | 7,6% | 8,7% | 12,5% |
| Taxa DI[(1)] | 18,4% | 16,1% | 17,46% | 16,8% | 22,9% |
| LIBOR [(2)] | 3,1% | 1,1% | 2,4% | 1,1% | 2,4% |
| Desvalorização (apreciação) do real em relação ao dólar | 0,4% | 0,7% | (8,8)% | (22,3)% | 34,3% |
| Taxa de câmbio no final do período – US$1,00 | R$ 2,6662 | R$ 2,9086 | R$ 2,6544 | R$ 2,8892 | R$ 3,5333 |
| Taxa de Câmbio médio[(3)] – US$1,00 | R$ 2,6692 | R$ 2,8945 | R$ 2,9257 | R$ 3,0715 | R$ 2,9285 |
| Aumento (diminuição) do preço do petróleo *West Texas Intermediate* (por barril) | 70,4% | 5,9% | 33,6% | 4,2% | 57,5% |
| Preço do petróleo *West Texas Intermediate* (por barril) no período | US$ 55,40 | US$ 35,76 | US$ 43,45 | US$ 32,52 | US$ 31,20 |
| Preço médio do petróleo *West Texas Intermediate* (por barril) no período | US$ 51,78 | US$ 35,33 | US$ 41,51 | US$ 31,06 | US$ 26,17 |

*Fontes: FGV, IBGE, Banco Central e Bloomberg.*

---

*(1) A Taxa DI corresponde à média das taxas de juros overnight do mercado interbancário no Brasil (acumulada para o final do período mensal, anualizada).*

*(2) LIBOR trimestral para depósitos em dólares referente ao último dia do período.*

*(3) Representa a média das taxas de câmbio diária do período.*

*Atuação do DAC*

A atuação do DAC pode influenciar a nossa capacidade de crescimento e geração de receitas futuras. Este órgão possui competência para conceder às companhias aéreas brasileiras o direito de operar novas rotas domésticas, bem como aumentar as freqüências das rotas existentes, a concessão de *slots* e a entrada de novas companhias no mercado brasileiro de aviação civil. Dependemos da autorização do DAC para operar novas

rotas, aumentar as freqüências de vôos e adquirir ou arrendar novas aeronaves.
*Acordo de Compartilhamento de Vôos (Code Share) com a Varig*

Em 6 de fevereiro de 2003, firmamos um protocolo de entendimentos com a Varig para operações de vôos compartilhados (code share) como etapa preliminar a uma possível fusão entre as duas companhias. A medida buscou, principalmente, a eliminação de sobreposição de vôos e a racionalização da oferta. Essa operação nos propiciou implementar a reorganização da nossa frota de aeronaves, resultando na negociação para a devolução de 19 aeronaves modelo Fokker F-100 (13 dos quais já foram devolvidos) e conseqüente redução de custos operacionais.

Em 15 de fevereiro de 2005, a Varig e nós apresentamos ao CADE um plano detalhado para o término do compartilhamento de vôos, uma vez que ficou evidenciado que a fusão não seria concretizada. Em 23 de fevereiro de 2005 foi celebrado o distrato do contrato de associação, com a devida aprovação do CADE, que nos concedeu o prazo de 24 de maio de 2005 para encerrar os efeitos dos vôos compartilhados com a Varig. Deixamos de operar qualquer vôo compartilhado com a Varig desde 2 de maio de 2005 sem que houvesse nenhum impacto material em nossas operações.

**Mudança da Modalidade de Arrendamento**

Durante o segundo trimestre de 2004, em comum acordo com os arrendadores envolvidos, alteramos 17 de nossos contratos de arrendamento de aeronaves da modalidade de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples, com o objetivo de permitir melhor comparabilidade dos nossos resultados financeiros. Desta forma, os contratos de arrendamentos mercantis financeiros daquelas aeronaves deixaram de ser refletidos em nosso balanço patrimonial, em virtude das operações contratadas não preverem mais a opção de compra das aeronaves pela TAM Linhas Aéreas.

Em decorrência da mudança acima, a partir das datas das alterações das modalidades de contratação, os gastos relacionados a arrendamentos passaram a ser refletidos em nosso resultado de forma diferente da anterior. Pela modalidade de arrendamento mercantil financeiro o resultado até o segundo trimestre de 2004 era afetado pela despesa de depreciação dos bens, pelas despesas financeiras com juros e variação cambial incidentes sobre a obrigação reconhecida no balanço e pelos tributos incidentes sobre a reavaliação dos mesmos bens em virtude da realização das correspondentes parcelas de reserva de reavaliação. Pela modalidade de arrendamento operacional simples o valor das parcelas incorridas passou a ser contabilizado diretamente como despesa de arrendamentos.

Os reflexos financeiros ocorridos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2004, por ocasião da baixa dos bens, estão demonstrados na nota explicativa n.° 12(b) às nossas demonstrações financeiras auditadas relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2004 e incluem os itens abaixo.

Nossa demonstração de resultados em 2004 apresentou:

- R$ 227 milhões de lucro em 2004 como resultado da reversão da reserva de reavaliação; e
- R$ 117 milhões de lucro como resultado da reversão de impostos diferidos;

classificados em:

- R$ 295 milhões como lucro não-operacional; e
- R$ 59 milhões como resultado financeiro.

Em 2004 nosso balanço apresentou:

- baixa de R$ 544 milhões em ativo permanente; e
- baixa de R$ 898 milhões em arrendamentos mercantis financeiros de equipamento de vôo.

**Receitas**

As nossas receitas originam-se principalmente do transporte aéreo de passageiros. No trimestre encerrado em 31 de março de 2005 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, nossas receitas se dividiam aproximadamente da seguinte forma:

- 81,6% e 82,0% do transporte regular de passageiros;
- 12,5% e 11,7% do transporte de carga e fretamentos; e
- 5,9% e 6,3% da prestação de serviços e manutenção de aeronaves de outras transportadoras, multas e taxas referente à remarcação de bilhetes aéreos, sub-arrendamento, além de receitas de administradoras de cartão de crédito, que compram pontos fidelidade para premiar seus titulares.

As receitas de transporte de passageiros variam basicamente em função do número de passageiros pagantes que transportamos medido em RPKs e do preço pago por tais passageiros medido pelo preço em reais pago por cada RPK (*ou yield*). O RPK aumenta em função do aumento de nossa capacidade de oferta mensurado em ASKs ou em função do aumento no percentual de taxa de ocupação, ou seja, melhor capacidade RPK em relação aos ASKs oferecidos.

As nossas receitas podem ser afetadas por oportunidades de mercado decorrente de atividades de nossos concorrentes, como, por exemplo, a redução de oferta de vôos da VASP no segundo semestre de 2004. Nossas receitas também podem ser afetadas pela entrada de novas empresas no setor e políticas tarifárias de nossos concorrentes. Para tanto, estamos constantemente avaliando nossa oferta de vôos e o tamanho da nossa frota.

Conseguimos aumentar nossas receitas nos últimos 3 anos com uma melhor utilização da frota e otimização da nossa malha, aumentando assim nosso ASK e nossa taxa de ocupação sem termos que aumentar o tamanho de nossa frota. Além disso, devido a um aumento do PIB do país em 2004, houve um aumento da demanda no setor aéreo, e conseguimos capturar uma parcela significativa desse aumento de demanda.

A tabela a seguir mostra nossa oferta e demanda, taxa de ocupação e *yield* regular doméstico para os períodos indicados abaixo.

| | **Trimestre encerrado em 31 de março de** | | **Exercício social encerrado em 31 de dezembro de** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **2005** | **2004** | **2004** | **2003** | **2002** |
| Capacidade em ASK (em milhões de ASK) | 6.351 | 4.794 | 20.999 | 18.003 | 22.071 |
| Capacidade em RPK (em milhões de RPK) | 4.441 | 3.006 | 13.854 | 10.916 | 12.075 |
| *Yield* Regular Doméstico (em centavos de real) | 31,63 | 33,87 | 35,21 | 34,27 | 27,77 |
| Taxa de ocupação | 69,6% | 62,7% | 66,0% | 60,6% | 54,8% |

**Despesas com Tributos e Deduções**

Os seguintes tributos são deduzidos de nosso faturamento bruto:

*PIS e COFINS*

O Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS são contribuições sociais federais incidentes sobre a receita operacional bruta doméstica. Para a receita de transporte de passageiros, as alíquotas atuais são de 0,65% e 3%, respectivamente. Sobre as receitas de transporte de cargas e demais receitas, exceto financeiras, as alíquotas foram alteradas de 0,65% e 3% para 1,65% e 7,60%, respectivamente, em fevereiro de 2004. As receitas internacionais são isentas de PIS e COFINS. Sobre a parcela das receitas internacionais referentes às operações da TAM Mercosur, incide um imposto paraguaio denominado “renda presumida” à alíquota de 3% sobre as vendas de passagens e cargas por ela efetuadas.

*ICMS*

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS é um tributo estadual de valor agregado, incidente sobre a receita operacional bruta de transporte de cargas em cada etapa da cadeia de produção e comercialização, a alíquotas que variam de 4% a 12% de acordo com o produto e o Estado no qual o serviço é prestado.

*ISS*

O Imposto sobre Serviços - ISS é um imposto municipal, incidente sobre a receita operacional bruta proveniente de serviços à alíquota de 5%. A empresa que é contribuinte desse imposto é a TAM Viagens.

*Adicional Tarifário*

Estamos sujeitos ao recolhimento de uma contribuição específica do setor de aviação civil chamada Adicional Tarifário. Esta contribuição incide sobre os bilhetes de passagens domésticas vendidos, à alíquota de 1%.

**Custos e Despesas**

Os principais componentes de nossos custos e despesas operacionais incluem aqueles relacionados a combustíveis, despesas de comercialização e marketing, arrendamento de aeronaves e equipamentos, pessoal, manutenções e revisões (exceto pessoal), serviços prestados por terceiros, tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação, depreciações e amortizações, seguro de aeronaves e outras despesas.

Os custos com combustíveis variam de acordo com o mercado internacional de petróleo e com a utilização de nossa frota. De 1° de janeiro de 2002 a 31 de março de 2005, o preço do petróleo *West Texas Intermediate*, um preço de referência usado internacionalmente para precificação do petróleo e cotado em dólares, aumentou 181%, de US$ 19,7 por barril para US$ 55,4 por barril. Na medida em que o preço do petróleo é cotado em dólar, nossos custos com combustíveis também são afetados pelas variações cambiais. Nos últimos 3 anos, conseguimos repassar o aumento do preço com combustíveis e da taxa de câmbio para nossas tarifas, ainda que com defasagem de alguns meses. Efetuamos ainda um programa de *tankering* de combustível, que consiste no abastecimento da aeronave em regiões onde os preços são relativamente inferiores. Contudo, dependendo das condições de mercado, poderemos ter maior dificuldade de reajustar nossos preços. Celebramos contratos de *hedge* para proteção contra variações nos preços do petróleo e nas taxas de câmbio. Ver *"Divulgações Qualitativas e Quantitativas sobre Riscos de Mercado"*.

As despesas de comercialização e marketing incluem gastos com comissões e descontos aos agentes de viagens e turismo e agentes de cargas, taxas a administradoras de cartões de crédito e despesas com publicidade. Os principais componentes das nossas despesas de comercialização e marketing são:

- comissões e descontos aos agentes de viagens e turismo e agentes de cargas – correspondem à remuneração pelas vendas efetuadas de bilhetes, pacotes turísticos e transporte de cargas, feitas diretamente às agências; e

- demais gastos com comercialização – representados basicamente por despesas com publicidade e taxas de administração de cartões de crédito.

Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos são incorridos em moeda estrangeira e crescem proporcionalmente ao aumento da nossa frota. Tais custos são afetados pela variação cambial e pela variação da LIBOR. Celebramos contratos de *hedge* para proteção contra variações nas taxas de câmbio. Ver *"Divulgações Qualitativas e Quantitativas sobre Riscos de Mercado"*. A partir de 2003, iniciamos um processo de reorganização de nossa frota com o objetivo de devolver 19 aeronaves das quais 13 já foram devolvidas. Durante o segundo trimestre de 2004, alteramos a modalidade de nossos contratos de arrendamento mercantil financeiro de aeronaves para a modalidade de arrendamento operacional simples. Dessa forma, os desembolsos a título de arrendamento deixaram de ser contabilizados como baixa de passivos e passaram a ser contabilizados como custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos. Complementarmente a isso, deixamos de ter de refletir despesas com depreciação, despesas financeiras com juros e variação cambial e receita com reversão de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as parcelas de realização de reserva de reavaliação.

Os custos com pessoal variam em decorrência do número de funcionários, nossa política salarial, acordos coletivos de trabalho e programas de participação nos lucros e resultados, bem como do número de horas voadas pelos tripulantes técnicos e comerciais. A data base dos acordos coletivos de trabalho dos nossos funcionários ocorre em dezembro de cada ano, portanto, qualquer reajuste salarial será quase que integralmente refletido no ano seguinte.

Os custos com manutenção consistem em intervenções corretivas e preventivas realizadas nas nossas aeronaves e equipamentos de vôo, incluindo peças sobressalentes de aeronaves, as quais são contabilizadas como despesas operacionais, conforme efetivamente utilizadas. Os custos com manutenções e revisões (exceto pessoal) variam de acordo com o nível de utilização da frota.

As despesas com serviços prestados por terceiros incluem serviços aeroportuários de apoio no solo, gastos com GDS e despesas com concessões de uso de áreas aeroportuárias. As despesas com serviços prestados por terceiros variam principalmente de acordo com o volume de nossas operações. Desde a implementação do Portal *e*-TAM em setembro de 2004, nossos custos com a utilização dos GDS vêm sendo reduzidos substancialmente nas reservas nacionais. Em 31 de março de 2005 as reservas nacionais através do portal *e*-TAM atingiram aproximadamente 83% e, no período encerrado em 31 de dezembro de 2004, tais reservas atingiram 33%.

As despesas com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação incluem despesas com estacionamento de aeronaves e tarifas de sobrevôo e variam conforme o volume de nossas operações e o reajuste das tarifas fixadas pela INFRAERO, autoridades aeroportuárias estaduais e internacionais. Tais despesas também são afetadas pela variação cambial, uma vez que as tarifas aeroportuárias internacionais são cobradas em moeda estrangeira.

Os custos com depreciações e amortizações referem-se, principalmente, a motores e conjuntos de partes, peças e sobressalentes e variam em função do tempo da vida útil dos bens. Os gastos com depreciação foram significativamente reduzidos a partir do segundo trimestre de 2004 em decorrência das baixas de 17 aeronaves.

Os custos com seguro de aeronaves crescem proporcionalmente ao tamanho da frota, à quantidade de passageiros transportados e pousos efetuados, além da classificação de risco de nossa frota pelas seguradoras. Tais custos são também afetados pela variação cambial uma vez que contratamos seguro em moeda estrangeira. Somos obrigados a manter seguro das nossas aeronaves por conta dos nossos contratos de arrendamento operacional simples.

Outras despesas incluem gastos relacionados a serviços de bordo, que variam principalmente conforme o volume de passageiros transportados em vôos nacionais e internacionais, e gastos administrativos e gerais.

**Despesas Financeiras Líquidas**

*CPMF*

A Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF incluída em gastos gerais e administrativos é um tributo federal incidente à alíquota de 0,38% sobre cada débito efetuado em conta bancária. Em dezembro de 2003 este imposto foi prorrogado até dezembro de 2007. No Brasil, todos que possuem conta bancária, seja pessoa física ou jurídica, pagam CPMF sempre que transferem ou sacam dinheiro de suas contas.

**Despesas com Tributos**

*IRPJ e CSLL*

Estamos sujeitos ao IRPJ e a CSLL, que em conjunto, podem atingir a alíquota de 34% sobre o lucro líquido ajustado (chamado lucro real). A composição destes tributos é: (i) imposto de renda, incidente com alíquota de 15%; (ii) adicional de imposto de renda, incidente à alíquota de 10%, aplicável à parte do resultado que exceder R$ 240.000 por ano; e (iii) CSLL, contribuição sobre o lucro líquido, incidente à alíquota de 9%.

*Participação de Acionistas Minoritários*

Os valores correspondentes à participação de 5,02% do capital social da TAM Mercosur detido pelo Governo Paraguaio, consiste na participação daquele acionista nos resultados da companhia. A TAM Mercosur foi por nós adquirida em setembro de 2003 e os valores desta participação minoritária variam em função dos resultados por ela apresentados.

## Resultados e Contas Patrimoniais

Nos quadros a seguir, todos os valores demonstrados foram originalmente calculados em reais e estão demonstrados em centavos e em milhões de reais. Desta forma, (i) os resultados da soma e divisão de alguns valores podem não corresponder aos totais apresentados devido ao seu arredondamento; e (ii) o resultado das variações percentuais podem apresentar divergências dos demonstrados nos quadros.

### Trimestre encerrado em 31 de março de 2005 comparado ao trimestre encerrado em 31 de março de 2004

| **BR GAAP** | **Trimestre encerrado em 31 de março de** | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | **2005** | **2004** | **Variação (%)** | **2005** | **2004** | **Variação (%)** | **% da Receita Líquida Operacional (2005)** |
| | (em centavos R$ por ASK) | | | (em milhões R$) | | | |
| **Receita operacional bruta** | 21,0 | 20,9 | 0,4% | 1.335 | 1.004 | 33,0% | 104,3% |
| Receitas de vôo | | | | | | | |
| Doméstica | 14,5 | 14,0 | 3,2% | 918 | 672 | 36,7% | 71,7% |
| Internacional | 4,0 | 4,5 | -12,2% | 252 | 217 | 16,2% | 19,7% |
| Carga | 1,4 | 1,2 | 17,7% | 87 | 56 | 55,9% | 6,8% |
| Outras receitas operacionais | 1,2 | 1,3 | -0,6% | 78 | 59 | 31,6% | 6,1% |
| Deduções e impostos sobre vendas | (0,9) | (1,4) | -35,3% | (55) | (65) | -14,3% | -4,3% |
| **Receita líquida operacional** | 20,2 | 19,6 | 2,9% | 1.280 | 939 | 36,3% | 100,0% |
| Custo dos serviços prestados e despesas operacionais | | | | | | | |
| Combustíveis | (5,5) | (4,3) | 25,9% | (347) | (208) | 66,7% | -27,1% |
| Despesas de comercialização e marketing | (3,0) | (2,7) | 10,8% | (189) | (129) | 46,8% | -14,8% |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (2,5) | (3,2) | -21,8% | (158) | (151) | 4,5% | -1,6% |
| Pessoal | (2,3) | (2,5) | -7,3% | (146) | (119) | 22,8% | -12,3% |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | (1,4) | (1,4) | -0,2% | (92) | (69) | 32,3% | -11,4% |
| Serviços prestados por terceiros | (1,4) | (1,6) | -9,6% | (89) | (75) | 19,7% | -7,1% |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | (0,9) | (0,8) | 3,0% | (54) | (40) | 36,5% | -7,0% |
| Depreciações e amortizações | (0,3) | (0,6) | -45,9% | (21) | (29) | -29,2% | -4,2% |
| Seguro de aeronaves | (0,2) | (0,3) | -41,4% | (10) | (13) | -22,4% | -0,8% |
| Outros | (0,9) | (1,1) | -19,1% | (58) | (55) | 5,2% | -4,5% |
| **Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais** | (18,3) | (18,5) | -1,1% | (1.164) | (888) | 31,0% | -90,9% |
| **Lucro bruto** | 1,8 | 1,1 | 71,9% | 116 | 51 | 127,7% | 9,1% |
| Receitas (despesas) financeiras | (0,5) | (0,9) | -41,2% | (34) | (43) | -22,1% | -2,6% |
| Outras despesas operacionais líquidas | - - | (0,1) | -40,5% | (2) | (4) | -21,2% | -0,2% |
| **Lucro operacional** | 1,3 | 0,1 | 1.263,2% | 80 | 4 | 1705,7% | 6,2% |
| **Resultado não operacional líquido** | - - | 0,3 | -104,0% | (1) | 15 | -105,4% | -0,1% |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social** | 1,3 | 0,4 | 213,9% | 79 | 19 | 315,8% | 6,2% |
| Imposto de renda e contribuição social | (0,4) | - | 976,0% | (25) | (2) | 1.325,4% | -2,0% |
| **Lucro antes da participação de acionistas minoritários** | 0,8 | 0,4 | 135,1% | 54 | 17 | 211,5% | 4,2% |
| **Participação dos acionistas minoritários** | 0,0 | 0,0 | 0,0% | 0 | 0 | 0,0% | 0,0% |
| **Lucro líquido do exercício** | 0,8 | 0,4 | 138,6% | 54 | 17 | 216,1% | 4,2% |

*Receita operacional bruta*

Nossa receita operacional bruta aumentou 33,0%, atingindo R$ 1.335 milhões em 31 de março de 2005 comparada com R$ 1.004 milhões em 31 de março de 2004. Nosso RPK aumentou 47,7% e nosso *yield regular* diminuiu 11,4% no mesmo período, atingindo 28,66 centavos de real em 31 de março de 2005.

O aumento de 47,7% no nosso RPK foi causado principalmente pelo aumento de 32,5% no ASK, aliado a uma melhora em nossa taxa de ocupação em 7,2 pontos percentuais, atingindo uma taxa de ocupação média de 69,9% no primeiro trimestre de 2005. Segundo dados do DAC, nossa participação no mercado doméstico atingiu 42,8% no primeiro trimestre de 2005, comparado com 33,3% no primeiro trimestre de 2004. Parte do nosso crescimento em participação de mercado e do aumento da nossa taxa de ocupação decorreu do aumento da demanda no mercado doméstico e também do aproveitamento da oportunidade de mercado resultante da redução das operações da VASP a partir de setembro de 2004.

A receita bruta doméstica de passageiros aumentou 36,7%, atingindo R$ 918 milhões em 31 de março de 2005, comparada com R$ 672 milhões em 31 de março de 2004. Apesar da queda do nosso *yield* regular doméstico de 31,63 centavos de real em 31 de março de 2005, comparado com 33,87 centavos de real em 31 de março de 2004, houve um aumento do nosso RPK de 46,5% em decorrência do aumento da nossa oferta e do sucesso de nossa estratégia de posicionamento da malha, que nos permitiu capturar importante demanda ocorrida no mercado doméstico, aproveitando ainda a redução das operações da VASP a partir de setembro de 2004.

A receita bruta internacional de passageiros aumentou 16,2%, atingindo R$ 252 milhões em 31 de março de 2005, comparada com R$ 217 milhões em 31 de março de 2004, apesar da queda do nosso *yield* regular internacional de 21,69 centavos de real em 31 de março de 2005, comparado com 28,63 centavos de real em 31 de março de 2004, e da valorização de 9,1% do real frente ao dólar no mesmo período. O aumento na receita bruta internacional de passageiros é devido ao incremento de um vôo diário na rota de São Paulo – Miami e um vôo para Santiago, além da adição de três freqüências semanais na rota São Paulo – Paris e sete freqüências na rota São Paulo - Buenos Aires, o que resultou num aumento no RPK de 51,4%.

A receita bruta de carga aumentou 55,9%, atingindo R$ 87 milhões em 31 de março de 2005, comparada com R$ 56 milhões em 31 de março de 2004, devido ao aumento nas nossas freqüências internacionais e a conseqüente disponibilização de mais espaços de porões oferecidos pela TAM Express.

Outras receitas brutas aumentaram 31,6%, atingindo R$ 78 milhões em 31 de março de 2005, comparadas com R$ 59 milhões em 31 de março de 2004, devido ao incremento de receitas decorrentes de parcerias com o Programa Fidelidade TAM e o aumento de receitas por intermediação de pacotes turísticos pela TAM Viagens.

*Deduções e impostos sobre vendas*

As deduções e impostos sobre vendas reduziram 14,3%, atingindo R$ 55 milhões em 31 de março de 2005, comparadas com R$ 65 milhões em 31 de março de 2004, tendo em vista que as alíquotas do PIS e COFINS que haviam sido alteradas em fevereiro e março de 2004 para 1,65% e 7,6%, respectivamente, voltaram aos patamares anteriores de 0,65% e 3,0%, respectivamente.

*Receita operacional líquida*

Nossa receita operacional líquida aumentou 36,3%, atingindo R$ 1.280 milhões em 31 de março de 2005 comparada com R$ 939 milhões em 31 de março de 2004. O RASK aumentou 12,6%, atingindo 19,83 centavos de real em 31 de março de 2005 e 17,62 centavos de real em 31 de março de 2004.

*Custos dos serviços prestados e despesas operacionais*

Nossos custos dos serviços prestados e despesas operacionais aumentaram 31,0%, atingindo R$ 1.164 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 888 milhões em 31 de março de 2004. O aumento nos custos dos serviços prestados e despesas operacionais no primeiro trimestre de 2005 foi inferior ao aumento das nossa receita operacional de 33,0% no mesmo período, que se justifica pelo aumento da utilização de nossas aeronaves e conseqüente ganho de escala. O aumento nos custos dos serviços prestados e despesas operacionais é devido principalmente ao aumento dos custos com combustíveis, pessoal e tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação. Os custos de serviços prestados e despesas operacionais por ASK (CASK) reduziram 1,1%, de 18,33 centavos de real em 31 de março de 2005, comparado com 18,53 centavos de real em 31 de março de 2004 em função do aumento do ASK em 32,5%.

Os custos com combustíveis aumentaram 66,7%, atingindo R$ 347 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 208 milhões em 31 de março de 2004, devido ao aumento da utilização de nossas aeronaves em horas voadas em 32,7%, resultando em um aumento no volume consumido de combustível de aeronaves em 32,1%. Além disso, o preço médio por litro de combustível aumentou em 36,4%, parcialmente compensado pela apreciação do real frente ao dólar de 9,1%. No primeiro trimestre de 2005 tivemos uma economia de aproximadamente R$ 5,5 milhões com o programa de *tankering* de combustível. Os custos com combustíveis por ASK aumentaram 25,9%.

As despesas de comercialização e marketing aumentaram 46,8%, atingindo R$ 189 milhões em 31 de março de 2005, comparadas com R$ 129 milhões em 31 de março de 2004, devido ao crescimento em nossa receita operacional bruta em 33,0%, ao aumento de gastos com taxas de administração de cartão de crédito devido ao aumento das vendas por essa modalidade, e o aumento com despesas de marketing. O aumento de vendas utilizando cartão de crédito é devido a promoções específicas direcionadas ao público de lazer (por exemplo, Z-Folia no Carnaval). As despesas de comercialização e marketing por ASK aumentaram 10,8%.

Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos aumentaram 4,5%, atingindo R$ 158 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 151 milhões em 31 de março de 2004. Apesar dos custos com arrendamento terem sofrido uma redução em função da apreciação do real frente ao dólar em 9,1%, tais efeitos foram compensados pelo aumento de custo decorrente do início do registro nesta rubrica dos gastos com arrendamento de 17 aeronaves que tiveram sua modalidade de arrendamento alteradas de mercantil financeiro para operacional simples durante o segundo trimestre de 2004. Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos por ASK reduziram 21,8%.

Os custos com pessoal aumentaram 22,8%, atingindo R$ 146 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 119 milhões em 31 de março de 2004, principalmente devido ao aumento de 18,0% no quadro de funcionários efetivos de 7.244 para 8.550 no final do trimestre e ao reajuste salarial de 5,8%. Os custos de pessoal por ASK reduziram 7,3%.

Os custos com manutenções e revisões (exceto pessoal) aumentaram 32,3%, atingindo R$ 92 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 69 milhões em 31 de março de 2004, basicamente em função de um aumento na utilização das nossas aeronaves em 32,7%, que passou para 72.891 horas voadas no primeiro trimestre de 2005, quando comparadas com 54.933 horas voadas no primeiro trimestre de 2004, compensado parcialmente pela apreciação do real frente ao dólar. Os custos de manutenções e revisões (exceto pessoal) por ASK reduziram 0,2%.

Os custos e despesas com serviços prestados por terceiros aumentaram 19,7%, atingindo R$ 89 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 75 milhões em 31 de março de 2004, devido principalmente ao aumento de 27,3% na quantidade de decolagens, que foi de 46.806 no primeiro trimestre de 2005, quando comparada com 36.774 no primeiro trimestre de 2004, com maior proporção de decolagens internacionais. Os gastos com serviços prestados por terceiros por ASK reduziram 9,6%.

Os custos com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação aumentaram 36,5%, atingindo R$ 54 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 40 milhões em 31 de março de 2004, devido ao aumento de 27,2% na quantidade de decolagens e no aumento do auxílio à navegação, gerado em conseqüência do aumento em 34,2% nos quilômetros voados, que foi de 42.726 milhões no primeiro trimestre de 2005, quando comprados com 31.828 milhões no primeiro trimestre de 2004, com maior proporção de decolagens internacionais. Os custos com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação por ASK aumentaram 3,0%.

Os custos com depreciações e amortizações reduziram 29,2%, atingindo R$ 21 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 29 milhões em 31 de março de 2004, principalmente em decorrência da alteração da modalidade de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples de 17 aeronaves ocorrido durante o segundo trimestre de 2004. Com a alteração da modalidade dos arrendamentos, as aeronaves correspondentes deixam de ser refletidas no balanço patrimonial, com a conseqüente redução dos valores de depreciações e amortizações. Os custos com depreciações e amortizações por ASK reduziram 45,9%.

Os custos com seguro de aeronaves reduziram 22,4%, atingindo R$ 10 milhões em 31 de março de 2005, comparados com R$ 13 milhões em 31 de março de 2004, principalmente pela redução de nossa frota, por termos obtido melhor classificação nas classes de risco das seguradoras, bem como por termos conseguido condições financeiras mais favoráveis e pelo efeito da apreciação do real frente ao dólar na contratação dos seguros durante o exercício de 2004, tendo em vista que os pagamentos de seguros são feitos em dólares. Os custos com seguro de aeronaves por ASK apresentaram redução de 41,4%.

Outras despesas operacionais aumentaram 5,2%, atingindo R$ 58 milhões em 31 de março de 2005, comparadas com R$ 55 milhões em 31 de março de 2004, devido ao aumento no volume de passageiros transportados em 47,7% e crescimento das nossas operações, compensado pela racionalização dos nossos serviços de bordo. Outras despesas operacionais por ASK reduziram 19,1%.

*Resultado Financeiro Líquido*

Nosso resultado financeiro líquido reduziu 22,1%, atingindo despesa líquida de R$ 34 milhões em 31 de março de 2005, comparado com R$ 43 milhões em 31 de março de 2004, principalmente pelo fato de termos alterado a modalidade dos arrendamentos mercantis financeiros das aeronaves para arrendamentos operacionais simples no segundo trimestre de 2004. A apreciação do real frente ao dólar em 9,1% no período gerou uma receita financeira relacionada às nossas obrigações com arrendamentos mercantis financeiros. Em virtude da alteração das modalidades de arrendamentos mencionada acima, a variação cambial deixou de ser refletida no balanço patrimonial, não mais gerando receita financeira em 2004.

*Resultado não operacional líquido*

O resultado não operacional líquido reduziu 105,4%, representando uma despesa de R$ 1 milhão em 31 de março de 2005, comparado a uma receita de R$15 milhões em 31 de março de 2004 devido à alienação de ativos imobilizados no primeiro trimestre de 2004.

*Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e contribuição social aumentaram 1.325,4%, atingindo R$ 25 milhões no em 31 de março de 2005, comparado com R$ 2 milhões em 31 de março de 2004. Esse aumento deveu-se, primordialmente, ao aumento em nossos resultados operacionais tributáveis. A nossa taxa efetiva de IRPJ e CSLL considerados em conjunto foi de 32,1% em 31 de março de 2005, comparada com 9,5% em 31 de março de 2004, tendo em vista o maior aproveitamento de créditos decorrentes de imposto de renda e contribuição social diferidos incidentes sobre reavaliações de ativos em 2004.

*Lucro líquido do exercício*

Nosso lucro líquido do exercício aumentou 216,1%, atingindo R$ 54 milhões em 31 de março de 2005, comparado com R$ 17 milhões em 31 de março de 2004 em virtude do exposto acima.

*EBIT*

A nossa margem de EBIT foi de 9,1%, atingindo R$ 116 milhões em 31 de março de 2005, comparando com R$ 51 milhões em 31 de março de 2004, que representou um aumento na margem de EBIT de 3,7 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2005. Esse aumento deve-se principalmente a uma melhora em nossa taxa de ocupação e de nosso crescimento em participação de mercado, auxiliado por uma apreciação do real frente ao dólar, o que causou uma redução em nossos custos indexados ao dólar.

*EBITDAR*

A nossa margem de EBITDAR foi de 23,1%, atingindo R$ 295 milhões em 31 de março de 2005, comparando com um EBITDAR de R$ 232 milhões em 31 de março de 2004, que representou uma redução na margem de EBITDAR de 1,6 pontos percentuais no primeiro trimestre de 2005. Essa redução deve-se principalmente pelo aumento da margem EBIT de 3,7 pontos percentuais, compensada pela devolução de 11 aeronaves Fokker 100.

**Contas Patrimoniais**

A situação patrimonial da companhia manteve-se estável em 31 de março de 2005, quando comparada com a situação apresentada em 31 de dezembro de 2004, merecendo destaque apenas as seguintes contas:

*Aplicações Financeiras*

As aplicações financeiras apresentaram redução de 22,0%, atingindo R$ 164 milhões em 31 de março de 2005, comparado com R$ 211 milhões em 31 de dezembro de 2004, decorrente do pagamento no trimestre da participação no resultado do exercício de 2004 e também da mudança da política de pagamento de combustíveis.

*Contas a Receber*

As contas a receber apresentaram aumento de 9,3%, atingindo R$ 593 em 31 de março de 2005, comparado com R$ 543 milhões em 31 de dezembro de 2004, decorrente, basicamente, do aumento das vendas pela modalidade parcelada com cartões de crédito.

*Salários e Encargos Sociais*

Os salários e encargos sociais reduziram 31,2%, atingindo R$ 83 milhões em 31 de março de 2005, comparado com R$ 121 milhões em 31 de dezembro de 2004, decorrente do pagamento no trimestre da participação no resultado do exercício de 2004.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido aumentou 28,3%, atingindo R$ 245 milhões em 31 de março de 2005, comparado com R$ 191 milhões em 31 de dezembro de 2004 em função da redução dos prejuízos acumulados ocorrida pelo resultado positivo do trimestre.

**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003**

| BR GAAP | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2004 | 2003 | Variação (%) | 2004 | 2003 | Variação (%) | % da Receita Líquida Operacional (2004) |
| | (em centavos R$ por ASK) | | | (em milhões R$) | | | |
| **Receita operacional bruta** | 22,6 | 20,9 | 7,9% | 4.744 | 3.768 | 25,9% | 105,0% |
| Receitas de vôo | | | | | | | |
| Doméstica | 15,4 | 14,9 | 3,1% | 3.233 | 2.688 | 20,3% | 71,5% |
| Internacional | 4,3 | 3,8 | 12,7% | 893 | 679 | 31,5% | 19,8% |
| Carga | 1,5 | 1,3 | 15,9% | 319 | 236 | 35,2% | 7,1% |
| Outras receitas operacionais | 1,4 | 0,9 | 55,4% | 299 | 165 | 81,3% | 6,6% |
| Deduções e impostos sobre vendas | (1,1) | (1,0) | 8,8% | (224) | (176) | 26,9% | -5,0% |
| **Receita operacional líquida** | 21,5 | 19,9 | 7,9% | 4.520 | 3.592 | 25,9% | 100,0% |
| Custo dos serviços prestados e despesas operacionais | | | | | | | |
| Combustíveis | (5,1) | (4,4) | 16,2% | (1.067) | (787) | 35,5% | -23,6% |
| Despesas de comercialização e marketing | (3,1) | (2,9) | 6,7% | (656) | (527) | 24,4% | -14,5% |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (3,1) | (3,6) | -13,8% | (651) | (648) | 0,5% | -14,4% |
| Pessoal | (2,6) | (2,3) | 12,2% | (546) | (417) | 30,8% | -12,1% |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | (1,9) | (2,1) | -10,4% | (389) | (372) | 4,6% | -8,6% |
| Serviços prestados por terceiros | (1,7) | (1,7) | 1,8% | (360) | (304) | 18,7% | -8,0% |
| Tarifas de pouso e decolagem e auxílio à navegação | (0,9) | (0,8) | 5,4% | (186) | (151) | 22,9% | -4,1% |
| Depreciações e amortizações | (0,4) | (0,9) | -49,6% | (91) | (155) | -41,2% | -2,0% |
| Seguro de aeronaves | (0,3) | (0,4) | -41,2% | (53) | (77) | -31,4% | -1,2% |
| Outros | (1,1) | (1,0) | 4,5% | (227) | (186) | 21,8% | -5,0% |
| **Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais** | (20,1) | (20,1) | 0,0% | (4.226) | (3.624) | 16,6% | -93,5% |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | 1,4 | (0,2) | n/a | 294 | (32) | -1.027,5% | 6,5% |
| Receitas (despesas) financeiras | (0,4) | 1,5 | n/a | (82) | 261 | -131,6% | -1,8% |
| Outras despesas operacionais líquidas | (0,1) | (0,0) | 0,0% | (14) | (9) | 65,6% | -0,3% |
| **Lucro operacional** | 0,9 | 1,2 | -23,3% | 198 | 220 | -10,2% | 4,4% |
| **Resultado não operacional líquido** | 1,4 | 0,1 | 1.572,8% | 300 | 15 | 1.851,3% | 6,6% |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | 2,4 | 1,3 | 81,3% | 498 | 235 | 111,5% | 11,0% |
| Imposto de renda e contribuição social | (0,7) | (0,3) | 118,2% | (156) | (61) | 154,5% | -3,5% |
| **Lucro antes da participação de acionistas minoritários** | 1,6 | 1,0 | 68,3% | 342 | 174 | 96,3% | 7,6% |
| **Participação de acionistas minoritários** | (0,0) | (0,0) | -- | (1) | () | -- | 0,0% |
| **Lucro líquido do exercício** | 1,6 | 1,0 | 68,3% | 341 | 174 | 96,3% | 7,5% |

*Receita operacional bruta*

Nossa receita operacional bruta aumentou 25,9%, atingindo R$ 4.744 milhões em 2004 comparada com R$ 3.768 milhões em 2003. Nosso RPK aumentou 26,9% e nosso *yield* regular diminuiu 1,4% no mesmo período. Nosso *yield* diminuiu para 31,86 centavos de real em 2004.

O aumento no RPK foi causado principalmente por um aumento de 16,6% no ASK e por aumento de 60,6% para 66,0% em nossa taxa de ocupação. Nosso ASK aumentou devido principalmente ao aumento no número de horas de uso de nossas aeronaves em operação. Nossa taxa de ocupação aumentou devido a uma melhora nas condições econômicas gerais que resultou num aumento da demanda no mercado doméstico e também devido ao aproveitamento da oportunidade de mercado resultante da redução das operações da VASP a partir de setembro de 2004. Segundo dados do DAC, o crescimento do mercado doméstico em RPKs foi de 10,2% e nossa participação nesse mercado aumentou de 35,8% em 2003 para 41,2% em 2004.

A receita doméstica de passageiros bruta aumentou 20,3%, atingindo R$ 3.233 milhões em 2004 comparada com R$ 2.688 milhões em 2003. Nossos RPK e ASK aumentaram 21,2% e 9,1%, respectivamente, em decorrência principalmente das mudanças em nossa malha, que nos permitiu capturar importante demanda ocorrida no mercado doméstico inclusive em virtude da redução das operações da VASP a partir de setembro de 2004. Nossa taxa de ocupação aumentou de 58,0% para 64,4%. O nosso *yield* regular doméstico foi 35,21 centavos de real em 2004, comparado com 34,27 centavos de real em 2003.

A receita internacional de passageiros bruta aumentou 31,5%, atingindo R$ 893 milhões em 2004 comparada com R$ 679 milhões em 2003, devido ao incremento de um vôo diário na rota de São Paulo – Miami e um vôo para Santiago, além do aumento de freqüências semanais nas rotas São Paulo – Paris e São Paulo - Buenos Aires, que gerou o aumento do ASK. O nosso *yield* regular internacional foi 23,96 centavos de real em 2004, comparado com 26,65 centavos de real em 2003, representando uma redução de 10,1%, principalmente em decorrência da apreciação de 8,8% do real frente ao dólar em 2004, uma vez que nossas passagens internacionais são denominadas em dólares.

A receita de carga bruta aumentou 35,2%, atingindo R$ 319 milhões em 2004 comparada com R$ 236 milhões em 2003, devido principalmente ao aumento nas nossas freqüências internacionais e a conseqüente disponibilização de mais espaços de porões oferecidos pelo TAM Express.

Outras receitas brutas operacionais aumentaram 81,3%, atingindo R$ 299 milhões em 2004 comparadas com R$ 165 milhões em 2003, devido ao incremento de receitas decorrentes de parcerias com o Programa Fidelidade TAM, sub-arrendamento de mais 2 Airbus A330 e o aumento de receitas por intermediação de pacotes turísticos pela TAM Viagens.

*Deduções e impostos sobre vendas*

As deduções e impostos sobre vendas aumentaram 26,9%, atingindo R$ 224 milhões em 2004 comparadas com R$ 176 milhões em 2003, devido ao aumento da receita bruta de 25,9% que constitui a base de cálculo dos impostos e deduções, alem do aumento da alíquota da COFINS que passou de 3% para 7,6% em fevereiro de 2004.

*Receita operacional líquida*

Nossa receita operacional líquida aumentou 25,9%, atingindo R$ 4.520 milhões em 2004 comparada com R$ 3.592 milhões em 2003. O RASK aumentou 7,9%, de 21,5 centavos de real em 2004, comparado com 19,9 centavos de real em 2003.

*Custos dos serviços prestados e despesas operacionais*

Nossos custos dos serviços prestados e despesas operacionais aumentaram 16,6%, atingindo R$ 4.226 milhões em 2004, comparados com R$ 3.624 milhões em 2003 devido principalmente ao aumento dos custos com combustíveis, pessoal e tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação. Os custos de serviços prestados e despesas operacionais por ASK (CASK) permaneceram em 20,1 centavos de real, uma vez que os aumentos de custos foram compensados por melhorias na utilização da frota.

Os custos com combustíveis aumentaram 35,5%, atingindo R$ 1.067 milhões em 2004 comparados com R$ 787 milhões em 2003 devido ao aumento do volume no consumo de combustível de aeronaves em 11,8% e ao aumento de 21,3% do preço médio de combustível. Nossa política de *tankering* de combustível, que consiste no abastecimento de nossas aeronaves em localidades com melhores preços de combustíveis, representou uma economia de custos de aproximadamente R$ 10 milhões em 2004. O custo de combustível por ASK aumentou 16,2%, com a compensação parcial do aumento de preços nos combustíveis pela nossa política de *tankering*.

As despesas de comercialização e marketing aumentaram 24,4%, atingindo R$ 656 milhões em 2004 comparadas com R$ 527 milhões em 2003, devido ao crescimento nas nossas receitas em 25,9%. As despesas de comercialização e marketing por ASK aumentaram 6,7%.

Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos aumentaram 0,5%, atingindo R$ 651 milhões em 2004 comparados com R$ 648 milhões em 2003. Apesar dos custos com arrendamento terem reduzido em função da apreciação do real frente ao dólar em 8,8%, tais efeitos foram compensados pelo aumento de custo decorrente da mudança de modalidade de arrendamento financeiro para arrendamento operacional simples de 17 aeronaves. Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos por ASK reduziram 13,8%.

Os custos com pessoal aumentaram 30,8%, atingindo R$ 546 milhões em 2004 comparados com R$ 417 milhões em 2003, principalmente devido ao aumento de 7,2% no quadro de funcionários, de 7.665 para 8.215 no final do exercício e ao reajuste salarial de 12,5% vigente em 2004. O nosso aumento de gastos com funcionários foi inferior ao crescimento de 16,6% da nossa oferta, de acordo com dados do DAC. Os custos de pessoal por ASK aumentaram 12,2%.

Os custos com manutenções e revisões (exceto pessoal) aumentaram 4,6%, atingindo R$ 389 milhões 2004 comparados com R$ 372 milhões em 2003, basicamente em função da maior utilização das nossas aeronaves em 14,9%, que passou para 241.685 horas voadas em 2004, quando comparadas com 210.281 horas voadas em 2003, compensado parcialmente pela apreciação do real frente ao dólar e pela redução de custos e ganho de produtividade obtidos com a certificação European Aviation Safety Agency - EASA do centro de manutenção em São Carlos, que nos propiciou eliminar deslocamentos para manutenção. Os custos de manutenções e revisões (exceto pessoal) por ASK reduziram 10,4%.

Os custos e despesas com serviços prestados por terceiros aumentaram 18,7%, atingindo R$ 360 milhões em 2004 comparados com R$ 304 milhões em 2003, devido principalmente ao aumento de 8,0% na quantidade de decolagens, que foi de 158.898 em 2004, quando comparada com 147.122 em 2003. Os gastos com serviços prestados por terceiros por ASK não sofreram variações significativas.

Os custos com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação aumentaram 22,9%, atingindo R$ 186 milhões em 2004 comparados com R$ 151 milhões em 2003, devido ao aumento de 8,0% na quantidade de decolagens e no aumento do auxílio à navegação, gerado em conseqüência do aumento em 15,9% nos quilômetros voados em 2004. Os custos com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação por ASK aumentaram 5,4% devido principalmente ao aumento nas nossas freqüências internacionais mais caras.

Os custos com depreciações e amortizações reduziram 41,2%, atingindo R$ 91 milhões em 2004 comparados com R$ 155 milhões em 2003, principalmente em decorrência da alteração da modalidade de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples de 17 aeronaves. Com a alteração da modalidade dos arrendamentos, as aeronaves correspondentes deixam de ser refletidas no balanço patrimonial, com a conseqüente redução dos valores de depreciações e amortizações. Os custos com depreciações e amortizações por ASK reduziram 49,6%.

Os custos com seguro de aeronaves reduziram 31,4%, atingindo R$ 53 milhões em 2004 comparados com R$ 77 milhões em 2003, principalmente pela redução de nossa frota, por termos obtido melhor classificação nas classes de risco das seguradoras, bem como por termos conseguido condições financeiras mais favoráveis e o efeito da apreciação do real frente ao dólar na contratação dos seguros durante o exercício de 2004 tendo em vista que os pagamentos de seguros são feitos em dólares. Os custos com seguro de aeronaves por ASK apresentaram redução de 41,2%.

Outras despesas operacionais aumentaram 21,8%, atingindo R$ 227 milhões em 2004 comparadas com R$ 186 milhões em 2003, devido ao aumento no volume de passageiros transportados em 16,4% e crescimento das nossas operações, compensado pela racionalização dos nossos serviços de bordo. Outras despesas operacionais por ASK aumentaram 4,5% devido ao crescimento de nossas operações.

*Resultado financeiro líquido*

Nosso resultado financeiro líquido reduziu 131,6%, com uma despesa líquida de R$ 82 milhões em 2004, comparado com receita líquida de R$ 261 milhões em 2003, principalmente pelo fato de termos alterado a modalidade dos arrendamentos mercantis financeiros das aeronaves para arrendamentos operacionais simples no segundo trimestre de 2004. A apreciação do real frente ao dólar em 22,3% em 2003 gerou uma receita de financeira relacionada às nossas obrigações com arrendamentos mercantis financeiros. Em virtude da alteração das modalidades de arrendamentos mencionada acima, a variação cambial deixou de ser refletida no balanço patrimonial, não mais gerando receita financeira em 2004. Uma vez que deixamos de incorrer em despesas com juros que incidiam em arrendamentos mercantis financeiros, as despesas financeiras reduziram-se a 46,8%.

*Resultado não operacional líquido*

Nosso resultado não operacional líquido aumentou 1.851,3%, atingindo R$ 300 milhões em 2004 comparado com R$ 15 milhões em 2003 devido à baixa dos arrendamentos mercantis financeiros de longo prazo e alienação de ativos fixos decorrentes da mudança da modalidade de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples de 17 aeronaves ocorrido no segundo trimestre de 2004.

*Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social aumentaram 154,5%, atingindo R$ 156 milhões em 2004 comparado com R$ 61 milhões em 2003. Este aumento deveu-se, primordialmente, ao aumento em nossos resultados operacionais tributáveis. A nossa taxa efetiva de IRPJ e CSLL foi de 31,3% em 2004, comparada com 26,0% em 2003.

*Participação de Acionistas Minoritários*

Os valores correspondentes à participação de acionistas minoritários aumentou 132,6%, atingindo R$ 0,6 milhão em 2004 comparado com R$ 0,2 milhão em 2003 em virtude da variação apresentada no lucro líquido do exercício.

*Lucro líquido do exercício*

Nosso lucro líquido do exercício aumentou 96,3%, atingindo R$ 341 milhões em 2004 comparado com R$ 174 milhões em 2003 em virtude do exposto acima.

*EBIT*

A nossa margem de EBIT foi de 6,5%, atingindo R$ 294 milhões em 2004, comparando com um EBIT negativo de R$ 32 milhões em 2003 que representou um crescimento na margem de EBIT de 7,4 pontos percentuais em 2004. Esse aumento deve-se principalmente a um aumento de utilização das aeronaves, uma melhora em nossa taxa de ocupação e de nosso crescimento em participação de mercado, auxiliado por uma apreciação do real perante o dólar, o que causou uma redução em nossos custos indexados ao dólar.

*EBITDAR*

A nossa margem de EBITDAR foi de 23,0%, atingindo R$ 1.038 milhões em 2004, comparando com um EBITDAR de R$ 775 milhões em 2003, que representou um crescimento na margem de EBITDAR de 1,4 ponto percentual em 2004. Esse aumento deve-se principalmente a uma melhora na nossa margem de EBIT compensado por uma redução de R$ 64 milhões nas depreciações, devido à baixa de 6 aeronaves do ativo imobilizado em 2003 e mais 11 aeronaves em 2004, relacionadas a mudança de modalidade de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples e à devolução de tais aeronaves aos arrendadores.

**Contas Patrimoniais**

*Ativo Circulante*

O ativo circulante apresentou aumento de 46,7%, atingindo R$ 1.134 milhões em 31 de dezembro de 2004, comparada com R$ 773 milhões em 31 de dezembro de 2003, em decorrência do aumento de aplicações financeiras geradas pela operação e pelo aumento do volume de vendas e ampliação dos prazos de recebimentos concedidos durante o exercício que acarretou aumento do volume de contas a receber.

*Realizável a Longo Prazo*

O ativo realizável a longo prazo apresentou redução de 23,2%, atingindo R$ 335 milhões em 31 de dezembro de 2004, comparado com R$ 436 milhões em 31 de dezembro de 2003, provocada basicamente pela redução de 40,2% no imposto de renda e contribuição social diferidos em decorrência da realização de créditos incidentes sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização ocorre em função do lucro tributável nesse exercício ter proporcionado a compensação dos saldos de prejuízos acumulados.

*Permanente*

O ativo permanente apresentou redução de 54,1%, atingindo R$ 724 milhões em 31 de dezembro de 2004, comparado com R$ 1.579 milhões em 31 de dezembro de 2003, decorrente da baixa de 17 aeronaves de nosso imobilizado, decorrente da alteração da modalidade dos correspondentes contratos de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples além do estorno dos correspondentes valores de reavaliação destas mesmas aeronaves.

*Passivo Circulante*

O passivo circulante apresentou aumento de 10,9%, atingindo R$ 1.071 milhões em 31 de dezembro de 2004, comparado com R$ 966 milhões em 31 de dezembro de 2003, principalmente em função dos aumentos em empréstimos e financiamentos ocorrido por aumento de captações de curto prazo, em fornecedores pelo aumento do volume de compras provocado pelo crescimento natural das operações da Companhia, em salários e encargos sociais em decorrência da contabilização de participação no resultado a ser pago em 2005, correspondente a 2,3 salários e em transportes a executar em decorrência do aumento de vendas de cupons de bilhetes aéreos ocorrido nos últimos meses de 2004 para serem voados em 2005. Os aumentos acima são parcialmente compensados pela redução dos arrendamentos em função da alteração da modalidade de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples e liquidações efetuadas de debêntures.

*Exigível a Longo Prazo*

O passivo exigível a longo prazo apresentou redução de 48,1%, atingindo R$ 918 milhões em 31 de dezembro de 2004, comparado com R$ 1.768 e, 31 de dezembro de 2003, decorrente da alteração da modalidade dos arrendamentos das aeronaves de mercantil financeiro para operacional simples que provocou a redução de 78,6% em arrendamentos e na redução de 67,2% provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos que incidiam sobre as reavaliações das mesmas aeronaves que tiveram as modalidades de arrendamento alteradas.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido apresentou aumento de 354,8%, atingindo R$ 191 milhões em 31 de dezembro de 2004, comparado com R$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2003, decorrente das reduções de reserva de reavaliação pelo estorno provocado pela alteração da modalidade dos arrendamentos e da redução de prejuízos acumulados em decorrência do lucro apresentado no período.

**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002**

| BR GAAP | Exercício encerrado em 31 de dezembro de | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2003 | 2002 | Variação (%) | 2003 | 2002 | Variação (%) | % da Receita Líquida Operacional (2003) |
| | (em centavos R$ por ASK) | | | (em milhões R$) | | | |
| **Receita operacional bruta** | 20,9 | 15,8 | 32,7% | 3.768 | 3.472 | 8,5% | 104,9% |
| Receitas de vôo | | | | | | | |
| Doméstica | 14,9 | 11,5 | 29,8% | 2.688 | 2.533 | 6,1% | 74,8% |
| Internacional | 3,8 | 2,7 | 41,6% | 679 | 587 | 15,8% | 18,9% |
| Carga | 1,3 | 1,0 | 31,2% | 236 | 220 | 7,3% | 6,6% |
| Outras receitas operacionais | 0,9 | 0,6 | 52,4% | 165 | 132 | 24,6% | 4,6% |
| Deduções e impostos sobre vendas | (1,0) | (0,6) | 52,3% | (176) | (142) | 24,5% | -4,9% |
| Receita operacional líquida | 19,9 | 15,1 | 31,9% | 3.592 | 3.330 | 7,8% | 100,0% |
| Custo dos serviços prestados e despesas operacionais | | | | | | | |
| Combustíveis | (4,4) | (3,4) | 28,6% | (787) | (748) | 5,2% | -21,9% |
| Despesas de comercialização e marketing | (2,9) | (2,1) | 39,3% | (527) | (463) | 13,9% | -14,7% |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (3,6) | (2,6) | 37,9% | (648) | (574) | 12,8% | -18,0% |
| Pessoal | (2,3) | (2,0) | 17,3% | (417) | (435) | -4,1% | -11,6% |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | (2,1) | (1,5) | 38,4% | (372) | (329) | 13,2% | -10,4% |
| Serviços prestados por terceiros | (1,7) | (1,5) | 10,1% | (304) | (337) | -10,0% | -8,5% |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | (0,8) | (0,8) | -0,3% | (151) | (185) | -18,4% | -4,2% |
| Depreciações e amortizações | (0,9) | (0,6) | 42,1% | (155) | (133) | 16,2% | -4,3% |
| Seguro com aeronaves | (0,4) | (0,3) | 42,0% | (77) | (66) | 16,1% | -2,1% |
| Outros | (1,0) | (1,3) | -22,9% | (186) | (296) | -37,0% | -5,2% |
| **Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais** | (20,1) | (16,2) | 24,3% | (3.624) | (3.566) | 1,6% | -100,9% |
| **Lucro (prejuízo) bruto** | (0,2) | (1,1) | -83,6% | (32) | (236) | -86,6% | -0,9% |
| Receitas (despesas) financeiras | 1,5 | (3,0) | n/a | 261 | (671) | n/a | 7,3% |
| Outras despesas operacionais líquidas | (0,0) | (0,0) | n/a | (9) | (9) | -5,5% | -0,2% |
| **Lucro (prejuízo) operacional** | 1,2 | (4,2) | n/a | 220 | (917) | N/a | 6,1% |
| **Resultado não operacional líquido** | 0,1 | 0,2 | -58,8% | 15 | 46 | -66,3% | 0,4% |
| **Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social** | 1,3 | (4,0) | n/a | 235 | (871) | n/a | 6,6% |
| Imposto de renda e contribuição social | (0,3) | 1,2 | n/a | (61) | 265 | n/a | -1,7% |
| **Lucro (prejuízo) antes da participação de acionistas minoritários** | 1,0 | (2,8) | n/a | 174 | (606) | n/a | 4,8% |
| **Participação dos acionistas minoritários** | - | - | - | - | - | - | n/a |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | 1,0 | (2,8) | n/a | 174 | (606) | n/a | 4,8% |

*Receita operacional bruta*

Nossa receita operacional bruta aumentou 8,5%, atingindo R$ 3.768 milhões em 2003 comparada com R$ 3.472 milhões em 2002. Nosso RPK diminuiu 9,6%. Em resposta a uma reduzida demanda do mercado por transporte aéreo, readequamos nossa malha e frota resultando num decréscimo de 18,4% no ASK, que possibilitou que a taxa de ocupação aumentasse para 60,6% em comparação a 54,8% em 2002. O mercado de aviação doméstico apresentou uma redução na oferta (ASK) e na demanda (RPK) de 9,5% e 3,7%, respectivamente.

O aumento da receita foi baseado no *yield* regular, que aumentou 22,8% para 32,33 centavos de real, em comparação com 26,33 centavos de real no período anterior.

A receita doméstica de passageiros bruta aumentou 6,1%, atingindo R$ 2.688 milhões em 2003 comparada com R$ 2.533 milhões em 2002, devido principalmente ao aumento de nosso *yield* regular doméstico em 23,4% para 34,27 centavos de real, apesar da redução de 9,6% no RPK em função de uma redução na nossa demanda.

A receita internacional de passageiros bruta aumentou 15,8%, atingindo R$ 679 milhões em 2003 comparada com R$ 587 milhões em 2002, devido ao aumento do *yield* regular internacional em 23,0% para 26,65 centavos de real e o incremento dos vôos internacionais para Buenos Aires e da empresa Transportes Aéreos del Mercosur S.A. que foi adquirida no terceiro trimestre de 2003, o que resultou num aumento em nosso RPK internacional.

A receita de carga bruta aumentou 7,3%, atingindo R$ 236 milhões em 2003 comparada com R$ 220 milhões em 2002, devido principalmente ao aumento da tarifa média, apesar da oferta de vôos ter diminuído em 18,4% durante o período.

Outras receitas brutas aumentaram 24,6%, atingindo R$ 165 milhões em 2003 comparadas com R$ 132 milhões em 2002, devido ao incremento de receitas decorrentes de parcerias com o Programa Fidelidade TAM e o início das operações de sub-arrendamento no quarto trimestre de 2003.

*Deduções e impostos sobre vendas*

As deduções e impostos sobre vendas aumentaram 24,5%, atingindo R$ 176 milhões em 2003 comparadas com R$ 142 milhões em 2002, devido principalmente à majoração da alíquota do PIS, que passou de 0,65% para 1,65%, incidente sobre todas as nossas receitas auferidas no Brasil.

*Receita operacional líquida*

Nossa receita operacional líquida aumentou 7,8%, atingindo R$ 3.592 milhões em 2003 comparada com R$ 3.330 milhões em 2002. O RASK aumentou 31,9%, de 19,9 centavos de real em 2003, comparado com R$ 15,1 em 2002.

*Custos dos serviços prestados e despesas operacionais*

Os custos dos serviços prestados e despesas operacionais aumentaram 1,6%, atingindo R$ 3.624 milhões em 2003 comparados com R$ 3.566 milhões em 2002 devido principalmente ao aumento nos custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos, despesas com manutenções e revisões (exceto pessoal) e combustíveis, que foram parcialmente compensados com a redução nas outras despesas operacionais. Os custos dos serviços prestados e despesas operacionais por ASK (CASK) aumentaram 24,3% devido à reestruturação de nossa frota que resultou em menores ASKs e com isso diluindo menos nossos custos fixos. Em contra partida de nossa reestrututaração de frota, aumentamos a densidade de assentos em nossas aeronaves modelos A319 e A320 em 7%, diminuindo o espaço entre as pernas e os assentos e também eliminando a classe executiva em algumas rotas.

Os custos com combustíveis aumentaram 5,2%, atingindo R$ 787 milhões em 2003 comparados com R$ 748 milhões em 2002, devido principalmente ao aumento no preço do combustível em 40,9%, parcialmente compensado com a redução em 25% no volume consumido em 2003 e a apreciação do real frente ao dólar em 22,3%. Os custos com combustíveis por ASK aumentaram 28,6%.

As despesas de comercialização e marketing aumentaram 13,9%, atingindo R$ 527 milhões em 2003 comparadas com R$ 463 milhões em 2002, em decorrência do aumento de nossa receita em 8,5% e dos incentivos concedidos aos agentes de viagens e turismo. As despesas de comercialização e marketing por ASK aumentaram 39,3%.

Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos aumentaram 12,8%, atingindo R$ 648 milhões em 2003 comparados com R$ 574 milhões em 2002, devido ao aumento da nossa frota concentrado no segundo semestre de 2002, parcialmente compensado pela apreciação do real frente ao dólar em 22,3%, já que nossos custos relacionados a arrendamentos mercantis são atrelados ao dólar. Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos por ASK aumentaram 37,9%.

Os custos com pessoal reduziram 4,1%, atingindo R$ 417 milhões em 2003 comparados com R$ 435 milhões em 2002, principalmente devido à redução de 6,6% no quadro de funcionários de 7.624 para 7.121 ao final do exercício, parcialmente compensado pelo reajuste salarial de 10%. Os custos de pessoal por ASK aumentaram 17,3%.

Os custos com manutenções e revisões (exceto pessoal) aumentaram 13,2%, atingindo R$ 372 milhões em 2003 comparados com R$ 329 milhões em 2002, principalmente pela preparação de aeronaves Fokker 100 para devolução aos arrendadores, parcialmente compensados por uma redução de 30,2% nas horas voadas por nossas aeronaves, passando de 301.103 em 2002 para 210.281 em 2003. Os custos de manutenções e revisões (exceto pessoal) por ASK aumentaram 38,4%.

Os custos com serviços prestados por terceiros reduziram 10,0%, atingindo R$ 304 milhões em 2003 comparados com R$ 337 milhões em 2002, devido principalmente à redução do volume de passageiros transportados e redução de 32,2% do volume de decolagens, parcialmente compensados com aumento dos gastos com consultoria. Os custos com serviços prestados por terceiros por ASK aumentaram 10,1%.

Os custos com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação reduziram 18,4%, atingindo R$ 151 milhões em 2003 comparados com R$ 185 milhões em 2002 em função de uma redução de 32,2% nas decolagens, cujo efeito foi parcialmente compensado pelo aumento no custo de auxílio à navegação. O aumento no auxílio à navegação decorreu do incremento de vôos internacionais da TAM Mercosur, que adquirimos no terceiro trimestre de 2003. Os custos com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação por ASK não sofreram variação significativa.

Os custos com depreciações e amortizações aumentaram 16,2%, atingindo R$ 155 milhões em 2003 comparados com R$ 133 milhões em 2002, principalmente em decorrência do incremento de 19 aeronaves em nossa frota concentradas no segundo semestre de 2002. Os custos com depreciações e amortizações por ASK aumentaram 42,1%.

Os custos com seguro de aeronaves aumentaram 16,1%, atingindo R$ 77 milhões em 2003 comparados com R$ 66 milhões em 2002, principalmente pelos reflexos em decorrência dos atentados ocorridos nos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, que fez com que as companhias de seguro criassem taxas adicionais para cobertura de cascos de aeronaves e para responsabilidade civil provocada por atentados de guerra ou atos de terrorismo e o aumento de nossa frota. Os gastos com seguro de aeronaves por ASK aumentaram 42,0%.

Outras despesas operacionais reduziram 37,0%, atingindo R$ 186 milhões em 2003 comparadas com R$ 296 milhões em 2002, devido principalmente à redução no volume de passageiros transportados em 24,1% e à racionalização do nosso serviço de bordo. Outras despesas operacionais por ASK reduziram 22,9%.

*Resultado financeiro líquido*

Nosso resultado financeiro líquido apresentou variação de R$ 932 milhões no ano, quando comparado com 2002, atingindo receita líquida de R$ 261 milhões em 2003, comparado com despesa líquida de R$ 671 milhões em 2002, principalmente pela apreciação do real frente ao dólar em 22,3% em 2003, a qual gerou uma receita de financeira relacionada as nossas obrigações com arrendamentos mercantis financeiros. As despesas financeiras diminuíram 76,7%, atingindo R$ 215 milhões em 2003 comparadas com R$ 922 milhões em 2002, basicamente pela apreciação do real frente ao dólar ocorrida no exercício de 2003, parcialmente compensada pelo aumento de juros pagos em decorrência do aumento da frota.

*Resultado não operacional líquido*

Nosso resultado não operacional líquido reduziu 66,3%, atingindo R$ 15 milhões em 2003 comparado com R$ 46 milhões em 2002, resultante da baixa nos financiamentos de longo prazo, a alienação de ativos imobilizados e ao registro da baixa da totalidade da frota de aeronaves Caravan C208 e de uma aeronave Fokker 100.

*Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social corresponderam a uma despesa de R$ 61 milhões em 2003 e receita de R$ 265 milhões em 2002 em função dos resultados tributáveis de 2003 e 2002 terem sido lucro e prejuízo, respectivamente. As taxas consolidadas de IRPJ e CSLL de 2003 e 2002 foram de 26,0% (despesa) e 30,4% (receita), respectivamente.

*Participação de Acionista Minoritários*

Os valores correspondentes à participação de acionistas minoritários passaram a ser reconhecidos em 2003 em virtude da aquisição da TAM Mercosur, companhia na qual o Governo do Paraguai detém participação.

*Lucro líquido do exercício*

Apresentamos lucro líquido de R$ 174 milhões em 2003 comparado a um prejuízo de R$ 606 milhões em 2002 em virtude do disposto acima.

*EBIT*

A nossa margem de EBIT foi negativa de 0,9% atingindo um valor negativo de R$ 32 milhões em 2003. Comparando com um EBIT negativo de R$ 236 milhões em 2002 obtivemos um crescimento na margem de EBIT de 6,2 pontos percentuais em 2003 isto devido principalmente a uma melhora em nossa taxa de ocupação e um crescimento do *yield* em 24,0%.

*EBITDAR*

A nossa margem de EBITDAR foi de 21,6% atingindo R$ 775 milhões em 2003. Comparando com um EBITDAR de R$ 475 milhões em 2002, obtivemos um crescimento na margem de EBITDAR de 7,3 pontos percentuais em 2003 devido, principalmente, a uma melhora na nossa margem EBIT e ao incremento de 19 aeronaves em nossa frota concentrada no segundo semestre de 2002, compensada por devolução de 6 aeronaves em 2003.

**Contas Patrimoniais**

*Ativo Circulante*

O ativo circulante apresentou aumento de 30,8%, atingindo R$ 773 milhões em 31 de dezembro de 2003, comparada com R$ 591 milhões em 31 de dezembro de 2002, em decorrência do aumento de aplicações financeiras geradas pela operação e pelo aumento do volume de vendas e ampliação dos prazos de recebimentos concedidos durante o exercício que acarretou aumento do volume de contas a receber.

*Realizável a Longo Prazo*

O ativo realizável a longo prazo apresentou redução de 23,4%, atingindo R$ 436 milhões em 31 de dezembro de 2003, comparado com R$ 569 milhões em 31 de dezembro de 2002, provocada basicamente pela redução de 27,8% no imposto de renda e contribuição social diferidos em decorrência da realização de créditos incidentes sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A realização ocorre em função do lucro tributável nesse exercício ter proporcionado a compensação dos saldos de prejuízos acumulados.

*Permanente*

O ativo permanente apresentou redução de 33,6%, atingindo R$ 1.579 milhões em 31 de dezembro de 2003, comparado com R$ 2.377 milhões em 31 de dezembro de 2002, decorrente das baixas de 10 aeronaves Fokker 100 de nosso imobilizado, decorrente da reorganização de nossa frota desse tipo de aeronave além do estorno dos correspondentes valores de reavaliação destas mesmas aeronaves.

*Passivo Circulante*

O passivo circulante apresentou redução de 13,8%, atingindo R$ 966 milhões em 31 de dezembro de 2003, comparado com R$ 1.121 milhões em 31 de dezembro de 2002, principalmente em função das reduções em empréstimos e financiamentos e em arrendamentos pela baixa dos 10 contratos da reorganização da frota de Fokker 100 e da apreciação do real frente ao dólar de 8,1%, parcialmente compensados pelo aumento em transportes a executar em decorrência do aumento de vendas de cupons de bilhetes aéreos ocorrido nos últimos meses de 2003 para serem voados em 2004.

*Exigível a Longo Prazo*

O passivo exigível a longo prazo apresentou redução de 20,1%, atingindo R$ 1.768 milhões em 31 de dezembro de 2003, comparado com R$ 2.212 em 31 de dezembro de 2002, decorrente da baixa dos 10 contratos da reorganização da frota de Fokker 100 e da apreciação do real frente ao dólar de 8,1% que provocou redução dos saldos de arrendamento e na provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos que incidiam sobre as reavaliações das mesmas aeronaves que tiveram as modalidades de arrendamento alteradas. Estas reduções foram parcialmente compensadas com aumento de 49,1% nas provisões para contingências em função aumento dos valores envolvidos em questionamentos judiciais.

*Patrimônio Líquido*

O patrimônio líquido apresentou redução de 79,4%, atingindo R$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2003, comparado com R$ 204 milhões em 31 de dezembro de 2002, decorrente das reduções de reserva de reavaliação pelo estorno provocado pela baixa das aeronaves Fokker 100 que foram renegociadas, parcialmente compensados pelo resultado positivo do exercício.

**Liquidez e Recursos de Capital**

Para administrar nossa liquidez, levamos em conta nosso caixa e disponibilidades, contas a receber e empréstimos de curto prazo. Nossas contas a receber são afetadas pelos prazos de recebimento de nossos recebíveis de cartões de crédito e faturamento às agências de turismo. Nossos clientes podem adquirir passagens efetuando pagamentos parcelados em cartões de crédito, normalmente gerando um prazo médio de recebimento de 80 dias. Em 31 de março de 2005, registramos caixa e disponibilidades de R$ 246 milhões e contas a receber de R$ 593 milhões, comparado com caixa e disponibilidades de R$ 162 milhões e contas a receber de R$ 312 milhões em 31 de março de 2004. Em 31 de dezembro de 2004, registramos caixa e disponibilidades de R$ 297 milhões e contas a receber de R$ 543 milhões, comparado com caixa e disponibilidades de R$ 172 milhões e contas a receber de R$ 293 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003.

Em 31 de março de 2005, mantínhamos linhas de financiamento de curto prazo em reais com instituições financeiras para financiar nossas necessidades de capital de giro, cujo saldo devedor era de R$ 74 milhões. A maioria destas linhas de crédito é garantida por nossos recebíveis.

*Atividade Operacionais*

*Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais*. O caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais foi R$ (34) milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2005, comparado com R$ 8 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2004. Essa utilização de caixa nas atividades operacionais decorre principalmente do pagamento da participação nos lucros e resultados (PLR) referentes ao exercício de 2004 e da alteração da política de pagamento de combustível. O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R$ 368 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, R$ 327 milhões em 2003 e R$ 143 milhões em 2002. O aumento no nosso caixa líquido gerado pelas atividades operacionais nos períodos indicados acima deve-se ao aumento de nossas operações e ao conseqüente aumento nas nossos receitas, bem como nossa atuação na redução de nossos custos. Nosso fluxo de caixa de operações é afetado por oscilações no prazo médio de recebimento de nossos clientes e prazo médio de pagamento de nossos fornecedores operacionais.

*Caixa aplicado em atividades de investimentos*. O caixa aplicado em atividades de investimentos foi de R$ 19 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2005, comparado com R$ 18 milhões aplicados no trimestre encerrado em 31 de março de 2004. Não houve variação significativa no montante de caixa aplicado em atividades de investimentos no trimestre encerrado em 31 de março de 2005, comparado com o trimestre encerrado em 2004. O caixa aplicado em atividades de investimentos foi R$ 122 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, R$ 72 milhões em 2003 e R$ 127 milhões em 2002. O aumento do nosso caixa aplicado em atividades de investimentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, comparado com 2003 deve-se ao aumento de nossas operações e o conseqüente investimento em equipamentos de vôos. A redução do nosso caixa aplicado em atividades de investimentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003, comparado com 2002, deve-se à redução de nossa oferta.

*Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos*. O caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos foi R$ 2 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2005, comparado com R$ (123) mil no trimestre encerrado em 31 de março de 2004. O caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos foi de R$ 122 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, R$ 129 milhões aplicados em 2003 e R$ 20 milhões captados em 2002. A redução no caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004 comparado com 2003, deve-se à amortização de empréstimos e pagamentos de debêntures da TAM Linhas Aéreas. O aumento no caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 comparado com 2002, deve-se à emissão de tais debêntures.

*Fontes de Financiamento*

As nossas fontes de financiamentos durante o trimestre encerrado em 31 de março de 2005 totalizavam R$ 67 milhões e consistiram principalmente de arrendamentos mercantis financeiros, a renegociação de nossos arrendamentos mercantis relacionados a nossa frota de aeronaves modelo Fokker 100 o que resultou em um maior capital de giro, FINAME, FINIMP e linhas de capital de giro. Durante o exercício encerrando em 31 de dezembro de 2004, as principais fontes de financiamentos totalizavam R$ 150 milhões e consistiram de arrendamentos mercantis financeiros, a renegociação de nossos arrendamentos mercantis relacionados a nossa frota de aeronaves Fokker 100, FINAME, FINIMP e linhas de capital de giro. As principais fontes de financiamento durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2003 totalizavam R$ 81 milhões e consistiram principalmente de arrendamentos mercantis financeiros, a renegociação de nossos arrendamentos mercantis relacionados a nossa frota de aeronaves Fokker 100, FINAME, FINIMP e linhas de capital de giro. As principais fontes de financiamento durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002 totalizavam R$ 2.100 milhões e consistiram principalmente de arrendamentos mercantis financeiros e a emissão de debêntures.

Não houve distribuição de dividendos em relação aos exercícios sociais de 2002 e 2003. De acordo com nosso Estatuto Social, no mínimo 25% de nosso lucro líquido ajustado, calculado de acordo com a legislação societária e BR GAAP, registrado no exercício social anterior, deve ser distribuído como dividendo obrigatório. Veja "*XXI. Dividendos e Política de Dividendos - Dividendo Obrigatório*."

*Endividamento*

Em 31 de março de 2005, nossa dívida total era de R$ 609 milhões, composta de R$ 228 milhões de dívidas de curto prazo, R$ 381 milhões de dívidas de longo prazo, R$ 292 milhões de obrigações de arrendamentos mercantis financeiros, R$ 71 milhões em debêntures e R$ 115 milhões da renegociação de nossos arrendamentos mercantis relacionados a nossa frota de aeronaves Fokker 100.

A tabela a seguir contém informações selecionadas a respeito das nossas dívida em aberto em 31 de março de 2005.

| Instrumento | Quantia Principal em Aberto em 31 de março de 2005 (milhões de reais) | Vencimento Final |
|---|---|---|
| Debêntures: | | |
| Segunda Emissão Privada da TAM Linhas Aéreas (1ª série e 2ª série) | 42 | 27.3.2008 |
| Segunda Emissão Privada da TAM Linhas Aéreas (3ª série) | 12 | 27.5.2008 |
| Arrendamentos mercantis financeiros e operacionais simples renegociados: | 282 | - - |
| Capital de Giro: | 69 | - - |
| FINAME: | 5 | - - |
| FINIMP: | 39 | - - |
| Reorganização da frota Fokker 100: | 115 | 1.7.2011 |

A TAM Linhas Aéreas emitiu debêntures simples durante o período entre fevereiro de 2002 a junho de 2003, para colocação privada junto à INFRAERO, que as subscreveu com os créditos oriundos de tarifas aeroportuárias incorridas pela TAM Linhas Aéreas no período. As debêntures estão garantidas por penhor de direitos creditórios oriundos da venda de bilhetes aéreos.

Mantemos 3 linhas de crédito do tipo FINIMP com instituições financeiras, as quais são garantidas por recebíveis da venda de bilhetes aéreos por meio de cartões de crédito. Em 31 de março de 2005, o saldo devedor de nossos contratos do tipo FINIMP era de R$ 40 milhões. Também mantemos 2 linhas de crédito do tipo FINAME com instituições financeiras. Em 31 de março de 2005, o saldo devedor de nossos contratos do tipo FINAME era de R$ 6 milhões.

Mantemos contratos de arrendamento mercantil financeiro referentes ao arrendamento de motores e equipamentos de informática. Em 31 de março de 2005, o saldo devedor de nossos contratos de arrendamento mercantil financeiro era de R$ 291 milhões.

Possuímos parcelamentos de ICMS, ISS, INSS e Salário Educação a serem liquidados entre abril de 2005 e maio de 2007. Os parcelamentos são atualizados pela SELIC e vêm sendo liquidados nos seus vencimentos. O saldo destes parcelamentos, incluindo atualizações, perfazem a R$ 25 milhões em 31 de março de 2005.

A tabela a seguir contém nossas obrigações a respeito das nossas operações de arrendamento operacional simples em 31 de março de 2005:

| Ano | Milhões de Reais |
|---|---|
| 2005 | 452 |
| 2006 | 578 |
| 2007 | 548 |
| 2008 | 490 |
| 2009 | 454 |
| 2010 | 449 |
| Posteriores a 2010 | 1.655 |

**Instrumentos Não Registrados Contabilmente**

As nossas obrigações de arrendamentos operacionais simples não estão refletidas em nossos balanços patrimoniais.

**Compromissos Contratuais e Financeiros**

A tabela a seguir resume as obrigações e os compromissos contratuais e financeiros significativos em 31 de março de 2005, que têm impacto em nossa liquidez:

| | Pagamentos Devidos por Período | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | **Total** | **Menos de 1 ano** | **1 a 3 anos** | **3 a 5 anos** | **Mais de 5 anos** |
| | (em milhões de reais) | | | | |
| Empréstimos | 131 | 125 | 5 | 1 | -- |
| Debêntures da TAM Linhas Aéreas | 71 | 23 | 47 | 1 | -- |
| Obrigações de arrendamentos mercantis financeiros | 292 | 71 | 98 | 63 | 60 |
| Obrigações de arrendamentos operacionais simples | 4.626 | 596 | 1.104 | 934 | 1.992 |
| Reorganização da frota de Fokker 100 | 115 | 9 | 26 | 42 | 38 |
| **Total das obrigações contratuais** | 5.235 | 824 | 1.280 | 1.041 | 2.090 |

Além dos recursos oriundos da Oferta Pública Primária, acreditamos que nossa geração de caixa operacional e nossas linhas de crédito junto às instituições financeiras e arrendadoras nos permitirão honrar nossos compromissos contratuais e financeiros.

Como exemplificação de condição de honrar nossas obrigações contratuais totais em 31 de março de 2005 temos, ao dividir estas obrigações pelo EBITDAR acumulado anualizado do primeiro trimestre, um índice de 4,4. Este índice nos indica que com 4,4 vezes de geração de EBITDAR anualizado temos condição de honrar nossas obrigações contratuais total, sendo que em torno de 40% de nossas obrigações contratuais têm pagamento devido acima de 5 anos.

Outra maneira de demonstrar condição de honrar nossas obrigações contratuais é dividir nosso EBITDAR acumulado do primeiro trimestre de 2005 pela soma do resultado financeiro liquido e os pagamentos das despesas com arrendamento de aeronaves do primeiro trimestre, assim teremos um índice de 1,5 que nos indica que temos condição de pagar os juros sobre nossas dívidas e ainda o arrendamento de aeronaves uma vez e meia com o resultado do EBITDAR do primeiro trimestre de 2005.

**Informações Qualitativas e Quantitativas sobre Riscos de Mercado**

*Risco de Taxas de Juros*

Estamos expostos ao risco das variações das taxas de juros em razão, sobretudo, da LIBOR de obrigações dos arrendamentos operacionais simples em dólares, da Taxa de Juros de Longo Prazo e da Taxa DI de empréstimos em reais, e da LIBOR em empréstimos em dólar.

A melhora nas condições econômicas no Brasil durante 2003 devido à percepção positiva da nova administração resultou numa diminuição substancial das margens de risco em valores mobiliários negociados internacionalmente, tanto públicos quanto particulares. O segundo semestre de 2003 e 2004 foram marcados por um aumento na disponibilidade de capital internacional para o Brasil e pela manutenção dos indicadores de inflação sob controle. Em conseqüência disto, o Banco Central baixou as taxas de juros de curto prazo, expressas pela taxa SELIC de 26,5% ao ano em 31 de dezembro de 2003 para 16,3% em 31 de dezembro de 2004. Além disso, houve uma diminuição gradual em outras taxas de juros durante 2003 e 2004 com: (i) a Taxa DI nacional de curto prazo variando de 16,8% ao ano em 31 de dezembro de 2003 a 17,46% ao ano em 31 de dezembro de 2004; e (ii) a TJLP a 9,75% ao ano em dezembro de 2004 (11,0% ao ano em dezembro de 2003).

Caso hipoteticamente as taxas de juros médios fossem 10% maiores em 2005 às taxas de 2004, nossas receitas financeiras aumentariam aproximadamente R$ 3,7 milhões e as despesas financeiras aumentariam aproximadamente R$ 5,6 milhões, gerando um efeito líquido negativo de R$ 1,9 milhões. Como base de calculo hipotético foram utilizados os saldos de nossa dividas, pagamento arrendamento mercantil em 2004 e disponibilidades em 31 de dezembro de 2004.

*Risco Cambial*

Nossas obrigações nos arrendamentos operacionais simples expostos ao risco cambial são primordialmente incorridos em dólares. Para compensar parcialmente o risco para a Companhia de qualquer desvalorização do real em relação ao dólar, mantemos diversos contratos de derivativos. Uma parte significativa de nossos custos e despesas operacionais, tais como serviços de manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves e combustível de aeronaves, são incorridos em dólares. As receitas geradas pelos vôos internacionais geram contas a receber pagáveis ou reajustadas em dólares e não cobrem todo o nosso passivo em dólares.

Decisões relativas à contratação de instrumentos financeiros são tomadas caso a caso, considerando o valor e o prazo de exposição, a volatilidade do mercado e as tendências econômicas. Esses instrumentos visam a reduzir os impactos de qualquer desvalorização do real em relação ao dólar. Temos por política proteger-nos de desvalorizações do real através de contratos de derivativos em cerca de 40% do valor em risco para um período de 12 meses.

Como medida de nosso risco de exposição em moeda estrangeira, caso hipoteticamente ocorresse uma depreciação de R$ 0,10 do real em relação ao dólar em 2004, teríamos um efeito de R$ 82 milhões em nossos custos totais indexado ao dólar em 2004, relativa à nossa exposição em moeda estrangeira, incluindo combustível.

*Risco de Preço do Petróleo*

Os nossos resultados de operações são afetados por mudanças no preço do barril petróleo. Para administrar este risco, celebramos contratos de derivativos contra as oscilações do preço do barril petróleo. Temos por política proteger-nos de mudanças no preço de petróleo através de contratos de derivativos em cerca de 30% do valor em risco para um consumo de aproximadamente 3 meses. Em 31 de março de 2005, tínhamos contratos derivativos de petróleo pendentes referentes a até 200 mil barris de petróleo.

Baseado em projeções de uso de combustível de 2004, caso hipoteticamente ocorresse um aumento de 10% do valor por litro de combustível em 2005, teríamos um aumento nos custos com combustíveis de R$ 103 milhões, desconsiderando o efeito dos derivativos.

**Discussão de Estimativas e Políticas Contábeis Críticas**

São críticas as políticas contábeis (i) importantes para a descrição da situação financeira e nossos resultados operacionais e (ii) que exijam julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos. Tais julgamentos freqüentemente são resultados da nossa necessidade de fazer estimativas do efeito de questões inerentemente incertas. Visando esclarecer como a Administração constrói seus julgamentos sobre eventos futuros, incluindo variáveis e pressupostos subjacentes às estimativas e à sensibilidade desses julgamentos frente a circunstâncias diversas, identificamos as seguintes políticas contábeis críticas, de acordo com BR GAAP:

- *Reconhecimento de receitas e provisão para contas de liquidação duvidosa:* Os bilhetes vendidos são registrados em transportes a executar, no passivo circulante, por conta da nossa obrigação de transportar. As receitas de vôo (transporte de passageiros e de cargas) são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de transporte. As demais receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. A provisão para nossos créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente por nossa Administração para fazer face às eventuais perdas na realização de tais créditos.

- *Impostos diferidos:* Reconhecemos o ativo e o passivo fiscais diferidos com base nas diferenças entre os valores contábeis das demonstrações financeiras e os valores que servem de base para tributação do ativo e passivo, usando as taxas da legislação em vigor. Analisamos regularmente o ativo fiscal diferido, levando em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Na hipótese que uma de nossas subsidiárias opere com prejuízo ou seja incapaz de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou caso haja alteração substancial das alíquotas de impostos em vigor ou do prazo em que as diferenças temporárias subjacentes se tornarão tributáveis ou dedutíveis, avaliamos a necessidade de ajustar o valor contábil de nossos ativos fiscais diferidos.

- *Planos de pensão:* No que diz respeito a nossas obrigações como patrocinadora de planos de pensão de benefício definido, tomamos por base os cálculos realizados por atuário independente, que se baseiam em premissas que nós lhes fornecemos acerca de taxas de juros, retornos de investimento, níveis de inflação, taxas de mortalidade e níveis de emprego futuros. Tais premissas afetam diretamente nosso passivo por plano de pensão e os valores que foram registrados como custos de pensão.

- *Provisão para contingências:* Somos atualmente parte de vários processos judiciais e administrativos, conforme descrito em *"XV. Atividades da Companhia – Processos Judiciais e Administrativos"*. Reconhecemos em nossas demonstrações financeiras provisão para a totalidade dos valores em discussão judicial, cujas ações apresentem perdas prováveis para a Companhia. Para tanto, levamos em conta a opinião dos nossos assessores jurídicos externos. Acreditamos que a extensão em que tais contingências estão reconhecidas em nossas demonstrações financeiras é adequada.

- *Arrendamento:* Reconhecemos, como arrendamento mercantil financeiro, os contratos que possuem opção de compra do bem arrendado pela TAM Linhas Aéreas, registrando-os em rubrica específica em nossas demonstrações financeiras. Os demais contratos de arrendamento são reconhecidos como arrendamento operacional simples, sendo as obrigações e respectivas despesas reconhecidas quando incorridas.

- *Instrumentos financeiros utilizados para mitigar os riscos de exposição cambial, incluindo compra futura de combustíveis:* nossos instrumentos financeiros refletem os valores de mercado e são obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando as taxas de juros praticadas atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares. As operações com derivativos visam a proteção de nossa exposição à moeda estrangeira, decorrente da aquisição de combustível, de contratação de serviços de manutenção de motores junto aos fabricantes e de contratos de financiamentos.

**Reconciliação com U.S. GAAP**

Nosso lucro líquido de acordo com BR GAAP foi de R$ 53 milhões e R$ 17 milhões em 31 de março de 2005 e de 2004, respectivamente e R$ 341 milhões, R$ 174 milhões e um prejuízo de R$ 606 milhões em 31 de dezembro de 2004, 2003 e 2002, respectivamente. De acordo com U.S. GAAP, teríamos declarado lucro líquido de R$ 70 milhões e R$ 45 milhões em 31 de março de 2005 e 2004, respectivamente, e de R$ 430 milhões, R$ 653 milhões e um prejuízo de R$ 1.121 milhões em 31 de dezembro de 2004, 2003 e 2002, respectivamente.

Nosso patrimônio líquido de acordo com BR GAAP era de R$ 245 milhões em 31 de março de 2005 e R$ 191 milhões e R$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente. De acordo com U.S. GAAP, teríamos um patrimônio líquido negativo de R$ 97 milhões em 31 de março de 2005 e R$ 164 milhões e R$ 591 milhões em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente.

As diferenças importantes referem-se ao tratamento contábil dos seguintes itens:

- correção monetária dos ativos permanentes para os anos de 1996 e 1997;
- reavaliação do ativo imobilizado;
- contratos de arrendamento;
- combinações de empresas;
- benefícios de fundos de pensão;
- ativos diferidos;
- lucro por ação;
- instrumentos de derivativos; e
- ganho das operações de *sale-leaseback*.

Para uma discussão das principais diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP naquilo que for aplicável às nossas demonstrações financeiras e uma reconciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido, leia a nota 30 de nossas demonstrações financeiras consolidadas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004.

# XIV. VISÃO GERAL DO SETOR

O Brasil é o 5º maior mercado doméstico mundial de aviação, cobrindo uma vasta área, maior que os Estados Unidos continental, e com uma população de cerca de 183 milhões de pessoas em 2003, de acordo com o IBGE. A ponte aérea entre São Paulo e o Rio de Janeiro é uma das mais movimentadas do mundo, depois de Nova Iorque-Washington D.C. e Londres-Paris. O crescimento do mercado de aviação comercial brasileiro apresenta uma forte correlação com o crescimento do PIB nacional. Em 2004, a aviação comercial brasileira transportou mais de 29 milhões de passageiros no mercado doméstico, de acordo com o DAC.

A aviação civil brasileira segue os mais elevados padrões de segurança do mundo. O Brasil é classificado como país na Categoria 1 de padrões de segurança de vôo estabelecidos pela *International Civil Aviation Organization*, que é a mesma classificação atribuída aos Estados Unidos da América e ao Canadá.

O mercado de aviação comercial do Brasil pode ser dividido da seguinte maneira:

- linhas aéreas domésticas, que fornecem serviços de transporte público regular dentro do Brasil e operam principalmente com grandes aeronaves entre as maiores cidades;
- linhas aéreas regionais, que fornecem serviços de transporte público regular dentro do Brasil, geralmente conectando cidades menores com cidades maiores. Tipicamente, companhias aéreas regionais operam com aeronaves menores, tais como turboélices;
- linhas aéreas de vôos fretados (*charter*), que fornecem serviços de transporte não regular; e
- linhas aéreas internacionais, que operam serviços de transporte aéreo internacional regular para e a partir do Brasil.

O mercado de linhas aéreas regulares no Brasil compreende dois principais tipos de passageiros: passageiros em viagens de negócios e passageiros em viagens de lazer. Passageiros em viagens de negócios geralmente dão valor a fatores como freqüência dos vôos, confiabilidade, pontualidade, disponibilidade de vôos diretos, extensão da área servida e diferencial dos serviços, e são cada vez mais sensíveis a preços. Passageiros em viagens de lazer geralmente dão mais importância aos preços e tendem a ser mais flexíveis ao programar suas viagens.

O setor de viagens de negócios é o maior e mais lucrativo segmento do setor de transporte aéreo no Brasil. Acreditamos que as viagens de negócios representem aproximadamente 70% do total da demanda no Brasil para vôos aéreos domésticos em 2004, um número que acreditamos que seja significativamente maior do que a proporção de viagens de negócios domésticas na aviação civil internacional. No Brasil, pequenas e médias empresas, que abrangem um grande segmento de nossa base de clientes, valorizam o recebimento de bons serviços de sua companhia aérea, equilibrando qualidade e freqüência com baixas tarifas.

De acordo com dados coletados junto ao DAC, os vôos entre Rio de Janeiro e São Paulo responderam por 12,5% e 12,8% de todos os passageiros domésticos (em termos de embarques e desembarques) em 2002 e 2003, respectivamente. As dez rotas de maior tráfego entre pares de cidades, responderam por 35,5% e 37,2% de todos os passageiros transportados em vôos domésticos no Brasil (em termos de embarques e desembarques) em 2002 e 2003, respectivamente. Os dez aeroportos de maior tráfego responderam por 74,5% e 74,9% de todo o tráfego doméstico em termos de embarques e desembarques em 2002 e 2003, respectivamente. A tabela abaixo refere-se aos dados de 2003 referentes ao número de passageiros e a participação de mercados das companhias aéreas que operam no mercado doméstico:

| Rotas entre Pares de Cidades | | Total de passageiros (Embarques e desembarques) | Participação no mercado (%) |
|---|---|---|---|
| São Paulo | Rio de Janeiro | 3.743.356 | 12,8 |
| São Paulo | Brasília | 1.248.940 | 4,3 |
| São Paulo | Belo Horizonte | 1.084.659 | 3,7 |
| São Paulo | Curitiba | 954.703 | 3,3 |
| São Paulo | Porto Alegre | 934.319 | 3,2 |
| Brasília | Rio de Janeiro | 688.214 | 2,4 |
| Salvador | São Paulo | 583.217 | 2,0 |
| Belo Horizonte | Rio de Janeiro | 555.043 | 1,9 |
| São Paulo | Florianópolis | 547.687 | 1,9 |
| Rio de Janeiro | Salvador | 493.337 | 1,7 |
| **Total** | | **10.833.475** | **37,2** |

*Fonte: DAC*

A aviação civil brasileira é atualmente atendida, principalmente, por nós, pela Varig e pela Gol. Nossa participação no mercado doméstico em 31 de março de 2005 era de 41,73%, enquanto nossos concorrentes, Varig e Gol, responderam por 29,89% e 26,09%, respectivamente. Em 2004, nós e estas duas companhias aéreas fomos responsáveis por mais de 83,6% do mercado de rotas domésticas regulares, aferido por RPK.

A partir 2000, a VASP entrou em um processo de reestruturação financeira e administrativa incluindo medidas de enxugamento de suas atividades, alongamento de dívidas e reorganização das rotas domésticas e internacionais. Como parte da reestruturação, a VASP deixou de oferecer determinados vôos internacionais e devolveu algumas aeronaves aos seus credores. Ao final de 2000, a VASP retirou-se do mercado internacional. Entre 2001 e 2003, deteriorou-se ainda mais a situação da empresa, contribuindo para o declínio em sua participação do mercado. No primeiro trimestre de 2005, a VASP teve interrompidas suas operações de transporte de passageiros.

De acordo com o DAC, ocorreram cerca de 29,2 milhões de embarques em vôos domésticos e 7,8 milhões de embarques e desembarques em vôos internacionais no Brasil em 2003, entre população que, conforme dados do IBGE, totalizava aproximadamente 183 milhões de pessoas. A título de comparação, de acordo com o Departamento de Transporte dos Estados Unidos da América, os Estados Unidos da América, com uma população total de aproximadamente 293 milhões de pessoas, de acordo com o censo populacional norte-americano mais recente, registrou 587,5 milhões de embarques domésticos e 57,1 milhões de embarques internacionais em 2003.

O fluxo de passageiros embarcados em vôos entre o Brasil e alguns países da América Latina, Europa e América do Norte em 2003 estão descritos na tabela abaixo, juntamente com o PIB e a população de cada país mencionado:

| País | Passageiros | PIB (em bilhões de US$) | População (em milhões) |
|---|---|---|---|
| Argentina | 1.223.599 | 129,7 | 37,9 |
| Chile | 384.230 | 72,1 | 16,0 |
| Uruguai | 251.359 | 11,2 | 3,4 |
| Bolívia | 149.950 | 8,6 | 8,8 |
| Paraguai | 144.252 | 5,8 | 6,0 |
| Colômbia | 87.769 | 77,8 | 45,3 |
| Peru | 82.528 | 60,6 | 27,5 |
| Venezuela | 48.833 | 84,9 | 26,2 |
| América do Norte | 1.884.260 | 11.728,0 | 293,6 |
| Europa | 2.852.208 | 10.635,3 | 336,8 |

Fonte: IMF World Economic Outlook, Abril de 2004; Population Reference Bureau, 2004; World Population Data Sheet e DAC

**Tendências no Mercado Doméstico de Aviação Civil**

Nos últimos 33 anos, o mercado doméstico geralmente apresentou crescimento em termos de RPK, exceto em tempos de significativa recessão econômica, tal como a crise do petróleo e crise da moratória da dívida brasileira nos anos 80 e a recessão econômica e instabilidade política no início dos anos 90.

Durante os últimos sete anos, a taxa de crescimento anual de tráfego aéreo de passageiros, em termos de RPK, foi de 6,8% frente a uma taxa anual de crescimento de capacidade disponível, em termos de ASK, de 4,7%. As taxas de ocupação permaneceram relativamente estáveis durante o mesmo período, com uma taxa média de ocupação de 58,9%. O tráfego de passageiros domésticos e a capacidade disponível para o período entre 1997 e 2003 estão demonstrados na tabela abaixo.

| (em milhões, exceto percentuais) | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 1.º trim. 2004 | 1.º trim. 2005 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| ASK | 31.146 | 38.121 | 40.323 | 41.437 | 45.008 | 47.108 | 41.768 | 42.991 | 4.794 | 6.351 |
| Variação de ASK [1] | 8,7% | 22,4% | 5,8% | 2,8% | 8,6% | 4,7% | (11,3%) | 2,9% | -- | 32,5% |
| RPK | 17.824 | 22.539 | 22.204 | 24.284 | 26.296 | 26.780 | 25.092 | 28.186 | 3.006 | 4.441 |
| Variação de RPK [1] | 7,5% | 26,5% | (1,5%) | 9,4% | 8,3% | 1,8% | (6,3%) | 12,3% | -- | 47,7% |
| Taxa de Ocupação | 57,2% | 59,1% | 55,1% | 58,6% | 58,4% | 56,8% | 60,1% | 65,6% | 62,7% | 69,9% |

*Fonte: Anuário DAC 2003 (dados até 2003) e Dados Comparativos Avançados DAC (dados 2004).*

*[1] O percentual comparado ao percentual do ano anterior.*

Historicamente, o crescimento da receita da aviação civil doméstica tem geralmente excedido o crescimento do PIB. De 1997 a 2004, o RPK da aviação civil doméstica brasileira cresceu 6,8% ao ano, enquanto a taxa de crescimento anual do PIB no mesmo período foi de 1,7%, conforme dados do DAC e do Banco Central.

O preço do combustível, junto com a trajetória do câmbio, são as variáveis que mais influenciam os custos incidentes sobre o setor, uma vez que o combustível é o insumo que mais pesa na composição dos custos e que muitos dos insumos relacionados à atividade são atrelados à moeda norte-americana. Esses dois preços, combustível e câmbio, afetam cerca de 27% e 22%, respectivamente, o custo total do setor, segundo o DAC.

A influência do poder público através da regulamentação do setor também teve substancial importância no desempenho das empresas aéreas. De 1986 até 1993, o governo brasileiro impôs um controle mais rígido sobre as atividades de aviação civil local, devido aos altos níveis de inflação que resultaram em uma série de crises econômicas no Brasil durante tal período. O controle exercido pelo Governo Federal consistiu principalmente no monitoramento dos preços de passagens aéreas cobrados pelas companhias e no direcionamento do uso e expansão de suas rotas. Em 1994, após esforços bem-sucedidos para o controle dos índices de inflação e da estabilização da economia brasileira, o governo brasileiro, por meio das autoridades de aviação, começou a desregulamentar as atividades da aviação civil, o que consistiu principalmente em uma redução gradual do controle governamental sobre as atividades locais das companhias aéreas. Embora a aviação civil brasileira ainda seja um setor regulado, as regras atuais do DAC são significativamente mais flexíveis do que os regulamentos anteriores e uma série de regulamentos básicos e regulamentos essenciais têm sido freqüentemente emitidos pelos órgãos competentes no intuito de harmonizar o ambiente regulatório brasileiro com modelos internacionais e mais modernos.

Acreditamos que o regime regulatório atual tem beneficiado a performance financeira da aviação civil brasileira. Através da imposição de uma racionalização da oferta e do término dos subsídios implícitos à empresas menos competitivas, o poder público possibilitou às empresas com melhor posicionamento competitivo, como a TAM e a Gol, viabilizarem o melhor aproveitamento de suas aeronaves e um ambiente de competição saudável, que beneficiou o *yield* médio no mercado doméstico.

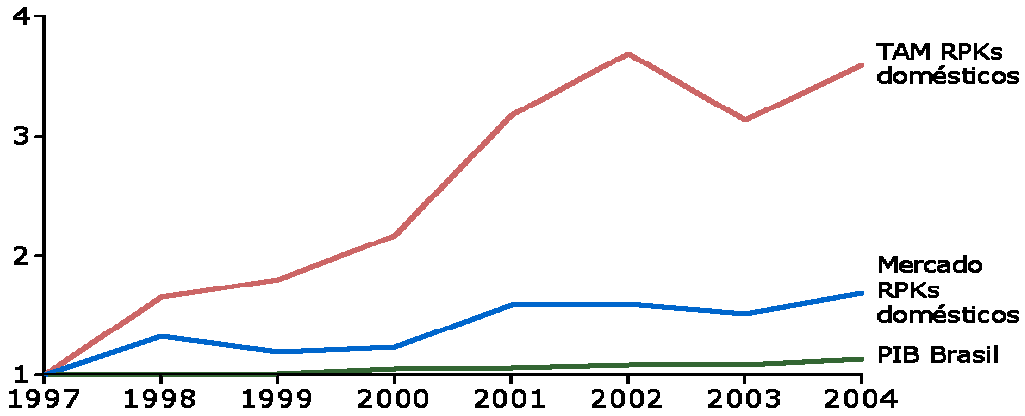
# XV. ATIVIDADES DA COMPANHIA

## Visão Geral

Somos uma companhia que, através de nossas subsidiárias operacionais TAM Linhas Aéreas e TAM Mercosur, presta serviços de transporte aéreo regular no Brasil e no exterior. Somos líderes no mercado doméstico de aviação, com uma participação de 42,8% no mercado doméstico em 31 de março de 2005 e 41,2% em 31 de dezembro de 2004 em medido em RPKs, conforme dados do DAC. Cobrimos toda a extensão do território nacional, atendendo o maior número de destinos no Brasil, operando linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas para 44 cidades, além de outros 29 destinos nacionais que atingimos através de alianças regionais com outras companhias aéreas. Atendemos ainda diversos destinos internacionais: (i) na América Latina, Buenos Aires, Santiago, Assunção, Montevidéu, Punta del Leste, Ciudad del Leste, Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba e recentemente obtivemos autorização para operar vôos a Lima; (ii) na América do Norte, Miami e diversos outros destinos por meio de acordo operacional de compartilhamento de vôos (code share) com a American Airlines; e (iii) na Europa, Paris e diversos outros destinos por meio de acordo operacional de compartilhamento de vôos (code share) com a Air France. Esses acordos facilitam a locomoção dos passageiros e proporcionam conexões convenientes para diversas cidades, além de outros serviços, tais como o atendimento no *check-in*, simplificação do envio de bagagens, acesso a salas VIP e pontuação no Programa Fidelidade TAM. Também possuímos atualmente outros 116 acordos bilaterais que nos permitem oferecer aos nossos passageiros uma grande diversidade de destinos no mundo. Oferecemos maior conveniência aos nossos passageiros em termos de freqüência e vôos diretos entre os principais aeroportos a preços competitivos. Temos uma ampla base de clientes e transportamos cerca de 12 milhões de passageiros em vôos domésticos e 1 milhão de passageiros em vôos internacionais no ano de 2004. Realizamos nesse período uma média de 435 decolagens diárias. Como reflexo do perfil do mercado doméstico, atendemos primordialmente o mercado executivo, mas também desenvolvemos atividades de turismo, lazer e cargas como complemento de nossas atividades, visando o melhor aproveitamento de nossas aeronaves.

Somos uma companhia que demonstra, ao longo de seus 29 anos, uma história de crescimento sustentado e capacidade de adaptação comprovada aos diversos momentos pelos quais passou a aviação civil no Brasil e no mundo. O Brasil é atualmente o 5º maior mercado doméstico mundial de aviação, e possui uma das mais movimentadas ponte-aérea no mundo entre São Paulo-Rio de Janeiro. Nos últimos 7 anos, apresentamos crescimento significativamente superior ao do mercado doméstico, conforme ilustrado na tabela abaixo:

Taxa de Crescimento (Indexado a 1997)




*Fonte: DAC*

Temos uma forte cultura corporativa, legado de nosso fundador, Comandante Rolim Adolfo Amaro, que permeia todos os níveis da companhia e continua a nortear as ações da administração em seu dia-a-dia. Essa cultura é evidenciada por toda nossa linha de frente e integra os treinamentos oferecidos aos novos colaboradores de forma que toda a empresa atue em consonância com as melhores práticas e nosso diferencial de serviços. Transmitimos constantemente aos nossos funcionários nossa missão de sermos a mais rentável e maior empresa de transportes aéreos da America Latina, com uma reputação de excelência operacional, gerencial e ética.

Nossa prioridade estratégica é consolidar e ampliar a liderança no mercado doméstico de passageiros, obtendo uma alta rentabilidade. Buscamos essa meta através da oferta de serviços com relação valor-preço superior, da continuidade da redução de custos e do melhor aproveitamento do capital empregado. Nossa cultura organizacional fundamenta-se nos mandamentos do nosso fundador, que norteiam todas as nossas ações e atividades:

**NOSSOS MANDAMENTOS**

1. *Nada substitui o lucro*: busca contínua da melhor receita ao menor custo por assento em nossos vôos, como foco.
2. *Em busca do ótimo não se faz o bom:* nunca perder o foco do negócio de nossa companhia.
3. *Mais importante que o cliente é a segurança:* manter e assegurar os melhores padrões de segurança.
4. *A maneira mais fácil de ganhar dinheiro é parar de perder:* malha e oferta controladas e operação internacional rentável.
5. *Pense muito antes de agir:* planejamento e orçamentos dinâmicos e permanentes.
6. *A humildade é fundamental*: permanentemente fazer a medição da satisfação de clientes e funcionários.
7. *Quem não tem inteligência para criar, tem que ter coragem para copiar*: busca contínua dos melhores padrões de referência na aviação comercial na gestão da empresa.

A frota da nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas é atualmente composta por 85 aeronaves arrendadas, conforme ilustrado abaixo. A TAM Mercosur também detém 2 aeronaves modelo Cessna-Caravan, além de 3 aeronaves modelo Fokker 100 que são sub-arrendadas da TAM Linhas Aéreas.

| | | Em Operação | | | | Sub-Arrendamento | | | | Em Devolução / Fora de Operação | | | | Total | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 31 de dezembro | | | | 31 de dezembro | | | | 31 de dezembro | | | | 31 de dezembro | | |
| **Modelo** | **Capacidade** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** |
| | 225 a 228 assentos, 18 ton. de carga máxima (*) | 6 | 5 | 5 | 9 | 3 | 4 | 4 | - | - | - | - | - | 9 | 9 | 9 | 9 |
| | 168 assentos, 10 ton. de carga máxima | 33 | 31 | 31 | 31 | - | - | - | - | - | - | - | - | 33 | 31 | 31 | 31 |
| | 138 assentos, 7 ton. de carga máxima | 13 | 13 | 13 | 13 | - | - | - | - | - | - | - | - | 13 | 13 | 13 | 13 |
| | 108 assentos, 7 ton. de carga máxima | 21 | 21 | 21 | 30 | 2 | 2 | 2 | - | 7 | 7 | 20 | 19 | 30 | 30 | 43 | 49 |
| **TOTAL** | | **73** | **70** | **70** | **83** | **5** | **6** | **6** | **-** | **7** | **7** | **20** | **19** | **85** | **83** | **96** | **102** |

(*) *5 aeronaves com 18 assentos na 1ª classe, 36 assentos na classe executiva e 171 assentos na classe econômica e 4 aeronaves com 7 assentos na 1ª classe, 46 assentos na classe executiva.*

A nossa sede está localizada na Av. Jurandir, 856 – Lote 4, CEP 04072-000, São Paulo, SP, Brasil. O nosso número de telefone é 55 11 5582-8817 e o endereço do nosso *website* é www.tam.com.br.

**Histórico da Companhia**

Somos uma sociedade *"holding"* constituída em maio de 1997 com a denominação de CIT – Companhia de Investimentos em Transportes, com o objetivo específico de participar, administrar e concentrar as suas participações em empresas de transporte aéreo. Em novembro de 1997, implementamos uma reestruturação acionária com conseqüente aumento da participação acionária da TAM Marília em nosso capital e a alteração de nossa denominação social para TAM – Companhia de Investimentos em Transportes. Em setembro de 2002, alteramos novamente nossa denominação social para TAM S.A. Detemos atualmente participação acionária na TAM Linhas Aéreas e na TAM Mercosur. A TAM Linhas Aéreas detém participação acionária na TAM Viagens.

Em janeiro de 1961 foi fundada a TAM Marília no interior do Estado de São Paulo, onde o falecido Comandante Rolim Amaro foi contratado como piloto. Em 1971, o Comandante Rolim Amaro tornou-se principal executivo e um dos acionistas minoritários da TAM Marília. Em maio de 1976 foi fundada a TAM Regionais, primeira empresa de transporte aéreo regular do grupo, com 67% do seu capital detido pelo Comandante Rolim Amaro. Em 1978, o Comandante Rolim Amaro passou a ser o principal acionista da TAM Marília, com 98% de participação acionária.

Em 1986, o Comandante Rolim Amaro constituiu a TAM Linhas Aéreas, a qual iniciou suas atividades por meio da Brasil-Central Linha Aérea Regional S.A., criada para atuar nas regiões norte e centro oeste do País. No mesmo ano, foi obtida a concessão para operar no Aeroporto Internacional de Guarulhos e a Brasil-Central Linha Aérea Regional S.A. foi transformada em TAM Transportes Aéreos Meridionais S.A., segunda maior empresa aérea nacional.

Em 1993, com o objetivo de atrair mais passageiros e fidelizar nossa base de clientes, introduzimos o Programa Fidelidade TAM, o primeiro programa de fidelidade no setor do Brasil. Em 1998, inauguramos nosso primeiro vôo internacional, entre São Paulo e Miami. Em 1999, iniciamos nossos vôos para Paris, através de um acordo de compartilhamento de vôo *(code-share)* com a Air France.

Em 1998, adquirimos a Itapemirim Transportes Aéreos Regionais, que teve sua denominação social alterada para Interexpress Transportes Aéreos Regionais S/A e logo após adquirimos a Helisul Linhas Aéreas S/A, que alterou sua denominação social para TAM Express S/A.

Em 1999, a TAM Express S.A. e a Interexpress Transportes Aéreos Regionais S.A. foram incorporadas à TAM Linhas Aéreas, obtendo-se com isso maior integração e eficiência operacional, e conseqüente redução de custos. Dando continuidade ao processo de reestruturação, em novembro de 2000 a TAM – Transportes Aéreos Regionais S.A. foi incorporada pela TAM – Linhas Aéreas, incorporação essa que ocorreu devido à necessidade de unificação das atividades nas linhas regionais, nacionais e internacionais.

Em 6 de fevereiro de 2003, firmamos um protocolo de entendimentos com a Varig para operações de vôos compartilhados (*code share*) como etapa preliminar a uma possível fusão entre as duas companhias. A medida buscou, principalmente, a eliminação de sobreposição de vôos e a racionalização da oferta. Essa operação nos propiciou implementar a reorganização da nossa frota de aeronaves, resultando na negociação para a devolução de 19 aeronaves modelo Fokker F-100 e conseqüente redução de custos operacionais.

Em 15 de fevereiro de 2005, nós e a Varig apresentamos ao CADE um plano detalhado para rompimento do compartilhamento de vôos, uma vez que ficou evidenciado que a fusão não seria concretizada. Em 23 de fevereiro de 2005 foi celebrado o distrato do contrato de associação, com a devida aprovação do CADE, que nos concedeu o prazo de 24 de maio de 2005 para encerrar os efeitos dos vôos compartilhados com a Varig. Deixamos de operar qualquer vôo compartilhado com a Varig desde 2 de maio de 2005.

A TAM Mercosur é uma empresa aérea de vôo regular sediada em Assunção, no Paraguai, que opera naquele país, na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia, constituída em março de 1993, com a denominação Líneas Aéreas Paraguayas S.A. – LAPSA, com a totalidade do seu capital social detido pelo Governo do Paraguai. A partir de janeiro de 1997, a denominação social da LAPSA foi alterada para Transportes Aéreos del Mercosur S.A. Em setembro de 2003, com a aprovação da dissolução e liquidação da TransAmérica, adquirimos a totalidade das ações da TAM Mercosur então detidas pela TransAmérica, correspondentes a 94,98% do capital total votante.

A Fidelidade Viagens e Turismo Ltda., ou TAM Viagens, é uma sociedade empresária limitada operadora de viagens e turismo controlada pela TAM Linhas Aéreas por meio da qual desenvolvemos atividades de montagem e venda de pacotes turísticos e eventos corporativos no Brasil e no exterior.

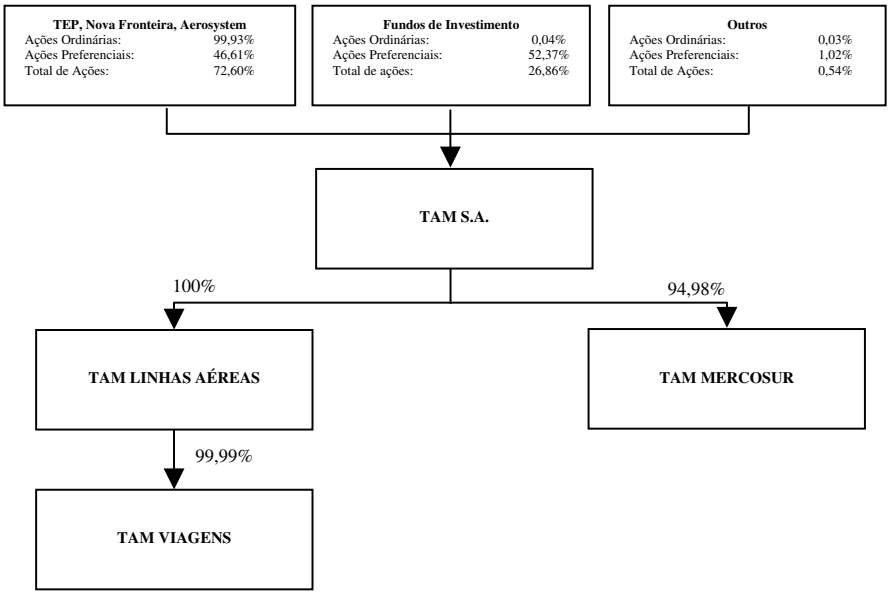
*Investimentos de Capital*

Durante o trimestre encerrado em 31 de março de 2005, o investimento em bens do ativo permanente foi de R$ 19 milhões relacionados principalmente a partes e peças de reposição para nossa frota. Durante o exercício encerrado 31 de dezembro de 2004, houve um investimento de R$ 109 milhões, principalmente em partes e peças de reposição de nossa frota e um desinvestimento em bens do ativo permanente foi de R$ 1.139 milhões referente a baixa de aeronaves reavaliadas, principalmente em decorrência da mudança da modalidade dos nossos arrendamentos mercantis financeiros para arrendamentos operacionais simples. Durante o exercício encerrado 31 de dezembro de 2003, o desinvestimento em bens do ativo permanente foi de R$ 130 milhões, principalmente em partes e peças de reposição de nossa frota, e houve também um desinvestimento de em torno de R$ 843 milhões, em decorrência, principalmente, da reorganização da nossa frota de aeronaves Fokker 100. Durante o exercício encerrado 31 de dezembro de 2002, o investimento em bens do ativo permanente foi de R$ 634 milhões, devido principalmente ao aumento da nossa frota.

Nossos principais dispêndios de capital em andamento referem-se a gastos com software e ampliação de nosso centro de manutenção em São Carlos. Esperamos financiar tais dispêndios de capital com a geração de caixa de nossas operações.

**Estrutura Societária**

Nossos principais acionistas são os Acionistas Vendedores e a TEP e Nova Fronteira. A TEP, Aerosystem e Nova Fronteira, de um lado, e os Fundos de Investimento, de outro lado, detêm, respectivamente, 72,6% e 26,8% do nosso capital total. O organograma abaixo apresenta de forma resumida nossa estrutura acionária e a estrutura acionária de nossas subsidiárias na data deste Prospecto.



**Nossas Vantagens Competitivas**

Nossas principais vantagens competitivas são:

- **Serviços diferenciados a preços competitivos.** Oferecemos a melhor combinação de malha aérea e freqüência de rotas, com atendimento diferenciado, alta pontualidade e preços competitivos com base em:

  - *ampla malha aérea doméstica:* nossa malha aérea doméstica atende 44 destinos no Brasil. Através de nossas alianças regionais com a Oceanair, Pantanal, Passaredo, Total e Trip, somos capazes de atingir outros 29 destinos nacionais;

  - *conveniência de horários com alta pontualidade:* apresentamos uma maior oferta de freqüências de vôos com alta pontualidade que os nossos concorrentes nacionais. Segundo o DAC, apresentamos o maior índice de eficiência operacional no mercado doméstico em 2004, com uma média de 87,4%, comparável aos melhores padrões mundiais, correspondendo à ação combinada da regularidade e da pontualidade, ou seja, vôos realizados dentro dos horários previstos;

  - *malha internacional em expansão, sustentando o serviço doméstico:* operamos atualmente, de forma rentável e seletiva, 10 destinos internacionais (8 na América Latina, 2 destinos intercontinentais), com forte demanda por parte do público brasileiro, com o objetivo de fortalecer o serviço ao passageiro doméstico e aumentar a fidelidade à TAM. Atendemos também diversos outros destinos na América do Norte e na Europa por meio dos nossos acordos com a American Airlines e a Air France, respectivamente;

  - *vôos diretos*: em 31 de março de 2005, operávamos 61% e 41% mais vôos diretos que Varig e Gol, respectivamente, com 28% e 59% mais freqüências diárias em relação à Varig e à Gol, respectivamente, calculados a partir de dados disponibilizados pelo DAC; e

  - *serviços especiais:* desenvolvemos serviços especiais para atender demandas específicas e otimizar a utilização de nossas aeronaves, tais como vôos noturnos e em feriados com tarifas promocionais.

- **Foco na gestão de custos.** Somos atualmente uma companhia aérea com baixo custo operacional. Em 2003, iniciamos a implementação de um projeto de reestruturação. O projeto de reestruturação, ainda em andamento, visa a melhoria no aproveitamento de nossas aeronaves, equilibrando efeitos macroeconômicos negativos advindos do setor de aviação mundial, aumento do preço dos combustíveis e da depreciação do real. Implementamos uma significativa redução de custos, concentrando nossos esforços na revisão de gastos operacionais e administrativos. Entre os exercícios de 2002 e 2003, nossa margem de EBIT aumentou 6,2 pontos percentuais. No exercício de 2004 tivemos um aumento de 7,4 pontos percentuais, atingindo um EBIT de R$ 294 milhões. Dentre os resultados obtidos, nossas principais reduções de custos são:

  - *utilização eficiente de nossas aeronaves:* conseguimos aumentar significativamente a taxa de ocupação média de nossas aeronaves e a média diária de horas voadas por avião devido à otimização da nossa malha e frota. Saímos de uma taxa de ocupação anual média de 55% em 2002 para 61% em 2003 e 66% em 2004. Paralelamente, aumentamos as horas voadas diárias por avião de 8,6 em dezembro de 2002 para 7,5 em dezembro de 2003 e 10,7 em 31 de dezembro de 2004. Em 31 de março de 2005, a taxa de ocupação média de nossas aeronaves era de 69,8%, e voamos 10,59 horas por aeronave.

  - *frota moderna e flexível:* dispomos de uma das frotas mais novas do setor, com uma idade média de 7,8 anos em 31 de março de 2005, o que permitiu a redução de custos de operação e manutenção. Operamos predominantemente aeronaves Airbus, tanto *narrow bodies* quanto *wide bodies,* além de aeronaves Fokker, as quais nos conferem flexibilidade para atender rotas de diferentes densidades. Todas as nossas aeronaves são equipadas com os mais avançados equipamentos e tecnologia, o que garante melhores índices de confiabilidade, conforto e segurança ao passageiro;

- *manutenção própria:* temos nossa própria equipe de manutenção, com um centro de manutenção no município de São Carlos, no interior do Estado de São Paulo, que está capacitado para atender todas as aeronaves da nossa frota em prazo reduzido a um custo de mão-de-obra que acreditamos ser menor que de nossos concorrentes. No nosso centro de manutenção realizamos toda a manutenção dos cascos de nossas aeronaves, além de prestarmos serviços para outras companhias aéreas da América Latina. Desta forma, diminuímos o tempo de manutenção das nossas aeronaves e conseqüentemente obtemos uma melhor utilização de nossas aeronaves; e

- *utilização de tecnologia nos processos operacionais:* além de utilizar sistemas mundialmente reconhecidos para auxiliar atividades tais como administração da malha e frota, desenvolvemos sistemas próprios de gestão interna com soluções inovadoras que permitem maior agilidade e presteza no desenvolvimento de nossas atividades diárias. Recentemente finalizamos a implementação do nosso Portal *e*-TAM, que desintermedia as vendas efetuadas por nossos canais indiretos, além de nos trazer maior agilidade para tomada de decisões e flexibilidade no comissionamento das vendas.

- **Serviços e produtos inovadores aliados a uma marca forte e ao nosso "espírito de servir".** Nossa cultura organizacional está fundamentada na prestação de serviços diferenciados aos nossos clientes. Procuramos, consistentemente, tornar a viagem mais conveniente e prazerosa para os nossos passageiros. Conseguimos posicionar nossa marca para que fosse associada com atendimento superior e aeronaves e operações tecnologicamente avançadas. Em 2004, fomos considerados a 8ª empresa mais admirada do Brasil na pesquisa anual realizada pela revista brasileira de negócios Carta Capital/Interscience. Pretendemos ser uma empresa focada no cliente, traduzindo em todas as nossas ações o nosso "espírito de servir". Alguns exemplos do nosso "espírito de servir" são:

  - alta pontualidade e regularidade dos vôos;

  - nossa frota moderna, com interiores projetados para proporcionar maior conforto aos nossos passageiros, com espaço entre poltronas acima da média do mercado e com a mais larga poltrona intermediária nas aeronaves modelo Airbus;

  - gentileza no trato com o passageiro, como por exemplo os cumprimentos dos passageiros pelo comandante da aeronave no momento do embarque, tripulantes e atendentes sorridentes e gentis e nosso tapete vermelho;

  - única empresa a oferecer em vôos domésticos entretenimento na forma de vídeos e áudio, além de serviço de bordo composto por refeições ou lanches e revista de bordo;

  - opções de auto-atendimento para check-in por meio de totens instalados nos principais aeroportos; e

  - canal aberto de comunicação com nossos clientes, através do nosso call center, do nosso programa Fale com o Presidente e chats com atendimento on-line no nosso Portal *e*-TAM.

- **Programa Fidelidade TAM.** Fomos a primeira companhia aérea a oferecer um programa de fidelidade no Brasil, e hoje contamos com mais de 2,6 milhões de associados. Nosso programa de fidelização é uma forte ferramenta de relacionamento e acreditamos que, por não impor restrições e limitações ao uso dos pontos em vôos ou número de assentos disponíveis para associados que estejam resgatando pontos, é o programa de fidelidade mais flexível do mercado. Associados do programa podem facilmente acumular pontos voando pela TAM ou por suas parceiras, fazendo compras utilizando os cartões de crédito do programa ou utilizando serviços e produtos de estabelecimentos parceiros. Por fim, o Programa de Fidelidade TAM fortalece a comunicação com nossos clientes.

- **Equipe administrativa experiente e profissionais motivados.** Temos uma equipe experiente, alinhada e engajada no cumprimento da missão e visão estratégica da companhia. Entendemos que nosso potencial de crescimento está diretamente ligado à nossa capacidade de atrair e manter os melhores profissionais. Nossa Administração faz grandes investimentos de recursos e tempo na seleção de pessoas com grande potencial e que se enquadram em nossa cultura empreendedora. As pesquisas de clima, seguidas de reuniões, palestras e planos de ação, assim como o Fale com o Presidente Interno e toda a política de incentivos (funcionário do mês, cafés da manhã, almoços com a diretoria, etc.) são políticas ativas e instrumentos de comunicação e integração importantes. Nosso centro de treinamento tem capacidade para atender mais de 750 alunos/dia em cursos certificatórios e gerenciais. Implementamos em 2004, ainda, uma política de remuneração variável à diretoria alinhada aos objetivos táticos da companhia e uma agressiva política de participação nos lucros e resultados.

- **Liquidez e solvência.** Temos boas condições de liquidez e solvência que nos permitem, por exemplo, flexibilidade para negociar novos contratos de arrendamento e ampliar nossa frota em condições favoráveis.

**Nossas Estratégias**

Nossa prioridade estratégica é consolidar e ampliar a liderança no mercado doméstico de passageiros, obtendo alta rentabilidade. Buscamos essa meta através da oferta de serviços com relação valor-preço superior, da continuidade da redução de custos e do melhor aproveitamento do capital empregado. Para atingir esses objetivos, nossas estratégias são:

- **Focar no atendimento ao cliente.** Atendimento diferenciado e de alta qualidade é o princípio básico da nossa estratégia. Procuramos, consistentemente, tornar a viagem mais conveniente e prazerosa para os nossos passageiros. Buscamos continuamente aperfeiçoar nosso serviço e reforçar nosso comprometimento com o cliente.

- **Buscar continuamente oportunidades de aumento de receita com rentabilidade.** Continuaremos a oferecer o que acreditamos ser a melhor relação valor-preço do mercado, oferecendo serviços mais convenientes com atendimento de maior qualidade a preços competitivos. Nossa intenção é aumentar nossas receitas com rentabilidade através de:

    - *expansão no mercado executivo.* Consolidação e ampliação da nossa tradicional base de passageiros executivos e viagens de negócios, que acreditamos representar cerca de 80% da nossa demanda, através de uma atuação mais próximas do mercado corporativo e dos canais de venda tradicionalmente servidores desse público alvo;

    - *crescimento de nossas atividades no segmento de viagens de turismo e lazer.* Estamos atualmente capturando demanda adicional no segmento de turismo e lazer através de promoções específicas para feriados e eventos locais por meio de nossas atividades regulares. Também atendemos o segmento de turismo por meio de: (i) venda de horas de aeronaves para fretamentos turísticos e (ii) venda de pacotes turísticos através da TAM Viagens. Acreditamos que somos a maior operadora de fretamentos no Brasil, representando uma receita bruta de R$235 milhões em 31 de dezembro de 2004, que representa cerca de 5% de nossas receitas consolidadas. Também temos, através de nossa subsidiária TAM Viagens, a segunda maior operadora de viagens de turismo e lazer do país;

    - *expansão seletiva no mercado internacional.* Estamos consolidando nossa participação nos principais destinos na América Latina, e buscaremos reforçar nossa posição intercontinental com maior número de freqüências e novos destinos que suportem a nossa estratégia doméstica; e

    - *expansão do nosso segmento de cargas.* Estamos buscando maior utilização dos espaços dos porões de nossas aeronaves para desenvolver o segmento de cargas, sem prejuízo de nossa busca pelo melhor atendimento das necessidades de nossos passageiros. O segmento de transporte de cargas representou R$ 319 milhões, ou 6,7% de nossas receitas consolidadas em 31 de dezembro de 2004.

- **Otimizar a utilização da nossa frota com a redução contínua de nossos custos operacionais.** Entendemos que o sucesso da implementação de nossa estratégia está intimamente ligado à redução de custos e ao melhor aproveitamento do capital empregado. Pretendemos atingir esse objetivo através de:

- *manutenção de uma frota padronizada, eficiente e flexível:* continuaremos a manter o tamanho da nossa frota otimizada, com o menor número de "famílias" de modelos de aeronaves possível, de maneira a manter um baixo custo de manutenção e operação da nossa frota. Manteremos uma alta utilização de nossas aeronaves. Buscamos, ainda, manter uma frota flexível, com aeronaves capazes de se adequar ao nível da demanda de cada rota; e

- *aumento da produtividade através de redesenho de processos e utilização de tecnologia:* após nossa reestruturação em 2003, implementamos uma cultura de redução de custos visando aumentar a produtividade através de novas ferramentas de tecnologia da informação, redesenho de processos, realocação de mão de obra e terceirização de atividades não estratégicas. Além disso, esperamos obter ganhos de escala com o crescimento das atividades da empresa.

## Produtos e Serviços

Nosso principal produto é o transporte regular de passageiros. Além do transporte regular de passageiros, possuímos produtos voltados especificamente para o desenvolvimento do turismo nacional e internacional. Na área de prestação de serviços, também desenvolvemos a atividade de transporte de cargas. Apresentamos abaixo a segmentação da nossa receita bruta por tipo de serviço prestado, por localidade geográfica e por linha de produto, nos períodos indicados.

**Por tipo de serviço prestado (em milhões de reais)**

| | 31 de março de 2004 | 31 de março de 2005 | 31 de dezembro de 2002 | 31 de dezembro de 2003 | 31 de dezembro de 2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Nacional** | | | | | |
| Regular – Pax | 606 | 844 | 2.425 | 2.534 | 3.020 |
| Fretamento – Pax | 66 | 74 | 108 | 154 | 214 |
| Carga | 35 | 53 | 158 | 153 | 193 |
| **Total** | **707** | **971** | **2.691** | **2.841** | **3.427** |
| | | | | | |
| **Receita Internacional** | | | | | |
| Regular – Pax | 211 | 246 | 587 | 674 | 871 |
| Fretamento – Pax | 5 | 5 | | 5 | 22 |
| Carga | 21 | 35 | 61 | 83 | 126 |
| **Total** | **237** | **286** | **648** | **762** | **1.019** |
| | | | | | |
| **Outras receitas operacionais** | | | | | |
| Comissões | 5 | 6 | 14 | 15 | 17 |
| Parcerias com o Programa Fidelidade TAM | 5 | 14 | 24 | 31 | 58 |
| Sub-arrendamento de aeronaves | 37 | 24 | 24 | 57 | 126 |
| Outros | 13 | 34 | 71 | 62 | 97 |
| **Total** | **60** | **78** | **133** | **165** | **298** |
| | | | | | |
| **Receita Bruta** | **1.004** | **1.335** | **3.472** | **3.768** | **4.744** |
| | | | | | |
| **Por localidade geográfica (em milhões de reais)** | | | | | |
| Brasil | 767 | 1.050 | 2.824 | 3.006 | 3.726 |
| Europa | 83 | 99 | 253 | 336 | 449 |
| América do Norte | 75 | 90 | 296 | 230 | 366 |
| América do Sul (excluindo Brasil) | 79 | 96 | 99 | 196 | 203 |
| **Total** | **1.004** | **1.335** | **3.472** | **3.768** | **4.744** |
| | | | | | |
| **Por linha de produto (em milhões de reais)** | | | | | |
| Regular – Pax | 817 | 1.090 | 3.012 | 3.208 | 3.891 |
| Fretamento – Pax | 71 | 80 | 108 | 159 | 235 |
| Cargas | 56 | 87 | 219 | 236 | 319 |
| Outras receitas | 60 | 78 | 133 | 165 | 298 |
| **Total** | **1.004** | **1.335** | **3.472** | **3.768** | **4.744** |

***Atividades de Transporte Aéreo***

*Transporte de Passageiros*

*Mercado Doméstico Regular.* Atualmente operamos uma média de 435 vôos diários para 44 destinos no Brasil. Através das nossas alianças regionais com a Oceanair, Pantanal, Passaredo, Total e Trip, somos capazes de atingir outros 29 destinos nacionais.

O tráfego de passageiros no mercado doméstico representou cerca de 63,6% das nossas receitas em 2004, 67,3% em 2003 e 69,8% em 2002. Nossos RPKs no mercado doméstico cresceram 21,2% em 2004, diminuíram 11,0% em 2003 e cresceram 14,5% em 2002, enquanto o RPK no mercado doméstico total cresceu 12,3% em 2004, diminuiu 6,3% em 2003 e cresceu 1,8% em 2002.

Em 31 de dezembro de 2004, registramos o maior número de passageiros transportados em 27 dos aeroportos atendidos, segundo a INFRAERO. A tabela a seguir indica os aeroportos que atendemos no Brasil, o número de decolagens médias que operamos por dia atendendo tais aeroportos e o número de passageiros embarcados em 2004.

| Rota | Número de decolagens médias com nossas aeronaves | Número de passageiros embarcados |
|---|---|---|
| São Paulo (Congonhas) | 73,6 | 1.641.878 |
| Brasília | 48,2 | 704.408 |
| Rio de Janeiro (Santos Dumont) | 20,2 | 677.312 |
| Belo Horizonte (Pampulha) | 17,7 | 444.363 |
| São Paulo (Guarulhos) | 19,3 | 443.454 |
| Curitiba | 18,6 | 407.279 |
| Salvador | 13,2 | 373.614 |
| Rio de janeiro (Galeão) | 3,4 | 286.177 |
| Porto Alegre | 8,5 | 272.980 |
| Recife | 13,9 | 260.253 |
| Goiânia | 10,0 | 198.506 |
| Porto Seguro | 2,1 | 179.463 |
| Belém | 9,5 | 176.676 |
| Fortaleza | 8,4 | 175.681 |
| Vitória | 6,2 | 168.288 |
| Florianópolis | 6,2 | 155.504 |
| Cuiabá | 6,8 | 148.900 |
| São Paulo (Viracopos) | 6,6 | 117.534 |
| Campo Grande | 6,2 | 116.383 |
| Uberlândia | 4,5 | 113.662 |
| Natal | 3,2 | 105.586 |
| Londrina | 4,7 | 102.369 |
| Ribeirão Preto | 3,5 | 88.646 |
| Macapá | 2,2 | 86.939 |
| Foz do Iguaçu | 2,0 | 86.166 |
| Manaus | 3,2 | 79.218 |
| São Luiz | 6,1 | 74.073 |
| Maceió | 3,4 | 71.034 |
| São José do Rio Preto | 5,0 | 64.069 |
| Ilhéus | 5,2 | 60.514 |
| Aracaju | 3,7 | 51.572 |
| João Pessoa | 2,0 | 44.281 |
| Joinville | 0,0 | 41.869 |
| Belo Horizonte (Confins) | 2,3 | 41.842 |
| Navegantes | 0,0 | 41.712 |
| Teresina | 3,9 | 39.095 |
| Porto Velho | 1,6 | 34.663 |
| Palmas | 1,8 | 32.872 |
| Marabá | 2,0 | 24.296 |
| Santarém | 2,0 | 24.177 |
| Imperatriz | 2,0 | 23.121 |
| Caxias do Sul | 0,0 | 14.151 |
| Una (Ilha de Comandatuba) | 0,6 | 8.216 |
| Corumbá | 0,1 | 1.904 |

*Mercado Internacional Regular.* Operamos 116 vôos internacionais semanais para Buenos Aires, Santiago, Assunção, Montevidéu, Punta del Leste, Ciudad del Leste, Santa Cruz de la Sierra, Cochabamba, Miami e Paris. Recentemente obtivemos autorização para operar vôos a Lima. Nossos acordos de compartilhamento *(code-share)* com a American Airlines e a Air France permitem que os nossos passageiros peguem conexões a destinos na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa, além de outros serviços, tais como o atendimento no check-in nas mesas de nossas parceiras, simplificação do envio de bagagens, acesso a salas VIP e pontuação no Programa Fidelidade TAM. Também possuímos atualmente 116 acordos bilaterais que nos permitem oferecer aos nossos passageiros uma grande diversidade de destinos no mundo.

O tráfego internacional de passageiros representou cerca de 18,4% das nossas receitas em 2004, 17,9% em 2003 e 16,9% em 2002. Nossos RPKs no mercado internacional cresceram 30,0% em 2004, diminuíram 5% e 11,9% em 2003 e 2002, respectivamente, enquanto o RPK no mercado internacional total cresceu 8% em 2004, diminuiu 0,6% e 2,9% em 2003 e 2002, respectivamente.

*Fretamentos.* Também geramos receitas com fretamentos, trabalhando principalmente em horários o*ff-peak*, incrementando a produtividade de nossa frota. Essas atividades representaram 5,0% da receita bruta total em 2004, 4,2% em 2003 e 3,1% em 2002. Somos a maior operadora de vôos charter no Brasil, segundo o DAC. Durante o exercício de 2004, operamos mais de 5,5 mil vôos extras e fretados principalmente para as capitais dos estados do Nordeste.

*Serviços de Transporte de Carga.* Também geramos receitas com nossas atividades de transporte de carga. Essas atividades representaram 6,7% da nossa receita bruta total em 2004 e 6,3% em 2003 e 2002. A TAM Express, unidade de negócios de cargas da TAM Linhas Aéreas, é responsável pela prestação de serviços de transporte de encomendas expressas, cargas convencionais e especiais. A TAM Express atende a diversas localidades no Brasil e no exterior, voando diretamente para 44 aeroportos, captando encomendas em cerca de 400 municípios no País e fazendo entregas em cerca de 3.450 localidades brasileiras. Com o aumento dos vôos internacionais oferecidos pela TAM Linhas Aéreas, as atividades de transporte de carga impulsionaram a exportação de cargas para destinos no Mercosul, América do Norte e Europa, principalmente frutas, pescados, auto-peças, material eletroeletrônico, tecidos e sapatos. Durante o exercício de 2004, foram transportadas 23 mil toneladas de carga nos porões de nossas aeronaves para fora do Brasil. Em 2004, a receita bruta do transporte de cargas representou R$ 319 milhões, sendo R$ 194 milhões no mercado doméstico e R$ 125 milhões no mercado internacional.

A frota utilizada para o transporte de carga é a mesma operada pela TAM Linhas Aéreas, o que nos permite promover a venda de espaço ocioso em nossas aeronaves e conseqüentemente a redução de custos fixos. A TAM Express ainda conta com cerca de 350 veículos (entre vans, caminhões e motocicletas) para captação e entrega de cargas. Essas operações são realizadas através de nossos agentes.

*Operadora de Viagens e Turismo.* Também geramos receitas com nossa operadora de viagens e turismo, a TAM Viagens, incluído em *"Outros"* de *"Outras Receitas Operacionais"*. Essa atividade representou 0,5% da nossa receita bruta total em 2004. Hoje a TAM Viagens é a 2ª maior operadora de viagens do País segundo a EMBRATUR. Temos concentrado a ação da TAM Viagens em rotas menos ocupadas da TAM Linhas Aéreas para aproveitar espaços ociosos das aeronaves.

Com o objetivo de promover o turismo no Brasil, capacitamos os agentes de viagens, por meio de eventos como a TAM Show - feira itinerante de turismo que circula por estados do Brasil. Paralelamente, buscamos desenvolver destinos turísticos de natureza cultural, social e ecológica. A marca Eco TAM, que conta hoje com mais de 50 destinos em todas as regiões do Brasil, é um dos canais que criamos para incentivar o turismo em destinos ecológicos. Outra frente de atuação reforçada ao longo do exercício de 2004 foi o turismo de congressos, eventos e feiras.

**Frota**

*Geral*

A nossa política de frota constitui a base necessária para a obtenção de altos índices de segurança, qualidade, regularidade e pontualidade, além de trazer uma racionalização dos custos de manutenção. Atualmente nossa frota está padronizada em aeronaves a jato de tecnologia avançada, o que nos traz benefícios para redução de custo, como, por exemplo, maior facilidade para as transições de tripulações técnicas de Fokker para Airbus, o que nos propicia altos índices de confiabilidade e segurança.

As duas "famílias" Airbus em operação na nossa frota são as aeronaves modelo A330-200 (*wide bodies*, para vôos de longa duração) e as aeronaves modelo A320-200 e A319-100 (*narrow bodies*, para etapas médias e curtas). As aeronaves destas famílias se diferenciam pelo número de assentos, oferecendo maior flexibilidade às decisões de caráter comercial. As aeronaves modelos A320 e A319 da nossa frota estão consideradas entre as aeronaves de maior conforto em operação no País, na sua categoria, tendo grande flexibilidade para operar com baixos custos em etapas que podem variar até 5 horas de vôo. Além disso, constituem a única frota brasileira de *narrow bodies* a contar com os comandos de vôo *fly-by-wire*, na qual computadores recebem e analisam cada comando efetuado pelos pilotos, dando eficiência e precisão ao vôo. As aeronaves das famílias Airbus têm ainda o benefício de manutenção e operação padronizados, que permite que pilotos e técnicos efetuem transição entre os equipamentos após um treinamento adicional mínimo. Todas as nossas aeronaves estão equipadas com as melhores e mais avançadas opções de equipamentos e software oferecidos pelo fabricante, constituindo uma frota das mais avançadas do mundo.

Possuímos comunicação de dados entre nossas aeronaves e departamentos, inclusive durante o vôo. Para isso, desenvolvemos um sistema próprio DMS (*Datalink Management System*) que permite o gerenciamento de todas as informações enviadas em tempo real pelo ACARS (*Aircraft Communication Addressing and Reporting System)*, instalado na frota. Com o DMS, da aeronave, o piloto pode enviar mensagens de texto – semelhante a um *e-mail* – para qualquer de nossos setores. Em tempo real, a mensagem, transmitida via satélite, estará na tela do usuário do DMS. Além da comunicação com o piloto, esses recursos permitem ainda monitorar on-line os sistemas do avião à distância, como funcionamento dos computadores, horários de pouso e decolagem, combustível consumido e parâmetros de desempenho dos motores. Isso significa que qualquer desvio no funcionamento pode ser analisado pelos nossos técnicos de manutenção antes mesmo da aeronave chegar ao aeroporto de destino. Investimos US$ 150 mil no projeto e economizamos US$ 900 mil no primeiro ano de utilização dos novos sistemas. Essa tecnologia traduz não só em economia, mas também é uma grande aliada à eficiência e segurança do vôo.

A qualidade dos nossos serviços técnicos é auditada regularmente pelas autoridades brasileiras e internacionais, pelos fabricantes e pelas companhias de seguros. Devido aos requisitos dos nossos acordos de compartilhamento de vôo (*code-share*) com a American Airlines e a Air France, também cumprimos as exigências de manutenção e segurança das autoridades aeronáuticas internacionais competentes a esse respeito.

As vantagens da modernidade e da tecnologia, aliadas a um excelente padrão de operação e manutenção das aeronaves, se traduzem em uma alta utilização dos equipamentos com índices de confiabilidade ("*technical dispatchability*") acima da média da indústria em todos os equipamentos por nós operados. Nossa frota tem mantido altos índices de eficiência técnica (*Mechanical Dispach Reliability*), que seguem padrões definidos pela IATA. O índice mede a capacidade de decolagem pontual das aeronaves sem levar em conta fatores externos como, por exemplo, mau tempo. Durante o exercício de 2004, obtivemos um índice médio de eficiência técnica de 99% para a nossa frota em operação, o qual é um dos dados que compõe a auditoria dos nossos serviços técnicos. Esse dado é auditado pelos fabricantes das aeronaves, motores e equipamentos, sendo auferido de forma absolutamente padrão para todas as companhias aéreas da IATA.

Nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas possui certificação brasileira para operações e serviços de manutenção – RBHA (Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica) 121 e 145. Possui também certificação européia para serviços de manutenção EASA (*European Aviation Safety Agency*) 145 – que são realizados na base de São Carlos.

Em 1998 obtivemos a certificação americana para operações *Federal Aviation Regulations* - FAR 129 e em 1999 a certificação européia *Direction Generale de L'Aviation Civile* – DGAC, o que nos permite operar sem restrições em qualquer cidade européia ou americana.

A obtenção dessas certificações nos possibilitou realizar, além dos vôos regulares para Miami e Paris, vôos para Nova York, Washington e Indianápolis nos Estados Unidos da América, e para os seguintes destinos europeus: Madrid, Lisboa, Barcelona, Frankfurt, Zurich, Amsterdam e Moscou.

Todas estas certificações obtidas em decorrência da modernidade dos nossos equipamentos e a qualidade técnica de nossas manutenções nos colocam nos melhores padrões da aviação mundial. Desde 2000, possuímos a certificação *Extended Twin Engine Operations* - ETOPS de 180 minutos para as aeronaves modelo Airbus A330, a mais alta certificação de padrão internacional, comprovando que estamos de acordo com os melhores padrões da aviação mundial. Também temos equipamentos de tecnologia inédita no Brasil como o *Future Air Navigation Systems* – FANS, que aumenta a segurança em espaços aéreos congestionados além de propiciar economia de combustível pelo uso de rotas mais diretas.

A tabela abaixo indica nossa frota atual e nos últimos três exercícios sociais:

| | | Em Operação | | | | Sub-Arrendamento | | | | Em Devolução / Fora de Operação | | | | Total | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | EM dezembro de | | | | Em dezembro de | | | | Em dezembro de | | | | Em dezembro de | | |
| **Modelo** | **Capacidade** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** | **Atual** | **2004** | **2003** | **2002** |
| | 225 a 228 assentos, 18 ton. de carga máxima (*) | 6 | 5 | 9 | 9 | 3 | 4 | 4 | - | - | - | - | - | 9 | 9 | 9 | 9 |
| | 168 assentos, 10 ton. de carga máxima | 33 | 31 | 31 | 31 | - | - | - | - | - | - | - | - | 33 | 31 | 31 | 31 |
| | 138 assentos, 7 ton. de carga máxima | 13 | 13 | 13 | 13 | - | - | - | - | - | - | - | - | 13 | 13 | 13 | 13 |
| | 108 assentos, 7 ton. de carga máxima | 21 | 21 | 21 | 30 | 2 | 2 | 2 | - | 7 | 7 | 20 | 19 | 30 | 30 | 43 | 49 |
| **TOTAL** | | **73** | **70** | **74** | **83** | **5** | **6** | **6** | **-** | **7** | **7** | **20** | **19** | **85** | **83** | **96** | **102** |

(*) *5 aeronaves com 18 assentos na 1ª classe, 36 assentos na classe executiva e 171 assentos na classe econômica e 4 aeronaves com 7 assentos na 1ª classe, 46 assentos na classe executiva.*

A frota da TAM Mercosur é composta por 3 aeronaves modelo Fokker 100 sub-arrendadas da TAM Linhas Aéreas e 2 aeronaves modelo Cessna-Caravan.

Para 2005, nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas já confirmou a aquisição de 2 novas aeronaves modelo Airbus A320 e de 1 nova aeronave modelo Airbus A330. Uma destas aeronaves modelo A320 integra o lote confirmado com a Airbus de 10 aeronaves modelo A320 que deverão ser entregues ao longo dos 4 próximos anos.

A idade média da frota da TAM Linhas Aéreas é uma das mais baixas da aviação mundial, e a segunda mais nova do Brasil: de 5,3 anos para as aeronaves modelo Airbus A319/320 e 4,7 anos para as aeronaves modelo Airbus A330-200. Com 85 jatos em operação, a idade média total atual é de 7,8 anos.

A tabela a seguir apresenta as taxas médias de utilização das nossas aeronaves, em horas, nos períodos indicados:

| | Trimestre encerrado em 31 de março | | Em 31 de dezembro de | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2004 | 2005 | 2002 | 2003 | 2004 |
| Aeronaves *"narrow bodies"* | 8,8 | 9,8 | 8,5 | 7,7 | 10,4 |
| Aeronaves *"wide bodies"* | 9,4 | 14,5 | 9,1 | 5,4 | 14,0 |

*Contratos de Arrendamento da Frota*

Através da nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas, atualmente arrendamos todas as nossas aeronaves, com base em contratos de arrendamentos de longo prazo. Arrendar nossas aeronaves nos proporciona maior flexibilidade para mudarmos a composição de nossa frota, de maneira bastante ágil, se consideramos que tal medida atenderá melhor nossos interesses.

Todas as nossas 85 aeronaves são objeto de arrendamentos operacionais simples, que exigem o pagamento de prestações periódicas mas não incluem opções de compra das aeronaves no final do contrato. Nos termos desses contratos, as aeronaves são devolvidas nas condições acordadas no final do prazo de arrendamento. A titularidade das aeronaves fica com o arrendador, que detém os benefícios e os riscos econômicos dessa titularidade. Somos responsáveis pela manutenção e contratação de seguro das aeronaves durante o prazo de arrendamento. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no nosso balanço patrimonial, em virtude de as operações contratadas não preverem a opção de compra das aeronaves. Nossos arrendamentos operacionais simples têm prazo de até 192 meses após a data de entrega da respectiva aeronave e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte americano acrescido da LIBOR.

Como resultado do processo de reorganização de nossa frota de aeronaves modelo Fokker 100, em 19 de dezembro de 2003 nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas assinou um compromisso com nossos arrendadores, com o objetivo de rescindir 19 contratos de arrendamentos e programar um plano de devolução destas aeronaves. Até 31 de dezembro de 2004, 13 aeronaves já haviam sido devolvidas, sendo que as 6 restantes serão devolvidas até julho de 2006. Além disso, durante o segundo trimestre de 2004, a administração de nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas, em comum acordo com os arrendadores envolvidos, alterou alguns de seus contratos de arrendamento mercantil (10 aeronaves modelo Fokker 100, 4 aeronaves modelo Airbus A319, 2 aeronaves modelo Airbus A320 e 1 aeronave modelo Airbus A330) da modalidade financeira para modalidade de arrendamento operacional simples, ou arrendamento simples.

*Sub-arrendamento*

Seguindo a política de obter o melhor aproveitamento de nossa frota, nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas celebrou contratos de sub-arrendamento para não deixar ociosas nossas aeronaves de grande porte. Três aeronaves modelo Airbus A330-200 que compõem a frota da TAM Linhas Aéreas estão arrendadas para uma companhia aérea do Oriente Médio até 2006. Duas aeronaves modelo Fokker 100 estão sub-arrendadas para uma companhia no Uruguai. Os prazos médios dos nossos contratos de sub-arrendamento variam de um ano a um ano e meio.

**Manutenção**

Seguimos rigorosamente os planos de manutenção propostos pelos fabricantes de nossas aeronaves, aprovados e homologados pelas autoridades aeronáuticas brasileiras e internacionais competentes. Desta forma, a manutenção realizada nas nossas aeronaves pode ser dividida em três categorias gerais: (i) manutenção de linha; (ii) manutenção pesada; e (iii) reparo e revisão de componentes. A manutenção de linha inclui verificações mais simples até os "checks A", que correspondem aos primeiros níveis das revisões, planejadas para serem executadas nos trânsitos e pernoites, sem que seja necessária a alteração de nossa malha. A manutenção pesada inclui inspeções e serviços mais complexos da aeronave que demandam sua retirada da linha por períodos que podem variar de 5 a 8 dias.

A maior parte do trabalho de manutenção das nossas aeronaves é realizado nos hangares dos aeroportos de Congonhas e Guarulhos em São Paulo (manutenção de linha) e no nosso centro de manutenção em São Carlos, no interior do Estado de São Paulo, que conta com 4,6 milhões de metros quadrados e conquistou a certificação EASA – European Aviation Safety Agengy (JAR-145) para checagens de aviões e componentes aeronáuticos. Nosso centro está capacitado para atender todas as aeronaves da nossa frota (manutenção pesada e reparo e revisão de componentes).

Dos quase 1.500 profissionais de manutenção, 800, incluindo engenheiros, supervisores, técnicos e mecânicos, que realizam os trabalhos de manutenção para os quais somos homologados, estão alocados no nosso centro de manutenção de São Carlos.

Como estamos habilitados a realizar a maioria dos serviços de manutenção de linha e de manutenção pesada, eliminamos a necessidade de transferência de nossas aeronaves para locais distantes, economizando tempo e custos na manutenção e aumentando a taxa de utilização da aeronave. Para a manutenção de componentes de complexidade específica, como os motores, firmamos contratos de longa duração com terceiros, que costumam ser os próprios fabricantes.

Devido aos requisitos dos nossos acordos de cooperação *(code-share)* com a American Airlines e a Air France, também cumprimos as exigências dos Estados Unidos da América e da Europa a esse respeito.

Os nossos profissionais de manutenção são treinados pelos próprios fabricantes e fornecedores em suas respectivas instalações, como a Airbus, a Fokker, a Rolls Royce, a General Electric e a Pratt & Whitney. Além desses treinamentos realizados no exterior, disponibilizamos aos nossos profissionais os mais modernos equipamentos e softwares necessários aos seus treinamentos na nossa Academia de Serviços em São Paulo (a qual nos referimos como "Academia de Serviços da TAM").

Além da manutenção que realizamos em nossas aeronaves, oferecemos serviços de manutenção de linha e manutenção pesada para terceiros, tais como a aeronave presidencial e empresas estrangeiras que operam no Brasil com equipamentos Airbus, que possibilita a redução de nossos custos fixos e o aumento de nossas receitas.

Uma parte significativa de nossos custos de manutenção de aeronaves e motores é atrelada ao dólar. Para uma descrição e análise da influência da variação cambial em nossos resultados, incluindo gastos com manutenção de nossa frota, ver *"XIII. Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Informações Qualitativas e Quantitativas sobre Riscos de Mercado – Risco Cambial"*.

**Combustíveis**

O custo com combustível é o maior componente de nossos custos, representando cerca de 27,1% dos nossos custos operacionais, em 31 de março de 2005.

O combustível consumido no Brasil representa aproximadamente 90% do consumo total da empresa e é adquirido por meio das distribuidoras da Petrobrás, Shell e Exxon. O combustível comprado no exterior é adquirido das empresas Exxon, Chevron Texaco e Repsol YPF. Os contratos de fornecimento do produto no Brasil são normalmente fechados por um período de 2 anos e renovamos nossos contratos em março de 2005. Os contratos de abastecimento nas bases internacionais tem normalmente um prazo de 01 ano. Praticamente 95% do nosso combustível é comprado na modalidade "*into-plane*", ou seja, o fornecedor é responsável pela operação de abastecimento nos tanques das aeronaves. Os preços do combustível nos contratos que firmamos são compostos por três componentes: Preço Refinaria (*ex-refinery price*), diferencial e impostos e taxas aeroportuárias. O preço de combustível segue as variações do mercado internacional. O diferencial é a parcela cobrada pelo fornecedor, que consiste em um valor fixo por litro cobrado durante o prazo contratual, e que reflete os custos de distribuição e logística e a margem da distribuição. Os impostos e taxas aeroportuárias podem variar por região e por aeroporto. A TAM tem um departamento responsável pela negociação dos contratos de compra de combustível, e devido ao elevado volume utilizado, acreditamos que, normalmente, conseguimos obter condições mais favoráveis que os nossos concorrentes.

De forma a reduzir a nossa exposição às variações dos preços internacionais dos combustíveis e à variação cambial, iniciamos em 2004 operações de hedging do nosso consumo futuro, tendo como estratégia proteger 30% do nosso consumo esperado nos 3 meses subseqüentes. Para uma descrição e análise da influência da volatilidade nos preços dos combustíveis em nossos resultados, ver *"XIII. Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Informações Qualitativas e Quantitativas sobre Riscos de Mercado – Risco de Preço do Petróleo"*. Outra importante iniciativa de redução de custos com combustível é o nosso programa de *"tankering de combustível"*. Este programa permite o abastecimento da aeronave em regiões onde os preços são relativamente inferiores. Em 2004 tivemos uma economia de R$ 10 milhões com o programa de tankering de combustível. Também formamos um grupo de trabalho multidisciplinar, envolvendo os departamentos de combustível, de engenharia, de controle, operacional, despacho e financeiro para desenvolver outras medidas de redução do consumo e dos gastos com combustível de aviação.

**Segurança**

A aviação civil brasileira segue os mais elevados padrões de segurança do mundo. O Brasil é o único país da América Latina classificado como país na Categoria 1 de padrões de segurança de vôo estabelecidos pela *International Civil Aviation Organization - ICAO*, que é a maior classificação existente.

Nossa maior prioridade é prestar transportes aéreos seguros. Mantemos nossas aeronaves em estrita conformidade com as especificações do fabricante e todos os regulamentos de segurança aplicáveis, além de efetuarmos uma manutenção de rotina diariamente. Nós cumprimos rigorosamente as normas estabelecidas pelo Programa de Prevenção de Acidentes Aéreos (PPAA) do DAC. Também somos associados às maiores organizações de regulamentação da aviação civil, inclusive a Organização Internacional de Aviação Civil - ICAO, ligada às Nações Unidas, e IATA, a associação mundial de companhias aéreas. Participamos da coordenação do comitê de Segurança de Vôos Regionais da IATA. Além de sermos membros da *Flight Safety Foundation*, a maior organização não governamental de segurança de vôo e do Comitê de Segurança de Vôo das companhias aéreas brasileiras. Em 2004 obtivemos o Certificado JAR145 da *European Aviation Safety Agency*.

Fomos a primeira companhia latino-americana a instalar o sistema BASIS (*British Airways Safety Information Systems*) para o tratamento de ocorrências anormais e o FOQA (*Flight Operations Quality Assurance*) para análise sistemática de informações registradas durante cada vôo.

Apesar de nossos elevados padrões de segurança, o serviço de transporte aéreo está sujeito a eventos que estão fora de nosso controle. Em outubro de 1996, uma de nossas aeronaves modelo Fokker 100 acidentou-se durante a decolagem, com 99 perdas fatais. As investigações mostraram que o acidente foi causado por falhas técnicas no projeto da aeronave. Embora existam discussões judiciais decorrentes desse acidente em curso, as eventuais indenizações estão abrangidas por nossas apólices de seguro. Ver "*Processos Judiciais e Administrativos – Ações de Indenização – Acidente Aéreo*".

**Política de Tarifas e Gerenciamento de Receita e *Yield***

Em termos gerais, as tarifas cobradas pelas companhias aéreas são deferidas livremente, havendo o monitoramento dos preços cobrados pelo DAC. Não se pode conceder descontos superiores a 65% do valor da tarifa sem aprovação prévia do DAC com 5 dias de antecedência da data em que serão oferecidos aos consumidores. As companhia aéreas brasileiras são livres para determinar suas tarifas.

Nossa atual política de tarifas é extremamente dinâmica. Com foco na maximização de nossa rentabilidade, visamos segmentar os nichos de mercado, atendendo melhor a expectativa de demanda. A disponibilidade de preços é feita com base nas previsões de tráfego e acompanhamento de indicadores de performance monitorados regularmente. A política de preços foca especialmente em nossos canais de distribuição indiretos (sistema GDS e Portal *e*-TAM) e diretos (Internet, call center e lojas).

Procuramos a maior competitividade possível para cada origem/destino em relação à concorrência, sempre tendo em vista o valor agregado que nosso produto tem em termos de conveniência de freqüência, horários, programa fidelidade, regularidade e pontualidade.

Oportunidades de mercado são continuamente analisadas visando a estimular a demanda para trechos e períodos específicos. As menores tarifas são aplicadas em situações de promoções pontuais, como feriados nacionais ou regionais, e em oportunidades de incentivo à demanda, como os vôos noturnos. Essas tarifas possuem restrições em suas regras, como a obrigatoriedade de se comprar a ida e a volta juntas, estadia mínima no destino, obrigatoriedade de se emitir o bilhete em 24 horas, entre outras e geralmente não conferem pontuação no Programa Fidelidade TAM.

A tarifa que o passageiro está disposto a pagar pode variar dependendo do destino, do mês do ano, do dia da semana e do horário de partida. O gerenciamento de receita e *yield* é o processo através do qual, com base em dados históricos e modelos de projeção estatística, as companhias aéreas estabelecem o número de assentos a oferecer para cada tarifa ao longo do tempo, de forma a maximizar a receita operacional total de cada vôo. Uma gestão de rentabilidade eficiente é a chave do sucesso no setor de transportes aéreos no Brasil e no exterior.

Nós contamos com um sistema que coleta dados de reservas, decolagens e receitas, de forma eficiente e precisa, para gerar recomendações aos analistas sobre o nível de *overbooking* e concessão de descontos por cada decolagem futura. Os dados de reservas e decolagens são coletados diariamente, formando perfis de reserva para cada vôo e oferecendo recomendações vôo a vôo. O sistema permite aos nossos analistas verificar se os vôos estão acima ou abaixo dos níveis de reserva históricos e decidir se devem fechar as classes de desconto ou oferecer mais espaço para passageiros que geram mais receitas. Desta forma nossas práticas de gestão de rentabilidade nos permitem não apenas reagir rapidamente em resposta a mudanças no mercado, mas também antecipar e introduzir tais mudanças no mercado.

Atualmente contamos com uma equipe de analistas dedicados ao gerenciamento de receita e tarifas. Esses profissionais são divididos por grupos de mercado e têm conhecimento específico de cada rota, para melhor compreender as características específicas dessa rota, tais como feriados, estação alta e baixa, horários e dias de pico e ambiente competitivo.

**Vendas e Distribuição**

*Canais de Distribuição*

Desenvolvemos vários canais de distribuição direta e indireta para a venda de bilhetes aéreos.

*Canais de distribuição indireta.* As vendas indiretas são aquelas realizadas através de agências corporativas, consolidadores (agências com cadastro e crédito pré-aprovado) e operadores de viagens. Durante o exercício de 2004, as vendas indiretas representaram 86% do total das nossas vendas de bilhetes. Atualmente, há cerca de 4.500 agências de viagens que estão autorizados a vender os nossos bilhetes no Brasil.

*Canais de distribuição direta.* Também vendemos nossas passagens diretamente aos clientes, através dos seguintes canais:

- *Call Center.* O nosso *call center* está disponível para nossos clientes 24 horas por dia permitindo aos clientes fazer reservas e comprar bilhetes.

- *Internet*. Fomos a primeira companhia aérea a vender passagens pela Internet na América Latina. Através do site www.tam.com.br, os usuários registrados podem comprar bilhetes *on-line* e receber atendimento ao cliente, fazer reservas com até uma hora de antecedência do horário do vôo e acessar várias funções, tais como baixar informações sobre o Programa Fidelidade TAM, entre outras.

- *Lojas.* Também vendemos passagens através da nossa rede de lojas. Atualmente, possuímos 161 lojas, localizadas em 51 cidades no Brasil. Também dispomos de uma rede de representantes de vendas comissionados, operando no Brasil e no exterior.

Em 31 de dezembro de 2004 tínhamos 86% das vendas efetuadas através de agências de viagem e 14% efetuadas através dos canais diretos, sendo 11% por meio de nossas lojas, 2% através do nosso *call-center* e 1% através da Internet.

Em 2004, implantamos o Portal *e*-TAM, que é uma ferramenta que integra toda nossa cadeia de vendas, desde o momento da reserva até o embarque do passageiro, desintermediando as vendas indiretas e eliminando os GDSs da nossa cadeia de distribuição. Além disso, os dados obtidos com o Portal *e*-TAM nos permitem oferecer um conjunto de serviços personalizados ao passageiro, baseados no conceito de "*one-to-one*". Em sete meses de funcionamento cerca de 90% das reservas do canal indireto efetuadas no Brasil já são realizadas no ambiente do portal.

Acreditamos que aproximadamente 80% de nosso tráfego de passageiros consiste de passageiros em viagens de negócio e temos contratos corporativos com empresas de grande e médio porte com mais de 500 empregados. Para desenvolver ainda mais nossa relação de negócios com nossos clientes corporativos, firmamos acordos com cadeias de hotéis e locadoras de veículos para oferecer aos nossos clientes corporativos pacotes completos de transportes e acomodação. Nossos anúncios são veiculados principalmente por meio de veículos de mídia, como *sites* na Internet, chamadas de rádio, anúncios em jornais locais, revistas e painéis *outdoor*.

Em 31 de março de 2005 e 31 de dezembro de 2004, registramos uma baixa taxa de inadimplência de clientes, com uma média de 2,7% de nossas receitas em ambos os anos.

**Marketing**

*Programa Fidelidade TAM*

O Programa Fidelidade TAM foi o primeiro programa de fidelização lançado por uma companhia aérea brasileira e representa um elemento-chave da nossa estratégia de marketing. Acreditamos que nosso programa é o mais flexível do mercado, por não impor restrições de vôos ou quantidade de assentos disponíveis na utilização dos pontos acumulados. O Programa Fidelidade TAM conta com aproximadamente 2,6 milhões de associados e já foram distribuídos 2,8 milhões de trechos grátis desde sua criação, em 1993. Em um sistema rápido e simples, os clientes acumulam pontos ao utilizar os vôos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros. De acordo com os pontos obtidos em vôos pelos associados é definida a categoria do cartão do cliente - branca, azul ou vermelha. Cada categoria pontua com índices variados. Os cartões azul e vermelho recebem benefícios extras e pontuações maiores, o que garante a concessão de passagens grátis mais rapidamente.

Em 31 de março de 2005 tínhamos o equivalente a 560.920 trechos domésticos de passagens aéreas acummulados em nosso Programa Fidelidade TAM já conquistados por nossos clientes e não resgatados.

Considerando o nível de ocupação de nossas aeronaves, a Administração considera que o passivo correspondente a esses bilhetes deva ser valorizado utilizando-se a forma denominada "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representados basicamente por seguro e serviço de bordo). Em virtude da incerteza quanto à data em que tais pontos serão resgatados, bem como os montantes envolvidos, os gastos decorrentes do Programa Fidelidade TAM são apropriados aos resultados quando incorridos. Da mesma forma, as receitas decorrentes de parcerias com o Programa são registradas quando recebidas.

Os pontos conquistados por nossos clientes no Programa Fidelidade TAM têm validade de dois anos para serem convertidos em bilhetes, e historicamente, cerca de 15% dos pontos vencem sem serem utilizados. Esse fato limita eventual crescimento do passivo do programa, que apresenta tendência de estabilidade em relação à quantidade de passageiros transportados.

O Programa Fidelidade TAM também representa uma fonte de receitas para a Companhia, em função de parcerias firmadas com diversas empresas. Essas receitas vêm sendo incrementadas a cada ano, tendo totalizado R$14,3 milhões em 31 de março de 2005 e R$58,3 milhões em 31 de dezembro de 2004.

*Comunicações com Clientes*

Em 1991, criamos o canal de comunicação *Fale com o Presidente*, para incentivar o cliente a nos passar sugestões, elogios e reclamações. Em todos as nossas aeronaves, salas de embarque e *check-in*, há folhetos impressos de carta-resposta, para que os passageiros se manifestem sobre tudo que lhes interessem. O *Fale com o Presidente* conta com funcionários responsáveis pelo recebimento e encaminhamento de milhares de contatos por mês, entre cartas-resposta, fax, e-mail e telefonemas. Os assuntos abordados pelos clientes são levantados, pesquisados e analisados, mantendo o cliente sempre informado sobre o andamento da solicitação e/ou sugestão até a resolução ou implementação desta. Durante o exercício de 2004, o *Fale com o Presidente* recebeu 98 mil contatos de passageiros entre reclamações, elogios e comentários, comparados com 101 mil em 2003.

Além do *Fale com o Presidente*, mensalmente é distribuída, nos vôos, a *Carta do Presidente*, na qual são abordados assuntos relativos a nossa Companhia além de outros considerados importantes.

No final de 2002, instituímos o Conselho de Clientes, com o principal objetivo de estabelecer um canal de comunicação direta e transparente com os associados do Programa Fidelidade TAM. O Conselho de Clientes é formado por 40 passageiros freqüentes portadores do Cartão Fidelidade tarja vermelha que são convidados a participar de reuniões com o presidente e outros executivos da companhia. Durante 2004, o Conselho de Clientes apresentou mais de 900 sugestões que, a partir disso, resultaram em várias ações com o intuito de melhorar nossos serviços.

**Seguros**

Por determinação legal e por compromissos contratuais em nossos acordos de arrendamento de aeronaves, mantemos apólices de seguro com seguradoras de reconhecida reputação, que incluem cobertura de cascos das aeronaves, inclusive contra riscos de guerra e responsabilidade civil para passageiros, cargas e bagagens e danos a terceiros em solo. Nossa apólice atual, que irá vigorar até 19 de dezembro de 2005, segue as práticas adotadas pelo setor de aviação civil internacional.

Também contratamos seguro patrimonial contra riscos de roubo, incêndio, alagamento, danos elétricos, dentre outros para equipamentos e edifícios de nossa responsabilidade ou propriedade, inclusive em áreas aeroportuárias onde a empresa mantém operação. Do mesmo modo, contratamos seguro de veículos contra riscos de roubo, furto, incêndio e responsabilidade civil contra terceiros para todos os veículos de nossa responsabilidade ou propriedade.

Contratamos seguro de responsabilidade civil de conselheiros, diretores e administradores (D&O), que permanecerá em vigor até 15 de maio de 2005.

**Instalações**

Em 2001, inauguramos o nosso Centro Tecnológico na cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo, que ocupa uma área própria de cerca de 4,6 milhões $m^2$, com 50 mil $m^2$ de área construída. Neste centro, realizamos a manutenção de aeronaves e componentes da TAM, além de outras companhias aéreas latino-americanas.

A TAM Linhas Aéreas possui um prédio próprio de 1.050 $m^2$ na cidade de São Paulo, em frente ao aeroporto de Congonhas, que abriga a administração da TAM Express, a área de despacho e de atendimento ao cliente, além de servir de armazém para uniformes, bagagem perdida e almoxarifado.

A Academia de Serviços da TAM está localizada em prédio próprio de oito andares em São Paulo, nas proximidades do aeroporto de Congonhas, com uma área de 12 mil metros quadrados. A Academia de Serviços da TAM é o maior e mais moderno centro de treinamento da aviação na América Latina e se dedica ao treinamento de pilotos, comissários de bordo e funcionários de atendimento ao cliente e administrativos e tem capacidade para acomodar mais de 750 alunos por dia.

Celebramos contratos de concessão com as administrações dos aeroportos para o uso de áreas para prestação de serviços nos terminais de passageiros, incluindo balcões de *check-in*, balcões de venda de passagens em aeroportos e áreas de suporte operacional. Tais contratos prevêem reajustes periódicos dos valores pagos pela concessão e as condições de sua renovação. Temos também a concessão de uso de hangares e terminais de cargas em aeroportos em todo o Brasil. Dentre essas áreas destacam-se as áreas no terminal de passageiros dos aeroportos de Guarulhos, Congonhas e Recife, terminais de cargas nos Aeroportos de Salvador, Recife e Vitória e hangares para manutenção de aeronaves nos aeroportos de Belém, Cuiabá e Goiânia. Além disso, temos aproximadamente 40.000 $m^2$ de áreas destinadas a manutenção de aeronaves, armazenagens de peças e administração no aeroporto do Congonhas, em São Paulo, onde se localiza nossa sede.

**Tecnologia da Informação**

Temos como política investir significativamente em sistemas de tecnologia da informação que nos auxiliam em nossos processos operacionais, nos possibilitando prestar serviços de maior qualidade para nossos passageiros, além de nos conferir maior agilidade e presteza no desenvolvimento de nossas atividades.

Em 2004, implantamos o Portal *e*-TAM, que é uma ferramenta que integra toda nossa cadeia de vendas, desde o momento da reserva até o embarque do passageiro. Além disso, os dados obtidos com o *e*-TAM nos permite oferecer um conjunto de serviços personalizados ao passageiro. Em sete meses de funcionamento, 90% de nossas reservas nacionais já são realizadas no ambiente do portal. A utilização do Portal e-TAM permite a redução dos custos com reservas e emissão de passagens pela desintermediação dos GDS, anteriormente utilizado para a quase totalidade de nossas reservas. Atualmente o GDS é utilizado apenas para passagens emitidas no exterior.

A tecnologia nos possibilitou a ser a primeira empresa brasileira a desenvolver e instalar tótens de auto-atendimento de *check-in*. Com mais de 50 equipamentos em funcionamento nos principais aeroportos do País, o totem permite ao cliente que adquiriu o *e*-ticket fazer o seu *check-in*, incluindo a escolha do assento na aeronave, em menos de 10 segundos, reduzindo filas no balcão e no embarque. Em dezembro de 2004, mais de 18 mil passageiros realizaram seu *check-in* por meio dos tótens de auto atendimento.

Em outubro de 2003, celebramos o General Services Agreement com a Sabre Travel International Limited por meio da qual nos foi outorgada uma licença de uso (acompanhada da prestação de serviços de manutenção) da sua tecnologia de reservas eletrônicas e back-up de bancos de dados, que nos permite uma melhor utilização de nossa frota e malha. Tal acordo permanecerá em vigor pelo prazo de 10 anos, exceto se rescindido antecipadamente por qualquer das partes.

O Programa Fidelidade TAM e o sistema Serviços Especiais também são ferramentas importantes para obter informações sobre o perfil dos nossos clientes. O sistema do Programa Fidelidade TAM permite-nos monitorar a atividade dos passageiros cadastrados no programa de milhagem, registrando informações a cada vôo do passageiro além das suas informações pessoais e preferências, tais como assento preferido, pedidos de refeições especiais e outros dados obtidos através dos nossos contatos ou de pesquisas com os clientes. O sistema Serviços Especiais permite à tripulação inserir dados sobre as preferências dos clientes de primeira classe diretamente na nossa base de dados. Esses dados também são utilizados para estudar os clientes, oferecer promoções e novos serviços e definir a nossa mensagem publicitária.

Também possuímos um sistema para refeições, com base no número de passageiros que passam pelo *check-in*, que repassa aos nossos fornecedores informações acerca do fornecimento de refeições a bordo, o que aumenta a eficiência e reduz o desperdício. O sistema também controla pagamentos aos fornecedores.

O sistema de rastreamento DOV-line controla toda a bagagem e a carga da aeronave, acompanhando a localização de itens dentro da aeronave, para o correto equilíbrio do peso. Uma aeronave balanceada é crucial para um vôo mais seguro e reduz o consumo de combustível. O sistema também gerencia a distribuição das tripulações.

**Sazonalidade**

O setor brasileiro de transporte aéreo de passageiros tem uma sazonalidade em que há claramente uma maior demanda no segundo semestre do ano. Exibimos comportamento similar ao do setor, atenuado pelo fato de que temos uma maior concentração de transporte executivo que a média do mercado, que apresentam menor sazonalidade em seu comportamento. As nossas outras atividade não passam por grandes flutuações em suas operações.

**Pessoal**

Acreditamos que nosso potencial de crescimento está diretamente ligado à nossa capacidade de atrair e reter os melhores profissionais disponíveis no nosso setor. Por essa razão, damos grande importância à seleção e ao desenvolvimento de pessoas com potencial que possam agregar valor às nossas atividades e que acreditamos podem se adaptar à nossa cultura corporativa.

Em 31 de março de 2005 tínhamos 8.550 funcionários, comparados a 7.244 funcionários em 31 de março de 2004. Em 31 de dezembro de 2004, tínhamos 8.215 funcionários, comparados a 7.665 em 31 de dezembro de 2003. Nossa folha de pagamentos em 2004 totalizou R$ 546 milhões. A tabela abaixo mostra o número de funcionários em 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004, distribuídos nas suas respectivas atividades e localidade:

| | 31 de março de 2005 | 31 de dezembro de 2004 | 31 de dezembro de 2003 | 31 de dezembro de 2002 |
|---|---|---|---|---|
| **TAM Linhas Aéreas** | | | | |
| Auxiliares, Recepcionistas e Despachantes | 2342 | 2.138 | 1.895 | 2.258 |
| Analistas e Assistentes | 1162 | 1.133 | 1.088 | 1.179 |
| Supervisores / Coordenadores | 275 | 265 | 257 | 276 |
| Presidente, Vice-Presidentes, Diretores e Gerentes | 147 | 143 | 121 | 130 |
| Mecânicos, Eletricistas e Técnicos | 982 | 972 | 886 | 869 |
| Comissários | 1.699 | 1.708 | 1.450 | 1.813 |
| Comandantes e Co-Pilotos | 891 | 853 | 776 | 872 |
| Estagiários | 40 | 162 | 300 | 227 |
| **Total** | **7.538** | **7.374** | **6.773** | **7.624** |
| | | | | |
| **TAM Viagens** | | | | |
| Auxiliar/Recepcionista/Secretária/Estagiário | 39 | 38 | 36 | 47 |
| Analista/Assistente/Secretária | 59 | 52 | 52 | 26 |
| Atendente/Pormotor/Emissor/Operador de Venda | 115 | 114 | 109 | 51 |
| Advogada/Coordenador/Líder/Supervisor | 30 | 32 | 32 | 27 |
| Diretor/Gerente/Assessor | 13 | 10 | 10 | 10 |
| **Total** | **256** | **246** | **239** | **161** |
| | | | | |
| **TAM Mercosur** | | | | |
| Paraguai | 384 | 382 | 341 | 314 |
| Chile | 44 | 111 | 34 | 35 |
| Argentina | 38 | 148 | 111 | 101 |
| Uruguai | 21 | 35 | 23 | 17 |
| Bolívia | 39 | 40 | 35 | 0 |
| São Paulo | 4 | - | - | - |
| **Total** | **530** | **716** | **544** | **467** |
| | | | | |
| **Total Geral** | **8.324** | **8.336** | **7.556** | **8.252** |

Também terceirizamos certas atividades e serviços, tais como representação comercial na venda de bilhetes de passagens e cargas, serviços operacionais de rampa, pátio e pista nos aeroportos, limpeza de aeronaves, serviços de comissária (*catering*), segurança patrimonial, transporte de passageiros e tripulantes.

O Sindicato Nacional de Aeronautas representa os pilotos e comissários de bordo do Brasil, e 5 outros sindicatos representam os funcionários das companhias aéreas que atuam em solo. Cerca de 6% dos nossos funcionários são sindicalizados. As negociações relativas a aumentos salariais em decorrência da variação dos índices de inflação e cláusulas sociais são conduzidas anualmente entre os sindicatos e as companhias aéreas. As condições básicas de trabalho e a jornada máxima de trabalho dos aeronautas são reguladas pela legislação federal e não estão sujeitas às negociações trabalhistas. Desde nossa constituição, não verificamos nenhuma paralisação de trabalho e consideramos bom o relacionamento que temos com nossos funcionários. Não há diferenças significativas entre os salários pagos pelas companhias aéreas brasileiras, que em geral são menores no Brasil em relação às maiores companhias aéreas internacionais.

Em 2004, investimos em torno de R$ 12,5 milhões em treinamentos diversos. Em média, 20 dias por ano de cada piloto são dedicados para renovação de habilitação. Oferecemos treinamento completo a todos os pilotos, comissários de bordo e funcionários de atendimento ao cliente.

Com o objetivo de assegurar os níveis de excelência na formação de todos os nossos funcionários e perpetuar a filosofia de qualidade por nós perseguida, foi criada em 2001 a Academia de Serviços TAM. Com uma área de 12 mil metros quadrados localizada em São Paulo, nas proximidades do aeroporto de Congonhas, a academia é o maior e mais moderno centro de treinamento da aviação na América Latina, com cursos voltados para pilotos, comissários, despachantes, pessoal de aeroporto, comercial, cargas, CRM e técnicos. O empreendimento funciona como uma universidade corporativa e busca desenvolver o conhecimento humano e técnico voltado para a corporação. Por ano, cerca de 30 mil pessoas recebem algum treinamento, uma vez que um funcionário pode passar por mais de um curso no ano. A capacidade total é para mais de 750 alunos/dia. Em 2004, intensificamos o fornecimento de treinamento para companhias aéreas estrangeiras, para pilotos, comissários, despachantes de vôo e também mecânicos. Esse trabalho, sempre acompanhado e validado por inspetores de qualidade das agências de aviação civil dos respectivos países, foi desenvolvido, principalmente, na Academia de Serviços.

Em 2001, firmamos uma parceria de treinamento com a CAE Inc., a maior fabricante mundial de simuladores de vôo. O investimento de US$30 milhões em simuladores de vôo e infra-estrutura de apoio, permitiu à CAE treinar os nossos pilotos das aeronaves modelo Fokker 100, Airbus A319, Airbus A320 e Airbus A330 nas proximidades do aeroporto de Guarulhos, em São Paulo. Despendemos cerca de R$ 6 milhões por ano por conta do acordo de treinamento com a CAE, o que representou uma economia de aproximadamente US$1 milhão por ano em custos de treinamento de pilotos, antes incorridos para enviá-los ao exterior.

Também oferecemos treinamento para os executivos por meio de programas internos desenvolvidos em parceria com universidades renomadas.

A nossa estratégia de remuneração reforça a nossa tentativa de reter funcionários com talento, favorecendo elevados níveis de motivação do funcionário e uma maior produtividade. O nosso pacote de remuneração inclui planos de saúde, programa de participação nos lucros, plano de aposentadoria complementar, vale-refeição, vale-alimentação e refeitório, vale transporte, assistência odontológica, ambulatório médico, transporte de urgência, posto bancário, seguro de vida em grupo, suplementação ao auxílio-doença, reembolso creche, empréstimos, passagem cortesia para colaboradores, grêmio recreativo e cursos de inglês para todos os funcionários.

Possuímos um programa de participação nos lucros. Todos os funcionários participam deste programa. Pagamos no primeiro trimestre de 2005 mais de dois salários por funcionário referente à participação nos lucros do exercício de 2004. Durante o exercício de 2004, entre antecipações pagas e provisão de valores a pagar em 2005, foi computado o valor aproximado de R$ 52 milhões.

*Plano de Aposentadoria Complementar*

A nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas, patrocina 3 planos de complementação de benefícios de aposentadoria, conforme mencionados a seguir:

*Plano de aposentadoria - TAM Prev - Plano I.* O plano de aposentadoria TAM Prev - Plano I é administrado por entidade fechada de previdência privada denominada MultiPensions Bradesco e foi implantado em 1982, na modalidade de "benefícios definidos" para os benefícios de morte, invalidez e aposentadoria. Esse plano é parcialmente custeado por contribuições dos participantes e complementado pelas contribuições da TAM Linhas Aéreas (entidade patrocinadora). Em 26 de novembro de 2004 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a proposta de migração dos participantes do TAM Prev - Plano I para o TAM Prev - Plano III. Até 31 de dezembro de 2004, 161 participantes já haviam aderido à essa proposta de migração, sendo que ainda falta a migração de 70 participantes. Atualmente, este plano está fechado para ingresso de novos participantes.

*Plano de aposentadoria - TAM Prev - Planos II e III.* O plano de aposentadoria - TAM Prev - Planos II e III são administrados também pela MultiPensions Bradesco e foram implantados em 1995 e 1998, respectivamente, e foram estruturados na modalidade de "contribuições definidas" para os benefícios de aposentadoria, parcialmente custeado por contribuições dos participantes e complementados pelas contribuições da TAM Linhas Aéreas (entidade patrocinadora) e na modalidade de "benefícios definidos", para os benefícios de data incerta (morte e invalidez), custeados integralmente pela TAM Linhas Aéreas.

Durante o exercício encerrado em 2004, através da nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas, contribuímos aproximadamente R$ 8,4 milhões, a esses planos. Ver nota 24 de nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2004, a quantidade de participantes ativos dos planos TAM Prev – I, II e III era de 64, 1.253 e 1258, respectivamente. O valor total do passivo líquido dos planos TAM Prev – I, II e III está sendo reconhecido desde 1º de janeiro de 2002. O valor deste passivo será pago em cinco anos e, em relação aos próximos dois anos, o valor residual do passivo dos planos TAM Prev – I, II e III totaliza R$ 3,5 milhões.

**Concorrência**

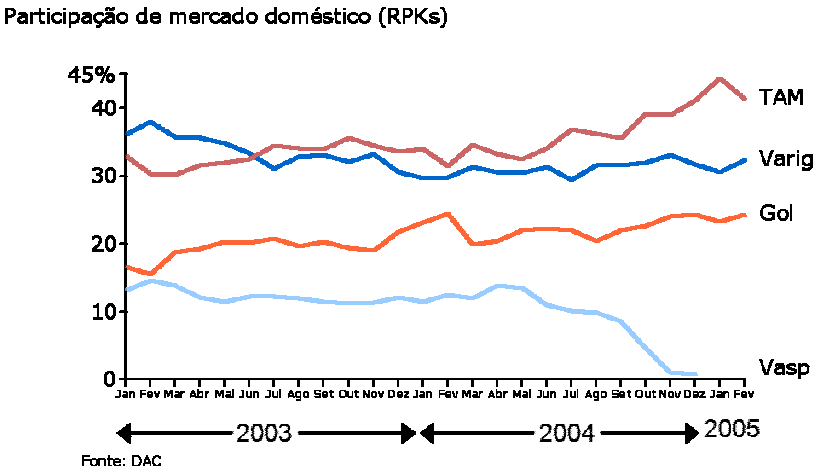
*Geral*

As companhias aéreas no Brasil concorrem principalmente em termos de rotas, tarifas, freqüência de vôos, confiabilidade dos serviços, reconhecimento de marca e benefícios oferecidos aos passageiros, tais como programas de fidelização e atendimento ao consumidor. Acreditamos que nossa liderança no mercado e nosso programa de fidelização permitem nossa atuação competitiva em muitas destas áreas. Ver *"Vantagens Competitivas"*.

Nossos concorrentes, tanto atuais quanto potenciais, incluem as companhias aéreas brasileiras, empresas que operam nas rotas aéreas regionais e novos participantes do mercado, que atuam principalmente em redes de transportes regionais. Nossos principais concorrentes são a Varig e a Gol.

Podemos enfrentar mais concorrência de novos participantes, como é o caso de novas companhias que recentemente iniciaram atividades, tais como Oceanair, Webjet e BRA.

O gráfico a seguir apresenta o histórico de participações de mercado em rotas domésticas, baseado em RPK, das principais companhias aéreas brasileiras, para cada um dos períodos indicados, conforme dados do DAC.



Alguns de nossos concorrentes têm significativos níveis de endividamento, e suas condições financeiras e perspectivas são incertas. Caso nossos concorrentes em dificuldades financeiras consigam reestruturar suas dívidas e se restabelecer no mercado, eles poderão ter a capacidade de oferecer passagens mais baratas nas rotas onde nós atuamos ou concorrer de outra forma conosco, mesmo que as nossas operações sejam mais eficientes.

Também enfrentamos concorrência, em menor escala, das empresas de transporte terrestre como as companhias de transporte rodoviário. Em 2004, as companhias de transporte rodoviário interestadual transportaram mais de 130 milhões de passageiros, de acordo com o Departamento de Transportes Rodoviários.

**Propriedade Intelectual**

Somos titulares ou depositamos pedidos de registro de 13 marcas perante o INPI, o órgão competente para registro de marcas e patentes no Brasil, e 2 marcas perante os órgãos competentes para o registro de marcas em diversos outros países da América e da Europa nos quais operamos. Atualmente, não enfrentamos oposição a tais pedidos por terceiros.

A marca "TAM" e outras marcas correlatas nas classes das atividades que desenvolvemos é atualmente de titularidade da TAM Milor – Táxi Aéreo, Representações, Marcas e Patentes S.A., ou "TAM Milor", sociedade detida pela Família Amaro originada da cisão parcial da TAM Marília. Em 10 de março de 2005 celebramos um Contrato de Licença de Uso de Marca com a TAM Milor, de um lado, e TAM Linhas Aéreas, TAM Viagens e TAM Mercosur, de outro lado, pelo qual TAM Milor concedeu às demais partes uma licença para o uso das marcas "TAM", por uma remuneração ou *"royalty"* mensal no valor aproximado de R$ 1,1 milhão, com variação anual pelo IGP-M, em vigor até 9 de dezembro de 2011. A licença de uso da marca será automaticamente renovada, na hipótese de prorrogação da nossa concessão de transporte aéreo regular de passageiros, sempre por igual período da mencionada prorrogação. A licença de uso da marca será automaticamente renovada e permanecerá em vigor enquanto a concessão da TAM Linhas Aéreas estiver válida. A anotação da transferência da titularidade das marcas da TAM Marília para a TAM Milor e o Contrato de Licença de Uso de Marca encontram-se em fase de exame e requerimento de averbação, respectivamente, junto ao INPI. Ambas a anotação da transferência e a averbação do Contrato de Licença de Uso de Marca ao INPI tem por objetivo dar conhecimento a terceiros acerca da existência de referidas transações.

A licença de uso foi concedida em caráter exclusivo nas classes das atividades que atualmente desenvolvemos, sendo que TAM Milor poderá conceder licença de uso da marca "TAM" a terceiros para outras atividades que não envolvam transporte regular de passageiros. O referido contrato poderá ser rescindido (i) por qualquer uma das partes, caso a outra parte descumpra qualquer de suas obrigações contratuais e não as sane em até 15 dias da data de recebimento da notificação; ou (ii) pela TAM Milor, caso as licenciadas utilizem a marca de forma diversa da prevista no contrato. Adicionalmente, referido contrato não impõe qualquer limitação ao direito de a TAM Milor alienar ou dar em garantia as marcas, objeto do Contrato de Licença de Uso de Marca a terceiros, estando livre para realizar tais transações independentemente de nosso consentimento ou prévio conhecimento.

Também desenvolvemos internamente nosso Portal *e*-TAM, que é uma ferramenta que integra toda nossa cadeia de vendas, desde o momento da reserva até o embarque do passageiro.

**Contratos Relevantes para nossas Atividades**

Os contratos relevantes que celebramos estão diretamente relacionados às nossas atividades operacionais, dentre os quais os contratos de arrendamento de aeronaves, de fornecimento de combustíveis e de prestação de serviços de manutenção de aeronaves e motores (ver *"Frota", "Combustíveis" e "Manutenção"*). Não celebramos contratos relevantes que não estejam diretamente relacionados às nossas atividades operacionais.

**Processos Judiciais e Administrativos**

Estamos envolvidos em diversos processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal de nossos negócios. Constituímos provisão para a totalidade dos valores em discussão judicial cujas ações representam perda provável segundo julgamento de nossos advogados, e também para aquelas cujas discussões estão amparadas por leis, portarias ou decretos ou ainda naquelas em que os posicionamentos dos tribunais tenham se mostrado desfavoráveis. Em 31 de março de 2005, o montante total estimado em discussões, o valor das provisões para contingências e o valor dos depósitos judiciais eram os seguintes:

| | Valor Total em Discussão (milhares de reais) | Provisão para Contingência (milhares de reais) | Depósito Judicial (milhares de reais) |
|---|---|---|---|
| | 31/3/2005 | 31/3/2005 | 31/3/2005 |
| Ações Tributárias | 444.859 | 444.859 | 33.893 |
| Ações Trabalhistas | 78.733 | 6.440 | 4.342 |
| Ações Cíveis | 18.806 | 18.806 | 9.977 |
| Total | 542.398 | 470.105 | 48.212 |

Acreditamos que eventuais decisões desfavoráveis proferidas nessas ações judiciais ou processos administrativos não prejudicarão substancialmente nossos resultados ou nossa situação financeira, tendo em vista que os valores em discussão nas ações de naturezas tributária e cível encontram-se integralmente provisionados e eventuais desembolsos de caixa para fazer face a decisões desfavoráveis em ações tributárias são passíveis de parcelamento a longo prazo.

**Contingências Passivas**

**Processos Cíveis**

Somos parte em cerca de 3.000 processos de natureza cível resultantes do curso normal de nosso negócio, cujo montante total em discussão era estimado em cerca de R$ 18,8 milhões em 31 de março de 2005. A grande maioria desses processos refere-se a pequenas causas relativas a relações de consumo. As ações mais relevantes discutem responsabilidade civil e disputas decorrentes de rescisões de contratos de prestação de serviços e representação comercial. Em 31 de março de 2005, mantínhamos provisões para fazer face a essas contingências no valor de R$ 19 milhões.

*Ações de Indenização – Acidente Aéreo*

Atualmente a TAM Linhas Aéreas é parte em 84 ações movidas por parentes das vítimas em decorrência do acidente aéreo ocorrido em outubro de 1996 com uma de nossas aeronaves Fokker 100 que se acidentou em São Paulo durante a decolagem por falhas técnicas no projeto da aeronave, além de aproximadamente 55 ações recentemente propostas por moradores da região do local do acidente, que argumentam terem sofrido danos morais. Em todas estas ações, a Unibanco Seguros figura como parte, pois todas as eventuais indenizações decorrentes das referidas demandas judiciais estão abrangidas pela garantia de responsabilidade civil prevista em nossa apólice de seguro, cujo limite indenizatório de US$400 milhões mostra-se suficiente para cobrir eventuais condenações e acordos judiciais ou extra-judiciais.

**Processos Tributários**

Somos parte em diversos processos administrativos ou ações judiciais em que pleiteamos a não incidência de determinado tributo ou o ressarcimento daqueles pagos indevidamente, ou contestamos a imposição de determinados tributos resultantes do curso normal de nosso negócio, cujo montante total em discussão era estimado em cerca de R$ 445 milhões em 31 de março de 2005. Não podemos garantir que teremos sucesso em relação ao direito desses créditos tributários ou à imposição desses tributos. Constituímos provisão no valor de R$ 445 milhões em 31 de março de 2005 em razão dos processos judiciais de natureza tributária com perda provável, dentre os quais se destacam os abaixo. Para alguns processos efetuamos depósitos judiciais e para os demais possuímos proteção judicial que nos permite discutir os processos sem a necessidade de pagamentos parciais ou depósitos judiciais.

*PIS e COFINS*

Estamos questionando a constitucionalidade da mudança de base de tributação do Programa de Integração Social – PIS e a majoração da alíquota e base de apuração da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS introduzidas pela Lei nº 9.718/98.

Em 14 de maio de 2002 e 23 de junho de 2003, foram lavrados quatro autos de infração contra a TAM Linhas Aéreas, em que são exigidas quantias de COFINS, supostamente devidas no terceiro trimestre de 1997 e no decorrer do ano de 1998. Foram apresentadas as devidas impugnações, que aguardam decisão de primeira instância. Os valores exigidos em referidos processos administrativos encontram-se com a exigibilidade suspensa, em razão de medida liminar, confirmada por sentença favorável, concedidas nos autos de três mandados de segurança impetrados pela TAM Linhas Aéreas. De acordo com nossos advogados, nossas chances de perda nesses processos administrativos são prováveis, e os valores envolvidos, atualizados até 31 de março de 2005, chegam a aproximadamente R$ 214 milhões. A Companhia constituiu provisão em valor integral para esses três processos administrativos.

Em julho de 1999, impetramos um mandado de segurança objetivando a suspensão da exigibilidade na cobrança do PIS nos termos das Leis nºs 9.715/98 e 9.718/98, para recolher o tributo nos moldes da Lei Complementar nº 07/70. Atualmente, aguardamos o julgamento da apelação interposta pela União Federal em face da sentença que concedeu a segurança pleiteada. Segundo nossos advogados, a probabilidade de perda nesta ação é provável. Foram também lavrados 4 autos de infração pela Receita Federal, visando a cobrança das contribuições ao PIS, supostamente devidas no segundo semestre de 1997 e no exercício de 1998. Para todos estes casos, aguardamos o julgamento das impugnações ofertadas em primeira instância administrativa. Constituímos provisão, que em 31 de março de 2005 monta R$ 69 milhões para a totalidade dos questionamentos acima.

*Adicional sobre Tarifário*

Interpusemos um mandado de segurança visando o não pagamento do adicional tarifário cobrado mensalmente, à razão de 1,0% sobre nossa receita doméstica. Atualmente, o processo aguarda o julgamento da apelação interposta pela União Federal em face da sentença que concedeu a segurança pleiteada e suspendeu a exigibilidade dos tributos. O valor aproximado desse processo em 31 de março de 2005 era de R$125 milhões. Na opinião de nossos advogados, a chance de perda deste processo é possível. Como a cobrança desta tarifa está amparada por Decreto Presidencial e por Portaria do DAC, a Administração decidiu constituir provisão de acordo com os montantes exigidos nesta Portaria, até que se tenha o desfecho final da ação judicial. A Companhia constituiu provisão em valor integral para esses três processos administrativos.

*ICMS na Importação de Aeronaves*

Em julho de 2004 foi lavrado um auto de infração contra a TAM Linhas Aéreas, em razão da suposta falta: (i) de recolhimento, por guia especial, do valor do ICMS devido no desembaraço aduaneiro de uma aeronave; e (ii) de emissão, no prazo correto, de Nota Fiscal de Entrada no ingresso da aeronave. Apresentamos a devida impugnação e em dezembro de 2004 foi publicada decisão julgando procedente o lançamento. O fisco protocolou recurso, que aguarda julgamento. A exigibilidade dos referidos créditos tributários está suspensa por força de medida liminar, confirmada por sentença, concedidas nos autos de mandado de segurança por nós impetrado para desembaraçar a aeronave sem o recolhimento do ICMS. De acordo com nossos advogados, nossa chance de perda nesse processo administrativo é remota, desta forma não constituímos provisão do valor envolvido. O valor envolvido, atualizado até 31 de março de 2005, era de R$15 milhões.

Existe também outro auto de infração lavrado em novembro de 2004 contra a TAM Linhas Aéreas sobre a mesma fundamentação. Apresentamos impugnação e aguardamos o julgamento deste processo administrativo em primeira instância. A exigibilidade dos créditos tributários também se encontra suspensa por razão de medida liminar, confirmada por sentença, concedida nos autos de mandado de segurança. De acordo com nossos advogados, nossa chance de perda nesse processo administrativo é remota, desta forma não constituímos provisão para o valor envolvido. O valor envolvido, atualizado até 31 de março de 2005, era de R$30 milhões.

Além disso, em junho de 2004 foi lavrado um auto de infração contra a TAM Linhas Aéreas, em que são exigidas quantias de ICMS, supostamente devidas pela Companhia na importação de aeronave sob o regime de arrendamento mercantil. Foi apresentada a devida impugnação, e em dezembro de 2004 foi publicada decisão de primeira instância julgando procedente o lançamento. Em janeiro de 2005, protocolamos o competente recurso ordinário perante o Tribunal de Impostos e Taxas, que aguarda julgamento. Os valores de ICMS exigidos em referido processo administrativo encontram-se com a exigibilidade suspensa, em razão de medida liminar, confirmada por sentença, concedida nos autos de mandado de segurança ajuizado para a discussão do assunto. De acordo com nossos advogados, nossa chance de perda nesse processo administrativo é remota, desta forma, não constituímos provisão do valor envolvido. O valor envolvido, atualizado até 31 de março de 2005, era de R$ 13 milhões.

*Fundo Aeroviário*

Ajuizamos ação ordinária com pedido de tutela antecipada visando o não-recolhimento do Fundo Aeroviário, um tributo cobrado mensalmente, à razão de 2,5% sobre a folha de pagamento da empresa. A exigibilidade do crédito tributário está suspensa por força da concessão da tutela antecipada. Atualmente o processo encontra-se em fase pericial. Em 2004, o INSS lavrou uma Nota Fiscal de Lançamento de Débito para evitar a decadência do crédito previdenciário referente ao não recolhimento do Fundo Aeroviário. O processo administrativo está suspenso até o término do processo judicial. O valor atualizado aproximado de tal processo em 31 de março de 2005 era de R$ 27 milhões. Na opinião de nossos advogados, a chance de perda deste processo é possível. Como a cobrança deste tributo está amparada por lei, a Administração decidiu constituir provisão de acordo com os montantes exigidos na lei, até que se tenha o desfecho final da ação judicial. Em 31 de março de 2005, a provisão totalizava R$ 27 milhões.

**Ações Trabalhistas**

Em 31 de março de 2005 éramos parte em 949 reclamações trabalhistas movidas por nossos funcionários, ex-funcionários ou prestadores de serviços resultantes do curso normal de nosso negócio, e não acreditamos que tais reclamações, individual ou coletivamente, tenham um efeito adverso significativo em nossos resultados em caso de decisões desfavoráveis. Dessas 949 reclamações trabalhistas, 489 são contra a TAM Linhas Aéreas, 459 contra empresas prestadoras de serviços ou representantes comerciais e a TAM Linhas Aéreas, e uma contra a TAM Mercosul. Nas reclamações trabalhistas individuais, as principais discussões referem-se a pedido de pagamento de adicional de periculosidade, horas extras e reflexos, bem como pedido de pagamento de diferenças salariais, nos casos específicos de tripulantes. Temos três ações coletivas, duas movidas pelo sindicato de aeronautas e uma pelo sindicato de aeroviários. O valor total avaliado dessas ações era de aproximadamente R$ 79 milhões em 31 de março de 2005, sendo que, de acordo com nossos advogados, R$ 41 milhões referiam-se a reclamações com chances de perda remota, R$ 32 milhões referiam-se a reclamações com chances de perda possível e R$ 6 milhões com chances de perda provável. Constituímos provisão no valor de R$ 6 milhões em 31 de março de 2005. Para determinadas ações efetuamos depósito judicial no valor de R$ 4 milhões, para fazer face às reclamações trabalhistas. A provisão é feita com base na estimativa da administração acerca das prováveis perdas em que poderemos incorrer em função das várias reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados atuais ou anteriores. Acreditamos que a quantia provisionada seja suficiente para cobrir as prováveis perdas, estimadas de modo cabível, caso as decisões resultem desfavoráveis.

**Contingências Ativas**

*Ação de Indenização - Congelamento de Tarifas*

Somos autores de uma ação ajuizada contra a União Federal em 1993 na qual buscamos indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de transporte aéreo, devido ao congelamento das tarifas a partir no período de 1988 a setembro de 1993 pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal. O processo encontra-se atualmente em trâmite perante o Tribunal Regional Federal aguardando julgamento de embargos de declaração que opusemos. O valor estimado da ação é de R$ 246 milhões, com base em cálculo feito pelo perito judicial. Este montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. Com base em opinião de nossos advogados e recentes decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça em favor de companhias aéreas em pleitos semelhantes, notadamente em ações movidas pela Transbrasil e pela Varig, acreditamos que esta ação representa êxito provável. A Administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

*Repetição de Indébito – ICMS*

Em 2002, a TAM Linhas Aéreas ajuizou ação de repetição de indébito contra o Estado de São Paulo em busca da restituição de valores de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), indevidamente recolhidos entre os anos de 1989 e 1994. A ação tem por base a ADIN 1.089-1/DF, que considerou parcialmente inconstitucional o Convênio ICMS 66/88 (que autorizava a cobrança do ICMS sobre serviços de transporte aéreo), sob o argumento de que a navegação aérea não está compreendida no conceito de transporte interestadual e intermunicipal e portanto não é passível de tributação pelo ICMS. O processo judicial continua pendente de julgamento. De acordo com nossos advogados, são possíveis nossas chances de perda nessas ações. O valor total envolvido atualizado até 31 de março de 2005 é de R$ 102. Existem ainda outras ações de repetição de indébito por nós ajuizadas contra diversos Estados da Federação sob o mesmo argumento, com as mesmas chances de perda e que ainda aguardam julgamento. Não contabilizamos nenhum crédito referente a esta ação por se tratar de contingência ativa.

*Adicional de Tarifas Aeroportuárias - ATAERO*

Também interpusemos uma ação ordinária com pedido de tutela antecipada em que se discute a legalidade da cobrança do Adicional das Tarifas Aeroportuárias (ATAERO), que incide à alíquota de 50% sobre o valor das tarifas e das tarifas aeroportuárias o valor atualizado da ação. Em 31 de março de 2005, totalizava R$ 395 milhões.

# XVI. REGULAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA

**Visão Geral da Regulação e Autoridades Brasileiras de Aviação Civil**

Serviços de transporte aéreo regular são considerados serviços de utilidade pública e estão sujeitos a extensa regulação do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, do CONAC e do DAC. Serviços de transporte aéreo regular também são regulados pela Constituição Federal e pelo Código Brasileiro de Aeronáutica.

O Código Brasileiro de Aeronáutica estabelece as principais normas relacionadas à infra-estrutura e operações de aeroportos, proteção e segurança de vôo, certificação de companhias aéreas, estruturação de arrendamentos, responsabilização, alienação, registro e licenciamento de aeronaves, treinamento de tripulação, concessões, inspeção e controle de companhias aéreas, serviços de transporte aéreo de carga públicos e privados, responsabilidade civil de companhias aéreas, e penalidades em caso de violações.

O CONAC é o órgão consultivo do Presidente da República e seu conselho consultivo é composto pelo Ministro da Defesa, o Ministro Chefe da Casa Civil, o Ministro da Fazenda, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro do Turismo e o Comandante da Aeronáutica. O CONAC possui competência para estabelecer políticas para a aviação civil nacional que podem ser adotadas e executadas pelo Comando da Aeronáutica e pelo DAC. O CONAC estabelece regras gerais relacionadas à adequada representação do Brasil em tratados, convenções, e outras ações relacionadas com o transporte aéreo internacional, infra-estrutura de aeroportos, a concessão de fundos adicionais para serem usados em benefício das companhias aéreas e aeroportos baseado em aspectos estratégicos, econômicos e de lazer, a coordenação da aviação civil, a segurança aérea, a concessão para a exploração de serviços de linhas aéreas, bem como permissão para prestação de serviços comerciais.

O DAC é a principal autoridade da aviação civil, reportando-se diretamente ao Comando da Aeronáutica. O DAC é responsável por conduzir, planejar, estimular e apoiar as atividades públicas e privadas de companhias de aviação civil no Brasil. O DAC regula operações de vôo em geral e aspectos econômicos que afetem o transporte aéreo, incluindo assuntos relacionados à segurança aérea, certificação e aptidão, seguros, proteção ao consumidor e práticas de concorrência.

O governo brasileiro reconheceu e ratificou a Convenção de Varsóvia de 1929, a Convenção de Chicago de 1944 e a Convenção de Genebra de 1948, as três principais convenções internacionais relacionadas a atividades mundiais de transporte aéreo comercial.

**Concessão para Serviços de Transporte Aéreo**

De acordo com a Constituição Federal, é privativa do Governo Federal a exploração dos serviços de transporte aéreo, bem como de infra-estrutura de aeroportos, sendo que o Governo Federal pode prestar esses serviços direta ou indiretamente por terceiros por meio de concessões ou permissões. Conforme o Código Brasileiro de Aeronáutica e regulamentos emitidos pelo Comando da Aeronáutica, a operação de serviços regulares de transporte aéreo está condicionada à concessão outorgada pelo Comando da Aeronáutica e formalizada por contrato de concessão firmado com o DAC. A empresa interessada deve atender a certos requisitos econômicos, financeiros, técnicos, operacionais e administrativos estabelecidos pelo DAC para que tal concessão seja outorgada. Adicionalmente, a empresa interessada em obter a concessão deve (i) ser uma pessoa jurídica constituída no Brasil; (ii) ser devidamente registrada perante o Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB); (iii) obter o Certificado de Homologação de Operador Aéreo (CHOA) – que corresponde ao antigo Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) – válido; e (iv) observar certas restrições quanto à propriedade de suas ações ou quotas. (Vide "Restrições à Propriedade de Ações de Companhias Concessionárias de Serviços de Transporte Aéreo").

O DAC possui competência para revogar uma concessão em razão de não cumprimento, pela companhia aérea, das regras do Código Brasileiro de Aeronáutica, leis e regulamentos complementares, além dos termos do contrato de concessão.

O artigo 122 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece que as concessões devem ser reguladas por procedimentos específicos previstos no Código Brasileiro de Aeronáutica. O Código Brasileiro de Aeronáutica e o regulamento emitido pelo Comando da Aeronáutica não estabelecem expressamente quaisquer procedimentos licitatórios, e atualmente não tem sido necessário conduzir processos de licitação anteriormente à outorga de concessões para a operação de serviços de transportes aéreos, como os nossos, como seria necessário no caso de outros serviços públicos geralmente regulados pelas leis aplicáveis às concessões públicas.

Nossa concessão para exploração de transporte aéreo regular de passageiros, cargas e malas postais em âmbito nacional foi obtida em 9 de dezembro de 1996 por meio da emissão da Portaria 816/GM5 e da assinatura do contrato de concessão relevante, que permanecerá válida até 9 de dezembro de 2011. Embora não possamos oferecer nenhuma garantia, não prevemos dificuldades na renovação de nossa concessão no seu vencimento.

**Importação de Aeronaves para o Brasil**

A importação de aeronaves civis e comerciais está sujeita à autorização prévia pelo COTAC, que é um subdepartamento do DAC. Para que o COTAC autorize a importação da aeronave, são analisados, entre outros requisitos, a necessidade da importação do bem e as condições financeiras da importação. Uma vez obtida a autorização do COTAC, o importador deve seguir os demais procedimentos gerais para importação de bens para o Brasil. Por fim, o importador deve requerer o registro da aeronave no RAB.

**Registro de Aeronaves**

O registro de aeronaves no Brasil é regido pelo Código Brasileiro de Aeronáutica. Conforme o Código Brasileiro de Aeronáutica, nenhuma aeronave está autorizada a voar no espaço aéreo brasileiro ou pousar em, e decolar do, território brasileiro sem ter sido devidamente registrada. Para ser e permanecer registrada com matrícula brasileira, uma aeronave deve ter um certificado de matrícula e um certificado de aeronavegabilidade, ambos emitidos pelo RAB após inspeção técnica da aeronave pelo DAC. O certificado de matrícula emitido pelo DAC atribui nacionalidade brasileira à aeronave e comprova sua inscrição perante a autoridade competente. O certificado de aeronavegabilidade é geralmente válido por 6 (seis) anos da data em que o DAC tiver inspecionado e autorizado a aeronave a voar no espaço aéreo brasileiro, sujeito a continuidade da observância de certos requisitos e condições técnicas. O registro de qualquer aeronave pode ser cancelado caso seja verificado que a aeronave não está em conformidade com os requisitos para registro e, especialmente, se a aeronave tiver deixado de se adequar a qualquer requisito de segurança especificado pelo DAC ou pelo Código Brasileiro de Aeronáutica.

Todos os contratos relativos às aeronaves registradas no Brasil, incluindo contratos de compra e venda, arrendamentos mercantis financeiros, arrendamentos operacionais simples, hipotecas e aditamentos, devem ser apresentados ao RAB com a finalidade de dar publicidade aos atos e atualizar os registros das aeronaves.

**Direitos sobre Rotas Aéreas**

*Rotas domésticas*

O DAC possui competência para conceder às companhias aéreas brasileiras o direito de operar novas rotas, sujeito à apresentação pela companhia aérea interessada de estudos que comprovem a viabilidade técnica e econômica de tais rotas, em forma satisfatória ao DAC, e preenchimento de certas condições pela companhia aérea com relação à concessão de tais rotas. Para concessão das rotas e mudanças nas rotas existentes, o DAC avalia a real capacidade da infra-estrutura do aeroporto onde tal rota seria operada, bem como o aumento da demanda e a concorrência entre companhias aéreas. Adicionalmente, a operação de rota é concedida sujeita à condição de que seja operada regularmente. A operação de rota de qualquer companhia aérea pode ser cancelada caso tal companhia aérea (a) não inicie a operação da rota num período superior a 15 dias, (b) não mantenha ao menos 75% dos vôos estabelecidos no respectivo Horário de Transporte Aéreo Nacional (Hotran), por um período de 90 dias, ou (c) suspenda suas operações por período superior a 30 dias. A aprovação do DAC de novas rotas ou mudanças às existentes é dada no curso de um processo administrativo e não requer alterações aos contratos de concessão.

Uma vez concedidas, as rotas devem ser imediatamente refletidas no Hotran, que é o relatório de itinerário de todas as rotas que a companhia aérea pode operar, que passarão a integrar a base de dados de cada companhia aérea junto ao DAC. O Hotran não só estabelece as rotas, mas também os horários de chegadas e decolagens de certos aeroportos, sendo que nenhuma pode ser mudada sem autorização prévia do DAC. De acordo com as leis e regulamentos brasileiros de aviação civil, uma companhia aérea não pode vender, ceder ou transferir rotas para outra companhia aérea.

*Rotas Internacionais*

Linhas aéreas internacionais são aquelas com ponto de origem em território brasileiro e ponto de destino em território estrangeiro, exploradas por empresas nacionais, previamente designadas pelo governo brasileiro e nos termos dos acordos bilaterais celebrados com outros governos. Direitos sobre rotas internacionais entre as principais cidades, bem como os correspondentes direitos de pouso, derivam de acordos bilaterais de transporte aéreo negociados entre o Brasil e governos estrangeiros. Conforme tais acordos, cada governo concede ao outro o direito de designar uma ou mais companhias aéreas domésticas para operar serviços regulares entre certos destinos em cada país.

Os pedidos de novas rotas internacionais ou mudança nas rotas existentes devem ser apresentados por cada companhia aérea brasileira interessada à CERNAI (Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional), que decide sobre cada pedido baseada nas disposições do acordo bilateral aplicável, disponibilidade de freqüências existentes entre os dois países e políticas gerais das autoridades brasileiras de aviação e encaminha o pedido ao DAC, para que este possa tomar todas as medidas necessárias para que a Companhia possas ser qualificada para a prestação de serviços internacionais.

Os serviços de transporte aéreo internacionais são passíveis de cancelamento caso não sejam implantados ou operados por um período maior do que 6 (seis) meses, nos termos da Portaria nº 569/GC5 de 05/09/2000, ou quando ficar comprovada a incapacidade para a execução do serviço, ou ainda se a empresa deixar de cumprir os acordos, leis e regulamentos do Comando da Aeronáutica.

**Políticas sobre *Slots***

De acordo com a lei brasileira, *slot* é uma concessão do DAC, que é refletida no Hotran da companhia aérea. Um *slot*, como é o caso das rotas, não é propriedade da companhia aérea e não pode ser transferido para outra companhia aérea.

Cada Hotran representa a autorização para uma companhia aérea para pousos e decolagens em determinados aeroportos dentro de um espaço de tempo pré-determinado. Tal espaço de tempo é conhecido como um "*slot* de aeroporto" e estabelece que uma companhia aérea pode operar em um aeroporto específico nos horários contidos no Hotran.

Os aeroportos brasileiros mais congestionados estão sujeitos a restrições de tráfego por meio de políticas de alocação de *slots*. O DAC poderá conceder *slots* adicionais a uma companhia aérea mediante sua solicitação com, no mínimo, um mês de antecedência.

Ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) cabe coordenar e inspecionar o suporte de infra-estrutura de aeroportos e a segurança em operação de aeronaves. O DECEA, juntamente com o DAC e a INFRAERO, também realiza estudos em todos os aeroportos brasileiros para determinar a capacidade máxima de operação de cada um dos aeroportos. Atualmente o aeroporto de Congonhas possuí restrições em relação a *slots*. Investimentos em andamento na infra-estrutura da aviação brasileira devem permitir o aumento de operações de aeronaves nesses aeroportos congestionados e conseqüentemente a concessão de novos Hotrans às companhias aéreas. Atualmente, somos a empresa com o maior número de *slots* nos aeroportos com restrições a *slots*.

**Infra-estrutura Aeronáutica e Sistema Aeroportuário**

De acordo com a Constituição Federal, é privativa do Governo Federal a exploração dos serviços de infra-estrutura aeroportuária, e Governo Federal pode prestar esses serviços diretamente ou por terceiros por meio de concessões ou permissões. A instalação e o funcionamento de quaisquer serviços de infra-estrutura aeronáutica, dentro ou fora do aeródromo civil, dependerão sempre de autorização prévia de autoridade aeronáutica, que também os fiscalizará.

Embora a navegação aérea se realize no espaço aéreo, ela começa e termina em terra, razão pela qual precisa de estruturas terrestres. Tudo que, na superfície, vise o atendimento das necessidades da navegação aérea denomina-se infra-estrutura aeronáutica. Assim, de modo amplo e abrangente, a infra-estrutura aeronáutica compreende todas as organizações, bens e instalações terrestres de apoio ao desenvolvimento ordenado da aeronavegação em qualquer de suas modalidades. Constitui infra-estrutura aeronáutica o conjunto de órgãos, instalações ou estruturas terrestres de apoio à navegação aérea, para promover-lhe a segurança, regularidade e eficiência, compreendendo: (i) o sistema aeroportuário; (ii) o sistema de proteção e segurança de vôo; (iii) o sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro; (iv) o sistema de investigação e prevenção de acidentes aeronáuticos; (v) o sistema de facilitação, segurança e coordenação do transporte aéreo; (vi) o sistema de formação e adestramento de pessoal destinado à navegação aérea e à infra-estrutura aeronáutica; (vii) o sistema da indústria aeronáutica; (viii) o sistema de serviços auxiliares; e (ix) o sistema de coordenação da infra-estrutura aeronáutica.

O sistema aeroportuário é constituído por todos os aeródromos brasileiros: militares e civis, privados e públicos, destinados à aviação doméstica e aos vôos internacionais. Os aeroportos são os aeródromos públicos, dotados de instalações e facilidades para apoio de operações de aeronaves e de embarque e desembarque de pessoas e cargas. A construção, administração e exploração dos aeroportos estão sujeitas a normas, instruções, coordenação e controle da autoridade aeronáutica. Os aeroportos compreendem áreas destinadas à própria administração aeroportuária, aos órgãos públicos que funcionem, obrigatória ou facultativamente, nos aeroportos, tais como os relativos à Receita Federal (alfândega), ao Ministério da Justiça (polícia federal), ao Ministério da Saúde (fiscalização sanitária) ou ao Ministério da Agricultura (fiscalização agrícola) entre outros. Além dessas áreas administrativas, há as áreas para atendimento e movimentação dos passageiros, bagagens e cargas, e as destinadas ao público em geral e estacionamento de seus veículos. Os aeroportos são abertos ao tráfego e ao público usuário através de homologação da autoridade aeronáutica. Os aeroportos podem ser construídos, mantidos e explorados diretamente pela União ou, mediante concessão, autorização ou permissão, por empresas especializadas da administração federal indireta ou suas subsidiárias, que se reportam ao Comando da Aeronáutica, como é o caso da INFRAERO; pelo Estado ou Município; por pessoa jurídica idônea, que apresente condições técnicas, econômicas e financeiras satisfatórias.

A INFRAERO, uma empresa estatal que se reporta ao Comando da Aeronáutica, tem a função de gerenciar, operar e controlar a maioria dos aeroportos federais brasileiros, incluindo suas torres de controle e operações de segurança dos aeroportos. Os aeroportos menores e regionais podem pertencer a governos estaduais ou municipais e, em tais casos, são freqüentemente gerenciados por entidades governamentais locais. Na maioria dos aeroportos brasileiros a INFRAERO realiza as atividades de segurança, incluindo verificação de passageiros e bagagens, medidas de segurança de cargas e segurança do aeroporto.

O uso de áreas dentro de aeroportos federais, tais como hangares e balcões de *check-in*, está sujeito à concessão de uso pela INFRAERO. Caso exista mais de um candidato ao uso de determinada área do aeroporto, a concessão poderá ser outorgada pela INFRAERO por meio de procedimento licitatório.

**Tarifas**

As companhias aéreas brasileiras podem estabelecer livremente suas próprias tarifas domésticas, devendo no entanto registrá-las junto ao DAC para fins de importação e monitoramento. O DAC mantém o acompanhamento constante das tarifas aéreas praticadas, podendo intervir no mercado e nas concessões dos serviços aéreos regulares, a fim de coibir atos contra a ordem econômica e assegurar o interesse dos usuários. As companhias aéreas podem estabelecer descontos nas tarifas ou seguir outras estratégias promocionais. As companhias aéreas devem apresentar ao DAC, com antecedência mínima de cinco dias úteis antes de sua utilização, as tarifas promocionais de passageiros que contemplem descontos superiores a 65% do valor da tarifa de referência por quilômetro estabelecida pelo DAC. As tarifas de referência são estabelecidas com base nos custos médios operacionais praticados pela aviação civil brasileira.

As tarifas internacionais são fixadas de acordo com acordos bilaterais. Adicionalmente, companhias aéreas operando rotas internacionais devem negociar suas tarifas na *International Air Transport Association* (IATA) e então submeter as tarifas negociadas à aprovação do DAC.

**Responsabilidade Civil**

O Código Brasileiro de Aeronáutica e a Convenção de Varsóvia limitam a responsabilidade de um operador de aeronave por danos causados a terceiros durante suas operações no solo e no ar, ou resultante de pessoas ou objetos lançados para fora da aeronave. Está em andamento no Congresso Nacional a aprovação da Convenção de Montreal de 1999, que vai substituir a Convenção de Varsóvia de 1929, aumentando os limites para indenização dos operadores de aeronaves civis. Não temos previsão de quando a referida Convenção de Montreal de 1999 será ratificada pelo Brasil e conseqüentemente integrar o ordenamento jurídico brasileiro. Os tribunais brasileiros, entretanto, têm ocasionalmente desconsiderado esses limites, concedendo indenizações exclusivamente baseadas no Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, os quais não estabelecem expressamente limites para o valor de tais condenações.

Em resposta a aumentos substanciais de prêmios para cobertura securitária para danos resultantes de ataques terroristas após os ataques de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, o governo brasileiro decretou uma lei que autoriza o Governo Federal a assumir responsabilidade por danos causados a terceiros em decorrência de ataques terroristas ou atos de guerra contra aeronaves de companhias aéreas brasileiras. Ver *"XV. Atividades da Companhia – Seguros"*.

**Legislação e Regulamentação Ambiental**

Companhias aéreas brasileiras estão sujeitas a diversas leis federais, estaduais e municipais sobre proteção ambiental, incluindo a disposição de materiais e substâncias químicas e ruído das aeronaves. Essas leis e regulamentos são aplicados pelas autoridades governamentais estaduais e municipais, as quais podem impor sanções administrativas em caso de violação, além de responsabilizar os infratores nas esferas civil e criminal. Por exemplo, de acordo com uma portaria do DAC, a operação de vôos comerciais agendados partindo ou com destino ao Aeroporto de Congonhas é sujeita a uma restrição de ruído das 23h às 6h devido a sua proximidade a áreas residenciais da cidade de São Paulo.

**Restrições à Propriedade de Ações de Companhias Concessionárias de Serviços de Transporte Aéreo**

De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica, para se ter direito a uma concessão para operação de serviços regulares, uma companhia aérea deve ter ao menos 80% de seu capital votante detido direta ou indiretamente por cidadãos brasileiros e deve ter certos cargos de sua administração confiada apenas a cidadãos brasileiros.

O Código Brasileiro de Aeronáutica também estabelece certas restrições na transferência do capital social das companhias concessionárias de serviços de transporte aéreo regular, tais como nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas, incluindo as seguintes:

- as ações com direito a voto deverão ser nominativas e o estatuto deverá proibir a conversão das ações preferenciais sem direito a voto em ações com direito a voto;

- aprovação prévia pelo DAC para qualquer transferência acionária, independentemente da nacionalidade do investidor, que resulte em: mudança de controle da companhia; detenção, pelo cessionário, de mais de 10% do capital social da companhia; ou transferências que representem mais de 2% do capital social da companhia;

- a companhia deve apresentar ao DAC, no primeiro mês de cada semestre, um quadro detalhado com participações acionárias, incluindo uma lista de acionistas, bem como uma lista de todas as transferências de ações ocorridas no semestre; e

- diante das informações do quadro acima mencionado, o DAC pode determinar que transferências posteriores fiquem sujeitas à sua aprovação prévia.

A Companhia tem como objeto social a gestão de participações societárias em companhias aéreas e detém as ações representativas do controle acionário da TAM Linhas Aéreas, que, por sua vez, é uma concessionária de serviços públicos de transporte aéreo regular. Conforme o Código Brasileiro de Aeronáutica, as restrições à transferência de ações do parágrafo acima aplicam-se apenas às sociedades concessionárias de serviços públicos de transporte aéreo regular, não se aplicando, portanto, à Companhia. A Distribuição não acarretará qualquer alteração no controle direto ou indireto da TAM Linhas Aéreas, nem acarretará redução de participação no capital votante detido por cidadãos brasileiros a um nível inferior a 80%, razão pela qual não se faz necessária a obtenção de autorizações prévias por parte do DAC para fins de Distribuição.

**Projetos de Legislação Futura**

O Congresso Nacional está atualmente discutindo o Projeto de Lei n.º 3.846, de 2000, que prevê a criação da Agência Nacional da Aviação Civil, ou ANAC, a qual substituiria o DAC como autoridade principal da aviação civil. De acordo com tal projeto, a ANAC será responsável por organizar a aviação civil em um sistema coerente, coordenar e supervisionar os serviços de transporte aéreo, aviação e infra-estrutura de solo, e modernizar a regulação da aviação brasileira. A ANAC será ligada, porém não subordinada, ao Ministério da Defesa e funcionará como uma agência independente administrada somente por civis que se reportarão ao Presidente da República. A ANAC terá principalmente competência para regular, inspecionar e supervisar serviços prestados por companhias aéreas brasileiras e estrangeiras operando no Brasil, outorgando concessões, permissões e autorizações para operações de transporte aéreo e serviços de infra-estrutura de aeroportos, representando o governo brasileiro diante de organizações internacionais de aviação civil e controlando, registrando e inspecionando aeronaves civis. De acordo com tal projeto de lei, todas as concessões para serviços de transporte aéreo que expiram antes de 31 de dezembro de 2010, como as concessões da maioria de nossos concorrentes, seriam válidas até 31 de dezembro de 2010.

Adicionalmente, o Projeto de Lei n.º 3.846 estabelece que as autoridades brasileiras de aviação civil deverão conduzir processos de licitação previamente à outorga de novas concessões.

Adicionalmente, em 28 de março de 2001, o CONAC publicou, para consulta pública, uma minuta de projeto de lei destinado a substituir o Código Brasileiro de Aeronáutica e modernizando as leis e regulamentos básicos. Essa minuta trata, em geral, de assuntos relacionados à aviação civil, incluindo concessões de aeroportos, proteção ao consumidor, aumento da participação acionária estrangeira nas companhias aéreas, limitação de responsabilidade civil das companhias aéreas, seguros obrigatórios e multas.

**Intervenção Federal**

O Poder Executivo Federal poderá intervir em companhias de aviação civil brasileiras, sempre que suas operações, finanças ou situação econômica coloquem em risco a continuação, eficiência ou segurança do serviços de transportes aéreos nacionais. As intervenções federais têm como objetivo restabelecer a normalidade dos serviços prestados pela companhia, e poderá durar o tempo necessário para atingir este propósito, não excedendo o máximo de dois anos. Caso demonstrado por uma inspeção técnica, feita antes ou depois da decretação da intervenção federal, que o restabelecimento da normalidade dos serviços é impraticável, a intervenção federal poderá ser convertida em liquidação extrajudicial desde que pelo menos metade dos débitos possa ser liquidada através da realização dos ativos da Companhia. Caso os ativos da companhia não sejam suficientes para pagar pelo menos metade dos débitos da companhia ou se existir evidência de crimes falimentares, a intervenção federal ou a liquidação extrajudicial deverá ser convertida em falência.

**Nova Lei de Falências**

Em 9 de fevereiro de 2005, foi sancionada pelo Presidente do Brasil a Lei n.° 11.101 (“Nova Lei de Falências” ou “Lei de Recuperação de Empresas e Falências”), a qual entrará em vigor em 10 de junho de 2005 e irá substituir a atual lei de falências (Decreto-lei nº 7.661/45), introduzindo inovações significativas no sistema falimentar brasileiro. Em linhas gerais, a Nova Lei de Falências cria os processos de recuperação extrajudicial e recuperação judicial, sendo que este último substituirá a atual concordata preventiva, e introduz relevantes modificações no processo de falência. Estarão sujeitos à nova lei o empresário e a sociedade empresária, incluindo aquelas que tenham objeto a exploração de serviços aéreos de qualquer natureza ou de infra-estrutura aeronáutica e que hoje estão impedidas de impetrar concordata preventiva.

Por meio da recuperação extrajudicial, o devedor poderá levar à homologação judicial acordo celebrado com uma ou mais espécies de credores ou com grupos de credores de mesma natureza com semelhantes condições de pagamento. O plano não poderá abranger os créditos de origem trabalhista ou fiscal, nem aqueles decorrentes de contratos de adiantamento de câmbio, de arrendamento ou que tenham por objeto propriedade fiduciária. Uma vez homologado, o plano produzirá efeitos aos credores que a ele tenham aderido, bem como obrigará os credores por ele abrangidos, ainda que não o tenham assinado, desde que o devedor tenha obtido a adesão de pelo menos 3/5 dos credores de cada espécie.

A recuperação judicial consiste em ação judicial destinada a sanear situações de crise econômico-financeira do devedor, viabilizando a manutenção de suas atividades, desde que comprovada a sua viabilidade econômica. Diferentemente da atual concordata (que apenas abrange os credores quirografários), a recuperação judicial obriga toda a comunidade de credores anterior ao ajuizamento do pedido de recuperação, inclusive os credores trabalhistas, salvo aqueles excetuados no parágrafo anterior. O plano de recuperação apresentado pelo devedor deverá apresentar a proposta para o pagamento das dívidas, indicando os meios de recuperação a serem utilizados. Na hipótese de algum credor apresentar objeção ao plano proposto pelo devedor, o juiz deverá convocar assembléia de credores para deliberar sobre a sua aceitação ou recusa. Na hipótese de recusa, o juiz deverá decretar a falência do devedor. A aceitação do plano e posterior concessão da recuperação judicial gerará a novação das obrigações por ele abrangidas.

Dentre as principais inovações introduzidas pela Nova Lei de Falências no processo de falência destacam-se: a exigência de um valor mínimo de crédito para que o credor requeira falência do devedor; a eliminação da concordata suspensiva; a possibilidade de rápida realização do ativo, com venda prioritariamente em bloco; e a alteração da ordem de classificação dos créditos.

Na recuperação judicial e na falência de empresas aéreas, o exercício dos direitos derivados de contratos de arrendamento mercantil de aeronaves ou de suas partes não será suspenso.

# XVII. ADMINISTRAÇÃO

De acordo com o nosso Estatuto Social e a Lei das Sociedades por Ações, somos administrados por um Conselho de Administração formado por oito membros, e por uma Diretoria formada por no mínimo quatro e no máximo oito membros. Temos um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de cinco membros efetivos e cinco membros suplentes.

**Conselho de Administração**

Nosso Conselho de Administração fornece as diretrizes estratégicas gerais à administração e, entre outras coisas, é responsável pelo estabelecimento das políticas comerciais gerais e pela eleição dos Diretores Executivos, bem como pela supervisão da administração destes. O Conselho de Administração reúne-se todo mês ou sempre que solicitado pelo Presidente, Vice-Presidente ou quaisquer dois membros do Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração deverão ser acionistas da Companhia e eleitos pela assembléia geral de acionistas, podendo ser residentes ou domiciliados no Brasil ou no exterior. Os membros do Conselho de Administração são eleitos para um período de um ano, admitida a reeleição. Os mandatos dos atuais conselheiros terminam em 30 de abril de 2006. Nosso Estatuto Social não prevê idade limite para aposentadoria obrigatória de nossos conselheiros.

A Lei das Sociedades por Ações determina que os administradores somente podem contratar com a Companhia em condições razoáveis ou eqüitativas, idênticas às que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros, e os proíbe de votar em qualquer assembléia ou intervir em qualquer operação social em que exista conflito de interesses com a Companhia.

A tabela abaixo apresenta o nome, o cargo, a data de eleição e a data de término dos atuais mandatos de cada um dos membros do nosso Conselho de Administração. O endereço comercial de cada um dos Conselheiros é o endereço da nossa sede: Av. Jurandir, 856, Lote 4, 1º andar, São Paulo, SP, Brasil.

| Nome | Cargo | Membro Desde |
|---|---|---|
| Noemy Almeida Oliveira Amaro | Presidente | 27.08.2001 |
| Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato | Vice-Presidente | 18.09.2003 |
| Maurício Rolim Amaro | Conselheiro | 20.12.2004 |
| Henri Philippe Reichstul | Conselheiro | 20.12.2004 |
| Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana Oliveira | Conselheiro | 27.06.2003 |
| Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti | Conselheiro | 30.04.2004 |
| Roger Ian Wright | Conselheiro | 30.04.2003 |

*(*) Um dos cargos do Conselho de Administração atualmente se encontra vago para futuro preenchimento.*

Além disso, uma biografia resumida desses membros é apresentada a seguir:

*Noemy Almeida Oliveira Amaro* é a presidenta de nosso Conselho de Administração. A Sra. Amaro é membro de nosso Conselho de Administração desde agosto de 2001 e viúva de nosso Presidente anterior, o falecido Sr. Rolim Adolfo Amaro. A Sra. Amaro foi professora. Atualmente, é Diretora da nossa controladora TEP. A Sra. Amaro é também presidente do Conselho de Administração da Aerosystem S.A. e da TAM Marília.

*Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato* é vice-presidente de nosso Conselho de Administração. A Sra. Demenato integra o nosso Conselho de Administração desde setembro de 2003. A Sra. Demanato é filha da Sra. Noemy Almeida Oliveira Amaro e ocupa posição de diretora executiva na TEP. Anteriormente, a Sra. Demenato serviu como diretora executiva na TAM Linhas Aéreas, e atualmente também integra o Conselho de Administração da Aerosystem S.A. e da TAM Marília. A Sra. Demenato possui diploma de graduação em Administração de Empresas.

*Maurício Rolim Amaro* integra o nosso Conselho de Administração desde dezembro de 2004. O Sr. Amaro é filho da Sra. Noemy Almeida Oliveira Amaro e ocupa posição de diretor executivo na TEP e, atualmente, integra o Conselho de Administração da Aerosystem S.A. e da TAM Marília. O Sr. Amaro possui diploma de graduação em Administração de Empresas e também em Aviation Administration pela Broward Community College, na Flórida, EUA.

*Henri Philippe Reichstul* integra o nosso Conselho de Administração desde dezembro de 2004. O Sr. Reichstul trabalhou na Organização Internacional do Café em Londres - IBC, e na Gazeta Mercantil em São Paulo, na Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (FIPE) e na CED - Coordenação das Entidades Descentralizadas da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo. Foi secretário da SEST - Secretaria de Controle de Empresas Estatais, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, e Secretário Executivo do CISE - Conselho Interministerial de Salários de Empresas Estatais. Foi membro do Conselho de Administração da TELEBRÁS - Telecomunicações Brasileiras S.A., da ELETROBRÁS - Centrais Elétricas S.A., da SIDERBRÁS - Siderúrgica Brasileira S.A., do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, da BORLEM S.A. - Empreendimentos Industriais, da CEF - Caixa Econômica Federal, da LION S.A., sendo atualmente membro do Conselho de Administração da Coinbra (Louis Dreyfus-Brasil) e da Prisma Energy International. O Sr. Reichstul foi Secretário Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Presidente do IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social, Vice-Presidente Executivo do Banco Inter American Express S.A., Presidente da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A. e da Globopar. O Sr. Reichstul possui um diploma de graduação em Economia e pós-graduação em Economia.

*Luiz Antônio Correa Nunes Viana Oliveira* integra o nosso Conselho de Administração desde junho de 2003. Possui um diploma de graduação em Engenharia Mecânica. O Sr. Oliveira já trabalhou na IBM, Banco Denasa, BNDES e IFC e também como diretor executivo no Grupo Ultra, Grupo Pão de Açúcar, Petrobrás Distribuidora S.A e NET Serviços de Comunicação S.A. Foi também membro do Conselho de Administração da Aracruz, Arafertil, Copesul, Riocell, Perdigão, Pão de Açúcar e ABTA.

*Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti* integra o nosso Conselho de Administração desde abril de 2004. Associou-se ao Grupo Sul América em 1972 como analista tendo, a partir de então, ocupado posições com responsabilidades crescentes até acumular a presidência e vice-presidência executiva do Banco Sul América e do Sul América International Bank (Cayman) Ltd., além da Vice-Presidência do Grupo Sul-América e de se tornar membro do comitê executivo do Grupo Sul América. No período compreendido entre 1984 e 2003, o Sr. Cavalcanti foi responsável por todos investimentos financeiros e de portfólio do Grupo Sul América, assim como pela definição de seu planejamento estratégico. Graduado em Direito pela Faculdade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, Sr. Cavalcanti é mestre em finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Foi membro dos conselhos de administração da Aços Villares e Indústrias Villares S.A., Fosfértil S.A., Supergasbrás e atualmente é presidente do Conselho de Administração da Microlite S.A.

*Roger Ian Wright* integra o nosso Conselho de Administração desde abril de 2003. Possui diploma de graduação em Administração de Empresas pela University of Pennsylvania. Antes de juntar-se a nós, exerceu cargos executivos na Adubos Trevos, Garantia Administração de Investimentos S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston S.A., Bassini Playfair Wright Ltda. e BPW Wealth Management Ltda.

**Diretoria**

Os diretores são responsáveis pela administração diária e representação da Companhia. Os diretores exercem as responsabilidades individuais previstas no nosso Estatuto Social e determinadas pelo nosso Conselho de Administração. Atualmente, nossa Diretoria é composta por cinco membros, podendo ser formada por, no mínimo, quatro e, no máximo, oito membros, acionistas ou não, residentes no Brasil. O endereço comercial de cada um dos diretores é o endereço da nossa sede: Av. Jurandir, 856, Lote 4, 1º andar, São Paulo, SP, Brasil.

Os diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, admitida a reeleição, sendo que qualquer diretor executivo pode vir a ser destituído por esse mesmo Conselho de Administração antes do término do seu mandato. O mandato atual termina em 30 de abril de 2006.

A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Jurandir, 896, Lote 4, Hangar 7, 1º andar. O responsável por essa Diretoria é o Sr. Líbano Miranda Barroso, eleito Diretor Financeiro e de Relações com Investidores na reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 17 de maio de 2004. O telefone do departamento de acionistas da Companhia é (11) 5582-8817 e o fax é (11) 5582-8243. O endereço de correio eletrônico do Departamento de Relações com Investidores é invest@tam.com.br. O *site* da Companhia na Internet é www.tam.com.br.

A tabela abaixo apresenta o nome, o cargo, data de eleição e data de término dos atuais mandatos dos membros da nossa Diretoria. Além disso, uma pequena biografia desses diretores é apresentada a seguir:

| Nome | Cargo | Diretor Desde |
|---|---|---|
| Marco Antônio Bologna | Diretor Presidente | 14.01.2004 |
| Líbano Miranda Barroso | Diretor Financeiro e de Relação com Investidores | 17.05.2004 |
| José Wagner Ferreira | Diretor sem designação específica | 19.09.2001 |
| Ruy Antônio Mendes Amparo | Diretor sem designação específica | 26.11.1997 |
| Gelson Pizzirani | Diretor sem designação específica | 01.11.2002 |

*Marco Antônio Bologna* é o nosso Diretor Presidente. O Sr. Bologna juntou-se a nós em 2001, tendo atuado como nosso Diretor Financeiro e de Relações com Investidores de abril de 2001 a dezembro de 2003. Atualmente é conselheiro da American Chamber e do grupo Suzano Papel e Celulose. Anteriormente ocupou diversas posições executivas em grandes instituições financeiras, como diretor executivo no Lloyds Bank PLC, diretor de finanças corporativas do Chase Manhattan, vice-presidente comercial do Banco Itamarati e diretor superintendente do Banco Inter American Express. O Sr. Bologna desligou-se da administração da companhia em abril de 2003, retornando em outubro do mesmo ano. O Sr. Bologna possui diploma de graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (USP) e extensão em serviços financeiros pela Manchester Business School da Universidade de Manchester no Reino Unido.

*Líbano Miranda Barroso* é o nosso Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores desde maio de 2004. O Sr. Barroso ocupou cargos executivos em grandes instituições financeiras incluindo Banco Nacional S.A., Banco Real S.A. e Banco Safra S.A. Atuou também como diretor executivo na Companhia de Concessões Rodoviárias e na nossa subsidiária TAM Linhas Aéreas. O Sr. Barroso possui diploma de graduação em Economia, MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC e pós-graduação em direito empresarial pela FGV.

*José Wagner Ferreira* é o nosso Diretor Comercial e de Marketing desde setembro de 2001. Juntou-se a nós em 1999 e trabalha na indústria de transporte aéreo desde 1973. Atualmente, exerce cargo executivo na TAM Linhas Aéreas. O Sr. Ferreira possui diploma de graduação em Administração de Empresas e pós-graduação em Análise de Sistemas.

*Ruy Antônio Mendes Amparo* é o nosso Diretor de Operações Técnicas desde novembro de 1997. Juntou-se a nós em 1989 e tem ocupado diversas posições executivas e administrativas desde então, inclusive como gerente da manutenção de aeronaves, ocupando, atualmente, cargo executivo na TAM Linhas Aéreas. Antes de juntar-se a nós, foi engenheiro de aeroelasticidade na EMBRAER - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. e na AERMACCHI, e engenheiro de aerodinâmica na EMBRAER e Órbita Sistemas Aeroespaciais. Atualmente exerce cargo de diretor executivo na TAM Linhas Aéreas. O Sr. Amparo possui diploma de graduação em Engenharia Aeronáutica pelo Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA - São Paulo) e pós-graduação em aeronáutica e aerodinâmica pela mesma instituição.

*Gelson Pizzirani* é o nosso Diretor de Malha, Frota e Administração de Receitas desde novembro de 2002. Antes de juntar-se a nós, exerceu cargos de gerência em inúmeras empresas de informática. Atualmente, o Sr. Pizzarani ocupa cargos executivos na TAM Linhas Aéreas. O Sr. Pizzirani possui diploma de graduação em Matemática pela Universidade Santo André e pós-graduação em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação pela Fundação Getúlio Vargas.

**Conselho Fiscal**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão estatutário independente da administração e dos auditores externos da Companhia, podendo ser permanente ou não, instalado para atuar durante um determinado ano fiscal por solicitação dos acionistas que representem, no mínimo, dez por cento das ações com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto. A principal competência do Conselho Fiscal é fiscalizar as atividades da administração, bem como examinar e opinar sobre as demonstrações financeiras e certas propostas da administração submetidas às assembléias gerais.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, somente podem ser eleitos para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomadas em curso de nível universitário ou que tenham exercido por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal. Não podem ser eleitos para o Conselho Fiscal: (i) pessoas impedidas por lei especial ou condenadas por crime falimentar, ou condenadas por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) membros da administração e empregados da Companhia ou de suas subsidiárias, e (iii) cônjuge ou parente, até terceiro grau, de qualquer membro de nossa administração. A Lei das Sociedades por Ações também determina que os membros do Conselho Fiscal sejam remunerados com, pelo menos, 10% do valor médio anual pago aos nossos Diretores.

A Lei das Sociedades por Ações requer que o Conselho Fiscal seja composto de no mínimo três e no máximo cinco membros e seus respectivos suplentes. Nosso Estatuto Social determina que o Conselho Fiscal tem caráter não-permanente e será instalado pela Assembléia Geral de Acionistas. Nosso Conselho Fiscal, quando em funcionamento, deverá ser composto por cinco membros e os respectivos suplentes.

Atualmente, não temos um Conselho Fiscal em funcionamento e, dessa forma, os membros não foram designados.

**Posse dos Membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal**

Os membros do nosso Conselho de Administração, da nossa Diretoria e do nosso Conselho Fiscal (i) tomarão posse mediante a assinatura do termo respectivo, lavrado em livro próprio, que será condicionada à assinatura do Termo de Anuência do Nível 2 da Bovespa; e (ii) deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à Bovespa a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

**Remuneração**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com nosso Estatuto Social, os acionistas são responsáveis por determinar a remuneração total a ser paga em cada exercício para o Conselho de Administração e Diretores. Uma vez determinada a remuneração total pelos acionistas para o Conselho de Administração e para os Diretores, os membros do Conselho de Administração passam a ser os responsáveis por distribuir essa remuneração individualmente, em conformidade com nosso Estatuto Social.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2004, a remuneração total, incluindo dinheiro e benefícios em espécie, paga aos membros do Conselho de Administração e Diretores foi de aproximadamente R$ 606.000,00. Para o exercício social de 31 de dezembro de 2005, a Assembléia Geral autorizou o pagamento do montante global de até R$ 504.000,00 para os membros do Conselho de Administração e Diretores executivos.

**Plano de Opção de Compra de Ações e Contratos com os Administradores**

Atualmente não temos plano de opção de compra de ações para nossos administradores, nem tampouco contratos ou outras obrigações relevantes com nossos administradores. Estão em curso estudos para a implementação de um plano de opção de compra de ações, cujas características ainda encontram-se em aberto. A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 aprovou o limite máximo de 2% de diluição da participação acionária dos atuais acionistas em função de planos de opção de compra de ações que venham a ser implementados no futuro.

**Participação Acionária de Conselheiros**

A tabela a seguir apresenta a classe, o número e a porcentagem das ações detidas por nossos conselheiros na data deste Prospecto:

| Nome | Quantidade de Ações Ordinárias |
|---|---|
| Noemy Almeida Oliveira Amaro | 1 |
| Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato | 1 |
| Maurício Rolim Amaro | 1 |
| Henri Philippe Reichstul | 1 |
| Luiz Antônio Corrêa Nunes Viana Oliveira | 1 |
| Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti | 1 |
| Roger Ian Wright | 1 |

# XVIII. PRINCIPAIS ACIONISTAS

A tabela abaixo contém informações sobre a participação acionária de cada acionista com 5% ou mais de nossas ações ordinárias e preferenciais e dos conselheiros e diretores como um grupo, na data deste Prospecto e após a Oferta Pública (sem o exercício da Opção Suplementar e sem as Ações Adicionais).

| Acionistas | Antes da Oferta Pública | | Após a Oferta Pública | |
|---|---|---|---|---|
| | Ações[1] | (%) | Ações[1] | (%) |
| ***Ações ordinárias*** | | | | |
| TAM – Empreendimentos e Participações S.A.[2] | 58.180.630 | 97,27% | 58.180.630 | 97,27% |
| Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações[2] | 1.515.656 | 2,53% | 1.515.656 | 2,53% |
| Agropecuária Nova Fronteira Ltda.[2] | 79.516 | 0,13% | 79.516 | 0,13% |
| Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Brazilian Equity Investment III LLC | 16.928 | 0,03% | 16.928 | 0,03% |
| Brazilian Equity LLC | 4.474 | 0,01% | 4.474 | 0,01% |
| Latin American Capital Partners PIV LLC | 2 | 0,00% | 2 | 0,00% |
| Latin American Capital Partners II LLC | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Acionistas minoritários[3] | 19.035 | 0,03% | 19.035 | 0,03% |
| Conselheiros e Diretores | 7 | 0,00% | 7 | 0,00% |
| Ações em tesouraria | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| **Total** | 59.816.248 | 100,00% | 59.816.248 | 100,00% |
| ***Ações preferenciais*** | | | | |
| TAM – Empreendimentos e Participações S.A.[2] | 22.324.554 | 35,48% | 19.083.946 | 22,71% |
| Aerosystem S/A Empreendimentos e Participações[2] | 7.000.480 | 11,13% | 5.984.298 | 7,12% |
| Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações[2] | 20.640.570 | 32,81% | 17.632.858 | 20,98% |
| Latin America Capital Partners II LLC | 5.330.236 | 8,47% | 4.553.522 | 5,42% |
| Brazilian Equity Investment III LLC | 4.440.830 | 7,06% | 3.793.720 | 4.51% |
| Latin American Capital Partners PIV LLC | 1.356.054 | 2,16% | 1.158.452 | 1,38% |
| Brazilian Equity LLC | 1.173.990 | 1,87% | 1.002.918 | 1,19% |
| Agropecuária Nova Fronteira Ltda. | 0 | 0,00% | 0 | 0,.00% |
| Acionistas minoritários | 646.380 | 1,03% | 30.836.380 | 36,69% |
| Conselheiros e Diretores | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Ações em tesouraria | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| **Total** | 62.913.094 | 100,00% | 84.046.094. | 100,00% |

*(1) O número de ações foi ajustada para refletir o desdobramento deliberado em 16 de maio de 2005.*

*(2) TAM – Empreendimentos e Participações S.A.,* Aerosystem S/A Empreendimentos e Participações e Agropecuária Nova Fronteira Ltda. são sociedades detidas *pela família Amaro.*

*(3) Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações é um fundo de private equity constituído no Brasil e administrado pelo Credit Suisse First Boston Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Brazilian Equity Investments III LLC, Brazilian Equity LLC, Latin America Capital Partners II LLC e Latin America Capital Partners PIV LLC são "limited liability companies" constituídas no exterior.*

## Acordo de Acionistas

TEP e Aerosystem, de um lado, e Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações, Brazilian Equity Investments III LLC, Brazilian Equity LLC, Latin America Capital Partners II LLC e Latin America Capital Partners PIV LLC (denominados em conjunto "Fundos de Investimento"), de outro lado, são partes de um Acordo de Acionistas celebrado em 28 de novembro de 1997, aditado e consolidado em 20 de novembro de 2002 e 16 de maio de 2005, no qual a TAM S.A., Credit Suisse First Boston DTVM S.A. e Credit Suisse First Boston (Bahamas) Limited são partes intervenientes anuentes do Acordo de Acionistas.

Nos termos do Acordo de Acionistas, TEP e Aerosystem, de um lado os Fundos de Investimento, de outro, comprometeram-se a votar nas Assembléias Gerais de Acionistas da Companhia de maneira a garantir que seu Conselho de Administração seja composto por seis membros indicados pela TEP e Aerosystem, incluindo o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração, e por dois membros indicados pelos Fundos de Investimento.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que as partes recomendarão aos membros do Conselho de Administração por elas indicados que, na eleição dos membros da Diretoria, votem de modo que (i) sejam eleitos (i-a) três Diretores indicados pelos conselheiros apontados pela TEP e Aerosystem, caso a Diretoria seja composta de quatro a cinco membros, ou (i-b) quatro Diretores, indicados pelos conselheiros apontados pela TEP e Aerosystem, caso a Diretoria seja composta por seis membros, incluindo em qualquer caso o Diretor Presidente e o Diretor Vice-Presidente; e (ii) seja eleito Diretor Financeiro pessoa indicada pelo conselheiro apontado pelos Fundos de Investimento cabendo aos conselheiros apontados pela TEP e Aerosystem o direito de veto.

Nas Assembléias Gerais cuja ordem do dia constar matéria relacionada com a instalação e indicação de membros do Conselho Fiscal, as partes obrigam-se a exercer seus direitos de voto de modo a fazer com que o Conselho Fiscal seja composto por (i) três membros indicados pela TEP e Aerosystem; e (ii) até dois membros indicados pelos Fundos de Investimento, sendo aos Fundos de Investimento garantido o direito de indicar pelo menos um membro, caso seja possível a outros acionistas minoritários eleger o outro membro.

A aprovação de certas matérias nas Assembléias de Acionistas requer o voto afirmativo da TEP e Aerosystem e dos Fundos de Investimentos, de outro. Resoluções do Conselho de Administração deverão ser aprovadas por 5 membros, observado que em determinadas matérias serão necessários os votos de 2 conselheiros indicados pela TEP e Aerosystem de 1 conselheiro indicado pelos Fundos de Investimentos.

Os acionistas signatários do Acordo de Acionistas terão direito de preferência recíproca em caso de venda de ações preferenciais de sua titularidade a terceiros. O Acordo de Acionistas também concede aos Fundos de Investimento direito de venda conjunta (*tag-along*) em eventuais alienações das ações ordinárias representativas do Controle de Companhia pela TEP e Aerosystem a terceiros, sendo vedado aos Fundos de Investimento, entretanto, alienar a terceiros suas ações ordinárias representativas do nosso capital social. Os Fundos de Investimento terão o direito de exigir à venda conjunta (*drag along*) caso os Fundos de Investimento alienem ações de emissão da Companhia representativas de mais de 2% do capital não-votante, na proporção de 1 ação alienada pela TEP e/ou Aerosystem para cada ação alienada pelos Fundos de Investimentos, até o limite máximo de 10% das ações preferenciais detidas pela TEP e/ou Aerosystem. Além disso, a TEP e/ou Aerosystem somente poderá solicitar a conversão de suas ações ordinárias em ações preferenciais conforme facultado pelo estatuto social da Companhia após 1° de janeiro de 2007 ou após a realização da presente oferta pública, o que ocorrer por último. As ações a serem distribuídas na oferta secundária encontram-se desvinculadas do acordo de acionistas.

O Acordo de Acionistas também prevê um mecanismo de solução de impasses, que serão configurados caso (i) os acionistas ou, dependendo do caso, o Conselho de Administração, deixem de tomar uma decisão em três Assembléias Gerais ou reuniões de Conselho de Administração consecutivas com relação a assuntos que nos termos do Acordo de Acionistas, dependem de deliberação conjunta; (ii) não haja quorum durante três reuniões de Conselho de Administração consecutivas devido ao não-comparecimento de Conselheiros indicados pelo mesmo acionista; ou (iii) qualquer plano específico não seja aprovado durante três anos dentro de qualquer período qüinqüenal. Caso ocorra um impasse, o acionista que não tiver dado causa ao impasse terá direito de vender aos outros acionistas a totalidade de suas ações, que por sua vez terão o direito de comprar todas as ações do outro acionista ou a ele vender todas as suas ações, nos mesmos termos e condições.

# XIX. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Todas as operações ou negócios relevantes existentes entre a Companhia e partes relacionadas descritas abaixo foram realizadas no interesse da Companhia e em conformidade com práticas usuais de mercado.

**Licença de Uso de Marca**

A marca "TAM" e outras marcas correlatas nas classes das atividades que desenvolvemos é atualmente de titularidade da TAM Milor, sociedade controlada pela família Amaro. Em 10 de março de 2005 celebramos um Contrato de Licença de Uso de Marca com a TAM Milor, de um lado, e TAM Linhas Aéreas, TAM Viagens e TAM Mercosur, de outro lado, pelo qual TAM Milor concedeu às demais partes uma licença para o uso das marcas "TAM", por uma remuneração ou *"royalty"* mensal no valor aproximado de R$ 1,1 milhão, com variação anual pelo IGP-M, em vigor até 9 de dezembro de 2011. A licença de uso da marca será automaticamente renovada por igual período, desde que a concessão da TAM Linhas Aéreas seja renovada. A averbação da transferência da titularidade das marcas da TAM Marília para a TAM Milor e o Contrato de Licença de Uso de Marca encontram-se em fase de exame e requerimento de averbação respectivamente, junto ao INPI. Ambas as anotações de transferência e a averbação do Contrato de Licença de Uso de Marca no INPI têm por objetivo dar prévio conhecimento a terceiros acerca da existência de referidas transações.

A licença de uso foi concedida em caráter exclusivo nas classes das atividades que atualmente desenvolvemos, sendo que TAM Milor poderá conceder licença de uso da marca "TAM" a terceiros para outras atividades que não envolvam transporte regular de passageiros. O referido contrato poderá ser rescindido (i) por qualquer uma das partes, caso a outra parte descumpra qualquer de suas obrigações contratuais e não as sane em até 15 dias da data de recebimento da notificação; ou (ii) pela TAM Milor, caso as licenciadas utilizem a marca de forma diversa da prevista no contrato. Adicionalmente, referido contrato não impõe qualquer limitação ao direito de a TAM Milor alienar ou dar em garantia as marcas, objeto do Contrato de Licença de Uso de Marcas a terceiros, estando livre para realizar tais transações independentemente do nosso consentimento ou prévio conhecimento.

**Contrato de Prestação de Serviços – TAM Marília**

Em setembro de 2002 celebramos um contrato com a TAM Marília para o compartilhamento de nossas atividades administrativas em geral, relativas principalmente a recursos humanos, compras e suprimentos e sistemas de tecnologia da informação. Recebemos da TAM Marilia a quantia de R$ 553,8 mil no primeiro trimestre de 2005 e R$ 2.106,6 mil no ano de 2004, referente a prestação de serviços.

# XX. DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

**Geral**

Nossa denominação social é TAM S.A., e nossa sede social está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Estamos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.150.007 e perante a CVM como companhia aberta sob nº 01639-0, desde 1997. Nosso prazo de duração é indeterminado.

Estamos autorizados a aumentar nosso capital social até o limite de R$ 1,2 bilhões, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Na presente data, o capital social da Companhia totaliza R$ 120.749.639,66, representado por 59.816.248 ações ordinárias e 62.913.094 ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Companhia, já ajustado para refletir o desdobramento de ações deliberado na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 16 de maio de 2005. Todo nosso capital social encontra-se integralizado. Atualmente a Companhia não possui ações em tesouraria. Após a Oferta Pública e o exercício integral da Opção de Lote Suplementar, nosso capital social passará a ser de R$ [•], representado por 147.032.292 ações, sendo 59.816.248 ações ordinárias e 87.216.044 ações preferenciais.

**Objeto Social**

Segundo o artigo 3º de nosso Estatuto Social, o objeto social da Companhia consiste, exclusivamente, na participação na qualidade de acionista ou quotista de sociedades dedicadas a atividades de transporte aéreo ou a atividades relacionadas com transporte aéreo, entre elas a TAM Linhas Aéreas. Nosso Estatuto Social prevê que a alteração do controle acionário da TAM Linhas Aéreas será considerada uma mudança no objeto social para fins do exercício do direito de retirada pelos acionistas da Sociedade.

**Direitos das Ações Ordinárias e Preferenciais**

Cada uma de nossas ações ordinárias confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das assembléias gerais. Nossas ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral, exceto quanto a determinadas matérias, enquanto estivermos listados no Nível 2 da Bovespa (Ver "*Direito de Voto*").

As ações preferenciais também oferecer as seguintes vantagens:

- prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de nossa liquidação; e
- direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle, ao mesmo preço pago por ação ordinária do bloco de controle.

**Reembolso e Direito de Retirada**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, um acionista dissidente ou um acionista sem direito a voto tem o direito de retirada da Companhia mediante o reembolso do valor das ações possuídas sempre que uma decisão for tomada em uma assembléia geral de acionistas por um quorum qualificado de acionistas representando, pelo menos, 50% das ações com direito de voto para:

- criação de uma nova classe de ações preferenciais ou aumento de uma classe já existente de ações preferenciais, sem guardar proporção com as outras classes de ações, salvo se já previsto ou autorizado pelo estatuto social;

- alteração de preferência, privilégio ou condição de resgate ou amortização conferida a uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe de ações com privilégios maiores do que os das classes existentes de ações preferenciais (contanto que somente os acionistas para os quais a resolução será adversa tenham o direito de retirada);

- redução do dividendo obrigatório;

- fusão ou incorporação com outra companhia, inclusive com uma de nossas controladoras;

- participação em um grupo de sociedades;

- mudança do objeto social;

- transferência de todas nossas ações para outra sociedade ou recebimento de ações de outra empresa de forma a tornar a sociedade cujas ações foram transferidas uma subsidiária integral de tal empresa incorporada;

- cisão que resulte em (i) alteração do objeto social da companhia, exceto se os ativos e passivos da sociedade cindida sejam transferidos para uma sociedade que tenha substancialmente o mesmo objeto social; (ii) redução de dividendo obrigatório; ou (iii) participação em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei de Sociedades por Ações;

- aquisição do controle de outra companhia por um preço que ultrapasse os limites previstos na Lei das Sociedades por Ações e sujeita às condições dispostas nessa lei.

Somente os detentores de ações prejudicadas pelas mudanças mencionadas nos dois primeiros itens acima podem exercer o direito de retirada.

No caso de a sociedade que resulte de fusão, incorporação de ações ou cisão de uma companhia aberta não obter o registro da companhia aberta e, se for o caso, não obter o registro de suas ações para negociação em bolsa de valores, no prazo de 120 dias a contar da assembléia geral que tenha aprovado tal decisão, os acionistas dissidentes ou sem direito a voto também podem exercer o seu direito de retirada.

Se for aprovada uma resolução para (i) nossa fusão ou incorporação com outra companhia; (ii) transferir todas as nossas ações para outra empresa de forma a nos transformar em uma subsidiária integral de tal empresa; ou (iii) fazer parte de um grupo de empresas, o direito de retirada poderá ser exercido somente se nossas ações não satisfizerem determinados testes de liquidez no momento da assembléia geral.

O direito de retirada decai em 30 dias depois da publicação da ata da assembléia geral de acionistas que aprovar as matérias descritas acima. No caso das alterações mencionadas nos dois primeiros itens acima, a eficácia da decisão está sujeita à confirmação pelos acionistas detentores de ações preferenciais a ser obtida em uma assembléia especial realizada em até um ano. Nestes casos, o prazo de 30 dias é contado a partir da data da publicação da ata da assembléia especial. Caso os nossos administradores entendam que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes que exerceram o direito de retirada porá em risco a nossa estabilidade financeira, poderão convocar a assembléia geral para reconsiderar ou ratificar a deliberação.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que as ações a serem reembolsadas aos acionistas dissidentes ou sem direito a voto que tenham exercido o direito de retirada serão avaliadas por um montante igual à porção atribuída a tais ações do nosso patrimônio líquido, conforme demonstrado no último balanço patrimonial aprovado em assembléia geral de acionistas (valor patrimonial) ou, se passados mais de 60 dias desde a data desse balanço patrimonial, os acionistas dissidentes poderão solicitar que o valor de suas ações seja calculado com base em novo balanço patrimonial.

Para fins do direito de retirada, o conceito de "acionista dissidente", de acordo com a legislação societária brasileira, inclui não somente os acionistas que votam contra uma resolução específica, mas também aqueles que se abstêm de votar ou não comparecem na assembléia de acionistas.

A venda da nossa participação majoritária na TAM Linhas Aéreas a terceiros será considerada mudança no objeto social para fins do exercício do direito de retirada pelos acionistas, sendo que o valor do reembolso das ações será estipulado com base no valor econômico, apurado na forma da lei.

**Aumento de Capital e Direitos de Preferência**

Cada acionista tem direito de preferência para participar de qualquer emissão de novas ações pela Companhia em aumento de capital, assim como na subscrição de debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, proporcionalmente à sua participação acionária. Esse direito pode ser exercido por um período mínimo de 30 dias após a publicação do aviso de aumento de capital. No caso de um aumento, na mesma proporção, do número de ações de todas as espécies e classes existentes, cada acionista exercerá o direito de preferência sobre a mesma espécie e classe de ações por ele detidas. Se as ações a serem emitidas forem de espécies e classes existentes, mas importarem alteração das respectivas proporções no capital social, a preferência será exercida sobre as ações de espécies e classes idênticas às de que forem possuidores os acionistas, somente se estendendo às demais se aquelas forem insuficientes para lhes assegurar, no capital aumentado, a mesma proporção que tinham no capital antes do aumento. Se houver emissão de ações de espécie ou classe diversa das existentes, cada acionista exercerá a preferência, na proporção do número de ações que possuir, sobre as ações de todas as espécies e classes de aumento. Nosso Estatuto Social estabelece que, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures ou outros valores mobiliários conversíveis em ações cuja colocação seja feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (b) permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações determina que a outorga e o exercício de opção para compra de ações em relação a certos planos não está sujeita a direto de preferência.

**Direito de Voto**

Cada ação ordinária concede ao seu titular direito a um voto nas assembléias gerais de acionistas. Os titulares de ações preferenciais não têm direito de voto, exceto em determinadas matérias (ver *"Direitos das Ações Ordinárias e Preferenciais"*).

Nossas ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral, exceto quanto às seguintes matérias, enquanto estivermos listados no Nível 2 da Bovespa (Ver "*Direito de Voto*"):

- transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a companhia;
- aprovação de contratos entre a companhia e nosso(s) acionista(s) controlador(es), assim como de outras sociedades nas quais o(s) acionistas(s) controlador(es) tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;
- avaliação de bens destinados à integralização de aumento de nosso capital;
- nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de nossas ações, em caso de oferta pública obrigatória de aquisição realizada por nós ou por nossos acionistas controladores, em caso de fechamento de nosso capital ou descontinuidade do comprimento do Regulamento do Nível 2 da Bovespa.
- mudança do objeto social da Sociedade; e
- alteração ou revogação de dispositivos do nosso Estatuto Social que resultem no descumprimento, pela Companhia, das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento do Nível 2 da Bovespa.nível 2

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que as ações sem direito de voto ou com voto restrito, incluindo nossas ações preferenciais, passam a conceder direito de voto irrestrito caso a companhia deixe de distribuir, por três exercícios sociais consecutivos, qualquer dividendo fixo ou mínimo concedido por essas ações até que a respectiva distribuição seja feita. Uma vez que nosso Estatuto Social não estabelece dividendos fixos ou mínimos, nossas ações preferenciais não podem adquirir direitos de voto irrestrito em decorrência da não-distribuição de dividendos prevista acima.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer mudança nas preferências ou nos direitos das ações preferenciais, ou na criação de uma classe de ações com prioridade sobre as ações preferenciais, deve ser aprovada pelos titulares de ações ordinárias em uma Assembléia Geral de Acionistas, e somente será eficaz após a aprovação pela maioria dos titulares de ações preferenciais reunidos em assembléia especial. Nestas assembléias especiais, os acionistas preferenciais votam como uma classe especial.

A Lei das Sociedades por Ações concede aos titulares de (i) ações preferenciais sem direito de voto (ou com direito de voto restrito), representando, pelo menos, 10% do capital social total e (ii) ações ordinárias que não fazem parte do grupo de controle, representando, ao menos, 15% do capital votante total, o direito de eleger um membro de nosso Conselho de Administração e seu suplente, a ser votado durante a Assembléia Geral Ordinária. Se nenhum dos titulares não controladores detentores de ações preferenciais ou ordinárias atingir os respectivos limites descritos acima, os titulares de ações preferenciais e ordinárias, representando, pelo menos, 10% do capital social, poderiam combinar suas participações para indicar um membro e um suplente para o Conselho de Administração. Tais direitos somente poderão ser exercidos por aqueles acionistas que comprovarem que mantiveram suas participações combinadas sem alterações durante, no mínimo, três meses antes da data da assembléia geral ordinária.

Os titulares de ações possuem certos direitos que não podem ser alterados no Estatuto Social ou nas assembléias de acionistas, incluindo (i) o direito de voto nas assembléias gerais de acionistas, no caso de detentores de ações ordinárias; (ii) o direito de participar na distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio e de compartilhar os ativos remanescentes da Companhia no caso de liquidação; (iii) direito de preferência na subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações em determinadas circunstâncias; e (iv) o direito de recesso em certos casos. Além desses direitos, o Estatuto Social e a maioria dos acionistas com direito de voto podem estabelecer direitos adicionais e, da mesma forma, removê-los.

**Regulamentação de Investimentos Estrangeiros**

Não existem restrições acerca da porcentagem de nossas ações preferenciais detidas por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas fora do Brasil, exceto com relação a companhias concessionárias de transporte aéreo (Ver *"XII. - Regulação da Aviação Civil Brasileira"*). No entanto, o direito de converter pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio em moeda estrangeira e remeter tais valores para fora do Brasil está sujeito a restrições de acordo com a legislação de investimentos estrangeiros, a qual geralmente exige, entre outras coisas, o registro do investimento no Banco Central.

Os investidores estrangeiros podem registrar seus investimentos como investimento estrangeiro direto, nos termos da Lei 4131/62, ou como investimento estrangeiro de *portfólio* registrado pela CVM, nos termos da Resolução CMN n.° 2689/00 e da Instrução CVM n.° 325.

A Resolução CMN n.° 2689/00 dispõe que, observadas algumas exceções, como é o caso de aquisições em ofertas públicas de distribuição de ações, os investidores estrangeiros de *portfólio* podem comprar e vender ações apenas em bolsa de valores ou no mercado de balcão organizado, mas em geral fazem jus a tratamento fiscal mais favorável em relação aos investidores estrangeiros diretos.

**Opções**

Atualmente não existem opções em circulação para a compra ou venda de nossas ações ordinárias ou preferenciais.

**Arbitragem**

Toda e qualquer disputa ou controvérsia entre a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia, entre si ou em face da Bovespa e/ou demais companhias registradas no Nível 2 da Bovespa, e que sejam relativas à interpretação e aplicação das disposições do presente Estatuto Social, da Lei nº 6.404/76, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2 da BOVESPA, caso aplicável, das normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e das demais normas de mercado de capitais, deverá ser dirimida, em caráter definitivo, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, ("Regulamento de Arbitragem"), da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

**Forma e Transferência**

Como nossas ações preferenciais estão sob a forma escritural registradas junto ao Banco Itaú S.A., como depositário, qualquer transferência de ações deve ser feita mediante lançamento em seus livros, com débito na conta de ações do cedente e crédito na conta de ações do cessionário. Quando as ações são compradas ou vendidas em bolsa de valores, a transferência é efetuada nos registros da instituição depositária pelo representante de uma corretora ou pelo sistema de custódia da bolsa de valores. A Bovespa opera um sistema de custódia fungível através da CBLC. Cada acionista membro será registrado no registro de acionistas mantido pela bolsa em questão, sendo tratado da mesma forma que os demais acionistas registrados.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16 de maio de 2005 foi deliberada a alteração dos direitos e vantagens de nossas ações preferenciais. Os acionistas detentores de nossas ações preferenciais que dissentirem de tal deliberação terão o direito de retirar-se da Companhia dentro do prazo de 30 dias contados da data de publicação da ata da referida assembléia, nos termos do art. 137 da Lei das Sociedades por Ações, recebendo em contrapartida o valor de R$ 3,1093 por ação.

# XXI. DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

**Valores Disponíveis para Distribuição**

Em cada assembléia geral ordinária de acionistas, o Conselho de Administração deve propor a destinação do lucro líquido auferido no exercício social anterior, com base em nossas demonstrações financeiras não-consolidadas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido de uma companhia é definido como o resultado do exercício social, deduzido do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido para aquele exercício social, líquido de prejuízos acumulados de exercícios sociais anteriores e de valores alocados para o pagamento de participação de empregados e administradores nos lucros da companhia. Conforme a Lei das Sociedades por Ações, os valores disponíveis para distribuição de dividendos são os valores que correspondem ao lucro líquido:

- reduzido pelo valor alocado à reserva legal; e

- reduzido pelo valor alocado à reserva para contingências, se houver.

O pagamento de dividendos poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar, conforme abaixo discutido.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com base em nosso Estatuto Social, devemos manter uma reserva legal para a qual devemos alocar 5% de nosso lucro para cada exercício social até o valor dessa reserva atingir 20% do capital social integralizado. Não somos obrigados a destinar nenhum valor à reserva legal em qualquer exercício social em que tal reserva, quando somada a outras, seja igual ou superior a 30% de nosso capital social total. Prejuízos acumulados, se houver, podem ser compensados contra a reserva legal. Se não utilizada para esses fins, a reserva legal poderá ser utilizada somente para aumento de capital. A reserva legal está sujeita à aprovação dos acionistas na assembléia geral ordinária, podendo ser transferida para o capital, mas não está disponível para o pagamento de dividendos nos anos subseqüentes. Nossos cálculos de lucro líquido e alocações para reservas para qualquer exercício social são determinados com base nas demonstrações financeiras não-consolidadas elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parcela do lucro líquido da companhia pode ser destinada à constituição de reservas discricionárias ou estatutárias, que deverão ser descritas no Estatuto Social da Companhia, indicando de modo preciso e completo a finalidade, critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à constituição e limite máximo da reserva. Nosso Estatuto Social não prevê a constituição de reservas estatutárias ou para contingências.

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, o valor do dividendo obrigatório que ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido em qualquer exercício pode ser destinado à reserva de lucros a realizar e o pagamento de dividendo obrigatório pode ser limitado ao valor do lucro líquido do exercício fiscal que tiver sido realizado. Os lucros a realizar em qualquer exercício fiscal são constituídos pela soma de (i) parcela do lucro líquido positivo da equivalência patrimonial em tal ano, se houver; e (ii) lucros decorrentes de operações cujo vencimento ocorra após o final do exercício fiscal seguinte. Na medida em que valores destinados à reserva de lucros a realizar são realizados em exercícios sociais subseqüentes, tais valores devem ser adicionados ao pagamento de dividendos relativo ao ano de realização. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizados e se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios posteriores, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, todas as destinações estatutárias do lucro líquido, incluindo a reserva de lucros a realizar, devem ser aprovadas pelos acionistas em assembléia geral, podendo ser utilizadas para o aumento de capital social ou para o pagamento de dividendos em anos subseqüentes.

Os valores disponíveis para distribuição podem ser aumentados pela reversão da reserva de contingências para perdas julgadas prováveis, constituídas em anos anteriores, mas não realizadas. Alocações para a reserva de contingências também estão sujeitas à aprovação de acionistas em assembléia geral.

O saldo das contas de reservas de lucros, exceto a reserva para contingências e a reserva de lucros a realizar, não deve exceder o capital social. Se isso acontecer, a assembléia geral de acionistas deve decidir se o valor excedente será utilizado para pagar o capital subscrito e não integralizado, na subscrição de novas ações ou na distribuição de dividendos.

De acordo como a Lei das Sociedades por Ações, o lucro líquido não destinado às contas mencionadas acima deve ser distribuído como dividendos.

**Dividendo Obrigatório**

A Lei das Sociedades por Ações geralmente exige que o Estatuto Social de cada companhia especifique a porcentagem mínima disponível do valor a ser distribuído aos acionistas como dividendos, também conhecido como dividendo obrigatório.

O dividendo obrigatório é baseado na porcentagem do lucro líquido ajustado, não inferior a 25%, em vez de um valor monetário fixo por ação. Caso o Estatuto Social de uma companhia não aborde essa questão, o porcentual é de 50%. De acordo com nosso Estatuto Social, no mínimo 25% do saldo de lucro líquido do exercício social anterior, calculado conforme a Lei das Sociedades por Ações e o BR GAAP, deve ser distribuído a título de dividendo obrigatório anual. A Lei das Sociedades por Ações, no entanto, permite que suspendamos a distribuição obrigatória de dividendos de qualquer exercício social caso o Conselho de Administração informe à assembléia de acionistas que tal distribuição seria inviável dada a condição financeira da Companhia à época. Tal suspensão está sujeita à revisão do Conselho Fiscal e aprovação pela assembléia geral. No caso de uma sociedade de capital aberto, o Conselho de Administração deve registrar uma justificativa para tal suspensão na CVM dentro de cinco dias da realização da Assembléia Geral. Os dividendos não distribuídos por causa da suspensão devem ser destinados a uma reserva especial. Se não absorvido pelos prejuízos subseqüentes, esse montante deverá ser pago na forma de dividendos assim que a condição financeira da empresa permitir.

**Distribuição de Dividendos**

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, devemos realizar uma Assembléia Geral Ordinária até 30 de abril de cada ano, na qual, entre outras matérias, os acionistas devem decidir sobre a distribuição de nossos dividendos anuais. Adicionalmente, dividendos intermediários podem ser declarados pelo Conselho de Administração. Qualquer titular do registro de ações no momento da declaração dos dividendos tem direito a receber tais dividendos. Os dividendos sobre ações mantidas por depositários são pagos ao depositário para distribuição aos acionistas. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os dividendos devem geralmente ser pagos ao titular dentro de 60 dias depois de o dividendo ter sido declarado, exceto se os acionistas optarem por uma outra data de pagamento, o que, em ambos os casos, deve ocorrer antes do término do exercício social no qual tal dividendo foi declarado. Dividendos atribuídos a acionistas e não reclamados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da companhia após decorrido três anos a partir da data em que forem colocados à disposição dos acionistas.

**Juros sobre o Capital Próprio**

De acordo com a legislação tributária brasileira em vigor, a partir de 1° de janeiro de 1996 as companhias estão autorizadas a distribuir juros sobre o capital próprio ao invés de dividendos e tratar tais pagamentos como despesas dedutíveis para fins de imposto de renda e, a partir de 1998, também para fins de contribuição social. O pagamento desses juros pode ser feito a critério do Conselho de Administração, sujeito à aprovação na Assembléia Geral. Tais juros estão limitados à variação diária da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) pro rata, não podendo exceder o máximo de:

- 50% do lucro líquido (anteriormente à dedução por provisões para contribuição social sobre o lucro líquido e da provisão para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) para o período pelo qual o pagamento é feito; ou

- 50% dos lucros acumulados e reservas de lucro no início do exercício fiscal em relação ao qual o pagamento é feito.

Para fins contábeis, embora deva ser refletido na demonstração do resultado para ser passível de dedução, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido das demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido de forma semelhante ao dividendo. A porcentagem de 15% (ou 25% se o acionista for residente em um paraíso fiscal) do imposto de renda retido na fonte é devido pelos acionistas mediante o recebimento dos juros, mas o imposto é normalmente pago pelas companhias em nome dos acionistas, mediante a distribuição de juros.

De acordo com nosso Estatuto Social e o parágrafo 7º do artigo 9º da lei n.° 9.249/95, juros sobre o capital próprio podem ser imputados ao pagamento de dividendos para fins de dividendo obrigatório.

Não distribuímos dividendos ou juros sobre capital próprio desde 1997 tendo em vista a apuração de prejuízos acumulados nos respectivos exercícios sociais.

**Política de Dividendos**

Pretendemos declarar e pagar nossos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e nosso Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração pode determinar o levantamento de balancetes em períodos menores, incluindo sem limitação balancetes semestrais, e aprovar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados. Ainda, por deliberação do Conselho de Administração, podem ser declarados e pagos dividendos à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes, "ad referendum" da Assembléia Geral. O valor das distribuições dependerá de diversos fatores, como resultado das operações, condição financeira, requisitos de caixa, perspectivas e outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração e pelos acionistas.

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXOS

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXO A

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em [13] de Junho de 2005

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**TAM S/A**
CNPJ Nº 01.832.635/0001-18
NIRE 35.300.150.007
Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração
realizada em [13] de junho de 2005

**Data, Hora e Local**: [13] de junho de 2005, às 20:00 horas, na sede social da companhia, localizada na Av. Jurandir, 856, Lote 04, 1º andar, Jardim Ceci, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Presença**: Totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**Mesa**: Noemy Almeida Oliveira Amaro, Presidenta do Conselho de Administração e Presidenta da mesa; Luiz Cláudio Mattos de Aguiar, Secretário.

**Convocação**: Dispensada a comprovação da convocação prévia, face à presença de todos os Conselheiros da Sociedade.

**Ordem do Dia e Deliberações Tomadas por Unanimidade:** após análise dos documentos em pauta, o Conselho de Administração da Sociedade, por unanimidade, decidiu**:**

**(1) Distribuição Pública.** Aprovar oferta pública de (i) distribuição primária de [●] ações prefrenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Sociedade ("**Oferta Primária**") e (ii) distribuição secundária de [●] ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Sociedade e de titularidade do acionistas vendedores Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações; Brazilian Equity Investments III, LLC; Latin América capital Partners IV, LLC; Brasil Private Equity Fundo de Investimentos em Participações; Brazilian Equity LLC e Latin América Capital Partners II, LLC. ("**Oferta Secundária**" e, em conjunto com a Distribuição Pública Primária, "**Oferta Pública**"), a ser realizada no Brasil em conformidade com a Instrução CVM nº 400/03 em dois recintos distintos, a saber, Bolsa de Valores de São Paulo, no caso da oferta de varejo, e mercado de balcão não-

organizado, no caso da oferta institucional, e ainda com esforços de colocação nos Estados Unidos da América para investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, definidos em conformidade com o disposto na *Rule* 144A do *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act*, e nos demais países, com base no *Regulation* S editado pela *Securities and Exchange Commission*, nos termos do Aviso ao Mercado publicado no jornal Valor Econômico em edição de [20] de maio de 2005. A Oferta Pública será coordenada pelo Banco Pactual S.A., pelo Banco UBS S.A. e pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("**Coordenadores**").

**(2) Opção do Lote Suplementar** – Foi aprovada a outorga ao Banco Pactual S.A. e ao Banco UBS S.A. de opção de distribuição de um lote suplementar de até [●] ações preferenciais no âmbito da Oferta Primária, a ser exercida pelo Banco UBS S.A. dentro de até 30 dias contados da data de publicação do anúncio de início da Oferta Pública, para atender eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta Pública, nas mesmas condições e preços das ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**").

**(3) Preço de Distribuição.** O preço de distribuição de cada ação preferencial, foi fixado em R$ [●] ([●]), de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do art. 170 da Lei 6404/76, e ajustado para refletir as intenções de investimento coletadas pela Instituição Líder, conforme previsto no art. 44 da Instrução CVM 400.

**(4) Destinação para Reserva de Capital**. Do preço de emissão de cada ação preferencial da Distribuição Pública Primária, R$ [●] ([●]) serão destinados à conta de capital e R$[●] ([●]) serão destinados à reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações, na forma do parágrafo único do art. 14 da Lei 6404/76, de forma que, do valor total da Distribuição Pública Primária, R$[●] ([●]) serão destinados à conta de capital e R$[●] ([●]) serão destinados à reserva de capital, em conta de ágio na subscrição de ações.

**(5) Aumento do Capital Social.** Em consonância com o artigo 6º do Estatuto Social, e em conseqüência das deliberações acima, aprovar o aumento do capital social da Sociedade, dentro do limite do capital autorizado, em R$[●] ([●]), passando de R$ 120.749.639,66 (cento e vinte milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e seis

centavos) para R$[●] ([●]), mediante a emissão de [●] ações preferenciais, ao preço de emissão de R$ [●] ([●]) por ação. As ações serão emitidas com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Sociedade, nos termos do artigo 172 da Lei nº 6.404/76, e de acordo com o parágrafo 2º do artigo 6º do Estatuto Social da Sociedade. As Ações ora emitidas farão jus aos dividendos de forma integral e a todos os demais direitos inerentes à titularidade das ações que forem declarados pela Sociedade a partir da Data de Liquidação. As Ações serão integralizadas mediante pagamento à vista, em moeda corrente do País, até às 11:00hs da data de liquidação física e financeira da Distribuição Pública. A data de liquidação física e financeira da Distribuição Pública será [●] de [●] de 2005 ("**Data de Liquidação**"), podendo essa data ser prorrogada de comum acordo entre a Sociedade e os Coordenadores, respeitando o limite de 6 (seis) meses fixado no artigo 18 da Instrução CVM nº 400/03.

**(6) Demais Autorizações.** A Diretoria da Sociedade foi autorizada a celebrar e firmar todos os contratos e documentos necessários à realização da Distribuição Pública, incluindo, mas não se limitando, ao *"Instrumento Particular de Contrato de Distribuição de Ações Preferenciais de Emissão da TAM S.A"*, ao *"Placement Facilitation Agreement"*, ao *"Lock-Up Agreement"* e ao *"Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Ações Preferenciais de Emissão da TAM. S.A."*.

**(7) Ratificação de Atos Praticados.** Foram ainda ratificados todos os atos já praticados pela Sociedade em relação às deliberações anteriores, incluindo a assinatura do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2 e dos demais documentos de adesão ao Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo.

**Leitura, Lavratura e Encerramento da Ata**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme segue, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, [13] de junho de 2005. Noemy Almeida Oliveira Amaro, Presidenta; Luiz Cláudio Mattos de Aguiar, Secretário. Conselheiros: Noemy Almeida Oliveira Amaro, Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato, Maurício Rolim Amaro, Henri Philippe Reichstul, Luis Antonio Correia Nunes Viana Oliveira, Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti e Roger Ian Wright.

A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

_____

**Noemy Almeida Oliveira Amaro**
Presidenta do Conselho de Administração

# ANEXO B

Estatuto Social

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

Anexo à Ata de Assembléia Geral Extraordinária e de Assembléia Especial de Preferencialistas da TAM S.A. realizadas em 16 de maio de 2005

# ESTATUTO SOCIAL DA TAM S.A.

## CAPÍTULO I. – DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO E PRAZO

Artigo 1º - TAM S.A. é uma companhia aberta regida por este estatuto social e pelas disposições legais aplicáveis.

Artigo 2º - A Sociedade tem sua sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo que filiais, escritórios e outras instalações poderão ser abertas ou fechadas, em outros lugares no Brasil ou no exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Sociedade tem por objeto a participação, na qualidade de acionista ou quotista, em sociedades que explorem serviços de transporte aéreo regular de âmbito nacional e internacional e outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo regular, nas condições especificadas em concessões das autoridades competentes.

Parágrafo Único – Inclui-se no objeto social da Sociedade, em especial, a participação majoritária no capital votante da TAM Linhas Aéreas S.A., sendo que a venda desta participação majoritária a terceiros será considerada mudança no objeto social, para fins do exercício do direito de retirada pelos acionistas, entendendo-se como venda da participação majoritária no capital votante, a cessão onerosa de titularidade de ações representativas de 50% (cinqüenta por cento) mais uma ação com direito a voto de emissão da TAM Linhas Aéreas S.A., observado o seguinte:

I. não se incluem na hipótese deste parágrafo único, não ensejando direito de retirada, casos de diluição de participação societária na TAM Linhas Aéreas S.A, decorrentes de (i) aumento de capital, (ii) fusão, (iii) incorporação e (iv) cisão, se o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com o objeto social da TAM Linhas Aéreas S.A. e de que de tal sociedade a Sociedade faça parte; e

II. o valor do reembolso das ações será estipulado com base no valor econômico, apurado na forma da lei.

Artigo 4º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

## CAPITULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º - O capital social, subscrito e integralizado, totaliza R$ 120.749.639,66 (cento e vinte milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos), dividido em 122.729.342 (cento e vinte e dois milhões, setecentas e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações, sendo 59.816.248 (cinqüenta e nove milhões, oitocentas e dezesseis mil, duzentas e quarenta e oito)]ações ordinárias e 62.913.094 (sessenta e dois milhões, novecentas e treze mil e noventa e quatro) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Sociedade.

Artigo 6º - A Sociedade está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R$ 1.200.000.000,00 (hum bilhão e duzentos milhões de reais), independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

Parágrafo Primeiro – Os acionistas terão preferência na subscrição de aumentos de capital no prazo de 30 (trinta) dias da data de publicação da deliberação relativa ao aumento de capital, ressalvado o disposto no Parágrafo Segundo deste artigo.

Parágrafo Segundo - Nos termos do artigo 172 da Lei 6.404/76 e a critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para seu exercício, na emissão de ações, bônus de subscrição, debêntures ou outros valores mobiliários conversíveis em ações cuja colocação seja feita mediante (a) venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou (b) permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei.

Parágrafo Terceiro - Dentro do limite do capital autorizado, poderá ser outorgada opção de compra de ações aos administradores ou empregados da Sociedade e de suas subsidiárias integrais e sociedades sob seu controle, ou ainda às pessoas naturais que prestem serviços a tais sociedades, de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral.

Parágrafo Quarto - O aumento de capital da Sociedade pode compreender uma ou mais espécies ou classes de ações, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, observando-se quanto às preferenciais o limite máximo

previsto em lei.

Artigo 7º - Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações adotadas pelas assembléias gerais da Sociedade.

Artigo 8º - As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, exceto quanto às matérias especificadas no Parágrafo Primeiro abaixo, sendo-lhes assegurados as seguintes preferências e vantagens:

(a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Sociedade; e
(b) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da Sociedade, nos termos do Capítulo IX deste Estatuto Social, ao mesmo preço pago por ação ordinária do bloco de controle; e
(c) dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro – Com a admissão da Sociedade ao Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, as ações preferenciais passarão a ter direito a voto em quaisquer deliberações da Assembléia Geral sobre:

(a) transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Sociedade;
(b) aprovação de contratos entre a Sociedade e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;
(c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Sociedade;
(d) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico das ações de emissão da Sociedade, nos casos previstos no artigo 42 deste Estatuto Social;
(e) mudança do objeto social da Sociedade; e
(f) alteração ou revogação de dispositivos deste Estatuto Social que resultem no descumprimento, pela Companhia, das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2.

Parágrafo Segundo - Os acionistas poderão, a qualquer tempo, converter ações da espécie ordinária em preferencial, à razão de 1 (uma) ação ordinária para 1 (uma) ação preferencial, desde que integralizadas e observado o limite legal. Os pedidos de conversão deverão ser encaminhados por escrito à Diretoria. Os pedidos de conversão recebidos e aceitos pela Diretoria deverão ser homologados na primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar.

Artigo 9º - A Sociedade pode emitir cautelas, títulos múltiplos ou certificados representativos de ações, simples ou múltiplos, que deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores, em conjunto, sendo um deles, necessariamente, o Diretor-Presidente.

Artigo 10 - A Sociedade pode manter suas ações, ou parte delas, em contas de depósito, em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, em instituições financeiras autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários a prestar serviços de ações escriturais.

Parágrafo Único - A instituição financeira depositária das ações escriturais fica autorizada a cobrar do acionista o custo do serviço de transferência da propriedade de tais ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

Artigo 11 - Os dividendos ou bonificações em dinheiro serão pagos aos acionistas dentro do exercício social em que forem declarados, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral.

Artigo 12 - É vedado à Sociedade emitir partes beneficiárias.

## CAPÍTULO III – ACORDO DE ACIONISTAS

Artigo 13 - O acordo de acionistas que versar sobre a transferência de ações, direito de subscrição, direito de preferência ou exercício do direito de voto, deve ser observado pela Sociedade sempre que arquivado em sua sede, cabendo: (a) ao Conselho de Administração e à Diretoria negar-se a registrar qualquer transferência de ações que viole o acordo em questão; e (b) ao Presidente da Assembléia Geral, ao Presidente do Conselho de Administração ou a quem presidir o órgão colegiado de deliberação da Sociedade, deixar de considerar qualquer voto em violação ao acordo em questão.

Parágrafo Primeiro - Os compromissos assumidos ou ônus criados em tais

acordos de acionistas só serão válidos contra terceiros e administradores após terem sido devidamente averbados nos livros de registro e nos certificados das ações, caso emitidos.

Parágrafo Segundo - A transferência ou subscrição de ações da Sociedade, por qualquer razão ou finalidade, que não seja efetuada de acordo com o disposto neste artigo, será considerada nula e sem efeito, sendo que o acionista infrator estará sujeito às penas estabelecidas no artigo 120 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976.

Parágrafo Terceiro – Ao assinarem seus respectivos Termos de Posse, os administradores da Sociedade deverão reconhecer e ratificar sua obrigação de dar cumprimento às disposições previstas em lei, neste Estatuto Social e nos Acordos de Acionistas arquivados na sede social no que se refere ao exercício do controle da Sociedade, *quorum* de instalação e de deliberação de assembléias gerais, de reuniões de Conselho de Administração ou de reuniões de órgãos colegiados da Sociedade, bem como no que se refere a restrições à livre negociação de ações.

## CAPÍTULO IV - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 14. - As assembléias gerais ordinárias realizar-se-ão anualmente dentro de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social e extraordinariamente, quando os interesses sociais o exigirem, observados os dispositivos legais referentes à convocação, instalação, deliberações e prescrições legais pertinentes.

Parágrafo Primeiro - A assembléia geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Vice-Presidente na ausência daquele, em conformidade com estes estatutos sociais. Na ausência de ambos, qualquer outro membro do Conselho de Administração poderá instalar a assembléia e, neste caso, os acionistas presentes poderão eleger o Presidente da assembléia, que, por sua vez, indicará o secretário.

Parágrafo Segundo - A assembléia geral deve ser convocada por meio de edital publicado com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência, em primeira convocação, e com 8 (oito) dias de antecedência, em segunda convocação.

Parágrafo Terceiro - Todos os documentos a serem analisados ou discutidos em assembléia geral serão disponibilizados aos acionistas na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, bem como na sede social, a partir da data da publicação do primeiro edital de convocação referido no parágrafo anterior.

Parágrafo Quarto – Sem prejuízo do disposto na legislação de regência, competirá exclusivamente à Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade deliberar sobre as matérias mencionadas nas alíneas (a),(c), (d) , (e) e (f) do Parágrafo Primeiro do art. 8º deste Estatuto Social, com base em proposta do Conselho de Administração.

Artigo 15 - Somente os acionistas cujos nomes estiverem registrados no Livro de Registro de Ações até 24 (vinte e quatro) horas antes da data programada para a assembléia geral ordinária participarão desta.

## CAPÍTULO V – ADMINISTRAÇÃO

### SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 16 - A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro - Os administradores são investidos em seus cargos mediante assinaturas do termo de posse do livro correspondente e permanecem no exercício de suas funções até a eleição e posse de seus substitutos.

Parágrafo Segundo - Com a admissão da Sociedade ao Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA, a posse dos administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, será condicionada à assinatura, respectivamente, do Termo de Anuência dos Administradores e do Termo de Anuência dos membros do Conselho Fiscal. Os administradores e membros do Conselho Fiscal deverão, ainda, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à BOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Sociedade de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Parágrafo Terceiro - Com a admissão da Sociedade ao Nível 2 de Governança Corporativa da BOVESPA e, enquanto o referido contrato estiver em vigor, a Sociedade e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Artigo 17 - Compete à Assembléia Geral fixar a remuneração total ou individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Caso a remuneração seja estabelecida de forma global, tal montante será rateado entre os membros do Conselho e entre os Diretores por deliberação do Conselho de Administração.

RJ

Artigo 18 - O exercício de cargo de administrador prescinde de garantia de gestão.

Artigo 19 - Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria estão proibidos de usar a razão social da Sociedade em transações ou em documentos fora do escopo do interesse da Sociedade.

## SEÇÃO 2 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 20 - O Conselho de Administração será formado por 08 (oito) membros, todos acionistas, eleitos pela assembléia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, para um mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição. A assembléia geral também indicará entre eles o Presidente e o Vice-Presidente.

Artigo 21 – O Vice-Presidente do Conselho de Administração deverá substituir o Presidente na ausência ou no impedimento deste, como também caso o cargo de Presidente do Conselho de Administração esteja vago.

Artigo 22 – Ocorrendo vacância de modo a ficar o número de Conselheiros reduzido para aquém do número fixado neste Estatuto, deverá ser convocada Assembléia Geral para eleição e preenchimento dos cargos vagos. O mandato dos Conselheiros eleitos nestas condições terminará juntamente com o dos demais Conselheiros.

Artigo 23 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente, pelo Vice-Presidente, ou por 2 (dois) conselheiros quaisquer, mediante aviso escrito, com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, por carta protocolada ou outros meios escritos, com breve descrição da ordem do dia, considerando-se regularmente convocado o Conselheiro presente à reunião.

Parágrafo Primeiro - Os Conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração através de conferência telefônica ou vídeo-conferência.

Parágrafo Segundo – Independentemente das formalidades de convocação, considerar-se-á regular a reunião a que compareçam todos os membros.

Parágrafo Terceiro - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas havendo a presença de pelo menos 6 (seis) de seus membros, observadas condições especiais estabelecidas em Acordo de Acionistas, arquivado na sede

social.

Parágrafo Quarto - A cada membro do Conselho de Administração é atribuído um voto nas deliberações de tal Conselho, cabendo ao Presidente, além do voto pessoal, o de desempate.

Parágrafo Quinto - As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão aprovadas pelo voto favorável de, pelo menos, 5 (cinco) membros do Conselho, observadas condições especiais estabelecidas em Acordo de Acionistas, arquivado na sede social.

Parágrafo Sexto - As decisões adotadas nas reuniões do Conselho de Administração serão formalizadas e validadas uma vez registradas nas atas inscritas no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração, sendo permitido o uso de sistema mecânico.

Artigo 24 - Compete privativamente ao Conselho de Administração, dentro de suas atribuições legais e estatutárias:

(I) fixar a orientação geral dos negócios sociais;

(II) eleger e destituir os Diretores da Sociedade, fixando-lhes os cargos e as atribuições, e ratear entre eles a remuneração global estabelecida pela Assembléia Geral;

(III) fiscalizar a gestão dos Diretores e de mandatários em geral, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos de interesse da Sociedade;

(IV) autorizar, *"ad referendum"* da Assembléia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício, o pagamento de dividendos e dividendos intermediários ou intercalares;

(V) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

(VI) escolher e destituir auditores independentes;

(VII) deliberar e autorizar o registro da sociedade e/ou valores mobiliários nos respectivos organismos, objetivando a colocação pública de seus valores mobiliários;

(VIII) deliberar e autorizar a emissão, recompra, amortização e/ou resgate de ações, debêntures, cédulas pignoratícias e hipotecárias, notas promissórias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários, para colocação pública;

(IX) deliberar e autorizar a participação da Sociedade em outras sociedades e em consórcios, do setor de transporte aéreo, nos termos do artigo 3

deste Estatuto Social;

(X) autorizar a aquisição de ações da Sociedade para permanência em tesouraria, obedecidos os limites legais e sem prejuízo do dividendo obrigatório;

(XI) aprovar os planos orçamentários anuais de negócios e os planos orçamentários de desenvolvimento para a Sociedade e para suas controladas;

(XII) aprovar o processo e procedimentos de gestão interna da Sociedade e de suas controladas;

(XIII) aprovar quaisquer operações, financiamentos e acordos que impliquem oneração de bens e direitos da Sociedade, se não previstos no plano orçamentário anual de negócios ou no plano orçamentário de desenvolvimento;

(XIV) aprovar a abertura e fechamento de filiais, escritórios, agências ou estabelecimentos da Sociedade, se não previstos no plano orçamentário anual de negócios ou no plano orçamentário de desenvolvimento;

(XV) aprovar o uso de qualquer marca, nome ou símbolo que represente o nome, denominação social, razão social ou nome fantasia de quaisquer dos acionistas;

(XVI) a aquisição, ou concessão a terceiros, de licença de uso ou qualquer outra de marca, patente ou propriedade industrial e intelectual, incluindo know-how;

(XVII) aprovar a alienação, cessão de uso, locação, arrendamento, ou gravame de qualquer ativo da Sociedade, não previstos no plano orçamentário anual de negócios ou no plano orçamentário de desenvolvimento e que represente conjunta ou separadamente valor igual ou superior a R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

(XVIII) a celebração de contratos ou acordos, não previstos no orçamento anual de negócios ou no orçamento de desenvolvimento, de valor superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) ou cuja vigência seja superior a 12 (doze) meses;

(XIX) aprovar a celebração ou modificação de qualquer contrato ou acordo pela Sociedade, não previstos no plano orçamentário anual de negócios ou no plano orçamentário de desenvolvimento, cujo valor seja superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(XX) aprovar o início, pela Sociedade, de qualquer processo judicial e/ou administrativo, e a transigência relativa a qualquer processo judicial ou administrativo que envolva a Sociedade, não previstos no orçamento anual de negócios ou no orçamento de desenvolvimento, cujo valor em questão seja superior a R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(XXI) aprovar a alteração de qualquer documento ou assunto que tenha sido

objeto de aprovação anterior do Conselho de Administração;

(XXII) aprovar a realização de qualquer pagamento, dispêndio ou investimento que não esteja previsto no plano orçamentário anual de negócios ou no plano orçamentário de desenvolvimento anual, que seja superior ao valor previsto para tanto em R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

(XXIII) aprovar a celebração de quaisquer contratos: (a) entre a Sociedade e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, e (b) entre a Sociedade e qualquer de seus acionistas ou empresas nas quais o acionista ou a Sociedade detenha participação representativa de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social, sendo facultado, em quaisquer destes casos, a qualquer dos membros do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que deverá verificar e, se for o caso, revisar os termos e condições da proposta de contratação e sua adequação às condições e práticas de mercado ("arms' length");

(XXIV) formular e aprovar o voto a ser proferido pela Sociedade nas assembléias gerais de empresas das quais a Sociedade participe;

(XXV) deliberar sobre qualquer matéria não regulada expressamente neste estatuto;

(XXVI) elaboração de lista tríplice, a ser enviada à Assembléia Geral da Sociedade, com o nome de empresas especializadas que poderão ser escolhidas para determinar o valor econômico da Sociedade; e

(XXVII) a instituição de Comitês e o estabelecimento dos respectivos regimentos e competências.

Artigo 25 - O Presidente do Conselho de Administração e o Vice-Presidente do Conselho de Administração deverão, conjunta ou individualmente: (a) convocar as reuniões do Conselho de Administração e presidi-las quando presentes; (b) convocar a assembléia geral e o Presidente presidi-la quando presente, presidindo o Vice-Presidente na ausência daquele; (c) certificar-se de que a lei, os estatutos sociais e as resoluções do Conselho de Administração sejam cumpridos na administração da Sociedade.

## SEÇÃO 3 – DIRETORIA

Artigo 26 - A Diretoria é formada por no mínimo 04 (quatro) e no máximo 08 (oito) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, outro Diretor Financeiro que acumulará o cargo de Diretor de Relações com Investidores e os demais

Diretores, sem designação específica.

Parágrafo Primeiro - O mandato dos Diretores é de 3 (três) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Segundo - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente, por sua própria iniciativa ou a pedido de qualquer membro da Diretoria.

Parágrafo Terceiro - As reuniões de Diretoria serão instaladas com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Quarto - As resoluções da Diretoria serão adotadas pelo voto da maioria de seus membros, sendo que das reuniões serão lavradas as respectivas atas, que ficarão inscritas no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Artigo 27 - Caso ocorram impedimentos momentâneos ou ausências, cada um dos Diretores será substituído por um outro Diretor escolhido pela Diretoria.

Artigo 28 - Caso ocorra impedimento definitivo, renúncia ou vacância do Diretor Presidente, o Conselho de Administração deverá, dentro de no máximo 30 (trinta) dias, eleger seu substituto para servir pelo restante do mandato.

Artigo 29 - Caso esteja vaga uma posição de membro da Diretoria que implique na redução do número dos membros da Diretoria para menos do que quatro, o Conselho de Administração elegerá um substituto com mandato que coincida com aquele dos membros da Diretoria no exercício de seus mandatos.

Artigo 30 - Observado o disposto no Artigo 24 deste Estatuto, quaisquer dois membros da Diretoria deverão desempenhar conjuntamente todos os atos de gestão ordinária dos negócios da Sociedade, especialmente:

(I) representar a Sociedade em juízo ou fora dele na forma dos parágrafos 1°. e 2°. deste artigo;

(II) celebrar contratos de qualquer natureza, adquirir, alienar ou gravar propriedades, contrair empréstimos e outorgar garantias de qualquer natureza, observado o disposto neste Estatuto e na legislação pertinente, assim como os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

(III) nomear procuradores *"ad judicia"* e *"ad negotia"*, determinando o prazo de seus mandatos, que no caso de procuração *"ad negotia"* não poderá ser superior a um ano;

(IV) abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques e notas promissórias; emitir e endossar duplicatas e letras de câmbio; endossar *"warrants"*, conhecimentos de depósito e conhecimentos de embarque, respeitadas as disposições deste Estatuto e os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

(V) contratar e demitir funcionários, estabelecendo seus deveres e salários;

(VI) submeter à Assembléia Geral as demonstrações financeiras exigidas por lei e a proposta para a destinação dos resultados do exercício, após o parecer do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, caso este último esteja em funcionamento;

(VII) receber e dar quitação, transigir, renunciar direitos, desistir, e assinar termos de responsabilidade, observados os termos deste Estatuto e a legislação pertinente, assim como os limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;

(VIII) praticar todos os atos de gestão necessários a consecução dos objetivos sociais;

(IX) manifestar o voto da Sociedade nas assembléias gerais das empresas da qual a Sociedade participe, de acordo com a orientação prévia do Conselho de Administração;

(X) manter todas as suas operações e transações escrituradas separadamente, refletindo todas as transações e negócios;

(XI) segurar e manter segurados, adequadamente, por seguradora renomada, todos os ativos da Sociedade passíveis de serem segurados, contra todos os riscos em relação aos quais empresas que efetuam atividades iguais ou semelhantes geralmente se protegem por meio de seguro, visando o pleno ressarcimento do valor de reposição do ativo;

(XII) preparar e entregar a cada membro do Conselho de Administração, no menor prazo possível e, em qualquer circunstância, dentro de 2 (dois) meses após o término de cada exercício financeiro da Sociedade: *i)* a conta de lucros e perdas devidamente auditada (e consolidada, se for o caso), demonstração da origem e aplicações de recursos da Sociedade referentes àquele exercício financeiro; e *ii)* o balanço da Sociedade correspondente ao encerramento do exercício financeiro em causa, devidamente auditado (e consolidado, se for o caso); e

(XIII) imediatamente após o seu recebimento, entregar a cada membro do Conselho de Administração cópia de todos os outros relatórios, incluindo cartas relativas à gestão da Sociedade a ela submetidos pelos seus auditores relacionadas a quaisquer auditorias, sejam anuais, intermediárias ou especiais, dos livros da Sociedade, realizadas por tais auditores.

Parágrafo Primeiro - A Sociedade poderá ser representada, ainda, por um

membro da Diretoria em conjunto com um procurador, ou por dois procuradores, sempre com base em duas assinaturas, dentro dos limites estabelecidos para os poderes outorgados nas respectivas procurações.

Parágrafo Segundo - A Sociedade poderá, ainda, ser representada por um só membro da Diretoria ou por um só procurador, contanto que qualquer um deles tenha sido formalmente nomeado pela Diretoria para este fim, no que diz respeito ao comparecimento em entidades e órgãos governamentais e em assembléias gerais de sociedades nas quais a Sociedade tenha participação, ou ainda nos casos de prestação de depoimento pessoal e na qualidade de prepostos em audiências.

## CAPÍTULO VI – CONSELHO FISCAL

Artigo 31 - A Sociedade tem um Conselho Fiscal, de caráter não permanente, composto de 05 (cinco) membros efetivos e 05 (cinco) suplentes, que somente é instalado por deliberação da Assembléia Geral, nos casos previstos em Lei.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral que deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal deve, também, eleger seus membros e fixar remuneração.

## CAPÍTULO VII – EXERCÍCIO FISCAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DEMONSTRAÇÕES DE LUCROS E PERDAS

Artigo 32 - O exercício fiscal coincidirá com o ano civil. Quando ocorrer o encerramento do exercício fiscal, a Diretoria fará com que sejam elaboradas as demonstrações financeiras, remetendo-as juntamente com a proposta de distribuição dos resultados ao Conselho de Administração, o qual por seu turno submeterá as demonstrações à assembléia geral.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração poderá determinar o levantamento de balancetes em períodos menores, incluindo, sem limitação, balancetes semestrais, e aprovar a distribuição de dividendos intercalares com base nos lucros apurados ou, ainda, aprovar a distribuição de dividendos intermediários, em ambos os casos, *ad referendum* da Assembléia Geral da Sociedade.

Parágrafo Segundo - O valor pago ou creditado a título de juros sobre o capital próprio nos termos do artigo 9º, parágrafo 7º da Lei n.º 9.249/95 e legislação e regulamentação pertinentes, poderá ser imputado ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Terceiro - Dividendos intercalares deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Artigo 33 - Quaisquer prejuízos acumulados e a provisão para tributos ou contribuições sociais serão deduzidos dos resultados de cada exercício fiscal antes de qualquer distribuição de lucros.

Parágrafo Único – Sobre o lucro remanescente apurado na forma do caput deste artigo, será calculada, por proposta do Conselho de Administração, a participação dos administradores e funcionários, observadas as disposições legais.

Artigo 34 - Apurado o resultado do exercício social e feitas as necessárias deduções legais e do artigo anterior, o lucro obtido deve ter a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) do lucro líquido para a constituição de fundo de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
(b) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo de lucro líquido do exercício, após a dedução de que trata a alínea (a) acima e ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição de dividendo anual obrigatório para os acionistas;
(c) sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembléia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
(d) o saldo remanescente terá a destinação que lhe for determinada pela Assembléia Geral, com base em proposta formulada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único - Por deliberação do Conselho de Administração, podem ser declarados e pagos dividendos à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes, *"ad referendum"* da Assembléia Geral.

Artigo 35 - Dividendos atribuídos a acionistas e não retirados não renderão juros nem serão passíveis de correção monetária e prescreverão por decurso de prazo em favor da Sociedade após decorrido 3 (três) anos de sua atribuição.

## CAPÍTULO VIII – LIQUIDAÇÃO

Artigo 36 - A Sociedade será liquidada mediante a ocorrência dos eventos previstos em lei e a assembléia geral determinará a forma da liquidação assim

como elegerá o liquidante e o Conselho Fiscal que atuará durante o período de liquidação.

## CAPÍTULO IX - ALIENAÇÃO DE CONTROLE, CANCELAMENTO DE REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DESCONTINUIDADE DE PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Artigo 37 - A alienação do controle acionário da Sociedade, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a formular, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de celebração do respectivo documento, oferta pública de aquisição de todas as ações dos demais acionistas da Sociedade, nos mesmos termos e condições acordados com o alienante das ações do bloco de controle, observado o disposto no artigo 8º, alínea (b) deste Estatuto Social.

Artigo 38 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada:

(a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Sociedade; e

(b) em caso de alienação do controle do acionista controlador da Sociedade, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, o valor atribuído à Sociedade nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 39 - Aquele que já detiver ações da Sociedade e venha a adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) concretizar a oferta pública referida no art. 38 deste Estatuto Social; e

(b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação do controle da Sociedade, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago pelas ações representativas do controle e o valor pago em bolsa de valores por ações da Sociedade nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento.

Artigo 40 - A Sociedade não registrará qualquer transferência de ações:

I - para o(s) acionista(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle, enquanto esse(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência ao Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, bem como o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado;

II - para o acionista que se tornar titular de 5% ou mais das ações com direito a voto de emissão da Sociedade enquanto esse acionista não subscrever o Termo de Anuência ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, dispensada a subscrição do referido termo quando a detenção das ações decorrer de participação do acionista em processo de distribuição pública ou de negociação em bolsa de valores.

Artigo 41 – A Sociedade não registrará em sua sede nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle sem que os seus signatários tenham subscrito os Termos de Anuência referidos no inciso I do Artigo 40.

Artigo 42 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Sociedade ou pelo acionista controlador para o cancelamento do registro de companhia aberta da Sociedade ou para a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, o preço mínimo a ser ofertado deverá ser calculado com base no valor econômico das ações apurado em laudo de avaliação.

Artigo 43 - O laudo de avaliação de que trata o artigo precedente deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independente da Sociedade, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da referida lei.

Parágrafo Primeiro - A escolha da empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Sociedade é de competência da Assembléia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta dos votos das ações em circulação manifestados na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco, cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto nessa deliberação.

Parágrafo Segundo – O Acionista Controlador arcará com os custos da elaboração

do laudo de avaliação.

## CAPÍTULO X – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Artigo 44 - Toda e qualquer disputa ou controvérsia entre a Sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Sociedade, entre si ou em face da BOVESPA e/ou demais Companhias registradas no Nível 2 da BOVESPA, e que sejam relativas à interpretação e aplicação das disposições do presente Estatuto Social, da Lei nº 6.404/76, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2 da BOVESPA, caso aplicável, das normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e das demais normas de mercado de capitais, deverá ser dirimida, em caráter definitivo, por meio de arbitragem, nos termos do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, ("Regulamento de Arbitragem"), da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA.

Parágrafo Único - A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. A Cidade de São Paulo será o local da arbitragem, que deverá ser processada em língua portuguesa. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada por árbitro único ou tribunal arbitral composto de três árbitros, de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

* * * * *

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXO C

Modelo do Boletim de Subscrição

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

**TAM S.A.**
Companhia Aberta – CVM n.º 016390
CNPJ n.º 01.832.635/0001-18 – NIRE n.º 35.300.150.007
Av. Jurandir, 856, Lote 4,
04072-000, São Paulo, S.P

## BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA TAM S.A.

## INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

| Nº |
|---|

Boletim de Subscrição de Ações Preferenciais de Emissão da TAM S.A. ("Boletim de Subscrição") relativo à oferta pública de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da TAM S.A. ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), que compreende a distribuição primária de Ações a serem emitidas pela Companhia e a distribuição secundária de Ações de titularidade de Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações, Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações, Brazilian Equity Investments III LLC, Brazilian Equity LLC, Latin America Capital Partners II LLC e Latin America Capital Partners PIV LLC ("Acionistas Vendedores"), a serem realizadas no Brasil, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), em dois recintos distintos, a saber: (i) Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), no caso da Oferta de Varejo, e (ii) mercado de balcão não-organizado, no caso da Oferta Institucional. Adicionalmente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, conforme definidos na *Rule 144A*, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act* de 1933, conforme alterado, e, nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), com base no *Regulation S*, editado pela *Securities and Exchange Commission*. Os investidores junto aos quais serão empreendidos esforços de colocação no exterior, incluindo-se os investidores institucionais qualificados conforme definidos na *Rule 144A*, para participarem da Oferta Pública, deverão estar registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada, e na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta Pública").

Exceto quando definidos diferentemente neste Boletim de Subscrição, os termos iniciados em letra maiúscula têm o mesmo significado a eles atribuído no anúncio de início ("Anúncio de Início") ou no prospecto definitivo relacionados à Oferta Pública ("Prospecto Definitivo"), sendo que este último foi recebido pelo Investidor e seu inteiro teor era de conhecimento do Investidor quando do preenchimento dos campos abaixo enumerados e assinatura deste Boletim de Subscrição.

**INVESTIDOR**

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 – Nome Completo/Razão Social | | | | | 2 – CPF/CNPJ | | |
| 3 – Estado Civil | 4 – Sexo | 5 – Data de Nasc. / Constituição | 6 – Profissão | 7 – Nacionalidade | 8 – Doc. Identidade | 9 – Tipo de Documento | 10 – Órgão Emissor |
| 11 – Rua/Avenida | | | 12 – Nº | 13 – Complemento | 14 – E-mail | | |
| 15 – Bairro | | | 16 – CEP | 17 – Cidade | 18 - Estado | 19 – Código de Área | 20 – Tel./Fax |
| 21 – Nome do representante legal (se houver) | | | | | | | |
| 22 – Doc. Identidade | | 23 – Órgão Emissor | | 24 – CPF | 25 – Telefone/Fax | | |

**AÇÕES SUBSCRITAS**

| 26 – Quantidade de Ações | 27 – Preço de Distribuição (R$) | 28 – Valor Total Pago (R$) |
|---|---|---|

**FORMA DE PAGAMENTO**

29 – [ ] Transferência Eletrônica de Dados - TED

**FORMA DE DEVOLUÇÃO DO PAGAMENTO**

| | | | |
|---|---|---|---|
| 30 – Crédito em Conta Corrente | Banco | Agência | Conta Corrente |
| 31 – Crédito em Conta Investimento | Banco | Agência | Conta Investimento |

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

1. Nos termos deste Boletim de Subscrição, o Investidor subscreve o número de Ações mencionado no campo 26 acima ao preço por ação ("Preço de Distribuição") indicado no campo 27 acima.

2. O Preço de Distribuição foi fixado de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e ajustado para refletir as intenções de investimento coletadas pelo Coordenador Líder e pelo UBS, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Foi considerada, para a definição do Preço de Distribuição, a indicação de interesse de Investidores Institucionais para a subscrição e aquisição das Ações. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço de Distribuição por meio da realização do Procedimento de *Bookbuilding* justifica-se pelo fato de que tal critério reflete o valor pelo qual os investidores apresentaram suas intenções de subscrição e aquisição das Ações no contexto da Oferta Pública.

3. O Preço de Distribuição deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4. O presente Boletim de Subscrição é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, salvo o disposto na Cláusula 5 abaixo, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título.

5. Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando do registro da Oferta Pública, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta Pública, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta Pública formulado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e/ou pelo Coordenador Líder e pelo UBS. Se for deferida a modificação, a Oferta Pública poderá ser prorrogada por até 90 dias.

§1º Em caso de aceitação pela CVM de pleito de revogação da Oferta Pública, o presente Boletim de Subscrição ficará automaticamente cancelado e os valores eventualmente pagos pelo Investidor ao Agente de Distribuição serão devolvidos, nas formas especificadas no campo 30 ou campo 31 acima, deduzida a quantia relativa à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF"), quando aplicável, sem juros ou correção monetária, em até 5 dias úteis da data de sua divulgação ao mercado.

§2º Na hipótese de aceitação pela CVM de pleito de modificação da Oferta Pública, tal modificação será imediatamente divulgada por meio de anúncio no jornal "Valor Econômico", edição local, veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação").

§3ºCaso o presente Boletim de Subscrição tenha sido assinado anteriormente à eventual modificação da Oferta Pública, o Investidor deverá, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da publicação do Anúncio de Retificação, confirmar ao Agente de Distribuição, por escrito, a manutenção de seu interesse na subscrição das Ações. Caso não haja manifestação do Investidor até o final do prazo de 5 dias úteis contados da publicação do Anúncio de Retificação, será presumida a sua intenção de aceitação da subscrição das Ações. Na hipótese de o Investidor manifestar-se no sentido de ser excluído da Oferta Pública, os valores eventualmente pagos pelo Investidor ao Agente de Distribuição serão devolvidos, nas formas especificadas no campo 30 ou campo 31 acima, deduzida a quantia relativa à CPMF, quando aplicável, sem juros ou correção monetária, em até 5 dias úteis da data de sua manifestação no sentido de ser excluído da Oferta Pública.

6. O presente Boletim de Subscrição autoriza a transferência, pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), instituição prestadora de serviços de custódia, das Ações objeto do presente Boletim de Subscrição identificadas no campo 26 acima para uma conta de custódia do Investidor mantida junto à CBLC.

§Único. Pelo serviço de custódia das Ações prestado pela CBLC, o Investidor poderá incorrer, mensalmente, em taxa a ser contratada e paga ao Agente de Distribuição, o qual se obriga a repassar à CBLC o valor vigente na Tabela de Contribuições e Emolumentos da CBLC.

7. Fica o Banco Itaú S.A., instituição prestadora do serviço de ações escriturais da Companhia, autorizado a registrar em nome do Investidor a quantidade de Ações identificada no campo 26.

8. As Ações conferirão aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa – Nível 2, e do estatuto social da Companhia, dentre as quais, destacamos os seguintes: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (b) direito de retirada, no caso de venda pela Companhia do controle de sua controlada TAM Linhas Aéreas S.A., mediante reembolso do valor das ações que detiver no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico; (c) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço pago por ação ordinária do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias; e (d) dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. Além disso, as Ações atribuirão direito de voto apenas com relação às seguintes matérias: (a) a transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e seu(s) acionista(s) controlador(es), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o(s) acionista(s) controlador(es) tenha(m) interesse, sempre que,

por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de emissão da Companhia, nos casos previstos no artigo 42, parágrafo primeiro, do estatuto social da Companhia; (e) mudança do objeto social da Companhia (qualquer alteração no controle da TAM Linhas Aéreas S.A. será considerada alteração no objeto social da Companhia e garantirá o direito de retirada aos seus acionistas, mediante reembolso do valor das ações que detiverem no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico); e (f) alteração ou revogação de dispositivos no estatuto social da Companhia que resultem no descumprimento, pela Companhia, das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa – Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2.

9. Tendo recebido neste ato a totalidade do valor indicado no campo 28 acima, o Agente de Distribuição dá ao Investidor plena, geral e irrevogável quitação do respectivo valor. Da mesma forma, o Investidor, tendo recebido a quantidade de Ações indicada no campo 26 acima, dá ao Agente de Distribuição plena, geral e irrevogável quitação da respectiva entrega das Ações.

10. Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas deste Boletim de Subscrição, com a renúncia expressa a qualquer foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por assim estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente contrato, apondo suas assinaturas nos campos 32 e 33 abaixo, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam, no campo 34 abaixo.

| | |
|---|---|
| 32 - DECLARO PARA TODOS FINS QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE INSTRUMENTO, BEM COMO QUE TENHO CONHECIMENTO DA FORMA DE OBTENÇÃO DO PROSPECTO DEFINITIVO, INCLUSIVE POR MEIO ELETRÔNICO, NOS *WEBSITES* WWW.TAM.COM.BR, WWW.PACTUAL.COM.BR, WWW.UBS-BRASIL.COM.BR E WWW.INVESTSHOP.COM.BR, E, TENDO RECEBIDO O PROSPECTO DEFINITIVO RELATIVO À OFERTA PÚBLICA, ESTOU CIENTE DE SEU INTEIRO TEOR, E, NO CASO DE HAVER SIDO PUBLICADO ANÚNCIO DE RETIFICAÇÃO (CONFORME DEFINIDO NO § 2º DA CLÁUSULA 5 ACIMA), TENHO PLENO CONHECIMENTO DE SEUS TERMOS E CONDIÇÕES. | 33 – CARIMBO E ASSINATURA DO AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO: |
| _____ _____<br>LOCAL DATA | _____ _____<br>LOCAL DATA |
| _____<br>INVESTIDOR OU REPRESENTANTE LEGAL | _____<br>AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO |

34 - TESTEMUNHAS

| | |
|---|---|
| _____<br>NOME:<br>CPF: | _____<br>NOME:<br>CPF: |

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXO D

Modelo de Contrato de Compra e Venda de Ações

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

**TAM S.A.**
Companhia Aberta – CVM n.º 016390
CNPJ n.º 01.832.635/0001-18 – NIRE n.º 35.300.150.007
Av. Jurandir, 856, Lote 4,
04072-000, São Paulo, S.P

**CONTRATO DE COMPRA E VENDA À VISTA DE AÇÕES PREFERENCIAIS DE EMISSÃO DA TAM S.A.**

**INVESTIDORES INSTITUCIONAIS**

| **Nº** |
|---|

Contrato de Compra e Venda à Vista de Ações Preferenciais de Emissão da TAM S.A. ("Contrato de Compra e Venda") relativo à oferta pública de ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da TAM S.A. ("Companhia"), livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), que compreende a distribuição primária de Ações a serem emitidas pela Companhia e a distribuição secundária de Ações de titularidade de Aerosystem S.A. Empreendimentos e Participações, Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações, Brazilian Equity Investments III LLC, Brazilian Equity LLC, Latin America Capital Partners II LLC e Latin America Capital Partners PIV LLC ("Acionistas Vendedores"), a serem realizadas, no Brasil, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), em dois recintos distintos, a saber: (i) Bolsa de Valores de São Paulo ("Bovespa"), no caso da Oferta de Varejo, e (ii) mercado de balcão não-organizado, no caso da Oferta Institucional. Adicionalmente, serão realizados esforços de colocação das Ações no exterior, sendo nos Estados Unidos da América junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, conforme definidos na *Rule 144A*, em operações isentas de registro segundo o *Securities Act* de 1933, conforme alterado, e, nos demais países (exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América), com base no *Regulation S*, editado pela *Securities and Exchange Commission*. Os investidores junto aos quais serão empreendidos esforços de colocação no exterior, incluindo-se os investidores institucionais qualificados conforme definidos na *Rule 144A*, para participarem da Oferta Pública, deverão estar registrados na CVM, nos termos previstos na Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada, e na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000, conforme alterada ("Oferta Pública").

Exceto quando definidos diferentemente neste Contrato de Compra e Venda, os termos iniciados em letra maiúscula têm o mesmo significado a eles atribuído no anúncio de início ("Anúncio de Início") ou no prospecto definitivo relacionados à Oferta Pública ("Prospecto Definitivo"), sendo que este último foi recebido pelo Investidor e seu inteiro teor era de conhecimento do Investidor quando do preenchimento dos campos abaixo enumerados e assinatura deste Contrato de Compra e Venda.

| **INVESTIDOR** | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 – Nome Completo/Razão Social | | | | | 2 – CPF/CNPJ | | |
| 3 – Estado Civil | 4 - Sexo | 5 – Data de Nasc./ Constituição | 6 – Profissão | 7 – Nacionalidade | 8 – Doc. Identidade | 9 – Tipo de Documento | 10 – Órgão Emissor |
| 11 – Rua/Avenida | | | 12 – Nº | 13 – Complemento | 14 – E-mail | | |
| 15 – Bairro | | | 16 – CEP | 17 – Cidade | 18 – Estado | 19 – Código de Área | 20 – Tel./Fax |
| 21 – Nome do representante legal (se houver) | | | | | | | |
| 22 – Doc. Identidade | | 23 – Órgão Emissor | | 24 – CPF | | 25 – Telefone/Fax | |

| **AÇÕES ADQUIRIDAS** | | |
|---|---|---|
| 26 – Quantidade de Ações | 27 – Preço de Distribuição (R$) | 28 – Valor Total Pago (R$) |

| **FORMA DE PAGAMENTO** |
|---|
| 29 – [ ] Transferência Eletrônica de Dados – TED |

| FORMA DE DEVOLUÇÃO DO PAGAMENTO | | | |
|---|---|---|---|
| 30 – Crédito em Conta Corrente | Banco | Agência | Conta Corrente |
| 31 – Crédito em Conta Investimento | Banco | Agência | Conta Investimento |

**CLÁUSULAS CONTRATUAIS**

1. Nos termos deste Contrato de Compra e Venda, a Companhia e os Acionistas Vendedores, representados pelo Agente de Distribuição, instituição financeira sediada na [•], na Cidade de [•], no Estado de [•], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•], identificado no campo 33 abaixo, devidamente autorizado pelo Banco Pactual S.A., na qualidade de coordenador líder da Oferta Pública ("Coordenador Líder"), pelo Banco UBS S.A. ("UBS") e pelo Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. ("Unibanco" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Pactual, "Coordenadores da Oferta Pública"), vendem ao Investidor o número de Ações mencionado no campo 26 acima ao preço por ação ("Preço de Distribuição") indicado no campo 27 acima.

2. O Preço de Distribuição foi fixado de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e ajustado para refletir as intenções de investimento coletadas pelo Coordenador Líder e pelo UBS, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de *Bookbuilding*"). Foi considerada, para a definição do Preço de Distribuição, a indicação de interesse de Investidores Institucionais para a subscrição e aquisição das Ações. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço de Distribuição por meio da realização do Procedimento de *Bookbuilding* justifica-se pelo fato de que tal critério reflete o valor pelo qual os investidores apresentaram suas intenções de subscrição e aquisição das Ações no contexto da Oferta Pública.

3. O Preço de Distribuição deverá ser pago à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição e/ou aquisição.

4. O presente Contrato de Compra e Venda é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, salvo o disposto na Cláusula 5 abaixo, obrigando as partes por si e por seus sucessores a qualquer título.

5. Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando do registro da Oferta Pública, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores e inerentes à própria Oferta Pública, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta Pública formulado pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e/ou pelo Coordenador Líder e pelo UBS. Se for deferida a modificação, a Oferta Pública poderá ser prorrogada por até 90 dias.

§1º Em caso de aceitação pela CVM de pleito de revogação da Oferta Pública, o presente Contrato de Compra e Venda ficará automaticamente cancelado e os valores eventualmente pagos pelo Investidor ao Agente de Distribuição serão devolvidos, nas formas especificadas no campo 30 ou campo 31 acima, deduzida a quantia relativa à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira ("CPMF"), quando aplicável, sem juros ou correção monetária, em até 5 dias úteis da data de sua divulgação ao mercado.

§2º Na hipótese de aceitação pela CVM de pleito de modificação da Oferta Pública, tal modificação será imediatamente divulgada por meio de anúncio no jornal "Valor Econômico", edição local, veículo também usado para divulgação do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400 ("Anúncio de Retificação").

§3ºCaso o presente Contrato de Compra e Venda tenha sido assinado anteriormente à eventual modificação da Oferta Pública, o Investidor deverá, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da publicação do Anúncio de Retificação, confirmar ao Agente de Distribuição, por escrito, a manutenção de seu interesse na aquisição das Ações. Caso não haja manifestação do Investidor até o final do prazo de 5 dias úteis contados da publicação do Anúncio de Retificação, será presumida a sua intenção de aceitação da aquisição das Ações. Na hipótese de o Investidor manifestar-se no sentido de ser excluído da Oferta Pública, os valores eventualmente pagos pelo Investidor ao Agente de Distribuição serão devolvidos, nas formas especificadas no campo 30 ou campo 31 acima, deduzida a quantia relativa à CPMF, quando aplicável, sem juros ou correção monetária.

6. O presente Contrato de Compra e Venda autoriza a transferência, pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC"), instituição prestadora de serviços de custódia, das Ações objeto do presente Contrato de Compra e Venda identificadas no campo 26 acima para uma conta de custódia do Investidor mantida junto à CBLC.

§Único. Pelo serviço de custódia das Ações prestado pela CBLC, o Investidor poderá incorrer, mensalmente, em taxa a ser contratada e paga ao Agente de Distribuição, o qual se obriga a repassar à CBLC o valor vigente na Tabela de Contribuições e Emolumentos da CBLC.

7. Fica o Banco Itaú S.A., instituição prestadora do serviço de ações escriturais da Companhia, autorizado a registrar em nome do Investidor a quantidade de Ações identificada no campo 26.

8. As Ações conferirão aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições decorrentes da Lei das Sociedades por Ações, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa – Nível 2, e do estatuto social da Companhia, dentre as quais, destacamos os seguintes: (a) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (b) direito de retirada, no caso de venda pela Companhia do controle de sua controlada TAM Linhas Aéreas S.A., mediante reembolso do valor das ações que detiver no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico; (c) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço pago por ação ordinária do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias; e (d) dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. Além disso, as Ações atribuirão direito de voto apenas com relação às seguintes matérias: (a) a transformação, incorporação, cisão e fusão envolvendo diretamente a Companhia; (b) aprovação de contratos entre a Companhia e seu(s) acionista(s) controlador(es), diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o(s) acionista(s) controlador(es) tenha(m) interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral; (c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) nomeação de empresa especializada para avaliação do valor econômico de ações de emissão da Companhia, nos casos previstos no artigo 42, parágrafo primeiro, do estatuto social da Companhia; (e) mudança do objeto social da Companhia (qualquer alteração no controle da TAM Linhas Aéreas S.A. será considerada alteração no objeto social da Companhia e garantirá o direito de retirada aos seus acionistas, mediante reembolso do valor das ações que detiverem no capital social da Companhia, a ser apurado com base em seu valor econômico); e (f) alteração ou revogação de dispositivos no estatuto social da Companhia que resultem no descumprimento, pela Companhia, das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bovespa – Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2.

9. Tendo recebido neste ato a totalidade do valor indicado no campo 28 acima, o Agente de Distribuição dá ao Investidor plena, geral e irrevogável quitação do respectivo valor. Da mesma forma, o Investidor, tendo recebido a quantidade de Ações indicada no campo 26 acima, dá ao Agente de Distribuição plena, geral e irrevogável quitação da respectiva entrega das Ações.

10. Fica eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas deste Contrato de Compra e Venda, com a renúncia expressa a qualquer foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por assim estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente contrato, apondo suas assinaturas nos campos 32 e 33 abaixo, em 3 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o assinam, no campo 34 abaixo.

| | |
|---|---|
| 32 - DECLARO PARA TODOS FINS QUE ESTOU DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DEMAIS CONDIÇÕES EXPRESSAS NESTE INSTRUMENTO, BEM COMO QUE TENHO CONHECIMENTO DA FORMA DE OBTENÇÃO DO PROSPECTO DEFINITIVO, INCLUSIVE POR MEIO ELETRÔNICO, NOS WEBSITES WWW.TAM.COM.BR, WWW.PACTUAL.COM.BR, WWW.UBS-BRASIL.COM.BR E WWW.INVESTSHOP.COM.BR, E, TENDO RECEBIDO O PROSPECTO DEFINITIVO RELATIVO À OFERTA PÚBLICA, ESTOU CIENTE DE SEU INTEIRO TEOR, E, NO CASO DE HAVER SIDO PUBLICADO ANÚNCIO DE RETIFICAÇÃO (CONFORME DEFINIDO NO § 2º DA CLÁUSULA 5 ACIMA), TENHO PLENO CONHECIMENTO DE SEUS TERMOS E CONDIÇÕES.<br><br>_____ _____<br>LOCAL DATA<br><br>_____<br>INVESTIDOR OU REPRESENTANTE LEGAL | 33 – CARIMBO E ASSINATURA DO AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO:<br><br>_____ _____<br>LOCAL DATA<br><br>_____<br>AGENTE DE DISTRIBUIÇÃO |

34 - TESTEMUNHAS

| | |
|---|---|
| _____ | _____ |
| NOME: | NOME: |
| CPF: | CPF: |

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXO E

Informações Financeiras Interinas Consolidadas Condensadas, não auditadas em 31 de março de 2005 e para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004 (incluindo uma nota com o sumário das principais diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP)

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Informações trimestrais consolidadas
## não auditadas em 31 de março de 2005 e 2004

## Relatório dos auditores independentes sobre as revisões limitadas

Aos Administradores e Acionistas
TAM S.A.

1 Efetuamos revisões limitadas das informações contábeis contidas nas informações trimestrais consolidadas da TAM S.A. e suas subsidiárias (a "Companhia") em 31 de março de 2005 e 2004, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração.

2 Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiram, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais e (b) revisão das informações relevantes e dos eventos subseqüentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da companhia.

3 Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais consolidadas acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis à preparação das informações trimestrais.

4 Apesar das práticas contábeis adotadas no Brasil não requererem, a Companhia apresentou a demonstração consolidada do fluxo de caixa. A demonstração consolidada do fluxo de caixa foi submetida aos mesmos procedimentos descritos no segundo parágrafo e não temos conhecimento de modificações materiais que devem ser feitas em tais informações trimestrais.

5 As informações trimestrais consolidadas contém, também, informações contábeis relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2004. Examinamos essas informações por ocasião de sua preparação, em conexão com o exame das demonstrações financeiras nesta data, sobre as quais emitimos nosso correspondente parecer, sem ressalvas, em 31 de março de 2005.

São Paulo, 6 de maio de 2005

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2005 (não auditado) e 31 de dezembro de 2004

**Em milhares de reais**

| **Ativo** | **31.03.2005** | **31.12.2004** |
|---|---|---|
| | **(Não auditado)** | |
| Circulante | | |
| Disponibilidades | 81.670 | 85.920 |
| Aplicações financeiras | 164.470 | 210.941 |
| Contas a receber | 592.813 | 542.618 |
| Estoques | 98.341 | 94.102 |
| Tributos a recuperar | 29.354 | 26.843 |
| Imposto de renda e contribuição social Diferidos | 38.711 | 39.897 |
| Despesas do exercício seguinte | 74.281 | 86.848 |
| Demais contas a receber | 62.034 | 46.110 |
| | 1.141.674 | 1.133.279 |
| Realizável a longo prazo | | |
| Depósitos em garantia | 121.220 | 123.073 |
| Imposto de renda e contribuição social Diferidos | 146.585 | 149.244 |
| Depósitos judiciais | 48.212 | 47.937 |
| Demais contas a receber | 12.324 | 14.614 |
| | 328.341 | 334.868 |
| Permanente | | |
| Investimentos | 2.290 | 2.845 |
| Imobilizado | 713.436 | 715.289 |
| Diferido | 6.020 | 6.291 |
| | 721.746 | 724.425 |
| Total do ativo | 2.191.761 | 2.192.572 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Balanço patrimonial consolidado em 31 de março de 2005 (não auditado) e 31 de dezembro de 2004

**Em milhares de reais**

| **Passivo e patrimônio líquido** | **31.03.2005** | **31.12.2004** |
|---|---|---|
| | **(Não auditado)** | |
| Circulante | | |
| Fornecedores | 239.193 | 264.216 |
| Empréstimos e financiamentos de curto prazo incluídas parcelas de curto prazo de empréstimos de longo prazo | 134.226 | 119.577 |
| Arrendamentos | 61.924 | 54.968 |
| Debêntures | 23.471 | 23.619 |
| Salários e encargos sociais | 83.309 | 121.104 |
| Transportes a executar | 343.432 | 367.335 |
| Impostos e tarifas a recolher | 49.026 | 49.345 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 5.393 | 3.072 |
| Demais contas a pagar | 80.077 | 67.720 |
| | 1.020.051 | 1.070.956 |
| Exigível a longo prazo | | |
| Empréstimos e financiamentos | 33.646 | 30.975 |
| Arrendamentos | 192.680 | 206.391 |
| Debêntures | 47.489 | 51.529 |
| Imposto de renda e contribuição Social diferidos | 55.047 | 56.822 |
| Provisão para contingências | 470.105 | 449.999 |
| Reorganização da frota de Fokker 100 | 106.754 | 110.225 |
| Demais contas a pagar | 7.468 | 11.752 |
| | 913.189 | 917.693 |
| Resultado de exercícios futuros | 11.099 | 11.099 |
| Participação de acionistas minoritários | 2.154 | 2.027 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 120.749 | 120.749 |
| Reserva de reavaliação | 137.775 | 137.669 |
| Prejuízos acumulados | (13.256) | (67.621 |
| | 245.268 | 190.797 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 2.191.761 | 2.192.572 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstração consolidada do resultado (não auditada)
## Para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e de 2004
**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações**

| | 2005 (Não auditado) | 2004 (Não auditado) |
|---|---|---|
| **Receita operacional** | | |
| Receitas de vôo | | |
| Doméstico | 918.210 | 671.793 |
| Internacional | 251.723 | 216.546 |
| Carga | 86.942 | 55.774 |
| Outras receitas operacionais | 78.614 | 59.731 |
| | 1.335.489 | 1.003.844 |
| Deduções e impostos sobre vendas | (55.250) | (64.497) |
| **Receita líquida operacional** | 1.280.239 | 939.347 |
| Custo dos serviços prestados | (845.490) | (633.755) |
| **Lucro bruto** | 434.749 | 305.592 |
| **(Despesas) receitas operacionais** | | |
| Comerciais | (239.523) | (168.377) |
| Gerais e administrativas | (79.197) | (86.239) |
| Despesas financeiras | (60.767) | (53.030) |
| Receitas financeiras | 27.174 | 9.932 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (2.722) | (3.456) |
| | (355.035) | (301.170) |
| **Lucro operacional** | 79.714 | 4.422 |
| **Resultado não operacional, líquido** | (811) | 14.571 |
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (a transportar)** | 78.903 | 18.993 |

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstração consolidada do resultado (não auditada)
## Para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e de 2004
**Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações**

| | 2005 (Não auditado) | 2004 (Não auditado |
|---|---|---|
| **Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social (de transporte)** | 78.903 | 18.993 |
| Imposto de renda e contribuição social | | |
| Corrente | (21.935) | (8.882 |
| Diferido | (3.408) | 7.104 |
| **Lucro antes da participação dos acionistas minoritários** | 53.560 | 17.215 |
| **Participação dos acionistas minoritários** | (65) | (270 |
| **Lucro líquido do período** | 53.495 | 16.945 |
| Lucro líquido por lote de mil ações de capital social ao final do período | 0,87175 | 0,27613 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido (não auditada)
## Para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e de 2004
**Em milhares de reais**

| | Capital social | Reserva de reavaliação | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2003** | 120.749 | 337.514 | (416.337) | 41.926 |
| Alteração da alíquota da contribuição social diferida sobre a reserva de reavaliação (Lei no. 10.637/02) (Não auditado) | - | 6.859 | - | 6.859 |
| Reversão da reserva de reavaliação por baixa de aeronaves (Não auditado) | - | (4.024) | - | (4.024) |
| Realização da reserva de reavaliação, líquida (Não auditado) | - | (3.559) | 3.559 | - |
| Lucro líquido do período (Não auditado) | - | - | 16.945 | 16.945 |
| **Em 31 de março de 2004 (Não auditado)** | 120.749 | 336.790 | (395.833) | 61.706 |
| Alteração da alíquota da contribuição social diferida sobre a reserva de reavaliação (Lei no. 10.637/02) (Não auditado) | - | 187 | - | 187 |
| Reversão da reserva de reavaliação por baixa de motores de aeronaves (Não auditado) | - | (4.023) | - | (4.023) |
| Reversão da reserva de reavaliação por baixa de aeronaves (Não auditado) | - | (222.536) | - | (222.536) |
| Reavaliação, líquida dos efeitos tributários (Não auditado) | - | (4.025) | 4.025 | - |
| Realização da reserva de reavaliação, líquida (Não auditado) | - | 31.276 | - | 31.276 |
| Lucro líquido do período (Não auditado) | - | - | 324.187 | 324.187 |
| **Em 31 de dezembro de 2004** | 120.749 | 137.669 | (67.621) | 190.797 |
| Ajuste ref.tributos sobre Reavaliação em subsidiária (Não auditado) | - | 1.163 | - | 1.163 |
| Ajuste da realização da reserva de reavaliação 2004 (Não auditado) | - | (187) | - | (187) |
| Realização da reserva de reavaliação, líquida (Não auditado) | - | (870) | 870 | - |
| Lucro líquido do período (Não auditado) | - | - | 53.495 | 53.495 |
| **Em 31 de março de 2005 (Não auditado)** | 120.749 | 137.775 | (13.256) | 245.268 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstração consolidada do fluxo de caixa (não auditada)
## Para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e de 2004
**Em milhares de reais**

| | 2005 (Não auditado) | 2004 (Não auditado) |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro líquido do período | 53.495 | 16.945 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | |
| Depreciações e amortizações | 21.404 | 30.579 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.408 | (7.104) |
| Provisão para contingências | 20.106 | 20.950 |
| Valor residual de ativo permanente baixado | 63 | 5.028 |
| Arrendamentos mercantis financeiros de longo prazo baixados | - | (20.130) |
| Variações monetárias cambiais e juros, líquidas | 13.746 | 7.872 |
| Participação dos acionistas minoritários | 127 | - |
| Outras provisões | 777 | 2.088 |
| (Aumento) diminuição de ativos | | |
| Contas a receber | (50.474) | (21.573) |
| Tributos a recuperar | (2.511) | 870 |
| Estoques | (4.737) | (715) |
| Despesas do exercício seguinte | 12.567 | 24.796 |
| Depósitos em garantia | 2.684 | (1.639) |
| Depósitos judiciais | (275) | (99) |
| Demais contas a receber | (13.821) | 10.926 |
| Aumento (diminuição) de passivos | | |
| Fornecedores | (25.023) | (8.227) |
| Salários e encargos sociais | (37.795) | 10.639 |
| Transportes a executar | (23.903) | (49.493) |
| Impostos e tarifas a recolher | (319) | (4.743) |
| Arrendamentos | (9.476) | 8.053 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 2.147 | 8.882 |
| Demais contas a pagar | 4.158 | (25.803) |

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstração consolidada do fluxo de caixa (não auditada)
## Para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e de 2004
**Em milhares de reais**

| | 2005 (Não auditado) | 2004 (Não auditado) |
|---|---|---|
| **Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais** | **(33.652)** | **8.102** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisição de imobilizado | (18.789) | (17.152) |
| Aumento no ativo diferido | - | (1.049) |
| Outros investimentos | - | 269 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(18.789)** | **(17.932)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Empréstimos e financiamentos/arrendamentos | | |
| Novos financiamentos | 98.030 | 66.967 |
| Pagamentos | (89.548) | (51.734) |
| Debêntures | (6.762) | (15.356) |
| **Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento** | **1.720** | **(123)** |
| **Diminuição líquida no caixa e equivalentes** | **(50.721)** | **(9.953)** |
| Caixa e equivalentes no final do período | 246.140 | 162.370 |
| Caixa e equivalentes no início do período | (296.861) | (172.323) |
| **Variação no caixa e equivalentes** | **(50.721)** | **(9.953)** |

As notas explicativas da administração são parte integrante das informações trimestrais.

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Notas explicativas da administração às informações financeiras consolidadas (não auditadas) para o período de três meses findos em 31 de março de 2005 e de 2004

**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

### 1 Contexto operacional

A TAM S.A. ("TAM") é uma sociedade por ações constituída em 12 de maio de 1997, cujo objetivo social é, principalmente, a participação no capital de empresas dedicadas às atividades de transporte aéreo. A Companhia mantém participação na TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional e, a partir de 18 de setembro de 2003, na Transportes Aéreos del Mercosur S.A. ("Mercosur"), empresa de vôo regular sediada em Assunção, no Paraguai, e que opera basicamente naquele país, na Argentina, no Brasil, no Chile, no Uruguai e na Bolívia.

Durante o mês de agosto de 2004, a subsidiária TLA passou a consolidar as demonstrações financeiras da sua subsidiária Fidelidade Viagens e Turismo Ltda ("Fidelidade"), que se encontrava registrada ao custo histórico. A Fidelidade tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo.

Desde 2004, a Administração acentuou o monitoramento de seus planos de atenuar o fluxo de caixa presente e futuro da Companhia. Esses planos apresentaram resultados que impactaram significativamente na geração de caixa operacional da Companhia, o qual foi devidamente destinado ao pagamento de nossos credores, de maneira a honrarmos nossos compromissos. Adicionalmente, como maior destaque do plano, identificamos a evolução na implementação no canal de distribuição via internet, o e-TAM, que possibilitou a redução dos custos de comercialização, além de demais ações que permitiram importantes reduções de custos e importantes ganhos de produtividade na gestão econômico-financeira e administrativa. Durante o trimestre honramos os cronogramas de devoluções de aeronaves Fokker 100, iniciado em 2003, e que devem se encerrar até abril de 2006.

### 2 Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que são baseadas:

. na Lei no. 6.404/76, modificada pela Lei no. 9.457/97 e pela Lei no. 10.303/01;

. em normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários;
. nas práticas contábeis publicadas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON").

. Adicionalmente, as informações trimestrais também foram baseadas no Plano de Contas elaborado pelo Departamento de Aviação Civil - DAC.

Estas informações trimestrais foram preparadas com o objetivo de realizar uma oferta internacional de ações, principalmente nos Estados Unidos e contém informações financeiras normalmente apresentadas para empresas brasileiras que emitem títulos nos Estados Unidos. Portanto, estas informações trimestrais contém algumas informações financeiras diferentes às informações trimestrais arquivadas junto à CVM para fins estatutário incluídas no ITR. As principais diferenças são:

(i) a não apresentação das informações financeiras da controladora;

(ii) a inclusão de três anos das demonstrações dos resultados, mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixas, enquanto as informações financeiras para fins societários requerem a apresentação de dois anos das informações mencionadas acima; e

(iii) apresentação de informações financeiras e divulgações adicionais conforme os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos ("U.S. GAAP"), incluindo uma reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido apresentado conforme os BR GAAP para os U.S. GAAP.

As informações trimestrais consolidadas preparadas pela Companhia para propósitos estatutários, as quais incluem as informações trimestrais da controladora foram arquivadas com a CVM em maio de 2005. As informações trimestrais consolidadas apresentadas aqui, não incluem as informações trimestrais da controladora e não possuem a intenção de serem utilizadas para propósitos estatutários.

Para facilitar o entendimento das suas informações trimestrais, a TAM decidiu por utilizar as informações trimestrais consolidadas preparadas de acordo com os BR GAAP e expressas em reais, como suas informações trimestrais principais.

Os BR GAAP diferem em aspectos significativos dos U.S. GAAP. Para informações adicionais a respeito das diferenças entre os BR GAAP e os U.S. GAAP, e a reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido, Nota 32.

Na opinião da Companhia as informações financeiras apresentadas aqui, contemplam os ajustes decorrentes das atividades usuais necessários para refletir a adequada apresentação dos resultados dos períodos mencionados. A demonstração do resultado para o período de três meses findo em 31 de março de 2005, não apresenta necessariamente a indicação do resultado esperado para o exercício a encerrar-se em 31 de dezembro de 2005.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

#### (a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, destacando-se:

(i) as receitas de vôo são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de transporte;

(ii) Os cupons de bilhetes vendidos, correspondente ao transportes a executar, são demonstrados no passivo circulante;

(iii) as outras receitas operacionais de vendas e/ou serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de vôos, de sub-arrendamentos de aeronaves, parcerias com o programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) e outros serviços, as quais são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

#### (b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis, revisadas trimestralmente, foram baseadas em fatores objetivos e no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais, em conformidade com a prática contábil vigente. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão necessária para passivos contingentes, valorização de instrumentos derivativos, bem como ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

#### (c) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

**(d) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

**(i) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

**(iii) Estoques**

Os estoques, representados substancialmente por peças e materiais a serem utilizados na execução dos serviços de manutenção e reparo, são apresentados ao seu custo médio de aquisição, sendo este inferior aos valores de reposição. Adicionalmente, os estoques são diminuídos de eventuais provisões para perdas referentes a itens obsoletos.

**(iv) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

**(e) Permanente**

**(i) Ágio e deságio**

O ágio decorrente da aquisição da TLA, fundamentado substancialmente na expectativa de rentabilidade futura da empresa adquirida, é amortizado pelo prazo de até dez anos, a partir do momento em que os benefícios passaram a ser gerados.

O deságio é atribuído a razões econômicas diversas (art. 21, alínea c da Instrução CVM no. 1/78) e, portanto, somente será amortizado no caso de baixa por alienação ou perecimento dos bens, em atendimento ao artigo 14, parágrafo 4, da Instrução CVM no. 247/96. Na posição consolidada, o saldo foi reclassificado para a rubrica "Resultados de exercícios futuros".

**(ii) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação espontânea. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos com manutenções regulares são reconhecidos ao resultado quando incorridos. Os gastos com manutenção específica para a devolução de aeronaves são registrados ao resultado no momento em que devoluções são acordadas com os arrendadores, pelo prazo remanescente dos contratos.

**(iii) Diferido**

O ativo diferido é representado substancialmente pelo direito de uso e por benfeitorias efetuadas em propriedade alugada e é registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o prazo de uso das propriedades.

**(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**(g) Provisões**

Provisões são registradas no momento que a Companhia possui obrigações legais ou constituídas como resultado de eventos passados, e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**(h) Transportes a executar**

A rubrica "Transportes a executar" representa as obrigações correspondentes aos cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

**(i) Plano de Pensão e Benefícios a funcionários**

A subsidiária TAM Linhas Aéreas S.A. patrocina plano de previdência privada de benefícios e contribuições definidos. Baseado na Deliberação CVM no. 371/00, a Companhia optou pelos ajustes do passivo atuarial, existentes até 2001, diretamente ao resultado do exercício, pelo período de cinco anos. Para os exercícios subseqüentes, as obrigações estão sendo reconhecidas quando incorridas.

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do ano.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM no. 371/02, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

São também reconhecidos os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, sobre os saldos de "mais-valia" apurados nas reavaliações.

**(l) Arrendamentos**

Os arrendamentos são registrados da seguinte maneira:

**(i) Arrendamento mercantil financeiro**

Considera as operações que envolvem opções de compra pela TLA de bem específico à atividade econômica. O custo original do bem arrendado é registrado na rubrica “Imobilizado”, em contrapartida das rubricas “Arrendamento”, classificadas nos passivos circulante e de longo prazo.

**(ii) Arrendamento operacional simples**

Refere-se a operações de arrendamento sem cláusula de opção de compra. As obrigações e respectivas despesas dessa modalidade de arrendamento são registradas ao resultado quando incorridas, na rubrica "Custos dos serviços prestados"

**(m) Instrumentos financeiros**

A subsidiária TLA participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir a exposição a flutuações de moedas, taxas de juros e volatilidade dos preços dos combustíveis. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Os ganhos e perdas com essas operações são registrados pelos valores atualizados pela curva do papel.

**(n) Programa Fidelidade TAM**

A Companhia patrocina programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) cujos pontos são acumulados ao utilizarem os vôos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros.

Em 31 de março de 2005, a subsidiária TLA apresenta pontos acumulados em seu programa de Fidelidade, conquistados por seus clientes e não resgatados. Considerando o nível de ocupação de suas aeronaves, a Administração considera que o passivo correspondente a esses bilhetes deva ser valorizado utilizando-se a forma denominada "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representados basicamente por seguro e serviço de bordo). A Administração, em conformidade com as práticas adotadas por outras companhias aéreas, optou por registrar os gastos decorrentes do Programa Fidelidade TAM quando incorridos, levando em consideração a incerteza quanto ao momento que esses pontos serão utilizados, bem como a acuracidade dos montantes envolvidos. Da mesma forma, as receitas decorrentes de parcerias com o Programa Fidelidade TAM são registradas quando recebidas.

**(o) Informações trimestrais consolidadas**

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da TAM S.A. e suas subsidiárias, a seguir relacionadas:

| | | Porcentagem de participação | | |
|---|---|---|---|---|
| | Data base das informações trimestrais consolidadas | 31.03.2005 | 31.12.2004 | 31.03.2004 |
| TAM Linhas Aéreas S.A. | 31.03.2005 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Fidelidade Viagens Turismo Ltda. | 31.03.2005 | 99,99 | 99,99 | - |
| Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. | 28.02.2005 | 94,98 | 94,98 | 94,98 |

As informações trimestrais da TAM Linhas Aéreas S.A., que foram tomadas como base para a consolidação na TAM S.A., consideram os saldos consolidados com a Fidelidade Viagens e Turismo Ltda.

**Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros e prejuízos acumulados das empresas subsidiárias;

. Eliminação dos saldos de receitas e despesas;

. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas informações trimestrais consolidadas;

. A reavaliação do ativo imobilizado da Mercosur foi considerada nas informações trimestrais consolidadas, pelo custo histórico, visando o atendimento das práticas contábeis da Companhia, sem o devido reflexo contábil na escrituração societária de seu país de origem; e

. O patrimônio líquido da Mercosur sediada no exterior, em 28 de fevereiro de 2005, foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data informações trimestrais, nos termos do Pronunciamento XXV, emitido pelo IBRACON e referendado pela Deliberação CVM no. 28/86. O cálculo da equivalência patrimonial compreende, além da participação no resultado, os efeitos da variação cambial que está sujeito o patrimônio líquido da empresa subsidiária.

**(p) Informação suplementar**

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, a título de informação suplementar, a demonstração do fluxo de caixa.

O fluxo de caixa foi elaborado de acordo com o NPC no. 20 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia.

**4 Aplicações financeiras**

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| **Em moeda nacional** | | |
| Certificados de Depósito Bancário - CDB | 14.236 | 22.049 |
| Letra Financeira do Tesouro - LFT | - | 155 |
| Fundos de investimento | 389 | 429 |
| | 14.625 | 22.633 |
| **Em moeda estrangeira** | | |
| Fundos de renda fixa | 149.845 | 188.308 |
| | 149.845 | 188.308 |
| | 164.470 | 210.941 |

### 5 Contas a receber

### (a) Composição dos saldos

| | 31.03.2005 (Não auditado) | | | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|
| | Nacionais | Internacionais | Total | Total |
| Cartões de crédito | 287.997 | 765 | 288.762 | 236.853 |
| Agências de turismo | 175.367 | 11.296 | 186.663 | 190.419 |
| Correntistas | 26.382 | 518 | 26.900 | 28.010 |
| Congêneres | 3.134 | 7.113 | 10.247 | 41.141 |
| Agência de cargas | 3.758 | 6.401 | 10.159 | 9.865 |
| Parcelamento em cheques | 23.596 | - | 23.596 | 37.491 |
| Outros | 72.653 | 3.840 | 76.493 | 29.239 |
| Total | 592.887 | 29.933 | 622.820 | 573.018 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (28.016) | (1.991) | (30.007) | (30.400) |
| | 564.871 | 27.942 | 592.813 | 542.618 |

### (b) Movimentação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.03.2004 (Não auditado ) |
|---|---|---|
| Saldo no início do período | 30.400 | 21.210 |
| Adições (registradas na rubrica despesas com vendas) | 750 | 1.855 |
| Recuperações | (1.143) | (120 ) |
| Saldo ao final do período | **30.007** | **22.945** |

### 6 Demais contas a receber

Representadas, principalmente, por pré-pagamentos contratuais de aeronaves Airbus modelos A320 efetuados à referida fabricante, no montante de R$ 35.737 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 29.085), equivalentes a US$ 13.404 mil (não auditado) (31.12. 2004 - US$ 10.957 mil).

Os valores desembolsados são mantidos como adiantamentos e foram classificados no ativo circulante, uma vez que é assegurada à empresa subsidiária TLA a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante até o próximo exercício com a conseqüente contratação de financiamento dos equipamentos. Adicionalmente, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizaram, em 31 de março de 2005, US$ 65.986 mil (não auditado) (31.12.2004 - US$ 65.986 mil).

Dentre os outros valores classificados nessa conta, R$ 7.477 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 9.572) correspondem a adiantamentos a fornecedores.

### 7 Depósitos em garantia

Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar estadunidense, acrescidos de juros calculados com base na variação da Taxa Interbancária de Londres ("LIBOR") acrescida de juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento.

### 8 Investimento em subsidiárias

#### (a) Composição dos saldos

| | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| | (Não auditado) | |
| Ágio apurado na aquisição de subsidiárias | 2.220 | 2.775 |
| Outros investimentos | 70 | 70 |
| | **2.290** | **2.845** |

#### (b) Informações sobre as subsidiárias

| | 31.03.2005 | | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|
| | (Não auditado) | | |
| | TAM Linhas Aéreas S .A. | Transportes Aéreos del Mercosur S.A. | Total |
| Número de ações (quantidade) | | | |
| Total | 2.064.602 | 87.653 | - |
| Possuídas | 2.064.602 | 83.253 | - |
| Percentual de participação | 100,00 | 94,98 | - |
| Patrimônio líquido | 234.989 | 42.912 | |
| Lucro líquido do período | 52.941 | 1.302 | |
| Valor contábil do investimento avaliado | 234.989 | 40.758 | 220.592 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 52.941 | 1.237 | 343.339 |

### 9 Transações entre partes relacionadas

A Companhia subsidiária TLA recebeu da Táxi Aéreo Marília S.A. ("Marília"), durante o primeiro trimestre de 2005, R$ 54 (não auditado) (31.03.2004 – R$ 670 (não auditado)), correspondente a repasses de custos de utilização de pequena parte de sua estrutura, tais como área de importação e seguros de aeronaves. A Marília possui acionistas indiretos comuns à TLA.

As operações realizadas entre as empresas, foram feitas em condições similares às de mercado.

### 10 Imobilizado

| | 31.03.2005 (Não auditado) | | | 31.12.2004 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | Taxas anuais de depreciação - % |
| Equipamentos de vôo | 689.842 | (238.129) | 451.713 | 453.255 | 3,22 a 10 |
| Imóveis | 137.554 | (6.834) | 130.720 | 131.484 | 1,73 a 2,67 |
| Móveis, utensílios e instalações | 19.194 | (8.907) | 10.287 | 10.478 | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 58.089 | (21.272) | 36.817 | 36.018 | 10 |
| Veículos | 28.402 | (22.117) | 6.285 | 4.663 | 20 |
| Computadores e periféricos | 54.750 | (20.863) | 33.887 | 36.388 | 20 |
| Imobilizações em andamento | 32.238 | - | 32.238 | 31.302 | |
| Outros | 12.684 | (1.195) | 11.489 | 11.701 | 4 a 20 |
| | 1.032.753 | (319.317) | 713.436 | 715.289 | |

A rubrica "Equipamentos de vôo" , em 31 de março de 2005, inclui motores e conjuntos de peças e sobressalentes. A taxa média anual ponderada de depreciação para os equipamentos de vôo é de 8,64% e para imóveis é de 2,77%.

A subsidiária TLA, dando continuidade à adoção do critério contábil "Valor de mercado reavaliado", procedeu, em 31 de dezembro de 2004, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes (Engeval Engenharia de Avaliações S/C Ltda.), aprovado em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada nessa data, ao registro de uma nova reavaliação que inclui motores de aeronaves e imóveis. Essa reavaliação resultou em um acréscimo patrimonial, no valor de R$ 33.104 (R$ 21.933 líquido da provisão para imposto de renda e contribuição social, exceto sobre terrenos, CVM 273/98). As avaliações compreenderam o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontravam. Como conseqüência, quando aplicável, foram determinadas novas estimativas de vida útil para esses itens.

A subsidiária Mercosur, em conformidade com as práticas adotadas pela Companhia, procedeu, em 30 de novembro de 2004, conforme laudos de peritos independentes, avaliação das aeronaves e dos imóveis. Essa avaliação resultou em um acréscimo patrimonial na controladora, no valor de R$ 10.506. As avaliações compreendem o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontram.

Conforme disposição da Deliberação CVM 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação é transferida para a rubrica "Prejuízos acumulados" e totalizou, no período findo em 31 de março de 2005, R$ 870 (não auditado) (31.03.2004 - R$ 3.559).

### 11 Empréstimos e financiamentos

| | Garantias | Encargos financeiros e (formas de pagamentos) | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|
| **Em moeda estrangeira** | | | | |
| Renegociação de arrendamento | Carta de Fiança | Juros pré | 18.592 | 18.654 |
| Financiamento de máquinas e equipamentos | | Libor + spread | 6.676 | 5.621 |
| Outros | Alienação Fiduciária | Juros pré 8,5 a.a. | 1.137 | 1.313 |
| | | | 26.405 | 25.588 |
| **Em moeda nacional** | | | | |
| Arrendamento de equipamentos de informática | Nota promissória R$ 13.488 | CDI +3,0% a 3,5% a.a. (mensal) | 18.256 | 19.976 |
| FINIMP | Nota promissória US$ 8.734 e recebíveis de cartão de crédito | Libor a.a. + spread 0,5% a. a. até 3,4% a.a. (anual) | 39.849 | 33.556 |
| FINAME | Alienação fiduciária + nota promissória R$ 6.336 | TJLP + spread 4,0% a.a. até 4,5% a.a. + 1,5% a.a. até 1,7% a.a. (mensal) | 5.537 | 1.590 |
| Compror | Nota promissória R$ 14.000 | CDI a CDI+ 1,4% a.a. até 1,9% a.a. (semestral) | 74.015 | 63.955 |
| Outros | Notas promissórias US$ 5.417 | Juros pré – 8,5% a.a. (mensal) | 3.810 | 5.887 |
| | | | 141.467 | 124.964 |
| | | | 167.872 | 150.552 |
| Circulante | | | (134.226) | (119.577) |
| Exigível a longo prazo | | | 33.646 | 30.975 |

Abreviações:

FINIMP - Financiamento à Importação
FINAME - Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
CDI - Certificado Depositário Interbancário

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| 2006 | 8.706 | 7.865 |
| 2007 | 7.104 | 5.432 |
| 2008 | 1.988 | 1.900 |
| 2009 | 826 | 823 |
| 2010 | 878 | 874 |
| Posteriores a 2010 | 14.144 | 14.081 |
| | 33.646 | 30.975 |

**12 Arrendamentos**

| | Encargos financeiros e (formas de pagamentos) | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|
| **Em moeda estrangeira** | | | |
| Motores Fokker 100 | Juros pré (mensal) | 1.875 | 2.641 |
| Motores Airbus A319/Airbus A320 | Libor mensal (mensal) | 46.527 | 47.831 |
| Motores e peças Airbus A330 | Libor semestral (mensal) | 11.141 | 11.548 |
| Arrendamento Mercantil | Libor mensal (mensal) | 30.386 | 30.286 |
| | Libor semestral (mensal) | 138.955 | 140.694 |
| | Libor trimestral (mensal) | 11.079 | 13.548 |
| | Juros pré (mensal) | 14.641 | 14.811 |
| | | 254.604 | 261.359 |
| Circulante | | (61.924) | (54.968) |
| Passivo exigível a longo prazo | | 192.680 | 206.391 |

Para os arrendamentos acima foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia como garantia.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| 2006 | 26.147 | 34.758 |
| 2007 | 52.294 | 53.328 |
| 2008 | 33.859 | 35.505 |
| 2009 | 32.307 | 33.957 |
| 2010 | 14.024 | 13.962 |
| Posteriores a 2010 | 34.049 | 34.881 |
| | 192.680 | 206.391 |

**13 Compromissos**

**(a) Contratos de arrendamento operacional simples**

A subsidiária TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em virtude das operações contratadas não preverem a opção de compra das aeronaves pela TLA, representados por 30 Fokker 100, 13 Airbus A319, 33 Airbus A320 e 9 Airbus A330 (31.12.2004 - 30 Fokker 100, 13 Airbus A319, 31 Airbus A320 e 9 Airbus A330). Os contratos têm prazo de até 192 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar estadunidense acrescido da LIBOR semestral.

Em 31 de março de 2005, o custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou respectivamente
R$ 153.644 (não auditado) (1º trimestre de 2004 – R$ 145.045 (não auditado)), equivalentes a US$ 58.449 mil (não auditado) (1º trimestre de 2004 – US$ 49.654 mil (não auditado)).

| | | Milhares de dólares estadunidense | |
|---|---|---|---|
| | Encargos financeiros e (formas de pagamentos) | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 (Não auditado) |
| **Em moeda estrangeira** | | | |
| Fokker 100 | Juros pré (mensal) | 150.102 | 156.004 |
| | Libor semestral (mensal) | 47.307 | 50.218 |
| Airbus A319 | Libor mensal (mensal) | 121.679 | 121.679 |
| | Libor trimestral (mensal) | 16.345 | 17.335 |
| | Libor semestral (mensal) | 165.265 | 168.668 |
| Airbus A320 | Juros pré (mensal) | 7.250 | 8.120 |
| | Libor mensal (mensal) | 165.213 | 171.082 |
| | Libor trimestral (mensal) | 137.370 | 112.000 |
| | Juros semestral (mensal) | 332.745 | 340.565 |
| Airbus A330 | Libor semestral (mensal) | 578.604 | 595.353 |

| | | Milhares de dólares estadunidense | |
|---|---|---|---|
| | **Encargos financeiros e (formas de pagamentos)** | **31.03.2005** | **31.12.2004** |
| Motores Airbus | Juros pré (mensal) | 2.650 | 2.968 |
| | Libor semestral (mensal) | 10.586 | 10.907 |
| | | 1.735.116 | 1.754.899 |

Para todas as operações acima foram oferecidas cartas de fiança como garantia de emissão da Companhia.

Os desembolsos futuros assumidos em decorrência desses contratos e, por ano de vencimento, totalizam:

| | Milhares de dólares estadunidense | |
|---|---|---|
| **Ano** | **31.03.2005** | **31.12.2004** |
| | **(Não auditado)** | |
| 2005 | 169.426 | 219.032 |
| 2006 | 216.709 | 210.391 |
| 2007 | 205.722 | 199.418 |
| 2008 | 183.659 | 177.458 |
| 2009 | 170.315 | 164.120 |
| 2010 | 168.350 | 162.161 |
| Posteriores a 2010 | 620.935 | 622.319 |
| | 1.735.116 | 1.754.899 |

**(b) Pedidos firmes de aeronaves**

A subsidiária TLA mantém pedidos firmes para 10 novas aeronaves Airbus A320 "family" que possuem entrega programada entre 2005 e 2008. Por ocasião dos recebimentos destas aeronaves, novas operações de arrendamento serão contratadas, sendo que já possuímos aprovação pela Airbus Finance.

Os valores totais dos compromissos futuros a serem assumidos pela TLA, determinados com base no preço de lista das aeronaves que serão objeto da contratação das novas operações de arrendamento, denominado em dólares estadunidense e convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente em 31 de março de 2.005 e tem a seguinte composição por ano de recebimento das aeronaves:

| | Compromissos futuros sobre pedidos firmes de aeronaves | |
|---|---|---|
| **Ano** | **R$** | **US$** |
| | **(Não auditado)** | **(Não auditado)** |
| 2005 | 150.421 | 56.418 |
| 2006 | 616.240 | 231.130 |
| 2007 | 473.097 | 177.443 |
| 2008 | 322.677 | 121.025 |
| | 1.562.435 | 586.016 |

**14 Reorganização da frota de Fokker 100**

Como resultado do processo de reorganização de sua frota de aeronaves Fokker 100, a subsidiária TLA, em 19 de dezembro de 2003, rescindiu 19 contratos de arrendamento, sendo dez na modalidade "financeiro" e nove "operacional". Como conseqüência, a TLA firmou contrato obrigando-se a pagar multa rescisória em 30 parcelas trimestrais consecutivas, com vencimentos entre abril de 2004 e julho de 2011, no montante original de R$ 94.188, integralmente contabilizada no resultado daquele exercício. Os pagamentos são trimestrais e cartas de fiança foram oferecidas pela Companhia como garantia.

Adicionalmente, a TLA negociou o vencimento de determinadas parcelas vencidas até a data da assinatura do respectivo contrato, no montante original de R$ 49.599.

Essas aeronaves, a partir da data do referido contrato até a data de sua devolução, estão contratadas sob a modalidade de arrendamento operacional simples.

A devolução dessas aeronaves foi originalmente acordada para ocorrer no período compreendido entre julho de 2004 e julho de 2005. Até 31 de março de 2005, treze aeronaves foram devolvidas, conforme cronograma original. Uma aeronave possui programação para devolução em maio de 2005 e, em janeiro de 2005, foi assinado aditamento prorrogando o prazo das 5 últimas aeronaves até abril de 2006.

O valor total do compromisso, em 31 de março de 2005, montava R$ 115.495 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 116.499), equivalente a US$ 43.318 mil (não auditado) (31.12.2004 –
US$ 43.889 mil), sendo R$ 8.741 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 6.274) classificado no passivo circulante (demais contas a pagar).

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| 2006 | 7.772 | 10.446 |
| 2007 | 14.317 | 14.432 |
| 2008 | 16.920 | 17.057 |
| 2009 | 22.527 | 22.708 |
| 2010 | 25.531 | 25.736 |
| Posteriores a 2010 | 19.687 | 19.846 |
| | 106.754 | 110.225 |

### 15 Transportes a executar

Em 31 de março de 2005, o saldo contábil da rubrica "Transportes a executar" é representado por 917.342 (não auditado) (31.12.2004 - 916.761) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

### 16 Provisão para contingências

A Administração da TLA e da Mercosur constitui provisão para a totalidade dos valores em discussão cujas ações representam perda provável, segundo julgamento de nossos consultores jurídicos, e também para aquelas cujas discussões estão amparadas por leis, portarias ou decretos ou, ainda, aquelas em que os posicionamentos dos tribunais tenham se mostrado desfavorável. Em 31 de março de 2005, o valor total das provisões para contingências era composto da seguinte forma:

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (i) | 214.364 | 208.743 |
| Programa de Integração Social ("PIS") (i) | 68.770 | 66.081 |
| Adicional tarifário (ii) | 124.653 | 113.862 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre operações de arrendamento mercantil financeiro | 10.029 | 9.757 |
| Fundo aeroviário (iii) | 27.043 | 24.496 |
| | 444.859 | 422.939 |
| Trabalhistas | 6.440 | 7.949 |
| Cíveis | 18.806 | 19.111 |
| | 470.105 | 449.999 |

(i) Refere-se à discussão da constitucionalidade da mudança da base de tributação do PIS e da majoração da alíquota e base de apuração da COFINS, introduzidas pela Lei no. 9.718/98. Foram efetuados depósitos judiciais que compreendem o período de junho de 1997 a abril de 1999. Para os meses que não foram efetuados depósitos, a TLA está amparada por medida judicial. Esses valores, líquidos destes depósitos judiciais, são atualizados pela variação da SELIC.

(ii) Refere-se à cobrança de 1% sobre o valor das tarifas aéreas de todos os bilhetes de passagens vendidos em linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas. A Administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não-recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

(iii) Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A Administração da empresa subsidiária TLA apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não-recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

Os depósitos judiciais, relacionados com as questões em disputa, estão registrados no ativo realizável a longo prazo, e são assim compostos:

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| COFINS | 25.443 | 25.397 |
| PIS | 8.450 | 8.450 |
| Trabalhistas | 4.342 | 3.951 |
| Cíveis | 9.977 | 10.139 |
| | 48.212 | 47.937 |

**17 Debêntures**

Foram aprovadas em AGE, realizadas em 1o. de fevereiro de 2002 e 7 de abril de 2003, emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, de forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal de R$ 100,00 cada. O lançamento dessas debêntures já foi concluído e totalizaram seis e três séries, respectivamente. O prazo de vencimento de cada série é de trinta e sessenta meses, respectivamente, contados a partir da data de subscrição da respectiva série e, com carência de seis meses, no caso das debêntures da primeira emissão.

As debêntures são da espécie com garantia real representada por penhor de direitos creditórios e fazem jus a juros equivalentes a taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada taxa DI "Over extragrupo", acrescida de spread de 1% ao ano, para a primeira emissão. Para a segunda emissão, os juros são de 4,75% ao ano, acrescidos de variação acumulada da TJLP.

Os saldos em aberto em 31 de março de 2005, dividido por emissão efetuada, têm a seguinte composição:

| Data | Série | Quantidade | Valor da emissão | 31.03. 2005 (Não auditado) | 31.12. 2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Primeira emissão** | | | | | |
| 30 de julho de 2002 | Sexta | 138.989 | 13.899 | - | 952 |
| | | 138.989 | 13.899 | - | 952 |
| **Segunda emissão** | | | | | |
| 22 de abril de 2003 | Primeira | 473.006 | 47.301 | 38.191 | 39.966 |
| 22 de abril de 2003 | Segunda | 222.835 | 22.284 | 17.990 | 18.828 |
| 16 de maio de 2003 | Terceira | 177.165 | 17.717 | 14.779 | 15.402 |
| | | 873.006 | 87.302 | 70.960 | 74.196 |
| Total | | 1.011.995 | 101.201 | 70.960 | 75.148 |
| Circulante | | | | (23.471) | (23.619) |
| Exigível a longo prazo | | | | 47.489 | 51.529 |

As liquidações destas obrigações estão sendo cumpridas conforme previsto nos contratos originais.

As garantias oferecidas são recebíveis de agências de turismo ocorridos no Bank Boston Banco Múltiplo S.A., no dia 24 de cada mês em valores suficientes para quitação do valor total dessas parcelas mensais.

### 18 Imposto de renda e contribuição social

**(a) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social, nominal e efetivo**

| | 31.03.2005 (Não auditado) | | 31.03.2004 (Não auditado) | |
|---|---|---|---|---|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 78.903 | 78.903 | 14.611 | 14.611 |
| Alíquotas - % | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | (19.726) | (7.101) | (3.653) | (1.315) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes | 1.096 | 388 | 2.521 | 669 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Correntes | (17.183) | (4.752) | (7.151) | (1.731) |
| Diferidos | (1.447) | (1.961) | 6.019 | 1.085 |
| | (18.630) | (6.713) | (1.132) | (646) |

**(b) Composição do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos**

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Prejuízos fiscais acumulados | 23.838 | 31.205 |
| Bases negativas da contribuição social acumuladas | 33.363 | 35.399 |
| Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável | 128.095 | 122.537 |
| | 185.296 | 189.141 |
| Circulante | (38.711) | (39.897) |
| Realizável a longo prazo | 146.585 | 149.244 |

**(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

A reserva de reavaliação, conforme Deliberação CVM no. 273/98, está avaliada, em 31 de março de 2005, líquida dos encargos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre essa mais valia, apurada sobre motores de aeronaves e imóveis. Os referidos encargos diferidos foram apurados com base nas alíquotas previstas para tributação sobre os valores de reavaliação da subsidiária e totalizam, em 31 de março de 2005, R$ 55.047 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 56.822).

**19 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é representado por 61.364.671 ações escriturais, sendo 29.908.124 ordinárias e 31.456.547 preferenciais. O capital social autorizado é de R$ 300.000, podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do conselho de administração.

Em 31 de março de 2005, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral, porém têm prioridade na distribuição de dividendos, prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade e direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de quaisquer benefícios a acionistas.

**(b) Dividendos**

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório na base de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a dedução de 5% da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos no mínimo 10% maiores que a distribuição das ações ordinárias.

**(c) Acordo de acionistas**

A Companhia mantém acordo de acionistas, datado de 20 de novembro de 2002, que discorre sobre os seguintes principais aspectos:

. Princípios de gestão;
. Oferta pública de ações;
. Conselho fiscal;
. Direito de preferência e outras disposições relativas à alienação e oneração de ações,
. Resoluções de impasses;
. Fiscalização da Companhia; e
. Renúncias.

**(d) Reserva de reavaliação**

A parcela realizada no exercício da reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, proporcional à depreciação sobre o valor dos bens reavaliados do ativo permanente foi transferida para prejuízos acumulados e, no 1º trimestre de 2005, totalizou R$ 870 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 7.584). Do total da reserva, R$ 26.910 correspondem à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual venda dos ativos.

Em conformidade à Instrução CVM no. 197/93, os encargos tributários sobre a reserva de reavaliação, que no 1º trimestre de 2005 montam a R$ 55.047 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 56.822), são reconhecidos ao resultado na medida da realização dessa reserva.

**20 Segmentação da receita bruta**

A Companhia utiliza-se, normalmente, de suas informações de receita bruta segmentada por tipo de serviço prestado, porém, como forma de tornar estas informações disponíveis para analistas financeiros, apresenta esta informação também por localidade geográfica e por linha de produto, conforme apresentada a seguir:

**(a) Por tipo de serviço prestado**

| | 31.03.2005 (Não auditado) | % | 31.03.2004 (Não auditado) | % | Variação horizontal entre 2005 e 2004 - % |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita doméstica** | | | | | |
| Regular - Pax | 843.811 | 63,1 | 606.139 | 60,4 | 39,2 |
| Fretamento - Pax | 74.399 | 5,6 | 65.654 | 6,5 | 13,3 |
| Carga | 52.828 | 4,0 | 35.208 | 3,5 | 50,0 |
| | **971.038** | **72,7** | **707.001** | **70,4** | **37,5** |
| **Receita internacional** | | | | | |
| Regular - Pax | 246.471 | 18,4 | 211.183 | 21,0 | 16,7 |
| Fretamento - Pax | 5.252 | 0,4 | 5.363 | 0,6 | (2,1) |
| Carga | 34.114 | 2,6 | 20.566 | 2,0 | 65,9 |
| | **285.837** | **21,4** | **237.112** | **23,6** | **20,5** |
| Outras receitas operacionais | | | | | |
| Comissões | 5.831 | 0,4 | 4.505 | 0,4 | 29,4 |
| Parcerias com Cartão Fidelidade | 14.357 | 1,1 | 5.423 | 0,5 | 164,7 |
| Sub-arrendamento de aeronaves | 24.214 | 1,8 | 36.582 | 3,6 | (33,8) |
| Outros | 34.212 | 2,6 | 13.221 | 1,5 | 158,8 |
| | **78.614** | **5,9** | **59.731** | **6,0** | **31,6** |
| **Receita bruta** | **1.335.489** | **100,0** | **1.003.844** | **100,0** | **33,0** |

**(b) Por localidade geográfica**

| | 31.03. 2005 (Não auditado) | % | 31.03. 2004 (Não auditado) | % | Variação horizontal entre 2005 e 2004 - % |
|---|---|---|---|---|---|
| Brasil | 1.049.651 | 78,6 | 766.732 | 76,4 | 36,9 |
| Europa | 99.214 | 7,4 | 82.502 | 8,2 | 20,3 |
| América do Norte | 90.238 | 6,7 | 75.300 | 7,5 | 19,8 |
| América do Sul (excluindo Brasil) | 96.386 | 7,3 | 79.310 | 7,9 | 21,5 |
| | **1.335.489** | **100,0** | **1.003.844** | **100,0** | **33,0** |

**(c) Por linha de produto**

| | 31.03.2005 (Não auditado) | % | 31.03.2004 (Não auditado) | % | Variação horizontal entre 2005 e 2004 - % |
|---|---|---|---|---|---|
| Regular - Pax | 1.090.282 | 81,6 | 817.322 | 81,4 | 33,4 |
| Fretamento - Pax | 79.651 | 6,0 | 71.017 | 7,1 | 12,2 |
| Cargas | 86.942 | 6,5 | 55.774 | 5,6 | 55,9 |
| Outras receitas | 78.614 | 5,9 | 59.731 | 5,9 | 31,6 |
| | **1.335.489** | **100,0** | **1.003.844** | **100,0** | **33,0** |

O imobilizado da Companhia consiste, basicamente, de equipamentos de vôo, que possuem mobilidade geográfica, portanto, não foram alocados.

### 21 Composição dos principais grupos de custos e despesas

| | | | | 31.03.2005 (Não auditado) | | 31.03.2004 (Não auditado) | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Despesas | | | | | |
| | Custos dos serviços prestados | Comerciais | Gerais e administrativas | Total | % | Total | % |
| Pessoal | 109.452 | 17.202 | 19.443 | 146.097 | 12,5 | 118.971 | 13,4 |
| Combustíveis | 346.827 | - | - | 346.827 | 29,8 | 208.019 | 23,4 |
| Depreciações e amortizações | 17.059 | 266 | 3.525 | 20.850 | 1,8 | 29.465 | 3,3 |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | 91.454 | - | - | 91.454 | 7,9 | 69.149 | 7,8 |
| Seguros de aeronaves | 10.377 | - | - | 10.377 | 0,9 | 13.377 | 1,5 |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | 54.341 | - | - | 54.341 | 4,7 | 39.813 | 4,5 |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | 154.020 | 590 | 3.193 | 157.803 | 13,6 | 150.963 | 17,0 |
| Serviços prestados por terceiros | 26.999 | 27.276 | 34.862 | 89.137 | 7,7 | 74.468 | 8,4 |
| Despesas de comercialização e marketing | - | 189.215 | - | 189.215 | 16,2 | 128.903 | 14,5 |
| Outros | 34.961 | 4.974 | 18.174 | 58.109 | 4,9 | 55.243 | 6,2 |
| | **845.490** | **239.523** | **79.197** | **1.164.210** | **100,0** | **888.371** | **100,0** |

### 22 Resultado financeiro

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.03.2004 (Não auditado) |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Variações cambiais | 21.776 | 6.817 |
| Juros ativos | 2.107 | 1.094 |
| Descontos obtidos | 1.004 | 332 |
| Ganhos com instrumentos financeiros | - | 1.524 |
| Outras receitas financeiras | 2.287 | 165 |
| | 27.174 | 9.932 |
| **Despesas financeiras** | | |
| Variações cambiais | (21.185) | (12.928) |
| Juros passivos | (17.258) | (28.815) |
| CPMF | (3.618) | (3.370) |
| Perdas com instrumentos financeiros | (15.150) | (6.418) |
| Outras despesas financeiras | (3.556) | (1.499) |
| | (60.767) | (53.030) |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(33.593)** | **(43.098)** |

### 23 Benefícios a empregados

#### (a) Plano de aposentadoria complementar

A subsidiária TLA patrocina três planos (TAM Prev I, II e III) de complementação de benefícios de aposentadoria, conforme mencionados a seguir:

#### (i) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Plano I

O plano de aposentadoria TAM Prev - Plano I, administrado por instituição específica denominada MultiPensions Bradesco, foi implantado em outubro de 1982 e foi estruturado na modalidade de "Benefícios definidos", principalmente para aposentadoria, morte e invalidez, parcialmente custeado por contribuições dos participantes e complementado pelas contribuições da patrocinadora.

Em 26 de novembro de 2004, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a proposta de migração dos participantes do Plano I para o Plano III. Até 31 de março de 2005, 183 participantes já haviam aderido a essa proposta de migração. Atualmente, este plano está fechado para ingresso de novos participantes.

#### (ii) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Planos II e III

O plano de aposentadoria TAM Prev - Planos II e III, administrados também pela MultiPensions Bradesco, foram implantados em abril de 1995 e em dezembro de 1998, respectivamente, e foram estruturados na modalidade de "Contribuições definidas" para os benefícios de aposentadoria, parcialmente custeados por contribuições dos participantes e complementados pelas contribuições da patrocinadora e na modalidade de "Benefícios Definidos", para os benefícios de data incerta (morte e invalidez), custeados integralmente pela patrocinadora.

O valor total do passivo líquido dos planos, apurado em laudo de avaliação emitido por atuário independente, datado de 11 de janeiro de 2005, cujas premissas da época não acarretaram mudanças significativas para 2004 e o montante pendente de registro contábil, o qual, conforme previsto pela referida Deliberação CVM, está sendo reconhecido ao resultado em cinco anos, desde 1o. de janeiro de 2002. O valor residual a ser amortizado nos próximos dois exercícios totaliza R$ 3.034.

Em 31 de março de 2005, o valor registrado na rubrica "Demais contas a pagar", monta a R$ 14.413 (não auditado) (31.12.2004 -R$ 13.980).

**(iii) Metodologia de apuração da obrigação atuarial**

A metodologia adotada pelo atuário independente (Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.) para apuração dos valores de obrigações atuariais foi a do método da unidade de crédito projetada e foram suportadas pelas seguintes hipóteses atuariais:

| | Percentuais anuais | |
|---|---|---|
| | **2004** | **2003** |
| Econômicas | | |
| Taxa nominal de desconto | 12,36 | 12,36 |
| Taxa nominal de retorno esperado dos ativos | 14,28 | 12,36 |
| Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano | 6 | 6 |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | 8,12 | 8,12 |
| Inflação | 6 | 6 |
| Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social | 6 | 6 |
| Demográficas | | |
| Tábua de mortalidade | AT-49 | AT-49 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RRB 1944 | RRB 1944 |
| Tábua de entrada em invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Tábua de rotatividade | PW-1 | PW-1 |

Em 31 de março de 2005 as hipóteses atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2004 continuam vigentes.

**(b) Participação nos resultados**

Conforme acordo sindical ajustado anualmente, a Administração da Companhia estimou em suas projeções anuais o pagamento de participação nos resultados em decorrência do atingimento de determinados índices de performances. Nesse sentido, a Administração registrou, na rubrica "Salários e encargos sociais", provisão para pagamento deste benefício no valor de R$ 6.054 (não auditado).

### 24 Cobertura de seguros

As subsidiárias mantêm cobertura de seguros por montantes acima dos valores mínimos obrigatórios que considera necessários para cobertura de eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade. Em 31 de março de 2005, a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves da subsidiária TAM - Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreo del Mercosur S.A. e em relação aos valores máximos indenizáveis, totalizava:

| Ramo | Cobertura - US$ mil |
|---|---|
| Aeronáutico | 2.498.652 |
| Responsabilidades (por aeronave) | |
| Civil | 1.500.000 |
| Guerra | 150.000 |

Em função dos atentados nos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, as companhias de seguro criaram taxas adicionais para cobertura de cascos de aeronaves e para responsabilidade civil provocada por atentados de guerra ou atos de terrorismo.

As seguradoras limitaram as coberturas mundiais em US$ 150.000 mil por sinistro e, para quantias superiores, os pagamentos de prêmios deveriam ser efetivados à vista para o período total das apólices, o que tornou inviável a contratação.

Como conseqüência, o governo brasileiro, através da Lei no. 10.744, de 9 de outubro de 2003 e Decreto no. 5.035 de 5 de abril de 2004, assumiu o compromisso de cobrir eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas que a Companhia possa vir a ser exigida. Conforme regulamentado pela referida lei, as despesas de responsabilidades civis, assumidas pelo governo federal, ficam limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares estadunidenses.

### 25 Contingências ativas

#### (a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS

No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. Atualmente a Administração da TLA estuda junto a seus assessores jurídicos as medidas eventualmente cabíveis no sentido de recuperar a totalidade dos valores pagos. Todavia, a Administração da TLA optou por somente reconhecer a totalidade dos créditos envolvidos, estimados em aproximadamente R$ 55 milhões, e eventual atualização, no momento em que a recuperação financeira desse direito estiver definida.

#### (b) Indenização por insuficiência tarifária

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto desta causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal.

Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização sido determinado em R$ 245 milhões, com base em cálculo elaborado pelo perito judicial. Esse montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. O Tribunal Regional Federal da 1a. Região, julgando o recurso interposto pela União, determinou o retorno do processo para novo julgamento em 1a. instância. Contra esta decisão, encontra-se ainda pendente de julgamento embargos de declaração opostos pela TLA perante o TRF da 1a. Região.

A Administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

### 26 Instrumentos financeiros

#### (a) Considerações gerais

A Companhia realiza operações de derivativos com o objetivo de se proteger dos efeitos de variações da exposição em moeda estrangeira. Adicionalmente, excessos de caixa temporários são aplicados em linha com as políticas de tesouraria reavaliadas de forma contínua, além de minimizar os efeitos da volatilidade dos preços dos combustíveis.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

#### (b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

#### (i) Risco de preço dos serviços

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos serviços prestados pela Companhia, em função de operar num mercado bastante competitivo, local e internacional. A Companhia poderá ter o custo dos serviços prestados afetado por alterações nos preços internacionais de seu principal insumo, representado pelo combustível de aviação. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações desses preços nos mercados nacional e internacional, visando ajustar os preços dos serviços ao custo efetivo, e possui política de contratação de "hedge" de combustíveis que se baseia na proteção dos três meses seguintes.

#### (ii) Risco de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a ter perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

#### (iii) Risco de taxas de câmbio

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Para se proteger dessas oscilações a Companhia adota a política de contratação de operações de "hedge", mais usualmente operações de Opções Asiáticas, conforme demonstrado no item (c) abaixo. Parte do risco é mitigado pelo fato da Companhia operar no exterior e as receitas dessa operação serem realizadas em moeda forte. A atual política de contratação de hedge baseia-se na proteção dos 12 meses seguintes.

**(iv) Risco de crédito**

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de prestação de serviços ao consumidor e/ou a agências de viagens ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota a prática do estabelecimento de limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor (basicamente para as agências de viagens). Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de "rating". Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro.

**(c) Exposição**

**(i) Taxa de câmbio**

A Companhia contrata operações financeiras com derivativos, visando basicamente à proteção de sua exposição à moeda estrangeira, decorrente da aquisição de combustível, de contratação de serviços de manutenção de motores junto aos fabricantes e de contratos de financiamentos com a finalidade de expansão/manutenção de suas atividades operacionais.

Em 31 de março de 2005, os contratos de "swap com opções" e operações de “forward” visando o "hedge" de obrigações com fornecedores e financiamentos a vencer montam R$ 439.923 (não auditado) - US$ 165.000 mil (não auditado) (31.12.2004 - R$ 661.476 - US$ 249.200 mil), e possuem vencimentos variáveis até 1o. de agosto de 2005.

As operações acima, se liquidadas em 31 de março de 2005, apresentariam perdas de R$ 4.212 (não auditado) (31.12.2004 – R$ 7.585) registradas nessa data na rubrica “Despesas do exercício seguinte”, por referirem-se a prêmios pagos no início de cada contrato.

A exposição cambial está preponderantemente indexada ao dólar estadunidense como segue:

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Ativo: | | |
| Aplicações financeiras - indexados ao US$ | 149.845 | 188.308 |
| Contas a receber | 19.103 | 7.102 |
| Pré-pagamentos de aeronaves | 35.737 | 29.085 |
| Depósitos em garantia | 121.220 | 123.073 |
| Passivo: | | |
| Empréstimos e financiamentos / Arrendamentos / Reorganização da frota | (396.504) | (403.446) |
| Fornecedores estrangeiros | (46.732) | (32.830) |
| Arrendamentos operacionais simples – compromissos assumidos (12 meses) | (596.171) | (581.399) |
| Exposição cambial – R$ | (713.502) | (670.107) |
| Instrumentos financeiros (hedge) | 439.923 | 661.476 |
| Exposição cambial, líquida | **(273.579)** | **(8.631)** |

A Administração da Companhia entende que a exposição acima tem seus efeitos minimizados em decorrência de parte de suas vendas serem feitas no exterior, em moeda forte.

**(ii) Preço de serviços**

Durante o 1º trimestre de 2005, a Companhia contratou operações visando à proteção de sua exposição à variação de preços do combustível de aviação, seu principal insumo.

Em 31 de março de 2005, essas operações, com vencimentos variáveis até 1o. de junho de 2005, totalizavam, aproximadamente R$ 26.001(não auditado) (31.12.2004 – R$ 28.731), equivalentes a cerca de 200 mil barris (31.12.2004 – 246 mil barris).

Se liquidadas em 31 de março de 2005, as operações acima apresentariam perdas de R$ 607 (não auditado) (31.12.2004 – R$ 369).

**(d) Aplicações financeiras**

Representadas por aplicações de renda fixa com remuneração de variação cambial, com prazo de vencimento de até 60 dias.

**(e) Investimentos**

As subsidiárias TAM Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreos del Mercosur S.A. são empresas de capital fechado e, portanto, não há informações disponíveis sobre seus valores de mercado.

**27 Programa Fidelidade TAM**

Em 31 de março de 2005, o Programa de Fidelidade TAM apresentava 886.925 (31.12.2004 – 830.888) trechos domésticos de passagens aéreas conquistados por seus clientes e ainda não resgatados. Em decorrência dos atuais níveis médios de ocupação de nossos vôos, e, utilizando-se a forma de "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representado basicamente por seguro e serviço de bordo), a obrigação do programa totalizava aproximadamente R$ 4.603 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 4.312). Desta forma, a Administração da Companhia adota a prática de contabilização destes custos quando efetivamente incorridos, por ocasião do transporte de nossos clientes Fidelidade. Durante o primeiro trimestre de 2005 foram concedidas e utilizadas por nossos clientes 100.765 (31.12.2004 – 429.200) passagens grátis que, valorizadas pela forma descrita acima, totalizaram a R$ 523 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 2.232) (não auditado) de custos registrados ao resultado do exercício.

Os números de trechos domésticos de passagens aéreas conquistadas pelos clientes e ainda não resgatados correspondem à quantidade máxima de trechos, sem desconto da média dos trechos não utilizados pelos clientes. A média de trechos não utilizados pelos clientes é de aproximadamente 15%, o que reduziria a quantidade de trechos não voados para 754.596 (31.12.2004 – 706.920).

Considerando-se que a conversão de pontos em trechos ocorre, na média, a cada 10.000 pontos adquiridos, em 31 de março de 2005, os clientes que já se encontravam com quantidade de pontos suficientes para conversão, correspondiam a 560.920 (31.12.2004 - 484.707) trechos domésticos de passagens aéreas.

Os pontos conquistados por nossos clientes no Programa Fidelidade TAM têm validade de dois anos para serem convertidos em bilhetes. Esse fato limita eventual crescimento do passivo do programa, que apresenta tendência de estabilidade em relação à quantidade de passageiros transportados.

O Programa Fidelidade TAM também se tornou fonte de receitas para a Companhia, em função de parcerias firmadas com diversas empresas. No decorrer do trimestre encerrado em 31 de março de 2005, este valor totalizou a R$ 14.357 (não auditado) (31.12.2004 – R$ 58.251).

### 28 Code share

Em 06 de fevereiro de 2003, firmamos um Protocolo de Entendimentos com a Varig para operações de vôos compartilhados (code share) como etapa preliminar a uma possível fusão entre as duas companhias. A medida buscou, principalmente, a eliminação de sobreposição de vôos e a racionalização da oferta. Essa operação nos propiciou implementar a reorganização da nossa frota de aeronaves, resultando na negociação para a devolução de 19 aeronaves modelo Fokker 100 e conseqüente redução de custos operacionais (Nota 14).

Em 15 de fevereiro de 2005, as companhias apresentaram ao CADE um plano detalhado para rompimento do compartilhamento de vôos, uma vez que ficou evidenciado que a fusão não seria concretizada. Em 23 de fevereiro de 2005 foi celebrado o distrato do Contrato de Associação, com devida aprovação do CADE, que nos concedeu o prazo de 24 de maio de 2005 para encerrar os efeitos dos vôos compartilhados com a Varig. Em comum acordo entre as companhias, deixaremos de operar qualquer vôo compartilhado com a Varig a partir de 2 de maio de 2005.

### 29 Evento Subseqüente

Em 11 de abril de 2005, foi requerido o registro na CVM de uma oferta pública de distribuição primária e secundária, pela qual a TAM e seus acionistas irão ofertar ações preferenciais, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da TAM (a “Oferta”).

A Oferta será realizada em mercado de balcão não-organizado, no Brasil, nos termos da Instrução da CVM nº. 400/03 e, ainda, com esforços de colocação nos Estados Unidos da América junto a investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144 A do U.S. Securities Act* of 1933 , conforme alterado, e em operações isentas de registro segundo o *Securities Act ,* e no Brasil e nos demais países, exceto nos Estados Unidos da América, com base no *Regulation S* editado pela *Securities and Exchange Commission.*

As ações da TAM serão registradas para negociação no segmento do Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

A implementação da Oferta estará sujeita às condições favoráveis do mercado de capitais nacional e internacional

### 30 Resumo das principais diferenças entre os BR GAAP e os U.S. GAAP

#### (a) Descrição das diferenças entre os BR GAAP e os U.S. GAAP

Conforme descrito na Nota 2, a TAM optou por utilizar suas informações trimestrais preparadas de acordo com os BR GAAP como suas informações trimestrais primárias.

As principais práticas contábeis da Companhia, que diferem significativamente dos U.S. GAAP, estão sumarizadas a seguir.

#### (b) Correção monetária complementar em 1996 e 1997 pelos U.S. GAAP

De acordo com os BR GAAP, a correção monetária foi descontinuada a partir de 1o. de janeiro de 1996. As informações trimestrais em BR GAAP incluíram ajustes de indexação que refletem, parcialmente, o efeito da inflação sobre o imobilizado, os investimentos, o diferido (em conjunto, chamados "ativo permanente") e sobre o patrimônio líquido, informando o débito ou crédito líquidos na demonstração do resultado. No entanto, pelos U.S. GAAP, o Brasil deixou de ser tratado como economia altamente inflacionária apenas a partir de 1o. de janeiro de 1998. Dessa forma, as informações trimestrais para fins dos U.S. GAAP devem incluir ajustes adicionais de correção pela inflação em 1996 e 1997, que são efetuadas aplicando-se o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna ("IGP-DI") ao ativo permanente e ao patrimônio líquido. O IGP-DI registrou um aumento de 9,3% em 1996 e de 7,5% em 1997.

Para fins de reconciliação, o patrimônio líquido conforme os U.S. GAAP foi aumentado em R$ 233 (não auditado) em 31 de março de 2005 e R$ 258 em 31 de dezembro de 2004, respectivamente, devido aos ajustes adicionais de correções monetárias, líquidas de depreciação. Tais montantes geraram aumentos nos encargos de depreciação de R$ 25 (não auditado) e R$ 29 (não auditado) respectivamente em 31 de março de 2005 e 2004.

#### (c) Imobilizado

##### (i) Reavaliação do imobilizado

Os BR GAAP permitem a reavaliação dos ativos. A reserva de reavaliação, líquida dos efeitos fiscais diferidos posteriores a 1991, é creditada a uma conta de reserva no patrimônio líquido. A depreciação das reservas de reavaliação é contabilizada ao resultado e o valor da baixa é retirado da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e transferido para prejuízos acumulados mediante a depreciação, baixa ou venda dos ativos.

De acordo com os U.S. GAAP, a reavaliação do imobilizado não é permitida, e as reservas de reavaliação e efeitos fiscais diferidos relacionados foram eliminados de forma a apresentar o imobilizado ao custo histórico menos a depreciação acumulada. Dessa forma, a depreciação contabilizada ao resultado também foi eliminada.

Para fins de reconciliação, a reserva de reavaliação foi revertida de acordo com os U.S. GAAP, líquida de depreciação e efeitos fiscais diferidos, totalizando no patrimônio líquido R$ 137.775 (não auditado) em 31 de março de 2005 e R$ 137.669 em 31 de dezembro de 2004. No resultado estes efeitos totalizaram R$ 870 (não auditado) e R$ 3.559 (não auditado), em 31 de março de 2005 e 2004, respectivamente.

**(ii) Contratos de arrendamento**

Os BR GAAP não especificam a forma de contabilização dos contratos de arrendamento. Como essa contabilização afeta principalmente os resultados do setor de transporte aéreo, a TAM decidiu adotar para fins dos BR GAAP um tratamento contábil registrando como arrendamento mercantil financeiro os contratos que transferem ou concedem à Companhia a opção de transferir a propriedade do ativo ao término do contrato.

De acordo com os U.S. GAAP, o "Statement of Financial Accounting Standard" ("SFAS") no. 13, "Accounting for Leases", define arrendamento de mercantil financeiro como operações de arrendamento que atendam pelo menos um dos critérios a seguir:

. A operação de arrendamento transfere a titularidade da propriedade ao arrendatário ao término do arrendamento.

. A operação de arrendamento contém a opção de compra.

. O prazo da operação de arredamento é igual a 75% ou mais da vida econômica estimada do ativo arrendado.

. O valor presente dos pagamentos mínimos na data inicial da operação de arredamento, excluindo-se a parcela dos pagamentos que representam custos executórios, como seguro, manutenção e impostos a serem pagos pelo arrendador e incluindo qualquer lucro resultante, é igual ou superior a 90% do valor justo do ativo arrendado no início do arrendamento.

A TAM possuía em 31 de março de 2005, 41 contratos de arrendamento operacional simples de aeronaves (Airbus A319 – 9 unidades, Airbus A320 - 11 unidades, Airbus A330 - 7 unidades e Fokker 100 - 14 unidades) dentre a totalidade dos seus contratos de aeronaves os quais, considerando-se a regra acima exposta, foram considerados como arrendamento mercantil financeiro. O valor presente dos pagamentos mínimos destes contratos supera 90% do valor justo do ativo arrendado.

Para fins de reconciliação, o custo destas aeronaves e as obrigações relacionadas na data de início dos contratos, totalizaram em 31 de março de 2005, R$ 3.276.025 (não auditado), e foram contabilizados no balanço patrimonial para fins de U.S. GAAP. O ativo está sendo depreciado durante a vida útil estimada de 25 anos para as aeronaves Airbus A319, Airbus A320 e Fokker 100 e 30 anos para as aeronaves Airbus A330. As variações cambiais estão sendo reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. As despesas de depreciação reconhecidas ao resultado nos períodos de três meses findos em de 31 de março de 2005 e 2004 totalizaram R$ 31.659 (não auditado) e R$ 24.542 (não auditado), respectivamente. As variações cambiais sobre arrendamentos totalizaram em 31 de março de 2005 e 2004, R$ 12.096 (não auditado) e R$ 16.825 (não auditado), respectivamente. As despesas de juros referentes ao arrendamento mercantil financeiro dessas aeronaves em 31 de março de 2005 e 2004 totalizaram R$ 34.794 (não auditado) e R$ 23.894 (não auditado), respectivamente. As despesas reconhecidas para fins de BR GAAP como arrendamento operacional simples destas aeronaves foram revertidas durante todos os períodos, e totalizaram R$ 83.844 (não auditado) e R$ 66.096 (não auditado), em 31 de março de 2005 e 2004 respectivamente.

Para fins de reconciliação dos contratos de arrendamento, os montantes ajustados ao patrimônio líquido no 1º. trimestre de 2005 totaliza R$ (49.008) (não auditado) (31.12.2004 – R$ 54.302).

Adicionalmente em 2004, a TAM efetuou uma mudança na modalidade do arrendamento, para algumas aeronaves. Para fins de BR GAAP, estes contratos eram registrados como arrendamento mercantil financeiro passaram a ser registrados como arrendamento operacional simples gerando um ganho de R$ 353.279 durante o exercício de 2004.

Por conta desta mudança, para fins de U.S. GAAP estes contratos estão inseridos no contexto dos 41 contratos mencionados anteriormente, e portanto continuam sendo registrados como arrendamento mercantil financeiro. Para fins de reconciliação, foi eliminado o ganho reconhecido para fins de BR GAAP totalizando R$ 353.279 em 31 de dezembro 2004.

Considerando todos os ajustes acima, as obrigações com arrendamento conforme os U.S. GAAP totalizam:

| | Encargos financeiros e (formas de pagamentos) | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 (Não auditado) |
|---|---|---|---|
| **Em moeda estrangeira** | | | |
| Aeronaves e Motores Fokker 100 | Juros pré (mensal) | 441.295 | 450.399 |
| Aeronaves e Motores Airbus A319 /Airbus A320 | Libor mensal (mensal) | 1.555.451 | 1.570.941 |
| Aeronaves e Motores e peças Airbus A330 | Libor semestral (mensal) | 1.047.568 | 1.065.108 |
| Arrendamento Mercantil | Libor mensal (mensal) | 9.298 | 9.298 |
| | Libor semestral (mensal) | 53.129 | 51.714 |
| | Libor trimestral (mensal) | 4.891 | 7.240 |
| | Juros pré (mensal) | 16.701 | 17.342 |
| | | 3.128.333 | 3.172.042 |
| Circulante | | (373.979) | (361.648) |
| Passivo exigível a longo prazo | | 2.754.354 | 2.810.394 |

Para os arrendamentos acima foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia como garantia.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 (Não auditado) |
|---|---|---|
| 2006 | 208.555 | 274.045 |
| 2007 | 307.154 | 307.060 |
| 2008 | 299.212 | 299.684 |
| 2009 | 310.761 | 311.179 |
| 2010 | 320.043 | 317.380 |
| Posteriores a 2010 | 1.308.629 | 1.301.046 |
| | 2.754.354 | 2.810.394 |

**(iii) Recuperabilidade**

Os BR GAAP exigem que as empresas determinem se o lucro operacional é suficiente para absorver a depreciação ou amortização dos ativos permanentes, a fim de avaliar a recuperabilidade potencial do ativo. Na hipótese de o lucro operacional ser insuficiente para recuperar a depreciação, o valor dos ativos, ou grupos de ativos, é reduzido ao valor recuperável, de preferência com base nos fluxos de caixa descontados projetados das operações futuras. Na hipótese de substituição planejada dos ativos, antes do término de sua vida útil estimada originalmente, a depreciação desses ativos é acelerada, de modo a assegurar que ele seja depreciado de acordo com o valor líquido estimado de realização na data estimada de substituição.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS no. 144, "Accounting for the Impairment of Disposal of Long-Lived Assets", dispõe que as empresas avaliem o valor contábil dos ativos de vida longa a serem mantidos e usados, e dos ativos de vida longa a serem alienados, quando houver fatos e circunstâncias que requeiram tal revisão. O valor contábil dos ativos de vida longa é considerado irrecuperável quando o fluxo de caixa não descontado previsto, representando o nível mais baixo no qual o fluxo de caixa identificável é inferior ao respectivo valor contábil. Nessa eventualidade, é reconhecida uma perda com base no valor pelo qual o valor contábil supera o valor justo de mercado dos ativos, ou os fluxos de caixa descontados gerados pelos ativos.

No caso da TAM, não houve diferenças entre os U.S. GAAP e os BR GAAP relativas à recuperabilidade dos ativos, para os exercícios apresentados.

**(iv) Ganhos nas operações de "sale-leaseback"**

Os BR GAAP não fornecem orientação específica sobre transações de "sale-leaseback". Todos os ganhos ou perdas resultantes das operações de "sale-leaseback" foram reconhecidos no resultado quando incorridos.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS No. 28, "Accounting for Sales with Leaseback", estabelece uma operação de "sale-leaseback" como uma transação de financiamento, na qual qualquer ganho ou perda na venda deve ser diferido e amortizado pelo vendedor, o qual se torna o arrendatário, seguindo a proporção dos pagamentos do aluguel sobre o período estimado de utilização do ativo, mesmo que na legislação do país de origem da companhia, as operações sejam consideradas isoladas e juridicamente perfeitas.

| | | | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|
| | Ganho no Sale-leaseback | Amortização acumulada | Líquido | Líquido |
| Operação Airbus A330 (i) | 319.073 | (95.279) | 223.794 | 230.441 |
| Operação Airbus A320 (ii) | 54.957 | (10.991) | 43.966 | 45.339 |
| Operação Fokker 100 (iii) | 76.815 | (71.431) | 5.384 | 9.424 |
| | 450.845 | (177.701) | 273.144 | 285.204 |

A amortização do ganho das operações de sale-leaseback apropriada ao resultado do período findo em 31 de março de 2005, registrada nas rubricas “Despesas financeiras, líquidas” e “Outras despesas operacionais, líquida” totalizam R$ 6.352 (não auditado) (31.03.2004 – R$ 24.346) (não auditado) e R$ 5.708 (não auditado) (31.03.2004 – R$ 10.918) (não auditado), respectivamente.

Para fins de reconciliação dos ganhos nas operações de "sale-leaseback", os montantes ajustados ao patrimônio líquido no 1º. trimestre de 2005 totaliza R$ 273.144 (não auditado) (31.12.2004 – R$ 285.204).

(i) Em agosto de 2001, a TAM assinou um contrato que resultou no cancelamento do contrato de arrendamento mercantil financeiro de três aeronaves Airbus A330 com um arrendador , e assinou um novo contrato de arrendamento operacional simples, com um novo arrendador para a mesma aeronave. Para fins de BR GAAP, a TAM reconheceu um ganho líquido no montante de R$ 319.073 durante o exercício de 2001. Este ganho está sendo amortizado pelo prazo do novo contrato de arrendamento operacional simples, cuja liquidação final é prevista para agosto de 2013.

(ii) Em abril de 2003, a TAM assinou contratos que resultaram no cancelamento de contratos de arrendamento mercantil financeiro de quatro aeronaves Airbus A320 com um arrendador, e imediatamente a TAM assinou novos contratos sob a modalidade de arrendamento operacional simples, com um arrendador diferente. Para fins de BR GAAP, a TAM não reconheceu nenhum ganho, pois este contrato era registrado como arrendamento operacional simples. Para fins de U.S. GAAP, a Companhia reconheceu um ganho de R$ 54.957, pois este contrato era registrado como arrendamento mercantil financeiro. Este ganho está sendo amortizado pelo prazo do novo contrato de arrendamento operacional simples, cuja liquidação final é prevista para março de 2013.

(iii) Em adição, em dezembro de 2003, a TAM efetuou uma reorganização da sua frota de 19 Fokker 100 (Nota 14), o qual gerou o cancelamento de 10 contratos de arrendamento mercantil financeiros e 9 contratos de arrendamento operacional simples, gerando novos contratos de arrendamento operacional simples. Para fins de BR GAAP a TAM reconheceu um ganho de R$ 76.815, o qual foi reconhecido no resultado de 2003. Para fins de U.S. GAAP esse ganho está sendo amortizado, conforme cronograma de devolução das aeronaves, previsto originalmente para julho de 2005. Em janeiro de 2005, foi assinado aditamento prorrogando o prazo de devolução de 5 destas aeronaves para até abril de 2006. A Administração decidiu não alterar os prazos da amortização, mantendo o prazo original.

Essas transações foram consideradas como uma modificação das disposições do contrato original para fins de U.S. GAAP. De acordo com o SFAS no. 145, "Recission of FASB Statements No. 4, 44 and 64, Amendment of FASB Statements No. 13, and Technical Corrections", se a modificação nas disposições de um contrato de arrendamento geraram um novo contrato classificado como arrendamento operacional simples, a transação deverá ser contabilizada como "sale-leaseback" de acordo com os parágrafos 2 e 3 do SFAS no. 28, mencionado anteriormente.

**(d) Diferido**

Os BR GAAP permitem o diferimento de benfeitorias realizadas em propriedade de terceiros.

De acordo com os U.S. GAAP, estas benfeitorias devem ser tratadas como adições ao imobilizado e portanto foram reclassificadas para o imobilizado. Os valores reclassificados no balanço patrimonial totalizaram R$ 6.020 (não auditado) em 31 de março de 2005 (R$ 6.291 em 31.12.2004).

**(e) Combinação de empresas**

**(i) Ágio**

De acordo com os BR GAAP, o ágio é resultante da diferença entre o valor pago e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos. Esse ágio é normalmente atribuído ao valor de mercado dos ativos adquiridos ou justificado com base na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado durante a vida útil remanescente dos ativos ou em até dez anos. O deságio resulta de acordo com os BR GAAP quando o valor contábil dos ativos adquiridos é excedente ao preço de compra. O deságio geralmente não é amortizado.

De acordo com os U.S. GAAP, os valores justos são atribuídos a ativos e passivos adquiridos nas combinações de negócios, incluindo ativos intangíveis e ágio não-alocado, aplicáveis a cada transação específica. Com a adoção do SFAS no. 142, "Goodwill and Other Intangible Assets", a partir de 1 º. de janeiro de 2002, o ágio não é mais amortizado mas, em vez disso, é atribuído às "reporting units" da empresa e testada a sua recuperabilidade pelo menos anualmente. Adicionalmente, de acordo com os U.S. GAAP, o ágio gerado em transações de empresas sobre controle comum, não deve ser registrado mas, em vez disso, a diferença entre os valores pagos e o valor de livros dos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada como uma contribuição ou distribuição de capital.

As diferenças com relação aos BR GAAP aplicáveis para a TAM, derivam, principalmente: (i) não amortização de ágio a partir de 1º. de janeiro de 2002; e (ii) não reconhecimento de deságios em transações entre partes sob controle comum (Nota 32 (e)(ii)).

Para fins de BR GAAP, o saldo líquido do ágio, em 31 de março de 2005, totalizou em R$ 2.220 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 2.775), o qual está sendo amortizado pelo período de cinco a dez anos. Em 31 de março de 2005, o deságio totalizou R$ 11.099 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 11.099).

Para fins de reconciliação, foram revertidos os ágios amortizados a partir de 1º. de janeiro de 2002, totalizando R$ 554 (não auditado) e R$ 1.114 (não auditado) no resultado dos trimestres findo em 31 de março de 2005 e 2004, respectivamente. No patrimônio líquido estes efeitos totalizaram para fins de reconciliação R$ 7.458 (não auditado) e R$ 6.904 em 31 de março de 2005 e 31 de dezembro de 2004, respectivamente.

Para fins de U.S. GAAP, o saldo líquido do ágio, em 31 de março de 2005, totalizou
R$ 9.679 (não auditado) (31.12.2004 - R$ 9.679).

**(ii) Controle comum e deságio – TAM Mercosur**

Para fins de BR GAAP, a TAM Mercosur foi adquirida e consolidada pela Companhia em setembro de 2003 através de uma operação de troca de ações.

Para fins de U.S. GAAP, a TAM Mercosur foi considerada sobre controle comum desde 1996, por possuir os mesmos acionistas majoritários da Companhia, e assim foi consolidada retroativamente em todos os períodos apresentados.

Adicionalmente, nesta transação, o deságio para fins de BR GAAP foi gerado pela diferença entre o valor de livros e o valor pago na transação de aquisição da TAM Mercosur. Como esta operação foi caracterizada como de controle comum, para fins de U.S. GAAP a diferença entre o valor pago e o valor de livros da TAM Mercosur foi reconhecida no patrimônio líquido, como, contribuição de capital.

Adicionalmente, para fins de BR GAAP, os efeitos de variação cambial sobre o patrimônio líquido desta subsidiária estão distribuídos pelas linhas do resultado. Para fins de U.S. GAAP, o efeito desta variação cambial foi reconhecido dentro do patrimônio líquido na conta de Ajustes Acumulados de Conversão, de acordo com o SFAS No. 52 “Foreign Currency Translation”.

Para fins de reconciliação, os efeitos descritos acima totalizam R$ 2.834 (não auditado) e R$ (995) (não auditado), nos resultados dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004, respectivamente, e R$ 11.828 (não auditado) no patrimônio líquido em 31 de março de 2005 e R$ 11.828 em 31 de dezembro de 2004.

**(f) Benefícios do plano de pensão e pós-aposentadoria**

Na determinação das obrigações dos benefícios do plano de pensão e pós-aposentadoria para fins de BR GAAP, a NPC no. 26 deve ser aplicada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Conforme permitido pela norma, o ganho de transição (a diferença entre os ativos líquidos do plano e a obrigação dos benefícios projetada ("PBO")) nessa data será contabilizado no lucro durante o período de cinco anos.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS no. 87, "Employers' Accounting for Pensions", está em vigor para os exercícios fiscais posteriores a 1988. A partir dessa data, quando uma obrigação inicial determinada com base na avaliação atuarial era contabilizada, os ganhos e as perdas atuariais, bem como as variações estimadas nos ativos dos planos e PBO, bem como os efeitos das alterações, liquidações e outros, foram reconhecidos de acordo com essa norma e, dessa forma, resultam em montantes diferentes quando diferidos. Até 1997, esses montantes eram tratados como não monetários e indexados pela inflação. Os U.S. GAAP também exigem o reconhecimento de um passivo mínimo adicional.

Embora o cálculo da situação de suficiência de fundos seja o mesmo desde 31 de dezembro de 2001, surgem diferenças nos (i) ganhos e perdas atuariais, pois inicialmente não existe ganho ou perda atuarial em 31 de dezembro de 2001, (ii) reconhecimento da obrigação inicial de transição e (iii) o passivo mínimo, conforme os U.S. GAAP.

Com base no parecer dos atuários independentes da Companhia, a obrigação de benefícios acumulada para o plano de pensão em 31 de março de 2005 totalizou no patrimônio líquido da companhia R$ (8.324) (não auditado) (31.12.2004 - R$ (8.175)). Os efeitos apropriados nos resultados dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004 totalizam, R$ (149) (não auditado) e R$ (111) (não auditado), respectivamente.

| | 2005 | 2004 |
|---|---|---|
| Componentes dos custos de benefícios periódicos, líquidos | | |
| Custo dos serviços | 736 | 710 |
| Custo dos juros | 1.723 | 1.766 |
| Retorno esperado dos ativos | (1.300) | (1.384) |
| Amortização da obrigação de transição inicial | 49 | 69 |
| Amortização do ganho atuarial | - | (9) |
| Custo dos benefícios periódicos, líquidos | 1.208 | 1.152 |

**(g) Instrumentos derivativos financeiros**

De acordo com os BR GAAP, não existe nenhuma exigência para a contabilização dos instrumentos derivativos financeiros. A Companhia registra seus instrumentos financeiros com base em taxas contratuais, reconhecidos pelo regime de competência.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS 133, conforme alteração e interpretação, "Accounting for Derivatives Instruments and Hedging Activities", requer que a companhia reconheça todos os derivativos como ativos ou passivos e mensurem esses instrumentos ao valor de mercado. Mudanças no valor de mercado estão incluídos nos resultados da Companhia. Nenhum dos instrumentos derivativos da Companhia foi qualificados como "hedge".

Para fins de reconciliação, a avaliação dos instrumentos a valor de mercado totalizou R$ 1.541(não auditado) e R$ 719 (não auditado) no resultado dos trimestres findos em 31 de março de 2005 e 2004 respectivamente. O efeito apropriado no patrimônio líquido em 31 de março de 2005 totaliza 6.413 (não auditado) (31.12.2004 – R$ 7.954).

**(h) Lucro por ação**

De acordo com os BR GAAP, o lucro por ação é calculado sobre o número de ações na data do balanço patrimonial. As informações são divulgadas por lote de mil ações, pois, geralmente, esse é o número mínimo de ações que pode ser negociado nas bolsas de valores no Brasil. O prêmio de 10% ao qual os acionistas preferenciais têm direito ou lucros distribuídos não são alocados no cálculo de lucro por ação de acordo com os BR GAAP.

De acordo com os U.S. GAAP, uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos de voto e liquidação diferentes, os lucros básico e diluído por ação foram calculados pelo método de "duas classes", de acordo com o SFAS no. 128, "Earnings per share", que estabelece as exigências para o cálculo, a apresentação e a divulgação do lucro por ação. O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação de rendimentos que determina o lucro por ação das ações preferenciais e ordinárias de acordo com os dividendos a serem pagos conforme os estatutos da Companhia e os direitos de participação sobre os lucros não-distribuídos. O lucro básico por ação ordinária é calculado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período, incluindo o prêmio de 10% alocado aos acionistas preferenciais. Os acionistas ordinários e preferenciais têm o mesmo direito sobre os lucros não-distribuídos. Os rendimentos podem ser capitalizados, utilizados para absorver perdas ou apropriados; dessa forma, tais rendimentos não estariam mais disponíveis para serem pagos como dividendos. Como resultado, nenhuma garantia pode ser feita de que os acionistas preferenciais irão receber o prêmio de 10% ou os lucros distribuídos.

**(i) Resultado abrangente**

De acordo com os BR GAAP, o conceito de resultado abrangente não é reconhecido.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS no. 130, "Reporting Comprehensive Income", exige a divulgação do resultado abrangente. O resultado abrangente é composto por lucro/prejuízo líquido e "outros lucros/prejuízos abrangentes" que incluem encargos ou créditos diretamente ao patrimônio, os quais não resultam de transações com titulares. No caso da TAM, os componentes dos resultados abrangentes são seu lucro líquido ou prejuízo, e as variações no passivo mínimo adicional de aposentadoria e os ajustes acumulados de conversão (Nota 32 (o) (iii)).

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

De acordo com os BR GAAP, o imposto de renda diferido ativo representa o valor estimado a ser recuperado.

De acordo com os U.S. GAAP, são provisionados impostos diferidos sobre todas as diferenças temporárias de impostos. Os ativos e passivos de imposto diferido são classificados como circulante, ou longo prazo, conforme a classificação do ativo ou passivo que dá origem à diferença temporária. Os ativos e passivos de imposto de renda diferido na mesma jurisdição fiscal são compensados entre si e não apresentados pelo valor bruto.

Para fins da reconciliação com os U.S. GAAP, os benefícios (despesas) adicionais de imposto de renda relativos exclusivamente aos ajustes aos U.S. GAAP, foram reconhecidos na demonstração do resultado conforme os U.S. GAAP, nos montantes de R$ (6.415) (não auditado) e R$ (12.571) (não auditado) em 31 de março de 2005 e 2004, respectivamente. O efeito apropriado no patrimônio líquido em 31 de março de 2005 totaliza 113.792 (não auditado) (31.12.2004 – R$ 120.206).

**(l) Classificação dos itens da demonstração do resultado**

De acordo com os BR GAAP, a classificação de certos itens do lucro e das despesas é apresentada de forma diferente dos U.S. GAAP. A demonstração do resultado de acordo com os BR GAAP foi reclassificada de forma a apresentar uma demonstração consolidada do resultado de acordo com os U.S. GAAP (Nota 32 (o) (ii)). As reclassificações estão resumidas a seguir:

. Juros ativos e passivos e outros encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de acordo com os BR GAAP foram reclassificados para lucro não-operacional na demonstração consolidada do resultado de acordo com os U.S. GAAP.

. De acordo com os BR GAAP, os ganhos e as perdas na venda do imobilizado e investimentos ou perda de valor dos ativos fixos são classificados como lucro não-operacional, enquanto de acordo com o U.S. GAAP são classificados como ajustes ao lucro operacional.

. As diferenças de lucro líquido entre os BR GAAP e os U.S. GAAP, conforme detalhado na reconciliação na Nota 32 (n), foram incorporadas à demonstração do resultado de acordo com os U.S. GAAP.

. O custo dos serviços prestados e lucro operacional, de acordo com os U.S. GAAP, foram apresentados por tipo de despesa, em conformidade com as normas de divulgação utilizadas pelo segmento de transporte aéreo.

**(m) Classificação dos itens do balanço patrimonial**

De acordo com os BR GAAP, a classificação de certos itens do balanço patrimonial está apresentada de forma diferente dos U.S. GAAP. Modificamos nosso balanço patrimonial consolidado de acordo com os BR GAAP para apresentar um balanço patrimonial consolidado condensado de acordo com os U.S. GAAP. As reclassificações estão resumidas a seguir:

. De acordo com os BR GAAP, disponibilidades e aplicações financeiras são classificadas em diferentes linhas do balanço patrimonial. Os U.S. GAAP, SFAS No. 95, "Statement of Cash Flows", definem os equivalentes a caixa como investimentos líquidos a curtíssimo prazo sujeitos a (i) conversão imediata em caixa para valores conhecidos e (ii) tão próximos da data de vencimento que apresentam riscos insignificantes de mudança do valor em função de alterações nas taxas de juros.

. De acordo com os U.S. GAAP, determinados encargos diferidos foram reclassificados para o imobilizado, de acordo com sua natureza.

. De acordo com os BR GAAP, os impostos diferidos não são compensados e o ativo é apresentado separadamente do passivo. Para fins de U.S. GAAP, os ativos e passivos diferidos são compensados e classificados como corrente ou não-corrente de acordo com a classificação da diferença temporária subjacente.

**(n) Conciliação das diferenças entre os BR GAAP e os U.S. GAAP**

**No lucro líquido**

| | Ref. Nota 30 | 31.03. 2005 (Não auditado) | 31.03. 2004 (Não auditado) |
|---|---|---|---|
| **Lucro líquido reportado conforme os BR GAAP** | | 53.495 | 16.945 |
| Estorno da depreciação da reavaliação | (c) (i) | 870 | 3.559 |
| Contratos de arrendamentos | (c) (ii) | | |
| Despesa de depreciação do arrendamento mercantil financeiro | (c) (ii) | (31.659) | (24.542) |
| Variação cambial sobre arrendamento | (c) (ii) | (12.096) | (16.825) |
| Despesa de juros sobre a obrigação do arrendamento mercantil financeiro | (c) (ii) | (34.794) | (23.894) |
| Reversão da despesa do arrendamento operacional simples | (c) (ii) | 83.844 | 66.096 |
| Total contrato de arrendamento | | 5.295 | 835 |
| Amortização do ganho, líquido nas operações de sale-leaseback | (c) (iv) | 12.060 | 35.264 |
| Depreciação da correção monetária complementar | (b) | (25) | (29) |
| Reversão da amortização do ágio | (e) (i) | 554 | 1.114 |
| Plano de pensão | (f) | (149) | (111) |
| Controle comum - TAM Mercosur | (e) (ii) | 2.834 | (995) |
| Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos | (g) | 1.541 | 719 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima | (j) | (6.415) | (12.571) |
| **Lucro líquido de acordo com os U.S. GAAP** | | 70.060 | 44.730 |

| | Ref. Nota 30 | 31.03. 2005 (Não auditado) | 31.03. 2004 (Não auditado) |
|---|---|---|---|
| **Lucro por lote de mil ações** | | | |
| Básico | | | |
| Ações preferenciais | | 1,09 | 0,69 |
| Ações ordinárias | | 1,19 | 0,76 |
| Diluído | | | |
| Ações preferenciais | | 1,09 | 0,69 |
| Ações ordinárias | | 1,19 | 0,76 |
| **Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em milhares)** | | | |
| Básico | | | |
| Ações preferenciais | | 29.908 | 29.908 |
| Ações ordinárias | | 31.456 | 31.456 |
| Diluído | | | |
| Ações preferenciais | | 29.908 | 29.908 |
| Ações ordinárias | | 31.456 | 31.456 |

**No patrimônio líquido**

| | Ref. Nota 30 | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|
| **Patrimônio líquido reportado de acordo com os BR GAAP** | | 245.268 | 190.797 |
| Reavaliação do imobilizado, líquida | (c) (i) | (137.775) | (137.669) |
| Contratos de arrendamento | (c) (ii) | (49.008) | (54.302) |
| Diferimento de ganho nas operações de sale-leaseback | (c) (iv) | (273.144) | (285.204) |
| Combinação de empresas (TAM Mercosur) | (e) (ii) | 11.828 | 11.828 |
| Correção monetária complementar | (b) | 233 | 258 |
| Reversão de amortização de ágio | (e) (i) | 7.458 | 6.904 |
| Plano de pensão | (f) | (8.324) | (8.175) |
| Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos | (g) | (6.413) | (7.954) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima | (j) | 113.792 | 120.206 |
| Participação de minoritários sobre os ajustes | | (729) | (729) |
| **Patrimônio líquido de acordo com os U.S. GAAP** | | (96.814) | (164.040) |

**(o) Informações trimestrais condensadas pelos U.S. GAAP**

Com base nos itens de reconciliação e na descrição acima, o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado e a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido da TAM de acordo com os U.S. GAAP, foram apresentadas de maneira condensada, como segue:

**(i) Balanço patrimonial condensado de acordo com os U.S. GAAP**

| **Ativo** | **31.03.2005** (Não auditado) | **31.12.2004** |
|---|---|---|
| Ativo circulante | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | 246.140 | 296.861 |
| Contas a receber (líquido da provisão para devedores duvidosos - R$ 30.122 e R$ 30.400, respectivamente | 592.813 | 542.618 |
| Estoques | 98.341 | 94.102 |
| Tributos a recuperar | 29.354 | 26.843 |
| Despesas antecipadas | 103.514 | 116.037 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 38.711 | 39.897 |
| Demais contas a receber | 62.034 | 46.110 |
| Total do ativo circulante | 1.170.907 | 1.162.468 |
| Realizável a longo prazo | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 260.377 | 269.451 |
| Depósitos em garantia | 121.220 | 123.073 |
| Depósitos judiciais | 48.212 | 47.937 |
| Demais contas a receber | 12.324 | 14.614 |
| | 442.133 | 455.075 |
| Investimentos | | |
| Ágio | 9.679 | 9.679 |
| Outros investimentos | 70 | 70 |
| Imobilizado | 3.318.840 | 3.350.978 |
| | 3.328.589 | 3.360.727 |
| Total do ativo | 4.941.629 | 4.978.270 |

| **Passivo e patrimônio líquido** | **31.03.2005** (Não auditado) | **31.12.2004** |
|---|---|---|
| Passivo circulante | | |
| Fornecedores | 239.193 | 264.216 |
| Parcela de curto prazo das obrigações de arrendamento | 373.979 | 361.648 |
| Empréstimos e financiamentos de curto prazo incluídas parcelas de curto prazo dos empréstimos de longo prazo | 134.226 | 119.577 |
| Debêntures | 23.471 | 23.619 |
| Impostos e tarifas a recolher | 49.026 | 49.345 |
| Transportes a executar | 343.432 | 367.335 |
| Salários e encargos sociais | 83.309 | 121.104 |
| Ganho diferido nas operações de sale-leaseback | 75.939 | 81.352 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 5.393 | 3.072 |
| Outras contas a pagar | 91.299 | 80.290 |
| | 1.419.267 | 1.471.558 |
| Exigível a longo prazo | | |
| Obrigações de arrendamento mercantil financeiro | 2.754.354 | 2.810.394 |
| Empréstimos | 33.646 | 30.975 |
| Debêntures | 47.489 | 51.529 |
| Reorganização da frota de Fokker 100 | 106.754 | 110.225 |
| Provisão para contingências | 470.105 | 449.999 |
| Ganho diferido nas operações de sale-leaseback | 197.205 | 203.852 |
| Demais contas a pagar | 7.468 | 11.751 |
| | 3.617.021 | 3.668.725 |
| Participação minoritária | 2.154 | 2.027 |
| Patrimônio líquido | (96.813) | (164.040) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 4.941.629 | 4.978.270 |

**(ii) Demonstração do resultado consolidado de acordo com os U.S. GAAP**

| | 31.03.2005 (Não auditado) | 31.03.2004 (Não auditado) |
|---|---|---|
| Receitas operacionais, líquidas | 1.280.239 | 939.347 |
| Despesas operacionais | | |
| Pessoal | 146.246 | 119.082 |
| Combustíveis | 346.827 | 208.019 |
| Arrendamento das aeronaves e equipamentos | 73.959 | 86.316 |
| Despesas de comercialização e marketing | 189.215 | 128.903 |
| Tarifa de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | 54.341 | 39.813 |
| Depreciações e amortizações | 50.575 | 48.547 |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | 91.454 | 69.149 |
| Serviços prestados por terceiros | 89.137 | 74.468 |
| Seguro de aeronaves | 10.377 | 13.377 |
| Outras | 52.950 | 32.810 |
| | 1.105.081 | 820.484 |
| Lucro operacional | 175.158 | 118.863 |
| Despesas financeiras, líquidas | (72.590) | (58.752) |
| Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e participação minoritária | 102.568 | 60.111 |
| Imposto de renda e contribuição social | (32.293) | (15.164) |
| Lucro antes da participação minoritária | 70.275 | 44.947 |
| Participação minoritária | (215) | (217) |
| Lucro do período | 70.060 | 44.730 |

**(iii) Mutação do patrimônio líquido condensada de acordo com os U.S. GAAP**

| | 31.03.2005 (Não auditado) |
|---|---|
| No início do período | (164.040) |
| Ajuste acumulado de conversão | (2.833) |
| Lucro do período | 70.060 |
| Resultado abrangente | 67.227 |
| No final do período | (96.813) |

O resultado abrangente para o período de três meses findo em 31de março de 2004 foi de R$ 45.725.

**(p) Segmentos de negócio**

De acordo com os BR GAAP, não é requerida a apresentação de informações por segmentos de negócio.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS no. 131, "Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information", define segmentos operacionais como componentes de uma empresa para os quais as informações trimestrais separadas estão disponíveis e são avaliadas regularmente como forma de mensurar o desempenho do segmento e alocar recursos para os segmentos. As mensurações de lucro ou prejuízo, ativos totais e outras informações relacionadas devem ser divulgadas para cada segmento operacional. Além disso, essa norma requer a divulgação anual das informações relativas a receitas resultantes dos produtos e serviços da empresa, países onde os rendimentos são gerados, receitas ou ativos e principais clientes.

O SFAS no. 131 requer que os dados por segmento sejam apresentados nas demonstrações financeiras baseadas nos U.S. GAAP de acordo com as informações trimestrais utilizadas pela administração para tomar decisões operacionais, incluindo a alocação de recursos entre os segmentos e desempenho do segmento. Essas informações são resultantes dos registros contábeis estatutários, mantidos de acordo com os BR GAAP. A TAM possui apenas um segmento de negócio.

**(q) Divulgação adicional - Despesas com propaganda e publicidade**

As despesas com propaganda e publicidade totalizaram R$ 7.603 e R$ 3.499 para período de três meses findos em 31 de março de 2005 e 2004, respectivamente, e estão incluídas nas despesas comerciais.

**(r) Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos**

Em dezembro de 2004, o "Financial Accounting Standards Board" ("FASB") emitiu o SFAS No. 123R, "Share-Based Payment" que estabelece os requerimentos contábeis para compensação de "share-based" para empregados, incluindo plano de compra de ações por empregados e fornece orientação sobre a contabilização de compensação para não empregados. Este pronunciamento irá requerer que companhias reconheçam na demonstração de resultado o valor presente da concessão de opção de ações e outros tipos de compensação emitidos para empregados, mas que não expressem preferência por um tipo de modelo de avaliação. Para entidades públicas, o pronunciamento se torna efetivo para o primeiro período com início depois de 15 de junho de 2005. A Companhia não fornece atualmente qualquer pagamento baseado em ações para empregados ou não empregados.

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS No. 153, "Exchanges of Nonmonetary Assets" uma emenda ao APB No. 29. Este pronunciamento emenda o APB no. 29 para eliminar a troca não monetária de ativos produtivos similares e a substitui por uma exceção mais genérica de troca de ativos não monetários que não tenham substância comercial. O pronunciamento especifica que uma troca não monetária tem substância comercial se os fluxos de caixa futuros da entidade tem expectativa de se modificar significantemente como resultado da troca. Este pronunciamento se torna efetivo para troca de ativos não monetários que ocorram nos períodos fiscais que iniciam após 15 de junho de 2005. Aplicações anteriores são permitidas para trocas de ativos não monetários que ocorram em exercícios fiscais que iniciam depois da emissão do pronunciamento. Aplicações retroativas não são permitidas. A Companhia aplicará esta norma caso ocorram trocas não monetárias de ativos nos exercícios fiscais que iniciam depois de 15 de junho de 2005.

Em novembro de 2004, o FASB emitiu a SFAS No. 151 "Inventory Costs" uma emenda do ARB no. 43, capítulo 4, que trata de precificação de estoque. O pronunciamento esclarece a contabilização de montantes extraordinários de despesas (ociosas), fretes, custo de execução e refugo. De acordo com as normas anteriores, parágrafo 5 de ARB No. 43, capítulo 4, estes itens devem ser considerados por serem extraordinários, sob certas circunstâncias, exigem tratamento como despesas do período corrente. Este pronunciamento elimina o critério de "so abnormal" e requer que os custos de conversão sejam baseados na capacidade normal de produção da planta. As provisões deste pronunciamento devem ter efeito a partir de 2005. Além disso, este pronunciamento requer a alocação de despesas gerais fixas de produção para estoque até 15 de janeiro de 2005. É permitida a aplicação antecipada para custo incorrido de estoque durante os anos fiscais iniciados depois da data que este pronunciamento foi publicado. As provisões deste pronunciamento devem ser aplicadas prospectivamente. A Companhia está analisando os requerimentos desta nova norma e acredita que sua adoção não terá impacto significativo na posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa.

Em setembro de 2004, o FASB emitiu o FSP EITF edição 03-1-1, que posterga a aplicação dos parágrafos 10-20 do EITF 03-1, "The Meaning of Other-Than-Temporary Impairment and Its Application to Certain Investments". Os parágrafos 10-20 do EITF 03-1 dão orientação de como avaliar e reconhecer uma provisão para perda não temporária. A aplicação destes parágrafos foi adiada até a publicação da proposta do FSF EITF No. 03-1a. Nós não esperamos que o EITF No. 03-1 terá algum impacto na posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa da companhia.

Em reunião de 31 de março de 2004, o Emerging Issues Task Force (EITF) chegou ao consenso final do EITF 03-6, "Participanting Securities and the Two-Class Method under FASB Statement No. 128". Normalmente a participação em ações dá direito à parcela do lucro de uma companhia, freqüentemente através de uma fórmula relativa aos dividendos das ações ordinárias da companhia. Esta norma esclarece o que significa o termo "participação em ações", conforme o FASB No. 128. Quando um instrumento é considerado como uma "participação em ações", ele tem o potencial de reduzir significativamente os ganhos básicos por ações ordinárias porque o método de duas-classes deve ser usado para computar o efeito do instrumento sobre os ganhos por ação. O consenso também abrange outros instrumentos cujos termos incluem uma participação específica. O consenso também abrange a alocação de perda. Se os ganhos não distribuídos devem ser alocados na "participação de ações" pelo método de "duas-classes", perdas também devem ser alocadas. Embora, o EITF 03-6 limita esta alocação somente para situações em que as ações têm (1) o direito de participação no lucro da companhia, e (2) uma obrigação contratual objetiva e determinável para participação nos prejuízos da companhia. O consenso alcançado no EITF 03-6 tem efeito para os períodos fiscais iniciados após 31 de março de 2004. O EPS em períodos anteriores devem ser ajustados retroativamente a fim de atender o EITF 03-6. A Companhia não espera que esta norma tenha algum impacto sobre os cálculos do EPS Básico e Diluído.

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXO F

Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e para cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004 (incluindo uma nota com o sumário das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP) e respectivo parecer dos auditores independentes

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# TAM S.A. e suas subsidiárias

**Demonstrações financeiras consolidadas em**
**31 de dezembro de 2004 e de 2003**
**e parecer dos auditores independentes**

## TAM S.A. e suas subsidiárias

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
## Em milhares de reais

**Parecer dos auditores independentes**

Aos Administradores e Acionistas
TAM S.A.

1 Examinamos os balanços patrimoniais consolidados da TAM S.A. e suas subsidiárias (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos de cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2004 e de 2003 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos de cada um dos três exercícios no período findo em 31 de dezembro de 2004, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa apresentada para propiciar informações suplementares sobre a Companhia, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras. A referida informação suplementar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2004, de 2003 e de 2002, foram submetidas aos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5 As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem em certos aspectos relevantes dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças estão apresentadas na Nota 30 às demonstrações financeiras consolidadas.

São Paulo, 31 de março de 2005

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Henrique Luz
Contador CRC 1RJ045789/T-2 “T” SP 002332

**TAM S.A. e suas subsidiárias**

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
## Em milhares de reais

| **Ativo** | **2004** | **2003** |
|---|---|---|
| Circulante | | |
| Disponibilidades | 85.920 | 71.243 |
| Aplicações financeiras | 210.941 | 101.080 |
| Contas a receber | 542.618 | 292.964 |
| Estoques | 94.102 | 87.349 |
| Tributos a recuperar | 26.843 | 52.353 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 39.897 | 17.891 |
| Despesas do exercício seguinte | 86.848 | 91.852 |
| Demais contas a receber | 46.110 | 59.679 |
| | 1.133.279 | 774.411 |
| Realizável a longo prazo | | |
| Depósitos em garantia | 123.073 | 138.773 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 149.244 | 249.576 |
| Depósitos judiciais | 47.937 | 41.782 |
| Demais contas a receber | 14.614 | 5.446 |
| | 334.868 | 435.577 |
| Permanente | | |
| Investimentos | 2.845 | 5.486 |
| Imobilizado | 715.289 | 1.565.263 |
| Diferido | 6.291 | 7.751 |
| | 724.425 | 1.578.500 |
| Total do ativo | 2.192.572 | 2.788.488 |

## TAM S.A. e suas subsidiárias

## Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
## Em milhares de reais

| **Passivo e patrimônio líquido** | **2004** | **2003** |
|---|---|---|
| Circulante | | |
| Fornecedores | 264.216 | 199.789 |
| Empréstimos e financiamentos de curto prazo incluídas parcelas de curto prazo de empréstimos de longo prazo | 119.577 | 47.663 |
| Arrendamentos | 54.968 | 269.878 |
| Debêntures | 23.619 | 71.479 |
| Salários e encargos sociais | 121.104 | 57.476 |
| Transportes a executar | 367.335 | 225.233 |
| Impostos e tarifas a recolher | 49.345 | 43.510 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 3.072 | - |
| Demais contas a pagar | 67.720 | 51.315 |
| | 1.070.956 | 966.343 |
| Exigível a longo prazo | | |
| Empréstimos e financiamentos | 30.975 | 33.605 |
| Arrendamentos | 206.391 | 964.715 |
| Debêntures | 51.529 | 65.166 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 56.822 | 173.610 |
| Provisão para contingências | 449.999 | 362.351 |
| Reorganização da frota de Fokker 100 | 110.225 | 142.198 |
| Demais contas a pagar | 11.752 | 26.504 |
| | 917.693 | 1.768.149 |
| Resultado de exercícios futuros | 11.099 | 11.099 |
| Participação de acionistas minoritários | 2.027 | 971 |
| Patrimônio líquido | | |
| Capital social | 120.749 | 120.749 |
| Reserva de reavaliação | 137.669 | 337.514 |
| Prejuízos acumulados | (67.621) | (416.337) |
| | 190.797 | 41.926 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 2.192.572 | 2.788.488 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TAM S.A. e suas subsidiárias**

**Demonstrações do resultado**
**Exercícios findos em 31 de dezembro**
**Em milhares de reais, exceto quando indicado**

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| **Receita operacional** | | | |
| Receitas de vôo | | | |
| Doméstico | 3.233.300 | 2.687.676 | 2.532.948 |
| Internacional | 893.140 | 679.420 | 586.771 |
| Carga | 318.953 | 235.839 | 219.858 |
| Outras receitas operacionais | 298.888 | 164.848 | 132.333 |
| | 4.744.281 | 3.767.783 | 3.471.910 |
| Deduções e impostos sobre vendas | (223.910) | (176.440) | (141.702) |
| **Receita líquida operacional** | 4.520.371 | 3.591.343 | 3.330.208 |
| Custo dos serviços prestados | (3.012.581) | (2.654.651) | (2.606.147) |
| **Lucro bruto** | 1.507.790 | 936.692 | 724.061 |
| **(Despesas) receitas operacionais** | | | |
| Comerciais | (892.657) | (721.788) | (715.082) |
| Gerais e administrativas | (320.414) | (247.573) | (245.524) |
| Despesas financeiras | (114.381) | (215.164) | (921.605) |
| Receitas financeiras | 31.806 | 476.607 | 251.075 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (14.610) | (8.821) | (9.331) |
| | (1.310.256) | (716.739) | (1.640.467) |
| **Lucro (prejuízo) operacional** | 197.534 | 219.953 | (916.406) |
| **Resultado não operacional, líquido** | 300.126 | 15.381 | 45.614 |
| **Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (a transportar)** | 497.660 | 235.334 | (870.792) |

**TAM S.A. e suas subsidiárias**

## Demonstrações do resultado
## Exercícios findos em 31 de dezembro
## Em milhares de reais, exceto quando indicado

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| **Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social (de transporte)** | 497.660 | 235.334 | (870.792) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Corrente | (81.292) | - | - |
| Diferido | (74.673) | (61.288) | 265.059 |
| **Lucro (prejuízo) antes da participação dos acionistas minoritários** | 341.695 | 174.046 | (605.733) |
| **Participação dos acionistas minoritários** | (563) | (242) | - |
| **Lucro líquido (prejuízo) do exercício** | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| **Lucro (prejuízo) por lote de mil ações do capital social ao final do exercício** | 5,56 | 2,83 | (10,00) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
## Em milhares de reais

| | Capital social | Reserva de reavaliação | Prejuízos acumulados | Total |
|---|---|---|---|---|
| **Em 31 de dezembro de 2001** | 118.056 | 380.068 | (36.805) | 461.319 |
| Ajuste do exercício anterior | - | 3.359 | (3.359) | - |
| Alteração da alíquota da contribuição social diferida sobre a reserva de reavaliação (Lei no. 10.637/02) | - | (5.274) | - | (5.274) |
| Reversão da reserva de reavaliação por baixa de aeronaves | - | (6.585) | - | (6.585) |
| Reavaliação, líquida dos efeitos tributários | - | 360.748 | - | 360.748 |
| Realização da reserva de reavaliação, líquida | - | (22.653) | 22.653 | - |
| Prejuízo do exercício | - | - | (605.733) | (605.733) |
| **Em 31 de dezembro de 2002** | 118.056 | 709.663 | (623.244) | 204.475 |
| Incorporação de ações da subsidiária Transportes Aéreos del Mercosur S.A. (Nota 19(a)) | 2.693 | - | - | 2.693 |
| Reversão da reserva de reavaliação por baixa de aeronaves | - | (77.537) | - | (77.537) |
| Realização da reserva de reavaliação, líquida (Nota 19(d)) | - | (33.103) | 33.103 | - |
| Reavaliação, líquida dos efeitos tributários | - | (261.509) | - | (261.509) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 173.804 | 173.804 |
| **Em 31 de dezembro de 2003** | 120.749 | 337.514 | (416.337) | 41.926 |
| Reversão de efeitos tributários sobre reavaliação | - | 7.046 | - | 7.046 |
| Reversão da reserva de reavaliação por baixa de motores de aeronaves | - | (4.023) | - | (4.023) |
| Reversão da reserva de reavaliação por baixa de aeronaves (Nota 12(b)) | - | (226.560) | - | (226.560) |
| Realização da reserva de reavaliação, líquida (Nota 19(d)) | - | (7.584) | 7.584 | - |
| Reavaliação, líquida dos efeitos tributários (Nota 10) | - | 31.276 | - | 31.276 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | 341.132 | 341.132 |
| **Em 31 de dezembro de 2004** | 120.749 | 137.669 | (67.621) | 190.797 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstrações das origens e aplicações de recursos
## Exercícios findos em 31 de dezembro
## Em milhares de reais

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| **Origens dos recursos** | | | |
| Das operações sociais | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido | | | |
| Amortizações de ágio em subsidiárias | 2.291 | 4.457 | 4.457 |
| Depreciações e amortizações | 91.426 | 154.995 | 128.924 |
| Valor residual de ativo permanente baixado | 577.443 | 212.238 | 30.985 |
| Arrendamentos mercantis financeiros de longo prazo baixados | (833.523) | (217.079) | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 96.792 | 61.288 | (265.059) |
| Provisão para contingências | 87.648 | 119.276 | 85.513 |
| Variações monetárias sobre ativos e passivos de longo prazo | 13.608 | (253.674) | 499.503 |
| Participação dos acionistas minoritários | 563 | 971 | - |
| | 377.380 | 256.276 | (121.410) |
| Recursos aplicados nas operações sociais | - | - | 121.410 |
| Dos acionistas | | | |
| Aumento do capital social | - | 2.693 | - |
| Resultado de exercícios futuros | - | 11.099 | - |
| | - | 13.792 | - |
| De terceiros | | | |
| Aumento do exigível a longo prazo | 29.870 | 348.571 | 48.517 |
| Redução do realizável a longo prazo | - | 55.133 | 2.390 |
| | 29.870 | 403.704 | 50.907 |
| **Total dos recursos obtidos** | 407.250 | 673.772 | 50.907 |

## TAM S.A. e suas subsidiárias

## Demonstrações das origens e aplicações de recursos
## Exercícios findos em 31 de dezembro
## Em milhares de reais

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| **Aplicações dos recursos** | | | |
| Nas operações sociais | - | - | 121.410 |
| Aumento do realizável a longo prazo | 9.272 | - | - |
| No ativo permanente | | | |
| Investimentos | - | - | 350 |
| Imobilizado | 122.285 | 84.351 | 120.519 |
| Diferido | - | 2.478 | 5.790 |
| Transferências do exigível a longo prazo | | | - |
| para o circulante | 21.438 | 249.297 | 123.301 |
| **Total dos recursos aplicados** | 152.995 | 336.126 | 371.370 |
| **Aumento (redução) no capital circulante líquido** | 254.255 | 337.646 | (320.463) |
| **Variação do capital circulante líquido** | | | |
| **Ativo circulante** | | | |
| No fim do exercício | 1.133.279 | 774.411 | 591.018 |
| No início do exercício | (774.411) | (591.018) | (636.399) |
| | 358.868 | 183.393 | (45.381) |
| **Passivo circulante** | | | |
| No fim do exercício | 1.070.956 | 966.343 | 1.120.596 |
| No início do exercício | (966.343) | (1.120.596) | (845.514) |
| | 104.613 | (154.253) | 275.082 |
| **Aumento (redução) do capital circulante líquido** | 254.255 | 337.646 | (320.463) |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TAM S.A. e suas subsidiárias**

**Informação Complementar**
**Demonstrações do fluxo de caixa**
**Exercícios findos em 31 de dezembro**
**Em milhares de reais**

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | | |
| Depreciações e amortizações | 91.426 | 154.995 | 128.924 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 74.673 | 61.288 | (265.059) |
| Provisão para contingências | 87.648 | 119.276 | 85.513 |
| Amortização de ágio | 2.291 | 4.457 | 4.457 |
| Valor residual de ativo permanente baixado | 577.443 | 212.238 | 30.985 |
| Arrendamentos mercantis financeiros de longo prazo baixados | (833.523) | (217.079) | - |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | 9.893 | (256.933) | 596.052 |
| Outras provisões | 9.043 | 17.485 | 6.474 |
| (Aumento) diminuição de ativos | | | |
| Contas a receber | (256.199) | (59.930) | 159.364 |
| Tributos a recuperar | 25.510 | (1.273) | (27.947) |
| Estoques | (9.251) | 278 | (7.099) |
| Despesas do exercício seguinte | 5.004 | 1.165 | (57.604) |
| Depósitos em garantia | 6.844 | 5.570 | (9.207) |
| Depósitos judiciais | (6.155) | (180) | 270 |
| Partes relacionadas | - | - | 7.982 |
| Demais contas a receber | 3.607 | 2.367 | 5.771 |
| Aumento (diminuição) de passivos | | | |
| Fornecedores | 64.427 | (117.018) | 49.464 |
| Salários e encargos sociais | 63.628 | (1.655) | (9.374) |
| Transportes a executar | 142.102 | 43.907 | (60.520) |
| Impostos e tarifas a recolher | (12.140) | 5.542 | 3.156 |
| Arrendamentos | (25.658) | 130.653 | 110.377 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 3.072 | - | - |
| Demais contas a pagar | 3.045 | 48.462 | (3.712) |
| **Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais** | 367.862 | 327.419 | 142.534 |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | |
| Aquisição de imobilizado | (122.285) | (84.351) | (120.519) |
| Aumento no ativo diferido | - | (2.478) | (5.790) |
| Outros investimentos | - | - | (350) |
| Aumento do capital social | - | 2.693 | - |
| Participação dos acionistas minoritários | 563 | 971 | - |
| Resultado de exercícios futuros - deságio | - | 11.099 | - |

**TAM S.A. e suas subsidiárias**

**Informação Complementar**
**Demonstrações do fluxo de caixa**
**Exercícios findos em 31 de dezembro**
**Em milhares de reais**

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | (121.722) | (72.066) | (126.659) |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | |
| Empréstimos e financiamentos/arrendamentos | (50.860) | (149.412) | (58.735) |
| Debêntures | (70.742) | 20.564 | 78.435 |
| **Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento** | (121.602) | (128.848) | 19.700 |
| **Aumento líquido no caixa e equivalentes** | 124.538 | 126.505 | 35.575 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 296.861 | 172.323 | 45.818 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 172.323 | 45.818 | 10.243 |
| **Variação no caixa e equivalentes** | 124.538 | 126.505 | 35.575 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# TAM S.A. e suas subsidiárias

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2004, 2003 e 2002
## Em milhares de reais, exceto quando indicado

### 1 Contexto operacional

A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia") é uma sociedade por ações constituída em 12 de maio de 1997, cujo objetivo social é, primordialmente, a participação no capital de empresas dedicadas às atividades de transporte aéreo. A Companhia mantém participação na TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional e, a partir de 18 de setembro de 2003, na Transportes Aéreos del Mercosur S.A. ("Mercosur"), empresa de vôo regular sediada em Assunção, no Paraguai, e que opera basicamente naquele país, na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia.

Durante o exercício, a subsidiária TLA passou a consolidar as demonstrações financeiras da sua subsidiária Fidelidade Viagens e Turismo Ltda. ("Fidelidade"), que se encontrava registrada ao custo histórico até 31 de dezembro de 2003. A Fidelidade tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de Agência de Viagens e Turismo.

Em virtude das características do setor de aviação comercial em nosso País, com naturais reflexos sobre nossas operações, a TAM, durante o exercício social de 2004, aplicou enfaticamente seu plano de aumento permanente de produtividade, tanto no âmbito operacional, como no administrativo e financeiro.

Nesse contexto, em 2004, a administração acentuou o monitoramento de seus planos de atenuar o fluxo de caixa presente e futuro da Companhia. Esses planos apresentaram resultados que impactaram significativamente na nossa geração de caixa operacional. Como maior destaque do plano, identificamos a evolução na implementação no canal de distribuição via internet, o e-TAM, que possibilitou a redução dos custos de comercialização, além de demais ações que permitiram importantes reduções de custos e importantes ganhos de produtividade na gestão econômico-financeira e administrativa. Durante o exercício honramos os cronogramas de devoluções de aeronaves Fokker 100, iniciado em 2003, e que devem se encerrar até julho de 2005.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") que são baseadas:

. na Lei no. 6.404/76, modificada pela Lei no. 9.457/97 e pela Lei no. 10.303/01;

. em normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários;

. nas práticas contábeis publicadas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil ("IBRACON");

. no Plano de Contas elaborado pelo Departamento de Aviação Civil - DAC.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas com o objetivo de realizar uma oferta internacional de ações, principalmente nos Estados Unidos e contém informações financeiras normalmente apresentadas para empresas brasileiras que emitem títulos nos Estados Unidos. Portanto, estas demonstrações financeiras contém algumas informações financeiras diferentes às demonstrações financeiras arquivadas junto à CVM para fins estatutário incluídas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"). As principais diferenças são:

(i) a não apresentação das demonstrações financeiras da controladora;

(ii) a inclusão de três anos das demonstrações dos resultados, mutações do patrimônio líquido, das origens e aplicações de recursos e dos fluxos de caixas, enquanto as demonstrações financeiras para fins societários requerem a apresentação de dois anos das demonstrações mencionadas acima; e

(iii) apresentação de demonstrações financeiras e divulgações adicionais conforme os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos ("U.S. GAAP"), incluindo uma reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido apresentado conforme os BR GAAP para os U.S. GAAP.

As demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela Companhia para propósitos estatutários, as quais incluem as demonstrações financeiras da controladora foram arquivadas com a CVM em Fevereiro de 2005. As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas aqui, não incluem as demonstrações financeiras da controladora e não possuem a intenção de serem utilizadas para propósitos estatutários.

Para facilitar o entendimento das suas informações financeiras, a TAM decidiu por utilizar as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com os BR GAAP e expressas em reais, como suas demonstrações financeiras principais. As demonstrações financeiras para 2003 e 2002 estão sendo também apresentadas na mesma base.

Os BR GAAP diferem em aspectos significativos dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América. Para informações adicionais a respeito das diferenças entre os BR GAAP e os U.S. GAAP, e a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) e patrimônio líquido, vide Nota 30.

**3 Resumo das principais práticas contábeis**

**(a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, destacando-se:

(i) as receitas de vôo (transporte de passageiros e de cargas) são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de transporte;

(ii) os cupons de bilhetes vendidos, correspondentes aos transportes a executar, são demonstrados no passivo circulante;

(iii) as outras receitas operacionais de vendas e/ou serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de vôos, de sub-arrendamentos de aeronaves, parcerias com o programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados.

**(b) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis, revisadas trimestralmente, foram baseadas em fatores objetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, em conformidade com a prática contábil vigente. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão necessária para passivos contingentes, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

**(c) Moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

**(d) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

**(i) Aplicações financeiras**

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**(ii) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

**(iii) Estoques**

Os estoques, representados substancialmente por peças e materiais a serem utilizados na execução dos serviços de manutenção e reparo, são apresentados ao seu custo médio de aquisição, sendo este inferior aos valores de reposição. Adicionalmente, os estoques são diminuídos de eventuais provisões para perdas referentes a itens obsoletos.

**(iv) Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo**

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

**(e) Permanente**

**(i) Ágio e deságio**

O ágio decorrente da aquisição da TLA, fundamentado substancialmente na expectativa de rentabilidade futura da empresa adquirida, é amortizado pelo prazo de até dez anos, a partir do momento em que os benefícios passaram a ser gerados.

O deságio é atribuído a razões econômicas diversas (art. 21, alínea c da Instrução CVM no. 1/78) e, portanto, somente será amortizado no caso de baixa por alienação ou perecimento dos bens, em atendimento ao artigo 14, parágrafo 4, da Instrução CVM no. 247/96. Este saldo foi classificado na rubrica "Resultados de exercícios futuros".

**(ii) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação espontânea. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos com manutenções regulares são reconhecidos ao resultado quando incorridos. Os gastos com manutenção específica para a devolução de aeronaves são registrados ao resultado no momento em que essas devoluções são acordadas com os arrendadores, pelo prazo remanescente dos contratos.

**(iii) Diferido**

O ativo diferido é representado substancialmente por benfeitorias em propriedade alugada e é registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o prazo contratual de uso das propriedades.

**(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**(g) Provisões**

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigações legais ou constituídas como resultado de eventos passados, e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**(h) Transportes a executar**

A rubrica "Transportes a executar" representa as obrigações correspondentes aos cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

**(i) Plano de pensão e benefícios a funcionários**

A subsidiária TAM Linhas Aéreas S.A. patrocina plano de previdência privada de benefícios e contribuições definidos. Baseado na Deliberação CVM no. 371/00, a Companhia optou pelos ajustes do passivo atuarial, existentes até 2001, diretamente ao resultado do exercício, pelo período de cinco anos. Para os exercícios subseqüentes, as obrigações estão sendo reconhecidas quando incorridas.

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do ano.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM no. 371/02, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

São também reconhecidos os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, sobre os saldos de "mais-valia" apurados nas reavaliações.

**(l) Arrendamento**

**(i) Arrendamento mercantil financeiro**

Registrado em rubrica específica, considera as operações que envolvem opção de compra pela TAM Linhas Aéreas S.A. e arrendamento de bem específico à atividade econômica.

**(ii) Arrendamento operacional simples**

Refere-se a operações de arrendamento sem cláusula de opção de compra. As obrigações e respectivas despesas dessa modalidade de arrendamento são registradas quando incorridas.

**(m) Instrumentos financeiros**

A subsidiária TLA participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir a exposição a flutuações de moedas, taxas de juros e volatilidade dos preços dos combustíveis. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles.

**(n) Programa Fidelidade TAM**

A companhia patrocina programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) cujos pontos são acumulados ao utilizarem os vôos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros.

Em 31 de dezembro de 2004, a subsidiária TLA apresenta pontos acumulados em seu programa de Fidelidade, conquistados por seus clientes e não resgatados. Considerando o nível de ocupação de suas aeronaves, a administração considera que o passivo correspondente a esses bilhetes deva ser valorizado utilizando-se a forma denominada "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representados basicamente por seguro e serviço de bordo). Em virtude da incerteza quanto à data em que tais pontos serão resgatados, bem como os montantes envolvidos, os gastos decorrentes do Programa de Fidelidade TAM são apropriados aos resultados quando incorridos. Da mesma forma, as receitas decorrentes de parcerias com o Programa são registradas quando recebidas.

**(o) Consolidação**

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da TAM S.A. e suas subsidiárias, a seguir relacionadas:

| Empresa | Data-base das demonstrações financeiras consolidadas | Porcentagem de participação 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|---|
| TAM Linhas Aéreas S.A. | 31 de dezembro de 2004 | 100,00 | 100,00 | 100,00 |
| Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. | 30 de novembro de 2004 | 94,98 | 94,98 | - |

As demonstrações financeiras da TAM linhas Aéreas S.A., que foram tomadas como base para a consolidação na TAM S.A., já consideram os saldos consolidados com a Fidelidade Viagens e Turismo Ltda., cujo percentual de participação do capital, em 31 de dezembro de 2004, é de 99,99%.

**Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.

. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros e prejuízos acumulados das subsidiárias.

. Eliminação dos saldos de receitas e despesas.

. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

. A reavaliação do ativo imobilizado da Mercosur foi considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, visando o atendimento das práticas contábeis da Companhia, sem o devido reflexo contábil na escrituração societária de seu país de origem.

. O patrimônio líquido da Mercosur sediada no exterior foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, nos termos do Pronunciamento XXV, emitido pelo IBRACON e referendado pela Deliberação CVM no. 28/86.

**(p) Informações complementares**

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, a título de informação complementar, as demonstrações dos fluxos de caixa.

O fluxo de caixa foi elaborado de acordo com o NPC no. 20 do IBRACON, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia.

**4 Aplicações financeiras**

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Em moeda nacional | | |
| Certificados de Depósito Bancário - CDB | 22.049 | - |
| Letra Financeira do Tesouro - LFT | 155 | - |
| Fundos de investimento | 429 | 5.000 |
| | 22.633 | 5.000 |
| Em moeda estrangeira | | |
| Fundos de renda fixa | 188.308 | - |
| Fundos de investimento em títulos brasileiros | - | 5.821 |
| Renda variável - "swap" | - | 90.259 |
| | 188.308 | 96.080 |
| | 210.941 | 101.080 |

### 5 Contas a receber

| | | | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|---|
| | Nacionais | Internacionais | Total | Total |
| Cartões de crédito | 233.975 | 2.878 | 236.853 | 114.194 |
| Agências de turismo | 178.073 | 12.346 | 190.419 | 135.030 |
| Correntistas | 27.491 | 519 | 28.010 | 18.440 |
| Congêneres | 34.583 | 6.558 | 41.141 | 32.539 |
| Agência de cargas | 3.100 | 6.765 | 9.865 | 5.640 |
| Parcelamento em cheques | 37.491 | - | 37.491 | - |
| Outros | 24.760 | 4.479 | 29.239 | 8.331 |
| Total | 539.473 | 33.545 | 573.018 | 314.174 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (28.295) | (2.105) | (30.400) | (21.210) |
| | 511.178 | 31.440 | 542.618 | 292.964 |

No decorrer do terceiro trimestre, a administração da subsidiária TLA implementou política de vendas por cartões de crédito, com ampliação do prazo para recebimento em até 12 parcelas, sendo mantida até o encerramento do exercício, em caráter promocional e temporário.

### 6 Demais contas a receber

Representada, principalmente, por pré-pagamentos contratuais de aeronaves Airbus modelos A319 e/ou A320 efetuados à referida fabricante, no montante de R$ 29.085 (2003 –
R$ 31.658), equivalentes a US$ 10.957 mil (2003 - US$ 10.957 mil).

Os valores desembolsados são mantidos como adiantamentos e foram classificados no ativo circulante, uma vez que é assegurada à subsidiária TLA a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante até o próximo exercício, e a conseqüente contratação de financiamento dos equipamentos. Adicionalmente, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizaram, em 31 de dezembro de 2004,
US$ 65.986 mil (2003 - US$ 51.023 mil).
Dentre os demais valores classificados nessa conta, R$ 9.572 (2003 - R$ 22.464) correspondem a adiantamentos a fornecedores.

### 7 Depósitos em garantia

Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar estadunidense, acrescidos de juros calculados com base na variação da Taxa Interbancária de Londres ("LIBOR") acrescida de juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento.

### 8 Investimento em subsidiárias

**(a) Composição dos saldos**

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Ágio apurado na aquisição de subsidiárias | 2.775 | 5.066 |
| Outros investimentos | 70 | 420 |
| | 2.845 | 5.486 |

**(b) Informações sobre subsidiárias**

| | 2004 | | 2003 |
|---|---|---|---|
| | TAM Linhas Aéreas S.A. | Transportes Aéreos del Mercosur S.A. | Total |
| Número de ações (quantidade) | | | |
| Total | 2.064.602 | 87.653 | - |
| Possuídas | 2.064.602 | 83.253 | - |
| Percentual de participação | 100,00 | 94,98 | - |
| Patrimônio líquido | 182.235 | 40.384 | 70.484 |
| Lucro líquido do período | 332.691 | 11.211 | 182.002 |

### 9 Transações entre partes relacionadas

A subsidiária TLA recebeu da Táxi Aéreo Marília S.A. ("Marília"), ao longo do exercício de 2004, R$ 2.107 (2003 - R$ 1.487), correspondente a repasses de custos de utilização de pequena parte de sua estrutura, tais como área de importação e seguros de aeronaves. A Marília possui acionistas indiretos comuns à TLA.

As operações realizadas entre as empresas, apesar de não possuírem relevância, foram feitas em condições similares às de mercado.

**10 Imobilizado**

| | 2004 | | | 2003 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | Taxas anuais de depreciação - % |
| Equipamentos de vôo | 676.706 | (223.451) | 453.255 | 1.366.074 | 3,22 a 10 |
| Imóveis | 137.905 | (6.421) | 131.484 | 88.122 | 1,73 a 2,67 |
| Móveis, utensílios e instalações | 18.971 | (8.493) | 10.478 | 11.133 | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 55.870 | (19.852) | 36.018 | 39.983 | 10 |
| Veículos | 26.145 | (21.482) | 4.663 | 7.220 | 20 |
| Computadores e periféricos | 54.943 | (18.555) | 36.388 | 23.264 | 20 |
| Imobilizações em andamento | 31.302 | - | 31.302 | 21.866 | |
| Outros | 12.689 | (988) | 11.701 | 7.601 | 4 a 20 |
| | 1.014.531 | (299.242) | 715.289 | 1.565.263 | |

A rubrica "Equipamentos de vôo" , em 31 de dezembro de 2004, inclui motores e conjuntos de peças e sobressalentes. A taxa média anual ponderada de depreciação para os equipamentos de vôo é de 8,64%.
A subsidiária TLA, dando continuidade à adoção do critério contábil "Valor de mercado reavaliado", procedeu, em 31 de dezembro de 2004, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes (Engeval Engenharia de Avaliações S/C Ltda.), aprovado em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada nessa data, ao registro de uma nova reavaliação que inclui motores de aeronaves e imóveis. Essa reavaliação resultou em um acréscimo patrimonial, no valor de R$ 33.104 (R$ 21.933 líquido da provisão para imposto de renda e contribuição social, conforme Deliberação CVM 273/98). As avaliações compreenderam o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontravam. Como conseqüência, quando aplicável, foram determinadas novas estimativas de vida útil para esses itens.

A subsidiária Mercosur, em conformidade com as práticas adotadas pela Companhia, procedeu, em 30 de novembro de 2004, conforme laudos de peritos independentes, avaliação das aeronaves e dos imóveis. Essa avaliação resultou em um acréscimo patrimonial na controladora, no valor de R$ 10.506 (R$ 9.343 líquido da provisão para imposto de renda, exceto sobre terrenos, conforme legislação vigente em seu país). As avaliações compreendem o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontram.

Conforme disposição da Deliberação CVM 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação é transferida para a rubrica "Prejuízos acumulados" e totalizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, R$ 7.584 (2003 - R$ 33.103).

Em 19 de dezembro de 2003, a subsidiária TLA assinou contrato de reorganização de dez aeronaves Fokker 100, que prevê a desistência na aquisição desses equipamentos e a sua devolução. Essa reorganização acarretou uma mudança na modalidade de arrendamento dos contratos então vigentes, os quais passaram a ser caracterizados como arrendamento operacional simples até a data de suas respectivas devoluções (Nota 14).

A subsidiária TLA possuía outras 17 aeronaves arrendadas sob a modalidade de "arrendamento mercantil financeiro". Em função de renegociação efetuada com os arrendadores, durante o 2o. trimestre de 2004, a modalidade destes contratos foi alterada de "arrendamento mercantil financeiro" para "arrendamento operacional simples". Em decorrência desta alteração, a subsidiária deixou de refletir tais bens em seu ativo imobilizado (Nota 12(b)).

### 11 Empréstimos e financiamentos

| | 2004 | | | 2003 |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Longo prazo | | |
| | Principal e encargos | Principal | Total | Total |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| Ativo imobilizado (i) | 5.718 | 19.870 | 25.588 | 36.440 |
| Em moeda nacional | | | | |
| Ativo imobilizado (ii) | 49.904 | 11.105 | 61.009 | 19.514 |
| Capital de giro (iii) | 63.955 | - | 63.955 | 25.314 |
| | 113.859 | 11.105 | 124.964 | 44.828 |
| | 119.577 | 30.975 | 150.552 | 81.268 |

(i) Corresponde ao financiamento de equipamentos de apoio às atividades de solo, com vencimentos previstos para até 2022. Os encargos financeiros correspondem à variação da LIBOR acrescida de "spread" de até 1,5 % a.a. As garantias são os próprios bens objeto dos financiamentos.

(ii) Corresponde basicamente ao financiamento de equipamentos de informática, veículos e outros equipamentos utilizados na operação da Companhia, com vencimentos previstos para até setembro de 2007. Os encargos financeiros correspondem à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") acrescida de "spread" de 4,0% a.a. As garantias são notas promissórias e os próprios bens objeto dos financiamentos.

(iii) Empréstimo com vencimentos previstos até maio de 2005. Os encargos financeiros correspondem à variação cambial do Iene, acrescido de 1,4% a.a., com cláusula de swap para 116% a 120% da variação do Certificado Depositário Interbancário ("CDI"). Como lastro para estas linhas de crédito, foram concedidos domicílios bancários para recebíveis de cartão de crédito.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| 2005 | - | 11.501 |
| 2006 | 7.865 | 1.367 |
| 2007 | 5.432 | 1.019 |
| 2008 | 1.900 | 2.068 |
| 2009 | 823 | 895 |
| 2010 | 874 | 951 |
| Posteriores a 2010 | 14.081 | 15.804 |
| | 30.975 | 33.605 |

**12 Arrendamentos**

**(a) Compromissos assumidos**

| | 2004 | | | 2003 |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Longo prazo | | |
| | Principal e encargos | Principal | Total | Total |
| Financeiros - motores e peças | | | | |
| Fokker 100 (i) | 2.641 | - | 2.641 | 310.919 |
| Airbus A319/Airbus A320 (ii) | 9.198 | 38.633 | 47.831 | 496.427 |
| Airbus A330 (iii) | 2.865 | 8.683 | 11.548 | 182.298 |
| | 14.704 | 47.316 | 62.020 | 989.644 |
| Operacionais renegociados (iv) | 40.264 | 159.075 | 199.339 | 244.949 |
| | 54.968 | 206.391 | 261.359 | 1.234.593 |

(i) Fokker 100 - Financiamentos de cinco motores para aeronaves Fokker 100 (2003 - dez aeronaves e sete motores), contratados em novembro de 2003, com vencimentos finais em outubro de 2005, no valor equivalente a US$ 995 mil (2003 - US$ 107.614 mil), com juros correspondentes à variação da LIBOR semestral.

(ii) Airbus A319/Airbus A320 - Financiamentos de oito motores e peças para aeronaves Airbus A319 e Airbus A320 (2003 - quatro aeronaves Airbus A319, duas aeronaves Airbus A320, seis motores e peças), contratados entre setembro de 1999 a julho de 2002, com vencimentos finais entre novembro de 2009 e maio de 2014, no valor equivalente a US$ 18.020 mil (2003 - US$ 171.822 mil), com juros correspondentes à variação da LIBOR semestral.

(iii) Airbus A330 - Financiamento de dois motores e peças para aeronaves Airbus A330 (2003 - uma aeronave Airbus A330, dois motores e peças), contratados em julho de 1999, com vencimento final entre maio de 2006 e maio de 2009, no valor equivalente a US$ 4.351 mil (2003 - US$ 63.096 mil), com juros de 1,5% ao ano além da variação da LIBOR, com pagamentos iniciados em 28 de julho de 1999.

(iv) Corresponde a parcelas de contratos de arrendamento operacional simples, incorridas ao longo do exercício de 2003, cujos vencimentos foram renegociados e estão sendo pagas entre a data destas demonstrações financeiras e o prazo final de 2017.

Para os contratos de arrendamentos mercantis financeiros, as garantias oferecidas são os próprios bens objeto dos financiamentos.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição por ano:

| Ano | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| 2005 | - | 97.750 |
| 2006 | 34.758 | 86.999 |
| 2007 | 53.328 | 105.325 |
| 2008 | 35.505 | 105.811 |
| 2009 | 33.957 | 106.529 |
| 2010 | 13.962 | 115.557 |
| Posteriores a 2010 | 34.881 | 346.744 |
| | 206.391 | 964.715 |

**(b) Mudança na modalidade de arrendamento**

Durante o segundo trimestre de 2004, a administração da subsidiária TLA, em comum acordo com os arrendadores envolvidos, alterou alguns de seus contratos de arrendamento (10 Fokker 100, 4 Airbus A319, 2 Airbus A320 e 1 Airbus A330) da modalidade mercantil financeira para operacional simples. Desta forma, os contratos de arrendamentos mercantis financeiros das aeronaves, deixam de ser refletidos no balanço patrimonial, em virtude das operações contratadas não preverem mais a opção de compra das aeronaves pela TLA.

Devido a essa mudança, foram registrados o estorno da reserva de reavaliação, correspondente àquelas aeronaves, e seus correspondentes efeitos fiscais diferidos nos montantes de R$ 226.560 e de R$ 116.713, respectivamente, conforme previsto pela Deliberação CVM 165/94. Os efeitos credores da baixa das contas patrimoniais nos montantes de R$ 294.564 e R$ 58.715 foram reconhecidos nas rubricas "Resultado não operacional, líquido" e "Despesas financeiras", respectivamente. Os valores baixados do ativo permanente - equipamentos de vôo e de arrendamentos mercantis financeiros, por ocasião do registro contábil das alterações das modalidades dos leasings, foram R$ 544.360 e R$ 897.639 (US$ 318.510 mil), respectivamente.

**13 Contratos de arrendamento operacional simples**

A subsidiária TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade arrendamento operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em virtude das operações contratadas não preverem a opção de compra das aeronaves pela TLA, representados por 30 Fokker 100, 13 Airbus A319, 31 Airbus A320 e 9 Airbus A330 (2003 - 33 Fokker 100, 9 Airbus A319, 29 Airbus A320 e 8 Airbus A330). Os contratos têm prazo de até 192 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar estadunidense acrescido da LIBOR semestral. Em 31 de dezembro de 2004, o custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou R$ 631.088 (2003 - R$ 626.363), equivalentes a US$ 216.341 mil (2003 - US$ 203.772 mil).

Os desembolsos futuros em reais, assumidos em decorrência desses contratos e, por ano de vencimento, totalizam:

| | Milhares de dólares estadunidenses | |
|---|---|---|
| **Ano** | **2004** | **2003** |
| | **(Não auditado)** | **(Não auditado)** |
| 2004 | - | 195.146 |
| 2005 | 219.032 | 188.565 |
| 2006 | 210.391 | 174.486 |
| 2007 | 199.418 | 152.574 |
| 2008 | 177.458 | 135.744 |
| 2009 | 164.120 | 126.598 |
| 2010 | 162.161 | 117.111 |
| Posteriores a 2010 | 622.319 | 446.202 |
| | 1.754.899 | 1.536.426 |

**14 Reorganização da frota de Fokker 100**

Como resultado do processo de reorganização de sua frota de aeronaves Fokker 100, a empresa subsidiária TLA, em 19 de dezembro de 2003, rescindiu 19 contratos de arrendamento, sendo dez na modalidade mercantil financeiro e nove operacional simples. Como conseqüência, a TLA firmou contrato obrigando-se a pagar multa rescisória em 30 parcelas trimestrais consecutivas, com vencimentos entre abril de 2004 e julho de 2011, no montante original de R$ 94.188, integralmente contabilizada no resultado daquele exercício.

Adicionalmente, a TLA negociou o vencimento de determinadas parcelas vencidas até a data da assinatura do respectivo contrato, no montante original de R$ 49.599.

Essas aeronaves, a partir da data do referido contrato até a data de sua devolução, estão contratadas sob a modalidade de arrendamento operacional simples.

A devolução dessas aeronaves ocorrerá no período compreendido entre julho de 2004 e julho de 2005. Até 31 de dezembro de 2004, treze aeronaves foram devolvidas, conforme cronograma original.

O valor total do compromisso, em 31 de dezembro de 2004, montava R$ 116.499 (2003 - R$ 143.787), equivalente a US$ 43.889 mil (2003 - US$ 49.767 mil), sendo R$ 6.274 (2003 - R$ 1.589) classificado no passivo circulante (Demais contas a pagar).

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| 2005 | - | 9.362 |
| 2006 | 10.446 | 12.582 |
| 2007 | 14.432 | 17.384 |
| 2008 | 17.057 | 20.545 |
| 2009 | 22.708 | 27.353 |
| 2010 | 25.736 | 31.000 |
| Posteriores a 2010 | 19.846 | 23.972 |
| | 110.225 | 142.198 |

## 15 Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo contábil da rubrica "Transportes a executar" é representado por 916.761 (2003 - 531.954) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

Utilizando-se a média de passageiros transportados durante o exercício de 2004, a quantidade de cupons vendidos e não utilizados que remanescem em aberto em 31 de dezembro de 2004, correspondem a aproximadamente 20 dias de transporte de passageiros.

## 16 Provisão para contingências

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (i) | 208.743 | 166.143 |
| Programa de Integração Social ("PIS") (i) | 66.081 | 80.360 |
| Adicional tarifário (ii) | 113.862 | 74.234 |
| Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre operações de arrendamento mercantil financeiro | 9.757 | 6.917 |
| Fundo aeroviário (iii) | 24.496 | 16.144 |
| | 422.939 | 343.798 |
| Trabalhistas | 7.949 | 7.189 |
| Cíveis | 19.111 | 11.364 |
| | 449.999 | 362.351 |

(i) Refere-se à discussão da constitucionalidade da mudança da base de tributação do PIS e da majoração da alíquota e base de apuração da COFINS, introduzidas pela Lei no. 9.718/98. Foram efetuados depósitos judiciais que compreendem o período de junho de 1997 a abril de 1999. Para os meses que não foram efetuados depósitos, a TLA está amparada por medida judicial. Esses valores, líquidos destes depósitos judiciais, são atualizados pela variação da SELIC.

(ii) Refere-se à cobrança de 1% sobre o valor das tarifas aéreas de todos os bilhetes de passagens vendidos em linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas. A administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não-recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

(iii) Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A administração da subsidiária TLA apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não-recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

A Companhia provisiona a totalidade dos valores em discussão judicial, cujas ações apresentam perda provável para a Companhia. Os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa estão registrados no ativo realizável a longo prazo, e são assim compostos:

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| COFINS | 25.397 | 25.397 |
| PIS | 8.450 | 8.450 |
| Trabalhistas | 3.951 | 1.753 |
| Cíveis | 10.139 | 6.182 |
| | 47.937 | 41.782 |

## 17 Debêntures

Foram aprovadas em AGE, realizadas em 1o. de fevereiro de 2002 e 7 de abril de 2003, emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, de forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal de R$ 100,00 cada. O lançamento dessas debêntures já foi concluído e totalizaram seis e três séries, respectivamente. O prazo de vencimento de cada série é de trinta e sessenta meses, respectivamente, contados a partir da data de subscrição da respectiva série e, com carência de seis meses, no caso das debêntures da primeira emissão.

As debêntures são da espécie com garantia real representada por penhor de direitos creditórios e fazem jus a juros equivalentes a taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada taxa DI "Over extragrupo", acrescida de spread de 1% ao ano, para a primeira emissão. Para a segunda emissão, os juros são de 4,75% ao ano, acrescidos de variação acumulada da TJLP.

As emissões efetuadas têm a seguinte composição:

| Data | Série | Quantidade | Valor da emissão | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|---|---|
| Primeira emissão | | | | | |
| 8 de fevereiro de 2002 | Primeira | 52.000 | 5.200 | - | 2.552 |
| 20 de março de 2002 | Segunda | 130.199 | 13.020 | - | 7.050 |
| 22 de abril de 2002 | Terceira | 288.713 | 28.871 | - | 17.092 |
| 20 de maio de 2002 | Quarta | 117.295 | 11.730 | - | 7.534 |
| 20 de junho de 2002 | Quinta | 119.104 | 11.910 | - | 8.218 |
| 30 de julho de 2002 | Sexta | 138.989 | 13.899 | 952 | 10.184 |
| | | 846.300 | 84.630 | 952 | 52.630 |
| Segunda emissão | | | | | |
| 22 de abril de 2003 | Primeira | 473.006 | 47.301 | 39.966 | 45.360 |
| 22 de abril de 2003 | Segunda | 222.835 | 22.284 | 18.828 | 21.369 |
| 16 de maio de 2003 | Terceira | 177.165 | 17.717 | 15.402 | 17.286 |
| | | 873.006 | 87.302 | 74.196 | 84.015 |
| Total | | 1.719.306 | 171.932 | 75.148 | 136.645 |
| Circulante | | | | (23.619) | (71.479 |
| Exigível a longo prazo | | | | 51.529 | 65.166 |

As liquidações destas obrigações estão sendo cumpridas conforme previsto nos contratos originais.

As garantias oferecidas são disponibilidades mantidas junto ao Bankboston Banco Múltiplo S.A., no dia 24 de cada mês em valores suficientes para quitação do valor total dessas parcelas mensais.

### 18 Imposto de renda e contribuição social

#### (a) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social, nominal e efetivo

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social | 497.660 | 238.475 | (870.792) |
| Alíquotas - % | 34 | 34 | 34 |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | (169.204) | (81.082) | 296.069 |
| Imposto de renda e contribuição social sobre adições (exclusões) permanentes | 13.239 | 19.794 | (30.649) |
| Outras diferenças permanentes | - | - | (361) |
| | (155.965) | (61.288) | 265.059 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Corrente | (81.292) | - | - |
| Diferidos | (74.673) | (61.288) | 265.059 |
| | (155.965) | (61.288) | 265.059 |

#### (b) Composição do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Prejuízos fiscais acumulados | 31.205 | 58.391 |
| Bases negativas da contribuição social acumuladas | 35.399 | 43.007 |
| Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável | 122.537 | 166.069 |
| | 189.141 | 267.467 |
| Circulante | (39.897) | (17.891) |
| Realizável a longo prazo | 149.244 | 249.576 |

#### (c) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

A reserva de reavaliação, conforme Deliberação CVM no. 273/98, está avaliada, em 31 de dezembro de 2004, líquida dos encargos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre essa mais valia, apurada sobre motores de aeronaves e imóveis. Os referidos encargos diferidos foram apurados com base nas alíquotas previstas para tributação sobre os valores de reavaliação da subsidiária e totalizam, em 31 de dezembro de 2004, R$ 56.822 (2003 - R$ 173.610).

### 19 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é representado por 61.364.671 ações escriturais, sendo 29.908.124 ordinárias e 31.456.547 preferenciais. O capital social autorizado é de R$ 300.000, podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do conselho de administração.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral, porém têm prioridade na distribuição de dividendos, prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade e direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de quaisquer benefícios a acionistas.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de setembro de 2003 foi aprovado aumento de capital social no valor de R$ 2.693, com emissão de 797.740 novas ações ordinárias. As ações subscritas foram integralizadas mediante a conferência de 83.253 ações da empresa Transportes Aéreos del Mercosur S.A.

#### (b) Dividendos

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório na base de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a dedução de 5% da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos no mínimo 10% maiores que a distribuição das ações ordinárias.

#### (c) Acordo de acionistas

A Companhia mantém acordo de acionistas, datado de 20 de novembro de 2002, que discorre sobre os seguintes principais aspectos:

. Princípios de gestão.
. Oferta pública de ações.
. Conselho fiscal.
. Direito de preferência e outras disposições relativas à alienação e oneração de ações.
. Resoluções de impasses.
. Fiscalização da Companhia.
. Renúncias.

#### (d) Reserva de reavaliação

A parcela realizada no exercício da reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, proporcional à depreciação sobre o valor dos bens reavaliados do ativo permanente foi transferida para prejuízos acumulados e, em 2004, totalizou R$ 7.584 (2003 - R$ 33.103). Do total da reserva, R$ 27.400 correspondem à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual venda dos ativos.

Em conformidade a Instrução CVM no. 197/93, os encargos tributários sobre a reserva de reavaliação, que em 31 de dezembro de 2004 montam a R$ 56.822 (2003 - R$ 173.610), são reconhecidos ao resultado na medida da realização dessa reserva.

**20 Segmentação da receita bruta**

**(a) Por tipo de serviço prestado**

| | 2004 | % | 2003 | % | 2002 | % | Variação horizontal entre 2004 e 2003 - % | Variação horizontal entre 2003 e 2002 - % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Receita doméstica | | | | | | | | |
| Regular - Pax | 3.019.725 | 63,6 | 2.534.007 | 67,3 | 2.424.856 | 69,8 | 19,2 | 4,5 |
| Fretamento - Pax | 213.575 | 4,5 | 153.669 | 4,1 | 108.092 | 3,1 | 39,0 | 42,2 |
| Carga | 193.545 | 4,1 | 153.339 | 4,1 | 158.364 | 4,6 | 26,2 | (3,2) |
| | 3.426.845 | 72,2 | 2.841.015 | 75,5 | 2.691.312 | 77,5 | 20,6 | 5,6 |
| Receita internacional | | | | | | | | |
| Regular - Pax | 871.248 | 18,4 | 674.326 | 17,9 | 586.771 | 16,9 | 29,2 | 14,9 |
| Fretamento - Pax | 21.892 | 0,5 | 5.094 | 0,1 | | | 329,8 | |
| Carga | 125.408 | 2,6 | 82.500 | 2,2 | 61.494 | 1,8 | 52,0 | 34,2 |
| | 1.018.548 | 21,5 | 761.920 | 20,2 | 648.265 | 18,7 | 33,7 | 17,5 |
| Outras receitas operacionais | | | | | | | | |
| Comissões | 17.189 | 0,4 | 14.645 | 0,4 | 14.288 | 0,4 | 17,4 | 2,5 |
| Parcerias com o cartão fidelidade | 58.251 | 1,2 | 30.999 | 0,8 | 24.059 | 0,7 | 87,9 | 28,9 |
| Subarrendamento de aeronaves | 126.320 | 2,7 | 57.282 | 1,5 | 23.428 | 0,7 | 120,5 | 144,5 |
| Outros | 97.128 | 2,0 | 61.922 | 1,6 | 70.558 | 2,0 | 56,9 | (12,2) |
| | 298.888 | 6,3 | 164.848 | 4,3 | 132.333 | 3,8 | 81,3 | 24,6 |
| Receita bruta | 4.744.281 | 100,0 | 3.767.783 | 100,0 | 3.471.910 | 100,0 | 25,9 | 8,5 |

**(b) Por localidade geográfica**

| | 2004 | % | 2003 | % | 2002 | % | Variação horizontal entre 2004 e 2003 - % | Variação horizontal entre 2003 e 2002 - % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Brasil | 3.725.694 | 78,5 | 3.005.863 | 79,8 | 2.823.644 | 81,3 | 23,9 | 6,5 |
| Europa | 449.218 | 9,5 | 336.166 | 8,9 | 253.490 | 7,3 | 33,6 | 32,6 |
| América do Norte | 366.016 | 7,7 | 230.042 | 6,1 | 296.235 | 8,5 | 59,1 | (22,3) |
| América do Sul (excluindo Brasil) | 203.353 | 4,3 | 195.712 | 5,2 | 98.541 | 2,9 | 4,0 | 98,6 |
| | 4.744.281 | 100,0 | 3.767.783 | 100,0 | 3.471.910 | 100,0 | 25,9 | 8,5 |

**(c) Por linha de produto**

| | 2004 | % | 2003 | % | 2002 | % | Variação horizontal entre 2004 e 2003 - % | Variação horizontal entre 2003 e 2002 - % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Regular - Pax | 3.890.973 | 82,0 | 3.208.333 | 85,2 | 3.011.627 | 86,8 | 21,3 | 6,5 |
| Fretamento - Pax | 235.467 | 5,0 | 158.763 | 4,2 | 108.092 | 3,1 | 48,3 | 46,9 |
| Cargas | 318.953 | 6,7 | 235.839 | 6,3 | 219.858 | 6,3 | 35,2 | 7,3 |
| Outras receitas | 298.888 | 6,3 | 164.848 | 4,3 | 132.333 | 3,8 | 81,3 | 24,6 |
| | 4.744.281 | 100,0 | 3.767.783 | 100,0 | 3.471.910 | 100,0 | 25,9 | 8,5 |

O imobilizado da Companhia consiste, basicamente, de equipamentos de vôo, que possuem mobilidade geográfica, portanto, não foram alocados.

**21 Composição dos principais grupos de custos e despesas**

| | | | | 2004 | | 2003 | | 2002 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Despesas | | | | | | | |
| | Custos dos serviços prestados | Comerciais | Gerais e administrativas | Total | % | Total | % | Total | % |
| Pessoal | 405.965 | 59.531 | 80.229 | 545.725 | 12,9 | 417.088 | 11,5 | 434.944 | 12,2 |
| Combustíveis | 1.066.731 | - | - | 1.066.731 | 25,3 | 786.996 | 21,7 | 748.219 | 21,0 |
| Depreciações e amortizações | 79.847 | 1.081 | 10.153 | 91.081 | 2,2 | 154.995 | 4,3 | 133.404 | 3,7 |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | 389.186 | - | - | 389.186 | 9,2 | 372.180 | 10,3 | 328.907 | 9,2 |
| Seguros de aeronaves | 52.714 | - | - | 52.714 | 1,2 | 76.810 | 2,1 | 66.135 | 1,9 |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | 185.773 | - | - | 185.773 | 4,4 | 151.103 | 4,2 | 185.276 | 5,2 |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | 632.337 | 2.202 | 16.495 | 651.034 | 15,4 | 647.825 | 17,9 | 574.480 | 16,1 |
| Serviços prestados por terceiros | 84.130 | 145.247 | 131.084 | 360.461 | 8,5 | 303.634 | 8,4 | 337.202 | 9,4 |
| Despesas de comercialização e marketing | - | 656.326 | - | 656.326 | 15,5 | 527.382 | 14,5 | 463.150 | 13,0 |
| Outros | 115.898 | 28.270 | 82.453 | 226.621 | 5,4 | 185.999 | 5,1 | 295.036 | 8,3 |
| | 3.012.581 | 892.657 | 320.414 | 4.225.652 | 100,0 | 3.624.012 | 100,0 | 3.566.753 | 100,0 |

### 22 Resultado financeiro

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| Receitas financeiras | | | |
| Variações cambiais | 6.956 | 430.521 | 100.791 |
| Juros ativos | 6.007 | 1.705 | 5.970 |
| Descontos obtidos | 15.552 | 33.621 | 10.060 |
| Ganhos com instrumentos financeiros | 1.524 | 10.666 | 134.184 |
| Outras receitas financeiras | 1.767 | 94 | 70 |
| | 31.806 | 476.607 | 251.075 |
| Despesas financeiras | | | |
| Variações cambiais | - | (3.906) | (746.249) |
| Juros passivos | (57.342) | (172.930) | (132.965) |
| Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF | (14.287) | (11.107) | (11.778) |
| Perdas com instrumentos financeiros | (34.858) | (11.424) | (12.599) |
| Outras despesas financeiras | (7.894) | (15.797) | (18.014) |
| | (114.381) | (215.164) | (921.605) |
| Resultado financeiro, líquido | (82.575) | 261.443 | (670.530) |

### 23 Benefícios a empregados

#### (a) Plano de aposentadoria complementar

A subsidiária TLA patrocina três planos (TAM Prev I, II e III) de complementação de benefícios de aposentadoria, conforme mencionados a seguir:

#### (i) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Plano I

O plano de aposentadoria TAM Prev - Plano I, administrado por instituição específica denominada MultiPensions Bradesco, foi implantado em outubro de 1982 e foi estruturado na modalidade de "Benefícios definidos", principalmente para aposentadoria, morte e invalidez, parcialmente custeado por contribuições dos participantes e complementado pelas contribuições da patrocinadora.

Em 26 de novembro de 2004, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a proposta de migração dos participantes do Plano I para o Plano III. Até 31 de dezembro de 2004, 161 participantes já haviam aderido a essa proposta de migração. Atualmente, este plano está fechado para ingresso de novos participantes.

**(ii) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Planos II e III**

O plano de aposentadoria TAM Prev - Planos II e III, administrados também pela MultiPensions Bradesco, foram implantados em abril de 1995 e em dezembro de 1998, respectivamente, e foram estruturados na modalidade de "Contribuições definidas" para os benefícios de aposentadoria, parcialmente custeados por contribuições dos participantes e complementados pelas contribuições da patrocinadora e na modalidade de "Benefícios definidos", para os benefícios de data incerta (morte e invalidez), custeados integralmente pela patrocinadora.

O valor total do passivo líquido dos planos, apurado em laudo de avaliação emitido por atuário independente, datado de 11 de janeiro de 2005, cujas premissas da época não acarretaram mudanças significativas para 2004 e o montante pendente de registro contábil, o qual, conforme previsto pela referida Deliberação CVM, está sendo reconhecido ao resultado em cinco anos, desde de 1o. de janeiro de 2002. O valor residual a ser amortizado nos próximos dois exercícios totaliza R$ 3.467.

Desde o ano de 2002, o valor registrado na rubrica "Demais contas a pagar" monta a R$ 13.980.

Os valores de ativos totais líquidos e a quantidade de participantes ativos dos planos, em 31 de dezembro de 2004, são os seguintes:

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Ativos líquidos | | |
| TAM Prev - Plano I | 25.971 | 30.489 |
| TAM Prev - Plano II | 7.158 | 5.811 |
| TAM Prev - Plano III | 3.501 | 4.354 |
| | 36.630 | 40.654 |
| Participantes ativos (em quantidade de funcionários) | | |
| TAM Prev - Plano I | 64 | 239 |
| TAM Prev - Plano II | 1.253 | 1.348 |
| TAM Prev - Plano III | 1.258 | 1.196 |
| | 2.575 | 2.783 |

**(iii) Metodologia de apuração da obrigação atuarial**

A metodologia adotada pelo atuário independente (Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.) para apuração dos valores de obrigações atuariais foi a do método da unidade de crédito projetada e foram suportadas pelas seguintes hipóteses atuariais:

| | Percentuais anuais | |
|---|---|---|
| | 2004 | 2003 |
| Econômicas | | |
| Taxa nominal de desconto | 12,36 | 12,36 |
| Taxa nominal de retorno esperado dos ativos | 14,28 | 12,36 |
| Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano | 6 | 6 |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | 8,12 | 8,12 |
| Inflação | 6 | 6 |
| Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social | 6 | 6 |

| | Percentuais anuais | |
|---|---|---|
| | **2004** | **2003** |
| Demográficas | | |
| Tábua de mortalidade | AT-49 | AT-49 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RRB 1944 | RRB 1944 |
| Tábua de entrada em invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Tábua de rotatividade | PW-1 | PW-1 |

**(b) Participação nos resultados**

Conforme acordo sindical ajustado anualmente, a administração da Companhia efetuará pagamento de participação nos resultados em decorrência do atingimento de determinadas performances estabelecidas de acordo com o orçamento anual. Nesse sentido, a administração registrou, na rubrica "Salários e encargos sociais", provisão para pagamento deste benefício no valor de R$ 51.908.

**24 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes acima dos valores mínimos obrigatórios que considera necessários para cobertura de eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade. Em 31 de dezembro de 2004, a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves da subsidiária TAM - Linhas Aéreas S.A. e Transporte Aereo del Mercosur S.A. e em relação aos valores máximos indenizáveis, monta:

| **Ramo** | **Cobertura - US$ mil** |
|---|---|
| Aeronáutico | 2.498.652 |
| Responsabilidades (por aeronave) | |
| Civil | 1.500.000 |
| Guerra | 150.000 |

Em função dos atentados nos Estados Unidos da América de 11 de setembro de 2001, as companhias de seguro criaram taxas adicionais para cobertura de cascos de aeronaves e para responsabilidade civil provocada por atentados de guerra ou atos de terrorismo.

As seguradoras limitaram as coberturas mundiais em US$ 150.000 mil por sinistro e, para quantias superiores, os pagamentos de prêmios deveriam ser efetivados à vista para o período total das apólices, o que tornou inviável a contratação.

Como conseqüência, o governo brasileiro, através da Lei no. 10.744, de 9 de outubro de 2003 e Decreto no. 5.035 de 5 de abril de 2004, assumiu o compromisso de cobrir eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas que a companhia possa vir a ser exigida. Conforme regulamentado pela referida lei, as despesas de responsabilidades civis, assumidas pelo governo federal, ficam limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares estadunidenses.

### 25 Contingências ativas

**(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**

(i) Em 17 de dezembro de 2001, em virtude de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, deixou de incidir ICMS sobre a receita decorrente de serviços de transporte aéreo nacional e internacional de passageiros, bem como sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas internacionais.

Como conseqüência adicional a essa decisão, permanece sendo requerida a tributação do ICMS sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas nacionais. Para a parcela procedente, a administração mantém provisão do ICMS a pagar. Nesse sentido, é mantida a provisão em 31 de dezembro de 2004 no montante de R$ 4.698 (2003 - R$ 6.622), apresentada na rubrica "Impostos e tarifas a recolher".

As obrigações com vencimento em prazo superior a um ano, decorrente de parcelamentos aprovados, no montante de R$ 1.571 (2003 - R$ 3.638), encontram-se classificadas no passivo exigível a longo prazo, na rubrica "Demais contas a pagar".

(ii) No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. Atualmente a administração da TLA estuda junto a seus assessores jurídicos as medidas eventualmente cabíveis no sentido de recuperar a totalidade dos valores pagos. Todavia, a administração da TLA optou por somente reconhecer a totalidade dos créditos envolvidos, que estimados ser aproximadamente R$ 55.000, e eventual atualização, no momento em que a recuperação financeira desse direito estiver definida.

**(b) Indenização por insuficiência tarifária**

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto desta causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal.

Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização sido determinado em R$ 245.000, com base em cálculo feito pelo perito judicial. Este montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. O Tribunal Regional Federal da 1a. Região, julgando o recurso interposto pela União, determinou o retorno do processo para novo julgamento em 1a. instância. Contra esta decisão, encontra-se ainda pendente de julgamento embargos de declaração opostos pela TLA perante o TRF da 1a. Região.

A administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

### 26 Instrumentos financeiros

**(a) Considerações gerais**

A Companhia realiza operações de derivativos com o objetivo de se proteger dos efeitos de variações da exposição em moeda estrangeira. Adicionalmente, excessos de caixa temporários são aplicados em linha com as políticas de tesouraria reavaliadas de forma contínua, além de minimizar os efeitos da volatilidade dos preços dos combustíveis.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

**(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia**

**(i) Risco de preço dos serviços**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos serviços prestados pela Companhia, em função de operar num mercado bastante competitivo, local e internacional. A Companhia poderá ter o custo dos serviços prestados afetado por alterações nos preços internacionais de seu principal insumo, representado pelo combustível de aviação. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações desses preços nos mercados nacional e internacional, visando ajustar os preços dos serviços ao custo efetivo, e possui política de contratação de "hedge" de combustíveis que se baseia na proteção dos três meses seguintes.

**(ii) Risco de taxas de juros**

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a ter perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR, CDI e TJLP), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

**(iii) Risco de taxas de câmbio**

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Para se proteger dessas oscilações a Companhia adota a política de contratação de operações de "hedge", mais usualmente operações de Opções Asiáticas, conforme demonstrado no item (c) abaixo. Parte do risco é mitigado pelo fato da Companhia operar no exterior e as receitas dessa operação serem realizadas em moeda forte. A atual política de contratação de Hedge baseia-se na proteção dos 12 meses seguintes.

**(iv) Risco de crédito**

Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de prestação de serviços ao consumidor e/ou a agências de viagens ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota a prática do estabelecimento de limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor (basicamente para as agências de viagens). Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de "rating". Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro.

**(c) Valor de mercado**

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem os seus valores de mercado e foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas de juros praticadas atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares. Com relação aos financiamentos, cujas características estão divulgadas nas Notas 11 a 14, o saldo contábil equivale ao seu valor de mercado.

**(d) Exposição**

**(i) Risco de taxa de câmbio**

A Companhia contrata operações financeiras com derivativos, visando basicamente à proteção de sua exposição à moeda estrangeira, decorrente da aquisição de combustível, de contratação de serviços de manutenção de motores junto aos fabricantes e de contratos de financiamentos com a finalidade de expansão/manutenção de suas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2004, os contratos de "swap com opções" visando o "hedge" de obrigações com fornecedores e financiamentos a vencer montam R$ 661.476 - US$ 249.200 mil (2003 - R$ 430.680 - US$ 150.000 mil), e possuem vencimentos variáveis até 1o. de agosto de 2005.

As operações acima, se liquidadas em 31 de dezembro de 2004, apresentariam perdas de R$ 7.585.

A exposição cambial está preponderantemente indexada ao dólar estadunidense como segue:

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Ativo | | |
| Ativos financeiros - indexados ao US$ | 210.941 | 101.080 |
| Passivo | | |
| Empréstimos e financiamentos/reorganização da frota | (403.446) | (1.414.820) |
| Fornecedores estrangeiros | (32.830) | (40.942) |
| Arrendamentos operacionais simples - compromissos assumidos (12 meses) | (581.399) | (563.816) |
| Exposição cambial - R$ | (806.734) | (1.918.498) |
| Instrumentos financeiros | 661.476 | 430.680 |
| Exposição cambial, líquida | (145.258) | (1.487.818) |

A administração da Companhia entende que a exposição acima tem seus efeitos minimizados em decorrência de parte de suas vendas serem feitas no exterior, em moeda forte.

**(ii) Risco de preço de serviços**

Durante 2004, a Companhia contratou operações visando à proteção de sua exposição à variação de preços do combustível de aviação, seu principal insumo.

Em 31 de dezembro de 2004, essas operações, com vencimentos variáveis até 1o. de abril de 2005, montam, aproximadamente, R$ 28.731, equivalentes a cerca de 246 mil barris.

Se liquidadas em 31 de dezembro de 2004, as operações acima apresentariam perdas de R$ 369.

**(e) Aplicações financeiras**

Representadas por aplicações de renda fixa com remuneração de variação cambial, com prazo de vencimento de até 60 dias.

**(f) Investimentos**

As subsidiárias TAM Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreos del Mercosur S.A. são empresas de capital fechado e, portanto não há informações disponíveis sobre seus valores de mercado.

**27 Programa Fidelidade TAM**

Em 31 de dezembro de 2004, o Programa de Fidelidade TAM apresentava 830.888 (2003 - 708.155) trechos domésticos de passagens aéreas conquistados por seus clientes e ainda não resgatados equivalentes a trechos domésticos. Em decorrência dos atuais níveis médios de ocupação de nossos vôos, e, utilizando-se a forma de "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representado basicamente por seguro e serviço de bordo), a obrigação total do programa totaliza aproximadamente R$ 4.312 (2003 - R$ 7.868). Desta forma, a administração da Companhia adota a prática de contabilização destes custos quando efetivamente incorridos, por ocasião do transporte de nossos clientes Fidelidade. Durante o exercício de 2004 foram concedidas e utilizadas por nossos clientes 429.200 (2003 - 425.654) passagens grátis que, valorizadas pela forma descrita acima, totalizaram a R$ 2.232 (2003 - R$ 4.729) de custos registrados ao resultado do exercício.

Os números de trechos domésticos de passagens aéreas conquistadas pelos clientes e ainda não resgatados correspondem à quantidade máxima de trechos, sem desconto da média dos trechos não utilizados pelos clientes. A média de trechos não utilizados pelos clientes é de aproximadamente 15%, o que reduziria a quantidade de trechos não voados para 706.920 (2003 - 602.498).

Considerando-se que a conversão de pontos em trechos ocorre, na média, a cada 10.000 pontos adquiridos, em 31 de dezembro de 2004, os clientes que já se encontravam com quantidade de pontos suficientes para conversão, correspondiam a 484.707 (2003 - 397.492) trechos domésticos de passagens aéreas.

Os pontos conquistados por nossos clientes no Programa Fidelidade TAM têm validade de dois anos para serem convertidos em bilhetes. Esse fato limita eventual crescimento do passivo do programa, que apresenta tendência de estabilidade em relação à quantidade de passageiros transportados.

O Programa Fidelidade TAM também se tornou fonte de receitas para a Companhia, em função de parcerias firmadas com diversas empresas. No decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, este número montou a R$ 58.251 (2003 – R$ 30.999).

**28 Code share**

Como forma de contribuir para a auto-sustentabilidade do setor e, conseqüentemente, com a da Companhia, em 2003 foram iniciadas, e continuam vigentes vôos compartilhados (code share) com a "VARIG", S.A. - (Viação Aérea Rio-Grandense), sendo esta a primeira ação prática conjunta, após a assinatura de um Protocolo de Entendimentos celebrado em 6 de fevereiro de 2003. Atualmente, 67% dos vôos da Companhia são compartilhados com a VARIG.

A medida buscou e proporcionou, principalmente, eliminar a sobreposição de vôos, racionalizando a oferta e garantindo aos passageiros serviços regulares e de alta qualidade, propiciando, no âmbito dos passageiros, maior oferta de vôos e mais opções de horários, e, na ótica da Companhia, efetiva redução dos custos operacionais e conseqüente melhoria das margens de lucro. Além disso, conforme dados do Departamento de Aviação Civil (DAC), este procedimento colaborou para o aumento do aproveitamento consolidado de todas as companhias aéreas brasileiras.

A TAM S.A., na qualidade de controladora da TLA e da Mercosur e a FRB-Par Investimentos S.A. ("FRB-Par"), como acionista controladora da "VARIG", S.A. - (Viação Aérea Rio - Grandense) ("VARIG"), Varig Participações em Transportes Aéreos S.A. (controladora da Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e da Nordeste Linhas Aéreas S.A.), e Varig Participações em Serviços Complementares S.A., em continuidade ao Protocolo de Entendimentos firmado em 6 de fevereiro de 2003, celebraram, em 17 de setembro de 2003, Contrato de Associação, para confirmar os termos da eventual associação entre VARIG, Rio Sul, Nordeste e TLA.

Originalmente, a TAM e a FRB-Par vislumbraram solução conjunta que passaria pela criação de uma nova empresa, com capital integralizado pelas participações acionárias acima mencionadas e com estrutura de capital compatível com a geração de resultados de sua atividade.

Em 6 de outubro de 2003, a TAM e a FRB-Par aditaram o Contrato de Associação, de forma a prorrogar prazos antes estabelecidos para cumprimento de determinadas obrigações, o que foi feito através da assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Associação.

Com a evolução dos estudos e das negociações, as partes haviam deliberado reestudar o modelo de associação originalmente desenhado no Contrato de Associação, cujas tratativas caminhavam na direção da manutenção do compartilhamento de vôos, que se mostrou uma política vencedora e benéfica para todos os envolvidos.

O processo de associação está regular perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, tendo sido observados todos os dispositivos legais e administrativos aplicáveis.

### 29 Eventos subseqüentes

Em 27 de janeiro de 2005, as companhias, em comum acordo com o CADE, assumiram compromisso de apresentar plano detalhado para rompimento do compartilhamento de vôos, em decorrência da atual situação das empresas. As partes submeterão os documentos solicitados à apreciação do CADE, nos prazos legais.

Em 22 de fevereiro de 2005, as partes assinaram um Termo de Rescisão do Contrato de Associação, rescindindo de forma automática e definitiva, a partir daquela data, o Contrato de Associação. Em decorrência desta rescisão contratual, o compartilhamento de vôos deixará de ser operado em 15 de maio de 2005.

### 30 Resumo das diferenças entre os BR GAAP e os U.S. GAAP

#### (a) Descrição das diferenças entre os BR GAAP e os U.S. GAAP

Conforme descrito na Nota 2, a TAM optou por utilizar suas demonstrações financeiras preparadas de acordo com os BR GAAP como suas demonstrações financeiras primárias.

As principais práticas contábeis da Companhia, que diferem significativamente dos U.S. GAAP, estão sumarizadas a seguir.

**(b) Correção monetária complementar em 1996 e 1997 pelos U.S. GAAP**

De acordo com os BR GAAP, a correção monetária foi descontinuada a partir de 1o. de janeiro de 1996. As demonstrações financeiras em BR GAAP incluíram ajustes de indexação que refletem, parcialmente, o efeito da inflação sobre o imobilizado, os investimentos, o diferido (em conjunto, chamados "ativo permanente") e sobre o patrimônio líquido, informando o débito ou crédito líquidos na demonstração do resultado. No entanto, pelos U.S. GAAP, o Brasil deixou de ser tratado como economia altamente inflacionária apenas a partir de 1o. de janeiro de 1998. Dessa forma, as informações financeiras para fins dos U.S. GAAP devem incluir ajustes adicionais de correção pela inflação em 1996 e 1997, que são efetuadas aplicando-se o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna ("IGP-DI") ao ativo permanente e ao patrimônio líquido. O IGP-DI registrou um aumento de 9,3% em 1996 e de 7,5% em 1997.

Para fins de reconciliação, o patrimônio líquido conforme os U.S. GAAP foi aumentado em R$ 258 e R$ 374 em 31 de dezembro de 2004 e 2003, respectivamente, devido aos ajustes adicionais de correções monetárias, líquidas de depreciação. Tais montantes geraram aumentos nos encargos de depreciação de R$ 116, R$ 136 e R$ 170 respectivamente em 2004, 2003 e 2002.

**(c) Imobilizado**

**(i) Reavaliação do imobilizado**

Os BR GAAP permitem a reavaliação dos ativos. A reserva de reavaliação, líquida dos efeitos fiscais diferidos posteriores a 1991, é creditada a uma conta de reserva no patrimônio líquido. A depreciação das reservas de reavaliação é contabilizada ao resultado e o valor da baixa é retirado da reserva de reavaliação no patrimônio líquido e transferido para prejuízos acumulados mediante a depreciação, baixa ou venda dos ativos.

De acordo com os U.S. GAAP, a reavaliação do imobilizado não é permitida, e as reservas de reavaliação e efeitos fiscais diferidos relacionados foram eliminados de forma a apresentar o imobilizado ao custo histórico menos a depreciação acumulada. Dessa forma, a depreciação contabilizada ao resultado também foi eliminada.

Para fins de reconciliação, a reserva de reavaliação foi revertida de acordo com os U.S. GAAP, líquida de depreciação e efeitos fiscais diferidos, totalizando no patrimônio líquido R$ 137.669 em 2004 e R$ 337.514 em 2003. No resultado estes efeitos totalizaram R$ 7.584 em 2004, R$ 33.103 em 2003 e R$ 19.294 em 2002.

**(ii) Contratos de arrendamento**

Os BR GAAP não especificam a forma de contabilização dos contratos de arrendamento e a Companhia reconhece como arrendamento mercantil financeiro apenas os contratos os quais possuem opção de preço de barganha para os ativos. Todos os demais contratos de arrendamento são tratados como arrendamento operacional simples.

De acordo com os U.S. GAAP, o "Statement of Financial Accounting Standard" ("SFAS") No. 13, "Accounting for Leases", define arrendamento de mercantil financeiro como operações de arrendamento que atendam pelo menos um dos critérios a seguir:

. A operação de arrendamento transfere a titularidade da propriedade ao arrendatário ao término do arrendamento.

. A operação de arrendamento contém a opção de compra.

. O prazo da operação de arredamento é igual a 75% ou mais da vida econômica estimada do ativo arrendado.

. O valor presente dos pagamentos mínimos na data inicial da operação de arredamento, excluindo-se a parcela dos pagamentos que representam custos executórios, como seguro, manutenção e impostos a serem pagos pelo arrendador e incluindo qualquer lucro resultante, é igual ou superior a 90% do valor justo do ativo arrendado no início do arrendamento.

Adicionalmente, na renegociação dos termos dos contratos de arrendamento, sem que altere o arrendador, o novo contrato de arrendamento é registrado como arrendamento mercantil financeiro pelo arrendatário se a modalidade deste contrato for arrendamento mercantil financeiro inicialmente ou na data da renegociação.

A TAM possuía em 31 de dezembro de 2004, 41 contratos de arrendamento operacional simples (Airbus A319 - 9 unidades, Airbus A320 - 11 unidades, Airbus A330 - 7 unidades e Fokker 100 - 14 unidades) dentre a totalidade dos seus contratos de aeronaves os quais, considerando-se a regra acima exposta, foram considerados como arrendamento mercantil financeiro. O valor presente dos pagamentos mínimos destes contratos supera 90% do valor justo do ativo arrendado.

De acordo com os U.S. GAAP, o custo destas aeronaves e as obrigações relacionadas na data de início dos contratos totalizaram em 31 de dezembro de 2004, R$ 3.276.025, e foram contabilizados no balanço patrimonial para fins de U.S. GAAP. O ativo está sendo depreciado durante a vida útil estimada de 25 anos para as aeronaves Airbus A319, Airbus A320 e Fokker 100 e 30 anos para as aeronaves Airbus A330. As variações cambiais estão sendo reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. As despesas de depreciação reconhecidas nos exercícios de 2004, 2003 e 2002 totalizaram R$ 115.652, R$ 102.531 e R$ 71.630, respectivamente. As variações cambiais sobre arrendamentos totalizaram em 2004, 2003 e 2002, R$ 288.557, R$ 740.127 e R$ (927.803), respectivamente. As despesas de juros referentes ao arrendamento mercantil financeiro dessas aeronaves em 2004, 2003 e 2002 totalizaram R$ 130.068, R$ 111.543 e R$ 103.011, respectivamente. As despesas reconhecidas para fins de BR GAAP como arrendamento operacional simples destas aeronaves foram revertidas durante todos os períodos, e totalizaram R$ 329.558, R$ 263.504 e R$ 233.189, em 2004, 2003 e 2002 respectivamente.

Para fins de reconciliação dos contratos de arrendamento, os montantes ajustados ao patrimônio líquido totalizaram em 31 de dezembro de 2004, R$ (54.302) (31.12.2003 – R$ (73.418)).

Adicionalmente em 2004, a TAM efetuou uma mudança na modalidade do arrendamento, descrito na Nota 12(b), para algumas aeronaves. Para fins de BR GAAP, estes contratos eram registrados como arrendamento mercantil financeiro passaram a ser registrados como arrendamento operacional simples gerando um ganho de R$ 353.279 durante o exercício de 2004.

Por conta desta mudança, para fins de U.S. GAAP estes contratos estão inseridos no contexto dos 41 contratos mencionados anteriormente, e portanto continuam sendo registrados como arrendamento mercantil financeiro. Para fins de reconciliação, foi eliminado o ganho reconhecido para fins de BR GAAP totalizando R$ 353.279 em 31 de dezembro 2004.

Considerando todos os ajustes acima, as obrigações com arrendamento conforme os U.S. GAAP totalizam:

| | Encargos financeiros e (formas de pagamentos) | 31.12.2004 | 31.12.2003 |
|---|---|---|---|
| **Em moeda estrangeira** | | | |
| Aeronaves e Motores Fokker 100 | Juros pré (mensal) | 450.399 | 560.957 |
| Aeronaves e Motores Airbus A319 /Airbus A320 | Libor mensal (mensal) | 1.570.941 | 1.778.064 |
| Aeronaves e Motores e peças Airbus A330 | Libor semestral (mensal) | 1.065.108 | 1.276.483 |
| Arrendamento Mercantil | Libor mensal (mensal) | 9.298 | 9.307 |
| | Libor semestral (mensal) | 51.714 | 69.384 |
| | Libor trimestral (mensal) | 7.240 | 16.290 |
| | Juros pré (mensal) | 17.342 | 25.198 |
| | | 3.172.042 | 3.735.683 |
| Circulante | | (361.648) | (487.407) |
| Passivo exigível a longo prazo | | 2.810.394 | 3.248.276 |

Para os arrendamentos acima foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia como garantia.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.12.2004 | 31.12.2003 |
|---|---|---|
| 2005 | - | 269.656 |
| 2006 | 274.045 | 273.587 |
| 2007 | 307.060 | 289.268 |
| 2008 | 299.684 | 302.163 |
| 2009 | 311.179 | 312.949 |
| 2010 | 317.380 | 305.708 |
| Posteriores a 2010 | 1.301.046 | 1.494.945 |
| | 2.810.394 | 3.248.276 |

**(iii) Recuperabilidade**

Os BR GAAP exigem que as empresas determinem se o lucro operacional é suficiente para absorver a depreciação ou amortização dos ativos permanentes, a fim de avaliar a recuperabilidade potencial do ativo. Na hipótese de o lucro operacional ser insuficiente para recuperar a depreciação, o valor dos ativos, ou grupos de ativos, é reduzido ao valor recuperável, de preferência com base nos fluxos de caixa descontados projetados das operações futuras. Na hipótese de substituição planejada dos ativos, antes do término de sua vida útil estimada originalmente, a depreciação desses ativos é acelerada, de modo a assegurar que ele seja depreciado de acordo com o valor líquido estimado de realização na data estimada de substituição.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS No. 144, "Accounting for the Impairment of Disposal of Long-Lived Assets", dispõe que as empresas avaliem o valor contábil dos ativos de vida longa a serem mantidos e usados, e dos ativos de vida longa a serem alienados, quando houver fatos e circunstâncias que requeiram tal revisão. O valor contábil dos ativos de vida longa é considerado irrecuperável quando o fluxo de caixa não descontado previsto, representando o nível mais baixo no qual o fluxo de caixa identificável é inferior ao respectivo valor contábil. Nessa eventualidade, é reconhecida uma perda com base no valor pelo qual o valor contábil supera o valor justo de mercado dos ativos, ou os fluxos de caixa descontados gerados pelos ativos.

No caso da TAM, não houve diferenças entre os U.S. GAAP e os BR GAAP relativas à recuperabilidade dos ativos, para os exercícios apresentados.

**(iv) Ganhos nas operações de "sale-leaseback"**

Os BR GAAP não fornecem orientação específica sobre transações de "sale-leaseback". Todos os ganhos ou perdas resultantes das operações de "sale-leaseback" foram reconhecidos no resultado quando incorridos.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS No. 28, "Accounting for Sales with Leaseback", estabelece uma operação de "sale-leaseback" como uma transação de financiamento, na qual qualquer ganho ou perda na venda deve ser diferido e amortizado pelo vendedor, o qual se torna o arrendatário, seguindo a proporção dos pagamentos do aluguel sobre o período estimado de utilização do ativo, mesmo que na legislação do país de origem da Companhia as operações sejam consideradas isoladas e juridicamente perfeitas.

| | | | 31.12.2004 | 31.12.2003 | 31.12.2002 |
|---|---|---|---|---|---|
| | Ganho no Sale-leaseback | Amortização acumulada | Líquido | Líquido | Líquido |
| Operação Airbus A330 (i) | 319.073 | (88.632) | 230.441 | 257.031 | 283.620 |
| Operação Airbus A320 (ii) | 54.957 | (9.618) | 45.339 | 50.834 | - |
| Operação Fokker 100 (iii) | 76.815 | (67.391) | 9.424 | 76.815 | - |
| | 450.845 | (165.641) | 285.204 | 384.682 | 283.620 |

A amortização do ganho das operações de sale-leaseback apropriadas ao resultado do exercício de 2004, registrada nas rubricas “Despesas financeiras líquidas” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, totalizam respectivamente R$ 65.382 e R$ 34.096 (31.12.2003 –
R$ 9.063 e R$ 21.647) (31.12.2002 – R$ 9.063 e R$ 17.526).

**(i)** Em agosto de 2001, a TAM assinou um contrato que resultou no cancelamento do contrato de arrendamento mercantil financeiro de três aeronaves Airbus A330 com um arrendador , e assinou um novo contrato de arrendamento operacional simples, com um novo arrendador para a mesma aeronave. Para fins de BR GAAP, a TAM reconheceu um ganho líquido no montante de R$ 319.073 durante o exercício de 2001. Este ganho está sendo amortizado pelo prazo do novo contrato de arrendamento operacional simples, cuja liquidação final é prevista para agosto de 2013.

**(ii)** Em abril de 2003, a TAM assinou contratos que resultaram no cancelamento de contratos de arrendamento mercantil financeiro de quatro aeronaves Airbus A320 com um arrendador, e imediatamente a TAM assinou novos contratos sob a modalidade de arrendamento operacional simples, com um arrendador diferente. Para fins de BR GAAP, a TAM não reconheceu nenhum ganho, pois este contrato era registrado como arrendamento operacional simples. Para fins de U.S. GAAP, a Companhia reconheceu um ganho de R$ 54.957, pois este contrato era registrado como arrendamento mercantil financeiro. Este ganho está sendo amortizado pelo prazo do novo contrato de arrendamento operacional simples, cuja liquidação final é prevista para março de 2013.

**(iii)** Em adição, em dezembro de 2003, a TAM efetuou uma reorganização da sua frota de 19 Fokker 100 (Nota 14), o qual gerou o cancelamento de 10 contratos de arrendamento mercantil financeiros e 9 contratos de arrendamento operacional simples, gerando novos contratos de arrendamento operacional simples. Para fins de BR GAAP a TAM reconheceu um ganho de R$ 76.815, o qual foi reconhecido no resultado de 2003. Para fins de U.S. GAAP esse ganho está sendo amortizado, conforme cronograma de devolução das aeronaves, previsto originalmente para julho de 2005. Em janeiro de 2005, foi assinado aditamento prorrogando o prazo de devolução de 5 destas aeronaves para até abril de 2006. A Administração decidiu não alterar os prazos da amortização, mantendo o prazo original.

Essas transações foram consideradas como uma modificação das disposições do contrato original de para fins de U.S. GAAP. De acordo com o SFAS no. 145, "Recission of FASB Statements No. 4, 44 and 64, Amendment of FASB Statements No. 13, and Technical Corrections", se a modificação nas disposições de um contrato de arrendamento geraram um novo contrato classificado como arrendamento operacional simples, a transação deverá ser contabilizada como "sale-leaseback" de acordo com os parágrafos 2 e 3 do SFAS no. 28, mencionado anteriormente.

**(d) Diferido**

Os BR GAAP permitem o diferimento das benfeitorias realizadas em propriedade de terceiros.

De acordo com os U.S. GAAP, estas benfeitorias devem ser tratadas como adições ao imobilizado e portanto foram reclassificadas para o imobilizado. Os valores reclassificados no balanço patrimonial totalizaram R$ 6.291 em 2004 e R$ 7.751 em 2003.

**(e) Combinação de empresas**

**(i) Ágio**

De acordo com os BR GAAP, o ágio é resultante da diferença entre o valor pago e o valor contábil dos ativos líquidos adquiridos. Esse ágio é normalmente atribuído ao valor de mercado dos ativos adquiridos ou justificado com base na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado durante a vida útil remanescente dos ativos ou em até dez anos. O deságio resulta de acordo com os BR GAAP quando o valor contábil dos ativos adquiridos é excedente ao preço de compra. O deságio geralmente não é amortizado.

De acordo com os U.S. GAAP, os valores justos são atribuídos a ativos e passivos adquiridos nas combinações de negócios, incluindo ativos intangíveis e ágio não-alocado, aplicáveis a cada transação específica. Com a adoção do SFAS No. 142, "Goodwill and Other Intangible Assets", a partir de 1º. de janeiro de 2002, o ágio não é mais amortizado mas, em vez disso, é atribuído às "reporting units" da empresa e testada a sua recuperabilidade pelo menos anualmente. Adicionalmente, de acordo com os U.S. GAAP, o ágio gerado em transações de empresas sobre controle comum, não deve ser registrado mas, em vez disso, a diferença entre os valores pagos e o valor de livros dos ativos líquidos adquiridos deve ser registrada como uma contribuição ou distribuição de capital.

As diferenças com relação aos BR GAAP aplicáveis para a TAM, derivam, principalmente: (i) da não amortização do ágio a partir de 1º. de janeiro de 2002; e (ii) do não reconhecimento de deságios em transações entre partes sob controle comum, que está sendo explicado na Nota (ii) abaixo.

Para fins de BR GAAP, o saldo líquido do ágio, em 31 de dezembro de 2004, totalizou R$ 2.775 (2003 - R$ 5.066), o qual está sendo amortizado pelo período de cinco a dez anos. Em 31 de dezembro de 2004, o deságio totalizou R$ 11.099 (2003 - R$ 11.099).

Para fins de reconciliação, foram revertidos os ágios amortizados a partir de 1º. de janeiro de 2002, totalizando R$ 2.291, R$ 4.457 e R$ 4.457 no resultado dos anos de 2004, 2003 e 2002, respectivamente. No patrimônio líquido estes efeitos totalizaram para fins de reconciliação
R$ 6.904 e R$ 4.613 em 2004 e 2003, respectivamente.

Para fins de U.S. GAAP, o saldo líquido do ágio, em 31 de dezembro de 2004, totalizou R$ 9.679 (2003 - R$ 9.679).

**(ii) Controle comum e deságio – TAM Mercosur**

Para fins de BR GAAP, a TAM Mercosur foi adquirida e consolidada pela Companhia em setembro de 2003 através de uma operação de troca de ações. (Nota 19(a))

Para fins de U.S. GAAP, a TAM Mercosur foi considerada sobre controle comum desde 1996, por possuir os mesmos acionistas majoritários da Companhia, e assim foi consolidada retroativamente em todos os períodos apresentados.

Adicionalmente, nesta transação, o deságio para fins de BR GAAP foi gerado pela diferença entre o valor de livros e o valor pago na transação de aquisição da TAM Mercosur. Como esta operação foi caracterizada como de controle comum, para fins de U.S. GAAP a diferença entre o valor pago e o valor de livros da TAM Mercosur foi reconhecida no patrimônio líquido, como, contribuição de capital.

Adicionalmente, para fins de BR GAAP, os efeitos de variação cambial sobre o patrimônio líquido desta subsidiária estão distribuídos pelas linhas do resultado. Para fins de U.S. GAAP, o efeito desta variação cambial foi reconhecido dentro do patrimônio líquido na conta de Ajustes Acumulados de Conversão, de acordo com o SFAS No. 52 “Foreign Currency Translation”.

Para fins de reconciliação, os efeitos descritos acima totalizam R$ 2.045, R$ 4.669 e R$ 2.326, nos resultados dos exercícios de 2004, 2003 e 2002, respectivamente, e R$ 11.828 no patrimônio líquido de 2004 e 2003.

**(f) Benefícios do plano de pensão e pós-aposentadoria**

Na determinação das obrigações dos benefícios do plano de pensão e pós-aposentadoria para fins de BR GAAP, a NPC no. 26 deve ser aplicada nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2002. Conforme permitido pela norma, o ganho de transição (a diferença entre os ativos líquidos do plano e a obrigação dos benefícios projetada ("PBO")) nessa data será contabilizado no lucro durante o período de cinco anos.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS No. 87, "Employers’ Accounting for Pensions", está em vigor para os exercícios fiscais posteriores a 1988. A partir dessa data, quando uma obrigação inicial determinada com base na avaliação atuarial era contabilizada, os ganhos e as perdas atuariais, bem como as variações estimadas nos ativos dos planos e PBO, bem como os efeitos das alterações, liquidações e outros, foram reconhecidos de acordo com essa norma e, dessa forma, resultam em montantes diferentes quando diferidos. Até 1997, esses montantes eram tratados como não monetários e indexados pela inflação. Os U.S. GAAP também exigem o reconhecimento de um passivo mínimo adicional.

Embora o cálculo da situação de suficiência de fundos seja o mesmo desde 31 de dezembro de 2001, surgem diferenças nos (i) ganhos e perdas atuariais, pois inicialmente não existe ganho ou perda atuarial em 31 de dezembro de 2001, (ii) reconhecimento da obrigação inicial de transição e (iii) o passivo mínimo, conforme os U.S. GAAP.

Com base no parecer dos atuários independentes da Companhia, a situação de suficiência de fundos e os valores registrados no balanço patrimonial condensado de acordo com os U.S. GAAP em 31 de dezembro de 2004 e 2003 e a demonstração condensada do resultado de 2004, 2003 e 2002 das obrigações de pensão da TAM perante beneficiários aposentados, em conformidade com a SFAS No. 132, "Employer's Disclosures About Pensions and Post-Retirement Benefits - revised", são os seguintes:

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| Variação da obrigação dos benefícios | | | |
| Obrigação dos benefícios, no início do exercício | 59.058 | 51.453 | 34.721 |
| Custo dos serviços | 3.495 | 4.166 | 5.129 |
| Custo de juros | 7.065 | 6.149 | 4.710 |
| Ganhos e (perdas) atuariais | (237) | (216) | 8.655 |
| Benefícios pagos | (2.337) | (2.494) | (1.762) |
| Efeitos de mudanças nos planos | (9.066) | - | - |
| Obrigação dos benefícios, no fim do exercício | 57.978 | 59.058 | 51.453 |
| Alterações no valor justo dos ativos do plano | | | |
| No início do exercício | 40.654 | 32.151 | 26.959 |
| Retorno atual dos ativos do plano | 6.078 | 7.970 | 4.113 |
| Contribuições da Companhia | 1.245 | 2.430 | 2.232 |
| Contribuições dos funcionários | 506 | 597 | 609 |
| Efeitos de mudanças nos planos | (9.516) | - | - |
| Benefícios pagos | (2.337) | (2.494) | (1.762) |
| No fim do exercício | 36.630 | 40.654 | 32.151 |
| Status do plano | | | |
| Situação de insuficiência de fundos no fim do exercício | (21.348) | (18.404) | (19.302) |
| Ganho e (perda) atuarial líquido não reconhecido | (827) | (587) | 3.695 |
| Custo de serviços prestados não reconhecido | 1.748 | - | - |
| Ativo de transição inicial não reconhecido, líquido | 331 | 1.179 | 1.453 |
| Custo de aposentadoria provisionado | (20.096) | (17.812) | (14.154) |

A data de medição do plano de pensão foi 31 de dezembro de 2004.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são compostos por:

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| Custo de aposentadoria provisionado | (20.096) | (17.812) | (14.154) |
| Passivo mínimo adicional | (2.231) | (1.616) | (2.818) |
| Ativo intangível | 172 | 223 | 1.200 |
| Montante reconhecido, líquido | (22.155) | (19.205) | (15.772) |
| Premissas ponderadas em 31 de dezembro | | | |
| Taxa de desconto - % | 12,36 | 12,36 | 10,24 |
| Retorno esperado dos ativos do plano - % | 14,28 | 13,72 | 10,24 |
| Taxa de aumento da remuneração - % | 8,12 | 8,12 | 6,08 |

A obrigação de benefícios acumulada para o plano de pensão no final de 2004 totalizou R$ 55.302 (2003 - R$ 54.288).

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| Componentes dos custos de benefícios periódicos, líquidos | | | |
| Custo dos serviços | 2.839 | 4.520 | 2.015 |
| Custo dos juros | 7.065 | 4.710 | 2.929 |
| Retorno esperado dos ativos | (5.536) | (3.654) | (2.376) |
| Amortização da obrigação de transição inicial | 274 | 274 | 274 |
| Amortização do ganho atuarial | (37) | (254) | (275) |
| Custo dos benefícios periódicos, líquidos | 4.605 | 5.596 | 2.567 |

A destinação de ativos para os planos de pensão da TAM no final de 2004 e 2003, e a destinação estimada para 2005, estão apresentadas a seguir. O valor justo dos ativos do plano é R$ 36.630 e R$ 40.654 no final de 2004 e 2003, respectivamente. As taxas de longo prazo sobre os ativos do plano foram 13,72% e 12,36% no final de 2004 e 2003, respectivamente.

| | | Porcentagem de ativos do plano no final do exercício | |
|---|---|---|---|
| Categoria de ativos | Alocação estimada para 2005 - % | 2004 | 2003 |
| Ações | 6 | 6 | 7 |
| Renda fixa | 94 | 94 | 93 |
| | 100 | 100 | 100 |

A estratégia de investimento do plano está baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Esse cenário apresenta baixo risco para o Brasil, crescimento econômico moderado, inflação e taxas cambiais estáveis e taxas de juros moderadas.

O conjunto de ativos é composto por investimentos de renda fixa e títulos patrimoniais. A alocação da renda fixa é de aproximadamente 94% e a destinação dos títulos patrimoniais é de cerca de 6%.

**(g) Instrumentos derivativos financeiros**

De acordo com os BR GAAP, não existe nenhuma exigência para a contabilização dos instrumentos derivativos financeiros. A Companhia registra seus instrumentos financeiros com base em taxas contratuais, reconhecidos pelo regime de competência.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS No. 133, conforme alteração e interpretação, "Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities", requer que a companhia reconheça todos os derivativos como ativos ou passivos e mensurem esses instrumentos ao valor de mercado. Mudanças no valor de mercado estão incluídos nos resultados da Companhia.

Nenhum dos instrumentos derivativos da Companhia foi qualificados como "hedge".

Para fins de reconciliação, a avaliação dos instrumentos a valor de mercado totalizou
R$ (3.985), R$ (25.063) e R$ 21.093 no resultado de 2004, 2003 e 2002 respectivamente.
Adicionalmente foi ajustado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2004, R$ (7.954) (31.12.2003 - R$ (3.969)).

**(h) Lucro por ação**

De acordo com os BR GAAP, o lucro (prejuízo) por ação é calculado sobre o número de ações na data do balanço patrimonial. As informações são divulgadas por lote de mil ações, pois, geralmente, esse é o número mínimo de ações que pode ser negociado nas bolsas de valores no Brasil. O prêmio de 10% ao qual os acionistas preferenciais têm direito ou lucros distribuídos não são alocados no cálculo de lucro por ação de acordo com os BR GAAP.

De acordo com os U.S. GAAP, uma vez que os acionistas preferenciais e ordinários possuem direitos de voto e liquidação diferentes, os lucros básico e diluído por ação foram calculados pelo método de "duas classes", de acordo com o SFAS No. 128, "Earnings per Share", que estabelece as exigências para o cálculo, a apresentação e a divulgação do lucro por ação. O método de "duas classes" é uma fórmula de alocação de rendimentos que determina o lucro por ação das ações preferenciais e ordinárias de acordo com os dividendos a serem pagos conforme os estatutos da Companhia e os direitos de participação sobre os lucros não-distribuídos. O lucro básico por ação ordinária é calculado dividindo-se o lucro líquido pela média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período, incluindo o prêmio de 10% alocado aos acionistas preferenciais. Os acionistas ordinários e preferenciais têm o mesmo direito sobre os lucros não-distribuídos. Os rendimentos podem ser capitalizados, utilizados para absorver perdas ou apropriados; dessa forma, tais rendimentos não estariam mais disponíveis para serem pagos como dividendos. Como resultado, nenhuma garantia pode ser feita de que os acionistas preferenciais irão receber o prêmio de 10% ou os lucros distribuídos.

**(i) Resultado abrangente**

De acordo com os BR GAAP, o conceito de resultado abrangente não é reconhecido.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS No. 130, "Reporting Comprehensive Income", exige a divulgação do resultado abrangente. O resultado abrangente é composto por lucro/prejuízo líquido e "outros lucros/prejuízos abrangentes" que incluem encargos ou créditos diretamente ao patrimônio, os quais não resultam de transações com titulares. No caso da TAM, os componentes dos resultados abrangentes são seu lucro líquido ou prejuízo, as variações no passivo mínimo adicional de aposentadoria e os ajustes acumulados de conversão (Nota 30(o)(iii)).

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

De acordo com os BR GAAP, o imposto de renda diferido ativo representa o valor estimado a ser recuperado.

De acordo com os U.S. GAAP, são provisionados impostos diferidos sobre todas as diferenças temporárias de impostos. Os ativos e passivos de imposto diferido são classificados como circulante, ou longo prazo, conforme a classificação do ativo ou passivo que dá origem à diferença temporária. Os ativos e passivos de imposto de renda diferido na mesma jurisdição fiscal, são compensados entre si e não apresentados pelo valor bruto.

Para fins da reconciliação com os U.S. GAAP, os benefícios (despesas) adicionais de imposto de renda relativos exclusivamente aos ajustes aos U.S. GAAP, foram reconhecidos na demonstração do resultado conforme os U.S. GAAP, nos montantes de R$ (39.628), R$ (225.810) e R$ 276.259 em 2004, 2003 e 2002, respectivamente. Adicionalmente foi ajustado no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2004, R$ 120.206 (31.12.2003 – R$ 159.834).

**(l) Classificação dos itens da demonstração do resultado**

De acordo com os BR GAAP, a classificação de certos itens do lucro e das despesas é apresentada de forma diferente dos U.S. GAAP. A demonstração do resultado de acordo com os BR GAAP foi reclassificada de forma a apresentar uma demonstração consolidada do resultado de acordo com os U.S. GAAP (Nota 30(o)(ii)). As reclassificações estão resumidas a seguir:

. Juros ativos e passivos e outros encargos financeiros registrados na demonstração do resultado de acordo com os BR GAAP foram reclassificados para lucro (prejuízo) não-operacional na demonstração consolidada do resultado de acordo com os U.S. GAAP.

. De acordo com os BR GAAP, os ganhos e as perdas na venda do imobilizado e investimentos ou perda de valor dos ativos fixos são classificados como lucro (prejuízo) não-operacional, enquanto de acordo com os U.S. GAAP são classificados como ajustes ao lucro operacional.

. As diferenças de lucro líquido (prejuízo) entre os BR GAAP e os U.S. GAAP, conforme detalhado na reconciliação na Nota 30(n), foram incorporadas à demonstração do resultado de acordo com os U.S. GAAP.

. O custo dos serviços prestados e lucro (prejuízo) operacional, de acordo com os U.S. GAAP, foram apresentados por tipo de despesa, em conformidade com as normas de divulgação utilizadas pelo segmento de transporte aéreo.

**(m) Classificação dos itens do balanço patrimonial**

De acordo com os BR GAAP, a classificação de certos itens do balanço patrimonial está apresentada de forma diferente dos U.S. GAAP. Modificamos nosso balanço patrimonial consolidado de acordo com os BR GAAP para apresentar um balanço patrimonial consolidado condensado de acordo com os U.S. GAAP. As reclassificações estão resumidas a seguir:

. De acordo com os BR GAAP, disponibilidades e aplicações financeiras são classificadas em diferentes linhas do balanço patrimonial. Os U.S. GAAP, SFAS No. 95, "Statement of Cash Flows", definem os equivalentes a caixa como investimentos líquidos a curtíssimo prazo sujeitos a (i) conversão imediata em caixa para valores conhecidos e (ii) tão próximos da data de vencimento que apresentam riscos insignificantes de mudança do valor em função de alterações nas taxas de juros.

. De acordo com os U.S. GAAP, determinados encargos diferidos foram reclassificados para o imobilizado, de acordo com sua natureza.

. De acordo com os BR GAAP, os impostos diferidos não são compensados e o ativo é apresentado separadamente do passivo. Para fins de U.S. GAAP, os ativos e passivos diferidos são compensados e classificados como corrente ou não-corrente de acordo com a classificação da diferença temporária subjacente.

**(n) Conciliação das diferenças entre BR GAAP e U.S. GAAP**

**No lucro líquido (prejuízo)**

| | Ref. Nota 30 | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|---|
| **Lucro líquido (prejuízo) reportado conforme os BR GAAP** | | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| Estorno da depreciação da reavaliação | (c) (i) | 7.584 | 33.103 | 19.294 |
| Contratos de arrendamentos | | | | |
| Despesa de depreciação do arrendamento mercantil financeiro | (c) (ii) | (115.652) | (102.531) | (71.630) |
| Variação cambial sobre arrendamento | (c) (ii) | 288.557 | 740.127 | (927.803) |
| Despesa de juros sobre a obrigação do arrendamento mercantil financeiro | (c) (ii) | (130.068) | (111.543) | (103.011) |
| Reversão dos ganhos com mudança na modalidade do arrendamento mercantil | (c) (ii) | (353.279) | - | - |
| Reversão da despesa do arrendamento operacional simples | (c) (ii) | 329.558 | 263.504 | 233.189 |
| Total contratos de arrendamento | | 19.116 | 789.557 | (869.255) |
| Amortização do ganho/(reversão do ganho), líquido nas operações de sale-leaseback | (c) (iv) | 99.478 | (101.062) | 26.589 |
| Depreciação da correção monetária complementar | (b) | (116) | (136) | (170) |
| Reversão da amortização do ágio | (e) (i) | 2.291 | 4.457 | 4.457 |
| Plano de pensão | (f) | 2.120 | (553) | 4.016 |
| Controle comum – TAM Mercosur | (e) (ii) | 2.045 | 4.669 | 2.326 |
| Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos | (g) | (3.985) | (25.063) | 21.093 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima | (j) | (39.628) | (225.810) | 276.259 |
| Participação de minoritários sobre os ajustes | | - | (235) | (117) |
| **Lucro líquido (prejuízo) de acordo com os U.S. GAAP** | | 430.037 | 652.731 | (1.121.241) |
| **Lucro (prejuízo) por lote de mil ações** | | | | |
| Básico | | | | |
| Ações preferenciais | (h) | 6,67 | 10,12 | (18,51) |
| Ações ordinárias | (h) | 7,33 | 11,21 | (18,51) |
| Diluído | | | | |
| Ações preferenciais | (h) | 6,67 | 10,21 | (18,51) |
| Ações ordinárias | (h) | 7,33 | 11,23 | (18,51) |

| | Ref. Nota 30 | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|---|
| **Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em milhares)** | | | | |
| Básico | | | | |
| Ações preferenciais | (h) | 31.456 | 31.456 | 31.456 |
| Ações ordinárias | (h) | 29.908 | 29.908 | 29.111 |
| Diluído | | | | |
| Ações preferenciais | (h) | 31.456 | 31.456 | 31.456 |
| Ações ordinárias | (h) | 29.908 | 29.338 | 29.111 |

**No patrimônio líquido**

| | Ref. Nota 30 | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|
| **Patrimônio líquido reportado de acordo com os BR GAAP** | | 190.797 | 41.926 |
| Reavaliação das aeronaves, líquida | (c) (i) | (137.669) | (337.514) |
| Contratos de arrendamento | (c) (ii) | (54.302) | (73.418) |
| Diferimento de ganho nas operações de sale-leaseback | (c) (iv) | (285.204) | (384.682) |
| Combinação de empresas (TAM Mercosur) | (e) (ii) | 11.828 | 11.828 |
| Correção monetária complementar | (b) | 258 | 374 |
| Reversão da amortização do ágio | (e) (i) | 6.904 | 4.613 |
| Plano de pensão | (f) | (8.175) | (9.629) |
| Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos | (g) | (7.954) | (3.969) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes acima | (j) | 120.206 | 159.834 |
| Participação de minoritários sobre os ajustes | | (729) | (729) |
| **Patrimônio líquido de acordo com os U.S. GAAP** | | (164.040) | (591.366) |

**(o) Informações financeiras condensadas pelos U.S. GAAP**

Com base nos itens de reconciliação e na descrição acima, o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado e a demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido da TAM de acordo com os U.S. GAAP, foram apresentadas de maneira condensada, como segue:

**(i) Balanço patrimonial condensado de acordo com os U.S. GAAP**

| **Ativo** | **2004** | **2003** |
|---|---|---|
| Ativo circulante | | |
| Caixa e equivalentes a caixa | 296.861 | 172.323 |
| Contas a receber (líquido da provisão para devedores duvidosos – R$ 30.400 e R$ 21.210, respectivamente | 542.618 | 292.964 |
| Estoques | 94.102 | 87.349 |
| Tributos a recuperar | 26.843 | 52.353 |
| Despesas antecipadas | 116.037 | 120.631 |
| Imposto de renda e contribuição social | 39.897 | 17.891 |
| Demais contas a receber | 46.110 | 59.679 |
| Total do ativo circulante | 1.162.468 | 803.190 |
| Realizável a longo prazo | | |
| Imposto de renda e contribuição social | 269.451 | 409.411 |
| Depósitos em garantia | 123.073 | 138.773 |
| Depósitos judiciais | 47.937 | 41.782 |
| Demais contas a receber | 14.614 | 5.446 |
| | 455.075 | 595.412 |
| Investimentos | | |
| Ágio | 9.679 | 9.679 |
| Outros investimentos | 70 | 420 |
| Imobilizado | 3.350.978 | 3.457.186 |
| | 3.360.727 | 3.467.285 |
| Total do ativo | 4.978.270 | 4.865.887 |

| **Passivo e patrimônio líquido** | **2004** | **2003** |
|---|---|---|
| Passivo circulante | | |
| Fornecedores | 264.216 | 199.789 |
| Parcela de curto prazo de obrigações de arrendamento | 361.648 | 487.407 |
| Empréstimos e financiamentos de curto prazo incluídas parcelas de curto prazo dos empréstimos de longo prazo | 119.577 | 47.663 |
| Debêntures | 23.619 | 71.479 |
| Impostos e tarifas a recolher | 49.345 | 43.510 |
| Transporte a executar | 367.335 | 225.233 |
| Salários e encargos sociais | 121.104 | 57.476 |
| Ganho diferido nas operações de sale-leaseback | 81.352 | 154.239 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 3.072 | - |
| Outras contas a pagar | 80.290 | 60.944 |
| | 1.471.558 | 1.347.740 |
| Exigível a longo prazo | | |
| Obrigações de arrendamento | 2.810.394 | 3.248.276 |
| Empréstimos | 30.975 | 33.606 |
| Debêntures | 51.529 | 65.166 |
| Reorganização da frota de Fokker 100 | 110.225 | 142.198 |
| Provisão para contingências | 449.999 | 362.351 |
| Ganho diferido nas operações de sale-leaseback | 203.852 | 230.441 |
| Demais contas a pagar | 11.751 | 26.504 |
| | 3.668.725 | 4.108.542 |
| Participação minoritária | 2.027 | 971 |
| Patrimônio líquido | (164.040) | (591.366) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 4.978.270 | 4.865.887 |

**(ii) Demonstração do resultado consolidado de acordo com os U.S. GAAP**

| | 2004 | 2003 | 2002 |
|---|---|---|---|
| Receitas operacionais, líquidas | 4.520.371 | 3.666.402 | 3.428.584 |
| Despesas operacionais | | | |
| Pessoal | 543.605 | 426.120 | 444.319 |
| Combustíveis | 1.066.731 | 801.550 | 764.390 |
| Arrendamento das aeronaves e equipamentos | 321.476 | 365.045 | 352.250 |
| Despesas de comercialização e marketing | 656.326 | 543.992 | 484.514 |
| Tarifa de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | 185.773 | 160.814 | 198.630 |
| Depreciações e amortizações | 193.238 | 203.501 | 170.654 |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | 389.186 | 380.769 | 341.141 |
| Serviços prestados por terceiros | 360.461 | 305.597 | 337.202 |
| Seguro de aeronaves | 52.714 | 76.810 | 66.135 |
| Outras | 258.133 | 172.212 | 248.803 |
| Lucro operacional | 492.728 | 229.992 | 20.546 |
| Receitas financeiras (despesas), líquidas | 137.308 | 727.428 | (1.671.417) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda, contribuição social e participação minoritária | 630.036 | 957.420 | (1.650.871) |
| Imposto de renda e contribuição social | (199.328) | (304.213) | 529.747 |
| Lucro (prejuízo) antes da participação minoritária | 430.708 | 653.207 | (1.121.124) |
| Participação minoritária | (671) | (476) | (117) |
| Lucro (prejuízo) do exercício | 430.037 | 652.731 | (1.121.241) |

**(iii) Mutação do patrimônio líquido condensada de acordo com os U.S. GAAP**

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| No início do exercício | (591.366) | (1.243.107) |
| Aumento de capital | - | 2.693 |
| Distribuição de capital | - | (2.646) |
| Ajuste acumulado de conversão | (2.045) | (1.265) |
| Passivo mínimo adicional | (666) | 225 |
| Lucro do exercício | 430.037 | 652.731 |
| Resultado abrangente | 427.326 | 651.741 |
| No final do exercício | (164.040) | (591.366) |

**(p) Segmentos de negócio**

De acordo com os BR GAAP, não é requerida a apresentação de informações por segmentos de negócio.

De acordo com os U.S. GAAP, o SFAS No. 131, "Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information", define segmentos operacionais como componentes de uma empresa para os quais as informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas regularmente como forma de mensurar o desempenho do segmento e alocar recursos para os segmentos. As mensurações de lucro ou prejuízo, ativos totais e outras informações relacionadas devem ser divulgadas para cada segmento operacional. Além disso, essa norma requer a divulgação anual das informações relativas a receitas resultantes dos produtos e serviços da empresa, países onde os rendimentos são gerados, receitas ou ativos e principais clientes.

O SFAS No. 131 requer que os dados por segmento sejam apresentados nas demonstrações financeiras baseadas nos U.S. GAAP de acordo com as informações financeiras utilizadas pela administração para tomar decisões operacionais, incluindo a alocação de recursos entre os segmentos e desempenho do segmento. Essas informações são resultantes dos registros contábeis estatutários, mantidos de acordo com os BR GAAP. A TAM possui apenas um segmento de negócio.

**(q) Informações adicionais**

**(i) Compromissos**

A subsidiária TLA mantém pedidos firmes para 10 novas aeronaves Airbus A320 “family”. Os valores totais dos compromissos futuros a serem assumidos pela TLA, determinados com base no preço de lista das aeronaves, denominado em dólares estadunidense e convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2004 e tem a seguinte composição por ano de recebimento das aeronaves:

| Ano | 2004 |
|---|---|
| | (Não auditado) |
| 2005 | 159.264 |
| 2006 | 637.296 |
| 2007 | 479.916 |
| 2008 | 319.944 |
| | 1.596.420 |

**(ii) Despesas com propaganda e publicidade**

As despesas com propaganda e publicidade totalizaram R$ 40.836, R$ 24.565 and R$ 28.160 em 31 de dezembro de 2004, 2003 e 2002, respectivamente.

**(r) Pronunciamentos contábeis recentemente emitidos**

Em dezembro de 2004, o “Financial Accounting Standards Board” (“FASB”) emitiu o SFAS No. 123R, “Share-Based Payment” que estabelece os requerimentos contábeis para compensação de “share-based” para empregados, incluindo plano de compra de ações por empregados e fornece orientação sobre a contabilização de compensação para não empregados. Este pronunciamento irá requerer que companhias reconheçam na demonstração de resultado o valor presente da concessão

de opção de ações e outros tipos de compensação emitidos para empregados, mas que não expressem preferência por um tipo de modelo de avaliação. Para entidades públicas, o pronunciamento se torna efetivo para o primeiro período com início depois de 15 de junho de 2005. A Companhia não fornece atualmente qualquer pagamento baseado em ações para empregados ou não empregados.

Em dezembro de 2004, o FASB emitiu o SFAS No. 153, "Exchanges of Nonmonetary Assets" uma emenda ao APB No. 29. Este pronunciamento emenda o APB no. 29 para eliminar a troca não monetária de ativos produtivos similares e a substitui por uma exceção mais genérica de troca de ativos não monetários que não tenham substância comercial. O pronunciamento especifica que uma troca não monetária tem substância comercial se os fluxos de caixa futuros da entidade tem expectativa de se modificar significantemente como resultado da troca. Este pronunciamento se torna efetivo para troca de ativos não monetários que ocorram nos períodos fiscais que iniciam após 15 de junho de 2005. Aplicações anteriores são permitidas para trocas de ativos não monetários que ocorram em exercícios fiscais que iniciam depois da emissão do pronunciamento. Aplicações retroativas não são permitidas. A Companhia aplicará esta norma caso ocorram trocas não monetárias de ativos nos exercícios fiscais que iniciam depois de 15 de junho de 2005.

Em novembro de 2004, o FASB emitiu a SFAS No. 151 "Inventory Costs" uma emenda do ARB no. 43, capítulo 4, que trata de precificação de estoque. O pronunciamento esclarece a contabilização de montantes extraordinários de despesas (ociosas), fretes, custo de execução e refugo. De acordo com as normas anteriores, parágrafo 5 de ARB No. 43, capítulo 4, estes itens devem ser considerados por serem extraordinários, sob certas circunstâncias, exigem tratamento como despesas do período corrente. Este pronunciamento elimina o critério de "so abnormal" e requer que os custos de conversão sejam baseados na capacidade normal de produção da planta. As provisões deste pronunciamento devem ter efeito a partir de 2005. Além disso, este pronunciamento requer a alocação de despesas gerais fixas de produção para estoque até 15 de janeiro de 2005. É permitida a aplicação antecipada para custo incorrido de estoque durante os anos fiscais iniciados depois da data que este pronunciamento foi publicado. As provisões deste pronunciamento devem ser aplicadas prospectivamente. A Companhia está analisando os requerimentos desta nova norma e acredita que sua adoção não terá impacto significativo na posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa.

Em setembro de 2004, o FASB emitiu o FSP EITF edição 03-1-1, que posterga a aplicação dos parágrafos 10-20 do EITF 03-1, "The Meaning of Other-Than-Temporary Impairment and Its Application to Certain Investments". Os parágrafos 10-20 do EITF 03-1 dão orientação de como avaliar e reconhecer uma provisão para perda não temporária. A aplicação destes parágrafos foi adiada até a publicação da proposta do FSF EITF No. 03-1a. Nós não esperamos que o EITF No. 03-1 terá algum impacto na posição financeira, resultado operacional ou fluxos de caixa da companhia.

Em reunião de 31 de março de 2004, o Emerging Issues Task Force (EITF) chegou ao consenso final do EITF 03-6, "Participanting Securities and the Two-Class Method under FASB Statement No. 128". Normalmente a participação em ações dá direito à parcela do lucro de uma companhia, freqüentemente através de uma fórmula relativa aos dividendos das ações ordinárias da companhia. Esta norma esclarece o que significa o termo "participação em ações", conforme o FASB No. 128. Quando um instrumento é considerado como uma "participação em ações", ele tem o potencial de reduzir significativamente os ganhos básicos por ações ordinários porque o método de duas-classes deve ser usado para computar o efeito do instrumento sobre os ganhos por ação. O consenso também abrange outros instrumentos cujos termos incluem uma participação específica. O consenso também abrange a alocação de perda. Se os ganhos não distribuídos devem ser alocados na "participação de ações" pelo método de "duas-classes" , perdas também devem ser alocadas. Embora, o EITF 03-6 limita esta alocação somente para situações em que as ações têm (1) o direito de participação no lucro da companhia, e (2) uma obrigação contratual objetiva e determinável para participação nos prejuízos da companhia. O consenso alcançado no EITF 03-6 tem efeito para os períodos fiscais iniciados após 31 de março de 2004. O EPS em períodos anteriores devem ser ajustados retroativamente a fim de atender o EITF 03-6. A Companhia não espera que esta norma tenha algum impacto sobre os cálculos do EPS Básico e Diluído.

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXO G

Informações Trimestrais – ITR – 31 de março de 2005 não auditadas e respectivo relatório de revisão limitada dos auditores independentes

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

**O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| **01639-0** | **TAM S.A.** | **01.832.635/0001-18** |
| 4 - NIRE | | |
| **35.300.150.007** | | |

**01.02 - SEDE**

| 1 - ENDEREÇO COMPLETO | | | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO |
|---|---|---|---|---|
| Avenida Jurandir, 856 - Lote 4 | | | | Jardim Ceci |
| 3 - CEP | 4 - MUNICÍPIO | | | 5 - UF |
| 04072-000 | São Paulo | | | SP |
| 6 - DDD | 7 - TELEFONE | 8 - TELEFONE | 9 - TELEFONE | 10 - TELEX |
| 0011 | 5582-8811 | 5582-8242 | 5582-8817 | |
| 11 - DDD | 12 - FAX | 13 - FAX | 14 - FAX | |
| 0011 | 5582-8243 | 5581-9167 | 5582-8243 | |
| 15 - E-MAIL | | | | |
| libano.barroso@tam.com.br | | | | |

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

| 1 - NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Líbano Miranda Barroso | | | | |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO | | | | 3 - BAIRRO OU DISTRITO |
| Avenida Jurandir, 856 - Lote 4 | | | | Jardim Ceci |
| 4 - CEP | 5 - MUNICÍPIO | | | 6 - UF |
| 04072-000 | São Paulo | | | SP |
| 7 - DDD | 8 - TELEFONE | 9 - TELEFONE | 10 - TELEFONE | 11 - TELEX |
| 0011 | 5582-8811 | 5582-8817 | 5582-8242 | |
| 12 - DDD | 13 - FAX | 14 - FAX | 15 - FAX | |
| 0011 | 5581-9167 | 5582-8243 | 5582-8243 | |
| 16 - E-MAIL | | | | |
| libano.barroso@tam.com.br | | | | |

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

| EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO | | TRIMESTRE ATUAL | | | TRIMESTRE ANTERIOR | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 - INÍCIO | 2 - TÉRMINO | 3 - NÚMERO | 4 - INÍCIO | 5 - TÉRMINO | 6 - NÚMERO | 7 - INÍCIO | 8 - TÉRMINO |
| 01/01/2005 | 31/12/2005 | 1 | 01/01/2005 | 31/03/2005 | 4 | 01/10/2004 | 31/12/2004 |

| 9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR | 10 - CÓDIGO CVM |
|---|---|
| KPMG Auditores Independentes | 00418-9 |
| 11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO | 12 - CPF DO RESP. TÉCNICO |
| Pedro Augusto de Melo | 011.512.108-03 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

| Número de Ações (Mil) | 1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2005 | 2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2004 | 3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2004 |
|---|---|---|---|
| **Do Capital Integralizado** | | | |
| 1 - Ordinárias | 29.908 | 29.908 | 29.908 |
| 2 - Preferenciais | 31.457 | 31.457 | 31.457 |
| 3 - Total | 61.365 | 61.365 | 61.365 |
| **Em Tesouraria** | | | |
| 4 - Ordinárias | 0 | 0 | 0 |
| 5 - Preferenciais | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Total | 0 | 0 | 0 |

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

| |
|---|
| 1 - TIPO DE EMPRESA |
| Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO |
| Operacional |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO |
| Privada Nacional |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE |
| 114 - Serviços de Transporte e Logís |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL |
| Transporte de Passageiros e Cargas |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO |
| Total |
| 7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES |
| Sem Ressalva |

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

| 1 - ITEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|---|---|

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE**

| 1 - ITEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - TIPO AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO**

| 1- ITEM | 2 - DATA DA ALTERAÇÃO | 3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil) | 4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil) | 5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO | 7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil) | 8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|

**01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

| 1 - DATA | 2 - ASSINATURA |
|---|---|
| 02/05/2005 | |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2005 | 4 - 31/12/2004 |
|---|---|---|---|
| 1 | Ativo Total | 268.000 | 213.478 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 1.132 | 1.210 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 412 | 470 |
| 1.01.01.01 | Caixas e Bancos | 22 | 42 |
| 1.01.01.02 | Aplicações Financeiras | 390 | 428 |
| 1.01.02 | Créditos | 30 | 50 |
| 1.01.02.01 | Contas a Receber | 30 | 50 |
| 1.01.03 | Estoques | 0 | 0 |
| 1.01.04 | Outros | 690 | 690 |
| 1.01.04.01 | Tributos a Recuperar | 690 | 690 |
| 1.02 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 0 | 0 |
| 1.02.01 | Créditos Diversos | 0 | 0 |
| 1.02.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.02.01 | Com Coligadas | 0 | 0 |
| 1.02.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 |
| 1.02.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.03 | Outros | 0 | 0 |
| 1.03 | Ativo Permanente | 266.868 | 212.268 |
| 1.03.01 | Investimentos | 266.868 | 212.268 |
| 1.03.01.01 | Participações em Coligadas | 0 | 0 |
| 1.03.01.02 | Participações em Controladas | 266.868 | 212.268 |
| 1.03.01.03 | Outros Investimentos | 0 | 0 |
| 1.03.02 | Imobilizado | 0 | 0 |
| 1.03.03 | Diferido | 0 | 0 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2005 | 4 - 31/12/2004 |
|---|---|---|---|
| 2 | Passivo Total | 268.000 | 213.478 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 85 | 85 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 0 | 0 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 0 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 0 | 0 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 83 | 83 |
| 2.01.04.01 | Impostos e Tarifas | 24 | 24 |
| 2.01.04.02 | Honorários da Administração | 43 | 43 |
| 2.01.04.03 | Provisão p/ Imposto e Contrib. s/ Renda | 16 | 16 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 0 | 0 |
| 2.01.06 | Provisões | 0 | 0 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 2.01.08 | Outros | 2 | 2 |
| 2.01.08.01 | Demais Contas a Pagar | 2 | 2 |
| 2.02 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 22.647 | 22.596 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 0 | 0 |
| 2.02.02 | Debêntures | 0 | 0 |
| 2.02.03 | Provisões | 4 | 4 |
| 2.02.03.01 | Provisão para Contingências | 4 | 4 |
| 2.02.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 22.643 | 22.592 |
| 2.02.05 | Outros | 0 | 0 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 245.268 | 190.797 |
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 120.749 | 120.749 |
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 0 | 0 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 137.775 | 137.669 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas | 137.775 | 137.669 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 0 | 0 |
| 2.05.04.01 | Legal | 0 | 0 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 |
| 2.05.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | (13.256) | (67.621) |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 121 | 121 | 608 | 608 |
| 3.01.01 | Outras receitas operacionais | 121 | 121 | 608 | 608 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (6) | (6) | (30) | (30) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 115 | 115 | 578 | 578 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.05 | Resultado Bruto | 115 | 115 | 578 | 578 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | 53.380 | 53.380 | 16.367 | 16.367 |
| 3.06.01 | Com Vendas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (199) | (199) | (400) | (400) |
| 3.06.03 | Financeiras | (45) | (45) | (55) | (55) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 14 | 14 | 0 | 0 |
| 3.06.03.01.01 | Variações Cambiais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.03.01.02 | Juros Ativos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.03.01.03 | Outras Receitas Financeiras | 14 | 14 | 0 | 0 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (59) | (59) | (55) | (55) |
| 3.06.03.02.01 | Variações Cambiais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.03.02.02 | Juros Passivos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.03.02.03 | Outras Despesas Financeiras | (59) | (59) | (55) | (55) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | (554) | (554) | (1.114) | (1.114) |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 54.178 | 54.178 | 17.936 | 17.936 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 53.495 | 53.495 | 16.945 | 16.945 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.08.01 | Receitas | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.08.02 | Despesas | 0 | 0 | 0 | 0 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 53.495 | 53.495 | 16.945 | 16.945 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 53.495 | 53.495 | 16.945 | 16.945 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 61.365 | 61.365 | 61.365 | 61.365 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 0,87175 | 0,87175 | 0,27613 | 0,27613 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | | |

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO**

## 1 Contexto operacional

A TAM S.A. ("TAM") é uma sociedade por ações constituída em 12 de maio de 1997, cujo objetivo social é, principalmente, a participação no capital de empresas dedicadas às atividades de transporte aéreo. A Companhia mantém participação na TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional e, a partir de 18 de setembro de 2003, na Transportes Aéreos del Mercosur S.A. ("Mercosur"), empresa de vôo regular sediada em Assunção, no Paraguai, e que opera basicamente naquele país, na Argentina, no Brasil, no Chile, no Uruguai e na Bolívia.

Durante o mês de agosto de 2004, a empresa controlada TLA passou a consolidar as demonstrações financeiras da sua empresa controlada Fidelidade Viagens e Turismo Ltda ("Fidelidade"), que encontrava-se registrada ao custo histórico. A Fidelidade tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo.

Desde 2004, a Administração acentuou o monitoramento de seus planos de atenuar o fluxo de caixa presente e futuro da Companhia. Esses planos apresentaram resultados que impactaram significativamente na geração de caixa operacional da Companhia, o qual foi devidamente destinado ao pagamento de nossos credores, de maneira a honrarmos nossos compromissos. Adicionalmente, como maior destaque do plano, identificamos a evolução na implementação no canal de distribuição via internet, o e-TAM, que possibilitou a redução dos custos de comercialização, além de demais ações que permitiram importantes reduções de custos e importantes ganhos de produtividade na gestão econômica-financeira e administrativa. Durante o trimestre honramos os cronogramas de devoluções de aeronaves Fokker-100, iniciado em 2003, e que devem se encerrar até abril de 2006.

## 2 Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nas normas de contabilidade adotadas pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil - (IBRACON) e no Plano de Contas elaborado pelo Departamento de Aviação Civil – DAC.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**3 Resumo das principais práticas contábeis**

**(a) Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, destacando-se:

**i.** As receitas de vôo são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de transporte;

**ii.** Os cupons de bilhetes vendidos, correspondente ao transportes a executar, são demonstrados no passivo circulante;

**iii.** As outras receitas operacionais de vendas e/ou serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de vôos, de sub-arrendamentos de aeronaves, parcerias com o programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) e outros serviços, as quais são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

**(b) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis, revisadas trimestralmente, foram baseadas em fatores objetivos e no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais, em conformidade com a prática contábil vigente. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão necessária para passivos contingentes, valorização de instrumentos derivativos, bem como ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

**(c) Moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

**(d) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

- *Aplicações financeiras*

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- *Estoques*

Os estoques, representados substancialmente por peças e materiais a serem utilizados na execução dos

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

serviços de manutenção e reparo, são apresentados ao seu custo médio de aquisição, sendo esse inferior aos valores de reposição. Adicionalmente, os estoques são diminuídos de eventuais provisões para perdas referentes a itens obsoletos.

- *Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo*

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

**(e) Permanente**

- *Investimentos*

**i - TAM S.A. e TLA**

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, acrescidos de ágio ou deduzidos de deságio, quando aplicável.

O ágio decorrente da aquisição da TLA, fundamentado substancialmente na expectativa de rentabilidade futura da empresa adquirida, é amortizado pelo prazo de até dez anos, a partir do momento em que os benefícios passaram a ser gerados.

O deságio é atribuído a razões econômicas diversas (art. 21, alínea c da Instrução CVM nº. 1/78) e, portanto, somente será amortizado no caso de baixa por alienação ou perecimento dos bens, em atendimento ao artigo 14, parágrafo 4, da Instrução CVM nº. 247/96. Na posição consolidada, o saldo foi reclassificado para a rubrica "Resultados de exercícios futuros".

- *Imobilizado*

**i - TAM S.A., TLA e Mercosur**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação espontânea. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos com manutenções regulares são reconhecidos ao resultado quando incorridos. Os gastos com manutenção específica para a devolução de aeronaves são registrados ao resultado no momento em que essas devoluções são acordadas com os arrendadores, pelo prazo remanescente dos contratos.

- *Diferido*

O ativo diferido é representado substancialmente pelo direito de uso e por benfeitorias efetuadas em propriedade alugada e é registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o prazo contratual de uso das propriedades.

**(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**(g) Provisões**

Provisões são registradas no momento em que a Companhia possui obrigações legais ou constituídas como resultado de eventos passados, e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**(h) Transportes a executar**

A rubrica "Transportes a executar" representa as obrigações correspondentes aos cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

**(i) Benefícios a funcionários**

A empresa controlada TAM Linhas Aéreas S.A. patrocina plano de previdência privada de benefícios e contribuições definidos. Baseada na Deliberação CVM nº. 371/00, a Companhia optou pelos ajustes do passivo atuarial, existentes até 2001, diretamente ao resultado do exercício, pelo período de cinco anos. Para os exercícios subseqüentes, as obrigações estão sendo reconhecidas quando incorridas.

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do ano.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº. 371/02, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

São também reconhecidos os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, sobre os saldos de "mais-valia" apurados nas reavaliações.

**(k) Arrendamentos**

Os arrendamentos são registrados da seguinte maneira:

- Arrendamento mercantil financeiro - considera as operações que envolvem opção de compra pela TLA de bem específico à atividade econômica. O custo original do bem arrendado é registrado na rubrica "Imobilizado", em contrapartida das rubricas "Arrendamento", classificadas nos passivos circulante e de longo prazo.

- Arrendamento operacional simples - refere-se a operações de arrendamento sem cláusula de opção de compra. As obrigações e respectivas despesas dessa modalidade de arrendamento são registradas ao resultado quando incorridas, na rubrica "Custos dos serviços prestados".

**(l) Instrumentos financeiros**

A controlada TLA participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir a exposição a flutuações de moedas, taxas de juros e volatilidade dos preços dos combustíveis. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Os ganhos e perdas com essas operações são registrados pelos valores atualizados pela curva do papel.

**(m) Programa Fidelidade TAM**

A Companhia patrocina programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) cujos pontos são acumulados ao utilizarem os vôos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros.

Em 31 de março de 2005, a controlada TLA apresenta pontos acumulados em seu programa de Fidelidade, conquistados por seus clientes e não resgatados. Considerando o nível de ocupação de suas aeronaves, a Administração considera que o passivo correspondente a esses bilhetes deva ser valorizado utilizando-se a forma denominada "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representados basicamente por seguro e serviço de bordo). A Administração, em conformidade com as práticas adotadas por outras companhias aéreas, optou por registrar os gastos decorrentes do Programa Fidelidade TAM quando incorridos, levando em consideração a incerteza quanto ao momento em que esses pontos serão utilizados, bem como a acuracidade dos montantes envolvidos. Da mesma forma, as receitas decorrentes de parcerias com o Programa Fidelidade TAM são registradas quando recebidas.

**(n) Informações trimestrais consolidadas**

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As informações trimestrais das empresas consolidadas foram revisadas por auditores independentes, que emitiram relatório sem ressalvas sobre as mesmas.

As informações trimestrais consolidadas incluem as demonstrações da TAM S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

| | | Porcentagem de participação | |
|---|---|---|---|
| | Data base das informações trimestrais consolidadas | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
| TAM Linhas Aéreas S.A. | 31.03.2005 | 100,00 | 100,00 |
| Fidelidade Viagens e Turismo Ltda | 31.03.2005 | 99,99 | 99,99 |
| Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. | 28.02.2005 | 94,98 | 94,98 |

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

As informações trimestrais da TAM linhas Aéreas S.A., que foram tomadas como base para a consolidação na TAM S.A., consideram os saldos consolidados com a Fidelidade Viagens e Turismo Ltda..

***Descrição dos principais procedimentos de consolidação:***

**i.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

**ii.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;

**iii.** Eliminação dos saldos de receitas e despesas;

**iv.** Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas informações trimestrais consolidadas; e

**v.** A reavaliação do ativo imobilizado da Mercosur foi considerada nas informações trimestrais consolidadas, pelo custo histórico, visando o atendimento das práticas contábeis da Companhia, sem o devido reflexo contábil na escrituração societária de seu País de origem.

**vi.** O patrimônio líquido da Mercosur sediada no exterior, em 28 de fevereiro de 2005, foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, nos termos do Pronunciamento XXV, emitido pelo IBRACON e referendado pela Deliberação CVM nº. 28/86. O cálculo da equivalência patrimonial compreende, além da participação no resultado, os efeitos da variação cambial que está sujeito o patrimônio líquido da empresa controlada.

**(o) Informações suplementares**

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, a título de informação suplementar, as demonstrações consolidadas do fluxo de caixa e do valor adicionado.

- *Fluxos de caixa*

Elaborado de acordo com o NPC nº 20 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia, demonstrada na Nota Explicativa nº 32.

- *Valor adicionado*

Elaborado de acordo com os Pareceres de Orientação CVM nº. 15/87 e 24/92 e o Ofício Circular CVM nº .01/00. O modelo utilizado é o proposto pela NBCT nº 3.7 do Conselho Federal de Contabilidade, e apresenta o valor da riqueza criada pela Companhia e a forma que essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, financiadores externos e acionistas, demonstrada na Nota Explicativa nº 33.

## 4 Aplicações financeiras - Consolidado

| | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| **Em moeda nacional** | | |
| Certificados de Depósito Bancário - CDB | 14.236 | 22.049 |
| Letra Financeira do Tesouro - LFT | | 155 |
| Fundos de investimento | 389 | 429 |
| | 14.625 | 22.633 |
| **Em moeda estrangeira** | | |
| Fundos de renda fixa | 149.845 | 188.308 |
| | 149.845 | 188.308 |
| | 164.470 | 210.941 |

## 5 Contas a receber – Consolidado

### (a) Composição dos saldos

| | | | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|
| | Nacionais | Internacionais | Total | Total |
| Cartões de crédito | 287.997 | 765 | 288.762 | 236.853 |
| Agências de turismo | 175.367 | 11.296 | 186.663 | 190.419 |
| Correntistas | 26.382 | 518 | 26.900 | 28.010 |
| Congêneres | 3.134 | 7.113 | 10.247 | 41.141 |
| Agência de cargas | 3.758 | 6.401 | 10.159 | 9.865 |
| Parcelamento em cheques | 23.596 | - | 23.596 | 37.491 |
| Outros | 72.653 | 3.840 | 76.493 | 29.239 |
| Total | 592.887 | 29.933 | 622.820 | 573.018 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (28.016) | (1.991) | (30.007) | (30.400) |
| Total | 564.871 | 27.942 | 592.813 | 542.618 |

**(b) Movimentação da Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

| | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Saldo no início do período/exercício | 30.400 | 21.210 |
| Adições (registradas na rubrica despesas com vendas) | | |
| .1º trimestre | 750 | 1.855 |
| .Demais trimestres | | 10.019 |
| Recuperações | | |
| .1º trimestre | (1.143) | (120) |
| .Demais trimestres | | (2.564) |
| Saldo ao final do período/exercício | 30.007 | 30.400 |

**6 Demais contas a receber**

Representadas principalmente, por pré-pagamentos contratuais de aeronaves AIRBUS modelo A-320 efetuados à referida fabricante, no montante de R$ 35.737 (31.12.2004 – R$ 29.085), equivalentes a US$ 13.404 mil (31.12.2004 - US$ 10.957 mil).

Os valores desembolsados são mantidos como adiantamentos e foram classificados no ativo circulante, uma vez que é assegurada à empresa controlada TLA a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante até o próximo exercício com a conseqüente contratação de financiamento dos equipamentos. Adicionalmente, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizaram, em 31 de março de 2005, US$ 65.986 mil (31.12.2004 - US$ 65.986 mil).

Dentre os outros valores classificados nessa conta, R$ 7.477 (31.12.2004 – R$ 9.572) correspondem a adiantamentos a fornecedores.

**7 Depósitos em garantia**

Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar estadunidense, acrescidos de juros calculados com base na variação da taxa LIBOR acrescida de juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento.

**8 Investimento em empresas controladas**

**(a) Composição dos saldos**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **31.03.2005** | **31.12.2004** | **31.03.2005** | **31.12.2004** |
| Participações em empresas controladas | 275.746 | 220.592 | | |
| Ágio (deságio) apurado na aquisição de controladas | (8.878) | (8.324) | 2.220 | 2.775 |
| Outros investimentos | | | 70 | 70 |
| | **266.868** | **212.268** | **2.290** | **2.845** |

**(b) Informações sobre as empresas controladas**

| | | | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|
| | **TAM Linhas Aéreas S .A.** | **Transportes Aéreos del Mercosur S .A.** | **Total** | **Total** |
| Número de ações (quantidade) | | | | |
| Total | 2.064.602 | 87.653 | | |
| Possuídas | 2.064.602 | 83.253 | | |
| Percentual de participação | 100,00 | 94,98 | | |
| Patrimônio líquido | 234.989 | 42.912 | | |
| Lucro líquido do período | 52.941 | 1.302 | | |
| Valor contábil do investimento avaliado | 234.989 | 40.758 | 275.746 | 220.592 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 52.941 | 1.237 | 54.178 | 343.339 |

**9 Transações entre partes relacionadas**

| | | | | | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TAM S.A. | TAM Linhas Aéreas S.A. | Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. | Fidelidade Viagens e Turismo Ltda. | Total | Total |
| **TAM Linhas Aéreas S.A.** | | | | | | |
| Contas a receber | | | 1.736 | 32.544 | 34.280 | 40.270 |
| Ativo realizável a longo prazo - contratos de mútuo | 22.643 | | | | 22.643 | 22.592 |
| Demais contas a pagar | | | (1.925) | | (1.925) | |
| **Transportes Aéreos del Mercosur S.A.** | | | | | | |
| Contas a pagar | | (1.736) | | | (1.736) | |
| Ativo realizável a longo prazo | | 1.925 | | | 1.925 | |
| **Fidelidade Viagens e Turismo Ltda.** | | | | | | |
| Contas a pagar | | (32.544) | | | (32.544) | (40.270) |
| | 22.643 | (32.355) | (189) | 32.544 | 22.643 | 22.592 |

A Companhia controlada TLA recebeu da Táxi Aéreo Marília S.A. (“Marília”), durante o primeiro trimestre de 2005, R$ 54 (31.03.2004 – R$ 670), correspondente a repasses de custos de utilização de pequena parte de sua estrutura, tais como área de importação e seguros de aeronaves. A Marília possui acionistas indiretos comuns a TLA.

As operações realizadas entre as empresas foram feitas em condições similares às de mercado.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**10 Imobilizado - Consolidado**

| | | | 31.03.2005 | 31.12.2004 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | Taxas anuais de depreciação - % |
| Equipamentos de vôo | 689.842 | (238.129) | 451.713 | 453.255 | 3,22 a 10 |
| Imóveis | 137.554 | (6.834) | 130.720 | 131.484 | 1,73 a 2,67 |
| Móveis, utensílios e instalações | 19.194 | (8.907) | 10.287 | 10.478 | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 58.089 | (21.272) | 36.817 | 36.018 | 10 |
| Veículos | 28.402 | (22.117) | 6.285 | 4.663 | 20 |
| Computadores e periféricos | 54.750 | (20.863) | 33.887 | 36.388 | 20 |
| Imobilizações em andamento | 32.238 | | 32.238 | 31.302 | |
| Outros | 12.684 | (1.195) | 11.489 | 11.701 | 4 a 20 |
| | 1.032.753 | (319.317) | 713.436 | 715.289 | |

A rubrica "Equipamentos de vôo", em 31 de março de 2005, inclui motores e conjuntos de peças e sobressalentes.

A taxa média anual ponderada de depreciação para os equipamentos de vôo é de 8,64%, e para imóveis é de 2,77%.

A empresa controlada TLA, dando continuidade à adoção do critério contábil "Valor de mercado reavaliado", procedeu, em 31 de dezembro de 2004, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes (Engeval Engenharia de Avaliações S/C Ltda.), aprovado em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada nessa data, ao registro de uma nova reavaliação que inclui motores de aeronaves e imóveis. Essa reavaliação resultou em um acréscimo patrimonial, no valor de R$ 33.104 (R$ 21.933 líquido da provisão para imposto de renda e contribuição social, exceto sobre terrenos, CVM nº. 273/98). As avaliações compreenderam o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontravam. Como conseqüência, quando aplicável, foram determinadas novas estimativas de vida útil para esses itens.

A empresa controlada Mercosur, em conformidade com as práticas adotadas pela Companhia, procedeu, em 30 de novembro de 2004, conforme laudos de peritos independentes, avaliação das aeronaves e dos imóveis. Essa avaliação resultou em um acréscimo patrimonial na controladora, no valor de R$ 10.506. As avaliações compreendem o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontram.

Conforme disposição da Deliberação CVM nº. 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação é transferida para a rubrica "Prejuízos acumulados" e totalizou, no trimestre findo em 31 de março de 2005, R$ 870 (31.12.2004 - R$ 7.584).

## 11 Empréstimos e financiamentos – Consolidado

| | Garantias | Encargos financeiros e (formas de pagamentos) | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|
| **Em moeda estrangeira** | | | | |
| Renegociação de arrendamento | Carta de Fiança | Juros pré | 18.592 | 18.654 |
| Financiamento de máquinas e equipamentos | | Libor + spread | 6.676 | 5.621 |
| Outros | Alienação Fiduciária | Juros pré 8,5 a.a. | 1.137 | 1.313 |
| | | | 26.405 | 25.588 |
| **Em moeda nacional** | | | | |
| Arrendamento de equipamentos de informática | Nota promissória R$ 13.488 | CDI + 3,0% a 3,5% a.a. (mensal) | 18.256 | 19.976 |
| FINIMP | Nota promissória USD 8.734 e recebíveis de cartão de crédito | Libor anual + spread 0,5% a. a. até 3,4% a.a. (anual) | 39.849 | 33.556 |
| FINAME | Alienação fiduciária + nota promissória R$ 6.336 | TJLP + spread 4,0% a.a. até 4,5% a.a. + 1,5% a.a. até 1,7% a.a. (mensal) | 5.537 | 1.590 |
| Compror | Nota promissória R$ 14.000 | CDI a CDI + 1,4% a.a. até 1,9% a.a. (semestral) | 74.015 | 63.955 |
| Outros | Notas promissórias USD 5.417 | Juros pré – 8,5% a.a. (mensal) | 3.810 | 5.887 |
| | | | 141.467 | 124.964 |
| | | | 167.872 | 150.552 |
| Circulante | | | (134.226) | (119.577) |
| Exigível a longo prazo | | | 33.646 | 30.975 |

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| 2006 | 8.706 | 7.865 |
| 2007 | 7.104 | 5.432 |
| 2008 | 1.988 | 1.900 |
| 2009 | 826 | 823 |
| 2010 | 878 | 874 |
| Posteriores a 2010 | 14.144 | 14.081 |
| | 33.646 | 30.975 |

## 12 Arrendamentos - Consolidado

| | Encargos financeiros e (formas de pagamentos) | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|
| **Em moeda estrangeira** | | | |
| Motores Airbus 319/Airbus 320 | Libor mensal (mensal) | 46.527 | 47.831 |
| Motores e peças Airbus 330 | Libor semestral (mensal) | 11.141 | 11.548 |
| Motores Fokker 100 | Juros pré (mensal) | 1.875 | 2.641 |
| Arrendamentos operacionais simples renegociados | Libor mensal (mensal) | 30.386 | 30.286 |
| | Libor semestral (mensal) | 138.955 | 140.694 |
| | Libor trimestral (mensal) | 11.079 | 13.548 |
| | Juros pré (mensal) | 14.641 | 14.811 |
| | | 254.604 | 261.359 |
| Circulante | | (61.924) | (54.968) |
| Passivo exigível a longo prazo | | 192.680 | 206.391 |

Para os arrendamentos acima foram oferecidas cartas de fiança de emissão da Companhia como garantia.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| 2006 | 26.147 | 34.758 |
| 2007 | 52.294 | 53.328 |
| 2008 | 33.859 | 35.505 |
| 2009 | 32.307 | 33.957 |
| 2010 | 14.024 | 13.962 |
| Posteriores a 2010 | 34.049 | 34.881 |
| | 192.680 | 206.391 |

**13 Compromissos**

**(a) Contratos de arrendamento operacional simples -Consolidado**

A empresa controlada TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em virtude das operações contratadas não preverem a opção de compra das aeronaves pela TLA, representados por 30 Fokker 100, 13 Airbus A319, 33 Airbus A320 e 9 Airbus A330 (31.12.2004 – 30 Fokker 100, 13 Airbus A319, 31 Airbus A320 e 9 Airbus A330). Os contratos têm prazo de até 192 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar estadunidense acrescido da LIBOR semestral. Em 31 de março de 2005, o custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizouR$ 153.644 (1º trimestre de 2004 – R$ 145.045), equivalentes a US$ 58.449 mil (1º. trimestre de 2004 - US$ 49.654 mil).

## 04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | | Milhares de dólares estadunidenses | |
|---|---|---|---|
| | **Encargos financeiros e (formas de pagamentos)** | **31.03.2005** | **31.12.2004** |
| **Em moeda estrangeira** | | | |
| Airbus A319 | Libor mensal (mensal) | 121.679 | 121.679 |
| | Libor trimestral (mensal) | 16.345 | 17.335 |
| | Libor semestral (mensal) | 165.265 | 168.668 |
| Airbus A320 | Juros pré (mensal) | 7.250 | 8.120 |
| | Libor mensal (mensal) | 165.213 | 171.082 |
| | Libor trimestral (mensal) | 137.370 | 112.000 |
| | Juros semestral (mensal) | 332.745 | 340.565 |
| Airbus A330 | Libor semestral (mensal) | 578.604 | 595.353 |
| Fokker 100 | Juros pré (mensal) | 150.102 | 156.004 |
| | Libor semestral (mensal) | 47.307 | 50.218 |
| Motores Airbus | Juros pré (mensal) | 2.650 | 2.968 |
| | Libor semestral (mensal) | 10.586 | 10.907 |
| | | 1.735.116 | 1.754.899 |

Para todas as operações acima foram oferecidas cartas de fiança como garantia de emissão da Companhia.

Os desembolsos futuros em reais, assumidos em decorrência desses contratos e, por ano de vencimento, totalizam:

| | Milhares de dólares estadunidense | |
|---|---|---|
| **Ano** | **31.03.2005** | **31.12.2004** |
| 2005 | 169.426 | 219.032 |
| 2006 | 216.709 | 210.391 |
| 2007 | 205.722 | 199.418 |
| 2008 | 183.659 | 177.458 |
| 2009 | 170.315 | 164.120 |
| 2010 | 168.350 | 162.161 |
| Posteriores a 2010 | 620.935 | 622.319 |
| | 1.735.116 | 1.754.899 |

**(b) Pedidos firmes de aeronaves**

A empresa controlada TLA mantém pedidos firmes para 10 novas aeronaves Airbus A320 "family" que possuem entrega programada entre 2005 e 2008. Por ocasião dos recebimentos destas aeronaves, novas operações de arrendamento serão contratadas, sendo que já possuímos aprovação pela Airbus Finance.

**14 Reorganização da frota de Fokker 100 - Consolidado**

Como resultado do processo de reorganização de sua frota de aeronaves Fokker 100, a empresa controlada TLA, em 19 de dezembro de 2003, rescindiu 19 contratos de arrendamento mercantil, sendo dez na modalidade "financeira" e nove "operacional". Como conseqüência, a TLA firmou contrato obrigando-se a pagar multa rescisória em 30 parcelas trimestrais consecutivas, com vencimentos entre abril de 2004 e julho de 2011, no montante original de R$ 94.188, integralmente contabilizada no resultado daquele exercício. Os pagamentos são trimestrais e cartas de fiança foram oferecidas pela Companhia como garantia.

Adicionalmente, a TLA negociou o vencimento de determinadas parcelas vencidas até a data da assinatura do respectivo contrato, no montante original de R$ 49.599.

Essas aeronaves, a partir da data do referido contrato até a data de sua devolução, estão contratadas sob a modalidade de arrendamento operacional simples.

A devolução dessas aeronaves foi originalmente acordada para ocorrer no período compreendido entre julho de 2004 e julho de 2005. Até 31 de março de 2005, treze aeronaves foram devolvidas, conforme cronograma original. Uma aeronave possui programação para devolução em maio de 2005 e, em janeiro de 2005, foi assinado aditamento prorrogando o prazo das 5 últimas aeronaves até abril de 2006.

O valor total do compromisso, em 31 de março de 2005, montava R$ 115.495 (31.12.2004 - R$ 116.499), equivalente a US$ 43.318 mil (31.12.2004 – US$ 43.889 mil), sendo R$ 8.741 (31.12.2004 – R$ 6.274) classificado no passivo circulante (Demais contas a pagar).

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| 2006 | 7.772 | 10.446 |
| 2007 | 14.317 | 14.432 |
| 2008 | 16.920 | 17.057 |
| 2009 | 22.527 | 22.708 |
| 2010 | 25.531 | 25.736 |
| Posteriores a 2010 | 19.687 | 19.846 |
| | 106.754 | 110.225 |

**15 Transportes a executar**

Em 31 de março de 2005, o saldo contábil da rubrica "Transportes a executar" é representado por 917.342 (31.12.2004 – 916.761) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

**16 Provisão para contingências e depósitos judiciais – Consolidado**

A Administração da TLA e da Mercosur constitui provisão para a totalidade dos valores em discussão judicial cujas ações representam perda provável, segundo julgamento de nossos consultores jurídicos, e também para aquelas cujas discussões estão amparadas por leis, portarias e decretos ou, ainda, aquelas em que os posicionamentos dos tribunais tenham se mostrado desfavorável. Em 31 de março de 2005, o valor total das provisões para contingências era composto da seguinte forma:

| | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| COFINS (i) | 214.364 | 208.743 |
| PIS (i) | 68.770 | 66.081 |
| Adicional tarifário (ii) | 124.653 | 113.862 |
| IRRF sobre operações de arrendamento mercantil financeiro | 10.029 | 9.757 |
| Fundo aeroviário (iii) | 27.043 | 24.496 |
| | 444.859 | 422.939 |
| Trabalhistas | 6.440 | 7.949 |
| Cíveis | 18.806 | 19.111 |
| | 470.105 | 449.999 |

(i) Refere-se à discussão da constitucionalidade da mudança da base de tributação do PIS e da majoração da alíquota e base de apuração da COFINS, introduzidas pela Lei Nº 9.718/98. Foram efetuados depósitos judiciais que compreendem o período de junho de 1997 a abril de 1999. Para os meses que não foram efetuados depósitos, a TLA está amparada por medida judicial. Esses valores, líquidos destes depósitos judiciais, são atualizados pela variação da SELIC.

(ii) Refere-se à cobrança de 1% sobre o valor das tarifas aéreas de todos os bilhetes de passagens vendidos em linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas. A Administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

(iii) Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A Administração da empresa controlada TLA apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Os depósitos judiciais, relacionados com as questões em disputa, estão registrados no ativo realizável a longo prazo, e são assim compostos:

| | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| COFINS | 25.443 | 25.397 |
| PIS | 8.450 | 8.450 |
| Trabalhistas | 4.342 | 3.951 |
| Cíveis | 9.977 | 10.139 |
| | 48.212 | 47.937 |

## 17 Debêntures

Foram aprovadas em AGE, realizadas em 1º de fevereiro de 2002 e 07 de abril de 2003, emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, de forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal de R$ 100,00 cada. O lançamento dessas debêntures já foi concluído e totalizaram seis e três séries, respectivamente. O prazo de vencimento de cada série é de trinta e sessenta meses, respectivamente, contados a partir da data de subscrição da respectiva série e, com carência de seis meses, no caso das debêntures da primeira emissão.

As debêntures são da espécie com garantia real representada por penhor de direitos creditórios e fazem jus a juros equivalentes a taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada taxa DI "Over extragrupo", acrescida de spread de 1% ao ano, para a primeira emissão. Para a segunda emissão, os juros são de 4,75% ao ano, acrescidos de variação acumulada da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Os saldos em aberto em 31 de março de 2005, dividido por emissão efetuada, têm a seguinte composição:

| Data | Série | Quantidade | Valor da emissão | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Primeira emissão** | | | | | |
| 30 de julho de 2002 | sexta | 138.989 | 13.899 | - | 952 |
| | | 138.989 | 13.899 | - | 952 |
| **Segunda emissão** | | | | | |
| 22 de abril de 2003 | primeira | 473.006 | 47.301 | 38.191 | 39.966 |
| 22 de abril de 2003 | segunda | 222.835 | 22.284 | 17.990 | 18.828 |
| 16 de maio de 2003 | terceira | 177.165 | 17.717 | 14.779 | 15.402 |
| | | 873.006 | 87.302 | 70.960 | 74.196 |
| Total | | 1.011.995 | 101.201 | 70.960 | 75.148 |
| Circulante | | | | (23.471) | (23.619) |
| Exigível a longo prazo | | | | 47.489 | 51.529 |

As liquidações destas obrigações estão sendo cumpridas conforme previsto nos contratos originais.

As garantias oferecidas são recebíveis de agências de turismo ocorridos no Bankboston Banco Múltiplo S.A., no dia 24 de cada mês, em valores suficientes para quitação do valor total dessas parcelas mensais.

**18 Imposto de renda e contribuição social - Consolidado**

**(a) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social, nominal e efetivo**

| | 31.03.2005 | | 31.03.2004 | |
|---|---|---|---|---|
| | **Imposto de renda** | **Contribuição social** | **Imposto de renda** | **Contribuição social** |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 78.903 | 78.903 | 14.611 | 14.611 |
| Alíquotas - % | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | (19.726) | (7.101) | (3.653) | (1.315) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes | 1.096 | 388 | 2.521 | 669 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Correntes | (17.183) | (4.752) | (7.151) | (1.731) |
| Diferidos | (1.447) | (1.961) | 6.019 | 1.085 |
| | (18.630) | (6.713) | (1.132) | (646) |

O demonstrativo acima reflete a movimentação da Companhia e das controladas TLA e Fidelidade (2004 – Companhia e TLA), pois a empresa controlada Mercosur, por força da legislação do país em que opera, sofre tributação de imposto de renda diretamente sobre o faturamento bruto. Como o resultado da controladora decorre basicamente de equivalência patrimonial em controladas, que não está sujeito à tributação, e de pequenas despesas necessárias à sua manutenção, conservadoramente, a Administração da Companhia decidiu não reconhecer os créditos tributários decorrentes dos resultados negativos gerados por sua operação. Os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, montam, em 31 de março de 2005, a R$ 7.203 e R$ 30.851, respectivamente.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**(b) Composição do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos**

| | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Prejuízos fiscais acumulados | 23.838 | 31.205 |
| Bases negativas da contribuição social acumuladas | 33.363 | 35.399 |
| Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável | 128.095 | 122.537 |
| | 185.296 | 189.141 |
| Circulante | (38.711) | (39.897) |
| Realizável a longo prazo | 146.585 | 149.244 |

Com base nas projeções anuais dos resultados tributáveis, descontados a valor presente por taxas de mercado, conforme prevê a Instrução CVM nº. 371/00, e com base na atual legislação de compensação dos lucros tributáveis (limitação de 30% anuais para os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social), a Administração da Companhia estima que o aproveitamento dos créditos tributários diferidos acontecerá nos seguintes percentuais anuais:

| TAM Linhas Aéreas S.A. | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 |
| 16% | 17% | 17% | 16% | 16% | 16% | 2% |

Caso a compensação do crédito tributário fosse demonstrada com base no critério de resultados projetados nominais, a realização desse ativo se daria de forma integral até o ano de 2010.

As perspectivas de realização do crédito tributário, incluem várias premissas, relacionadas a dados quantitativos e financeiros que são, no momento, consideradas as melhores estimativas disponíveis. Todavia é importante ressaltar, como parte das atividades de orçamento, considerando-se a sua dependência em relação a performance do contexto econômico e as condições operacionais em que a TLA no momento está inserida, existe a possibilidade de existirem variações entre os resultados orçados e os efetivamente apurados.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não-dedutíveis, incentivos fiscais e outras circunstâncias, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido estimado pela Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da TLA.

**(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

A reserva de reavaliação, conforme Deliberação CVM nº. 273/98, está avaliada, em 31 de março de 2005, líquida dos encargos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre essa mais valia, apurada sobre motores de aeronaves e imóveis. Os referidos encargos diferidos foram apurados com base nas alíquotas previstas para tributação sobre os valores de reavaliação da empresa controlada e totalizam, em 31 de março de 2005, R$ 55.047 (31.12.2004 - R$ 56.822).

## 19 Patrimônio líquido

**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é representado por 61.364.671 ações escriturais, sendo 29.908.124 ordinárias e 31.456.547 preferenciais. O capital social autorizado é de R$ 300.000, podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de março de 2005, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral, porém têm prioridade na distribuição de dividendos, prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade e direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de quaisquer benefícios a acionistas.

**(b) Dividendos**

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório na base de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após a dedução de 5% da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos no mínimo 10% maiores que a distribuição das ações ordinárias.

**(c) Acordo de acionistas**

A Companhia mantém acordo de acionistas, datado de 20 de novembro de 2002, que discorre sobre os seguintes principais aspectos:

- Princípios de gestão;
- Oferta pública de ações;
- Conselho fiscal;
- Direito de preferência e outras disposições relativas à alienação e oneração de ações;
- Resoluções de impasses;
- Fiscalização da Companhia; e
- Renúncias.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Especificamente com relação à oferta pública de ações, o acordo estabelece prazo de 2 anos, prorrogável por mais 6 meses, para que a Companhia providencie oferta pública de ações, no Brasil ou no exterior, de acordo com as condições de mercado vigentes à época.

**(d) Reserva de reavaliação**

A parcela realizada no exercício da reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, proporcional à depreciação sobre o valor dos bens reavaliados do ativo permanente foi transferida para prejuízos acumulados e, no 1º trimestre de 2005, totalizou R$ 870 (31.12.2004 – 7.584). Do total da reserva, R$ 26.910 correspondem à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual venda dos ativos.

Em conformidade à Instrução CVM nº. 197/93,os encargos tributários sobre a reserva de reavaliação, que no 1º trimestre de 2005 montam R$ 55.047 (31.12.2004 – R$ 56.822), são reconhecidos ao resultado na medida da realização dessa reserva.

**20 Segmentação da receita bruta**

A Companhia utiliza-se, normalmente, de suas informações de receita bruta segmentada por tipo de serviço prestado, porém, como forma de tornar estas informações disponíveis para analistas financeiros, apresenta esta informação também por localidade geográfica e por linha de produto, conforme apresentada a seguir:

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**(a) Por tipo de serviço prestado**

| | 31.03.2005 | % | 31.03.2004 | % | Variação horizontal (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Doméstica** | | | | | |
| Regular – Pax | 843.811 | 63,1 | 606.139 | 60,4 | 39,2 |
| Fretamento – Pax | 74.399 | 5,6 | 65.654 | 6,5 | 13,3 |
| Carga | 52.828 | 4,0 | 35.208 | 3,5 | 50,0 |
| **Total** | **971.038** | **72,7** | **707.001** | **70,4** | **37,5** |
| **Receita Internacional** | | | | | |
| Regular – Pax | 246.471 | 18,4 | 211.183 | 21,0 | 16,7 |
| Fretamento – Pax | 5.252 | 0,4 | 5.363 | 0,6 | (2,1) |
| Carga | 34.114 | 2,6 | 20.566 | 2,0 | 65,9 |
| **Total** | **285.837** | **21,4** | **237.112** | **23,6** | **20,5** |
| **Outras receitas operacionais** | | | | | |
| Comissões | 5.831 | 0,4 | 4.505 | 0,4 | 29,4 |
| Parcerias com o Cartão Fidelidade | 14.357 | 1,1 | 5.423 | 0,5 | 164,7 |
| Sub-arrendamento de aeronaves | 24.214 | 1,8 | 36.582 | 3,6 | (33,8) |
| Outros | 34.212 | 2,6 | 13.221 | 1,5 | 158,8 |
| **Total** | **78.614** | **5,9** | **59.731** | **6,0** | **31,6** |
| **Receita Bruta** | **1.335.489** | **100,0** | **1.003.844** | **100,0** | **33,0** |

**(b) Por localidade geográfica**

| | 31.03.2005 | % | 31.03.2004 | % | Variação horizontal (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Brasil | 1.049.651 | 78,6 | 766.732 | 76,4 | 36,9 |
| Europa | 99.214 | 7,4 | 82.502 | 8,2 | 20,3 |
| América do Norte | 90.238 | 6,7 | 75.300 | 7,5 | 19,8 |
| América do Sul (excluindo Brasil) | 96.386 | 7,3 | 79.310 | 7,9 | 21,5 |
| **Total** | **1.335.489** | **100,0** | **1.003.844** | **100,0** | **33,0** |

**(c) Por linha de produto**

| | 31.03.2005 | % | 31.03.2004 | % | Variação horizontal (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Regular - Pax | 1.090.282 | 81,6 | 817.322 | 81,4 | 33,4 |
| Fretamento - Pax | 79.651 | 6,0 | 71.017 | 7,1 | 12,2 |
| Cargas | 86.942 | 6,5 | 55.774 | 5,6 | 55,9 |
| Outras receitas | 78.614 | 5,9 | 59.731 | 5,9 | 31,6 |
| **Total** | **1.335.489** | **100,0** | **1.003.844** | **100,0** | **33,0** |

**21 Composição dos principais grupos de custos e despesas - Consolidado**

| | | | | 31.03.2005 | | 31.03.2004 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Despesas | | | | | |
| | Custos dos serviços prestados | Comerciais | Gerais e administrativas | Total | % | Total | % |
| Pessoal | 109.452 | 17.202 | 19.443 | 146.097 | 12,5 | 118.971 | 13,4 |
| Combustíveis | 346.827 | | | 346.827 | 29,8 | 208.019 | 23,4 |
| Depreciações e amortizações | 17.059 | 266 | 3.525 | 20.850 | 1,8 | 29.465 | 3,3 |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | 91.454 | | | 91.454 | 7,9 | 69.149 | 7,8 |
| Seguros de aeronaves | 10.377 | | | 10.377 | 0,9 | 13.377 | 1,5 |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | 54.341 | | | 54.341 | 4,7 | 39.813 | 4,5 |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | 154.020 | 590 | 3.193 | 157.803 | 13,6 | 150.963 | 17,0 |
| Serviços prestados por terceiros | 26.999 | 27.276 | 34.862 | 89.137 | 7,7 | 74.468 | 8,4 |
| Despesas de comercialização e marketing | | 189.215 | | 189.215 | 16,2 | 128.903 | 14,5 |
| Outros | 34.961 | 4.974 | 18.174 | 58.109 | 4,9 | 55.243 | 6,2 |
| | **845.490** | **239.523** | **79.197** | **1.164.210** | **100,0** | **888.371** | **100,0** |

**22 Resultado Financeiro - Consolidado**

| | 31.03.2005 | 31.03.2004 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Variações cambiais | 21.776 | 6.817 |
| Juros ativos | 2.107 | 1.094 |
| Descontos obtidos | 1.004 | 332 |
| Ganhos com instrumentos financeiros | - | 1.524 |
| Outras receitas financeiras | 2.287 | 165 |
| | 27.174 | 9.932 |
| **Despesas financeiras** | | |
| Variações cambiais | (21.185) | (12.928) |
| Juros passivos | (17.258) | (28.815) |
| CPMF | (3.618) | (3.370) |
| Perdas com instrumentos financeiros | (15.150) | (6.418) |
| Outras despesas financeiras | (3.556) | (1.499) |
| | (60.767) | (53.030) |
| **Resultado financeiro, líquido** | **(33.593)** | **(43.098)** |

**23 Demonstração do EBITDAR, EBITDA e EBIT - Consolidado**

A Companhia utiliza o EBITDAR (lucro antes dos juros, impostos, depreciações, amortizações e aluguéis - leasing), o EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) e o EBIT (lucro antes dos juros e impostos) como indicadores para mensuração de seu desempenho financeiro e econômico.

Esses indicadores não são medidas previstas nas normas contábeis brasileiras. A Companhia utiliza o EBITDAR, o EBITDA e o EBIT por serem medidas financeiras padrão, os dois primeiros amplamente utilizadas no setor de aviação regular, e o último por toda a comunidade financeira.

Os indicadores acima não devem ser analisados isoladamente. Eles devem ser avaliados conjuntamente com o lucro operacional e o lucro líquido do período, que são apurados em conformidade com as práticas vigentes na legislação societária brasileira.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Demonstramos a seguir a apuração do EBITDAR, EBITDA e EBIT da Companhia:

| | 31.03.2005 | 31.03.2004 | Variação % |
|---|---|---|---|
| **Lucro antes dos acionistas minoritários** | **53.560** | **17.215** | **211,1** |
| Imposto de renda e contribuição social | 25.343 | 1.778 | 1.325,4 |
| Resultado financeiro, líquido | 33.593 | 43.098 | -22,1 |
| Resultado não operacional, líquido | 811 | (14.571) | -105,6 |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 2.722 | 3.456 | -21,5 |
| **EBIT** | **116.029** | **50.976** | **127,6** |
| Depreciações e amortizações | 20.850 | 29.465 | -29,2 |
| Amortizações de ágio em controlada | 554 | 1.114 | -50,3 |
| **EBITDA** | **137.433** | **81.555** | **68,5** |
| Aluguéis - arrendamento | 157.803 | 150.963 | 4,5 |
| **EBITDAR** | **295.236** | **232.518** | **27,0** |
| Receita líquida | 1.280.239 | 939.347 | 36,3 |
| **Margens:** | | | |
| **EBIT** | **9,1%** | **5,4%** | **3,7 p.p.** |
| **EBITDA** | **10,7%** | **8,7%** | **2,0 p.p.** |
| **EBITDAR** | **23,1%** | **24,8%** | **-1,7 p.p.** |

**24 Dívida Financeira**

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando resumo de informações contidas em algumas notas explicativas e que está chamando de dívida financeira. A dívida financeira é utilizada pela Companhia como indicador de seu desempenho financeiro. Esse indicador não é previsto nas normas contábeis brasileiras, porém, correspondem a medida financeira padrão, amplamente utilizada por toda a comunidade financeira.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

O indicador acima não deve ser analisado isoladamente. Ele deve ser avaliado conjuntamente com todas as obrigações da Companhia, registradas em seu balanço que foi apurado em conformidade com as práticas vigentes na legislação societária brasileira.

| | | Consolidado | |
|---|---|---|---|
| | Nota explicativa | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
| **Circulante** | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 11 | 134.226 | 119.577 |
| Arrendamentos | 12 | 61.924 | 54.968 |
| Reorganização da frota de Fokker 100 | 14 | 8.741 | 6.274 |
| Debêntures | 17 | 23.471 | 23.619 |
| | | 228.362 | 204.438 |
| **Longo Prazo** | | | |
| Empréstimos e Financiamentos | 11 | 33.646 | 30.975 |
| Arrendamentos | 12 | 192.680 | 206.391 |
| Reorganização da frota de Fokker 100 | 14 | 106.754 | 110.225 |
| Debêntures | 17 | 47.489 | 51.529 |
| | | 380.569 | 399.120 |
| | | 608.931 | 603.558 |

**25 Benefícios a empregados**

**(a) Plano de aposentadoria complementar**

A empresa controlada TLA patrocina três planos (TAM Prev I, II e III) de complementação de benefícios de aposentadoria, conforme mencionados a seguir:

**(i) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Plano I**

O plano de aposentadoria TAM Prev - Plano I, administrado por instituição específica denominada MultiPensions Bradesco, foi implantado em outubro de 1982 e foi estruturado na modalidade de "Benefícios Definidos", principalmente para aposentadoria, morte e invalidez, parcialmente custeado por contribuições dos participantes e complementado pelas contribuições da patrocinadora.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Em 26 de novembro de 2004 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a proposta de migração dos participantes do Plano I para o Plano III. Até 31 de março de 2005, 183 participantes já haviam aderido a essa proposta de migração. Atualmente, este plano está fechado para ingresso de novos participantes.

**(ii) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Planos II e III**

O plano de aposentadoria TAM Prev - Planos II e III, administrados também pela MultiPensions Bradesco, foram implantados em abril de 1995 e em dezembro de 1998, respectivamente, e foram estruturados na modalidade de "Contribuições Definidas" para os benefícios de aposentadoria, parcialmente custeados por contribuições dos participantes e complementados pelas contribuições da patrocinadora e na modalidade de "Benefícios Definidos", para os benefícios de data incerta (morte e invalidez), custeados integralmente pela patrocinadora.

O valor total do passivo líquido dos planos, apurado em laudo de avaliação emitido por atuário independente, datado de 11 de janeiro de 2005, cujas premissas da época não acarretaram mudanças significativas para 2004 e o montante pendente de registro contábil, o qual, conforme previsto pela referida Deliberação CVM, está sendo reconhecido ao resultado em cinco anos, desde de 01 de janeiro de 2002. O valor residual a ser amortizado nos próximos dois exercícios totaliza R$ 3.034.

Em 31 de março de 2005, o valor registrado na rubrica “Demais contas a pagar”, monta a R$ 14.413 (31.12.2004 -R$ 13.980).

**(iii) Metodologia de apuração da obrigação atuarial**

A metodologia adotada pelo atuário independente (Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.) para apuração dos valores de obrigações atuariais foi a do método da unidade de crédito projetada e foram suportadas pelas seguintes hipóteses atuariais:

| | Percentuais anuais | |
|---|---|---|
| | **2004** | **2003** |
| Econômicas | | |
| Taxa nominal de desconto | 12,36 | 12,36 |
| Taxa nominal de retorno esperado dos ativos | 14,28 | 12,36 |
| Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano | 6 | 6 |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | 8,12 | 8,12 |
| Inflação | 6 | 6 |
| Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social | 6 | 6 |
| Demográficas | | |
| Tábua de mortalidade | AT-49 | AT-49 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RRB 1944 Álvaro | RRB 1944 Álvaro |
| Tábua de entrada em invalidez | Vindas | Vindas |
| Tábua de rotatividade | PW-1 | PW-1 |

Em 31 de março de 2005 as hipóteses atuariais adotadas em 31 de dezembro de 2004 continuam vigentes.

**(b) Participação nos resultados**

Conforme acordo sindical ajustado anualmente, a Administração da Companhia estimou em suas projeções anuais o pagamento de participação nos resultados em decorrência do atingimento de determinados índices de performances. Nesse sentido, a Administração registrou, na rubrica "Salários e encargos sociais", provisão para pagamento deste benefício no valor de R$ 6.054.

**26 Cobertura de seguros**

As empresas controladas mantêm cobertura de seguros por montantes acima dos valores mínimos obrigatórios que considera necessários para cobertura de eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade. Em 31 de março de 2005, a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves da controlada TAM Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreo del Mercosur S.A. e em relação aos valores máximos indenizáveis, totalizava:

| Ramo | Cobertura - US$ mil |
|---|---|
| Aeronáutico | 2.498.652 |
| Responsabilidades (por aeronave) | |
| Civil | 1.500.000 |
| Guerra | 150.000 |

Em função dos atentados nos Estados Unidos da América em 11 de setembro de 2001, as companhias de seguro criaram taxas adicionais para cobertura de cascos de aeronaves e para responsabilidade civil provocada por atentados de guerra ou atos de terrorismo.

As seguradoras limitaram as coberturas mundiais em US$ 150.000 mil por sinistro e, para quantias superiores, os pagamentos de prêmios deveriam ser efetivados à vista para o período total das apólices, o que tornou inviável a contratação.

Como conseqüência, o governo brasileiro, através da Lei no. 10.744, de 09 de outubro de 2003 e Decreto nº 5035 de 05 de abril de 2004, assumiu o compromisso de cobrir eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas que a Companhia possa vir a ser exigida. Conforme regulamentado pela referida lei, as despesas de responsabilidades civis, assumidas pelo governo federal, ficam limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares estadunidenses.

**27 Contingências ativas**

**(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**

No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. Atualmente a Administração da TLA estuda junto a seus assessores jurídicos as medidas eventualmente cabíveis no sentido de recuperar a totalidade dos valores pagos. Todavia, a Administração da TLA optou por somente reconhecer a totalidade dos créditos envolvidos,

estimados em aproximadamente R$ 55 milhões, e eventual atualização, no momento em que a recuperação financeira desse direito estiver definida.

**(b) Indenização por insuficiência tarifária**

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto dessa causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal.

Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização sido determinado em R$ 245 milhões, com base em cálculo elaborado pelo perito judicial. Esse montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993 e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, julgando o recurso interposto pela União, determinou o retorno do processo para novo julgamento em 1a. instância. Contra essa decisão, encontra-se ainda pendente de julgamento embargos de declaração opostos pela TLA perante o TRF da 1ª Região.

A Administração não procedeu a nenhum registro contábil desses créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

**28 Instrumentos financeiros**

**(a) Considerações gerais**

A Companhia realiza operações de derivativos com o objetivo de se proteger dos efeitos de variações da exposição em moeda estrangeira. Adicionalmente, excessos de caixa temporários são aplicados em linha com as políticas de tesouraria reavaliadas de forma contínua, além de minimizar os efeitos da volatilidade dos preços dos combustíveis.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

**(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia**

- **Risco de preço dos serviços** - Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos serviços prestados pela Companhia, em função de operar num mercado bastante competitivo, local e internacional. A Companhia poderá ter o custo dos serviços prestados afetado por alterações nos preços internacionais de seu principal insumo, representado pelo combustível de aviação. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações desses preços nos mercados nacional e internacional, visando ajustar os preços dos serviços ao custo efetivo, e possui política de contratação de "*hedge*" de combustíveis que baseia-se na proteção dos três meses seguintes.

- **Risco de taxas de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a ter perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

- **Risco de taxas de câmbio** - Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Para se proteger dessas oscilações a Companhia adota a política de contratação de operações de "*hedge"*, mais usualmente operações de Opções Asiáticas, conforme demonstrado no item "c" abaixo. Parte do risco é mitigado pelo fato da Companhia operar no exterior e as receitas dessa operação serem realizadas em moeda forte. A atual política de contratação de "*hedge*" baseia-se na proteção dos 12 meses seguintes.

- **Risco de crédito** - Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de prestação de serviços ao consumidor e/ou a agências de viagens ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota a prática de utilização de limites de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor (basicamente para as agências de viagens). Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de "*rating"*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro.

**(c) Exposição**

- **Taxa de câmbio**

A Companhia contrata operações financeiras com derivativos, visando basicamente à proteção de sua exposição à moeda estrangeira, decorrente da aquisição de combustível, de contratação de serviços de manutenção de motores junto aos fabricantes e de contratos de financiamentos com a finalidade de expansão/manutenção de suas atividades operacionais.

Em 31 de março de 2005, os contratos de "swap com opções" e operações de "forward" visando o "hedge" de obrigações com fornecedores e financiamentos a vencer montam R$ 439.923 - US$ 165.000 mil (31.12.2004 - R$ 661.476 – US$ 249.200 mil), e possuem vencimentos variáveis até 01 de agosto de 2005.

As operações acima, se liquidadas em 31 de março de 2005, apresentariam perdas de R$ 4.212 (31.12.2004 – R$ 7.585), registradas nessa data na rubrica "Despesas do exercício seguinte", por referirem-se a prêmios pagos no início de cada contrato.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

A exposição cambial está preponderantemente indexada ao dólar estadunidense como segue:

| | 31.03.2005 | 31.12.2004 |
|---|---|---|
| Ativo: | | |
| Aplicações financeiras - indexados ao US$ | 149.845 | 188.308 |
| Contas a receber | 19.103 | 7.102 |
| Pré-pagamentos de aeronaves | 35.737 | 29.085 |
| Depósitos em garantia | 121.220 | 123.073 |
| Passivo: | | |
| Empréstimos e financiamentos / Arrendamentos /Reorganização da frota | (396.504) | (403.446) |
| Fornecedores estrangeiros | (46.732) | (32.830) |
| Arrendamentos operacionais simples – compromissos assumidos (12 meses) | (596.171) | (581.399) |
| Exposição cambial – R$ | (713.502) | (670.107) |
| Instrumentos financeiros (Hedge) | 439.923 | 661.476 |
| Exposição cambial, líquida | **(273.579)** | **(8.631)** |

A Administração da Companhia entende que a exposição acima tem seus efeitos minimizados em decorrência de parte de suas vendas serem feitas no exterior, em moeda forte.

- **Preço de serviços**

Durante o 1º trimestre de 2005, a Companhia contratou operações visando à proteção de sua exposição à variação de preços do combustível de aviação, seu principal insumo.

Em 31 de março de 2005, essas operações, com vencimentos variáveis até 01 de junho de 2005, totalizavam, aproximadamente R$ 26.001 (31.12.2004 – R$ 28.731), equivalentes a cerca de 200 mil barris (31.12.2004 - 246 mil barris).

Se liquidadas em 31 de março de 2005, as operações acima apresentariam perdas de R$ 607 (31.12.2004 – R$ 369).

**(e) Aplicações financeiras**

Representadas por aplicações de renda fixa com remuneração de variação cambial, com prazo de vencimento de até 60 dias.

**(f) Investimentos**

As controladas TAM Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreos del Mercosur S.A. são empresas de capital fechado e, portanto, não há informações disponíveis sobre seus valores de mercado.

## 29 Programa Fidelidade TAM

Em 31 de março de 2005, o Programa de Fidelidade TAM apresentava 886.925 (31.12.2004 – 830.888) trechos domésticos de passagens aéreas conquistados por seus clientes e ainda não resgatados. Em decorrência dos atuais níveis médios de ocupação de nossos vôos, e, utilizando-se a forma de "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representado basicamente por seguro e serviço de bordo), a obrigação do programa totalizava aproximadamente R$ 4.603 (31.12.2004 – R$ 4.312). Dessa forma, a Administração da Companhia adota a prática de contabilização destes custos quando efetivamente incorridos por ocasião do transporte de nossos clientes Fidelidade. Durante o primeiro trimestre de 2005 foram concedidas e utilizadas por nossos clientes 100.765 (31.12.2004 – 429.200) passagens grátis que, valorizadas pela forma descrita acima, totalizaram a R$ 523 (31.12.2004 – 2.232) de custos registrados ao resultado do exercício.

Os números de trechos domésticos de passagens aéreas conquistadas pelos clientes e ainda não resgatados correspondem à quantidade máxima de trechos, sem desconto da média dos trechos não utilizados pelos clientes. A média de trechos não utilizados pelos clientes é de aproximadamente 15%, o que reduziria a quantidade de trechos não voados para 754.596 (31.12.2004 – 706.920).

Considerando-se que a conversão de pontos em trechos ocorre, na média, a cada 10.000 pontos adquiridos, em 31 de março de 2005, os clientes que encontravam-se com quantidade de pontos suficientes para conversão, correspondiam a 560.920 (31.12.2004 – 484.707) trechos domésticos de passagens aéreas.

Os pontos conquistados por nossos clientes no Programa Fidelidade TAM têm validade de dois anos para serem convertidos em bilhetes. Esse fato limita eventual crescimento do passivo do programa, que apresenta tendência de estabilidade em relação à quantidade de passageiros transportados.

O Programa Fidelidade TAM também tornou-se fonte de receitas para a Companhia, em função de parcerias firmadas com diversas empresas. No decorrer do trimestre encerrado em 31 de março de 2005, este valor totalizou a R$ 14.357 (31.12.2004 – R$ 58.251).

## 30 Code Share

Em 06 de fevereiro de 2003, firmamos um Protocolo de Entendimentos com a Varig para operações de vôos compartilhados (code share) como etapa preliminar a uma possível fusão entre as duas companhias. A medida buscou, principalmente, a eliminação de sobreposição de vôos e a racionalização da oferta. Essa operação nos propiciou implementar a reorganização da nossa frota de aeronaves, resultando na negociação para a devolução de 19 aeronaves modelo Fokker F-100 e conseqüente redução de custos operacionais (Nota 14).

Em 15 de fevereiro de 2005, as companhias apresentaram ao CADE um plano detalhado para rompimento do compartilhamento de vôos, uma vez que ficou evidenciado que a fusão não seria concretizada. Em 23 de fevereiro de 2005 foi celebrado o destrato do Contrato de Associação, com devida aprovação do CADE, que nos concedeu o prazo de 24 de maio de 2005 para encerrar os efeitos dos vôos compartilhados com a Varig. Em comum acordo entre as companhias, deixaremos de operar qualquer vôo compartilhado com a Varig a partir de 2 de maio de 2005.

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**31 Evento Subseqüente**

Em 11 de abril de 2005, foi requerido o registro na CVM de uma oferta pública de distribuição primária e secundária, pela qual a TAM e seus acionistas irão ofertar ações preferenciais, nominativas escriturais e sem valor nominal de emissão da TAM (a "Oferta").

A Oferta será realizada em mercado de balcão não-organizado, no Brasil, nos termos da Instrução da CVM nº. 400/03 e, ainda, com esforços de colocação nos Estados Unidos da América junto à investidores institucionais qualificados, residentes e domiciliados no exterior, definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144 A do U.S. Securities Act* of 1933 , conforme alterado, e em operações isentas de registro segundo o *Securities Act ,* e no Brasil e nos demais países, exceto nos Estsdos Unidos da América, com base no *Regulation S* editado pela *Securities and Exchange Commission.*

As ações da TAM serão registradas para negociação no segmento do Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA.

A implementação da Oferta estará sujeita às condições favoráveis do mercado de capitais nacional e internacional.

**32 Informação Suplementar – Demonstração do Fluxo de Caixa e Juros**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31.03.2005** | **31.03.2004** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | |
| Lucro líquido do período | 53.495 | 16.945 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | |
| Depreciações e amortizações | 21.404 | 30.579 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 3.408 | (7.104) |
| Provisão para contingências | 20.106 | 20.950 |
| Valor residual de ativo permanente baixado | 63 | 5.028 |
| Arrendamentos mercantis financeiros de longo prazo baixados | | (20.130) |
| Variações monetárias, cambiais e juros líquidos | 13.746 | 7.872 |
| Outras provisões | 777 | 2.088 |
| Participação dos acionistas minoritários | 127 | |
| (Aumento) diminuição de ativos | | |
| Contas a receber | (50.474) | (21.573) |
| Tributos a recuperar | (2.511) | 870 |
| Estoques | (4.737) | (715) |
| Despesas do exercício seguinte | 12.567 | 24.796 |
| Depósitos em garantia | 2.684 | (1.639) |
| Depósitos judiciais | (275) | (99) |
| Demais contas a receber | (13.821) | 10.926 |
| Aumento (diminuição) de passivos | | |
| Fornecedores | (25.023) | (8.227) |
| Salários e encargos sociais | (37.795) | 10.639 |
| Transportes a executar | (23.903) | (49.493) |
| Impostos e tarifas a recolher | (319) | (4.743) |
| Arrendamento mercantil a pagar | (9.476) | 8.053 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 2.147 | 8.882 |
| Demais contas a pagar | 4.158 | (25.803) |
| **Caixa líquido (utilizado) gerado pelas atividades operacionais** | **(33.652)** | **8.102** |
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | |
| Aquisição de imobilizado | (18.789) | (17.152) |
| Aumento no ativo diferido | | (1.049) |
| Outros investimentos | | 269 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | **(18.789)** | **(17.932)** |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

| | | |
|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | |
| Empréstimos e financiamentos/Arrendamentos mercantis financeiros | | |
| Aquisição | 98.030 | 66.967 |
| Pagamento | (89.548) | (51.734) |
| Debêntures (pagamento) | (6.762) | (15.356) |
| **Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento** | **1.720** | **(123)** |
| **Diminuição líquido no caixa e equivalentes** | **(50.721)** | **(9.953)** |
| Disponibilidades no final do exercício | 246.140 | 162.370 |
| Disponibilidades no início do exercício | (296.861) | (172.323) |
| **Variação** | **(50.721)** | **(9.953)** |

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**33 Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **31.03.2005** | **31.03.2004** |
| **Receitas** | | |
| Vendas de serviços | 1.335.489 | 1.003.844 |
| Provisão para devedores duvidosos | 239 | (2.088) |
| Não operacionais | (811) | 14.570 |
| | 1.334.917 | 1.016.326 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | |
| Custos dos serviços prestados | 390.103 | 260.880 |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | 391.189 | 277.776 |
| | 781.292 | 538.646 |
| **Valor adicionado bruto** | **553.625** | **477.670** |
| **Retenções** | | |
| Depreciação e amortização | 20.850 | 29.465 |
| Amortização de ágio em controlada | 554 | 1.114 |
| **Valor adicionado líquido produzido pela entidade** | **532.221** | **447.091** |
| **Recebido em transferência** | | |
| Receitas financeiras | 27.174 | 9.932 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **559.395** | **457.023** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | |
| Pessoal e encargos | (126.445) | (102.994) |
| Impostos, taxas e contribuições | (164.438) | (134.744) |
| Aluguéis | (157.803) | (150.963) |
| Juros e variações cambiais | (57.214) | (51.377) |
| **Retenção de lucros** | **53.495** | **16.945** |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Noemy Almeida Oliveira Amaro
Presidente

Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato
Vice – Presidente

Conselheiros:
Henri Philippe Reichstul
Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti
Luiz Antônio Correa Nunes Viana Oliveira
Mauricio Rolim Amaro
Roger Ian Wright

**DIRETORIA**

Marco Antonio Bologna
Diretor-Presidente

Líbano Miranda Barroso
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Diretores:
Gelson Pizzirani
José Wagner Ferreira
Ruy Antônio Mendes Amparo

**CONTROLADORIA**

Eduardo Matzenbacher
Diretor de Controladoria
Contador CRC 1SP 140.861/O-0

* * *

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

**Desempenho**

A **TAM S.A.,** apresenta o desempenho do 1º trimestre, consolidando a operação das controladas dedicadas à atividade de transporte aéreo: **TAM Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreos del Mercosur S.A.**

Os comentários sobre o desempenho das empresas do grupo, consolidado, encontram-se no quadro específico.

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2005 | 4 - 31/12/2004 |
|---|---|---|---|
| 1 | Ativo Total | 2.191.761 | 2.192.572 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 1.141.674 | 1.133.279 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 246.140 | 296.861 |
| 1.01.01.01 | Caixas e Bancos | 81.670 | 85.920 |
| 1.01.01.02 | Aplicações Financeiras | 164.470 | 210.941 |
| 1.01.02 | Créditos | 592.813 | 542.618 |
| 1.01.02.01 | Contas a Receber | 592.813 | 542.618 |
| 1.01.03 | Estoques | 98.341 | 94.102 |
| 1.01.03.01 | Estoques de Materiais de Reposição | 98.341 | 94.102 |
| 1.01.04 | Outros | 204.380 | 199.698 |
| 1.01.04.02 | Tributos a Recuperar | 29.354 | 26.843 |
| 1.01.04.03 | Despesas do Exercício Seguinte | 74.281 | 86.848 |
| 1.01.04.05 | Demais Contas a Receber | 62.034 | 46.110 |
| 1.01.04.06 | IRPJ/CSLL Diferidos | 38.711 | 39.897 |
| 1.02 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 328.341 | 334.868 |
| 1.02.01 | Créditos Diversos | 316.017 | 320.254 |
| 1.02.01.01 | Depósitos em Garantia | 121.220 | 123.073 |
| 1.02.01.02 | Depósitos Judiciais | 48.212 | 47.937 |
| 1.02.01.03 | IRPJ/CSLL Diferidos | 146.585 | 149.244 |
| 1.02.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.02.01 | Com Coligadas | 0 | 0 |
| 1.02.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 |
| 1.02.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 1.02.03 | Outros | 12.324 | 14.614 |
| 1.02.03.01 | Demais Contas a Receber | 12.324 | 14.614 |
| 1.03 | Ativo Permanente | 721.746 | 724.425 |
| 1.03.01 | Investimentos | 2.290 | 2.845 |
| 1.03.01.01 | Participações em Coligadas | 0 | 0 |
| 1.03.01.02 | Participações em Controladas | 0 | 0 |
| 1.03.01.03 | Outros Investimentos | 2.290 | 2.845 |
| 1.03.02 | Imobilizado | 713.436 | 715.289 |
| 1.03.03 | Diferido | 6.020 | 6.291 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/03/2005 | 4 - 31/12/2004 |
|---|---|---|---|
| 2 | Passivo Total | 2.191.761 | 2.192.572 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.020.051 | 1.070.956 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 196.150 | 174.545 |
| 2.01.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 134.226 | 119.577 |
| 2.01.01.02 | Arrendamentos Mercantis | 61.924 | 54.968 |
| 2.01.02 | Debêntures | 23.471 | 23.619 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 239.193 | 264.216 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 132.335 | 170.449 |
| 2.01.04.03 | Impostos e Tarifas a Recolher | 49.026 | 49.345 |
| 2.01.04.04 | Salários e Contribuições Sociais | 83.309 | 121.104 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 0 | 0 |
| 2.01.06 | Provisões | 5.393 | 3.072 |
| 2.01.06.01 | Provisão para IR e CSSL | 5.393 | 3.072 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 2.01.08 | Outros | 423.509 | 435.055 |
| 2.01.08.01 | Transportes a Executar | 343.432 | 367.335 |
| 2.01.08.03 | Demais Contas a Pagar | 80.077 | 67.720 |
| 2.02 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 913.189 | 917.693 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 226.326 | 237.366 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 33.646 | 30.975 |
| 2.02.01.02 | Arrendamentos Mercantis | 192.680 | 206.391 |
| 2.02.02 | Debêntures | 47.489 | 51.529 |
| 2.02.03 | Provisões | 525.152 | 506.821 |
| 2.02.03.01 | Provisões para Contingências | 470.105 | 449.999 |
| 2.02.03.02 | Provisão IR e CSSL Diferidos | 55.047 | 56.822 |
| 2.02.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 |
| 2.02.05 | Outros | 114.222 | 121.977 |
| 2.02.05.01 | Reorganização da Frota de Fokker 100 | 106.754 | 110.225 |
| 2.02.05.03 | Demais contas a pagar | 7.468 | 11.752 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 11.099 | 11.099 |
| 2.04 | Participações Minoritárias | 2.154 | 2.027 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 245.268 | 190.797 |
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 120.749 | 120.749 |
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 0 | 0 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 137.775 | 137.669 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas | 0 | 0 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 0 | 0 |
| 2.05.04.01 | Legal | 0 | 0 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/03/2005 | 4 -31/12/2004 |
|---|---|---|---|
| 2.05.04.07.01 | Futuro Aumento Capital | 0 | 0 |
| 2.05.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | (13.256) | (67.621) |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 1.335.489 | 1.335.489 | 1.003.844 | 1.003.844 |
| 3.01.01 | Receita de Vôo Doméstico | 971.038 | 971.038 | 707.001 | 707.001 |
| 3.01.02 | Receita de Vôo Internacional | 285.837 | 285.837 | 237.112 | 237.112 |
| 3.01.03 | Outras Receitas Op de Vendas e/ou Serv | 78.614 | 78.614 | 59.731 | 59.731 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (55.250) | (55.250) | (64.497) | (64.497) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 1.280.239 | 1.280.239 | 939.347 | 939.347 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (845.490) | (845.490) | (633.755) | (633.755) |
| 3.04.01 | Custo dos Serviços Prestados | (845.490) | (845.490) | (633.755) | (633.755) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 434.749 | 434.749 | 305.592 | 305.592 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (355.035) | (355.035) | (301.170) | (301.170) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (239.523) | (239.523) | (168.377) | (168.377) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (79.197) | (79.197) | (86.239) | (86.239) |
| 3.06.03 | Financeiras | (33.593) | (33.593) | (43.098) | (43.098) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 27.174 | 27.174 | 9.932 | 9.932 |
| 3.06.03.01.01 | Variação Cambial | 21.776 | 21.776 | (463) | (463) |
| 3.06.03.01.02 | Juros Ativos | 2.107 | 2.107 | 1.094 | 1.094 |
| 3.06.03.01.03 | Outras Receitas Financeiras | 3.291 | 3.291 | 9.301 | 9.301 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (60.767) | (60.767) | (53.030) | (53.030) |
| 3.06.03.02.01 | Variação Cambial | (21.185) | (21.185) | (12.928) | (12.928) |
| 3.06.03.02.02 | Juros Passivos | (17.258) | (17.258) | (28.815) | (28.815) |
| 3.06.03.02.03 | Outras Despesas Financeiras | (22.324) | (22.324) | (11.287) | (11.287) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | (2.722) | (2.722) | (3.456) | (3.456) |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 79.714 | 79.714 | 4.422 | 4.422 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.08 | Resultado Não Operacional | (811) | (811) | 14.571 | 14.571 |
| 3.08.01 | Receitas | 3.741 | 3.741 | 14.314 | 14.314 |
| 3.08.02 | Despesas | (4.552) | (4.552) | 257 | 257 |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 78.903 | 78.903 | 18.993 | 18.993 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (21.935) | (21.935) | (8.882) | (8.882) |
| 3.11 | IR Diferido | (3.408) | (3.408) | 7.104 | 7.104 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.14 | Participações Minoritárias | (65) | (65) | (270) | (270) |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 53.495 | 53.495 | 16.945 | 16.945 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 61.365 | 61.365 | 61.365 | 61.365 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 0,87175 | 0,87175 | 0,27613 | 0,27613 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | | |

## 08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

A TAM S.A. ("TAM") é uma sociedade por ações constituída em 12 de maio de 1997, cujo objetivo social é, primordialmente, a participação no capital de empresas dedicadas às atividades de transporte aéreo. A Companhia mantém participação na TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional e, a partir de 18 de setembro de 2003, na Transportes Aéreos del Mercosur S.A. ("Mercosur"), empresa de vôo regular sediada em Assunção, no Paraguai, e que opera basicamente naquele país, na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia.

Durante o mês de agosto de 2004, a empresa controlada TLA passou a consolidar as demonstrações financeiras da sua empresa controlada Fidelidade Viagens e Turismo Ltda ("Fidelidade"), que encontrava-se registrada ao custo histórico. A Fidelidade tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de Agência de Viagens e Turismo.

As informações financeiras e operacionais incluídas a seguir, exceto quando indicado, são apresentadas segundo as práticas contábeis emanadas pela legislação brasileira, nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, nas normas de contabilidade adotadas pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil – IBRACON e no Plano de Contas elaborado pelo Departamento de Aviação Civil – DAC, simplesmente resumidas como "BR GAAP" e em Reais (R$). As comparações são feitas com as informações do 1º. trimestre de 2005 (1T05) e do 1º. trimestre de 2004 (1T04).

### 1 Atividade operacional

Em virtude das características do setor de aviação comercial em nosso País, com naturais reflexos sobre as operações da Companhia, a TAM busca um aumento de produtividade permanentemente tanto no âmbito operacional como no administrativo e financeiro.

Nesse contexto, a administração implementou e monitora, de forma constante, seus planos para atenuar o fluxo de caixa presente e futuro da Companhia. Esses planos incluem a adoção de medidas operacionais no sentido de criar novos canais de venda direta, ampliar a participação de transporte de cargas no faturamento, redução dos custos de comercialização, redefinição da frota de aeronaves em função da oferta atual de mercado que culminou na assinatura, em dezembro de 2003, de contrato de devolução de 19 aeronaves Fokker 100, além de buscar redução significativa de seus custos fixos e adequar os seus compromissos com fornecedores ao fluxo de caixa da Companhia.

### 2 Principais destaques operacionais e financeiros

- O lucro líquido do trimestre foi de R$ 53,5 milhões, 215,7% maior que o 1º trimestre de 2004, uma margem líquida de 4,2% representando um aumento de 2,4 pontos percentuais.
- O EBITDAR apresentou aumento de 27,0% com relação ao mesmo período de 2004, totalizando R$ 295,2 milhões com margem de 23,1%.
- As disponibilidades, representadas por caixa, bancos e aplicações financeiras, totalizaram a R$ 246,1 milhões.
- Durante este trimestre incorporamos mais duas aeronaves A320 novas à nossa frota, que foram arrendadas pela modalidade operacional simples.
- Nossos passageiros transportados pagos aumentaram 45,1%, atingindo 4,2 milhões no 1T05 comparado com 2,9 milhões no 1T04. Nossos RPK aumentaram 47,7%, atingindo 4.441 milhões no 1T05 comparado com 3.006 milhões no 1T04. Os ASK aumentaram 32,5%, atingindo 6.351 milhões

**08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**

no 1T05 comparado com 4.794 milhões no 1T04. A taxa de ocupação aumentou 7,2 p.p., atingindo a 69,9% no 1T05 comparado com 62,7% no 1T04.

- A TAM apresentou ainda, no 1T05, o maior índice de eficiência operacional no mercado doméstico. A média atingida no 1T05 de 90% corresponde à ação combinada da Regularidade e da Pontualidade, ou seja, vôo realizado e dentro do horário previsto.
- Durante o 1T05 iniciamos operações em mais três destinos por meio de acordo operacional com a Total Linhas Aéreas. As novas rotas são voltadas para a região norte do país e incluem Parintins (AM), Itaituba (AM) e Altamira (PA). A partir de 11 de abril a TAM passou a operar nova freqüência noturna (Corujão) partindo e chegando do aeroporto de Confins, em Belo Horizonte para o aeroporto de Guarulhos.
- Em abril de 2005 passamos a oferecer mais uma opção de vôo para o Japão, via Paris, além da conexão que já era realizada pela Japan Airlines - JAL, via Estados Unidos.
- A TAM anunciou terceirização de Tecnologia de Informação em três pilares da área: desenvolvimento de sistemas; telecom; computação distribuída e help desk. A inteligência dos processos e soluções tecnológicas, a definição do modelo de arquitetura técnica e a governança dos contratos são de responsabilidade da própria TAM. A opção por essa nova forma de atuação propiciará à TAM maior produtividade, flexibilidade para aumentar ou reduzir a capacidade de acordo com a necessidade da empresa, otimizar os recursos internos de TI, melhorar sua qualidade e performance, além de propiciar maior previsibilidade dos investimentos e obter redução de custos de 36% no orçamento anual da área.

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**

## 3 Desempenho operacional

### 3.1 Evolução dos indicadores operacionais

| | 1º Trim 2004 | 1º Trim 2005 | Variação % |
|---|---|---|---|
| Passageiros transportados pagos (milhares) | 2.910 | 4.222 | 45,1 |
| RPK (milhões) | 3.006 | 4.441 | 47,7 |
| ASK (milhões) | 4.794 | 6.351 | 32,5 |
| Taxa de Ocupação (Load factor) - % | 62,7% | 69,9% | 7,2 p.p. |
| Taxa de ocupação de equilíbrio (BELF) - % | 59,3% | 63,6% | 4,3 p.p. |
| Tarifa Média Doméstico | 251,36 | 240,09 | -4,5 |
| Tarifa Média Internacional | 913,17 | 634,00 | -30,6 |
| Tarifa Média Geral | 305,30 | 277,14 | -9,2 |
| Horas Voadas | 54.933 | 72.891 | 32,7 |
| Quilômetros voados por aeronaves (milhares de KM) | 31.828 | 42.726 | 34,2 |
| Litros de combustível (milhares) | 175.283 | 232.960 | 32,9 |
| Tempo médio voado por aeronave (horas) | 797 | 953 | 19,6 |
| Utilização de aeronaves (horas por dia) | 8,76 | 10,59 | 20,9 |
| Número de Etapas | 36.774 | 46.806 | 27,3 |
| Market Share doméstico (Demanda) | 33,3% | 43,8% | 9,7 p.p. |
| Market Share internacional (Demanda) | 12,7% | 16,2% | 3,6 p.p. |
| Capacity Share doméstico (Oferta) | 34,1% | 43,3% | 9,2 p.p. |
| Capacity Share internacional (Oferta) | 13,8% | 17,0% | 3,2 p.p. |
| Etapa média (Km) | 866 | 913 | 5,4 |
| RASK (centavos de reais) | 19,59 | 20,16 | 2,9 |
| RASK Regular doméstico (centavos de reais) | 17,62 | 19,83 | 12,6 |
| RASK Regular internacional (centavos de reais) | 20,71 | 15,89 | -23,3 |
| Yield Regular Doméstico (centavos de reais) | 33,87 | 31,63 | -6,6 |
| Yield Regular Internacional (centavos de reais) | 28,63 | 21,69 | -24,2 |
| CASK (centavos de reais) | 18,53 | 18,33 | -1,1 |
| CASK exceto combustível (centavos de reais) | 14,19 | 12,87 | -9,3 |
| **Frota:** | | | |
| . Frota ativa | 76 | 78 | 2,6 |
| . Em devolução | 20 | 7 | -65,0 |
| . Total | 96 | 85 | -11,5 |
| **Funcionários:** | | | |
| . TAM Linhas Aéreas | 6.883 | 7.769 | 12,9 |
| . Mercosur | 561 | 530 | -5,5 |
| . Fidelidade | - | 251 | |
| . Total | 7.244 | 8.550 | 18,0 |
| **Funcionários/Aeronave** | | | |
| . Frota ativa | 95 | 110 | 15,8 |
| . Total | 75 | 101 | 34,7 |
| Receita Total /Funcionário (em R$ Mil) | 139 | 156 | 12,7 |
| WTI-NY (Fonte: NYMEX) (em US$/Barril) | 35,15 | 48,81 | 38,9 |
| Taxa dólar | 2,9086 | 2,6662 | 8,3 |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**Termos utilizados nos indicadores operacionais**

| Termo | Significado |
|---|---|
| **Passageiros transportados pagos** | Quantidade total de passageiros que efetivamente pagaram e voaram em todos os vôos da Companhia |
| **RPK - Passageiros/Km Transp. Pagos** | Quantidade de quilômetros voados por passageiro pagante |
| **ASK - Assentos/Km Oferecidos** | Corresponde ao produto da multiplicação da quantidade de assentos disponíveis em todas as aeronaves pela distância dos vôos da Companhia |
| **Tarifa média** | Quociente da divisão da receita proveniente de transporte de passageiros pela quantidade de passageiros transportados pagantes |
| **Yield por passageiro por quilômetro** | Quociente da divisão da receita total de transporte de passageiros pela quantidade de passageiros por quilômetros transportados pagos. O resultado é apresentado em centavos de Reais por quilômetros. |
| **RASK - Receita por ASK** | Quociente da divisão da receita operacional total pela quantidade de assentos disponíveis por quilômetros. O resultado é apresentado em centavos de Reais por assento-quilômetros. |
| **CASK - Custo por ASK** | Quociente da divisão dos custos operacionais totais pela quantidade de assentos disponíveis por quilômetros. O resultado é apresentado em centavos de Reais por assento-quilômetros |
| **Taxa de ocupação (load factor) - Aproveitamento** | Percentual das aeronaves que estão sendo ocupadas nos vôos, calculada pelo quociente entre RPK e ASK. |
| **Taxa de ocupação de equilíbrio (BELF)** | Break-even load factor, ou taxa de ocupação em que as receitas são equivalentes aos custos e despesas operacionais. |
| **Capacity Share** | Participação percentual da empresa na oferta total do mercado. |
| **Horas voadas** | Tempo de vôo da aeronave computado entre o momento da partida e o corte do motor. |
| **Número de etapas** | Número de ciclos operacionais realizados por nossas aeronaves que corresponde ao conjunto de decolagem, vôo e aterrissagem. |

**3.2 Mercado da aviação**

| Mercado | 1º. Trim 2004 | 1º. Trim 2005 | Variação Trimestral % |
|---|---|---|---|
| **Doméstico** | | | |
| Oferta | 10.800.619 | 10.948.038 | **1,4%** |
| Demanda | 6.744.084 | 7.645.242 | **13,4%** |
| Ocupação | 62,4% | 69,8% | **7,4 p.p.** |
| **Internacional** | | | |
| Oferta | 7.234.033 | 8.367.689 | **15,7%** |
| Demanda | 5.587.000 | 6.517.275 | **16,7%** |
| Ocupação | 77,2% | 77,9% | **0,7 p.p.** |
| **Geral** | | | |
| Oferta | 18.034.652 | 19.315.727 | **7,1%** |
| Demanda | 12.331.084 | 14.162.517 | **14,9%** |
| Ocupação | 68,4% | 73,3% | **4,9 p.p.** |

Fonte: DAC (Em milhares de passageiros/quilômetros transportados pagos)

**3.3 A TAM e o mercado**

**3.3.1 Market share TAM**

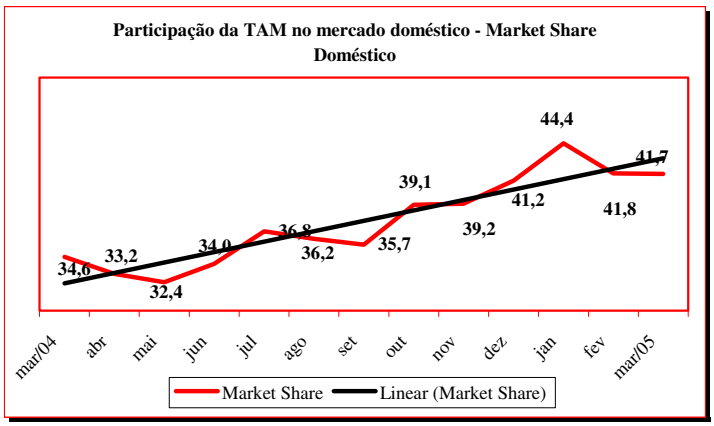
| Market Share | 1º. Trim 2004 | 1º. Trim 2005 | Variação Trimestral % |
|---|---|---|---|
| **Oferta** | | | |
| Doméstico | 34,1% | 43,3% | 9,2 p.p. |
| Internacional | 13,8% | 17,0% | 3,2 p.p. |
| **Demanda** | | | |
| Doméstico | 33,3% | 42,8% | 9,7 p.p. |
| Internacional | 12,7% | 16,2% | 3,6 p.p. |

Fonte: DAC

**3.3.2 Mercado doméstico**

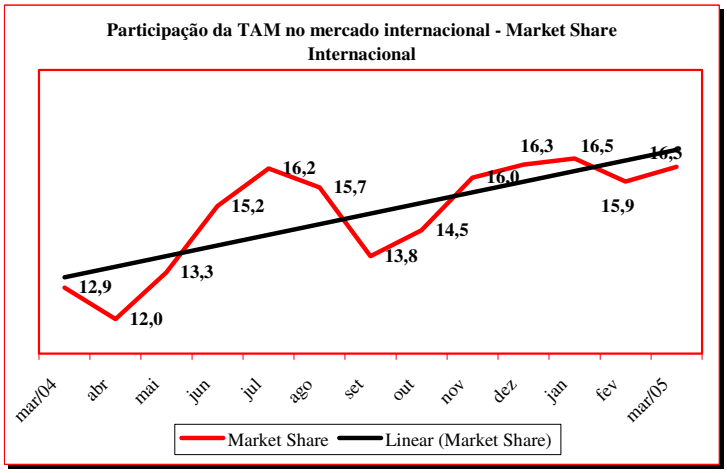
Segundo dados do DAC, a TAM alcançou a liderança no mercado de transporte aéreo nacional a partir de julho de 2003. No final do trimestre, apresentou 41,7% de participação neste mercado, consolidando a média no 1T05 de 42,8% no mercado doméstico.

**08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**




### 3.3.3 Mercado internacional

Mesmo com a desvalorização do dólar estadunidense perante o Real, o faturamento internacional em Reais no 1T05 foi 15,9% superior ao 1T04, refletindo nossa evolução no mercado internacional.



## 08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

**4 Desempenho econômico – financeiro**

No quadro abaixo todos os valores demonstrados foram originalmente calculados em reais e estão demonstrados em milhões e em centavos de reais. Desta forma, (i) os resultados da soma e divisão de alguns valores podem não corresponder aos totais apresentados devido ao seu arredondamento; e (ii) o resultado das variações percentuais podem apresentar divergências das demonstradas no quadro a seguir.

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

| | Trimestre encerrado em 31 de março de | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **BR GAAP** | **Em centavos de R$ por ASK** | | | **Em milhões de R$** | | |
| | **2005** | **2004** | **Variação (%)** | **2005** | **2004** | **Variação (%)** |
| **Receita operacional bruta** | | | | | | |
| Receitas de vôo | | | | | | |
| Doméstica | 14,46 | 14,01 | 3,2% | 918,2 | 671,8 | 36,7% |
| Internacional | 3,96 | 4,52 | -12,2% | 251,7 | 216,6 | 16,2% |
| Carga | 1,37 | 1,16 | 17,7% | 86,9 | 55,8 | 55,9% |
| Outras receitas operacionais | 1,24 | 1,25 | -0,6% | 78,6 | 59,7 | 31,6% |
| Deduções e impostos sobre vendas | (0,87) | (1,35) | -35,3% | (55,2) | (64,5) | -14,3% |
| **Receita líquida operacional** | **20,16** | **19,59** | **2,9%** | **1.280,2** | **939,3** | **36,3%** |
| **Custo dos serviços prestados e despesas operacionais** | | | | | | |
| Combustíveis | (5,46) | (4,34) | 25,9% | (346,8) | (208,0) | 66,7% |
| Despesas de comercialização e marketing | (2,98) | (2,69) | 10,8% | (189,2) | (128,9) | 46,8% |
| Arrendamento de aeronaves e equipamentos | (2,48) | (3,18) | -21,8% | (157,8) | (152,4) | 3,5% |
| Pessoal | (2,30) | (2,48) | -7,3% | (146,1) | (119,0) | 22,8% |
| Manutenção e revisões (exceto pessoal) | (1,44) | (1,44) | -0,2% | (91,5) | (69,1) | 32,3% |
| Serviços prestados por terceiros | (1,40) | (1,55) | -9,6% | (89,1) | (74,5) | 19,7% |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | (0,86) | (0,83) | 3,0% | (54,3) | (39,8) | 36,5% |
| Depreciações e amortizações | (0,33) | (0,61) | -45,9% | (20,8) | (29,1) | -28,3% |
| Seguro de aeronaves | (0,16) | (0,28) | -41,4% | (10,4) | (13,4) | -22,4% |
| Outros | (0,91) | (1,13) | -19,1% | (58,1) | (54,2) | 7,2% |
| **Total do custo dos serviços prestados e despesas operacionais** | **(18,33)** | **(18,53)** | **-1,1%** | **(1.164,2)** | **(888,4)** | **31,0%** |
| **Lucro bruto** | **1,83** | **1,06** | **71,9%** | **116,0** | **51,0** | **127,7%** |
| Receita (despesas financeiras) | (0,53) | (0,90) | -41,2% | (33,6) | (43,1) | -22,1% |
| Outras despesas operacionais líquidas | (0,04) | (0,07) | -40,5% | (2,7) | (3,5) | -21,2% |
| **Lucro operacional** | **1,26** | **0,09** | **1.263,2%** | **79,7** | **4,4** | **1.705,7%** |
| Resultado não operacional líquido | (0,01) | 0,30 | -104,0% | (0,8) | 14,6 | -105,4% |
| **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social** | **1,24** | **0,40** | **213,9%** | **78,9** | **19,0** | **315,8%** |
| Imposto de renda e contribuição social | (0,40) | (0,04) | 976,0% | (25,3) | (1,8) | 1.325,4% |
| **Lucro antes da participação de acionistas minoritários** | **0,84** | **0,36** | **135,1%** | **53,6** | **17,2** | **211,5%** |
| Participação de acionistas minoritários | (0,00) | (0,01) | -81,8% | (0,1) | (0,3) | -75,9% |
| **Lucro líquido do exercício** | **0,84** | **0,35** | **138,8%** | **53,5** | **16,9** | **216,1%** |

## 08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

***Receita operacional bruta***

Nossa **receita operacional bruta** aumentou 33,0%, atingindo R$ 1.335,4 milhões no 1T05 comparada com R$ 1.003,9 milhões no 1T04, devido principalmente ao aumento de nossa oferta em ASK de 32,5% aliado a uma melhora em nossa taxa de ocupação em 7,2 pontos percentuais, atingindo uma média no 1T05 de 69,9%. Nossa participação no mercado doméstico atingiu 42,8% no 1T05 comparado com 33,3% no 1T04. Parte do nosso crescimento em participação de mercado decorreu do aumento da demanda no mercado doméstico e também do aproveitamento da oportunidade de mercado resultante da redução das operações da VASP a partir de setembro de 2004.

A **receita bruta doméstica de passageiros** aumentou 36,7%, atingindo R$ 918,2 milhões no 1T05 comparada com R$ 671,8 milhões no 1T04. Apesar da queda do nosso *yield* regular doméstico de R$ 31,63 centavos de real no 1T05, comparado com R$ 33,87 centavos de real no 1T04, houve um aumento da nossa demanda em RPK de 47,7% em decorrência do aumento da nossa oferta e do sucesso de nossa estratégia de posicionamento da malha, que nos permitiu capturar importante demanda ocorrida no mercado doméstico inclusive em virtude da redução das operações da VASP a partir de setembro de 2004.

A **receita bruta internacional de passageiros** aumentou 16,2%, atingindo R$ 251,7 milhões no 1T05 comparada com R$ 216,6 milhões no 1T04, apesar da queda do nosso *yield* regular internacional de R$ 21,69 centavos de real no 1T05, comparado com R$ 28,63 no 1T04, e da valorização de 9,1% do real frente ao dólar no período. O aumento é devido ao incremento de um vôo diário na rota de São Paulo – Miami e um vôo para Santiago, além do aumento de três freqüências semanais na rota São Paulo – Paris e sete freqüências na rota São Paulo - Buenos Aires.

A **receita bruta de carga** aumentou 55,8%, atingindo R$ 86,9 milhões no 1T05 comparada com R$ 55,8 milhões no 1T04, devido ao aumento nas nossas freqüências internacionais e a conseqüente disponibilização de mais espaços de porões oferecidos pelo TAM Express.

**Outras receitas brutas** aumentaram 31,6%, atingindo R$ 78,6 milhões no 1T05 comparadas com R$ 59,7 milhões no 1T04, devido ao incremento de receitas decorrentes de parcerias com o Programa Fidelidade TAM e o aumento de receitas por intermediação de pacotes turísticos pela TAM Viagens.

***Deduções e impostos sobre vendas***

As **deduções e impostos sobre vendas** reduziram 14,3%, atingindo R$ 55,2 milhões no 1T05 comparadas com R$ 64,5 milhões no 1T04, devido ao aumento da receita bruta de 33,0% que constitui a base de cálculo dos impostos e deduções, compensado parcialmente pela redução das alíquotas do PIS e COFINS em 2005 que em fevereiro e março de 2004 haviam sido alteradas para 1,65% e 7,6%, respectivamente. No 1T05, as alíquotas do PIS e COFINS voltaram aos patamares anteriores de 0,65% e 3,0%, respectivamente.

***Receita operacional líquida***

Nossa **receita operacional líquida** aumentou 36,3%, atingindo R$ 1.280,2 milhões no 1T05 comparada com R$ 939,3 milhões no 1T04. O RASK regular doméstico aumentou 12,6% atingindo R$ 19,83 centavos de real 1T05 e R$ 17,62 centavos de real no 1T04.

***Custos dos serviços prestados e despesas operacionais***

Nossos **custos dos serviços prestados e despesas operacionais** aumentaram menos que proporcional à receita, em 31,0% versus 33,0% respectivamente, atingindo R$ 1.164,2 milhões no 1T05, comparados com R$ 888,4 milhões no 1T04. Esse aumento menos que proporcional é devido ao aumento da utilização de

**08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**

nossas aeronaves e conseqüente ganho de escala. O aumento é devido principalmente ao aumento dos custos com combustíveis, pessoal e tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação. Os custos de serviços prestados e despesas operacionais por ASK (CASK) reduziram 1,1%, de R$ 18,33 centavos de real no 1T05, comparado com R$ 18,53 centavos de real no 1T04 em função do aumento do ASK em 32,5%, proporcionado por uma melhoria na utilização de nossas aeronaves.

Os custos com **combustíveis** aumentaram 66,7%, atingindo R$ 346,8 milhões no 1T05 comparados com R$ 208,0 milhões no 1T04, devido ao aumento da utilização de nossas aeronaves em 32,7% (horas voadas) resultando em um aumento no volume consumido de combustível de aeronaves em 32,1%. Além disso, o preço médio por litro de combustível aumentou em 36,4%, parcialmente compensado pela apreciação do real frente ao dólar de 9,1%. No 1T05 tivemos uma economia de aproximadamente R$ 5,5 milhões com o programa de *tankering* de combustível. Os custos com combustíveis por ASK aumentaram 25,9%.

As despesas de **comercialização e marketing** aumentaram 46,8%, atingindo R$ 189,2 milhões no 1T05 comparadas com R$ 128,9 milhões no 1T04, devido ao crescimento nas nossas receitas em 33,0%, ao aumento de gastos com taxas de administração de cartão de crédito devido ao aumento das vendas por essa modalidade, e o aumento com despesas de marketing. O aumento de vendas utilizando cartão de crédito é devido a promoções específicas direcionadas ao público de lazer (por exemplo, Z-Folia no Carnaval). As despesas de comercialização e marketing por ASK aumentaram 10,8%.

Os custos com **arrendamento de aeronaves e equipamentos** aumentaram 3,5%, atingindo R$ 157,8 milhões no 1T05 comparados com R$ 152,4 milhões no 1T04. Apesar dos custos com arrendamento terem sofrido uma redução em função da apreciação do real frente ao dólar em 9,1%, tais efeitos foram diluídos pelo aumento de custo decorrente do início do registro nesta rubrica dos gastos com arrendamento de 17 aeronaves que tiveram sua modalidade de arrendamento alteradas de mercantil financeiro para operacional simples, durante o segundo trimestre de 2004. Os custos com arrendamento de aeronaves e equipamentos por ASK reduziram 21,8%.

Os custos com **pessoal** aumentaram 22,8%, atingindo R$ 146,1 milhões no 1T05 comparados com R$ 119,0 milhões no 1T04, principalmente devido ao aumento de 18,0% no quadro de funcionários efetivos de 7.244 para 8.550 no final do trimestre e ao reajuste salarial de 5,8%. Os custos de pessoal por ASK reduziram 7,3%.

Os custos com **manutenções e revisões (exceto pessoal)** aumentaram 32,3%, atingindo R$ 91,5 milhões no 1T05 comparados com R$ 69,1 milhões no 1T04, basicamente em função de um aumento na utilização das nossas aeronaves em 32,7%, que passou para 72.891 horas voadas no 1T05, quando comparadas com 54.933 horas voadas no 1T04, compensado parcialmente pela apreciação do real frente ao dólar. Os custos de manutenções e revisões (exceto pessoal) por ASK reduziram 0,2%.

Os custos e despesas com **serviços prestados por terceiros** aumentaram 19,7%, atingindo R$ 89,1 milhões no 1T05 comparados com R$ 74,5 milhões no 1T04, devido principalmente ao aumento de 27,3% na quantidade de decolagens, que foi de 46.806 no 1T05, quando comparada com 36.774 no 1T04, com maior proporção de decolagens internacionais. Os gastos com serviços prestados por terceiros por ASK reduziram 9,6%.

Os custos com **tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação** aumentaram 36,5%, atingindo R$ 54,3 milhões no 1T05 comparados com R$ 39,8 milhões no 1T04, devido ao aumento de 27,2% na quantidade de decolagens e no aumento do auxílio à navegação, gerado em conseqüência do aumento em 34,2% nos quilômetros voados, que foi de 42.726 milhões no 1T05, quando comprados com 31.828 milhões 1T04, com maior proporção de decolagens internacionais. Os custos com tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação por ASK aumentaram 3,0%.

**08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**

Os custos com **depreciações e amortizações** reduziram 28,3%, atingindo R$ 20,8 milhões no 1T05 comparados com R$ 29,1 milhões no 1T04, principalmente em decorrência da alteração da modalidade de arrendamento mercantil financeiro para arrendamento operacional simples de 17 aeronaves ocorrido durante o segundo trimestre de 2004. Com a alteração da modalidade dos arrendamentos, as aeronaves correspondentes deixam de ser refletidas no balanço patrimonial, com a conseqüente redução dos valores de depreciações e amortizações. Os custos com depreciações e amortizações por ASK reduziram 45,9%.

Os custos com **seguro de aeronaves** reduziram 22,4%, atingindo R$ 10,4 milhões no 1T05 comparados com R$ 13,4 milhões no 1T04, principalmente pela redução de nossa frota, por termos obtido melhor classificação nas classes de risco das seguradoras, bem como por termos conseguido condições financeiras mais favoráveis e o efeito da apreciação do real frente ao dólar na contratação dos seguros durante o exercício de 2004. Os custos com seguro de aeronaves por ASK apresentaram redução de 41,4%.

**Outras despesas operacionais** aumentaram 7,2%, atingindo R$ 58,1 milhões no 1T05 comparadas com R$ 54,2 milhões no 1T04, devido ao aumento no volume de passageiros transportados em 47,7% e crescimento das nossas operações, compensado pela racionalização dos nossos serviços de bordo. Outras despesas operacionais por ASK reduziram 19,1% devido ao crescimento de nossas operações.

***Resultado financeiro líquido***

Nosso **resultado financeiro líquido** reduziu 22,1%, atingindo despesa líquida de R$ 33,6 milhões no 1T05, comparado com R$ 43,1 milhões no 1T04, principalmente pelo fato de termos alterado a modalidade dos arrendamentos mercantis financeiros das aeronaves para arrendamentos operacionais simples no segundo trimestre de 2004. A apreciação do real frente ao dólar em 9,1% em 2003 gerou uma receita de financeira relacionada as nossas obrigações com arrendamentos mercantis financeiros. Em virtude da alteração das modalidades de arrendamentos mencionada acima, a variação cambial deixou de ser refletida no balanço patrimonial, não mais gerando receita financeira em 2004.

***Imposto de renda e contribuição social***

O **imposto de renda e contribuição social** aumentou 1.325,4%, atingindo R$ 25,3 milhões no 1T05 comparado com R$ 1,8 milhões no 1T04. Este aumento deveu-se, primordialmente, ao aumento em nossos resultados operacionais tributáveis. A nossa taxa efetiva de IRPJ e CSLL foi de 32,1% no 1T05, comparada com 9,5% no 1T04.

***Lucro líquido do exercício***

Nosso **lucro líquido** do exercício aumentou 216,1%, atingindo R$ 53,5 milhões no 1T05 comparado com R$ 16,9 milhões no 1T04 em virtude do exposto acima.

***EBIT***

A nossa margem de **EBIT** foi de 9,1%, atingindo R$ 116,0 milhões no 1T05, comparando com R$ 51,0 milhões no 1T04 que representou um aumento na margem de EBIT de 3,7 pontos percentuais no 1T05. Esse aumento deve-se principalmente a uma melhora em nossa taxa de ocupação e de nosso crescimento em participação de mercado, auxiliado por uma apreciação do real perante o dólar, o que causou uma redução em nossos custos indexado ao dólar.

**08.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE**

***EBITDAR***

A nossa margem de **EBITDAR** foi de 23,1%, atingindo R$ 295,2 milhões no 1T05, comparando com um EBITDAR de R$ 232,5 milhões no 1T04, que representou uma redução na margem de EBITDAR de 1,7 pontos percentuais no 1T05. Essa redução deve-se principalmente pelo aumento da margem EBIT de 3,7 pontos percentuais compensada pela devolução de 11 aeronaves Fokker 100.

**5 Frota**

A frota atual da companhia em operação, para as datas abaixo, é constituída da seguinte forma:

| | | 31 de março | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Em operação | | Sub-arrenda-mento | | Em devolução | | Total | |
| **Modelos** | **Capacidade** | **2004** | **2005** | **2004** | **2005** | **2004** | **2005** | **2004** | **2005** |
| | (*) | 5 | 5 | 4 | 4 | | | 9 | 9 |
| | 168 assentos, 10 ton. de carga máxima. | 31 | 33 | | | | | 31 | 33 |
| | 138 assentos, 7 ton. de carga máxima. | 13 | 13 | | | | | 13 | 13 |
| | 108 assentos, 7 ton. de carga máxima | 21 | 26 | 2 | 2 | 20 | 2 | 43 | 30 |
| | | 70 | 77 | 6 | 6 | 20 | 2 | 96 | 85 |

(*) 9 A330-200, sendo 5 com 18 assentos na primeira classe, 36 assentos na classe executiva, 171 assentos na classe econômica (total de 225 assentos) e 4 com 7 assentos na primeira classe, 46 assentos na classe executiva e 175 assentos na classe econômica (total de 228 assentos), todos com 18 toneladas de carga máxima.

**Idade média da frota operacional = 7 anos**

* * *

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS**

| 1- ITEM | 2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA | 3 - CNPJ | 4 - CLASSIFICAÇÃO | 5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA | 6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA |
|---|---|---|---|---|---|
| 7 - TIPO DE EMPRESA | | 8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL (Mil) | | 9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR (Mil) | |
| 01 | TAM - LINHAS AÉREAS S.A. | 02.012.862/0001-60 | INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA | 100,00 | 0,00 |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | 2.064.602 | | 2.064.602 | |
| 02 | TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S.A. | . . / - | INVESTIDA DA CONTROLADA/COLIGADA | 94,98 | 0,00 |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | 87.653 | | 87.653 | |

**12.01 - COMENTÁRIO SOBRE O COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS**

**Não há informações.**

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**13.01 - PROJEÇÕES EMPRESARIAIS**

**Não há informações.**

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Composição dos Acionistas da TAM S.A., em 31 de março de 2005:

| | Ordinárias | | Preferenciais | | Total | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Acionistas** | **Quantidade** | **%** | **Quantidade** | **%** | **Quantidade** | **%** |
| TAM Empreendimentos e Participações Ltda | 29.090.319 | 97,27 | 14.662.521 | 46,61 | 43.752.840 | 71,30 |
| Aerosystem S.A. Empr. e Participações | 757.828 | 2,53 | | | 757.828 | 1,24 |
| Agropecuária Nova Fronteira Ltda | 39.758 | 0,13 | | | 39.758 | 0,06 |
| **Total das empresas da Família Amaro** | **29.887.905** | **99,93** | **14.662.521** | **46,61** | **44.550.426** | **72,60** |
| BR Private Eq Fd M Inv AC CL – BPW - Nacional | 1 | 0,00 | 10.320.285 | 32,81 | 10.320.286 | 16,82 |
| Fundos Internacionais – USA: | | | | | | |
| Brazilian Equity Inv III LLC – CSFB + BPW | 8.464 | 0,03 | 2.220.415 | 7,06 | 2.228.879 | 3,63 |
| Brazilian Equity LLC – CSFB + BPW | 2.237 | 0,01 | 586.995 | 1,87 | 589.232 | 0,96 |
| Latin Amer Capit Partn PIV LLC – BPW | 1 | 0,00 | 678.027 | 2,16 | 678.028 | 1,10 |
| Latin Amer Capit. Partn II LLC – BPW | 1 | 0,00 | 2.665.118 | 8,47 | 2.665.119 | 4,34 |
| Total dos Fundos internacionais | 10.703 | 0,04 | 6.150.555 | 19,56 | 6.161.258 | 10,04 |
| **Total dos Fundos de Investimento** | **10.704** | **0,04** | **16.470.840** | **52,37** | **16.481.544** | **26,86** |
| Acionistas Minoritários | 9.515 | 0,03 | 323.186 | 1,03 | 332.701 | 0,54 |
| **Capital Total** | **29.908.124** | **100,00** | **31.456.547** | **100,00** | **61.364.671** | **100,00** |

**17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA**

# Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
TAM S.A.
São Paulo - SP

Efetuamos uma revisão especial das informações trimestrais (ITRs) da TAM S.A. e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2005, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultados, o relatório de desempenho e as informações relevantes, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A revisão especial das informações contábeis da controlada Transportes Aéreos Del Mercosur S.A., investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, foi conduzida por outros auditores independentes, e nosso relatório, no que diz respeito ao valor desse investimento e do lucro dessa controlada, nos valores de R$ 40.758 mil e R$ 1.237 mil, respectivamente em 31 de março de 2005, está baseado no relatório desses auditores.

Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subseqüentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e suas controladas.

Com base em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações trimestrais acima referidas para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2004, apresentadas para fins de comparatibilidade, foram revisadas por outros auditores independentes, cujo relatório datado de 4 de maio de 2004, foi emitido sem ressalvas.

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA**

Nossa revisão especial foi conduzida com o objetivo de emitirmos um relatório sobre as Informações Trimestrais (ITRs) referidas no primeiro parágrafo. As informações consolidadas do valor adicionado e do fluxo de caixa da TAM S.A. e suas controladas em 31 de março de 2005 representam informações complementares às ITRs e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão especial aplicados às ITRs e concluímos que não há qualquer modificação relevante necessária para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às ITRs tomadas em conjunto.

29 de abril de 2005

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Pedro Augusto de Melo
Contador CRC 1SP113939/O-8

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM - LINHAS AÉREAS S.A. |

**18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 1.294.757 | 1.294.757 | 977.077 | 977.077 |
| 3.01.01 | Receita de Vôo Doméstico | 971.038 | 971.038 | 707.001 | 707.001 |
| 3.01.02 | Receita de Vôo Internacional | 251.166 | 251.166 | 214.212 | 214.212 |
| 3.01.03 | Outras Receitas Op de Vendas e/ou Serv | 72.553 | 72.553 | 55.864 | 55.864 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (54.980) | (54.980) | (64.209) | (64.209) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 1.239.777 | 1.239.777 | 912.868 | 912.868 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (820.991) | (820.991) | (619.515) | (619.515) |
| 3.04.01 | Custo dos Serviços Prestados | (820.991) | (820.991) | (619.515) | (619.515) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 418.786 | 418.786 | 293.353 | 293.353 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (341.933) | (341.933) | (292.765) | (292.765) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (229.454) | (229.454) | (162.750) | (162.750) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (76.602) | (76.602) | (84.551) | (84.551) |
| 3.06.03 | Financeiras | (33.708) | (33.708) | (43.122) | (43.122) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 26.172 | 26.172 | 9.593 | 9.593 |
| 3.06.03.01.01 | Variações Cambiais | 20.814 | 20.814 | (794) | (794) |
| 3.06.03.01.02 | Juros Ativos | 2.082 | 2.082 | 1.089 | 1.089 |
| 3.06.03.01.03 | Outras Receitas Financeiras | 3.276 | 3.276 | 9.298 | 9.298 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (59.880) | (59.880) | (52.715) | (52.715) |
| 3.06.03.02.01 | Variações Cambiais | (21.185) | (21.185) | (12.928) | (12.928) |
| 3.06.03.02.02 | Juros Passivos | (17.254) | (17.254) | (28.811) | (28.811) |
| 3.06.03.02.03 | Outras Despesas Financeiras | (21.441) | (21.441) | (10.976) | (10.976) |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM - LINHAS AÉREAS S.A. |

**18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | (2.169) | (2.169) | (2.342) | (2.342) |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 76.853 | 76.853 | 588 | 588 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 1.431 | 1.431 | 14.023 | 14.023 |
| 3.08.01 | Receitas | 3.678 | 3.678 | 14.161 | 14.161 |
| 3.08.02 | Despesas | (2.247) | (2.247) | (138) | (138) |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 78.284 | 78.284 | 14.611 | 14.611 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (21.935) | (21.935) | (8.882) | (8.882) |
| 3.11 | IR Diferido | (3.408) | (3.408) | 7.104 | 7.104 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 52.941 | 52.941 | 12.833 | 12.833 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 2.064.602 | 2.064.602 | 2.064.602 | 2.064.602 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 0,02564 | 0,02564 | 0,00622 | 0,00622 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | | |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S.A. |

**18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 40.610 | 40.610 | 26.159 | 26.159 |
| 3.01.01 | Receita de Vôo | 34.670 | 34.670 | 22.900 | 22.900 |
| 3.01.02 | Outras receitas operacionais | 5.940 | 5.940 | 3.259 | 3.259 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (263) | (263) | (257) | (257) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 40.347 | 40.347 | 25.902 | 25.902 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (24.499) | (24.499) | (14.240) | (14.240) |
| 3.04.01 | Custo dos Serviços Prestados | (24.499) | (24.499) | (14.240) | (14.240) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 15.848 | 15.848 | 11.662 | 11.662 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (12.303) | (12.303) | (6.837) | (6.837) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (10.068) | (10.068) | (5.627) | (5.627) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (2.395) | (2.395) | (1.288) | (1.288) |
| 3.06.03 | Financeiras | 160 | 160 | 78 | 78 |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 989 | 989 | 339 | 339 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (829) | (829) | (261) | (261) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 3.545 | 3.545 | 4.825 | 4.825 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | (2.243) | (2.243) | 547 | 547 |
| 3.08.01 | Receitas | 62 | 62 | 152 | 152 |
| 3.08.02 | Despesas | (2.305) | (2.305) | 395 | 395 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S.A. |

**18.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DA CONTROLADA/COLIGADA (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 4 - 01/01/2005 a 31/03/2005 | 5 - 01/01/2004 a 31/03/2004 | 6 - 01/01/2004 a 31/03/2004 |
|---|---|---|---|---|---|
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 1.302 | 1.302 | 5.372 | 5.372 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Período | 1.302 | 1.302 | 5.372 | 5.372 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 87.653 | 87.653 | 87.653 | 87.653 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 0,01485 | 0,01485 | 0,06129 | 0,06129 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | | |

# ANEXO H

DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas em 31 de dezembro de 2004 e para o exercício findo naquela data e respectivo parecer dos auditores independentes

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

**O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| **01639-0** | **TAM S.A.** | **01.832.635/0001-18** |
| 4 - NIRE | | |
| | | |

**01.02 - SEDE**

| 1 - ENDEREÇO COMPLETO | | | | 2 - BAIRRO OU DISTRITO |
|---|---|---|---|---|
| Avenida Jurandir, 856 - Lote 4 | | | | Jardim Ceci |
| 3 - CEP | 4 - MUNICÍPIO | | | 5 - UF |
| 04072-000 | São Paulo | | | SP |
| 6 - DDD | 7 - TELEFONE | 8 - TELEFONE | 9 - TELEFONE | 10 - TELEX |
| 0011 | 5582-8811 | 5582-8242 | 5582-8817 | |
| 11 - DDD | 12 - FAX | 13 - FAX | 14 - FAX | |
| 0011 | 5582-8243 | 5581-9167 | 5582-8243 | |
| 15 - E-MAIL | | | | |
| libano.barroso@tam.com.br | | | | |

**01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)**

| 1 - NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Libano Miranda Barroso | | | | |
| 2 - ENDEREÇO COMPLETO | | | | 3 - BAIRRO OU DISTRITO |
| Avenida Jurandir, 856 - Lote 4 | | | | Jardim Ceci |
| 4 - CEP | 5 - MUNICÍPIO | | | 6 - UF |
| 04072-000 | São Paulo | | | SP |
| 7 - DDD | 8 - TELEFONE | 9 - TELEFONE | 10 - TELEFONE | 11 - TELEX |
| 0011 | 5582-8811 | 5582-8817 | 5582-8242 | |
| 12 - DDD | 13 - FAX | 14 - FAX | 15 - FAX | |
| 0011 | 5581-9167 | 5582-8243 | 5582-8243 | |
| 16 - E-MAIL | | | | |
| libano.barroso@tam.com.br | | | | |

**01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR**

| EXERCÍCIO | 1 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL | 2 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL |
|---|---|---|
| 1 - Último | 01/01/2004 | 31/12/2004 |
| 2 - Penúltimo | 01/01/2003 | 31/12/2003 |
| 3 - Antepenúltimo | 01/01/2002 | 31/12/2002 |

| 4 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR | 5 - CÓDIGO CVM |
|---|---|
| KPMG Auditores Independentes | 00418-9 |
| 6 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO | 7 - CPF DO RESP. TÉCNICO |
| Pedro Augusto de Melo | 011.512.108-03 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL**

| Número de Ações (Mil) | 1 31/12/2004 | 2 31/12/2003 | 3 31/12/2002 |
|---|---|---|---|
| **Do Capital Integralizado** | | | |
| 1 - Ordinárias | 29.908 | 29.908 | 29.110 |
| 2 - Preferenciais | 31.457 | 31.457 | 31.457 |
| 3 - Total | 61.365 | 61.365 | 60.567 |
| **Em Tesouraria** | | | |
| 4 - Ordinárias | 0 | 0 | 0 |
| 5 - Preferenciais | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Total | 0 | 0 | 0 |

**01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA**

| |
|---|
| 1 - TIPO DE EMPRESA |
| Empresa Comercial, Industrial e Outras |
| 2 - TIPO DE SITUAÇÃO |
| Operacional |
| 3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO |
| Privada Nacional |
| 4 - CÓDIGO ATIVIDADE |
| 114 - Serviços de Transporte e Logís |
| 5 - ATIVIDADE PRINCIPAL |
| Transporte de Passageiros e Cargas |
| 6 - TIPO DE CONSOLIDADO |
| Total |

**01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

| 1 - ÍTEM | 2 - CNPJ | 3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|---|---|

**01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO**

| 1 - ÍTEM | 2 - EVENTO | 3 - APROVAÇÃO | 4 - PROVENTO | 5 - INÍCIO PGTO. | 6 - TIPO AÇÃO | 7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|

**01.09 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

| 1 - DATA | 2 - ASSINATURA |
|---|---|
| 14/02/2005 | |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Ativo Total | 213.478 | 64.542 | 223.630 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 1.210 | 961 | 800 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 470 | 56 | 110 |
| 1.01.01.01 | Caixa e Bancos | 42 | 56 | 110 |
| 1.01.01.02 | Aplicações financeiras | 428 | 0 | 0 |
| 1.01.02 | Créditos | 50 | 210 | 0 |
| 1.01.02.01 | Contas a Receber | 50 | 210 | 0 |
| 1.01.03 | Estoques | 0 | 0 | 0 |
| 1.01.04 | Outros | 690 | 695 | 690 |
| 1.01.04.01 | Tributos a recuperar | 690 | 690 | 690 |
| 1.01.04.02 | Demais contas a receber | 0 | 5 | 0 |
| 1.02 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.01 | Créditos Diversos | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01 | Com Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.03 | Outros | 0 | 0 | 0 |
| 1.03 | Ativo Permanente | 212.268 | 63.581 | 222.830 |
| 1.03.01 | Investimentos | 212.268 | 63.480 | 222.530 |
| 1.03.01.01 | Participações em Coligadas | 212.268 | 63.480 | 222.530 |
| 1.03.01.02 | Participações em Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.03 | Outros Investimentos | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.02 | Imobilizado | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.03 | Diferido | 0 | 101 | 300 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 2 | Passivo Total | 213.478 | 64.542 | 223.630 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 85 | 202 | 173 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 83 | 202 | 173 |
| 2.01.04.01 | Salários e encargos sociais | 43 | 146 | 137 |
| 2.01.04.02 | Impostos e tarifas a recolher | 24 | 56 | 36 |
| 2.01.04.03 | Provisão p/ Imposto e Contrib. s/ Renda | 16 | 0 | 0 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.06 | Provisões | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.08 | Outros | 2 | 0 | 0 |
| 2.01.08.01 | Demais contas a pagar | 2 | 0 | 0 |
| 2.02 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 22.596 | 22.414 | 18.982 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.02 | Debêntures | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.03 | Provisões | 4 | 10 | 0 |
| 2.02.03.01 | Provisão para contingências | 4 | 10 | 0 |
| 2.02.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 22.592 | 22.404 | 18.982 |
| 2.02.05 | Outros | 0 | 0 | 0 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 190.797 | 41.926 | 204.475 |
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 120.749 | 120.749 | 118.056 |
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 137.669 | 337.514 | 709.663 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas | 137.669 | 337.514 | 709.663 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.01 | Legal | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | (67.621) | (416.337) | (623.244) |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2004 a 31/12/2004 | 4 - 01/01/2003 a 31/12/2003 | 5 - 01/01/2002 a 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 1.346 | 630 | 0 |
| 3.01.01 | Outras receitas operacionais | 1.346 | 630 | 0 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (67) | (32) | 0 |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 1.279 | 598 | 0 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | 0 | 0 | 0 |
| 3.05 | Resultado Bruto | 1.279 | 598 | 0 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | 339.869 | 173.206 | (605.733) |
| 3.06.01 | Com Vendas | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (993) | (2.338) | (1.513) |
| 3.06.03 | Financeiras | (186) | (1.759) | (153) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 30 | 0 | 1 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (216) | (1.759) | (154) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | (2.291) | (4.457) | (4.457) |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 343.339 | 181.760 | (599.610) |
| 3.07 | Resultado Operacional | 341.148 | 173.804 | (605.733) |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 0 | 0 | 0 |
| 3.08.01 | Receitas | 0 | 0 | 0 |
| 3.08.02 | Despesas | 0 | 0 | 0 |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 341.148 | 173.804 | (605.733) |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (16) | 0 | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | 0 | 0 | 0 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 61.365 | 61.365 | 60.567 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 5,55906 | 2,83230 | |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | (10,00104) |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**04.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2004 a 31/12/2004 | 4 - 01/01/2003 a 31/12/2003 | 5 - 01/01/2002 a 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 4.01 | Origens | 366 | 132 | 3.009 |
| 4.01.01 | Das Operações | 366 | (3.290) | (1.464) |
| 4.01.01.01 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| 4.01.01.02 | Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante | (340.766) | (177.094) | 604.269 |
| 4.01.01.02.01 | Amortizações de ágio em controladas | 2.291 | 4.457 | 4.457 |
| 4.01.01.02.02 | Depreciações e amortizações | 101 | 199 | 202 |
| 4.01.01.02.03 | Equivalência patrimonial em controladas | (343.339) | (181.760) | 599.610 |
| 4.01.01.02.04 | Provisão para contingências | (6) | 10 | 0 |
| 4.01.01.02.05 | Var monet s/ ativos e passivos a L.P. | 187 | 0 | 0 |
| 4.01.02 | Dos Acionistas | 0 | 0 | 0 |
| 4.01.03 | De Terceiros | 0 | 3.422 | 4.473 |
| 4.01.03.01 | Aumento do exigível a longo prazo | 0 | 3.422 | 0 |
| 4.01.03.02 | Redução do realizável a longo prazo | 0 | 0 | 4.473 |
| 4.02 | Aplicações | 0 | 0 | 2.873 |
| 4.02.01 | Redução do exigível a longo prazo | 0 | 0 | 2.873 |
| 4.03 | Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante | 366 | 132 | 136 |
| 4.04 | Variação do Ativo Circulante | 249 | 161 | 110 |
| 4.04.01 | Ativo Circulante no Início do Exercício | 961 | 800 | 690 |
| 4.04.02 | Ativo Circulante no Final do Exercício | 1.210 | 961 | 800 |
| 4.05 | Variação do Passivo Circulante | (117) | 29 | (26) |
| 4.05.01 | Passivo Circulante no Início Exercício | 202 | 173 | 199 |
| 4.05.02 | Passivo Circulante no Final do Exercício | 85 | 202 | 173 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5.01 | Saldo Inicial | 120.749 | 0 | 337.514 | 0 | (416.337) | 41.926 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | (7.584) | 0 | 7.584 | 0 |
| 5.04.01 | Realização da res de reaval, líquida | 0 | 0 | (7.584) | 0 | 7.584 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 341.132 | 341.132 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | 0 | 0 | (192.261) | 0 | 0 | (192.261) |
| 5.08.01 | Rev. de efeitos tributários s/ reaval. | 0 | 0 | 7.046 | 0 | 0 | 7.046 |
| 5.08.02 | Rev da res de reaval p/ bx de aeronave | 0 | 0 | (4.023) | 0 | 0 | (4.023) |
| 5.08.03 | Rev da res de reaval p/ bx de motores | 0 | 0 | (226.560) | 0 | 0 | (226.560) |
| 5.08.04 | Res de reaval const exerc, líquida | 0 | 0 | 31.276 | 0 | 0 | 31.276 |
| 5.09 | Saldo Final | 120.749 | 0 | 137.669 | 0 | (67.621) | 190.797 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5.01 | Saldo Inicial | 118.056 | 0 | 709.663 | 0 | (623.244) | 204.475 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | (33.103) | 0 | 33.103 | 0 |
| 5.04.01 | Realização da res de reaval, líquida | 0 | 0 | (33.103) | 0 | 33.103 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 173.804 | 173.804 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | 2.693 | 0 | (339.046) | 0 | 0 | (336.353) |
| 5.08.01 | Incorpor ações controlada Mercosur | 2.693 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.693 |
| 5.08.02 | Rev da res de reaval p/ bx de aeronave | 0 | 0 | (77.537) | 0 | 0 | (77.537) |
| 5.08.03 | Res de reaval const exerc, líquida | 0 | 0 | (261.509) | 0 | 0 | (261.509) |
| 5.09 | Saldo Final | 120.749 | 0 | 337.514 | 0 | (416.337) | 41.926 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**05.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5.01 | Saldo Inicial | 118.056 | 0 | 380.068 | 0 | (36.805) | 461.319 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 3.359 | 0 | (3.359) | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | (22.653) | 0 | 22.653 | 0 |
| 5.04.01 | Realização da res de reaval, líquida | 0 | 0 | (22.653) | 0 | 22.653 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | (605.733) | (605.733) |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | 0 | 0 | 348.889 | 0 | 0 | 348.889 |
| 5.08.01 | Alter alíquota CSSL diferida s/ res reav | 0 | 0 | (5.274) | 0 | 0 | (5.274) |
| 5.08.02 | Rev da res de reaval p/ bx de aeronave | 0 | 0 | (6.585) | 0 | 0 | (6.585) |
| 5.08.03 | Res de reaval const exerc, líquida | 0 | 0 | 360.748 | 0 | 0 | 360.748 |
| 5.09 | Saldo Final | 118.056 | 0 | 709.663 | 0 | (623.244) | 204.475 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Ativo Total | 2.192.572 | 2.788.488 | 3.537.198 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 1.133.279 | 774.411 | 591.018 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 296.861 | 172.323 | 45.818 |
| 1.01.01.01 | Caixa e bancos | 85.920 | 71.243 | 45.394 |
| 1.01.01.02 | Aplicações financeiras | 210.941 | 101.080 | 424 |
| 1.01.02 | Créditos | 542.618 | 292.964 | 240.497 |
| 1.01.02.01 | Contas a receber | 542.618 | 292.964 | 240.497 |
| 1.01.03 | Estoques | 94.102 | 87.349 | 97.649 |
| 1.01.04 | Outros | 199.698 | 221.775 | 207.054 |
| 1.01.04.01 | Tributos a recuperar | 26.843 | 52.353 | 51.080 |
| 1.01.04.02 | IRPJ/CSLL Diferidos | 39.897 | 17.891 | 0 |
| 1.01.04.03 | Despesas do exercício seguinte | 86.848 | 91.852 | 93.017 |
| 1.01.04.04 | Demais contas a receber | 46.110 | 59.679 | 62.957 |
| 1.02 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 334.868 | 435.577 | 569.113 |
| 1.02.01 | Créditos Diversos | 320.254 | 430.131 | 564.578 |
| 1.02.01.01 | Depósitos em garantia | 123.073 | 138.773 | 177.106 |
| 1.02.01.02 | Depósitos judiciais | 47.937 | 41.782 | 41.602 |
| 1.02.01.03 | IRPJ/CSLL Diferidos | 149.244 | 249.576 | 345.870 |
| 1.02.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01 | Com Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.03 | Outros | 14.614 | 5.446 | 4.535 |
| 1.02.03.01 | Demais contas a receber | 14.614 | 5.446 | 4.535 |
| 1.03 | Ativo Permanente | 724.425 | 1.578.500 | 2.377.067 |
| 1.03.01 | Investimentos | 2.845 | 5.486 | 12.666 |
| 1.03.01.01 | Participações em Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.02 | Participações em Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.03 | Outros Investimentos | 2.845 | 5.486 | 12.666 |
| 1.03.02 | Imobilizado | 715.289 | 1.565.263 | 2.353.162 |
| 1.03.03 | Diferido | 6.291 | 7.751 | 11.239 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 2 | Passivo Total | 2.192.572 | 2.788.488 | 3.537.198 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.070.956 | 966.343 | 1.120.596 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 174.545 | 317.541 | 451.635 |
| 2.01.01.01 | Empréstimos e financiamentos | 119.577 | 47.663 | 104.312 |
| 2.01.01.02 | Arrendamentos mercantis | 54.968 | 269.878 | 347.323 |
| 2.01.02 | Debêntures | 23.619 | 71.479 | 47.040 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 264.216 | 199.789 | 316.807 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 170.449 | 100.986 | 97.099 |
| 2.01.04.01 | Salários e encargos sociais | 121.104 | 57.476 | 59.131 |
| 2.01.04.02 | Impostos e tarifas a recolher | 49.345 | 43.510 | 37.968 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.06 | Provisões | 3.072 | 0 | 0 |
| 2.01.06.01 | Provisão p/ IRPJ e CSLL a pagar | 3.072 | 0 | 0 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.08 | Outros | 435.055 | 276.548 | 208.015 |
| 2.01.08.01 | Transportes a executar | 367.335 | 225.233 | 181.326 |
| 2.01.08.02 | Demais contas a pagar | 67.720 | 51.315 | 26.689 |
| 2.02 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 917.693 | 1.768.149 | 2.212.127 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 237.366 | 998.320 | 1.558.734 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e financiamentos | 30.975 | 33.605 | 49.060 |
| 2.02.01.02 | Arrendamentos mercantis | 206.391 | 964.715 | 1.509.674 |
| 2.02.02 | Debêntures | 51.529 | 65.166 | 42.266 |
| 2.02.03 | Provisões | 506.821 | 535.961 | 608.459 |
| 2.02.03.01 | Provisão para contingências | 449.999 | 362.351 | 243.075 |
| 2.02.03.02 | Provisão para IRPJ e CSSL Diferidos | 56.822 | 173.610 | 365.384 |
| 2.02.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.05 | Outros | 121.977 | 168.702 | 2.668 |
| 2.02.05.01 | Reorganização da frota de Fokker 100 | 110.225 | 142.198 | 0 |
| 2.02.05.02 | Demais contas a pagar | 11.752 | 26.504 | 2.668 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 11.099 | 11.099 | 0 |
| 2.04 | Participações Minoritárias | 2.027 | 971 | 0 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 190.797 | 41.926 | 204.475 |
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 120.749 | 120.749 | 118.056 |
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 137.669 | 337.514 | 709.663 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.01 | Legal | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/12/2004 | 4 -31/12/2003 | 5 -31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 2.05.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | (67.621) | (416.337) | (623.244) |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**07.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2004 a 31/12/2004 | 4 - 01/01/2003 a 31/12/2003 | 5 - 01/01/2002 a 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 4.744.281 | 3.767.783 | 3.471.910 |
| 3.01.01 | Receita de vôo doméstico | 3.426.845 | 2.841.015 | 2.691.312 |
| 3.01.02 | Receita de vôo internacional | 1.018.548 | 761.920 | 648.265 |
| 3.01.03 | Outras receitas operacionais | 298.888 | 164.848 | 132.333 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (223.910) | (176.440) | (141.702) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 4.520.371 | 3.591.343 | 3.330.208 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (3.012.581) | (2.654.651) | (2.606.147) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 1.507.790 | 936.692 | 724.061 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (1.310.256) | (716.739) | (1.640.467) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (892.657) | (721.788) | (715.082) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (320.414) | (247.573) | (245.524) |
| 3.06.03 | Financeiras | (82.575) | 261.443 | (670.530) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 31.806 | 476.607 | 251.075 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (114.381) | (215.164) | (921.605) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | (14.610) | (8.821) | (9.331) |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 197.534 | 219.953 | (916.406) |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 300.126 | 15.381 | 45.614 |
| 3.08.01 | Receitas | 320.558 | 19.272 | 45.614 |
| 3.08.02 | Despesas | (20.432) | (3.891) | 0 |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 497.660 | 235.334 | (870.792) |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (81.292) | 0 | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | (74.673) | (61.288) | 265.059 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 |
| 3.14 | Participações Minoritárias | (563) | (242) | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 61.365 | 61.365 | 60.567 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 5,55906 | 2,83230 | |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | (10,00104) |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADAS (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2004 a 31/12/2004 | 4 - 01/01/2003 a 31/12/2003 | 5 - 01/01/2002 a 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 4.01 | Origens | 407.250 | 673.772 | 50.907 |
| 4.01.01 | Das Operações | 377.380 | 256.276 | 0 |
| 4.01.01.01 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 341.132 | 173.804 | (605.733) |
| 4.01.01.02 | Vls. que não repr. mov. Cap. Circulante | 36.248 | 82.472 | 605.733 |
| 4.01.01.02.01 | Amortizações de ágio em controlada | 2.291 | 4.457 | 4.457 |
| 4.01.01.02.02 | Depreciações e amortizações | 91.426 | 154.995 | 128.924 |
| 4.01.01.02.03 | Valor residual de Imob. e Investimentos | 577.443 | 212.238 | 30.985 |
| 4.01.01.02.04 | Arrendamentos mercantis financ baixados | (833.523) | (217.079) | 0 |
| 4.01.01.02.05 | IRPJ/CSLL Diferidos | 96.792 | 61.288 | (265.059) |
| 4.01.01.02.06 | Provisão de contingências | 87.648 | 119.276 | 85.513 |
| 4.01.01.02.07 | Variaç monet s/ ativos e passivos a L.P. | 13.608 | (253.674) | 499.503 |
| 4.01.01.02.08 | Participação dos acionistas minoritários | 563 | 971 | 0 |
| 4.01.01.02.09 | Recursos aplicados nas operações sociais | 0 | 0 | 121.410 |
| 4.01.02 | Dos Acionistas | 0 | 13.792 | 0 |
| 4.01.02.01 | Aumento de Capital de acionistas | 0 | 2.693 | 0 |
| 4.01.02.02 | Resultado de exercícios futuros | 0 | 11.099 | 0 |
| 4.01.03 | De Terceiros | 29.870 | 403.704 | 50.907 |
| 4.01.03.01 | Aumento do exigível a longo prazo | 29.870 | 348.571 | 48.517 |
| 4.01.03.02 | Redução do realizável a longo prazo | 0 | 55.133 | 2.390 |
| 4.02 | Aplicações | 152.995 | 336.126 | 371.370 |
| 4.02.01 | Nas operações sociais | 0 | 0 | 121.410 |
| 4.02.02 | Aumeno do realizável a longo prazo | 9.272 | 0 | 0 |
| 4.02.03 | Investimento | 0 | 0 | 350 |
| 4.02.04 | Imobilizado | 122.285 | 84.351 | 120.519 |
| 4.02.05 | Diferido | 0 | 2.478 | 5.790 |
| 4.02.06 | Transf. do ELP p/ Circulante | 21.438 | 249.297 | 123.301 |
| 4.03 | Acréscimo/Decréscimo no Cap. Circulante | 254.255 | 337.646 | (320.463) |
| 4.04 | Variação do Ativo Circulante | 358.868 | 183.393 | (45.381) |
| 4.04.01 | Ativo Circulante no Início do Exercício | 774.411 | 591.018 | 636.399 |
| 4.04.02 | Ativo Circulante no Final do Exercício | 1.133.279 | 774.411 | 591.018 |
| 4.05 | Variação do Passivo Circulante | 104.613 | (154.253) | 275.082 |
| 4.05.01 | Passivo Circulante no Início Exercício | 966.343 | 1.120.596 | 845.514 |
| 4.05.02 | Passivo Circulante no Final do Exercício | 1.070.956 | 966.343 | 1.120.596 |

**09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA**

# Parecer dos auditores independentes

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
TAM S.A.
São Paulo - SP

1 Examinamos o balanço patrimonial da TAM S.A. e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2004, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2004, os resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**09.01 - PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES - SEM RESSALVA**

4 Nossos exames foram efetuados com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto. As demonstrações do valor adicionado, dos fluxos de caixa, bem como o balanço social, representam informações complementares àquelas demonstrações e são apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações financeiras e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações financeiras, tomadas em conjunto.

5 As demonstrações financeiras da TAM S.A. individual e consolidado, e as demonstrações complementares do fluxo de caixa e do valor adicionado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2003, aqui demonstradas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram um parecer sem ressalvas, datado de 12 de março de 2004.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2005

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Pedro Augusto de Melo
Contador CRC 1SP113939/O-8

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,**

A Administração da TAM S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas controladas, com o parecer dos auditores independentes referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2004.

### 1. Perfil corporativo

A Companhia detém 100% da TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") que opera linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas para 41 cidades do Brasil (com os acordos regionais chega a 66 localidades no território nacional). As operações para o exterior abrangem quatro destinos: Estados Unidos, por Miami, Europa, por Paris, e América do Sul, por Buenos Aires e Santiago do Chile. Desde 18 de setembro de 2003, também participa da Transportes Aéreos del Mercosur S.A., empresa de vôo regular sediada em Assunção, no Paraguai que opera neste país, na Argentina, no Brasil, Chile, Uruguai e na Bolívia.

A TAM Linhas Aéreas S.A. teve sua fundação em 12 de julho de 1976 ainda como TAM Transportes Aéreos Regionais S.A. Em 1986 a TAM Transportes Aéreos Meridionais S.A. é adquirida, ainda sob a razão social de Brasil Central Linhas Aéreas S.A. Em 1996 a TAM Transportes Aéreos Meridionais S.A. adquire a empresa Helisul, cuja razão social foi alterada para TAM Express S.A. Em 1998 adquire a empresa Itapemirim Transportes Aéreos S.A., cuja razão social é alterada para Interexpress Transportes Aéreos S.A. Em 1999 a TAM Express e a Interexpress são incorporadas pela TAM Transportes Aéreos Meridionais S.A. Em 2000, a TAM Linhas Aéreas Meridionais S.A. incorpora a TAM Transportes Aéreos Regionais S.A. e tem sua razão social alterada para TAM Linhas Aéreas S.A.

A TAM S.A. é fundada em 1997, sob a razão social de CIT – Companhia de Investimentos em Transportes que é alterada para TAM CIT – Companhia de Investimentos em Transportes e, a partir de 2002, passa a ter a razão social TAM S.A.

### 2. Mensagem do Presidente

Prezados Clientes e Acionistas,

É com grande satisfação que apresentamos à consideração de nossos Clientes, Acionistas e ao mercado o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras da TAM S.A. e suas controladas, relativo ao exercício findo em dezembro de 2004.

Com efeito, o ano registrou para a TAM alguns avanços estimulantes. O lucro líquido apurado em 2004 foi de R$ 341 milhões, o maior da história da Companhia. Mantivemos a liderança do mercado doméstico de aviação pelos últimos dezoito meses consecutivamente e destacamos o market share alcançado em dezembro de 2004 que atingiu 41,2%, segundo dados do Departamento de Aviação Civil - DAC.

A TAM apresentou ainda em 2004 o maior índice de eficiência operacional no mercado doméstico. A média de 87,42%, dentro dos melhores padrões mundiais, corresponde à ação combinada da Regularidade e da Pontualidade, ou seja, vôo realizado e dentro do horário previsto. Essa liderança dos números da TAM em eficiência operacional demonstra a preocupação permanente da Companhia com os níveis de excelência na operação.

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Estamos publicando, pela primeira vez, nosso Balanço Social que reflete, finalmente, aspiração antiga do nosso fundador, Comandante Rolim Adolfo Amaro. Assim, consolidamos agora em números o que já temos feito ao longo dos anos.

Do ponto de vista financeiro os principais aspectos que merecem destaque no Relatório de 2004 são:

- O EBITDAR cresceu 34,2% em relação ao ano anterior, acumulando R$ 1 bilhão e atingindo a margem de 23,0% sobre a receita líquida; da mesma forma, o EBIT atingiu R$ 295 milhões com margem de 6,5%;
- A receita bruta teve um incremento de 25,9%, atingindo R$ 4,7 bilhões. A receita internacional cresceu expressivos 33,7%;
- Os custos operacionais totais aumentaram 16,6%, evidenciando ganhos de produtividade. Excluindo o combustível, esses custos cresceram 11,4%;
- Os recebíveis de cartões de crédito cresceram 107,4%, totalizando R$ 237 milhões;
- O capital circulante líquido apresentou variação positiva de R$ 254 milhões;
- O caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia atingiu R$ 368 milhões, encerrando o exercício com R$ 297 milhões de caixa e equivalentes;
- O market share atingiu 35,8% na média do ano, transportando cerca de 13,5 milhões de passageiros, mantendo a Companhia na liderança do mercado doméstico;
- Honramos mais uma vez o compromisso assumido com as debêntures emitidas para a Infraero no valor de R$ 71 milhões no exercício de 2004;
- Durante o exercício mantivemos os cronogramas de devolução de aeronaves Fokker-100, totalizando 13 unidades em 2004;
- Continuidade da severa gestão de custos e importantes ganhos de produtividade nas gestões econômico-financeira e administrativa e, também, na operação de frota;
- Receita internacional já representa 21,5% da receita total da Companhia; e
- Crescimento do load factor de 5,4p.p., atingindo 66%.

O forte comprometimento social da TAM pode ser demonstrado nos valores destinados a pessoal e a impostos e contribuições: R$ 481 milhões e R$ 679 milhões, respectivamente.

Transparência dos números de nosso programa de premiação para passageiros freqüentes, o Programa Fidelidade TAM, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 28 das demonstrações financeiras, foi também fonte de geração de resultados positivos em função de parcerias firmadas com diversas empresas.

O desempenho agora obtido reflete os resultados conseguidos por meio de uma gestão corporativa moderna e eficiente e com a qual reforçaremos nosso plano estratégico como instrumento para realizar nossa visão: **"Ser a maior, mais competitiva, rentável e sólida empresa aérea da América Latina."**

Os compromissos para perseguirmos nossos objetivos continuam sendo os de manter a liderança no mercado, com base em importantes premissas já praticadas por todos os nossos colaboradores, como organização eficaz, custos baixos, preços competitivos, distribuição e serviço aos Clientes, ao lado de operação internacional seletiva e rentável, fortalecendo a malha doméstica.

Nesse segmento, continuaremos a estratégia de integração com a América do Sul por meio dos vôos já implantados como os de Santiago, no Chile, a partir de dezembro de 2004, novos destinos no Continente e o reforço da malha integrada com a Mercosur. Esta, por sua vez, foi adquirida pela Companhia, ampliando as ligações para Santiago, além de Buenos Aires, Punta Del Leste, Montevideo, Ciudad Del Leste, Assuncion, Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba.

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Nos destinos de longo curso voamos para os Estados Unidos, por Miami, com dois vôos diários (um diurno e um noturno), e para a Europa, por Paris, com dez freqüências semanais.

É nosso entendimento que a Aviação Comercial Brasileira para ser devidamente fortalecida, operando em condições saudáveis de auto-sustentabilidade, necessita perseguir constantemente um moderno e eficiente marco regulatório, cujo aperfeiçoamento ainda é uma das variáveis críticas mais significativas que impedem seu pleno desenvolvimento. Assim instrumentalizada, a aviação será forte e decisiva na infra-estrutura de desenvolvimento dos negócios e do turismo brasileiros.

De nossa parte, continuaremos a cumprir nossas responsabilidades sociais, rigorosamente em dia com nossas obrigações perante nossos colaboradores, as entidades públicas do País, em todos os níveis, a sociedade, as comunidades servidas pelos nossos vôos, mantendo-nos, como sempre, adimplentes com todos os nossos compromissos.

Registramos, finalmente que, mais uma vez, nossas demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil e sem ressalvas dos auditores independentes.

Com os nossos agradecimentos, continuamos à disposição de nossos Clientes pelo Fale com o Presidente (0800 123 200).

Atenciosamente,

Marco Antonio Bologna
Presidente da TAM

**3. Conjuntura econômica**

O cenário internacional em 2004 foi marcado principalmente pela recuperação da economia dos Estados Unidos, manutenção da forte atividade econômica na China e pelo melhor desempenho global dos últimos dez anos, que acarretaram taxas de crescimento da demanda capazes de ocupar as capacidades instaladas em quase todos os segmentos produtivos, em nível mundial, permitindo o alargamento de margens comerciais e criando espaço para a melhora expressiva da rentabilidade dos investimentos.

No Brasil, essa tendência global e a política macroeconômica adotada pelo governo – com inflação, câmbio e juros em patamares dentro das expectativas do mercado, além de manutenção da austeridade fiscal, do equilíbrio das contas públicas e a política centrada em metas de inflação – permitiram o expressivo crescimento da economia quando comparado ao de anos anteriores, favorecendo a expansão das atividades com incremento no consumo.

Além de tornar o ambiente mais favorável aos negócios, o aumento da demanda nos mercados externo e interno repercutiu de forma direta sobre o setor aéreo, que vinha de um período marcado pelo excedente de oferta e de margens comprimidas.

A taxa de câmbio retrocedeu para níveis inferiores aos do início do ano, fechando 2003 com dólar estadunidense cotado a R$ 2,65 contra R$ 2,88 em 1º de janeiro; a inflação medida pelo IGP-DI aumentou dos 7,7% no ano de 2003 para 12,1% a.a. no ano de 2004, incremento de 4,4 pontos percentuais. A taxa de juros básica sofreu aumento durante o ano em 1,25 pontos percentuais, finalizando o exercício em 17,75% a.a., a "taxa de risco País", baseada no EMBI – Emerging Markets Bond Index, voltou a cair, atingindo os 394 pontos ao final de 2004, traduzindo-se no menor nível desde 1º de maio de 1998; o Ibovespa valorizou-se

17,8% no ano e o superávit da balança comercial bateu todos os recordes anteriores, atingindo US$ 33,7 bilhões.

## 4 Desempenho Operacional

Em razão das características do setor de aviação comercial em nosso País, com naturais reflexos sobre as operações da Companhia, a TAM, durante o exercício social de 2004, aplicou enfaticamente seu plano de aumento permanente de produtividade tanto no âmbito operacional como no administrativo e financeiro.

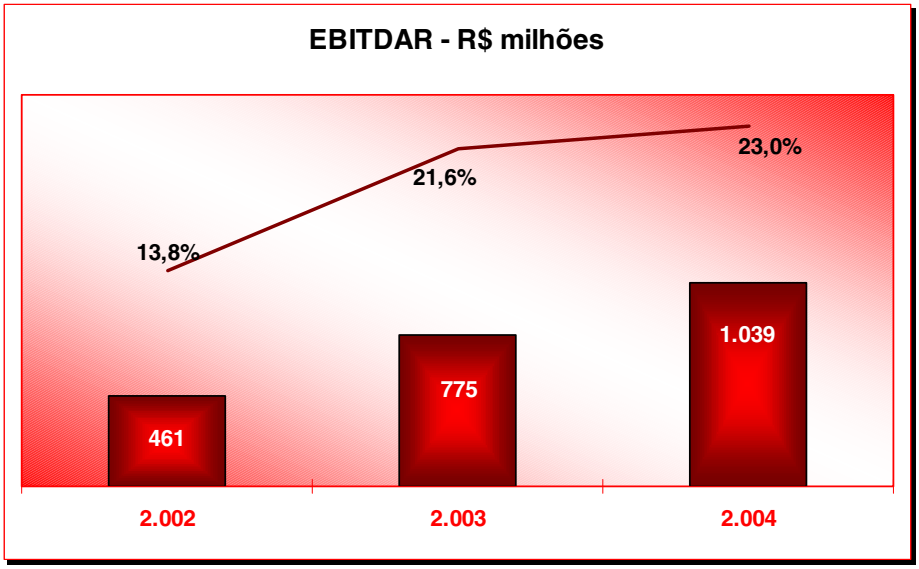
**Em 2004, mais uma vez a TAM alcançou ganhos de produtividade e eficiência operacional com crescimento do EBTIDAR de 34,2% e margem de 23,0%**

Nesse contexto, em 2004 a Administração acentuou monitoramento de seus planos de fortalecer o fluxo de caixa presente e futuro da Companhia. Esses planos apresentaram resultados que impactaram significativamente a geração de caixa operacional da Companhia. Como maior destaque do plano, apontamos a evolução na implementação no canal de distribuição e-TAM, que possibilitou redução dos custos de comercialização, além de demais ações que permitiram importantes reduções de custos e ganhos de produtividade na gestão econômico-financeira e administrativa. Durante o exercício honramos os cronogramas de devoluções de aeronaves Fokker-100, iniciado em 2003 e que se concluirá até julho de 2005.

***Mais de 37.000 passageiros embarcados todos os dias do ano***

O EBITDAR acumulado no exercício foi de R$ 1 bilhão, com margem de 23,0% em relação à receita líquida da Companhia, demonstrando que esta vem mantendo sua saúde financeira. Esse indicador possibilita a comparação entre diferentes companhias aéreas, pois elimina as distorções causadas pelas diferentes estruturas de capital. A evolução percebida no EBITDAR reflete as medidas já implementadas pela Administração da Companhia.

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO




A TAM, dentro do princípio de gestão ética que vem marcando os seus 28 anos de existência, honrou integralmente todos os seus compromissos financeiros, comerciais e fiscais.

| Mercado | 2002 | 2003 | Variação (%) | 2004 | Variação (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Doméstico** | | | | | |
| Oferta | 47.093.252 | 41.926.547 | (10,97) | 42.990.888 | 2,54 |
| Demanda | 26.743.110 | 25.179.733 | (5,85) | 28.186.464 | 11,94 |
| Ocupação | 56,8% | 60,1% | 3,30 p.p. | 65,6% | 5,50 p.p. |
| **Internacional** | | | | | |
| Oferta | 30.936.333 | 28.802.472 | (6,90) | 30.869.859 | 7,18 |
| Demanda | 21.721.390 | 21.542.005 | (0,83) | 23.307.218 | 8,19 |
| Ocupação | 70,2% | 74,8% | 4,60 p.p. | 75,5 | 0,70 p.p. |
| **Geral** | | | | | |
| Oferta | 78.029.585 | 70.729.019 | (9,36) | 73.860.747 | 4,43 |
| Demanda | 48.464.500 | 46.721.738 | (3,60) | 51.493.682 | 10,21 |
| Ocupação | 62,1% | 66,1% | 4,00 p.p. | 69,7 | 3,60 p.p. |

Fonte: DAC

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 4.1 Estratégia

A estratégia da TAM é o investimento contínuo em: (i) alta tecnologia em frota e sistemas; (ii) pessoas treinadas, motivadas e identificadas com nossa visão e missão; e (iii) serviços e produtos que proporcionem aos clientes uma experiência diferenciada.

#### 4.1.1 Tecnologia

A tecnologia é importante aliada na construção no aperfeiçoamento de ferramentas voltadas às melhorias de processos e, conseqüentemente, à redução de custos. Tudo sempre dirigido à excelência dos serviços prestados pela Companhia nos mercados em que atua. Outra frente estratégica para o investimento de recursos será o Centro Tecnológico da TAM, localizado em São Carlos, para otimização da frota da Companhia com a continuidade dos processos de nacionalização da manutenção de componentes que resultam em economia de divisas para o País e de tempo para a Companhia.

#### 4.1.2 Pessoal

O desenvolvimento de seus colaboradores é também medida fundamental para que a Companhia avance e conquiste novos mercados. Para atender a essa necessidade, a Companhia possui moderno centro próprio – a Academia de Serviços TAM - dotado de toda a infra-estrutura e de pessoal altamente qualificado para ministrar programas de treinamento em diversas áreas.

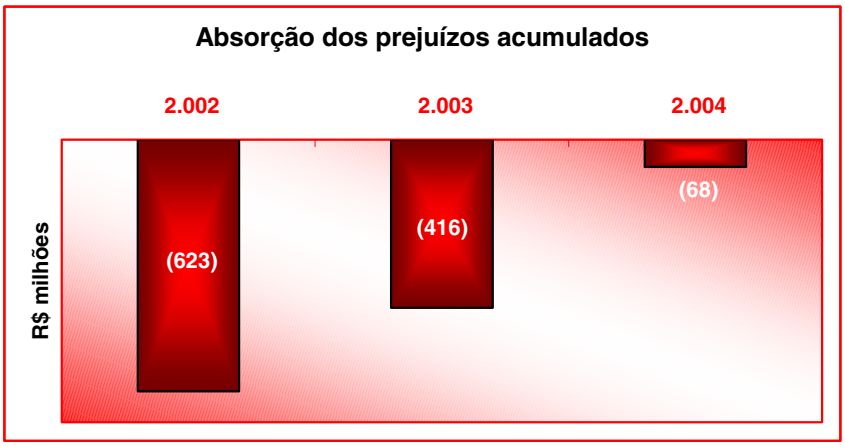
#### 4.1.3 Serviços e produtos

No mercado doméstico, a TAM buscará manter e ampliar sua liderança, oferecendo serviço de qualidade, com cobertura adequada às necessidades de seus passageiros e operação rentável. Já para o segmento internacional, a Companhia perseguirá aumentar a participação de seus vôos na receita. Para isso, dará prosseguimento às ações que assegurem operação seletiva – também com rentabilidade –, avaliando oportunidades de crescimento, principalmente na América Latina.

### 4.2 Acionistas TAM – Aumento de atratividade

O relacionamento da TAM com seus acionistas é pautado por critérios como ética e transparência.

As ações tomadas pela Administração da Companhia vêm proporcionando a geração de resultados positivos consecutivos os quais têm possibilitado a redução constante dos prejuízos acumulados. Com a absorção total dos prejuízos acumulados, a Companhia voltará à condição de possibilitar a remuneração dos acionistas, seja por distribuição de juros sobre o capital próprio seja por dividendos.




### 4.2.1 Remuneração aos acionistas

É garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório na base de 25% sobre o lucro líquido do exercício e os portadores das ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos no mínimo de 10% maiores que a distribuição das ações ordinárias.

### 4.2.2 Composição acionária

O capital social da TAM S.A. é composto por 61.364.671 ações escriturais, sendo 29.908.124 ordinárias e 31.456.547 preferenciais. Desse total, apenas 0,54% estão disponíveis para o mercado.

**4.3 Performance Operacional**

**Evolução dos principais indicadores operacionais**

| | 2002 | 2003 | Cresc. % | 2004 | Cresc. % |
|---|---|---|---|---|---|
| Passageiros transportados pagos | 13.756.026 | 11.197.946 | (18,6) | 13.521.745 | 20,8 |
| Passageiros/Km Transp. Pagos (RPK) (mil) | 12.075.364 | 10.916.219 | (9,6) | 13.853.978 | 26,9 |
| Assentos/Km Oferecidos (ASK)(mil) | 22.017.411 | 18.002.768 | (18,2) | 20.999.409 | 16,6 |
| Tarifa média | 218,93 | 286,51 | 30,9 | 287,76 | 0,4 |
| Yield por passageiro por quilômetro (centavos de R$) | 0,25 | 0,31 | 24,0 | 0,30 | (2,8) |
| Receita por passageiros por ASK (centavos de R$) | 0,29 | 0,34 | 20,0 | 0,34 | (0,8) |
| Receita por ASK (RASK) (centavos de R$) | 15,1 | 19,9 | 31,9 | 22,6 | 13,6 |
| Custo por ASK (CASK) (centavos de R$) | 16,2 | 20,1 | 24,3 | 20,1 | 0,0 |
| Aproveitamento (load factor) | 54,8% | 60,6% | 5,8p.p. | 66,0% | 5,4p.p. |
| Horas Voadas | 301.103 | 210.281 | (30,2) | 241.685 | 14,9 |
| Número de etapas | 227.001 | 147.122 | (35,2) | 158.898 | 5,5 |
| Market Share Oferta | 36,5% | 34,2% | (2,3p.p.) | 36,4% | 2,2p.p. |
| Market Share Demanda | 33,2% | 33,0% | (0,2p.p.) | 35,8% | 2,8p.p. |
| Quilômetros Voados (mil) | 161.099 | 119.984 | (25,5) | 139.367 | 16,2 |
| Receita Total (em R$ mil) | 3.471.910 | 3.767.783 | 8,5 | 4.744.281 | 25,9 |
| Frota: | | | | | |
| . Ativa | 102 | 76 | (25,5) | 76 | 0,0 |
| . Em devolução | | 20 | | 7 | (65,0) |
| . Total | 102 | 96 | (5,9) | 83 | (13,5) |
| Funcionários | | | | | |
| . TAM Linhas Aéreas | 7.624 | 6.880 | | 7.329 | 6,5 |
| . Mercosur | | 544 | | 640 | 17,6 |
| . Fidelidade | | 241 | | 246 | 2,1 |
| . Total | 7.624 | 7.665 | 0,5 | 8.215 | 7,2 |
| Funcionários / Aeronave | | | | | |
| . Frota ativa | 75 | 97,7 | 30,3 | 108,1 | 7,8 |
| . Total | 75 | 77,3 | 3,1 | 99,0 | 24,7 |
| Receita Total / Funcionário (em R$ mil) | 455 | 508 | 11,6 | 578 | 13,8 |
| WTI-NY (Fonte: NYMEX) | 31,20 | 32,79 | 5,1 | 43,45 | 32,5 |

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Termos utilizados nos indicadores operacionais**

| Termo | Significado |
|---|---|
| **Passageiros transportados pagos** | Quantidade total de passageiros que efetivamente pagaram e voaram em todos os vôos da Companhia |
| **Passageiros/Km Transp. Pagos (RPK)** | Quantidade de quilômetros voados por passageiro pagante |
| **Assentos/Km Oferecidos (ASK)** | Corresponde ao produto da multiplicação da quantidade de assentos disponíveis em todas as aeronaves pela distância dos vôos da Companhia |
| **Tarifa média** | Quociente da divisão da receita proveniente de transporte de passageiros pela quantidade de passageiros transportados pagantes |
| **Yield por passageiro por quilômetro** | Quociente da divisão da receita total de transporte de passageiros pela quantidade de passageiros por quilômetros transportados pagos. O resultado é apresentado em centavos de Reais por quilômetros. |
| **Receita por passageiros por ASK** | Quociente da divisão da receita operacional total de transporte de passageiros pela quantidade de passageiros por quilômetros transportados pagos. O resultado é apresentado em centavos de Reais por quilômetros. |
| **Receita por ASK (RASK)** | Quociente da divisão da receita operacional total pela quantidade de assentos quilômetros disponíveis. O resultado é apresentado em centavos de Reais por quilômetros. |
| **Custo por ASK (CASK)** | Quociente da divisão dos custos operacionais totais pela quantidade de assentos quilômetros disponíveis. O resultado é apresentado em centavos de Reais por quilômetros |
| **Aproveitamento (load factor)** | Taxa de ocupação. Percentual das aeronaves que estão sendo ocupadas nos vôos. |
| **Horas voadas** | Tempo de vôo da aeronave computado entre o momento da partida e o corte do motor. |
| **Número de etapas** | Número de ciclos operacionais realizados por nossas aeronaves que corresponde ao conjunto de decolagem, vôo e aterrissagem |

No decorrer do ano de 2002 foram inseridas 19 novas aeronaves em nossa frota (10 A320, 7 A319 e 2 A330), aumentando a oferta de assentos, ocasionando um período de "maturação", que, no primeiro instante, redundou em baixa ocupação média das aeronaves.

***241.685 horas de vôo de nossos equipamentos no ano***

Em 2003 nenhuma nova aeronave foi inserida em nossa frota tendo em vista a saudável política de oferta de assentos (controle da capacidade instalada) de acordo com a demanda existente, conforme Portaria nº 243/GC5, do DAC, de 13 de março de 2003.

***12.550 pousos por mês, em média***

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Ao longo de 2004 a Companhia manteve as aeronaves existentes em 2003, reduzindo 13 Fokker -100, conforme plano de devolução assinado em 2003.

Acordos operacionais fechados em 2004 pela TAM com companhias regionais possibilitaram a inclusão de 25 novos destinos nas rotas operadas pela Companhia. Além de novos destinos, os acordos também permitiram aumentar freqüências para cidades já operadas pela TAM.

Para a TAM e as companhias regionais, as parcerias resultaram em aumento de demanda e melhora na qualidade dos serviços, pois os acordos garantem facilidade e economia de tempo aos passageiros. Os embarques para os novos destinos passaram a ser feitos com um único bilhete e um só check-in. Antes, em determinados trechos, o passageiro tinha que comprar bilhetes separados. Com a mudança, há um ganho financeiro para o passageiro, já que as tarifas passaram a custar menos em relação à compra de bilhetes separados.

Além da redução da tarifa, os acordos operacionais garantem aos passageiros conexão em vôos das companhias parceiras, pois as operações passaram a ser interligadas. No caso de passageiros TAM, outra vantagem é poder contar pontos no Programa Fidelidade nos trajetos voados nas companhias com as quais os acordos foram firmados.

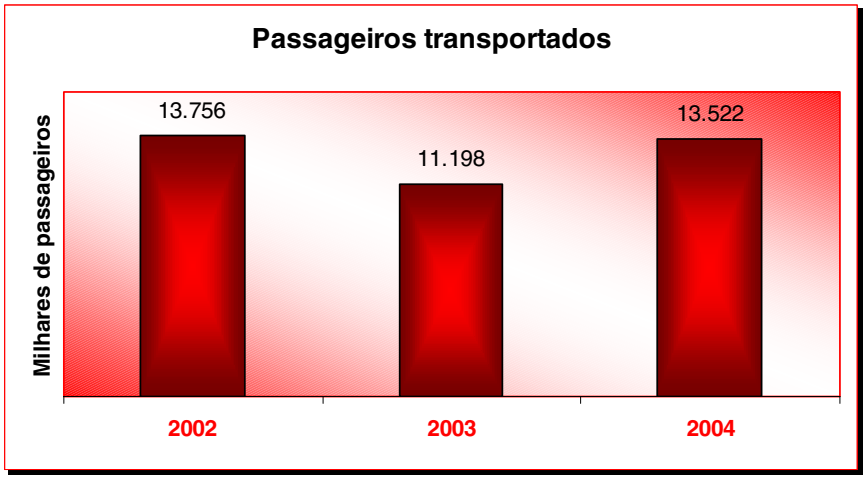
Ao longo do ano implementamos vôos diurnos para Miami, além dos noturnos já consolidados pela TAM, e incrementamos em três o número de vôos semanais para Paris, passando a operar dez freqüências semanais para a capital francesa.

Em dezembro, a TAM também ampliou suas interligações para a América do Sul, passando a operar vôo diário para Santiago do Chile. Além dessa linha, já recebeu autorização pelo órgão regulador para voar a Lima, no Peru.

**4.4 Segmento da aviação**

Existe uma forte relação entre o crescimento da economia e do mercado de transporte aéreo. Em decorrência desse fato, o mercado doméstico de aviação apresentou aumento de 11,9% na demanda em 2004.

O aproveitamento médio do setor, beneficiando todas as empresas aéreas nacionais, também cresceu para um patamar de 66,0%. A melhoria do aproveitamento médio (load factor) na ocupação dos assentos das empresas brasileiras foi, principalmente, conseqüência de uma saudável política de ajuste na oferta de assentos (controle da capacidade instalada) de acordo com a demanda existente. Esse ajuste permitiu a auto-sustentabilidade financeira do setor e foi o fruto de acertada decisão do Ministério da Defesa, do Comando da Aeronáutica e do DAC (Departamento Aviação Civil).




**4.5 Índices operacionais**

A TAM apresentou em 2004 o maior índice de eficiência operacional do setor no mercado doméstico. A média de 87,42%, dentro dos melhores padrões mundiais, corresponde à ação combinada da Regularidade e da Pontualidade, ou seja, vôo realizado e dentro do horário previsto. A evolução dos números da TAM demonstra a preocupação da Companhia com os níveis de excelência da operação.

Até novembro de 2004, último dado disponível pelo DAC, a Companhia obteve o menor índice de reclamações registradas por passageiros entre as empresas regulares (0,83% para atendimento – a cada 100.000 passageiros quilômetros pagos transportados). O constante trabalho com as empresas prestadoras de serviço nos aeroportos também reverteu em melhoria nos índices de ocorrências com bagagem (0,07% a cada 100.000 passageiros quilômetros pagos transportados), alinhados aos melhores indicadores internacionais. A Companhia obteve ainda o menor índice – entre as companhias regulares – de multas aplicadas pelo DAC (0,17% até novembro). Ressaltamos que as multas são aplicadas quando as reclamações registradas pelos passageiros se confirmam após apuração conduzida pelo órgão regulador.

## 4.6 A TAM e o mercado

### 4.6.1 Market Share

| Market Share | 2002 | 2003 | Variação | 2004 | Variação |
|---|---|---|---|---|---|
| **Oferta** | | | | | |
| Doméstico | 36,5% | 34,2% | (2,3 p.p.) | 36,4% | 2,2 p.p. |
| Internacional | 11,0% | 12,7% | 1,7 p.p. | 15,2% | 2,5 p.p. |
| **Demanda** | | | | | |
| Doméstico | 33,2% | 33,0% | (0,2 p.p.) | 35,8% | 2,8 p.p. |
| Internacional | 10,7% | 12,0% | 1,3 p.p. | 14,5% | 2,5 p.p. |

Fonte: DAC

### 4.6.2 Mercado Doméstico

Segundo dados do DAC, a TAM alcançou a liderança no mercado de transporte aéreo nacional a partir de julho de 2003. No final do exercício de 2004, apresentou 41,17% de participação neste mercado, consolidando a média anual de 35,8% no mercado doméstico.

### 4.6.3 Mercado Internacional

Mesmo com a desvalorização do dólar estadunidense perante o Real, o faturamento internacional em Reais foi 33,7% superior ao de 2003, refletindo nossa evolução no mercado internacional.

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**4.6.4 TAM Mercosur**

Incorporada pela TAM no fim de 2003, a Mercosur (www.tam.com.py), sediada em Assuncion, no Paraguai, apurou lucro de R$ 11,2 milhões em 2004, 22% maior em relação ao ano anterior. Sua receita foi incrementada em 23%, atingindo R$ 142 milhões. Esse aumento é resultado da evolução no número de passageiros transportados, que atingiu 426 mil no exercício de 2004.

Com a aquisição da Mercosur, a TAM ampliou a sinergia de sua malha aérea criando vôos alimentadores para suas rotas. Esse projeto está em sintonia com a política da TAM de integração do Cone Sul. A frota da Mercosur é composta de três F-100 e dois Caravan C-208 e mantém vôos regulares para Santiago (Chile), Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba (Bolívia), Buenos Aires e Mar Del Plata (Argentina), Montevideu e Punta Del Este (Uruguai), Assunção e Ciudade Del Leste (Paraguai) e para São Paulo, Curitiba e Florianópolis (Brasil).

**4.6.5. Serviços e Produtos**

Além do transporte regular de passageiros, a TAM possui produtos voltados especificamente ao desenvolvimento do turismo doméstico e internacional. Na área prestação de serviços, inclui também o transporte de cargas.

**4.6.5.1 TAM Viagens**

A TAM Viagens (www.tamviagens.com.br), operadora de viagens da TAM Linhas Aéreas, registrou um aumento de 38% no número de passageiros transportados em 2004 e cresceu seu faturamento em 33% no exercício. A empresa se consolida no mercado e registra crescimento sustentado, concentrando sua ação em rotas menos ocupadas da Companhia para aproveitar espaços ociosos dos aviões.

Promotora do desenvolvimento do turismo no Brasil, a TAM Viagens tem focado suas ações na capacitação dos agentes de viagens, por meio de eventos como o TAM Show – feira itinerante de turismo que circula por estados do Brasil e, no ano passado, realizou seu primeiro evento fora do país, em Buenos Aires. Esses

eventos são feitos sempre em parceria com secretarias locais. Paralelamente, busca desenvolver destinos turísticos com comprometimento social. A marca Eco TAM – que conta hoje com mais de 50 destinos em todas as regiões do Brasil - é um dos canais criados pela operadora para incentivar o turismo em destinos ecológicos com a preocupação de que o País entre no circuito internacional de ecoturismo.

Alinhada à missão do Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento, de mudar destinos de pessoas e comunidades por meio do turismo sustentável, a TAM Viagens patrocinou e foi a transportadora oficial do primeiro encontro anual do movimento, em Salvador. Também apoiou, juntamente com a TAM, a campanha do Ministério do Turismo contra a exploração sexual infanto-juvenil no Brasil, por meio de speeches a bordo em todos os seus vôos nacionais, atingindo 42 mil passageiros por dia.

Outra frente de atuação reforçada ao longo de 2004 foi o turismo de congresso, eventos e feiras. Em 2004 patrocinou e foi a operadora oficial de feiras de esportes de turismo e aventura, participou como transportadora do Brasil Open, torneio de tênis realizado na Bahia, preparou pacotes especiais para Fórmula-1 e Fórmula Renault entre outros.

Com a filosofia de criar pacotes personalizados para grupos específicos, fechou parceria com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), também em conjunto com a TAM, para desenvolver produtos de lazer e negócios com tarifas especiais destinadas às entidades filiadas à central. Além de buscar clientes potenciais, o acordo poderá proporcionar maior acesso a viagens aérea para o trabalhador brasileiro.

**4.6.5.2. Fretamentos**

Com a marca de cerca de 13,5 milhões de passageiros transportados por ano, a TAM exerce papel de promotora do turismo no Brasil e no exterior. Além do transporte regular, a TAM é a maior operadora de vôos charter no Brasil. Em 2004 a Companhia operou mais de 5,5 mil vôos extras e fretados, contemplando destinos brasileiros concentrado, principalmente, nas capitais do Nordeste e também internacionais. A Companhia é também operadora ativa do turismo de eventos e apóia com freqüência campeonatos esportivos como os de golfe, tênis, automobilismo e outros.

**4.6.5.3. TAM Express**

A TAM EXPRESS, unidade de negócios de cargas da TAM Linhas Aéreas, reforçou em 2004 a estratégia da Companhia de ampliar seu número de sucursais em mercados estratégicos. Além de Congonhas e Guarulhos, em São Paulo, a empresa passou a atuar com sucursais em Brasília e no Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro. Ao longo do ano, com o aumento de freqüências internacionais (14 semanais para Miami e dez para Paris, além do novo vôo para Santiago do Chile) impulsionou a exportação de cargas para destinos no Mercosul, América do Norte, extremo Oriente e Europa, principalmente frutas, pescados, auto-peças, material eletroeletrônico, tecidos e sapatos. Foram transportadas 23 mil toneladas de carga nos porões de nossas aeronaves para fora do Brasil.

Responsável pela prestação de serviços de transporte de encomendas expressas, cargas convencionais e especiais, a unidade atende a diversas localidades no Brasil e no exterior. Voa diretamente para 40 aeroportos localizados em 37 cidades brasileiras, captando encomendas em cerca de 400 municípios no País e fazendo entregas em cerca de 3.450 localidades brasileiras. Além disso, oferece canais de atendimento ao cliente pelo Call Center 24h e pelo site www.tamexpress.com.br. Por meio desses, os usuários podem obter informações gerais sobre transporte de mercadorias e tipos de produtos, realizar cotações, solicitar coletas em domicílio e acompanhar as etapas da entrega.

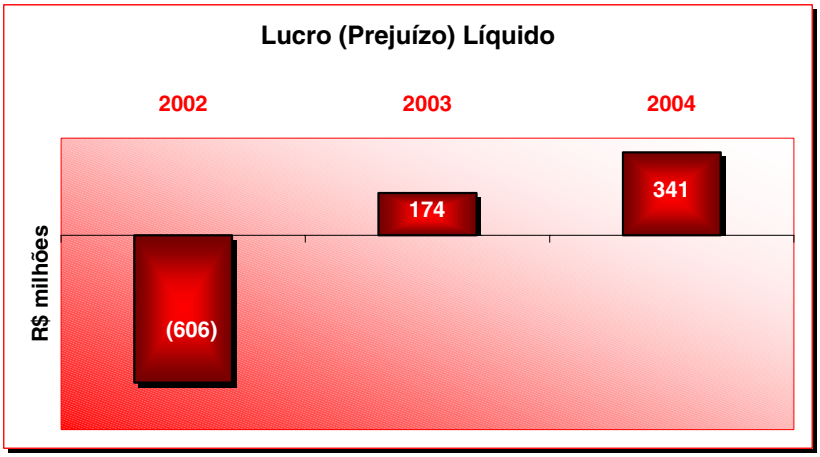
## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A frota utilizada para o transporte de cargas é a mesma em operação pela TAM Linhas Aéreas: 70 aeronaves, sendo 49 modernos Airbus (5 A330, 31 A320 e 13 A319), além de 21 Fokker-100. Conta ainda com cerca de 350 veículos (entre vans, caminhões e motocicletas) para captação e entrega de cargas.

O portfólio da **TAM EXPRESS** abrange as modalidades "aeroporto-aeroporto" como também "porta-a-porta". O **TAM Próximo Vôo**, por exemplo, é indicado para o envio de qualquer encomenda que tenha urgência em ser transportada, cujo embarque, obrigatoriamente, será feito no próximo vôo disponível. Já o envio doméstico de qualquer encomenda é feito pelo **TAM Próximo Dia**, produto operacionalizado porta-a-porta (combinação integrada dos modais aéreo e rodoviário) e direcionado para clientes que precisam despachar documentos e cargas de pequeno e médio volume/peso. Cargas com grande quantidade volumétrica e de peso e cargas especiais (animais vivos, flores, medicamentos etc.) são produtos para o **TAM Convencional**. O **TAM Cargo** é o serviço que conecta o Brasil à América do Norte, Europa, Extremo Oriente e Mercosul. Possui ampla infra-estrutura e atendimento diferenciado. A TAM EXPRESS também tem à disposição de suas operações um novo e exclusivo armazém, o qual garante mais segurança e flexibilidade nas operações em Miami.

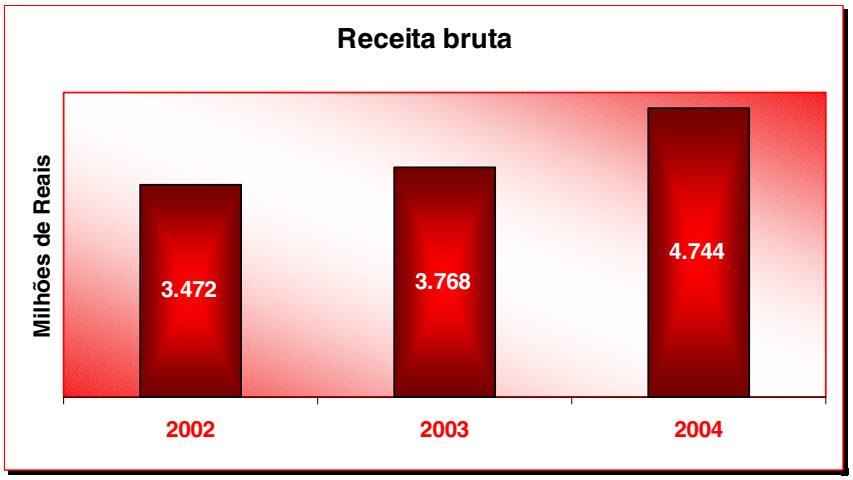
### 5 Desempenho econômico-financeiro

A Companhia apresentou seu maior lucro no valor de R$ 341 milhões, aumento em seu faturamento bruto de 25,9%, melhoria de 7,3 p.p. em sua margem bruta quando comparada à receita operacional líquida, ampliação do aproveitamento médio dos vôos em 8,9%, atingindo a ocupação média geral anual de 66,0%, aumento do índice de liquidez em aproximadamente 32%, incremento de 33,7% no faturamento internacional, geração de caixa nas atividades operacionais na ordem de R$ 368 milhões e aumento líquido no caixa de R$ 125 milhões.




Os resultados financeiros alcançados em 2004 refletem o resultado de todo o esforço da Administração na aplicação enfática de seu plano de aumento permanente de produtividade tanto no âmbito operacional como no administrativo e financeiro.

**5.1 Receita**



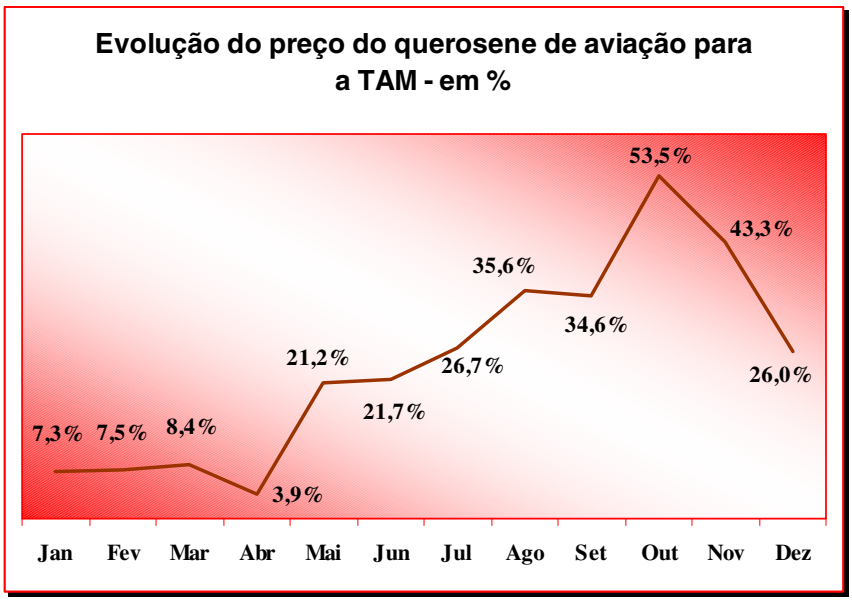

A receita total da Companhia apresentou um expressivo crescimento de 25,9%, quando comparada ao ano de 2003. Esta destacável evolução ocorreu principalmente em virtude dos ganhos de participação alcançados pela TLA no mercado doméstico de aviação, atingindo a média anual de 35,8% de market share e, destacadamente, 41,2% no mês de dezembro de 2004.

O RASK sofreu aumento de 13,6% no exercício, encerrando o ano em 22,6 centavos de Real. Isso demonstra que nosso incremento de faturamento bruto é causado, principalmente, em função do aumento do volume de passageiros por quilômetros transportados, que apresentou aumento de 26,9% no exercício, do aumento de 14,9% nas horas voadas, 5,5% na quantidade de etapas voadas e, destacadamente, do nível de ocupação de nossas aeronaves que aumentou 5,4 p.p., encerrando o exercício com a excelente média de 66,0%. A evolução apresentada no RASK vem confirmar nossa política de manutenção de preço justo a nossos clientes e de constante busca de lucratividade por meio do aumento permanente de produtividade.

**5.2 Custo e despesas operacionais**

No tocante a custos, o ano de 2004 foi marcado pela busca permanente de aumento de produtividade, tanto no âmbito operacional como administrativo e financeiro.

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO




O segmento de aviação possui duas classificações de itens de custos: os que não dependem somente de ações internas da Companhia, tais como variação cambial e variação na cotação internacional de combustíveis, e os controláveis por ações internas da Administração. No ano de 2004 nos custos que não dependem somente de ações internas da Companhia, tivemos uma situação favorável no que se refere ao controle cambial, porém, no que se refere à cotação internacional do combustível este apresentou variação de 32,5% no ano, encerrando o exercício cotado a US$ 43,45 por barril. No caso específico da TAM, encerramos o exercício com aumento médio de 26,0% dos combustíveis. Como exemplo dessas variáveis, tivemos a queda de 8,1% no exercício na cotação do dólar estadunidense. Como parte significativa de nossos custos, representados basicamente por arrendamento mercantil das aeronaves, manutenções e combustível, é vinculada à variação daquela moeda, esse fator colaborou para que esse tipo de gasto não sofresse elevação em decorrência do comportamento do câmbio.

**Em 2005 receberemos mais 4 novas aeronaves que fazem parte do lote de 10 novos Airbus para até 2008. Além dessas, confirmamos mais 20 opções.**

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em decorrência do adequado comportamento dos itens que não dependem somente de ações da Administração e das ações sobre os custos controláveis, os custos da Companhia durante o ano de 2004 apresentaram redução de 7,3 p.p. em relação à receita líquida.

O CASK do exercício de 2004 acabou sendo o mesmo de 2003: 20,1 centavos de Reais por assento quilômetro. Se levarmos em consideração que os combustíveis tiveram aumento acumulado no exercício de 26,0%, chegando ao pico na primeira quinzena de novembro quando acumulou 61,1% de aumento, podemos concluir que efetivamente a TAM conseguiu excelentes resultados em termos de redução de custos. Os custos e despesas da TAM, excluindo-se o combustível, apresentaram expressiva redução no exercício de 11,2%. Essa redução, quando avaliada em CASK, chegamos à redução de 4,7%. Os planos iniciados em 2003 e continuados em 2004, destacadamente o de redefinição da configuração de nossas aeronaves narrow bodies e o de melhoria constante de malha visando o melhor aproveitamento dessas aeronaves, mostraram-se eficientes quando acompanhados em números. Além disso, os aumentos antes citados foram diluídos em nosso CASK em função do aumento do número de ASK, possibilitando diluição de nossos custos fixos.

Os principais aumentos apresentados em nossos custos, ao longo do exercício de 2004, foram combustíveis que passaram a representar 25,2% da totalidade do CASK frente a 21,7% em 2003, além do incremento de 1,4 p.p. ao CASK em decorrência do aumento dos gastos com pessoal provocados por contratação de 550 novos funcionários por termos assumido algumas bases de transporte de cargas que antes eram terceirizadas, além de registrarmos a participação dos funcionários nos resultados da Companhia, em função do alcance de metas previamente estabelecidas com os funcionários e sindicatos por meio de acordos. O CASK também foi afetado por reduções, principalmente, nos valores de seguros, por termos sido habilitados a efetuar com pessoal próprio determinadas etapas de nossa manutenção, antes terceirizadas, pela redução do valor total de desembolsos com arrendamentos de aeronaves em decorrência de redução da quantidade de aeronaves e da variação negativa do dólar estadunidense e pela redução dos valores de depreciação em função da diminuição da frota e da renegociação dos contratos de arrendamento financeiros, antes registrados no ativo da Companhia.

**Com market share médio de 35,8% no ano, a TAM registrou receita líquida de R$ 4,5 bilhões, com crescimento de 25,9%**

### 5.3 Resultado financeiro

As receitas financeiras foram reduzidas significativamente principalmente por termos alterado a modalidade dos compromissos com arrendamentos financeiros de aeronaves, que deixaram de figurar como passivo da Companhia. Em 2003, em decorrência da queda do dólar estadunidense, registramos receita de variação cambial sobre os compromissos, sendo essa em 2004 em volume muito menor devido a baixa dos contratos no decorrer do segundo trimestre.

As despesas financeiras, pelo mesmo motivo da alteração dos contratos financeiros de aeronaves, deixaram de acumular juros sobre os compromissos totais, antes registrados no passivo. Adicionalmente, aumentamos a freqüência de utilização de instrumentos financeiros, com direto reflexo sobre as despesas financeiras.

**5.4 Resultado não operacional**

Decorrente basicamente das baixas dos compromissos com arrendamentos financeiros ocorridos no segundo trimestre e amplamente explicado na nota explicativa No. 12(b).

**5.5 Evolução do resultado por trimestre (em milhares de reais)**

| | 1º Tri | 2º Tri | 3º Tri | 4º Tri | Total do Exercício |
|---|---|---|---|---|---|
| Receitas líquidas | 939.347 | 992.998 | 1.242.502 | 1.345.524 | 4.520.371 |
| Custos dos serviços prestados | (633.755) | (706.193) | (815.839) | (856.794) | (3.012.581) |
| Despesas operacionais | (301.440) | (279.915) | (372.367) | (357.097) | (1.310.819) |
| Resultado não operacional | 14.571 | 298.030 | (3.463) | (9.012) | 300.126 |
| Impostos | (1.778) | (98.376) | (16.315) | (39.496) | (155.965) |
| **Resultado Líquido** | **16.945** | **206.544** | **34.518** | **83.125** | **341.132** |
| **EBIT -** R$ mil | **50.976** | **8.526** | **78.550** | **156.667** | **294.719** |
| **EBIT -** Margem | 5,4% | 0,9% | 6,3% | 11,6% | 6,5% |
| **EBITDAR** - R$ | **229.062** | **201.063** | **259.272** | **350.073** | **1.039.470** |
| **EBITDAR -** Margem | 24,4% | 20,2% | 20,9% | 26,0% | 23,0% |

**6. Governança Corporativa**

A Companhia vem observando as modernas práticas de governança corporativa, buscando princípios que privilegiam a transparência e o respeito a todos os seus acionistas, criando condições para o desenvolvimento e manutenção de um relacionamento de longo prazo com seus investidores.

Nesse sentido, estamos buscando o aprimoramento de nossas ações na área de Relações com Investidores – RI, construindo um canal de comunicação permanente entre a Companhia e a comunidade financeira. A atuação da Companhia é pautada por critérios de transparência, eficiência e segurança na divulgação de informações. Para fortalecer seu crescimento, a Companhia investe constantemente no aprimoramento de suas práticas administrativas.

**6.1 Relacionamento com auditores**

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com os princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve provocar os interesses de seus clientes.

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em atendimento à Instrução nº 308/99 da CVM, em 2004 a Companhia procedeu ao rodízio dos auditores independentes e contratou a KPMG Auditores Independentes.

Durante o exercício de 2004 não foram contratados serviços não relacionados à auditoria externa de nossos auditores independentes.

**6.2 Conselho de Administração**

Outra medida importante alinhada às melhores práticas de governança corporativa, foi a alteração do Conselho de Administração efetivada em dezembro. O presidente da TAM, Marco Antonio Bologna, tomou a decisão de deixar o assento no Conselho e para permitir que apresente as propostas e as estratégias para a Companhia sem interferir no momento da votação pelos sete conselheiros. Dentre os sete, quatro são independentes. O Conselho se reúne formalmente uma vez por mês, no mínimo, e segue regimento aprovado em Assembléia, o qual instituiu Comitês, dentre eles destacadamente os de Estratégia, Finanças e Auditoria.

**6.3 Composição do capital social**

Ainda dentro dos elevados padrões de governança demonstramos a seguir posição acionária de todo aquele que detém mais de 5% do capital votante, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

**TAM S.A.**

| | | Ações | |
|---|---|---|---|
| | **Acionistas** | **Quantidade** | **%** |
| 1 | TAM Empreend. e Participações Ltda. | 43.752.840 | 71,30 |
| 2 | Aerosystem S.A. Empr. E Participações | 757.828 | 1,23 |
| 3 | Agropecuária Nova Fronteira Ltda. | 39.758 | 0,06 |
| | **Total do acionista controlador** | 44.550.426 | 72,60 |
| 4 | BR Private Eq Fdo M Inv AC CL - BPW - Nacional | 10.320.286 | 16,82 |
| 5 | Fundos Internacionais – USA: | | |
| 5(a) | .Brazilian Equity Inv III LLC - CSFB + BWP | 2.228.879 | 3,63 |
| 5(b) | .Brazilian Equity LLC - CSFB + BWP | 589.232 | 0,96 |
| 5(c) | .Latin Amer Capit. Partn PIV LLC - BPW | 678.028 | 1,10 |
| 5(d) | .Latin Amer Capit. Partn II LLC - BPW | 2.665.119 | 4,34 |
| | Total dos Fundos internacionais | 6.161.258 | 10,04 |
| | **Total dos Fundos de investimentos** | 16.481.544 | 26,86 |
| 6 | Acionistas Minoritários | 332.701 | 0,54 |
| | **Capital Total** | 61.364.671 | 100,00 |

**TAM Empreendimentos e Participações Ltda.**

| Quotistas | Quotas Quantidade | Quotas % |
|---|---|---|
| Noemy Almeida Oliveira Amaro | 72.438.298 | 45,83 |
| Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato | 24.146.099 | 15,27 |
| Maurício Rolim Adolfo Amaro | 24.146.099 | 15,27 |
| Marcos Adolfo Tadeu Senamo Amaro | 24.146.100 | 15,28 |
| João Francisco Amaro | 13.199.341 | 8,35 |
| Total | 158.075.937 | 100,00 |

## 7. Comunicação com o Mercado

O diálogo permanente com seus clientes e com o público foi sempre uma ação natural e de extrema importância para a TAM.

No início de suas atividades, nos anos 70, antes mesmo de utilizar Marketing, a TAM já se comunicava sistematicamente com seus clientes por cartas e telefonemas e em contatos pessoais quando o Presidente começou a cumprimentar os passageiros no momento do embarque.

### 7.1 Fale com o Presidente

A TAM criou o Fale com o Presidente em 1991, estimulando os clientes a manifestarem suas impressões, sugestões, elogios e reclamações e até opinar sobre assuntos não relacionados à Companhia. Mensalmente é distribuída, nos vôos, a Carta do Presidente, na qual são abordados assuntos relativos aos passos que a Companhia dá e outros considerados importantes.

Há em todos os aviões, salas de embarque e check-in impressos de carta-resposta, para que os passageiros se manifestem sobre tudo que lhes interessem.

O Fale com o Presidente conta com funcionários responsáveis pelo recebimento e encaminhamento de milhares de contatos por mês, entre cartas-resposta, fax, e-mail e telefonemas. Os assuntos abordados pelos clientes são levantados, pesquisados e analisados, mantendo o cliente sempre informado sobre o andamento da solicitação e/ou sugestão até a resolução ou implementação desta.

Em 2004, o Fale com o Presidente recebeu 98 mil contatos de passageiros entre reclamações, elogios e comentários.

### 7.2 Conselho de Clientes

Dentro da filosofia de que o passageiro deve ser tratado com absoluto respeito porque ele é o principal foco de atenção da Companhia, a TAM instituiu o Conselho de Clientes, no final de 2002, com o principal objetivo de estabelecer um canal de comunicação direto e transparente com portadores do Cartão Fidelidade. Desde então, os grupos do Conselho têm se reunido freqüentemente para troca de idéias, críticas e sugestões, sempre com a presença de executivos da Companhia, encarregados de encaminhar os assuntos às diretorias envolvidas.

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Em 2004, ocorreram 10 reuniões com 33 novos clientes-conselheiros. Esses encontros geraram mais de 1,3 mil sugestões e, a partir disso, várias ações foram tomadas buscando a melhoria do serviço em áreas como aeroportos, serviço de bordo, internet, Programa Fidelidade entre outras.

Além das reuniões, os membros do Conselho tiveram a oportunidade de conhecer setores da Companhia como o Centro Tecnológico da TAM, em São Carlos, a Academia de Serviços e o parque de tecnologia da informação, instalado na sede da Companhia, em São Paulo.

Os passageiros que participaram dos primeiros anos (2002 e 2003) – e que, portanto, inauguraram a iniciativa inédita – tornaram-se conselheiros honorários.

### 7.3 Pesquisa de qualidade

Além do Fale com o Presidente e do Conselho de Clientes, que refletem a satisfação dos passageiros, a TAM implementou também o Radar da Qualidade e a Percepção da Qualidade, por meio dos quais foram respondidos mais de 15 mil questionários sobre o serviço prestado pela Companhia.

Pela assessoria da qualidade, a TAM tem ainda o "passageiro fantasma", uma auditoria feita tanto durante os vôos quanto nos serviços prestados em terra – atendimento de aeroporto, call center, check-in etc. Foram realizadas 51 visitas e blitzes da qualidade nas bases da TAM pelo passageiro fantasma em 2004. Todas resultam em relatórios detalhados que envolvem os setores responsáveis por área pesquisada.

### 7.4 Qualidade e imagem

O ano de 2004 foi marcado pelo reconhecimento da TAM não só por seus clientes, mas também pelos principais veículos de informação do País. O "espírito de servir" e a gentileza da TAM, diferenciais da Companhia, confirmaram a excelência dos serviços prestados tanto dentro das aeronaves quanto no atendimento em terra. Ao todo, foram seis prêmios, incluindo alguns dos veículos mais conceituados da mídia brasileira.

A TAM foi apontada tanto pela revista *Carta Capital* quanto pelo jornal *DCI* uma das empresas mais admiradas do País. Na sétima edição do prêmio *Carta Capital*, a TAM ficou entre as dez empresas mais admiradas pela sexta vez. Para escolher a TAM como a mais admirada do setor aéreo, o jornal *DCI* (Diário do Comércio e Indústria) ouviu 2,5 mil executivos brasileiros. Em outra votação feita pela revista *Avião Revue*, a TAM ganhou o título de "Melhor Imagem de Marca do Brasil", que incluiu avaliações de leitores de itens como promoções, facilidades de reservas, frota, manutenção e serviço de bordo.

A excelência dos serviços prestados ao passageiro foi destacada em outras duas premiações. A revista *Consumidor Moderno* concedeu a premiação para a TAM pelo quinto ano consecutivo. A Companhia também recebeu, pelo terceiro ano seguido, o *Prêmio Caio* (o "Oscar" do setor de eventos do País) no quesito "Serviços". Concedido pela *Viagem e Turismo* ("O Melhor de Viagem e Turismo"), da Editora Abril, a TAM também recebeu o prêmio de "Melhor Companhia Aérea Nacional" de 2004.

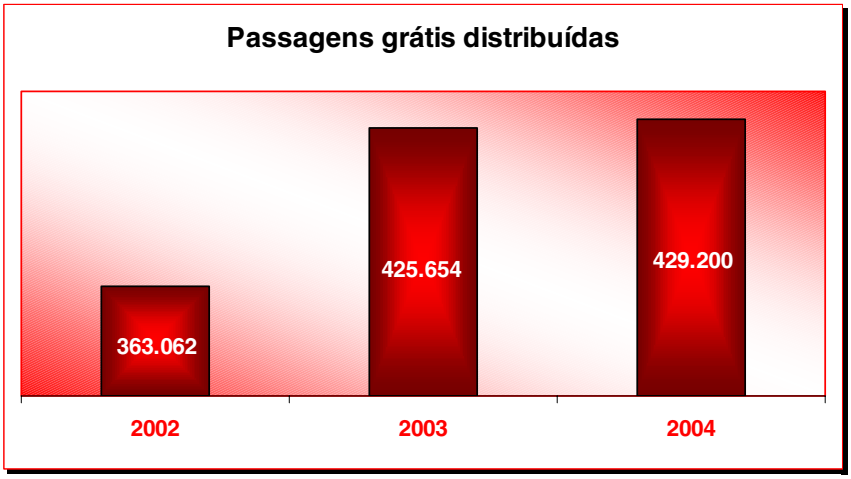
Além do reconhecimento e admiração, a TAM também foi premiada em 2004 por sua criatividade em uma das campanhas publicitárias da TAM EXPRESS. As peças da campanha "Dragster", em que a imagem de uma van da unidade de cargas da Companhia aparece com um pára-quedas, conquistaram o Prêmio Central de Outdoor na categoria mercado. A premiação existe desde 1991 e tem o objetivo de incentivar a criatividade na utilização do outdoor.

**8. Programa Fidelidade TAM**

Primeiro programa de fidelização lançado por uma companhia aérea brasileira, o Programa Fidelidade TAM conta com 2,5 milhões de associados e já distribuiu 2,7 milhões de trechos grátis desde sua criação, em 1993.

É o programa mais eficiente de premiação. Em um sistema rápido e simples, os clientes acumulam pontos ao utilizar os vôos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros.

De acordo com os pontos obtidos em vôos pelos associados, é definida a categoria do cartão do cliente – branca, azul ou vermelha. Cada categoria pontua com índices variados. Os cartões azul e vermelho recebem benefícios extras e pontuações maiores, o que garante a concessão de passagens grátis mais rapidamente.




Em 31 de dezembro de 2004, haviam pontos conquistados por nossos clientes ainda não resgatados equivalentes a 830.888 bilhetes domésticos grátis (706.920 se considerarmos a média histórica de passagens não utilizadas por nossos clientes). Ao longo do exercício de 2004, a Companhia registrou R$ 2 milhões de custos com os passageiros que exerceram seu direito de vôo grátis bem como R$ 58 milhões de receita com parcerias do Programa, tornando-se gerador de resultado positivo.

**9. Investimentos - Centro Tecnológico TAM**

O Centro Tecnológico da TAM, instalado em área própria de 182 alqueires (4,6 milhões de metros quadrados) localizado em São Carlos, interior de São Paulo, conquistou em 2004 a certificação EASA - European Aviation Safety Agency (JAR-145) para checks (revisão) de aviões e de componentes aeronáuticos. Com

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

mais essa homologação internacional, a TAM obteve economia de custos da ordem de US$ 5,5 milhões com o redelivery de 13 aviões liberados aos lessores diretamente em São Carlos sem ter de passar por órgão regulador europeu. A partir de agora, a redução de custos atingirá outros US$ 4 milhões ao ano com a nacionalização de componentes. O parque tecnológico já possui as certificações concedidas pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), a autoridade aeronáutica brasileira, para realizar as grandes manutenções programadas (checks C e D) em toda a sua frota composta por aeronaves Airbus e Fokker.

Para receber a homologação do órgão regulador europeu, a TAM contou com a consultoria da Air France Consulting – braço da Air France para serviços e conselhos de gestão de engenharia em transporte aéreo –, que acompanhou a preparação de toda a documentação que certifica a Companhia. Já para o primeiro semestre de 2005, a TAM também prevê concluir capacitação técnica para fazer revisão dos trens de pouso da família Airbus A319/320 no Centro Tecnológico. Com investimento de US$ 2 milhões, que inclui instalação dos equipamentos para usinagem, galvanoplastia, ferramental e treinamento da equipe técnica na fabricante francesa Messier-Dowty, o novo complexo de trens de pouso está em fase final de instalação. Com mais esse investimento, a Companhia avança em seu projeto de nacionalização da revisão de componentes concentrado na unidade de São Carlos. Iniciado em 2003, a capacitação técnica das oficinas – todas homologadas pelos órgãos reguladores – evita que muitos reparos tenham de ser feitos no exterior, resultando em economia de divisas para o País e de tempo para a Companhia. Além disso, leva em conta a mão-de-obra altamente especializada formada nas universidades da região.

Pelo cronograma estratégico de investimentos, a partir de 2005 o Centro Tecnológico poderá oferecer serviços de manutenção de forma mais sistemática a outras companhias aéreas nacionais e estrangeiras. O principal objetivo é aproveitar capacidade ociosa do parque tecnológico para reduzir os custos fixos da TAM. Será mais uma opção para empresas que atualmente necessitam enviar seus componentes e aeronaves para Europa ou Estados Unidos.

Atualmente, a TAM dá suporte à manutenção de companhias localizadas no Paraguai e Uruguai. No suporte ao aumento do fluxo de turismo internacional por meio de empresas charteiras, também presta serviço em bases localizadas em outros estados para empresas que operam o Airbus A330 em vôos fretados da Europa para o Brasil, nas bases de Natal, Porto Seguro, Fortaleza, Recife, Maceió e Salvador.

***Obtivemos a certificação da EASA - European Aviation Safety Agency (JAR-145)***

Em São Carlos são prestados serviços de pintura, manutenção de componentes e de hangar para empresas regionais com as quais mantêm acordos operacionais de code-share.

No final de 2004, assinou contrato de cinco anos com o governo brasileiro para fazer a manutenção do novo avião presidencial, o Airbus ACJ (Airbus Corporate Jetliner). Os grandes checks serão realizados no Centro Tecnológico da TAM, indicada pela fabricante Airbus para a prestação de todo o suporte técnico e de engenharia necessário à operação da aeronave. Também prestará atendimento em outras bases.

O Centro Tecnológico da TAM já recebeu em investimentos US$ 13 milhões desde a sua inauguração, em 2001. Além dos hangares para manutenção, o complexo da TAM em São Carlos abriga todas as oficinas com

capacidade para revisão de mais de 2 mil componentes aeronáuticos – de caixa de controle de rádio a trem de pouso. No local, a TAM também instalou o primeiro centro computadorizado (ATEC série 6) da América Latina para testes e reparos de componentes eletrônicos de nova geração para aviões da Airbus e Boeing NG e possui outro módulo (ATEC 5000) para aeronaves F-100 e demais aeronaves da família Boeing. Os sofisticados computadores responsáveis pelo Gerenciamento de Alertas de Vôo, Alertas de Aproximação de Solo, Controles de Direção e Freios, Controles do Sistema de Combustível, Controles de Pressurização Interna e Detecção de Fumaça a Bordo são alguns dos componentes que são testados nas bancadas ATECs que funcionam em São Carlos 24 horas por dia. O projeto contempla ainda a possibilidade de instalação de outras empresas no local, no conceito de condomínio tecnológico.

Inaugurada em 2004, a ampliação da pista do Aeroporto de São Carlos – de 1.470 metros para 1.730 metros e alargamento de 30 metros para 45 metros – foi feita em parceria da TAM, que investiu US$ 1 milhão na obra, com o governo do Estado de São Paulo. A área conta atualmente com estação de passageiros, pátio de aeronaves e de hangaragem além de área para estacionamento de carros. O investimento beneficia São Carlos, as cidades vizinhas e permite que a TAM opere seus modernos Airbus A330-200 neste aeroporto para as manutenções programadas realizadas no Centro Tecnológico.

Outro investimento importante foi efetivado com a Prefeitura de São Carlos, por meio do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), para instalação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) que beneficia a população do distrito de Água Vermelha, onde está instalado o Centro Tecnológico da TAM. A obra de infra-estrutura concluída em 2004 reforça o comprometimento da TAM com a comunidade local. A estação garante proteção integral às áreas de manancial e foi desenvolvida por institutos de pesquisas ligados ao Programa Nacional de Saneamento Básico mantidos pela Finep, CNPq e Caixa Econômica Federal. A estação é projetada para atender uma população de 5 mil pessoas. Os efluentes domésticos do Centro Tecnológico da TAM serão destinados a esta estação. O investimento da TAM na construção da ETE foi de R$ 330 mil. Todo esse projeto integra amplo programa ambiental da unidade tecnológica de São Carlos que prevê as melhores práticas de proteção e harmonia com o meio ambiente, incluindo ações de reflorestamento já executadas; monitoramento e proteção da fauna; rigoroso controle de emissão de ruídos e poluentes dentro de padrões internacionais.

Ainda na área de manutenção, a Companhia deu impulso em 2004 ao desenvolvimento do Sistema Meta para planejamento, controle e execução das atividades de reparos de aeronave e de componentes. Esse sistema novo interligará on-line e integrará totalmente o setor de manutenção com todos os outros sistemas da TAM, desde controle de material, suprimentos, contabilidade, coordenação de vôos, sistemas embarcados, entre outros. As ferramentas disponíveis com o Sistema Meta permitirão planejamento detalhado das atividades da manutenção, resultando em maior produtividade em função do melhor uso dos recursos disponíveis. Além disso, automatizará uma série de processos de execução e controle da manutenção. A inovação terá seu foco em ganhos de produtividade aliado à excelência da operação, segurança de vôo e redução de custos.

Outra iniciativa da TAM consolidada ao longo do ano foi o programa de visitas sistemáticas ao Centro Tecnológico, conferindo transparência ao trabalho de manutenção desenvolvido pela Companhia. Entre passageiros, agentes de viagens e outros convidados passaram mais de 1.000 pessoas em visitas monitoradas por engenheiros responsáveis pelos hangares e oficinas e ainda conheceram parte do acervo do Museu Asas de Um Sonho, previsto para abrir ao público em 2006.

**10. Frota**

A política de frota da TAM constitui, mesmo diante de um crescimento significativo, a base necessária à obtenção de altos índices de segurança, qualidade, regularidade e pontualidade técnica, além de trazer uma

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

racionalização dos custos de manutenção de célula (airframe), motores e componentes embarcados, por meio da padronização de aeronaves.

A TAM atualmente está padronizada em aeronaves a jato de tecnologia avançada, com efeitos benéficos para redução de custos, como por exemplo, maior facilidade para as transições de tripulações técnicas de Fokker para Airbus. Tal fato gera altos índices de confiabilidade e segurança, premissas básicas do Plano Geral de Frota da TAM.

As duas "famílias" Airbus em operação na frota TAM, os A330-200 (wide bodies, para vôos de longa duração) e os A320-200 e A319-100 (narrow bodies, para etapas médias e curtas), trazem os benefícios inerentes à própria filosofia de altíssima padronização. As aeronaves desta família se diferenciam pelo número de assentos, oferecendo maior elasticidade às decisões de caráter comercial. Além disso, as aeronaves da TAM possuem todos os equipamentos e softwares mais modernos disponíveis pelo fabricante, constituindo uma frota das mais avançadas do mundo.

A TAM possui, para os A330, a certificação ETOPS (Extended Twin Engine Operations) de 180 minutos, a mais alta possível do padrão internacional, marca inédita no Brasil. Tem também equipamentos de tecnologia inédita no Brasil, e bastante recente no plano mundial, como o FANS (Future Air Navigation System), que aumenta a segurança em espaços aéreos congestionados além de propiciar economia de combustível pelo uso de rotas mais diretas.

Os A320 e A319 da TAM estão consideradas entre as aeronaves de maior conforto em operação no País, tendo grande flexibilidade para operar com baixo custo em etapas que podem variar de menos de uma hora até 5 horas de vôo. Além disso, constituem a única frota brasileira a contar com os comandos de vôo fly-by-wire, no qual computadores redundantes recebem e analisam cada comando efetuado pelos pilotos, dando segurança e suavidade às respostas da aeronave.

***A frota da TAM é a única brasileira a contar com os comandos de vôo Fly-by-wire***

Outro diferencial importante é que hoje a TAM possui comunicação de dados on-line entre todos os departamentos da Companhia e a aeronave, inclusive durante o vôo. Para isso, a Companhia desenvolveu sistema próprio (Datalink Management System - DMS) que permite o perfeito gerenciamento de todas as informações enviadas em tempo real pelo ACARS (Aircraft Communication Addressing and Reporting System), instalado na frota de Airbus. Com o DMS, da aeronave, o piloto pode enviar mensagem de texto – semelhante a um e-mail – para qualquer setor da TAM. Em tempo real, a mensagem, transmitida por satélite, estará na tela do usuário do DMS. Além da comunicação com o piloto, esses recursos permitem ainda monitorar on-line os sistemas do avião à distância, como funcionamento dos computadores, horários de pouso e decolagem, combustível consumido e parâmetros de desempenho dos motores. Isso significa que, mesmo em vôos intercontinentais, qualquer desvio no funcionamento pode ser analisado pela manutenção da TAM antes mesmo da aeronave chegar ao aeroporto de destino. A Companhia investiu US$ 150 mil no projeto e economizou US$ 900 mil no primeiro ano de utilização dos novos sistemas. Essa tecnologia se traduz não só em economia, mas também é uma grande aliada à segurança do vôo.

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

***O sistema DMS permite a comunicação dos pilotos e aeronaves com os departamentos da Companhia em tempo real, durante os vôos: maior segurança***

As vantagens da modernidade e da tecnologia, aliadas a um excelente padrão de operação e manutenção das aeronaves, se traduzem em uma alta utilização dos equipamentos com índices de confiabilidade (technical dispatchability) acima da média da indústria em todos os equipamentos operados pela TAM. A frota tem mantido altos índices de eficiência técnica (Mechanical Dispach Reliability), que seguem padrões definidos pela Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA). O índice mede a capacidade de decolagem pontual das aeronaves sem levar em conta fatores externos como, por exemplo, mau tempo. Em 2004, a TAM obteve média de 99% para a sua frota em operação. Esse dado é auditado pelos fabricantes das aeronaves, motores e equipamentos, sendo auferido de forma absolutamente padrão para todas as companhias aéreas da IATA.

Seguindo a política de obter o melhor aproveitamento de sua frota, a TAM prolongou contrato de leasing para não deixar ociosas suas aeronaves de grande porte. Quatro aeronaves Airbus A330-200 que compõem a frota da Companhia estão arrendadas para companhia aérea do Oriente Médio. Uma delas retorna para a TAM em março de 2005 e será reincorporada à malha da Companhia. As demais estarão arrendadas até 2006.

## 10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A TAM fechou 2004 com a seguinte frota em operação:

| Modelos | Capacidade | Em operação | Sub-arrenda-mento | Em devolução | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| | 108 assentos, 7 ton. de carga máxima | 21 | 2 | 7 | 30 |
| | 138 assentos, 7 ton. de carga máxima. | 13 | | | 13 |
| | 168 assentos, 10 ton. de carga máxima. | 31 | | | 31 |
| | (*) | 5 | 4 | | 9 |
| | | 70 | 6 | 7 | 83 |

(*) 9 A330-200, sendo 5 com 18 assentos na primeira classe, 36 assentos na classe executiva, 171 assentos na classe econômica (total de 225 assentos) e 4 com 7 assentos na primeira classe, 46 assentos na classe executiva e 175 assentos na classe econômica (total de 228 assentos), todos com 18 toneladas de carga máxima.

A frota da TAM tem idade média das mais baixas da aviação mundial: os Airbus A319/320 com 5,3 anos e os A330-200, 4,4 anos. Com 83 jatos em operação, a idade média total é de sete anos.

Para 2005, a Companhia já confirmou perante a Airbus a aquisição de três novos Airbus A320 e de um A330. Esses aviões integram "lote" confirmado com a Airbus de 10 A320 para chegar ao longo dos próximos quatro anos e mais 20 opções do mesmo tipo de aeronave.

## 11. Segurança de Vôo

A segurança de vôo constitui importante mandamento da TAM (*"Mais importante que o cliente é a segurança"*) e é a base para se operar a Companhia como organização de prestação de serviços em transportes aéreos de forma segura e eficiente.

A TAM segue rigorosamente normas e padrões estabelecidos pelas organizações normativas brasileiras - Comando da Aeronáutica - e internacionais - ICAO (International Civil Aviation Organization) e IATA (International Air Transport Association). É filiada aos mais importantes órgãos de segurança de vôo da aviação civil no mundo, entre eles a FSF (Flight Safety Foundation), a maior organização mundial não-governamental de Safety.

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

A Companhia participa ativamente na coordenação do Comitê Regional de Segurança de Vôo (RCG) para as Américas, da IATA. Além disso, a Companhia segue a regulamentação da FAA, órgão que controla a aviação civil norte-americana, atendendo plenamente aos seus rigorosos padrões de qualificação para operar no espaço aéreo norte-americano.

A TAM está permeada em todo os seus níveis, pela cultura "Safety", descrita como: "a geratriz de todo um elenco e prevenção indispensável à preservação de recursos humanos e materiais" e que adota como princípio que "a Companhia tem que ser segura como um todo, onde a participação de cada um é vital e imprescindível."

Atualmente, a TAM orgulha-se de estar entre as companhias aéreas que se destacam mundialmente por seu envolvimento com segurança de vôo, adotando os mais modernos padrões de organização e gerenciamento de "Safety". Exemplo disso é o sistema FOQA (Flight Operations Quality Assurance), que garante o máximo de prevenção proativa com a análise sistemática de informações de flight-data recorder (gravadores de parâmetros de vôo). A TAM foi a primeira companhia da América Latina a instalar esse sistema e, em três anos de operação, obteve resultados expressivos que têm sido citados como referência em congressos e seminários de segurança de vôo realizados por companhias de todo o mundo. A Companhia possui ainda a TAM Safety Digest, revista editada trimestralmente que foi premiada internacionalmente pela FSF, no ano de 2000, como a melhor publicação especializada no setor.

Como membro efetivo do SAC (Safety Advisory Commitee), a TAM integra um seleto grupo de companhias aéreas que formam o Comitê de Planejamento Estratégico de Safety para nortear os estudos, planejamentos e as ações do setor das empresas que compõem a IATA - cerca de 300 em todo o mundo.

**12 Tecnologia da Informação**

O crescimento da TAM e a busca contínua por melhores índices de eficiência alinharam a área de Tecnologia de Informação ("TI") ao core business da Companhia. O objetivo desse posicionamento é, além de contribuir para a geração de novos negócios, aliar inovação e custos competitivos. A área de TI hoje é ferramenta fundamental para que a TAM assegure sua liderança no mercado brasileiro de aviação. Os projetos estratégicos da Companhia são desenvolvidos com o envolvimento efetivo de todos os setores e participação direta das equipes de tecnologia.

Em 2004, a implementação do portal e-TAM a partir de setembro foi fundamental para o refinamento dos negócios entre a Companhia e os agentes de viagens. Em três meses de funcionamento, 60% das reservas da TAM já são feitas no ambiente do portal. Pioneiro no mundo e desenvolvido por equipes da empresa, o e-TAM é uma ferramenta que utiliza tecnologia de ponta via internet para integrar toda a cadeia de venda – desde o momento da reserva até o desembarque do passageiro. Isso possibilita à TAM oferecer um conjunto de serviços especiais ao seu cliente: o sistema inédito personaliza a relação com o passageiro baseado no conceito "one-to-one".

O investimento feito no e-TAM demonstra que a companhia busca incentivar todos os seus canais de distribuição, principalmente as agências de viagens que têm à disposição um sistema rápido, eficiente e totalmente seguro. Uma das vantagens é a eliminação do papel, que extingue a burocracia e reduz despesas. A TAM já saltou de 55,9% das vendas pela internet em 2003 para 74,2% em 2004. O objetivo é atingir 100% das emissões de passagens pelo e-ticket, o bilhete eletrônico da TAM, em curto prazo.

A tecnologia possibilitou ainda à TAM desenvolver e instalar totens de auto-atendimento de check-in. Com mais de 50 equipamentos em funcionamento nos principais aeroportos do país, o totem permite ao cliente que adquiriu o e-ticket fazer o seu check-in, incluindo a escolha do assento na aeronave, em menos de dez

segundos. A TAM foi a primeira empresa aérea a implantar esse tipo de atendimento no Brasil. Além de oferecer um check-in mais rápido, o serviço diminui filas no balcão e agiliza o processo de embarque.

Em parceria com a Infraero, a TAM também investiu em tecnologia ao longo de 2004 na implementação do selo eletrônico de embarque nos principais aeroportos do país. Cerca de 30 aeroportos que operavam com um selo físico (papel) – a confirmação do pagamento da taxa de embarque – passaram a realizar o embarque de passageiros com mais agilidade. O principal objetivo foi o de agilizar a emissão dos bilhetes nos totens de auto-atendimento. Depois do sucesso na operação do totem, a TAM decidiu ampliar a utilização do selo eletrônico de embarque para todos os bilhetes emitidos nas posições de check-in dos aeroportos. O novo selo eletrônico é composto por uma seqüência numérica que contém várias informações, como data de embarque, código da empresa e número do vôo, transformadas em código de barras e impressas automaticamente no bilhete de embarque na hora do check-in. Além da agilidade no embarque, o novo sistema trouxe aumento da segurança, uma vez que nenhum selo será igual ao outro. A emissão eletrônica evita também perdas com extravios do papel.

Outra frente importante de TI iniciada em 2004 e que terá sua implementação total ao longo de 2005 é o processo de outsourcing para três pilares da área: desenvolvimento de sistemas, telecom e help desk/computação distribuída. Pela filosofia da Companhia, a inteligência dos processos, a definição do modelo de arquitetura técnica e a governança dos contratos permanecem sob responsabilidade da própria TAM. Já para a execução foram definidas empresas líderes em seus respectivos setores. Essa transição propiciará maior flexibilidade para as demandas internas, otimização dos recursos internos e redução de custos na casa dos R$ 17 milhões/ano.

**13 Desenvolvimento de Pessoas**

Por sua natureza, o transporte aéreo é uma prestação de serviço em que a participação humana é levada às suas máximas exigências. Além dos funcionários tratarem diretamente com o cliente e influenciarem a qualidade do serviço prestado, eles executam e controlam ações complexas e de extrema precisão.

A TAM entende que seu potencial de crescimento está diretamente ligado à sua capacidade de atrair e manter os melhores profissionais. A Administração da Companhia faz grandes investimentos de recursos e tempo na seleção de pessoas com grande potencial e que se enquadrem em sua cultura empreendedora.

As **pesquisas de clima**, seguidas de reuniões, palestras e planos de ação, assim como o **Fale com o Presidente Interno** e toda a política de incentivos (funcionário do mês, cafés-da-manhã, almoços com a diretoria etc.) são políticas ativas e instrumentos importantes de comunicação e integração, estimulando o funcionário a se manifestar e a se envolver ainda mais com a Companhia.

Em 2004, a TAM investiu mais de R$ 10 milhões em treinamentos diversos. Os quais foram ministrados na Academia de Serviços TAM – criada em 2000 pelo fundador da Companhia, comandante Rolim Adolfo Amaro, com a missão de "Perpetuar a qualidade TAM" por meio do desenvolvimento do "Espírito de Servir" de seus colaboradores.

Com capacidade de treinamento para 752 alunos/dia, a Academia de Serviços TAM também atende aos programas solicitados pelos departamentos de aviação, de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos e exigidos internacionalmente; promove o desenvolvimento técnico esperado pela TAM para atender às expectativas dos clientes e fornece treinamento para os executivos por meio de programas internos desenvolvidos em parceria com Universidades renomadas.

## 13.1 Contratações e Trainees

A TAM readmitiu 361 funcionários em 2004, respeitando compromisso assumido pela direção da Companhia em 2001 e 2003, quando o quadro teve de ser reduzido em 18% em função de grave crise setorial. O cenário da ocasião exigiu medidas severas de corte de custos e a Companhia decidiu desativar algumas aeronaves da frota para equacionar sua oferta. Em 2004, a partir da reação do mercado doméstico e aliado ao crescimento da TAM, a Companhia começou a chamar os colaboradores desligados nos anos anteriores. O critério foi readmitir primeiramente os funcionários que trabalharam por mais tempo na Companhia.

Até dezembro 292 comissários e 69 pilotos voltaram a fazer parte dos quadros da Companhia. Todos passaram por treinamento de atualização técnico, prático e pelo check final, determinado pelo DAC, e já estão desempenhando suas funções a bordo das aeronaves da TAM. Além da reação do mercado, a reintegração dos funcionários foi possível também em virtude do aumento do número de fretamentos, do lançamento de vôos noturnos, da retomada dos vôos diurnos para Miami, das novas freqüências para Paris e do lançamento da rota para o Chile.

Também em 2004 a TAM abriu inscrições para programa de trainee destinado a vagas distribuídas em todas as diretorias da Companhia. Os trainees começaram a atuar já no início de 2005 e terão a oportunidade de passar por estágios rotativos nas diversas áreas da Companhia. Além disso, participarão de curso ministrado por consultoria especializada com temas relacionados a Economia, o Negócio de Serviços, Cultura Organizacional, Negociação e Transporte Aéreo.

A Companhia também contribui com a inserção do jovem no mercado de trabalho por meio do seu Programa de Estagiários que atualmente contempla cerca de 300 estudantes de escolas e cursos diversos.

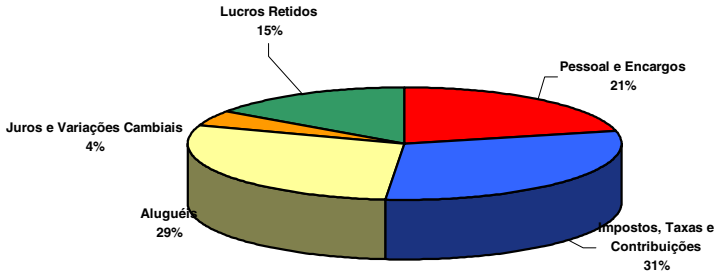
## 13.2. Diferencial em Treinamento

Em 2004, a TAM intensificou o fornecimento de treinamento para companhias aéreas estrangeiras. A Companhia treinou pilotos, comissários, despachantes de vôo e também mecânicos para empresas do Canadá, da América do Sul e ainda companhias regionais brasileiras. O trabalho, sempre acompanhado e validado por inspetores de qualidade das agências de aviação civil dos respectivos países (equivalente ao DAC no Brasil), foi desenvolvido na Academia de Serviços TAM e em bases para manutenção das aeronaves.

Oferecer treinamento a outras empresas foi uma das alternativas encontradas pela Academia da TAM para diversificar seus serviços e gerar novas fontes de receita, aproveitando o know-how acumulado nos 28 anos de existência da Companhia. O treinamento é dividido em duas partes. Na primeira, chamada de Ground School, a tripulação técnica conhece profundamente todos os sistemas e detalhes operacionais da aeronave por meio de aulas teóricas e computadores. Já na segunda etapa, o conhecimento é aperfeiçoado em simuladores de vôo, nos Estados Unidos.

## 14. Comprometimento Social

**DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO**




### 14.1 Responsabilidade social

"*Ser participativo é uma questão de respeito, de solidariedade e de amizade. Ser participativo é uma questão de amor*". A frase é de autoria do fundador da TAM, o Comandante Rolim Adolfo Amaro. Mais do que uma citação, essa frase se transformou na base da política de responsabilidade social da Companhia, que norteia tanto os princípios internos quanto as ações de seus colaboradores e funcionários.

Na prática, a política de responsabilidade social da TAM tem parte importante do seu foco voltado para uma série de ações que envolvem colaborações e desenvolvimento de parcerias com instituições ligadas ao Terceiro Setor.

Desde a implementação do programa, diversos projetos foram apoiados, tais como o projeto "Escravo nem Pensar", para a formação de jovens que atuam na prevenção do aliciamento de trabalhadores na região Nordeste; o Brazil Foundation, associação sem fins lucrativos que capta recursos em todo o mundo para apoiar projetos sociais no Brasil; e o Instituto Ayrton Senna. Em 2004, por exemplo, a TAM foi um dos patrocinadores dos dois principais eventos criados para lembrar os 10 anos da morte do piloto tri-campeão de Fórmula-1: o Senna In Concert e a exposição Senna Experience. Outra iniciativa foi o apoio ao Prêmio Ethos de Jornalismo, que reconhece e premia os melhores trabalhos dos profissionais de comunicação sobre ações

sociais. A TAM é também filiada ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social, organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável e idealizadora do prêmio.

***Mais de 1000 órgãos e tecidos transportados gratuitamente além de equipes transplantadoras em todo o Brasil***

Além disso, a TAM também mantém um Departamento de Assistência Social para atender adequadamente casos de doações de passagens aéreas para o transporte de doentes em tratamentos médicos e repasse para instituições assistenciais cadastradas de itens como uniformes, medicamentos, produtos de limpeza e higiene pessoal. O programa de assistência social da Associação Asas de Socorro, por exemplo, tem sido viável por meio da concessão de passagens. A entidade sem fins lucrativos busca promover e facilitar ações sociais voltadas a comunidades em locais de difícil acesso nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil.

Por meio de um termo de cooperação firmado em 2001 com o Ministério da Saúde, a TAM realiza o transporte gratuito de órgãos e de equipes transplantadoras em todo território nacional. Desde sua implantação, a TAM já contribuiu com mais de **1.000** transportes realizados, evidenciando o número de pessoas beneficiadas.

Outra iniciativa realizada entre os meses de março a novembro pela TAM Viagens é o TAM Show. Trata-se de uma feira itinerante de turismo voltada aos agentes de viagens, a qual é encerrada sempre com um evento para arrecadação de alimentos não perecíveis. A média obtida é de 400 quilos de alimentos por mês e que são destinados ao abastecimento de entidades carentes de capitais do Brasil cadastradas no Programa Mesa Brasil, do Sesc. A iniciativa beneficia mais de dez instituições carentes dessas capitais e cidades próximas.

### 14.2. Comunidade Interna

A TAM também incentiva seus colaboradores a participar de diversas iniciativas na área da educação, práticas saudáveis do meio ambiente e campanhas em eventos para arrecadar produtos para entidades beneficentes. Já é tradicional a participação de colaboradores da TAM em eventos anuais como Dia das Crianças, Páscoa e Natal.

Em outubro de 2004, por exemplo, cerca de 150 crianças carentes pertencentes a cinco instituições, que abrigam menores portadores de câncer e soropositivos, foram recebidas com festa na TAM. Além de ganhar presentes, os convidados participaram de atividades recreativas, incluindo visita a uma das aeronaves da Companhia.

***Mais de 62.000 concessões de bilhetes para funcionários e familiares em férias durante o ano de 2004.***

Outra iniciativa de destaque foi a criação da Companhia Musical TAM (Coral), formado por funcionários da Companhia que visitam instituições assistenciais e hospitais para levar companhia e a alegria por meio da música. Além disso, a TAM contribuiu em 2004 com o projeto "Faça Parte", coordenado por Milu Vilella, que recebeu o título de Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). O instituto tem como objetivo desenvolver equipes de voluntariado para ampliar e fortalecer o Terceiro Setor.

Para o seu público interno, a TAM criou um programa especial com objetivo de promover a saúde e melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores e familiares. Criado em 2002, o projeto recebeu o nome de "Estilo de Vida TAM" e aborda diversos temas, como Saúde da Mulher e do Homem, Aids, drogas, hipertensão, obesidade e diabetes. Em 2004, as campanhas do Estilo de Vida TAM contaram com mais de 18,5 mil participações entre atividades físicas, esportivas, de lazer, palestras, sempre voltadas aos colaboradores.

A TAM busca ainda colaborar com o bem-estar de seus funcionários por meio da concessão de passagens para os destinos voados pela Companhia no Brasil e no exterior. Somente em 2004 foram concedidos mais de 62 mil bilhetes para funcionários e seus familiares em férias.

A Companhia também entende que possui papel importante na inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho e, por isso, adota uma política de admissão desses profissionais em seu quadro funcional.

**14.3. Comunidade externa**

**14.3.1 Museu Asas de Um Sonho**

No setor da aviação, a TAM também participa de iniciativa inédita: a criação do Museu Asas de Um Sonho. Será o maior museu privado mantido por uma companhia de aviação do mundo e também o maior museu do Brasil com aeronaves em condições de vôos, incluindo algumas raridades da 2º Guerra Mundial. Com previsão de inauguração para o primeiro semestre de 2006, o museu – incluído na Lei Rouanet pelo Ministério da Cultura – está sendo construído junto ao Centro Tecnológico de São Carlos (interior de São Paulo).

A expectativa é de que o local se torne uma das principais referências do setor, com a exposição de modelos que construíram a história da aviação. Serão mais de 86 mil m² destinados ao Museu Asas de Um Sonho e mais de 20 mil m² em área coberta. O museu já conta com acervo de 50 aeronaves próprias construídas entre as décadas de 20 a 60.

**14.3.2 Cultura e esportes**

As ações da TAM em 2004 foram marcadas pelo incentivo e estímulo à cultura e ao esporte. Cinema, teatro, exposições inéditas, shows, festivais de música e a maior festa popular brasileira, o Carnaval, fizeram parte dos eventos apoiados pela Companhia, além de patrocínios a esportistas como Nelsinho Piquet, Sebastião Ferreira, Bruna Colosio, entre outros.

Uma das principais ações de 2004 envolve uma parceria de quatro anos fechada com a Academia Brasileira de Cinema para patrocínio do Grande Prêmio TAM do Cinema Brasileiro, cujo objetivo é contribuir com a discussão, promoção e fortalecimento do cinema nacional. Além da premiação, a TAM também apoiou, ao longo de 2004, produções cinematográficas como "Redentor", "A Taça do Mundo é Nossa", "Guerra do Paraguai" e "Imperatriz do Carnaval".

**10.01 - RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

No teatro, a TAM deu apoiou à peça "Mademoiselle Channel", estrelada pela atriz Marília Pera. Para a temporada da peça, a Companhia trouxe ao Brasil, pela primeira vez, modelos originais e exclusivos da estilista. "Veneza", "Pedro e Vanda" e "Casa, Comida e Alma Lavada" foram outras produções teatrais apoiadas pela Companhia.

As ações da TAM também envolveram apoio ao maior festival de jazz da América Latina, o Chivas Jazz Festival, e outros eventos musicais, como o Pão Music 2004, festival que percorreu setes cidades do País, como Fortaleza, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com a Fundação Ayrton Senna, a TAM vem realizando uma série de parcerias, como o patrocínio ao Senna In Concert, que contou com a apresentação de artistas como Chico Buarque, Milton Nascimento e Caetano Veloso, e à exposição Senna Experience, que lembrou os dez anos da morte do piloto Ayrton Senna.

Já uma parceria com a Associação Comercial de São Paulo envolveu patrocínio para transporte aéreo de cartas inéditas do padre José de Anchieta as quais ficaram expostas no Pateo do Collegio em comemoração aos 450 anos da cidade de São Paulo. As cartas relatam os detalhes da paisagem, dos costumes e pessoas da então Vila de Piratininga na segunda metade do século XVI.

A TAM também foi a transportadora oficial da exposição Pergaminhos do Mar Morto – Um Legado para a Humanidade em que visitantes puderam ver objetos que datam mais de dois mil anos, entre eles vasos, potes e utensílios em pedra e cerâmica, moedas, objetos em couro e tecidos descobertos nas cavernas ou nas escavações de Qumran, em Israel. A exposição também contou com dez pergaminhos com trechos da Bíblia e dos livros dos Essênios, que formavam uma seita isolada nas proximidades do Mar Morto e cujas práticas foram absorvidas pelo nascente Cristianismo.

No Carnaval, a TAM realizou várias ações em São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Na capital baiana, a Companhia patrocinou o camarote móvel da Banda Eva. No Rio, uma parceria fechada com a ABAV (Associação Brasileira de Agentes de Viagem) garantiu a divulgação da campanha Wellcome to Rio. A TAM apoiou ainda o Carnabeirão, carnaval fora de época de Ribeirão Preto que em 2004 levou 80 mil pessoas para as ruas da cidade.

A TAM também patrocinou a 16ª Edição do Jaguariúna Rodeo Festival. A Companhia trouxe para o evento vários competidores internacionais. Para divulgar a festa, a Companhia veiculou filmes com imagens das provas e da festa pelo sistema de entretenimento a bordo de suas aeronaves.

Na área de esportes, além de patrocínios a atletas, a TAM patrocina também eventos automobilísticos, como o Speed Show, que reúne as modalidades Copa Clio e Fórmula Renault, e fechou uma parceria para ser a transportadora oficial da Confederação Brasileira de Golfe.

**15. Agradecimentos**

Ao concluir este relatório, a Diretoria da TAM sente-se honrada em poder agradecer aos Acionistas, Fornecedores, Autoridades do Ministério da Defesa, Comando da Aeronáutica, Infraero, DAC, DECEA, aos funcionários – essenciais no cumprimento dos compromissos assumidos diariamente – e em especial ao público usuário: "Sua Excelência – o Passageiro", objeto máximo de todos os continuados esforços de aprimoramento dos serviços oferecidos pela TAM.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2005.

**A Administração.**

## 11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

### 1 Contexto operacional

A TAM S.A. ("TAM") é uma sociedade por ações constituída em 12 de maio de 1997, cujo objetivo social é, primordialmente, a participação no capital de empresas dedicadas às atividades de transporte aéreo. A Companhia mantém participação na TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA"), empresa que opera linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no território nacional e em âmbito internacional e, a partir de 18 de setembro de 2003, na Transportes Aéreos del Mercosur S.A. ("Mercosur"), empresa de vôo regular sediada em Assunção, no Paraguai, e que opera basicamente naquele país, na Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia.

Durante o exercício, a empresa controlada TLA passou a consolidar as demonstrações financeiras da sua empresa controlada Fidelidade Viagens e Turismo Ltda ("Fidelidade"), que encontrava-se registrada ao custo histórico até 31 de dezembro de 2003. A Fidelidade tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de Agência de Viagens e Turismo.

Em virtude das características do setor de aviação comercial em nosso País, com naturais reflexos sobre as operações da Companhia, a TAM, durante o exercício social de 2004, aplicou enfaticamente seu plano de aumento permanente de produtividade, tanto no âmbito operacional, como no administrativo e financeiro.

Nesse contexto, em 2004, a administração acentuou o monitoramento de seus planos de atenuar o fluxo de caixa presente e futuro da Companhia. Esses planos apresentaram resultados que impactaram significativamente na geração de caixa operacional da Companhia. Como maior destaque do plano, identificamos a evolução na implementação no canal de distribuição via internet, o e-TAM, que possibilitou a redução dos custos de comercialização, além de demais ações que permitiram importantes reduções de custos e importantes ganhos de produtividade na gestão econômica-financeira e administrativa. Durante o exercício honramos os cronogramas de devoluções de aeronaves Fokker-100, iniciado em 2003, e que devem se encerrar até julho de 2005.

### 2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e no Plano de Contas elaborado pelo Departamento de Aviação Civil – DAC.

### 3 Resumo das principais práticas contábeis

#### (a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, destacando-se:

**i.** As receitas de vôo (transporte de passageiros e de cargas) são reconhecidas quando da efetiva prestação dos serviços de transporte;

**ii.** Os cupons de bilhetes vendidos, correspondentes aos transportes a executar, são demonstrados no

passivo circulante;

**iii.** As outras receitas operacionais de vendas e/ou serviços são representadas por taxas de alterações de reservas de vôos, de sub-arrendamentos de aeronaves, parcerias com o programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) e outros serviços, as quais são reconhecidas quando os serviços são prestados.

**(b) Estimativas contábeis**

As estimativas contábeis, revisadas trimestralmente, foram baseadas em fatores objetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, em conformidade com a prática contábil vigente. Itens significativos, sujeitos a estas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido ativo, provisão necessária para passivos contingentes, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

**(c) Moeda estrangeira**

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado.

**(d) Ativos circulante e realizável a longo prazo**

- *Aplicações financeiras*

As aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

- *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

- *Estoques*

Os estoques, representados substancialmente por peças e materiais a serem utilizados na execução dos serviços de manutenção e reparo, são apresentados ao seu custo médio de aquisição, sendo este inferior aos valores de reposição.

- *Demais ativos circulantes e realizável a longo prazo*

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

**(e) Permanente**

- *Investimentos*

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**i - TAM S.A. e TLA**

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, acrescidos de ágio ou deduzidos de deságio, quando aplicável.

O ágio decorrente da aquisição da TLA, fundamentado substancialmente na expectativa de rentabilidade futura da empresa adquirida, é amortizado pelo prazo de até dez anos, a partir do momento em que os benefícios passaram a ser gerados.

O deságio é atribuído a razões econômicas diversas (art. 21, alínea c da Instrução CVM no. 1/78) e, portanto, somente será amortizado no caso de baixa por alienação ou perecimento dos bens, em atendimento ao artigo 14, parágrafo 4, da Instrução CVM no. 247/96. Na posição consolidada, o saldo foi reclassificado para a rubrica "Resultados de exercícios futuros".

- *Imobilizado*

**i - TAM S.A., TLA e Mercosur**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, acrescido de reavaliação espontânea. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de componentes de itens do imobilizado que são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, são contabilizados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

- *Diferido*

O ativo diferido é representado substancialmente pelo direito de uso de propriedade alugada e é registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o prazo de uso das propriedades a partir da ocasião em que os benefícios começaram a ser gerados.

**(f) Passivos circulante e exigível a longo prazo**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

**(g) Provisões**

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigações legais ou constituídas como resultado de eventos passados, e é provável que recursos econômicos sejam requeridos para saldar as obrigações. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**(h) Transportes a executar**

A rubrica "Transportes a executar" representa as obrigações correspondentes aos cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

**(i) Benefícios a funcionários**

A empresa controlada TAM Linhas Aéreas S.A. patrocina plano de previdência privada de benefícios e contribuições definidos. Baseado na Deliberação CVM 371/00, a Companhia optou pelos ajustes do passivo atuarial, existentes até 2001, diretamente ao resultado do exercício, pelo período de cinco anos. Para os exercícios subseqüentes, as obrigações estão sendo reconhecidas quando incorridas.

**(j) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do ano.

Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

São também reconhecidos os encargos de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, sobre os saldos de "mais-valia" apurados nas reavaliações.

**(k) Arrendamento mercantil**

O arrendamento mercantil é registrado conforme previsto pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 921/2001, e em consonância com a Deliberação CVM 29/86, e está segregado em:

- Arrendamento mercantil financeiro - registrado em rubrica específica, considera as operações que envolvem contraprestações suficientes para recuperar o custo do bem arrendado, opção de compra e arrendamento de bem específico à atividade econômica; e

- Arrendamento mercantil operacional - refere-se a operações de arrendamento sem cláusula de opção de compra. As obrigações e respectivas despesas dessa modalidade de arrendamento são registradas quando incorridas.

**(l) Instrumentos financeiros**

A controlada TLA participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir a exposição a flutuações de moedas, taxas de juros e volatilidade dos preços dos combustíveis. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles.

**(m) Programa Fidelidade TAM**

A companhia patrocina programa de premiação para passageiros freqüentes (Programa Fidelidade TAM) cujos pontos são acumulados ao utilizarem os vôos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros.

Em 31 de dezembro de 2004, a controlada TLA apresenta pontos acumulados em seu programa de Fidelidade, conquistados por seus clientes e não resgatados. Considerando o nível de ocupação de suas aeronaves, a administração considera que o passivo correspondente a esses bilhetes deva ser valorizado utilizando-se a forma denominada "custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representados basicamente por seguro e serviço de bordo). Em virtude da incerteza quanto à data em que tais pontos serão resgatados, bem como os montantes envolvidos, os gastos decorrentes do Programa de Fidelidade TAM são apropriados aos resultados quando incorridos. Da mesma forma, as receitas decorrentes de parcerias com o Programa são registradas quando recebidas.

**(n) Demonstrações financeiras consolidadas**

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

As demonstrações financeiras das empresas consolidadas foram auditadas por auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas sobre as mesmas.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da TAM S.A. e suas controladas, a seguir relacionadas:

| | | Porcentagem de participação | |
|---|---|---|---|
| | Data base das demonstrações financeiras consolidadas | 2004 | 2003 |
| TAM Linhas Aéreas S.A. | 31.12.2004 | 100,00 | 100,00 |
| Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. | 30.11.2004 | 94,98 | 94,98 |

As demonstrações financeiras da TAM linhas Aéreas S.A., que foram tomadas como base para a consolidação na TAM S.A., já consideram os saldos consolidados com a Fidelidade Viagens e Turismo Ltda., cujo percentual de participação do capital, em 31 de dezembro de 2004, é de 100%.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

***Descrição dos principais procedimentos de consolidação:***

**i.** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

**ii.** Eliminação das participações no capital, reservas e lucros e prejuízos acumulados das empresas controladas;

**iii.** Eliminação dos saldos de receitas e despesas;

**iv.** Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financerias consolidadas; e

**v.** A reavaliação do ativo imobilizado da Mercosur foi considerada nas demonstrações financeiras consolidadas, visando o atendimento das práticas contábeis da Companhia, sem o devido reflexo contábil na escrituração societária de seu País de origem.

**vi.** O patrimônio líquido da Mercosur sediada no exterior, foi convertido em moeda nacional às taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras, nos termos do Pronunciamento XXV, emitido pelo IBRACON e referendado pela Deliberação CVM 28/86. O cálculo da equivalência patrimonial compreende, além da participação no resultado, os efeitos da variação cambial que está sujeito o patrimônio líquido da empresa controlada.

**(o) Informações suplementares**

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando, a título de informação suplementar, as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado consolidados, além do balanço social (modelo iBase).

- *Fluxos de caixa*

Elaborado de acordo com o NPC nº 20 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, considerando as principais operações que tiveram influência nas disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia, demonstrada no Anexo I.

- *Valor adicionado*

Elaborado de acordo com os Pareceres de Orientação CVM nº 15/87 e 24/92 e o Ofício Circular CVM nº 01/00. O modelo utilizado é o proposto pela NBCT nº 3.7 do Conselho Federal de Contabilidade, e apresenta o valor da riqueza criada pela Companhia e a forma que essa riqueza foi distribuída entre empregados, governo, financiadores externos e acionistas, demonstrada no Anexo II.

- *Balanço Social*

Elaborado de acordo com modelo sugerido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – iBase, demonstrado no Anexo III.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**4 Aplicações financeiras - Consolidado**

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| **Em moeda nacional** | | |
| Certificados de Depósito Bancário - CDB | 22.049 | |
| Letra Financeira do Tesouro - LFT | 155 | |
| Fundos de investimento | 429 | 5.000 |
| | 22.633 | 5.000 |
| **Em moeda estrangeira** | | |
| Fundos de renda fixa | 188.308 | |
| Fundos de investimento em títulos brasileiros | | 5.821 |
| Renda variável - Swap | | 90.259 |
| | 188.308 | 96.080 |
| | 210.941 | 101.080 |

**5 Contas a receber - Consolidado**

| | | | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|---|
| | Nacionais | Internacionais | Total | Total |
| Cartões de crédito | 233.975 | 2.878 | 236.853 | 114.194 |
| Agências de turismo | 178.073 | 12.346 | 190.419 | 135.030 |
| Correntistas | 27.491 | 519 | 28.010 | 18.440 |
| Congêneres | 34.583 | 6.558 | 41.141 | 32.539 |
| Agência de cargas | 3.100 | 6.765 | 9.865 | 5.640 |
| Parcelamento em cheques | 37.491 | | 37.491 | |
| Outros | 24.760 | 4.479 | 29.239 | 8.331 |
| Total | 539.473 | 33.545 | 573.018 | 314.174 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (28.295) | (2.105) | (30.400) | (21.210) |
| Total | 511.178 | 31.440 | 542.618 | 292.964 |

No decorrer do terceiro trimestre, a administração da empresa controlada TLA implementou política de vendas por cartões de crédito, com ampliação do prazo para recebimento em até 12 parcelas, sendo mantida até o encerramento do exercício, em caráter promocional e temporário.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**6 Demais contas a receber**

Representada, principalmente, por pré-pagamentos contratuais de aeronaves AIRBUS modelos A-319 e/ou A-320 efetuados à referida fabricante, no montante de R$ 29.085 (2003 – R$ 31.658), equivalentes a US$ 10.957 mil (2003 - US$ 10.957 mil).

Os valores desembolsados são mantidos como adiantamentos e foram classificados no ativo circulante, uma vez que é assegurada à empresa controlada TLA a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante até o próximo exercício, e a conseqüente contratação de financiamento dos equipamentos. Adicionalmente, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizaram, em 31 de dezembro de 2004, US$ 65.986 mil (2003- US$ 51.023 mil).

Dentre os demais valores classificados nessa conta, R$ 9.572 (2003 – R$ 22.464) correspondem a adiantamentos a fornecedores.

**7 Depósitos em garantia**

Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar estadunidense, acrescidos de juros calculados com base na variação da taxa LIBOR acrescida de juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento.

**8 Investimento em empresas controladas**

**(a) Composição dos saldos**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2004** | **2003** | **2004** | **2003** |
| Participações em empresas controladas | 220.592 | 69.513 | | |
| Ágio (deságio) apurado na aquisição de controladas | (8.324) | (6.033) | 2.775 | 5.066 |
| Outros investimentos | | | 70 | 420 |
| | **212.268** | **63.480** | **2.845** | **5.486** |

**(b) Informações sobre as empresas controladas**

| | | | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|---|
| | TAM Linhas Aéreas S.A. | Transportes Aéreos del Mercosur S.A. | Total | Total |
| Número de ações (quantidade) | | | | |
| Total | 2.064.602 | 87.653 | | |
| Possuídas | 2.064.602 | 83.253 | | |
| Percentual de participação | 100,00 | 94,98 | | |
| Patrimônio líquido | 182.235 | 40.384 | | 70.484 |
| Lucro líquido do período | 332.691 | 11.211 | | 182.002 |
| Valor contábil do investimento avaliado | 182.235 | 38.357 | 220.592 | 69.513 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 332.691 | 10.648 | 343.339 | 181.760 |

**9 Transações entre partes relacionadas**

| | | | | | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | TAM S.A. | TAM Linhas Aéreas S.A. | TAM Transportes Aéreos Del Mercosur S.A. | Fidelidade Viagens e Turismo Ltda. | Total | Total |
| **TAM Linhas Aéreas S.A.** | | | | | | |
| Contas a receber | | | | 40.270 | 40.270 | |
| Ativo realizável a longo prazo - contratos de mútuo | 22.592 | | | | 22.592 | 22.404 |
| Despesa operacional | (1.346) | 1.346 | | | | |
| Receita operacional | | | 15.446 | | 15.446 | |
| **TAM Transportes Aéreos del Mercosur S.A.** | | | | | | |
| Custos dos serviços prestados | | (15.446) | | | (15.446) | |
| **Fidelidade Viagens e Turismo Ltda.** | | | | | | |
| Contas a pagar | | (40.270) | | | (40.270) | |
| | 21.246 | (54.370) | 15.446 | 40.270 | 22.592 | 22.404 |

A Companhia controlada TLA recebeu da Táxi Aéreo Marília S.A. (“Marília”), ao longo do exercício de 2004, R$ 2.107 (2003 – R$ 1.487), correspondente a repasses de custos de utilização de pequena parte de sua estrutura, tais como área de importação e seguros de aeronaves. A Marília possui acionistas indiretos comuns à TLA.

As operações realizadas entre as empresas, apesar de não possuírem relevância, foram feitas em condições similares às de mercado.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**10 Imobilizado - Consolidado**

| | | | 2004 | 2003 | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Custo | Depreciação acumulada | Líquido | Líquido | Taxas anuais de depreciação - % |
| Equipamentos de vôo | 676.706 | (223.451) | 453.255 | 1.366.074 | 3,22 a 10 |
| Imóveis | 137.905 | (6.421) | 131.484 | 88.122 | 1,73 a 2,67 |
| Móveis, utensílios e instalações | 18.971 | (8.493) | 10.478 | 11.133 | 10 |
| Máquinas e equipamentos | 55.870 | (19.852) | 36.018 | 39.983 | 10 |
| Veículos | 26.145 | (21.482) | 4.663 | 7.220 | 20 |
| Computadores e periféricos | 54.943 | (18.555) | 36.388 | 23.264 | 20 |
| Imobilizações em andamento | 31.302 | | 31.302 | 21.866 | |
| Outros | 12.689 | (988) | 11.701 | 7.601 | 4 a 20 |
| | 1.014.531 | (299.242) | 715.289 | 1.565.263 | |

A rubrica "Equipamentos de vôo", em 31 de dezembro de 2004, inclui motores e conjuntos de peças e sobressalentes. A taxa média anual ponderada de depreciação para os equipamentos de vôo é de 8,64%.

A empresa controlada TLA, dando continuidade à adoção do critério contábil "Valor de mercado reavaliado", procedeu, em 31 de dezembro de 2004, conforme laudo de avaliação emitido por peritos independentes (Engeval Engenharia de Avaliações S/C Ltda.), aprovado em Assembléia Geral Extraordinária - AGE realizada nessa data, ao registro de uma nova reavaliação que inclui motores de aeronaves e imóveis. Essa reavaliação resultou em um acréscimo patrimonial, no valor de R$ 33.104 (R$ 21.933 líquido da provisão para imposto de renda e contribuição social, conforme Deliberação CVM 273/98). As avaliações compreenderam o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontravam. Como conseqüência, quando aplicável, foram determinadas novas estimativas de vida útil para esses itens.

A empresa controlada Mercosur, em conformidade com as práticas adotadas pela Companhia, procedeu, em 30 de novembro de 2004, conforme laudos de peritos independentes, avaliação das aeronaves e dos imóveis. Essa avaliação resultou em um acréscimo patrimonial na controladora, no valor de R$ 10.506 (R$ 9.343 líquido da provisão para imposto de renda, exceto sobre terrenos, conforme legislação vigente em seu país). As avaliações compreendem o valor de reposição dos bens, nas condições de uso em que se encontram.

Conforme disposição da Deliberação CVM 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação é transferida para a rubrica "Prejuízos acumulados" e totalizou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2004, R$ 7.584 (2003 - R$ 33.103).

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Em 19 de dezembro de 2003, a empresa controlada TLA assinou contrato de reorganização de dez aeronaves Fokker 100, que prevê a desistência na aquisição desses equipamentos e a sua devolução. Essa reorganização acarretou uma mudança na modalidade de arrendamento dos contratos então vigentes, os quais passaram a ser caracterizados como arrendamento mercantil operacional até a data de suas respectivas devoluções (Nota 14).

A empresa controlada TLA possuía outras 17 aeronaves arrendadas sob a modalidade de "leasing financeiro". Em função de renegociação efetuada com os arrendadores, durante o 2º trimestre de 2004, a modalidade destes contratos foi alterada de "financeira" para "operacional". Em decorrência desta alteração, a empresa controlada deixou de refletir tais bens em seu ativo imobilizado (Nota 12 (b)).

**11 Empréstimos e financiamentos - Consolidado**

| | 2004 | | | 2003 |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Longo prazo | | |
| | Principal e encargos | Principal | Total | Total |
| Em moeda estrangeira | | | | |
| Ativo imobilizado (i) | 5.718 | 19.870 | 25.588 | 36.440 |
| Em moeda nacional | | | | |
| Ativo imobilizado (ii) | 49.904 | 11.105 | 61.009 | 19.514 |
| Capital de giro (iii) | 63.955 | | 63.955 | 25.314 |
| | 113.859 | 11.105 | 124.964 | 44.828 |
| | 119.577 | 30.975 | 150.552 | 81.268 |

(i) Corresponde ao financiamento de equipamentos de apoio às atividades de solo, com vencimentos previstos para até 2022. Os encargos financeiros correspondem à variação da LIBOR acrescida de "spread" de até 1,5 % a.a. As garantias são os próprios bens objeto dos financiamentos.

(ii) Corresponde basicamente ao financiamento de equipamentos de informática, veículos e outros equipamentos utilizados na operação da Companhia, com vencimentos previstos para até setembro de 2007. Os encargos financeiros correspondem à variação da TJLP acrescida de "spread" de 4,0% a.a. As garantias são notas promissórias e os próprios bens objeto dos financiamentos.

(iii) Empréstimo com vencimentos previstos até maio de 2005. Os encargos financeiros são de 116% a 120% da variação do CDI, com cláusula de swap por variação cambial do Iene, acrescido de 1,4% a.a. Como lastro para estas linhas de crédito, foram concedidos domicílios bancários para recebíveis de cartão de crédito.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| Ano | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| 2005 | | 11.501 |
| 2006 | 7.865 | 1.367 |
| 2007 | 5.432 | 1.019 |
| 2008 | 1.900 | 2.068 |
| 2009 | 823 | 895 |
| 2010 | 874 | 951 |
| Posteriores a 2010 | 14.081 | 15.804 |
| | 30.975 | 33.605 |

**12 Arrendamentos mercantis - Consolidado**

**(a) Compromissos assumidos**

| | | | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|---|
| | Circulante | Longo prazo | | |
| | Principal e encargos | Principal | Total | Total |
| Financeiros – motores e peças | | | | |
| Fokker 100 (i) | 2.641 | | 2.641 | 310.919 |
| Airbus 319/Airbus 320 (ii) | 9.198 | 38.633 | 47.831 | 496.427 |
| Airbus 330 (iii) | 2.865 | 8.683 | 11.548 | 182.298 |
| | 14.704 | 47.316 | 62.020 | 989.644 |
| Operacionais renegociados (iv) | 40.264 | 159.075 | 199.339 | 244.949 |
| | 54.968 | 206.391 | 261.359 | 1.234.593 |

(i) Fokker 100 - Financiamentos de cinco motores para aeronaves Fokker 100 (2003 – dez aeronaves e sete motores), contratados em novembro de 2003, com vencimentos finais em outubro de 2005, no valor equivalente a US$ 995 mil (2003 - US$ 107.614 mil), com juros correspondentes à variação da LIBOR semestral.

(ii) Airbus A319/Airbus A320 - Financiamentos de oito motores e peças para aeronaves Airbus A319 e Airbus A320 (2003 – quatro aeronaves Airbus A319, duas aeronaves Airbus A320, seis motores e peças), contratados entre setembro de 1999 a julho de 2002, com vencimentos finais entre novembro de 2009 e maio de 2014, no valor equivalente a US$ 18.020 mil (2003 - US$ 171.822 mil), com juros correspondentes à variação da

LIBOR semestral.

(iii) Airbus A330 - Financiamento de dois motores e peças para aeronaves Airbus A330 (2003 – uma aeronave Airbus A330, dois motores e peças), contratados em julho de 1999, com vencimento final entre maio de 2006 e maio de 2009, no valor equivalente a US$ 4.351 mil (2003 - US$ 63.096 mil), com juros de 1,5% ao ano além da variação da LIBOR, com pagamentos iniciados em 28 de julho de 1999.

(iv) Corresponde a parcelas de contratos de leasing operacional, incorridas ao longo do exercício de 2003, cujos vencimentos foram renegociados e estão sendo pagas entre a data destas demonstrações financeiras e o prazo final de 2007.

Para os contratos de arrendamentos mercantis financeiros, as garantias oferecidas são os próprios bens objeto dos financiamentos.

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição por ano:

| Ano | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| 2005 | | 97.750 |
| 2006 | 34.758 | 86.999 |
| 2007 | 53.328 | 105.325 |
| 2008 | 35.505 | 105.811 |
| 2009 | 33.957 | 106.529 |
| 2010 | 13.962 | 115.557 |
| Posteriores a 2010 | 34.881 | 346.744 |
| | 206.391 | 964.715 |

**(b) Mudança na modalidade de leasing**

Durante o segundo trimestre de 2004, a administração da empresa controlada TLA, em comum acordo com os arrendadores envolvidos, alterou alguns de seus contratos de leasing (10 Fokker 100, 4 Airbus A319, 2 Airbus A320 e 1 Airbus A330) da modalidade "financeira" para "operacional". Desta forma, os contratos de arrendamentos mercantis financeiros das aeronaves, deixam de ser refletidos no balanço patrimonial, em virtude das operações contratadas não preverem mais a opção de compra das aeronaves pela TLA.

Devido a essa mudança, foram registrados o estorno da reserva de reavaliação, correspondente àquelas aeronaves, e seus correspondentes efeitos fiscais diferidos nos montantes de R$ 226.560 e de R$ 116.713, respectivamente, conforme previsto pela Deliberação CVM 165/94. Os efeitos credores da baixa das contas patrimoniais nos montantes de R$ 294.564 e R$ 58.715 foram reconhecidos nas rubricas "Resultado não operacional, líquido" e "Despesas financeiras", respectivamente. Os valores baixados do ativo permanente – equipamentos de vôo e de arrendamentos mercantis financeiros, por ocasião do registro contábil das alterações das modalidades dos leasings, foram R$ 544.360 e R$ 897.639 (US$ 318.510 mil), respectivamente.

Para comodidade dos usuários das demonstrações financeiras da Companhia, a administração decidiu demonstrar a posição ajustada "pro forma" dos principais números do balanço patrimonial e o lucro líquido

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

do exercício, caso estas alterações contratuais tivessem ocorrido em 31 de dezembro de 2003:

| | Consolidado (informações não auditadas) | | |
|---|---|---|---|
| | **Posição contábil publicada conforme legislação societária brasileira** | **Ajustes para equiparação das operações** | **Posição ajustada "pro forma"** |
| **Ativo** | | | |
| Circulante | 774.411 | - | 774.411 |
| Realizável a longo prazo | 435.577 | (92.446) | 343.131 |
| Permanente | 1.578.500 | (903.842) | 674.658 |
| | 2.788.488 | (996.288) | 1.792.200 |
| **Passivo** | | | |
| Circulante | 966.343 | (89.920) | 876.423 |
| Exigível a longo prazo | 1.768.149 | (868.895) | 899.254 |
| Resultado de exercícios futuros | 11.099 | - | 11.099 |
| Participação de acionistas minoritários | 971 | - | 971 |
| Patrimônio Líquido | 41.926 | (37.473) | 4.453 |
| | 2.788.488 | (996.288) | 1.792.200 |
| Lucro líquido do período | 173.804 | 188.029 | 361.833 |

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**13 Contratos de arrendamento mercantil operacional**

A empresa controlada TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em virtude das operações contratadas não preverem a opção de compra das aeronaves pela TLA, representados por 30Fokker 100, 13 Airbus A319, 31 Airbus A320 e 9 Airbus A330 (2003 – 33 Fokker 100, 9 Airbus A319, 29 Airbus A320 e 8 Airbus A330). Os contratos têm prazo de até 192 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar estadunidense acrescido da LIBOR semestral. Em 31 de dezembro de 2004, o custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou R$ 631.088 (2003 – R$ 626.363), equivalentes a US$ 216.341 mil (2003 - US$ 203.772 mil).

Os desembolsos futuros em Reais, assumidos em decorrência desses contratos e, por ano de vencimento, totalizam:

| | Milhares de dólares estadunidense | |
|---|---|---|
| **Ano** | **2004** | **2003** |
| 2004 | | 195.146 |
| 2005 | 219.032 | 188.565 |
| 2006 | 210.391 | 174.486 |
| 2007 | 199.418 | 152.574 |
| 2008 | 177.458 | 135.744 |
| 2009 | 164.120 | 126.598 |
| 2010 | 162.161 | 117.111 |
| Posteriores a 2010 | 622.319 | 446.202 |
| | 1.754.899 | 1.536.426 |

A administração da Companhia iniciou avaliação do enquadramento de determinadas instituições que mantém relacionamento no conceito de Entidades de Propósito Específico – EPE, conforme determina a Instrução CVM nº 408/04. Até o encerramento do exercício não havia sido possível concluir sobre o eventual enquadramento como definido na referida Instrução.

**14 Reorganização da frota de Fokker 100**

Como resultado do processo de reorganização de sua frota de aeronaves Fokker 100, a empresa controlada TLA, em 19 de dezembro de 2003, rescindiu 19 contratos de arrendamento mercantil, sendo dez na modalidade “financeira” e nove “operacional”. Como conseqüência, a TLA firmou contrato obrigando-se a pagar multa rescisória em 30 parcelas trimestrais consecutivas, com vencimentos entre abril de 2004 e julho de 2011, no montante original de R$ 94.188, integralmente contabilizada no resultado daquele exercício.

Adicionalmente, a TLA negociou o vencimento de determinadas parcelas vencidas até a data da assinatura do respectivo contrato, no montante original de R$ 49.599.

Essas aeronaves, a partir da data do referido contrato até a data de sua devolução, estão contratadas sob a modalidade de arrendamento mercantil operacional.

A devolução dessas aeronaves ocorrerá no período compreendido entre julho de 2004 e julho de 2005. Até 31 de dezembro de 2004, treze aeronaves foram devolvidas, conforme cronograma original.

O valor total do compromisso, em 31 de dezembro de 2004, montava R$ 116.499 (2003 – R$ 143.787), equivalente a US$ 43.889 mil (2003 – US$ 49.767 mil), sendo R$ 6.274 (2003 – R$ 1.589) classificado no passivo circulante (Demais contas a pagar).

Os vencimentos a longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| **Ano** | **2004** | **2003** |
| 2005 | | 9.362 |
| 2006 | 10.446 | 12.582 |
| 2007 | 14.432 | 17.384 |
| 2008 | 17.057 | 20.545 |
| 2009 | 22.708 | 27.353 |
| 2010 | 25.736 | 31.000 |
| Posteriores a 2010 | 19.846 | 23.972 |
| | 110.225 | 142.198 |

## 15 Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2004, o saldo contábil da rubrica "Transportes a executar" é representado por 916.761 (2003 – 531.954) cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados.

Utilizando-se a média de passageiros transportados durante o exercício de 2004, a quantidade de cupons vendidos e não utilizados que remanescem em aberto em 31 de dezembro de 2004, correspondem a aproximadamente 20 dias de transporte de passageiros.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**16 Provisão para contingências - Consolidado**

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Tributárias | | |
| COFINS (i) | 208.743 | 166.143 |
| PIS (i) | 66.081 | 80.360 |
| Adicional tarifário (ii) | 113.862 | 74.234 |
| IRRF sobre operações de "leasing" | 9.757 | 6.917 |
| Fundo aeroviário (iii) | 24.496 | 16.144 |
| | 422.939 | 343.798 |
| Trabalhistas | 7.949 | 7.189 |
| Cíveis | 19.111 | 11.364 |
| | 449.999 | 362.351 |

(i) Refere-se à discussão da constitucionalidade da mudança da base de tributação do PIS e da majoração da alíquota e base de apuração da COFINS, introduzidas pela Lei Nº 9.718/98. Foram efetuados depósitos judiciais que compreendem o período de junho de 1997 a abril de 1999. Para os meses que não foram efetuados depósitos, a TLA está amparada por medida liminar.

(ii) Refere-se à cobrança de 1% sobre o valor das tarifas aéreas de todos os bilhetes de passagens vendidos em linhas aéreas regulares domésticas não suplementadas. A administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

(iii) Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A administração da empresa controlada TLA apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.

A administração da TLA provisiona a totalidade dos valores em discussão judicial, cujas ações apresentam provável desfecho desfavorável para a Companhia. Os depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa estão registrados no ativo realizável a longo prazo, e são assim compostos:

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **2004** | **2003** |
| Tributárias | | |
| COFINS | 25.397 | 25.397 |
| PIS | 8.450 | 8.450 |
| Trabalhistas | 3.951 | 1.753 |
| Cíveis | 10.139 | 6.182 |
| | 47.937 | 41.782 |

**17 Debêntures**

Foram aprovadas em AGE, realizadas em 1o. de fevereiro de 2002 e 07 de abril de 2003, emissões privadas de debêntures não conversíveis em ações, de forma nominativa escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal de R$ 100,00 cada. O lançamento dessas debêntures já foi concluído e totalizaram seis e três séries, respectivamente. O prazo de vencimento de cada série é de trinta e sessenta meses, respectivamente, contados a partir da data de subscrição da respectiva série e, com carência de seis meses, no caso das debêntures da primeira emissão.

As debêntures são da espécie com garantia real representada por penhor de direitos creditórios e fazem jus a juros equivalentes a taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada taxa DI "Over extragrupo", acrescida de spread de 1% ao ano, para a primeira emissão. Para a segunda emissão, os juros são de 4,75% ao ano, acrescidos de variação acumulada da TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

As emissões efetuadas têm a seguinte composição:

| Data | Série | Quantidade | Valor da emissão | 2004 | 2003 |
|---|---|---|---|---|---|
| **Primeira emissão** | | | | | |
| 08 de fevereiro de 2002 | primeira | 52.000 | 5.200 | | 2.552 |
| 20 de março de 2002 | segunda | 130.199 | 13.020 | | 7.050 |
| 22 de abril de 2002 | terceira | 288.713 | 28.871 | | 17.092 |
| 20 de maio de 2002 | quarta | 117.295 | 11.730 | | 7.534 |
| 20 de junho de 2002 | quinta | 119.104 | 11.910 | | 8.218 |
| 30 de julho de 2002 | sexta | 138.989 | 13.899 | 952 | 10.184 |
| | | 846.300 | 84.630 | 952 | 52.630 |
| **Segunda emissão** | | | | | |
| 22 de abril de 2003 | primeira | 473.006 | 47.301 | 39.966 | 45.360 |
| 22 de abril de 2003 | segunda | 222.835 | 22.284 | 18.828 | 21.369 |
| 16 de maio de 2003 | terceira | 177.165 | 17.717 | 15.402 | 17.286 |
| | | 873.006 | 87.302 | 74.196 | 84.015 |
| Total | | 1.719.306 | 171.932 | 75.148 | 136.645 |
| Circulante | | | | (23.619) | (71.479) |
| Exigível a longo prazo | | | | 51.529 | 65.166 |

As liquidações destas obrigações estão sendo cumpridas conforme previsto nos contratos originais.

As garantias oferecidas são disponibilidades mantidas junto ao Bankboston Banco Múltiplo S.A., no dia 24 de cada mês em valores suficientes para quitação do valor total dessas parcelas mensais.

**18 Imposto de renda e contribuição social**

(a) **Conciliação entre imposto de renda e contribuição social, nominal e efetivo**

| | Consolidado | | | |
|---|---|---|---|---|
| | 2004 | | 2003 | |
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 497.660 | 497.660 | 238.475 | 238.475 |
| Alíquotas - % | 25% | 9% | 25% | 9% |
| Despesa com imposto de renda e contribuição social | (124.415) | (44.789) | (59.619) | (21.463) |
| Imposto de renda e contribuição social sobre adições (exclusões) permanentes (i) | 9.873 | 3.366 | 14.554 | 5.240 |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Corrente | (63.501) | (17.791) | | |
| Diferidos | (51.041) | (23.632) | (45.065) | (16.223) |
| | (114.542) | (41.423) | (45.065) | (16.223) |

O demonstrativo acima reflete a movimentação da Companhia e das controladas TLA e Fidelidade (2003 – Companhia e TLA), pois a empresa controlada Mercosur, por força da legislação do país de sua matriz, sofre tributação de imposto de renda diretamente sobre o faturamento bruto. Como o resultado da controladora decorre basicamente de equivalência patrimonial em controladas, que não está sujeito à tributação, e de pequenas despesas necessárias à sua manutenção, conservadoramente, a administração da Companhia decidiu não reconhecer os créditos tributários decorrentes dos resultados negativos gerados por sua operação.

(i) A natureza desses montantes referem-se, em 2004, ao líquido das adições e exclusões ocorridas nos períodos decorrentes. Em 2003, referem-se ao líquido das adições e exclusões ocorridas no exercício, basicamente, das depreciações das mais valias registradas no imobilizado por reavaliações.

(b) **Composição do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos**

| | Consolidado | |
|---|---|---|
| | **2004** | **2003** |
| Prejuízos fiscais acumulados | 31.205 | 58.391 |
| Bases negativas da contribuição social acumuladas | 35.399 | 43.007 |
| Diferenças temporárias na apuração do resultado tributável | 122.537 | 166.069 |
| | 189.141 | 267.467 |
| Circulante | (39.897) | (17.891) |
| Realizável a longo prazo | 149.244 | 249.576 |

Com base nas projeções anuais dos resultados tributáveis, descontados a valor presente por taxas de mercado, conforme prevê a Instrução CVM 371/00, e com base na atual legislação de compensação dos lucros tributáveis (limitação de 30% anuais para os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social), a administração da companhia estima que o aproveitamento dos créditos tributários diferidos acontecerá nos seguintes percentuais anuais:

| **2005** | **2006** | **2007** | **2008** | **2009** |
|---|---|---|---|---|
| 20% | 17% | 19% | 23% | 21% |

Caso a compensação do crédito tributário fosse demonstrada com base no critério de resultados projetados nominais, a realização desse ativo se daria de forma integral até o ano de 2007.

As perspectivas de realização do crédito tributário, incluem várias premissas, relacionadas a dados quantitativos e financeiros que são, no momento, consideradas as melhores estimativas disponíveis. Todavia é importante ressaltar, como parte das atividades de orçamento, considerando-se a sua dependência em relação a performance do contexto econômico e as condições operacionais em que a TLA no momento está inserida, existe a possibilidade de existirem variações entre os resultados orçados e os efetivamente apurados.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não-dedutíveis, incentivos fiscais e outras circunstâncias, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido estimado pela Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da TLA.

(c) **Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos**

A reserva de reavaliação, conforme Deliberação CVM 273/98, está avaliada, em 31 de dezembro de 2004, líquida dos encargos de imposto de renda e contribuição social incidentes sobre essa mais valia, apurada sobre motores de aeronaves e imóveis. Os referidos encargos diferidos foram apurados com base nas alíquotas previstas para tributação sobre os valores de reavaliação da empresa controlada e totalizam, em 31 de dezembro de 2004, R$ 55.597 (2003 - R$ 173.610).

**19 Patrimônio líquido**

**(a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é representado por 61.364.671 ações escriturais, sendo 29.908.124 ordinárias e 31.456.547 preferenciais. O capital social autorizado é de R$ 300.000, podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2004, a Companhia não possuía ações em tesouraria.

As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembléia geral, porém têm prioridade na distribuição de dividendos, prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade e direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de quaisquer benefícios a acionistas.

**(b) Dividendos**

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, é garantido aos acionistas dividendo mínimo obrigatório na base de 25% sobre o lucro líquido do exercício após a dedução de 5% da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos no mínimo 10% maiores que a distribuição das ações ordinárias.

**(c) Acordo de acionistas**

A Companhia mantém acordo de acionistas, datado de 20 de novembro de 2002, que discorre sobre os seguintes principais aspectos:

- Princípios de gestão;
- Oferta pública de ações;
- Conselho fiscal;
- Direito de preferência e outras disposições relativas à alienação e oneração de ações;
- Resoluções de impasses;
- Fiscalização da Companhia; e
- Renúncias.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Especificamente com relação à oferta pública de ações, o acordo estabelece prazo de 2 anos, prorrogável por mais 6 meses, para que a Companhia providencie oferta pública de ações, no Brasil ou no exterior, de acordo com as condições de mercado vigentes à época.

**(d) Reserva de reavaliação**

A parcela realizada no exercício da reserva de reavaliação constituída em exercícios anteriores, proporcional à depreciação sobre o valor dos bens reavaliados do ativo permanente foi transferida para prejuízos acumulados e, em 2004, totalizou R$ 7.584 (2003 – 33.103). Do total da reserva, R$ 27.400 correspondem à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual venda dos ativos.

Em conformidade a Instrução CVM nº 197/93, os encargos tributários sobre a reserva de reavaliação, que em 31 de dezembro de 2004 montam R$ 56.822 (2003 – R$ 173.610), são reconhecidos ao resultado na medida da realização dessa reserva.

**20 Segmentação da receita bruta**

**(a) Por tipo de serviço prestado**

| | 2004 | % | 2003 | % | Variação horizontal (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| **Receita Doméstica** | | | | | |
| Regular - Pax | 3.019.725 | 63,6 | 2.534.007 | 67,3 | 19,2 |
| Fretamento - Pax | 213.575 | 4,5 | 153.669 | 4,1 | 39,0 |
| Carga | 193.545 | 4,1 | 153.339 | 4,0 | 26,2 |
| **Total** | **3.426.845** | **72,2** | **2.841.015** | **75,4** | **20,6** |
| **Receita Internacional** | | | | | |
| Regular - Pax | 871.248 | 18,4 | 674.326 | 17,9 | 29,2 |
| Fretamento - Pax | 21.892 | 0,5 | 5.094 | 0,1 | 329,8 |
| Carga | 125.408 | 2,6 | 82.500 | 2,2 | 52,0 |
| **Total** | **1.018.548** | **21,5** | **761.920** | **20,2** | **33,7** |
| **Outras receitas operacionais** | | | | | |
| Comissões | 17.189 | 0,4 | 14.645 | 0,4 | 17,4 |
| Parcerias com o Cartão Fidelidade | 58.251 | 1,2 | 30.999 | 0,8 | 87,9 |
| Sub-arrendamento de aeronaves | 126.320 | 2,7 | 57.282 | 1,5 | 120,5 |
| Outros | 97.128 | 2,0 | 61.922 | 1,7 | 56,9 |
| **Total** | **298.888** | **6,3** | **164.848** | **4,4** | **81,3** |
| **Receita Bruta** | **4.744.281** | **100,0** | **3.767.783** | **100,0** | **25,9** |

**(b) Por localidade geográfica**

| | 2004 | % | 2003 | % | Variação horizontal (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Brasil | 3.725.694 | 78,5 | 3.005.863 | 79,8 | 23,9 |
| Europa | 449.218 | 9,5 | 336.166 | 8,9 | 33,6 |
| América do Norte | 366.016 | 7,7 | 230.042 | 6,1 | 59,1 |
| América do Sul (excluindo Brasil) | 203.353 | 4,3 | 195.712 | 5,2 | 4,0 |
| **Total** | **4.744.281** | **100,0** | **3.767.783** | **100,0** | **25,9** |

**(c) Por linha de produto**

| | 2004 | % | 2003 | % | Variação horizontal (%) |
|---|---|---|---|---|---|
| Regular - Pax | 3.890.973 | 82,0 | 3.208.333 | 85,2 | 21,3 |
| Fretamento - Pax | 235.467 | 5,0 | 158.763 | 4,2 | 48,3 |
| Cargas | 318.953 | 6,7 | 235.839 | 6,3 | 35,2 |
| Outras receitas | 298.888 | 6,3 | 164.848 | 4,3 | 81,3 |
| **Total** | **4.744.281** | **100,0** | **3.767.783** | **100,0** | **25,9** |

## 11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**21 Composição dos principais grupos de custos e despesas - Consolidado**

| | | | | 2004 | | 2003 | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Despesas | | | | | |
| | Custos dos serviços prestados | Comerciais | Gerais, administrativas | Total | % | Total | % |
| Pessoal | 405.965 | 59.531 | 80.229 | 545.725 | 12,9 | 417.088 | 11,5 |
| Combustíveis | 1.066.731 | | | 1.066.731 | 25,3 | 786.996 | 21,7 |
| Depreciações e amortizações | 79.847 | 1.081 | 10.153 | 91.081 | 2,2 | 154.995 | 4, 3 |
| Manutenções e revisões (exceto pessoal) | 389.186 | | | 389.186 | 9,2 | 372.180 | 10,3 |
| Seguros de aeronaves | 52.714 | | | 52.714 | 1,2 | 76.810 | 2,1 |
| Tarifas de pouso e decolagem e de auxílio à navegação | 185.773 | | | 185.773 | 4,4 | 151.103 | 4,2 |
| Arrendamento de Aeronaves, Motores e equipamentos | 632.337 | 2.202 | 16.495 | 651.034 | 15,4 | 647.825 | 17,9 |
| Serviços prestados por terceiros | 84.130 | 145.247 | 131.084 | 360.461 | 8,5 | 303.634 | 8,4 |
| Comissões | | 380.525 | | 380.525 | 9,0 | 336.074 | 9,2 |
| Incentivos e descontos | | 195.918 | | 195.918 | 4,6 | 137.330 | 3,8 |
| Taxas de administração de cartões de crédito | | 39.047 | | 39.047 | 0,9 | 29.413 | 0,8 |
| Marketing | | 40.836 | | 40.836 | 1,0 | 24.565 | 0,7 |
| Outros | 115.898 | 28.270 | 82.453 | 226.621 | 5,4 | 185.999 | 5,1 |
| | **3.012.581** | **892.657** | **320.414** | **4.225.652** | **100,00** | **3.624.012** | **100,00** |

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**22 Resultado Financeiro - Consolidado**

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| **Receitas financeiras** | | |
| Variações cambiais | 6.956 | 430.521 |
| Juros ativos | 6.007 | 1.705 |
| Descontos obtidos | 15.552 | 33.621 |
| Ganhos com instrumentos financeiros | 1.524 | 10.666 |
| Outras receitas financeiras | 1.767 | 94 |
| | 31.806 | 476.607 |
| **Despesas financeiras** | | |
| Variações cambiais | | (3.906) |
| Juros passivos | (57.342) | (172.930) |
| CPMF | (14.287) | (11.107) |
| Perdas com instrumentos financeiros | (34.858) | (11.424) |
| Outras despesas financeiras | (7.894) | (15.797) |
| | (114.381) | (215.164) |
| **Resultado financeiro, líquido** | (82.575) | 261.443 |

**23 Demonstração do EBITDAR, EBITDA e EBIT - Consolidado**

A Companhia utiliza o EBITDAR (lucro antes dos juros, impostos, depreciações, amortizações e aluguéis - leasing), o EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) e o EBIT (lucro antes dos juros e impostos) como indicadores para aferição de seu desempenho financeiro e econômico.

Estes indicadores não são medidas previstas nas normas contábeis brasileiras. A Companhia utiliza o EBITDAR, o EBITDA e o EBIT por serem medidas financeiras padrão, os dois primeiros amplamente utilizadas no setor de aviação regular e o último por toda a comunidade financeira.

Os indicadores acima não devem ser analisados isoladamente, devem ser avaliados conjuntamente com o lucro operacional e o lucro líquido do exercício, que são apurados em conformidade com as práticas vigentes na legislação societária brasileira.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Demonstramos a seguir a apuração do EBITDAR, EBITDA e EBIT da Companhia:

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| **Lucro antes dos acionistas minoritários** | **341.695** | **174.046** |
| Imposto de renda e contribuição social | 155.965 | 61.288 |
| Resultado financeiro, líquido | 82.575 | (261.443) |
| Resultado não operacional, líquido | (300.126) | (15.381) |
| Outras despesas operacionais líquidas | 14.610 | 8.821 |
| **EBIT** | **294.719** | **(32.669)** |
| Depreciações e amortizações | 91.426 | 154.995 |
| Amortizações de ágio em controlada | 2.291 | 4.457 |
| **EBITDA** | **388.436** | **126.783** |
| Aluguéis - leasing | 651.034 | 647.825 |
| **EBITDAR** | **1.039.470** | **774.608** |
| Receita líquida | 4.520.371 | 3.591.343 |
| **Margens:** | | |
| EBIT | 6,52% | (0,91%) |
| EBITDA | 8,59% | 3,53% |
| EBITDAR | 23,00% | 21,57% |

**24 Benefícios a empregados**

**(a) Plano de aposentadoria complementar**

A empresa controlada patrocina três planos (TAM Prev I, II e III) de complementação de benefícios de aposentadoria, conforme mencionados a seguir:

**(i) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Plano I**

O plano de aposentadoria TAM Prev - Plano I, administrado por instituição específica denominada MultiPensions Bradesco, foi implantado em outubro de 1982 e foi estruturado na modalidade de "Benefícios Definidos", principalmente para aposentadoria, morte e invalidez, parcialmente custeado por contribuições dos participantes e complementado pelas contribuições da patrocinadora.

Em 26 de novembro de 2004 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a proposta de migração dos participantes do Plano I para o Plano III. Até 31 de dezembro de 2004, 161 participantes já haviam aderido à essa proposta de migração. Atualmente, este plano está fechado para ingresso de novos participantes.

**(ii) Plano de aposentadoria - TAM Prev - Planos II e III**

O plano de aposentadoria TAM Prev - Planos II e III, administrados também pela MultiPensions Bradesco, foram implantados em abril de 1995 e em dezembro de 1998, respectivamente, e foram estruturados na modalidade de "Contribuições Definidas" para os benefícios de aposentadoria, parcialmente custeados por contribuições dos participantes e complementados pelas contribuições da patrocinadora e na modalidade de "Benefícios Definidos", para os benefícios de data incerta (morte e invalidez), custeados integralmente pela patrocinadora.

O valor total do passivo líquido dos planos, apurado em laudo de avaliação emitido por atuário independente, datado de 11 de janeiro de 2005, cujas premissas da época não acarretaram mudanças significativas para 2004 e o montante pendente de registro contábil, o qual, conforme previsto pela referida Deliberação CVM, está sendo reconhecido ao resultado em cinco anos, desde de 01 de janeiro de 2002. O valor residual a ser amortizado nos próximos dois exercícios totaliza R$ 3.467.

Desde o ano de 2002, o valor registrado na rubrica “Demais contas a pagar”, monta a R$ 13.980.

Os valores de ativos totais líquidos e a quantidade de participantes ativos dos planos, em 31 de dezembro de 2004, são os seguintes:

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Ativos líquidos | | |
| TAM Prev - Plano I | 25.972 | 30.489 |
| TAM Prev - Plano II | 7.158 | 5.811 |
| TAM Prev - Plano III | 3.501 | 4.354 |
| | 36.631 | 40.654 |
| Participantes ativos (em quantidade de funcionários) | | |
| TAM Prev - Plano I | 64 | 239 |
| TAM Prev - Plano II | 1.253 | 1.348 |
| TAM Prev - Plano III | 1.258 | 1.196 |
| | 2.575 | 2.783 |

**(iii) Metodologia de apuração da obrigação atuarial**

A metodologia adotada pelo atuário independente (Towers, Perrin, Forster & Crosby Ltda.) para apuração dos valores de obrigações atuariais foi a do método da unidade de crédito projetada e foram suportadas pelas seguintes hipóteses atuariais:

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

| | Percentuais anuais | |
|---|---|---|
| | **2004** | **2003** |
| Econômicas | | |
| Taxa nominal de desconto | 12,36 | 12,36 |
| Taxa nominal de retorno esperado dos ativos | 14,28 | 12,36 |
| Taxa nominal de crescimento dos benefícios do plano | 6 | 6 |
| Taxa nominal de crescimento salarial futuro | 8,12 | 8,12 |
| Inflação | 6 | 6 |
| Taxa de crescimento dos benefícios da previdência social | 6 | 6 |
| Demográficas | | |
| Tábua de mortalidade | AT-49 | AT-49 |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RRB 1944 | RRB 1944 |
| Tábua de entrada em invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |
| Tábua de rotatividade | PW-1 | PW-1 |

**(b) Participação nos resultados**

Conforme acordo sindical ajustado anualmente, a administração da Companhia efetuará pagamento de participação nos resultados em decorrência do atingimento de determinadas performances estabelecidas de acordo com o orçamento anual. Nesse sentido, a administração registrou, na rubrica "Salários e encargos sociais", provisão para pagamento deste benefício no valor de R$ 51.908.

**25 Cobertura de seguros**

As empresas controladas mantém cobertura de seguros por montantes acima dos valores mínimos obrigatórios que considera necessários para cobertura de eventuais sinistros, em vista da natureza de seus bens e dos riscos inerentes à sua atividade. Em 31 de dezembro de 2004, a cobertura de seguros, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves da controlada TAM - Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreo del Mercosur S.A. e em relação aos valores máximos indenizáveis, monta:

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

| Ramo | Cobertura - US$ mil |
|---|---|
| Aeronáutico | 2.498.652 |
| Responsabilidades (por aeronave) | |
| Civil | 1.500.000 |
| Guerra | 150.000 |

Em função dos atentados nos Estados Unidos da América de 11 de setembro de 2001, as companhias de seguro criaram taxas adicionais para cobertura de cascos de aeronaves e para responsabilidade civil provocada por atentados de guerra ou atos de terrorismo.

As seguradoras limitaram as coberturas mundiais em US$ 150.000 mil por sinistro e, para quantias superiores, os pagamentos de prêmios deveriam ser efetivados à vista para o período total das apólices, o que tornou inviável a contratação.

Como conseqüência, o governo brasileiro, através da Lei no. 10.744, de 09 de outubro de 2003 e Decreto nº 5035 de 05 de abril de 2004, assumiu o compromisso de cobrir eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas que a companhia possa vir a ser exigida. Conforme regulamentado pela referida lei, as despesas de responsabilidades civis, assumidas pelo governo federal, ficam limitadas ao equivalente em reais a um bilhão de dólares estadunidenses.

**26 Contingências ativas**

**(a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**

(i) Em 17 de dezembro de 2001, em virtude de decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, deixou de incidir ICMS sobre a receita decorrente de serviços de transporte aéreo nacional e internacional de passageiros, bem como sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas internacionais.

Como conseqüência adicional a essa decisão, permanece sendo requerida a tributação do ICMS sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas nacionais. Para a parcela procedente, a administração mantém provisão do ICMS a pagar. Nesse sentido, é mantida a provisão em 31 de dezembro de 2004 no montante de R$ 4.698 (2003 - R$ 6.622), apresentada na rubrica "Impostos e tarifas a recolher".

As obrigações com vencimento em prazo superior a um ano, decorrente de parcelamentos aprovados, no montante de R$ 1.571 (2003 – 3.638), encontram-se classificadas no passivo exigível a longo prazo, na rubrica "Demais contas a pagar".

(ii) No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. Atualmente a administração da TLA estuda junto a seus assessores jurídicos as medidas eventualmente cabíveis no sentido de recuperar a totalidade dos valores pagos. Todavia, a administração da TLA optou por somente reconhecer a totalidade dos créditos envolvidos, estimados em aproximadamente R$ 55 milhões, e eventual atualização, no momento em que a recuperação financeira desse direito estiver definida.

**(b) Indenização por insuficiência tarifária**

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto desta causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal.

Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização sido determinado em R$ 245 milhões, com base em cálculo feito pelo perito judicial. Este montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região, julgando o recurso interposto pela União, determinou o retorno do processo para novo julgamento em 1a. instância. Contra esta decisão, encontra-se ainda pendente de julgamento embargos de declaração opostos pela TLA perante o TRF da 1ª Região.

A administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

**27 Instrumentos financeiros**

**(a) Considerações gerais**

A Companhia realiza operações de derivativos com o objetivo de se proteger dos efeitos de variações da exposição em moeda estrangeira. Adicionalmente, excessos de caixa temporários são aplicados em linha com as políticas de tesouraria reavaliadas de forma contínua, além de minimizar os efeitos da volatilidade dos preços dos combustíveis.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo.

**(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia**

- **Risco de preço dos serviços** - Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos serviços prestados pela Companhia, em função de operar num mercado bastante competitivo, local e internacional. A Companhia poderá ter o custo dos serviços prestados afetado por alterações nos preços internacionais de seu principal insumo, representado pelo combustível de aviação. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações desses preços nos mercados nacional e internacional, visando ajustar os preços dos serviços ao custo efetivo, e possui política de contratação de "hedge" de combustíveis que baseia-se na proteção dos três meses seguintes.

- **Risco de taxas de juros** - Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a ter perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

- **Risco de taxas de câmbio** - Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Para se proteger dessas oscilações a Companhia adota a política de contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de Opções Asiáticas, conforme demonstrado no item "c" abaixo. Parte do risco é mitigado pelo fato da Companhia operar no exterior e as receitas dessa operação serem realizadas em moeda forte. A atual política de contratação de Hedge basea-se na proteção dos 12 meses seguintes.

- **Risco de crédito** - Advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de prestação de serviços ao consumidor e/ou a agências de viagens ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota a prática do estabelecimento de limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor (basicamente para as agências de viagens). Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições com baixo risco de crédito avaliado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro.

**(c) Valor de mercado**

Os saldos contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia refletem os seus valores de mercado e foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas de juros praticadas atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares. Com relação aos financiamentos, cujas características estão divulgadas nas Notas 11 a 14, o saldo contábil equivale ao seu valor de mercado.

**(d) Exposição**

- **Risco de taxa de câmbio**

A Companhia contrata operações financeiras com derivativos, visando basicamente à proteção de sua exposição à moeda estrangeira, decorrente da aquisição de combustível, de contratação de serviços de manutenção de motores junto aos fabricantes e de contratos de financiamentos com a finalidade de expansão/manutenção de suas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2004, os contratos de "swap com opções" visando o "hedge" de obrigações com fornecedores e financiamentos a vencer montam R$ 661.476 - US$ 249.200 mil (2003 - R$ 430.680 – US$ 150.000 mil), e possuem vencimentos variáveis até 01 de agosto de 2005.

As operações acima, se liquidadas em 31 de dezembro de 2004, apresentariam perdas de R$ 7.585.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

A exposição cambial está preponderantemente indexada ao dólar estadunidense como segue:

| | 2004 | 2003 |
|---|---|---|
| Ativo: | | |
| Aplicações financeiras - indexados ao US$ | 210.941 | 101.080 |
| Passivo: | | |
| Empréstimos e financiamentos / Reorganização da frota | (403.446) | (1.414.820) |
| Fornecedores estrangeiros | (32.830) | (40.942) |
| Arrendamentos mercantis – compromissos assumidos (12 meses) | (581.399) | (563.816) |
| Exposição cambial – R$ | (806.734) | (1.918.498) |
| Instrumentos financeiros (Hedge) | 661.476 | 430.680 |
| Exposição cambial, líquida | **(145.258)** | **(1.487.818)** |

A administração da Companhia entende que a exposição acima tem seus efeitos minimizados em decorrência de parte de suas vendas serem feitas no exterior, em moeda forte.

- **Risco de preço de serviços**

Durante 2004, a Companhia contratou operações visando à proteção de sua exposição à variação de preços do combustível de aviação, seu principal insumo.

Em 31 de dezembro de 2004, essas operações, com vencimentos variáveis até 01 de abril de 2005, montam, aproximadamente, R$ 28.731, equivalentes a cerca de 246 mil barris.

Se liquidadas em 31 de dezembro de 2004, as operações acima apresentariam perdas de R$ 369.

**(d) Aplicações financeiras**

Representadas por aplicações de renda fixa com remuneração de variação cambial, com prazo de vencimento de até 60 dias.

**(e) Investimentos**

As controladas TAM Linhas Aéreas S.A. e Transportes Aéreos del Mercosur S.A. são empresas de capital fechado e, portanto não há informações disponíveis sobre seus valores de mercado.

**28 Programa Fidelidade TAM**

Em 31 de dezembro de 2004, o Programa de Fidelidade TAM apresentava 830.888 (2003 – 708.155) trechos domésticos de passagens aéreas conquistados por seus clientes e ainda não resgatados equivalentes a trechos domésticos. Em decorrência dos atuais níveis médios de ocupação de nossos vôos, e, utilizando-se a forma de

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

"custo incremental", que leva em consideração apenas os custos adicionais por passageiro transportado (representado basicamente por seguro e serviço de bordo), a obrigação total do programa totaliza aproximadamente R$ 4.312 (2003 – R$ 7.868). Desta forma, a administração da Companhia adota a prática de contabilização destes custos quando efetivamente incorridos, por ocasião do transporte de nossos clientes Fidelidade. Durante o exercício de 2004 foram concedidas e utilizadas por nossos clientes 429.200 (2003 – 425.654) passagens grátis que, valorizadas pela forma descrita acima, totalizaram a R$ 2.232 (2003 – 4.729) de custos registrados ao resultado do exercício.

Os números de trechos domésticos de passagens aéreas conquistadas pelos clientes e ainda não resgatados correspondem à quantidade máxima de trechos, sem desconto da média dos trechos não utilizados pelos clientes. A média de trechos não utilizados pelos clientes é de aproximadamente 15%, o que reduziria a quantidade de trechos não voados para 706.920 (2003 – 602.498).

Considerando-se que a conversão de pontos em trechos ocorre, na média, a cada 10.000 pontos adquiridos, em 31 de dezembro de 2004, os clientes que já encontravam-se com quantidade de pontos suficientes para conversão, correspondiam a 484.707 (2003 – 397.492) trechos domésticos de passagens aéreas.

Os pontos conquistados por nossos clientes no Programa Fidelidade TAM têm validade de dois anos para serem convertidos em bilhetes. Esse fato limita eventual crescimento do passivo do programa, que apresenta tendência de estabilidade em relação à quantidade de passageiros transportados.

O Programa Fidelidade TAM também tornou-se fonte de receitas para a Companhia, em função de parcerias firmadas com diversas empresas. No decorrer do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, este número montou a R$ 58.251 (2003 – 30.999).

**29 Code Share**

Como forma de contribuir para a auto-sustentabilidade do setor e, conseqüentemente, com a da Companhia, em 2003 foram iniciadas, e continuam vigentes vôos compartilhados (code share) com a "VARIG", S.A. – (Viação Aérea Rio-Grandense), sendo esta a primeira ação prática conjunta, após a assinatura de um Protocolo de Entendimentos celebrado em 6 de fevereiro de 2003. Atualmente, 67% dos vôos da Companhia são compartilhados com a VARIG.

A medida buscou e proporcionou, principalmente, eliminar a sobreposição de vôos, racionalizando a oferta e garantindo aos passageiros serviços regulares e de alta qualidade, propiciando, no âmbito dos passageiros, maior oferta de vôos e mais opções de horários, e, na ótica da Companhia, efetiva redução dos custos operacionais e consequente melhoria das margens de lucro. Além disso, conforme dados do Departamento de Aviação Civil (DAC), este procedimento colaborou para o aumento do aproveitamento consolidado de todas as companhias aéreas brasileiras.

A TAM S.A., na qualidade de controladora da TLA e da Mercosur e a FRB-Par Investimentos S.A. ("FRB-Par"), como acionista controladora da "VARIG", S.A. – (Viação Aérea Rio-Grandense) ("VARIG"), Varig Participações em Transportes Aéreos S.A. (controladora da Rio Sul Linhas Aéreas S.A. e da Nordeste Linhas Aéreas S.A.), e Varig Participações em Serviços Complementares S.A., em continuidade ao Protocolo de Entendimentos firmado em 6 de fevereiro de 2003, celebraram, em 17 de setembro de 2003, Contrato de Associação, para confirmar os termos da eventual associação entre VARIG, Rio Sul, Nordeste e TLA.

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

Originalmente, a TAM e a FRB-Par vislumbraram solução conjunta que passaria pela criação de uma nova empresa, com capital integralizado pelas participações acionárias acima mencionadas e com estrutura de capital compatível com a geração de resultados de sua atividade.

Em 06 de outubro de 2003, a TAM e a FRB-Par aditaram o Contrato de Associação, de forma a prorrogar prazos antes estabelecidos para cumprimento de determinadas obrigações, o que foi feito através da assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Associação.

Com a evolução dos estudos e das negociações, as partes haviam deliberado reestudar o modelo de associação originalmente desenhado no Contrato de Associação, cujas tratativas caminhavam na direção da manutenção do compartilhamento de vôos, que mostrou-se uma política vencedora e benéfica para todos os envolvidos.

O processo de associação está regular perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, tendo sido observados todos os dispositivos legais e administrativos aplicáveis.

**30 Eventos subseqüêntes**

Em 27 de janeiro de 2005, as companhias, em comum acordo com o CADE, assumiram compromisso de apresentar plano detalhado para rompimento do compartilhamento de vôos, em decorrência da atual situação das empresas. As partes submeterão os documentos solicitados à apreciação do CADE, nos prazos legais.

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2004** | **2003** | **2004** | **2003** |
| **Fluxo de caixa das atividades operacionais** | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 341.132 | 173.804 | 341.132 | 173.804 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais | | | | |
| Depreciações e amortizações | 101 | 199 | 91.426 | 154.995 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | 74.673 | 61.288 |
| Provisão para contingências | (6) | 10 | 87.648 | 119.276 |
| Equivalência Patrimonial | (343.339) | (181.760) | | |
| Amortização de ágio | 2.291 | 4.457 | 2.291 | 4.457 |
| Valor residual de ativo permanente baixado | | | 577.443 | 212.238 |
| Arrendamentos mercantis financeiros de longo prazo baixados | | | (833.523) | (217.079) |
| Variações monetárias e cambiais, líquidas | | | 9.893 | (256.933) |
| Outras provisões | | | 9.043 | 17.485 |
| (Aumento) diminuição de ativos | | | | |
| Contas a receber | 159 | (210) | (256.199) | (59.930) |
| Tributos a recuperar | | | 25.510 | (1.273) |
| Estoques | | | (9.251) | 278 |
| Despesas do exercício seguinte | | | 5.004 | 1.165 |
| Depósitos em garantia | | | 6.844 | 5.570 |
| Depósitos judiciais | | | (6.155) | (180) |
| Demais contas a receber | 5 | (5) | 3.607 | 2.367 |
| Aumento (diminuição) de passivos | | | | |
| Fornecedores | | | 64.427 | (117.018) |
| Salários e encargos sociais | (103) | 9 | 63.628 | (1.655) |
| Transportes a executar | | | 142.102 | 43.907 |
| Impostos e tarifas a recolher | (32) | 20 | (12.140) | 5.542 |
| Arrendamento mercantil a pagar | | | (25.658) | 130.653 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social a pagar | 16 | | 3.072 | |
| Empresas ligadas e controladas | 188 | 3.422 | | |
| Demais contas a pagar | 2 | | 3.045 | 48.462 |
| **Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais** | **414** | **(54)** | **367.862** | **327.419** |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Fluxo de caixa das atividades de investimento** | | | | |
| Aquisição de imobilizado | | | (122.285) | (84.351) |
| Aumento no ativo diferido | | | | (2.478) |
| Aumento do capital social | | | | 2.693 |
| Participação dos acionistas minoritários | | | 563 | 971 |
| Resultado de exercícios futuros - deságio | | | | 11.099 |
| **Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos** | | | **(121.722)** | **(72.066)** |
| **Fluxo de caixa das atividades de financiamento** | | | | |
| Empréstimos e financiamentos/Arrendamentos mercantis financeiros | | | (50.860) | (149.412) |
| Debêntures | | | (70.742) | 20.564 |
| **Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento** | | | **(121.602)** | **(128.848)** |
| **Aumento (diminuição) líquido no caixa e equivalentes** | **414** | **(54)** | **124.538** | **126.505** |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 470 | 56 | 296.861 | 172.323 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | (56) | (110) | (172.323) | (45.818) |
| **Variação no caixa e equivalentes** | **414** | **(54)** | **124.538** | **126.505** |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|---|---|---|---|
| | **2004** | **2003** | **2004** | **2003** |
| **Receitas** | | | | |
| Vendas de serviços | 1.346 | 630 | 4.744.281 | 3.767.783 |
| Provisão para devedores duvidosos | | | (9.108) | (7.463) |
| Não operacionais | | | 300.126 | 15.381 |
| | 1.346 | 630 | 5.035.299 | 3.775.701 |
| **Insumos adquiridos de terceiros** | | | | |
| Custos dos serviços prestados | | | (1.289.358) | (1.011.097) |
| Materiais, energia, serviços de terceiros e outros | (2) | (451) | (1.431.210) | (1.197.232) |
| | (2) | (451) | (2.720.568) | (2.208.329) |
| **Valor adicionado bruto** | **1.344** | **179** | **2.314.731** | **1.567.372** |
| **Retenções** | | | | |
| Depreciação e amortização | (101) | (199) | (91.426) | (154.995) |
| Amortização de ágio em controlada | (2.291) | (4.457) | (2.291) | (4.457) |
| **Valor adicionado líquido produzido pela entidade** | **(1.048)** | **(4.477)** | **2.221.014** | **1.407.920** |
| **Recebido em transferência** | | | | |
| Equivalência patrimonial | 343.339 | 181.760 | | |
| Receitas financeiras | 30 | | 31.806 | 476.607 |
| **Valor adicionado total a distribuir** | **342.321** | **177.283** | **2.252.820** | **1.884.527** |
| **Distribuição do valor adicionado** | | | | |
| Pessoal e encargos | (727) | (1.652) | (480.722) | (359.119) |
| Impostos, taxas e contribuições | (251) | (1.321) | (679.275) | (496.994) |
| Aluguéis | | | (651.034) | (647.825) |
| Juros e variações cambiais | (211) | (506) | (100.657) | (206.785) |
| **Retenção de lucros** | **341.132** | **173.804** | **341.132** | **173.804** |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado

| 1 - Base de Cálculo | 2004 Valor (Mil reais) | 2003 Valor (Mil reais) |
|---|---|---|
| Receita líquida (RL) | 4.520.371 | 3.591.344 |
| Resultado operacional (RO) | 197.534 | 219.953 |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 546.470 | 412.696 |

| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Alimentação | 41.442 | 8% | 1% | 36.973 | 9% | 1% |
| Encargos sociais compulsórios | 104.960 | 19% | 2% | 86.992 | 21% | 2% |
| Previdência privada | 8.408 | 2% | 0% | 5.266 | 1% | 0% |
| Saúde | 6.946 | 1% | 0% | 6.084 | 1% | 0% |
| Segurança e medicina no trabalho | 1.455 | 0% | 0% | 1.147 | 0% | 0% |
| Educação | 160 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Cultura | 0 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 8.171 | 1% | 0% | 10.396 | 3% | 0% |
| Creches ou auxílio-creche | 360 | 0% | 0% | 340 | 0% | 0% |
| Participação nos lucros ou resultados | 51.907 | 9% | 1% | 0 | 0% | 0% |
| Outros | 6.387 | 1% | 0% | 7.961 | 2% | 0% |
| **Total - Indicadores sociais internos** | 230.196 | 42% | 5% | 155.159 | 38% | 4% |

| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Educação | 0 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Cultura | 4.664 | 2% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Saúde e saneamento | 0 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Esporte | 1.306 | 1% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 0 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Outros | 1.641 | 1% | 0% | 1.200 | 1% | 0% |
| **Total das contribuições para a sociedade** | 7.611 | 4% | 0% | 1.200 | 1% | 0% |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 611.080 | 309% | 14% | 441.980 | 201% | 12% |
| **Total - Indicadores sociais externos** | 618.691 | 313% | 14% | 443.180 | 201% | 12% |

| 4 - Indicadores Ambientais | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa | 799 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |
| **Total dos investimentos em meio ambiente** | 799 | 0% | 0% | 0 | 0% | 0% |

| | | |
|---|---|---|
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | ( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( X ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% | ( X ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% |

| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | | |
|---|---|---|
| Nº de empregados(as) ao final do período | 8.215 | 7.424 |
| Nº de admissões durante o período | 613 | 268 |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 3.673 | 3.593 |
| Nº de estagiários(as) | 164 | 300 |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 932 | 826 |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 4.019 | 3.417 |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 25,80% | 31,25% |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 395 | 363 |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 1,41% | 0,45% |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 39 | 31 |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

**6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial**

| | 2004 | | | Metas 2005 | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | | 126 | | | 126 | |
| Número total de acidentes de trabalho | | 182 | | | 164 | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | ( ) direção | ( X ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | ( X ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | ( X ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) todos(as) + Cipa | ( X ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | ( X ) não se envolve | ( ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT | ( X ) não se envolverá | ( ) seguirá as normas da OIT | ( ) incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( X ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( X ) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( X ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e gerências | ( X ) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | ( X ) não são considerados | ( ) são sugeridos | ( ) são exigidos | ( ) não serão considerados | ( ) serão sugeridos | ( X ) serão exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa: | ( ) não se envolve | ( ) apóia | ( X) organiza e incentiva | ( ) não se envolverá | ( ) apoiará | (X ) organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 21.896 | no Procon 127 | na Justiça 1.143 | na empresa 21896 | no Procon 127 | na Justiça 1.143 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa n/d% | no Procon __ n/d% | na Justiça ___ n/d% | na empresa _n/d% | no Procon ___ n/d% | na Justiça ___ n/d% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R$): | **Em 2004:** | **2.252.820** | | **Em 2003:** | **1.884.527** | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 30,15% governo 0,00% acionistas | 21,34% colaboradores(as) 33,37% terceiros | 15,14% retido | 26,37% governo 0,00% acionistas | 19,06% colaboradores(as) 45,35 % terceiros | 9,22% retido |

**7 - Outras Informações**

Detalhamentos, comentários e projetos estão destacados no Relatório da Administração da Companhia, publicado juntamente com as demonstrações financeiras.
Responsável pelas informações: Roberto Hobeika
Contato: 5033-2102 rhreg@tam.com.br Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo.

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Noemy Almeida Oliveira Amaro
Presidente

Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato
Vice – Presidente

Conselheiros:
Henri Philippe Reichstul
Joaquim Felipe de Andrade Cavalcanti
Luiz Antônio Correa Nunes Viana Oliveira
Mauricio Rolim Amaro
Roger Ian Wright

**DIRETORIA**

Marco Antonio Bologna
Diretor-Presidente

Líbano Miranda Barroso
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Diretores:
Gelson Pizzirani
José Wagner Ferreira
Ruy Antônio Mendes Amparo

**CONTROLADORIA**

Eduardo Matzenbacher
Diretor de Controladoria
Contador CRC 1SP 140.861/O-0

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

# ANEXO I

Informações Anuais – IAN (apenas informações não incluídas neste Prospecto)

*(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)*

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL**

| 1 - EVENTO BASE | 2 - DATA DO EVENTO | 3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS | 4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS | 5 - ACORDO DE ACIONISTAS | 6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO |
|---|---|---|---|---|---|
| AGE | 16/05/2005 | 792 | 5 | SIM | NÃO |

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
16/05/2005

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

| ORDINÁRIAS | | PREFERENCIAIS | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|
| 9 - QUANTIDADE (Unidade) | 10 - Percentual | 11 - QUANTIDADE (Unidade) | 12 - Percentual | 13 - QUANTIDADE (Unidade) | 14 - Percentual |
| 19.042 | 0,03 | 646.380 | 1,02 | 665.422 | 0,54 |

**03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO**

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | | | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil) | 9 - % | 10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. | 13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS | 14 - CONTROLADOR | |
| 01 | TAM - EMP E PARTICIPAÇÕES LTDA | | | | | | 52.045.457-0001/16 | Brasileira | SP |
| 58.180.630 | 97,27 | 22.324.554 | 35,48 | 80.505.184 | 65,60 | 16/05/2005 | SIM | SIM | |
| 02 | BRASIL PRIVATE EQ FUNDO DE INV EM PARTIC | | | | | | 01.451.084-0001/42 | Brasileira | SP |
| 0 | 0,00 | 20.640.570 | 32,81 | 20.640.570 | 16,82 | 16/05/2005 | SIM | SIM | |
| 03 | BRAZILIAN EQUITY INVESTMENTS III LLC | | | | | | 90.000.005-8440/03 | Estrangeiro | EX |
| 16.928 | 0,03 | 4.440.830 | 7,06 | 4.457.758 | 3,63 | 16/05/2005 | SIM | SIM | |
| 04 | LATIN AMERICAN CAPITAL PARTNERS II LLC | | | | | | 90.000.005-8530/02 | Estrangeiro | EX |
| 0 | 0,00 | 5.330.236 | 8,47 | 5.330.236 | 4,34 | 16/05/2005 | SIM | SIM | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL**

| 1 - EVENTO BASE | 2 - DATA DO EVENTO | 3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS | 4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS | 5 - ACORDO DE ACIONISTAS | 6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO |
|---|---|---|---|---|---|
| AGE | 16/05/2005 | 792 | 5 | SIM | NÃO |

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
16/05/2005

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

| ORDINÁRIAS | | PREFERENCIAIS | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|
| 9 - QUANTIDADE (Unidade) | 10 - Percentual | 11 - QUANTIDADE (Unidade) | 12 - Percentual | 13 - QUANTIDADE (Unidade) | 14 - Percentual |
| 19.042 | 0,03 | 646.380 | 1,02 | 665.422 | 0,54 |

**03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO**

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | | | | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil) | 9 - % | 10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil) | 11 - % | 12 - COMP.CAP.SOC. | 13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS | | 14 - CONTROLADOR | |
| 05 | LATIN AMERICA CAPITAL PARTNERS PIV LLC | | | | | | | 90.000.005-8548/23 | Estrangeiro | EX |
| 2 | 0,00 | 1.356.054 | 2,16 | 1.356.056 | 1,10 | 16/05/2005 | SIM | | SIM | |
| 06 | BRAZILIAN EQUITY LLC | | | | | | | 90.000.005-8432/01 | Estrangeiro | EX |
| 4.474 | 0,01 | 1.173.990 | 1,87 | 1.178.464 | 0,97 | 16/05/2005 | SIM | | SIM | |
| 07 | AEROSYSTEM S.A. EMPR. E PARTICIPAÇÕES | | | | | | | 63.904.585-0001/94 | Brasileira | SP |
| 1.515.656 | 2,53 | 7.000.480 | 11,13 | 8.516.136 | 6,94 | 16/05/2005 | SIM | | SIM | |
| 08 | AGROPECUARIA NOVA FRONTEIRA LTDA | | | | | | | 15.543.176-0001/67 | Brasileira | MS |
| 79.516 | 0,13 | 0 | 0,00 | 79.516 | 0,06 | 16/05/2005 | NÃO | | SIM | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL**

| 1 - EVENTO BASE | 2 - DATA DO EVENTO | 3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS | 4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS | 5 - ACORDO DE ACIONISTAS | 6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO |
|---|---|---|---|---|---|
| AGE | 16/05/2005 | 792 | 5 | SIM | NÃO |

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO

8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

16/05/2005

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

| ORDINÁRIAS | | PREFERENCIAIS | | TOTAL | |
|---|---|---|---|---|---|
| 9 - QUANTIDADE (Unidade) | 10 - Percentual | 11 - QUANTIDADE (Unidade) | 12 - Percentual | 13 - QUANTIDADE (Unidade) | 14 - Percentual |
| 19.042 | 0,03 | 646.380 | 1,02 | 665.422 | 0,54 |

**03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DE AÇÕES COM DIREITO A VOTO**

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | | | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil) | 9 - % | 10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil) | 11 - % | 12 - COMP.CAP.SOC. | 13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS | 14 - CONTROLADOR | |
| 97 | AÇÕES EM TESOURARIA | | | | | | | | |
| 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | | | | |
| 98 | OUTROS | | | | | | | | |
| 19.042 | 0,03 | 646.380 | 1,02 | 665.422 | 0,54 | | | | |
| 99 | TOTAL | | | | | | | | |
| 59.816.248 | 100,00 | 62.913.094 | 100,00 | 122.729.342 | 100,00 | | | | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 01 | TAM - EMP E PARTICIPAÇÕES LTDA | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
| 0102 | João Francisco Amaro | 039.104.151-72 | Brasileiro | SP |
| 13.199.341 | 8,35 | 0 | 0,00 | 13.199.341 | 8,35 | |
| 0103 | Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato | 113.879.198-90 | Brasileira | SP |
| 60.365.248 | 38,19 | 0 | 0,00 | 60.365.248 | 38,19 | |
| 0104 | Maurício Rolim Amaro | 269.303.758-10 | Brasileiro | SP |
| 60.365.248 | 38,19 | 0 | 0,00 | 60.365.248 | 38,19 | |
| 0105 | Marcos Adolfo Tadeu Senamo Amaro | 319.018.448-89 | Brasileiro | SP |
| 24.146.100 | 15,27 | 0 | 0,00 | 24.146.100 | 15,27 | |
| 0199 | TOTAL | | | |
| 158.075.937 | 100,00 | 0 | 0,00 | 158.075.937 | 100,00 | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 02 | BRASIL PRIVATE EQ FUNDO DE INV EM PARTIC | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 03 | BRAZILIAN EQUITY INVESTMENTS III LLC | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 04 | LATIN AMERICAN CAPITAL PARTNERS II LLC | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 05 | LATIN AMERICA CAPITAL PARTNERS PIV LLC | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| | | | | |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 06 | BRAZILIAN EQUITY LLC | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 07 | AEROSYSTEM S.A. EMPR. E PARTICIPAÇÕES | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|

| 0701 | Noemy Almeida Oliveira Amaro | 992.115.058-87 | Brasileira | SP |
|---|---|---|---|---|

| 85.152 | 50,00 | 168.132 | 50,00 | 253.284 | 50,00 | |
|---|---|---|---|---|---|---|

| 0702 | Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato | 113.879.198-90 | Brasileira | SP |
|---|---|---|---|---|

| 28.384 | 16,67 | 56.044 | 16,67 | 84.428 | 16,67 | |
|---|---|---|---|---|---|---|

| 0703 | Maurício Rolim Amaro | 269.303.758-10 | Brasileiro | SP |
|---|---|---|---|---|

| 28.384 | 16,67 | 56.044 | 16,67 | 84.428 | 16,67 | |
|---|---|---|---|---|---|---|

| 0704 | Marcos Adolfo Tadeu Senamo Amaro | 319.018.448-89 | Brasileiro | SP |
|---|---|---|---|---|

| 28.384 | 16,66 | 56.045 | 16,66 | 84.429 | 16,66 | |
|---|---|---|---|---|---|---|

| 0799 | TOTAL | | | |
|---|---|---|---|---|

| 170.304 | 100,00 | 336.265 | 100,00 | 506.569 | 100,00 | |
|---|---|---|---|---|---|---|

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DOS CONTROLADORES ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA**

| 1 - ITEM | 2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA | 3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL |
|---|---|---|
| 08 | AGROPECUARIA NOVA FRONTEIRA LTDA | 16/05/2005 |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| 0801 | Noemy Almeida Oliveira Amaro | 992.115.058-87 | Brasileira | SP |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 2.965.988 | 45,71 | 0 | 0,00 | 2.965.988 | 45,71 | |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| 0802 | Maria Cláudia Oliveira Amaro Demenato | 113.879.198-90 | Brasileira | SP |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.267.179 | 19,53 | 0 | 0,00 | 1.267.179 | 19,53 | |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| 0803 | Maurício Rolim Amaro | 269.303.758-10 | Brasileiro | SP |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1.267.179 | 19,53 | 0 | 0,00 | 1.267.179 | 19,53 | |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| 0804 | Marcos Adolfo Tadeu Senamo Amaro | 319.018.448-89 | Brasileiro | SP |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 988.654 | 15,23 | 0 | 0,00 | 988.654 | 15,23 | |

| 1 - ITEM | 2 - NOME/RAZÃO SOCIAL | 3 - CPF/CNPJ | 4 - NACIONALIDADE | 5 - UF |
|---|---|---|---|---|
| 0899 | TOTAL | | | |

| 6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades) | 7 - % | 8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades) | 9 - % | 10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades) | 11 - ¨% | 12 - COMP.CAP.SOC. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 6.489.000 | 100,00 | 0 | 0,00 | 6.489.000 | 100,00 | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS**

| 1- ITEM | 2 - DATA DA ALTERAÇÃO | 3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil) | 4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil) | 5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO | 7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil) | 8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 04 | 18/09/2003 | 120.749 | 2.693 | Emissão novas ações ordinárias | 797.740 | 3,3760128900 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS**

| 1- ITEM | 2 - DATA APROVAÇÃO | 3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais) | 4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais) | 5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil) | 6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil) |
|---|---|---|---|---|---|
| 01 | 16/05/2005 | | | 61.364.671 | 122.729.342 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO**

| 1 - QUANTIDADE (Mil) | 2 - VALOR (Reais Mil) | 3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO |
|---|---|---|
| 122.729.342 | 1.200.000 | 16/05/2005 |

**04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO**

| 1- ITEM | 2 - ESPÉCIE | 3 - CLASSE | 4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil) |
|---|---|---|---|
| 01 | ORDINÁRIAS | | 59.816.248 |
| 02 | PREFERENCIAIS | | 62.913.094 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL**

| 1 - ITEM | 2 - ESPÉCIE DA AÇÃO | 3 - CLASSE DA AÇÃO | 4 - % DO CAPITAL SOCIAL | 5 - CONVERSÍVEL | 6 - CONVERTE EM | 7 - DIREITO A VOTO | 8 - TAG ALONG % | 9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL | 17 - OBSERVAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 10 - PRÊMIO | 11 - TIPO DE DIVIDENDO | 12 - % DIVIDENDO | 13 - R$/AÇÃO | 14 - CUMULA-TIVO | 15 - PRIORITÁ-RIO | 16 - CALCULADO SOBRE | | | |
| 01 | ORDINÁRIA | | 48,74 | NÃO | | PLENO | 0,00 | NÃO | |
| NÃO | MÍNIMO | 25,00 | 0,00000 | NÃO | NÃO | LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO | | | |
| 02 | PREFERENCIAL | | 51,26 | NÃO | | NÃO | 0,00 | SIM | |
| NÃO | 10% SUPERIOR A ORD | 0,00 | 0,00000 | NÃO | SIM | | | | |

**06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA**

| 1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO | 2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO) |
|---|---|
| 16/05/2005 | 25,00 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO**

| 1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO | 2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil) | 3 - PERIODICIDADE |
|---|---|---|
| SIM | 500.000 | MENSAL |

**07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS**

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2004

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2003

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2002

| 4- ITEM | 5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES | 6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil) | 7 - VALOR DO PENÚL-TIMO EXERCÍCIO (Reais Mil) | 8 - VALOR DO ANTEPE-NÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil) |
|---|---|---|---|---|
| 01 | PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS | 0 | 0 | 0 |
| 02 | PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS | 46.316 | 0 | 0 |
| 03 | PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES | 5.592 | 0 | 0 |
| 04 | PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS | 0 | 0 | 0 |
| 05 | CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA | 0 | 0 | 0 |
| 06 | CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA | 0 | 0 | 0 |
| 07 | OUTRAS CONTRIBUIÇÕES | 0 | 0 | 0 |
| 08 | LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO | 341.132 | 173.804 | 0 |
| 09 | PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO | 0 | 0 | -605.733 |

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS**

| 1- ITEM | 2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA | 3 - CNPJ | 4 - CLASSIFICAÇÃO | 5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA | 6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA |
|---|---|---|---|---|---|
| 7 - TIPO DE EMPRESA | | | | | |
| 01 | TAM LINHAS AÉREAS S/A | 02.012.862/0001-60 | FECHADA CONTROLADA | 100,00 | 95,51 |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | | | | |
| 02 | TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S/A | . . / - | FECHADA CONTROLADA | 94,98 | 20,10 |
| EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS | | | | | |

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

## 14.02 - INFORMAÇÕES RECOMENDÁVEIS, MAS NÃO OBRIGATÓRIAS

As informações do resultado do período compreendido entre 18 de setembro de 2003 e 31 de dezembro de 2003, da subsidiária Transportes Aéreos del Mercosur S.A., são as seguintes:

| Demonstração do Resultado | Em milhares de reais |
|---|---|
| Receita de vôo | 38.504 |
| Outras receitas operacionais | 4.394 |
| | 42.898 |
| Deduções e impostos sobre vendas | (446) |
| **Receita líquida operacional** | **42.452** |
| Custo dos serviços prestados | (25.422) |
| **Lucro Bruto** | **17.030** |
| **(Despesas) receitas operacionais** | |
| Comerciais | (10.120) |
| Gerais e administrativas | (2.946) |
| Despesas financeiras | (1.276) |
| Receitas financeiras | 960 |
| | (13.382) |
| **Lucro operacional** | **3.648** |
| Resultado não operacional, líquido | 1.167 |
| **Lucro do período** | **4.815** |
| Lucro por ação | 54,93252 |

Os valores apresentados no quadro 19.07 correspondem ao exercício social de 2003.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

**ACORDO DE ACIONISTAS ADITADO E CONSOLIDADO**

Assinam o presente instrumento:

**I - AS PARTES:**

(a) TAM - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. (doravante denominada isoladamente "TEP"), com sede na Rua Monsenhor Antonio Pepe nº 331, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n° 03.168.654/0001-17, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(b) AEROSYSTEM S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES (doravante denominada isoladamente "AEROSYSTEM"), com sede Rua Monsenhor Antonio Pepe nº 94, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o n° 63.904.585/0001-94, neste ato representada na forma de seu estatuto social;

(c) BRASIL PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (doravante denominado isoladamente "FUNDO BRASILEIRO"), fundo de investimentos, com sede à Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 13º andar, Cidade e Estado de São Paulo, neste ato representado por seu administrador, o CREDIT SUISSE FIRST BOSTON DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. (doravante denominado isoladamente "CSFB"), com sede à Av. Brigadeiro Faria Lima nº 3064, 13° andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob o nº 30.121.792/0001-13, por seus representantes legais abaixo assinados;

(d) BRAZILIAN EQUITY INVESTMENTS III LLC, c/o The Corporation Trust Company (doravante denominado isoladamente "BEI III"), fundo de investimentos, com sede na Orange Street, 1209, Wilmington, New Castle, Delaware, 19801, por seus representantes legais abaixo assinados;

(e) BRAZILIAN EQUITY LLC, c/o The Corporation Trust Company, (doravante denominado isoladamente "BEL"), fundo de investimentos, com sede na Orange Street, 1209, Wilmington, New Castle, Delaware, 19801, por seus representantes legais abaixo assinados;

(f) LATIN AMERICA CAPITAL PARTNERS II LLC (doravante denominado isoladamente "LATCAP II"), sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída de acordo com as

leis do Estado de Delaware, EUA, com sede em 1209 Orange Street, Wilmington, Delaware, 19801, por seus representantes legais abaixo assinados; e

(g) LATIN AMERICA CAPITAL PARTNERS PIV LLC (doravante denominado isoladamente "LATCAP PIV"), sociedade por quotas de responsabilidade limitada constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, EUA, com sede em 1209 Orange Street, Wilmington, Delaware, 19801, por seus representantes legais abaixo assinados.

**II – OS INTERVENIENTES ANUENTES:**

(a) TAM S.A (doravante denominada isoladamente "TAM S.A."), sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Jurandir, 856, Lote 4, 3º andar, inscrita no CNPJ sob o n° 01.932.635/0001-18, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social;

(b) CSFB, já qualificado;

(c) CREDIT SUISSE FIRST BOSTON (BAHAMAS) LIMITED (doravante denominado isoladamente "CSFB-BAHAMAS"), com sede no Bahamas Financial Center, 4th Floor, Shirley and Charlotte Streets, P.O. Box N-3721, Nassau Bahamas, por seus representantes legais ao final assinados

CONSIDERANDO QUE em 20 de novembro de 2002 as PARTES celebraram Acordo de Acionistas para disciplinar seu relacionamento recíproco na qualidade de acionistas da TAM S.A. ("ACORDO DE 2002");

CONSIDERANDO QUE é de interesse das PARTES aprimorar certos dispositivos do ACORDO DE 2002, de modo a compatibilizá-lo com os requisitos do Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA;

RESOLVEM as PARTES aditar e consolidar o ACORDO DE 2002, que será substituído, na sua íntegra, pelo presente Acordo de Acionistas Aditado e Consolidado ("ACORDO"), de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

**1. OBJETO DO PRESENTE ACORDO**

1.1. O objeto do presente ACORDO é a disciplina das relações das PARTES (doravante denominados "PARTES" ou "PARTE", "ACIONISTAS" ou "ACIONISTA", conforme o contexto), na qualidade de ACIONISTAS da TAM S.A., especialmente no que se refere a:

(a) fixação de normas atinentes à transferência de ações, especificando critérios para a limitação da sua livre circulação; e

(b) estabelecimento de regras para a definição de seu relacionamento recíproco perante a TAM S.A., convencionando o sentido de seu voto na composição da administração da companhia.

1.2 Para os fins do ACORDO, os acionistas FUNDO BRASILEIRO, BEI III, BEL, LATCAP II e LATCAP PIV, doravante denominados FUNDOS DE INVESTIMENTO e/ou seus sucessores ou AFILIADAS, de um lado, bem como a TEP e/ou seus sucessores ou AFILIADAS, de outro, sempre serão considerados conjuntamente como um bloco de acionistas, agindo cada qual, como se um único acionista fossem, exceto no que diz respeito: (a) à Seção 10 que trata do direito de preferência e outras disposições relativas à alienação e oneração de ações; (b) à cláusula 17.1, que trata das pessoas vinculadas ao ACORDO.

1.3. Para os efeitos do disposto neste ACORDO, considera-se AFILIADA:

(a) em relação à acionista TEP, quaisquer pessoas que, individual ou coletivamente, de fato ou de direito, direta ou indiretamente, i) a controle (inclusive pessoas naturais), ii) seja controlada pela mesma, iii) esteja sujeita ao mesmo controle;

(b) em relação à acionista TEP, quem a suceder, nos casos de dissolução, redução do capital mediante entrega de ações da TAM S.A., cisão e outros eventos societários;

(c) em relação aos FUNDOS DE INVESTIMENTO, qualquer pessoa que os controle (inclusive pessoas naturais) ou que seja controlada pelos mesmos e, ainda, pessoas jurídicas ou fundos em condomínio administrados ou co-administrados pelo CSFB ou CSFB-BAHAMAS; e

(d) em relação aos FUNDOS DE INVESTIMENTO, seus sócios ou quotistas, na hipótese de os mesmos virem a ser liquidados, se forem resgatadas suas quotas ou ações, ou se forem pagos dividendos mediante a entrega de ações representativas do capital social da TAM S.A.

1.4 O presente ACORDO é celebrado com o intuito de renovar o interesse das PARTES na consecução dos fins de sua associação, formalizada através do Acordo de Investimento e Associação, celebrado em 28.08.1997, ratificando-o para todos os efeitos (exceto em relação à Cláusula 2, cuja implementação se deu de forma diferente, ora ratificada) e para re-ratificar o Acordo de Acionistas celebrado em 28.11.1997 e o ACORDO DE 2002, substituindo-os, para todos os efeitos de direito, pelo presente ACORDO.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

**2. DECLARAÇÕES PRELIMINARES**

2.1. O capital social, subscrito e integralizado, totaliza R$ 120.749.639,66 (cento e vinte milhões, setecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e nove reais e sessenta e seis centavos), dividido em 122.729.342 (cento e vinte e dois milhões, setecentas e vinte e nove mil, trezentas e quarenta e duas) ações, sendo 59.816.248 (cinqüenta e nove milhões, oitocentas e dezesseis mil, duzentas e quarenta e oito)]ações ordinárias e 62.913.094 (sessenta e dois milhões, novecentas e treze mil e noventa e quatro) ações preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal e indivisíveis em relação à Sociedade.

2.2. A TAM S.A. é legítima proprietária da totalidade das ações representativas do capital social da TAM LINHAS AÉREAS S.A., com sede na Av. Jurandir 856, Lote 4, 2º andar, Cidade de São Paulo, SP, inscrita no CNPJ sob o nº 02.012.862/0001-60 (doravante "TLA").

2.3. O presente ACORDO vincula todas as ações de emissão da TAM S.A. pertencentes aos ACIONISTAS nesta data (as AÇÕES), as quais estão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de qualquer natureza, judiciais ou extrajudiciais, inexistindo quaisquer outros contratos, opções ou pactos relativos a direitos de aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição e/ou partes beneficiárias.

**3. PRINCÍPIOS DE GESTÃO**

3.1. As PARTES concordam em estabelecer os seguintes princípios básicos que devem orientar as decisões e o exercício dos seus respectivos direitos de voto nas Assembléias Gerais da TAM S.A., bem como orientar as decisões a serem tomadas pela TAM S.A., por meio de seus representantes, nas assembléias gerais da TLA e de quaisquer outras empresas da qual a TAM S.A. participe ou venha a participar, direta ou indiretamente, inclusive através da TLA, no Brasil ou no exterior (a TLA e essas empresas serão doravante designadas simplesmente "EMPRESAS"):

(a) o objeto da TAM S.A. é exclusivamente o de participação no capital social de empresas voltadas para atividades relacionadas com transporte aéreo, especialmente participação nas EMPRESAS, nas quais detenha ou venha a deter o controle societário e operacional e supervisão de suas atividades;

(b) a gestão dos negócios da TAM S.A. e das EMPRESAS será exercida por profissionais experientes, independentes e capacitados, que atendam às qualificações necessárias para os cargos por eles ocupados;

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

(c) as decisões estratégicas da TAM S.A. e das EMPRESAS nas áreas operacional, financeira, comercial, bem como a política de recursos humanos, serão sempre motivadas pelo melhor interesse da TAM S.A. e das EMPRESAS, buscando garantir às PARTES o melhor retorno de seus investimentos, mediante uma política consistente de dividendos;

(d) as relações comerciais e negócios em geral da TAM S.A. e das EMPRESAS deverão sempre ser contratados tendo em vista, primordialmente, o interesse da TAM S.A. e das EMPRESAS e ser compatíveis com condições e práticas eqüitativas às de mercado, verificadas à época da contratação de tais negócios; negócios entre a TAM S.A. e/ou as EMPRESAS, de um lado, e as PARTES, deverão observar o aqui disposto e ser submetidas ao Conselho de Administração da TAM S.A., na forma do Estatuto Social e da Lei 6.404/76;

(e) as decisões estratégicas no que tange à TAM S.A. e às EMPRESAS deverão ter como objetivos básicos a lucratividade e a criação de valor para seus acionistas;

(f) a administração da TAM S.A. e das EMPRESAS deverá sempre buscar altos níveis de segurança, eficiência, produtividade e competitividade nas suas atividades;

(g) a administração da TAM S.A. e das EMPRESAS será responsável pela adequada gestão das relações com os consumidores, órgãos reguladores, acionistas minoritários, comunidade e instituições públicas com as quais a TAM S.A. e as EMPRESAS devem se relacionar; e

(h) a TAM S.A. deverá aderir e cumprir as normas e regulamentos que constituem as "Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa", aplicáveis pelo menos às companhias classificadas como Nível 2 das normas da BOVESPA.

3.2. A TAM S.A. e as EMPRESAS deverão continuar a ser auditadas por empresa de auditoria independente de reputação internacional, dentre as 04 (quatro) principais empresas do ramo.

3.3. As demonstrações financeiras da TAM S.A. e das EMPRESAS e demais relatórios administrativos e contábeis exigidos por este instrumento ou seus anexos deverão ser escrituradas de acordo com a legislação societária brasileira, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (US GAAP), evidenciando as principais diferenças entre os dois princípios contábeis aplicados, sem prejuízo da elaboração das demais demonstrações financeiras exigidas em lei ou por

força das "Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa", aplicáveis às companhias classificadas como Nível 2 das normas da Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA; os custos dessa escrituração deverão ser suportados pela TAM S.A.

3.4. A TAM S.A. e as EMPRESAS deverão ser administradas de forma a que suas atividades sejam auto-sustentáveis, sem necessidade de obtenção de recursos adicionais junto a seus acionistas.

3.5. A TAM S.A. deverá ser administrada de forma a atingir notável reputação no que diz respeito à divulgação de informações ao mercado de valores mobiliários e ao tratamento igualitário de seus acionistas minoritários.

3.6. As PARTES se obrigam a comprometer seus votos nas Assembléias Gerais, bem como a instruir seus representantes no Conselho de Administração, para assegurar a observância dos princípios básicos estabelecidos nesta seção 3, bem como nos demais itens deste ACORDO.

3.7. A administração das EMPRESAS será realizada observando-se os termos das disposições deste ACORDO, inclusive no que diz respeito à eleição de seus membros.

**4. OFERTA PÚBLICA DE AÇÕES**

4.1. Se as condições de mercado permitirem, a TAM S.A. deverá realizar uma oferta primária de ações preferenciais no mercado de valores mobiliários dos Estados Unidos da América (EUA), no prazo máximo de 02 (dois) anos a contar da data de assinatura do ACORDO DE 2002. O valor mínimo dessa oferta pública de ações preferenciais será de US$ 50,000,000.00 (cinqüenta milhões de dólares dos EUA). A oferta pública deverá permitir que a TAM S.A. tenha recibos de depósito de suas ações preferenciais negociadas preferencialmente na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

4.1.1. Na hipótese de não ser possível realizar a oferta pública primária de ações preferenciais a que se refere a cláusula 4.1 acima, em virtude de condições adversas no mercado interno e internacional, até o final do prazo mencionado no item precedente, os FUNDOS DE INVESTIMENTO terão o direito de realizar uma oferta pública secundária de suas ações em mercados de valores mobiliários, no Brasil ou no exterior. Os ACIONISTAS estarão obrigados a fazer com que a TAM S.A. tome todas as providências a fim de permitir a consecução desse objetivo no prazo máximo de 06 (seis) meses contados do término do prazo de 02 (dois) anos mencionado no subitem precedente.

4.1.2. Não obstante o disposto na Cláusula 10.3 e 10.5, abaixo, o direito de realizar a oferta pública secundária de ações da TAM S.A. mencionada no subitem 4.1.1, acima, é exclusivo dos FUNDOS DE INVESTIMENTO, não se aplicando aos demais ACIONISTAS, exceto se as condições de mercado

permitirem a participação destes sem prejuízo, a critério da instituição financeira contratada para intermediar a oferta, do benefício econômico-financeiro dos FUNDOS DE INVESTIMENTO.

4.1.3. Caso se verifique previamente, mediante informação prestada pela instituição financeira contratada para a colocação e/ou intermediação da oferta secundária a que se refere o item 4.1.1. acima, que as ações objeto da oferta poderão ser adquiridas por menos do que 04 (quatro) comitentes que não se qualifiquem como investidores com interesse exclusivamente financeiro (tais como fundos de pensão e instituições financeiras para aquisição para seus fundos ou carteiras de valores mobiliários – "INVESTIDORES FINANCEIROS"), então, o procedimento previsto na Cláusula 10.3. e seus subitens será aplicado à hipótese.

4.2. A partir desta data, TEP e suas AFILIADAS somente poderão emitir valores mobiliários se não usarem para tanto denominação social, marca ou designação em Bolsa de Valores igual ou equivalente à expressão "TAM". A disposição constante desta cláusula não se aplica a TAM - Transportes Aéreos Del Mercosur S/A, afiliada de TEP, a não ser que e quando ela venha a ser adquirida pela TAM S.A.

## 5. PLANOS ORÇAMENTÁRIOS E POLÍTICAS DE DIVIDENDOS

5.1. O Conselho de Administração da TAM S.A. aprovará os planos orçamentários anuais e os planos de desenvolvimento da TAM S.A. e das EMPRESAS até o dia 30 de novembro de cada ano em relação ao exercício social seguinte e os acompanhará a cada reunião ordinária do Conselho de Administração.

5.2. Caso qualquer plano não seja aprovado pelo Conselho de Administração até a data de sua implementação, então tal plano será o orçamento do exercício fiscal imediatamente precedente, acrescido de correção monetária de acordo com a variação do IGPM/FGV.

5.3. A não aprovação de qualquer plano específico, durante três (3) anos dentro de qualquer período qüinqüenal, resultará em Impasse, em conformidade com a Seção 11 abaixo.

5.4. Exceto quando for necessário, em conformidade com planos orçamentários e de desenvolvimento, alocação de recursos para investimentos, as PARTES deverão votar, e recomendar aos membros do Conselho de Administração indicados pelas mesmas, no sentido de que a TAM S.A. distribua dividendos a seus acionistas na forma estabelecida em seu Estatuto Social e as EMPRESAS também distribuam dividendos a seus acionistas consoante suas disposições estatutárias, podendo estas últimas chegar a distribuir a totalidade do lucro líquido apurado em cada exercício.

5.5. Os dividendos pagos à TAM S.A. em moeda corrente pelas EMPRESAS deverão ser, tão logo quanto possível, pagos pela TAM S.A. a seus acionistas, ressalvado o disposto no item precedente.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

**6. ASSEMBLÉIAS GERAIS - EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO**

6.1. As deliberações assembleares da TAM S.A. serão tomadas por maioria de votos dos ACIONISTAS, exceto quanto às matérias indicadas no item 6.3 infra.

6.2. Observado o disposto na cláusula 1.2, os FUNDOS DE INVESTIMENTO, como bloco de acionistas e sempre representados pelo CSFB, de um lado, e quaisquer eventuais sucessores da TEP, de outro lado, como outro bloco de acionistas, comprometem-se a, em quaisquer hipóteses e observadas as ressalvas expressamente contempladas no presente ACORDO, especialmente no que se refere às deliberações em Assembléias Gerais, a votar em conjunto e a adotar um único posicionamento, agindo em conjunto como se um único acionista fossem e tomando todas as medidas prévias que sejam necessárias para que isso ocorra.

6.2.1 Os FUNDOS DE INVESTIMENTOS, considerando o disposto nas Cláusulas 1.2. e 6.2., acima, comprometem-se, em quaisquer hipóteses, especialmente no que se refere às deliberações em Assembléias Gerais e à indicação de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, a votar em conjunto para indicar dois membros do Conselho de Administração e um ou dois membro(s) do Conselho Fiscal (consoante as disposições específicas deste ACORDO sobre o assunto) e a adotar um único posicionamento, agindo em conjunto como se um único acionista fosse e tomando todas as medidas prévias que sejam necessárias para que isso ocorra.

6.2.2. Os ACIONISTAS reunir-se-ão previamente ("REUNIÕES PRÉVIAS") à realização de qualquer assembléia geral da TAM S.A., para definir o voto que proferirão, de modo uniforme, nas referidas assembléias. As REUNIÕES PRÉVIAS serão convocadas pelo administrador que houver convocado a assembléia geral (ou pelo presidente do Conselho de Administração, caso a convocação seja feita por terceiros), mediante a entrega de aviso por carta, e-mail ou fax, com prova de recepção. O voto a ser proferido pelos ACIONISTAS nas assembléias gerais será definido nas REUNIÕES PRÉVIAS pela maioria de votos dos ACIONISTAS a elas presentes, determinada com base nas respectivas participações no capital social total da TAM S.A., com ou sem direito de voto, ressalvadas as matérias a respeito das quais tenha sido expressamente atribuído a determinado ACIONISTA direito pessoal.

6.2.3. As deliberações tomadas nas REUNIÕES PRÉVIAS constarão de atas das quais extrair-se-ão cópias para serem apresentadas ao presidente das assembléias gerais da TAM S.A.

6.2.4. Qualquer deliberação tomada sem observância do disposto neste item será nula, inválida e ineficaz, não produzindo, portanto, quaisquer efeitos perante os ACIONISTAS, a TAM S.A. e/ou terceiros.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

6.3. As PARTES concordam que serão necessários, pelo menos, o voto favorável da TEP e o voto favorável dos FUNDOS DE INVESTIMENTO, estes devidamente representados pelo CSFB, para a aprovação de deliberações ou a prática de atos relativos às matérias:

(a) a aprovação de alterações estatutárias da TAM S.A. relacionadas ao objeto social, capital social, direitos conferidos às ações, direito de preferência, administração e dividendos;

(b) dissolução, liquidação e extinção;

(c) transformação, cisão, fusão, incorporação;

(d) a aquisição ou manutenção de participação recíproca;

(e) a criação de subsidiária integral (inclusive pela aquisição de ações) e a admissão de novas acionistas em subsidiárias integrais já existentes;

(f) a aquisição de controle ou a participação em outras sociedades, consórcios ou a criação de grupo de sociedades;

(g) a transmissão e a oneração de participações societárias;

(h) exclusão do direito de preferência;

(i) a decisão a respeito da participação pela TAM S.A. ou EMPRESAS em negócios que não estejam relacionados à consecução dos respectivos objetos sociais;

(j) criação de ações preferenciais ou aumento de classes existentes sem guardar proporção com as demais espécies e classes, salvo se já previstos ou autorizados pelo estatuto;

(k) alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida; e

(l) decisão de descontinuar o exercício de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa impostas às companhias classificadas como Nível 2 da BOVESPA.

.

6.4. O voto dos ACIONISTAS, a que se refere o item 6.3 do presente instrumento, será manifestado em Assembléia Geral.

6.5. As Partes desde já se comprometem a se abster de votar nas Reuniões Prévias e nas Assembléias Gerais da Sociedade em caso de Conflito de Interesses. Para os fins deste Acordo de Acionistas, uma Parte será considerada em **"Conflito de Interesses"** quando, tendo a Assembléia Geral por objetivo deliberar a respeito da celebração de quaisquer contratos entre a Sociedade e qualquer de seus acionistas ou empresas nas quais o acionista ou a Sociedade detenha participação representativa de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social, os termos e condições de tais contratos **não** sejam considerados justos e razoáveis de acordo com a prática de mercado ("arms' length"), nos termos da cláusula 6.5.1.

6.5.1. As Partes desde já acordam que, para efeito de determinação do Conflito de Interesses nos termos previstos na cláusula 6.5 acima, se for solicitado por qualquer das Partes, uma empresa especializada deverá ser escolhida pelo Conselho de Administração da COMPANHIA para proceder à revisão da adequação, às condições de mercado (*arms' length*), dos termos e condições de contratos entre uma das Partes e/ou empresas nas quais referida Parte detenha participação representativa de, pelo menos, 5% do capital social e a COMPANHIA e/ou sociedades nas quais a COMPANHIA detenha participação representativa de, pelo menos, 5% do capital social. A empresa que vier a ser escolhida pelo Conselho de Administração deverá ter acesso a todas as informações e dados relevantes para avaliar o negócio pretendido e proferir seu parecer.

## 7. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

7.1. Nas Assembléias Gerais da TAM S.A. de cuja ordem do dia constar matéria referente à eleição e/ou substituição de membros do Conselho de Administração, as ACIONISTAS, pelo presente ACORDO, se obrigam a concorrer com seu voto de forma que:

(a) a TEP indique 06 (seis) membros, sendo um o Presidente e o outro o Vice-Presidente do Conselho de Administração; e

(b) os FUNDOS DE INVESTIMENTOS, conjuntamente e devidamente representados pelo CSFB, indiquem 02 (dois) membros do Conselho de Administração.

7.1.1. Caso acionistas detentores de ações preferenciais venham a indicar um membro do Conselho de Administração com base no artigo 141 da Lei 6.404/76, fica desde já acordado entre as PARTES que a TEP passará a indicar somente 5 (cinco) membros do Conselho de Administração, e os FUNDOS DE INVESTIMENTOS manterão o direito de indicar 2 (dois) membros.

7.2. Vagando qualquer cargo no Conselho de Administração da TAM S.A., voltará o direito de indicação à parte que o houver exercido, na forma disposta no item 7.1.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

7.3. Não cabe a qualquer dos ACIONISTAS vetar indicação feita na forma do item 7.1, devendo todos em conjunto eleger as pessoas que forem indicadas como aqui disposto.

7.4. O Conselho de Administração deverá reunir-se ordinariamente a cada mês e extraordinariamente, mediante convocação do Presidente, Vice-Presidente ou dois Conselheiros quaisquer, quando os interesses sociais exigirem, observado o seguinte:

(a) as reuniões ordinárias do Conselho de Administração serão realizadas nas terceiras quartas-feiras de cada mês, e deverão examinar e deliberar a respeito das seguintes matérias: i) demonstrações financeiras mensais da TAM S.A. e das EMPRESAS; ii) cumprimento do orçamento aprovado da TAM S.A. e das EMPRESAS e eventuais ajustes; iii) negócios da TAM S.A. e das EMPRESAS com partes relacionadas aos ACIONISTAS, nas condições previamente aprovadas pelo Conselho de Administração; e iv) informações a respeito do desempenho econômico-financeiro da TAM S.A. e das EMPRESAS;

(b) as reuniões ordinárias deverão ser realizadas independentemente de convocação, cabendo à Diretoria enviar aos membros do Conselho de Administração, com 05 (cinco) dias de antecedência, os documentos necessários à deliberação;

(c) qualquer Conselheiro poderá incluir matérias a serem submetidas ao Conselho de Administração, contanto que o faça com 10 (dez) dias de antecedência da realização da próxima reunião.

7.4.1. Além de observado o quorum estatutário de instalação, as reuniões do Conselho de Administração somente serão validamente instaladas com a presença de pelos menos um dos Conselheiros indicados pelos FUNDOS DE INVESTIMENTOS e quatro Conselheiros indicados pela TEP.

7.4.2. As matérias submetidas à apreciação do Conselho de Administração serão aprovadas, nos termos do estatuto social, pelo voto favorável de, pelo menos, 5 (cinco) membros do Conselho, observadas as seguintes condições:

(I) as matérias mencionadas nos incisos (I), (V) a (XI), (XIII), (XV), (XVII) a (XIX), (XXI) a (XXV**I**) do artigo 24 do Estatuto Social deverão contar com o voto favorável de, pelo menos:

a) um dos Conselheiros indicados pelos acionistas FUNDOS DE INVESTIMENTO; e

b) dois Conselheiros indicados pela acionista TEP

c) em caso de impedimento de voto, por Conflito de Interesse, por parte de Conselheiros indicados pela TEP ou pelos FUNDOS DE INVESTIMENTO, as referidas matérias serão aprovadas da seguinte forma:

c.1.) caso o conselheiro ou conselheiros impedidos tenham sido indicados pela TEP, a matéria deverá ser aprovada mediante voto favorável de pelo menos um conselheiro indicado pelos FUNDOS DE INVESTIMENTO; e

c.2.) caso o conselheiro ou conselheiros impedidos tenham sido indicados pelos FUNDOS DE INVESTIMENTO, a matéria deverá ser aprovada mediante voto favorável de pelo menos dois dos conselheiros indicados pela TEP.

7.4.2.1. As Partes, quando na qualidade de Conselheiros do Conselho de Administração, desde já se comprometem a se abster de votar nas Reuniões Prévias e nas Reuniões de Conselho de Administração da Sociedade em caso de Conflito de Interesses. Para os fins deste Acordo de Acionistas, uma Parte será considerada em **"Conflito de Interesses"** quando, tendo a Reunião do Conselho de Administração por objetivo deliberar a respeito da celebração de quaisquer contratos entre a Sociedade e a Parte em questão (Acionista Conselheiro) ou empresas nas quais a Parte em questão (Acionista Conselheiro) detenha participação representativa de 5% (cinco por cento) ou mais do capital social, os termos e condições de tais contratos **não** sejam considerados justos e razoáveis de acordo com a prática de mercado ("arms' length"), nos termos da cláusula 6.5.1, aplicando-se o procedimento estabelecido na mencionada cláusula, bem como o disposto no inciso XXIII do artigo 24 do Estatuto Social.

7.5. As reuniões do Conselho de Administração deverão contar com a presença dos membros da Diretoria, sempre que for necessário, a critério de um Conselheiro qualquer, em face dos temas a serem discutidos.

7.6. Os ACIONISTAS instruirão os Conselheiros por eles indicados para que os mesmos observem as instruções por eles emanadas em atenção ao disposto neste ACORDO.

7.7. Os ACIONISTAS orientarão os membros do Conselho de Administração para fazer com que, ao elaborarem e aprovarem o voto a ser proferido pela TAM S.A., na qualidade de acionista das EMPRESAS, em Assembléia Geral convocada para eleição de membros dos órgãos de administração das EMPRESAS,

sejam indicados para compor tais órgãos pessoas indicadas pelos acionistas da TAM S.A., devendo ser acatada a indicação do FUNDO BRASILEIRO para a ocupação de um cargo na Diretoria das EMPRESAS, sendo todos os demais cargos de Diretoria preenchidos por pessoas indicadas pela acionista TEP. No caso do FUNDO BRASILEIRO, a pessoa a ser indicada para compor a diretoria das EMPRESAS deverá ser sempre a mesma pessoa indicada e eleita para o cargo de Diretor Financeiro da TAM S.A.

**8. DIRETORIA**

8.1. Os ACIONISTAS instruirão os membros do Conselho de Administração por elas indicados que, na eleição dos membros da Diretoria, votem de modo a que:

(a) sejam eleitos Diretores as pessoas indicadas pelos Conselheiros apontados pela acionista TEP, em número de 3 (três) caso a Diretoria seja composta de 4 (quatro) a 5 (cinco) membros, ou em número de 4 (quatro), caso a Diretoria seja composta por 6 (seis) membros, sendo um deles o Diretor Presidente e outro o Diretor Vice-Presidente;

(b) seja eleito Diretor Financeiro pessoa indicada pelo conselheiro apontado pelo FUNDO BRASILEIRO cabendo aos conselheiros apontados pela acionista TEP o direito de veto.

8.2. Competirá ao Conselho de Administração eleger o Diretor Presidente da TAM S.A. e aprovar a indicação para a eleição do Diretor Presidente das EMPRESAS, na forma do estatuto social da TAM S.A. e das disposições especiais constantes deste ACORDO, sendo que tais deliberações deverão contar com o voto favorável de, pelo menos, 6 (seis) membros do Conselho de Administração da TAM S.A., sendo um deles necessariamente proferido por Conselheiro indicado pelos FUNDOS DE INVESTIMENTO.

**9. CONSELHO FISCAL**

9.1. Nas Assembléias Gerais de cuja ordem do dia constar matéria relacionada com a indicação de membros do Conselho Fiscal da TAM S.A., as ACIONISTAS se obrigam a concorrer com seu voto para que o mencionado Conselho Fiscal fique composto por:

(a) 03 (três) membros indicados pela acionista TEP; e

(b) até 02 (dois) membros indicados pelo FUNDO BRASILEIRO, sendo a este garantido o direito de indicar pelo menos 01 (um) membro, caso seja possível a outros acionistas minoritários eleger o outro membro.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

**10. DIREITO DE PREFERÊNCIA E OUTRAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ALIENAÇÃO, ONERAÇÃO E CONVERSÃO DE AÇÕES**

10.1. A transferência ou transmissão total ou parcial a terceiros de AÇÕES vinculadas a este ACORDO, sob pena de nulidade absoluta e de pleno direito, não será permitida sem prévio consentimento, por escrito, dos demais ACIONISTAS, os quais, com base na igualdade de condições e preços, terão preferência na aquisição.

10.1.1. Para os fins do item precedente, o ACIONISTA que desejar alienar ou transferir suas AÇÕES a terceiros deverá notificar os demais ACIONISTAS, por escrito, de sua intenção, especificando número e espécie de AÇÕES, nome e qualificação do possível comprador, preço e outras condições da operação.

10.1.2. Os ACIONISTAS, notificados na forma do item precedente, terão 15 (quinze) dias, a partir da data do recebimento da notificação, para o exercício do direito de preferência. No caso de mais de um ACIONISTA desejar fazer uso de seu direito de preferência, cada qual fará jus a adquirir as AÇÕES ofertadas na exata proporção de sua participação no capital social da TAM S.A., bem assim a adquirir as sobras de AÇÕES eventualmente existentes em razão do desinteresse ou do exercício parcial do direito de preferência por parte de algum ACIONISTA. Em qualquer hipótese, todo o lote de AÇÕES ofertado deve ser adquirido com o exercício da preferência, por um ou mais ACIONISTAS, caso contrário, o ACIONISTA ofertante ficará liberado para negociar com terceiros nas exatas condições previstas na notificação mencionada no item 10.1.1 acima.

10.1.3. Após 15 (quinze) dias do recebimento da notificação a que alude o item 10.1.1 acima, sem que haja manifestação de interesse na aquisição das AÇÕES ofertadas pelos demais ACIONISTAS, o ACIONISTA ofertante ficará livre para alienar e transferir as AÇÕES a terceiros, nos exatos termos e condições mencionados na notificação referida no item 10.1.1 acima, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, após o qual, se dita transferência, por qualquer motivo, não se realizar, as AÇÕES deverão ser novamente oferecidas aos demais ACIONISTAS, retomando-se o mesmo procedimento acima estabelecido.

10.2. É vedado aos FUNDOS DE INVESTIMENTOS alienar a terceiros suas AÇÕES ordinárias representativas do capital social da TAM S.A.

10.3. Os ACIONISTAS poderão, a seu exclusivo critério, alienar suas AÇÕES preferenciais a terceiros, sem observância do item 10.1 acima, observados os subitens desta Cláusula 10.3.

10.3.1. Na hipótese de os ACIONISTAS desejarem alienar suas AÇÕES preferenciais de emissão da TAM S.A. em negócio que exija a adoção de procedimento de negociação, nos termos da Instrução CVM nº 168, de 23.12.1991, observando o disposto no item 10.3 acima, qualquer ACIONISTA poderá alienar suas AÇÕES

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

desde que notifiquem aos demais ACIONISTAS a esse respeito de acordo com os termos, condições e prazos previstos para a divulgação de avisos de leilão em conformidade com o art. 8°, parágrafo único, e Anexo I da Instrução CVM nº 168/91.

10.3.2. Caso os ACIONISTAS desejem alienar suas AÇÕES preferenciais de emissão da TAM S.A. através de distribuição secundária deverão notificar os demais ACIONISTAS com antecedência de 10 (dez) dias da data prevista para a realização do negócio, especificando suas características, em especial, o número de AÇÕES a serem alienadas e o preço mínimo se for o caso. Nesta hipótese, os demais ACIONISTAS poderão, querendo, exigir que o ACIONISTA alienante adote o procedimento descrito no item 10.3.1, se oferecerem garantia de oferta de preço mínimo até 5 (cinco) dias do recebimento da notificação a respeito da distribuição secundária.

10.4. A alienação ou oneração de AÇÕES preferenciais de emissão da TAM S.A. adquiridas pelos ACIONISTAS após esta data não estão sujeitas às restrições previstas neste ACORDO.

10.5. No caso de penhora, arresto ou seqüestro de AÇÕES vinculadas a este ACORDO, por iniciativa de terceiros, ACIONISTAS ou não, se o titular das AÇÕES não as liberar no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da averbação obrigatória do gravame nos livros da TAM S.A., entender-se-á que este titular as ofereceu à venda, devendo a TAM S.A. avisar por escrito todas as ACIONISTAS, para que estas, querendo, possam exercer o direito de preferência na aquisição destas AÇÕES, resgatando-as por conta da amortização ou liqüidação do crédito que originou a constrição. Nesta hipótese, a transferência das AÇÕES resgatadas para o nome do ACIONISTA que as adquiriu, uma vez levantado o gravame, poderá ser feita pela TAM S.A., independentemente da intervenção do devedor transmitente. Para efeito de eventual acerto de diferença, a maior ou a menor, entre o valor do crédito liquidando e o das AÇÕES objeto da penhora, arresto ou seqüestro, estas serão consideradas pelo valor meramente contábil, tomando-se por base, à data do resgate, o último balanço da TAM S.A.

10.6. Observado o disposto na Cláusula 10.1 acima, caso qualquer ACIONISTA ("ACIONISTA VENDEDOR") queira vender quaisquer AÇÕES da TAM S.A. de sua propriedade ("TRANSAÇÃO DE CO-VENDA"), tal ACIONISTA deverá conceder aos outros ACIONISTAS (os "TITULARES") o direito e a oportunidade de vender as AÇÕES da TAM S.A. de propriedade do TITULAR como segue:

(a) o ACIONISTA VENDEDOR deverá apresentar notificação escrita aos TITULARES pelo menos 15 (quinze) dias antes de efetuar qualquer TRANSAÇÃO DE CO-VENDA ("NOTIFICAÇÃO DE CO-VENDA") especificando i) a quantidade de AÇÕES da TAM S.A. que o ACIONISTA VENDEDOR pretende vender, ii) a porcentagem do total de AÇÕES da TAM S.A. que o ACIONISTA VENDEDOR pretende vender, iii) a identidade do comprador em potencial de tais AÇÕES, iv) o montante a ser recebido e

demais condições pertinentes da TRANSAÇÃO DE CO-VENDA, e v) a data de fechamento estimada da TRANSAÇÃO DE CO-VENDA. A NOTIFICAÇÃO DE CO-VENDA deverá oferecer aos TITULARES a oportunidade de vender para o comprador em potencial uma quantidade de AÇÕES até um limite máximo correspondente à metade do número de AÇÕES que a ACIONISTA VENDEDORA pretende vender;

(b) Se os TITULARES desejarem vender quaisquer de suas AÇÕES da TAM S.A. na TRANSAÇÃO DE CO-VENDA, em conformidade com os termos e disposições desta Cláusula, deverão apresentar ao ACIONISTA VENDEDOR uma notificação escrita ("NOTIFICAÇÃO DE OPÇÃO") dentro do prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da NOTIFICAÇÃO DE CO-VENDA, especificando a quantidade de tais AÇÕES da TAM S.A. da qual então é titular e a quantidade de AÇÕES que deseja vender, até o limite máximo anteriormente mencionado. A não apresentação da NOTIFICAÇÃO DE OPÇÃO no prazo de 10 (dez) dias, será para fins do presente ACORDO, considerada como recusa evidente por parte da TITULAR de vender quaisquer de suas AÇÕES da TAM S.A. Na TRANSAÇÃO DE CO-VENDA, o ACIONISTA VENDEDOR terá, então, direito a vender a quantidade de AÇÕES da TAM S.A., segundo os termos e condições estabelecidos na NOTIFICAÇÃO DE CO-VENDA;

(c) Tendo apresentado a NOTIFICAÇÃO DE OPÇÃO, os TITULARES serão obrigados, mediante solicitação da Acionista Vendedora, a efetuar a venda das AÇÕES identificadas por tais TITULARES em sua NOTIFICAÇÃO DE OPÇÃO, exceto se ocorrer mudança significativa nos termos e condições da TRANSAÇÃO DE CO-VENDA em relação àquelas especificadas na NOTIFICAÇÃO DE CO-VENDA. Nada do que consta neste ACORDO representará exigência imposta à ACIONISTA VENDEDORA para realizar qualquer TRANSAÇÃO DE CO-VENDA proposta, não obstante a apresentação de qualquer NOTIFICAÇÃO DE CO-VENDA ou NOTIFICAÇÃO DE OPÇÃO em conformidade com o presente ACORDO.

10.7. Na hipótese de a TEP, e/ou suas AFILIADAS, separadamente ou em conjunto, vierem a alienar ou por qualquer forma transmitir, direta ou indiretamente, as AÇÕES representativas do controle da TAM S.A. (entendido como controle a titularidade sobre 50% das ações ordinárias mais uma ação ordinária da TAM S.A.) a terceiros, caberá às mesmas notificar os FUNDOS DE INVESTIMENTO a respeito de seu propósito, a fim de que os FUNDOS DE INVESTIMENTO, querendo, alienem ou transmitam, conforme o caso, a totalidade de suas AÇÕES representativas do capital social da TAM S.A. nos mesmos termos e condições ofertados por terceiros à acionista TEP e/ou suas AFILIADAS, separadamente ou em conjunto.

10.7.1. Na hipótese do item precedente, a acionista TEP, tão logo receba uma oferta firme para alienar o controle da TAM S.A., deverá notificar os FUNDOS DE INVESTIMENTO, para que exerçam, querendo, o direito assegurado acima, de tal notificação deverão constar:

(a) o número de AÇÕES objeto da oferta;

(b) as condições de pagamento, garantias e todas as demais condições do negócio; e

(c) o nome do potencial adquirente.

10.7.2. Os FUNDOS DE INVESTIMENTO terão 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação mencionada no item 10.7.1 acima, para informar a acionista TEP a respeito do seu direito de alienar suas AÇÕES.

10.8. Respeitando o direito de preferência disciplinado na cláusula 10.1 e o direito de CO-VENDA estabelecido na Cláusula 10.6, caso os FUNDOS DE INVESTIMENTO desejem alienar AÇÕES da TAM S.A. de sua propriedade, que representem pelo menos 2% (dois por cento) do capital social representado por AÇÕES preferenciais, tais ACIONISTAS poderão exigir, por meio de notificação que conterá todas as especificações fixadas para a NOTIFICAÇÃO DE CO-VENDA no item 10.6 “a”), que a TEP também aliene, na mesma operação de venda, AÇÕES preferenciais (exclusivamente ações preferenciais) na proporção de 01 (uma) AÇÃO alienada pelos FUNDOS DE INVESTIMENTO para cada AÇÃO alienada pela TEP, em quantidade representativa de, no máximo, 10% (dez por cento) do volume total de AÇÕES preferenciais detidas em conjunto pela TEP. A obrigação de alienar AÇÕES, que TEP assume na presente cláusula, restringe-se a um lote de AÇÕES preferenciais representativo de no máximo 10% (dez por cento) do total de AÇÕES preferenciais detido por TEP, quer venha a ser realizado uma ou venham a ser realizadas várias operações de venda de AÇÕES; assim, uma vez alienadas, em uma ou mais operações, AÇÕES preferenciais representativas de 10% (dez por cento) do total de AÇÕES preferenciais detido por TEP, não mais subsiste a obrigação de TEP prevista nesta cláusula. A TEP somente poderá recusar-se a efetivar a venda se o preço oferecido para cada ação for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) da cotação média das AÇÕES preferenciais da TAM S.A. na BOVESPA nos 30 (trinta) pregões que antecederem à venda.

10.9. A alienação, a transmissão ou a oneração, por qualquer forma, direta ou indireta de AÇÕES da TAM S.A., em desacordo total ou parcial com o presente instrumento serão consideradas nulas e ineficazes de pleno direito perante a TAM S.A.

10.10. Respeitada a vedação prevista na cláusula 10.2 e não obstante o disposto nesta Seção 10, ficam os ACIONISTAS autorizados a alienar suas AÇÕES a suas AFILIADAS, bastando que, para tanto, notifiquem os demais ACIONISTAS desse seu propósito com 10 (dez) dias de antecedência da realização do negócio,

assegurando que o adquirente das AÇÕES objeto do negócio se sub-rogará em todos os direitos e obrigações oriundos do presente instrumento mediante a celebração do competente termo de adesão ao presente instrumento.

10.10.1. Nas hipóteses previstas na alínea "d" da cláusula 1.3, os eventuais sucessores dos FUNDOS DE INVESTIMENTOS deverão celebrar instrumento jurídico que lhes possibilite exercer em conjunto e não isoladamente os direitos e obrigações previstos neste ACORDO, como se um único ACIONISTA fossem, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da liquidação, sob pena de não permanecerem vinculados ao presente ACORDO, perdendo todos os direitos e prerrogativas nele assegurados ao ACIONISTA sucedido.

10.10.2. Nas hipóteses previstas na alínea "b" da cláusula 1.3, os sucessores da acionista TEP, mencionados no mesmo dispositivo, deverão celebrar instrumento jurídico que lhes possibilite exercer em conjunto e não isoladamente os direitos e obrigações previstos neste ACORDO, como se um único acionista fossem, no prazo máximo e improrrogável de 30 (trinta) dias, contados do evento societário que deu causa à sucessão.

10.11. A TEP somente poderá exercer o direito de requisitar conversão de ações ordinárias em ações preferenciais, conforme o previsto no art. 8º, Parágrafo 2º, do Estatuto Social mencionado no item 4.3. deste ACORDO, após 01 de janeiro de 2007 ou 1 (um) ano após a realização da oferta pública de ações, cuja distribuição foi submetida à aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários em abril de 2005, o que ocorrer por último.

## 11. RESOLUÇÃO DE IMPASSES

11.1. DEFINIÇÃO DE IMPASSE

11.1.1. Para os propósitos desta Seção, o "IMPASSE" ocorre sempre que:

(a) os ACIONISTAS ou, dependendo do caso, o Conselho de Administração deixem de tomar uma decisão em três Assembléias Gerais ou reuniões de Conselho consecutivas, com relação a assuntos que nos termos deste ACORDO dependem de deliberação conjunta;

(b) quando não há quorum durante três reuniões de Conselho consecutivas devido ao não comparecimento de Conselheiros indicados pelo mesmo ACIONISTA; ou

(c) quando ocorrer o disposto na cláusula 5.3.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

11.1.2. Fica caracterizado um IMPASSE quando, após um dos ACIONISTAS ter notificado o(s) outros(s) ACIONISTAS que existe um assunto a ser decidido e tendo decorrido 30 (trinta) dias a contar do recebimento de tal notificação, nenhuma decisão tenha sido tomada.

11.1.3. Não se considera Impasse o inadimplemento em conformidade com qualquer cláusula deste ACORDO ou o exercício do direito de veto assegurado neste instrumento e no Estatuto Social.

11.2. OPÇÃO DE COMPRA E VENDA NO CASO DE O IMPASSE PERSISTIR

11.2.1. Caso ocorra um IMPASSE, a ACIONISTA que apresentou ou recebeu a notificação em conformidade com a Cláusula 11.1.2, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias após o término do período de 30 (trinta) dias especificado na mesma Cláusula 11.1.2, terá direito de invocar esta Cláusula mediante notificação à outra ACIONISTA, indicando o preço pelo qual a ACIONISTA que apresenta a notificação concorda em vender todas as suas AÇÕES na TAM S.A. ou em comprar todas as AÇÕES da TAM S.A. de propriedade da ACIONISTA notificada ("OPÇÃO DE COMPRA E VENDA"). Tal preço (expresso em reais/moeda brasileira) será indicado por AÇÃO, independente da espécie de AÇÕES da TAM S.A.

11.2.2. O ACIONISTA que receber a notificação terá 120 (cento e vinte) dias para decidir se compra todas as AÇÕES do ACIONISTA que enviou a notificação ou se vende todas suas AÇÕES ao ACIONISTA notificante. A ausência de manifestação, por parte da ACIONISTA notificada, dentro deste prazo de 30 (trinta) dias, eqüivalerá a uma resposta afirmativa de que a ACIONISTA notificada concorda em comprar ou vender todas as AÇÕES da ACIONISTA que apresentou a notificação pelo preço ofertado por tal ACIONISTA.

11.2.3. A quitação da compra e venda das AÇÕES, objeto da opção de que dispõe esta Cláusula, realizar-se-á no 15° (décimo quinto) dia contado a partir do vencimento do prazo mencionado no parágrafo anterior, nos escritórios da TAM S.A., e a parte vendedora cederá tais AÇÕES inteiramente livres e desembaraçadas de qualquer encargo, gravame ou vínculo. No fechamento, as ACIONISTAS firmarão os documentos considerados necessários para efetuar a transação. O custo de tal fechamento (inclusive honorários advocatícios e taxas de registro) será dividido em partes iguais pelos ACIONISTAS.

11.2.4. Os ACIONISTAS que desejarem adquirir AÇÕES da TAM S.A. em conformidade com o disposto nos itens 11.2.1 a 11.2.3 acima poderão ceder ou transmitir a AFILIADAS, a seu exclusivo critério, o direito de fazê-lo.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

**12. EXECUÇÃO ESPECÍFICA**

12.1. Todas as obrigações assumidas neste ACORDO têm execução específica durante todo o prazo de sua vigência, nas condições previstas neste ACORDO, devendo seus termos serem observados irrestritamente pela TAM S.A.

12.2. Na observância do disposto neste ACORDO com referência ao exercício do direito de voto, ficam constituídas as seguintes obrigações:

(a) As ACIONISTAS signatárias conferem ao presidente da mesa de qualquer Assembléia Geral da TAM S.A., ordinária ou extraordinária, competência exclusiva para, no âmbito do conclave, com plenos e irrestritos poderes, fiscalizar o exato cumprimento dos termos deste ACORDO, não podendo a mesa, na votação de qualquer matéria regulada neste pacto, computar nenhum voto das ACIONISTAS que contrarie total ou parcialmente a convenção de voto aqui ajustada, sob pena de nulidade absoluta e ineficácia, de pleno direito, da deliberação decorrente;

(b) As ACIONISTAS convenentes reconhecem, em caráter irrevogável e irretratável, que as obrigações assumidas neste ACORDO**,** regulando o exercício do direito de voto, constituem obrigação de fazer, no sentido convencionado neste pacto, dotada de execução específica, nos termos dos artigos 118, parágrafo 3º, da Lei 6.404/76 e arts. 639 e 641 combinado com art. 461, do Código de Processo Civil, valendo também como manifestação expressa e antecipada de voto, para todos os efeitos de direito;

(c) Fica vedada às ACIONISTAS convenentes a abstenção de voto em Assembléia Geral da TAM S.A., em matéria regulada neste ACORDO. Na desobediência deste preceito, a mesa deverá considerar como proferido o voto da convenente infratora, com o teor igual ao do voto da outra convenente, no sentido estipulado neste pacto social;

(d) Ao ser proferido por uma das ACIONISTAS voto contrário ao disposto neste ACORDO, fica o presidente da mesa, para a formação válida da vontade social, obrigado a fazer prevalecer como voto da infratora o teor do voto da outra convenente desde que este guarde consonância com as obrigações assumidas neste pacto;

(e) O desrespeito pela mesa, seja a que pretexto for, dos direitos que este ACORDO assegura às ACIONISTAS, implicará nulidade absoluta e ineficácia, de pleno direito, da deliberação resultante e/ou de qualquer ato praticado, direta ou indiretamente, em conseqüência dessa violação;

(f) As ACIONISTAS reconhecem expressamente que a violação de qualquer dispositivo deste ACORDO justificará, além da execução específica prevista em lei, a imediata concessão de liminar *"initio litis"*, em ação cautelar, uma vez que admitem que tal violação é, por si só, caracterizadora dos requisitos legais para tanto, especialmente *"periculum in mora"* e do *"fumus boni iuris"*. Reconhecem, igualmente, que o poder cautelar geral do juiz, previsto nos arts. 798 e 799 do Código de Processo Civil, aplica-se e deverá ser ativado para que a parte prejudicada obtenha urgente restabelecimento ou execução de seu direito violado, ainda que em fase de cognição sumária.

(g) No tocante ao bloqueio de AÇÕES, fica convencionado que qualquer alienação, cessão ou oneração de AÇÕES, seja a que título for, feita em violação ao disposto neste ACORDO, será reputada nula e ineficaz de pleno direito, não obrigando, sob nenhum pretexto, a TAM S.A., a qual não responderá por qualquer prejuízo causado a terceiros.

(h) Todas as disposições estabelecidas neste ACORDO, relativamente às restrições na circulação de ações, constituem direitos e obrigações recíprocas das ACIONISTAS, mas devem ser fiscalizadas e cumpridas pela TAM S.A., tal como estabelecidas neste ato.

## 13. RENÚNCIAS

13.1. O fato de qualquer PARTE deixar de exigir, a qualquer tempo, o cumprimento do disposto neste ACORDO ou deixar de exercer alguma opção, alternativa ou direito nele outorgado, não significará renúncia a qualquer de suas disposições ou tampouco afetará sua validade ou direito, no todo ou em parte, assegurado a qualquer PARTE, posteriormente exigir o cumprimento de toda e qualquer disposição deste ACORDO, bem como de exercer aludida opção, alternativa ou direito, salvo quando disposto diversamente e de forma expressa neste ACORDO.

13.2. Nenhuma renúncia a qualquer disposição deste ACORDO será eficaz perante as outras PARTES, a menos que por escrito e efetuada por representante legal da PARTE renunciante.

## 14. COMUNICAÇÕES

14.1. Todas as comunicações previstas ou permitidas neste ACORDO deverão ser feitas por escrito e serão consideradas como devidamente feitas quando transmitidas via telex, telegrama, fac-símile ou por transmissão eletrônica de dados (em cada caso sujeitas ao recebimento de código apropriado de recepção ou qualquer confirmação de recebimento), ou quando entregue por portador ou enviada mediante carta registrada às pessoas e nos endereços indicados no Anexo II ao presente instrumento.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

**15. PRAZO DE VIGÊNCIA**

15.1. Este ACORDO entra em vigor nesta data e vigorará até 28 de novembro de 2007. Caso a oferta pública de venda de ações a que se refere a Cláusula 4.1 do presente Acordo não se realize até 28 de novembro de 2007, o prazo de término deste Acordo será automaticamente prorrogado até 28 de novembro de 2008, independentemente de qualquer manifestação entre as PARTES.

15.2. Sem prejuízo do disposto na sub-cláusula 15.1, acima, o presente ACORDO restará rescindido de pleno direito, antecipadamente, caso e no momento em que os FUNDOS DE INVESTIMENTO passem a deter, em conjunto, AÇÕES representativas de menos de 10% (dez por cento) do capital social da TAM S.A., considerando-se a somatória de suas AÇÕES ordinárias e preferenciais.

**16. ARBITRAGEM**

16.1. As ACIONISTAS comprometem-se a resolver controvérsias, litígios ou conflitos entre si, que não constituam um Impasse, e decorrentes deste ACORDO ("Controvérsia") através dos seguintes procedimentos:

(a) As ACIONISTAS deverão tentar resolver qualquer Controvérsia através de consultas e negociações;

(b) Se a Controvérsia não tiver sido resolvida dentro de 30 (trinta) dias após qualquer uma das PARTES ter notificado a outra a respeito do objeto da mesma, as PARTES comprometem-se, em caráter irrevogável e irretratável, a dirimir a Controvérsia por meio de arbitragem final e obrigatória, de acordo com a Lei nº 9.307/96 e com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado , da Bolsa de Valores de São Paulo ("Regulamento de Arbitragem");

(c) A arbitragem será administrada pela Câmara de Arbitragem do Mercado. A PARTE que requerer o início da arbitragem deverá necessariamente optar pela arbitragem ordinária, nos termos do Regulamento de Arbitragem. A arbitragem somente poderá ser sumária se as PARTES assim acordarem prévia e expressamente;

(c) A arbitragem será julgada por um Tribunal Arbitral composto por 03 (três) árbitros, se for ordinária, ou por um único árbitro, caso as PARTES tenham decidido pela arbitragem sumária. A indicação dos árbitros, em qualquer dos casos, se dará nos termos do Regulamento de Arbitragem;

(d) As PARTES elegem o português como idioma da arbitragem, e a Cidade de São Paulo como local da arbitragem, sendo que fica eleito o foro da Comarca de São Paulo como competente para eventuais medidas cautelares, preparatórias ou incidentais a um eventual procedimento arbitral instaurado por força desta Cláusula, bem como para eventual execução judicial de laudo arbitral, nos termos desta Cláusula 16.

(e) A arbitragem será julgada com base nas regras de direito, ficando eliminada a possibilidade de julgamento por equidade, sendo que a lei substantiva a ser aplicada ao mérito da arbitragem será a da República Federativa do Brasil. A sentença arbitral será definitiva e vinculante para as partes e seus sucessores, não estando sujeita a homologação ou a qualquer recurso perante o Poder Judiciário; e

(f) Os ACIONISTAS continuarão a desempenhar suas obrigações, independentemente da existência ou da não existência de um processo de arbitragem em andamento.

**17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. O presente ACORDO é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando exclusiva e automaticamente (i) as PARTES, (ii) os herdeiros das PARTES, e (iii) os sucessores das PARTES , nas hipóteses especificadas na cláusula 1.3 e nos termos da cláusula 10.10. Não estão vinculados a este ACORDO e dele não farão parte, em nenhuma hipótese, os sucessores, a quaisquer outros títulos que não os mencionados acima, dos ACIONISTAS, ressalvado o disposto nesta cláusula e na cláusula 10.10 deste instrumento.

17.2. Este ACORDO poderá ser alterado apenas por escrito.

17.3. Caso as PARTES se abstenham de exercer quaisquer direitos decorrentes deste ACORDO, tal abstenção não afetará, em nenhum aspecto, tais direitos, que poderão ser exercidos a qualquer momento.

17.4. Se qualquer disposição deste ACORDO for considerada ilegal ou ineficaz, tal ilegalidade ou ineficácia não afetará as demais disposições que permanecerão válidas e em pleno vigor.

17.5. Na medida das limitações que lhes são impostas pelos instrumentos contratuais e/ou societários que regulam seu relacionamento com os FUNDOS DE INVESTIMENTO, o CSFB e o CSFB-BAHAMAS assinam este ACORDO a fim de se comprometerem a envidar seus melhores esforços no sentido de fazer com que os FUNDOS DE INVESTIMENTO cumpram as obrigações assumidas neste instrumento.

17.5.1. O compromisso do CSFB e do CSFB-BAHAMAS constante do item precedente não implica em qualquer co-obrigação ou responsabilidade solidária ou subsidiária do CSFB e do CSFB-BAHAMAS em relação às obrigações assumidas pelos FUNDOS DE INVESTIMENTO, inclusive de caráter pecuniário.

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

17.6. Este ACORDO é regido pela legislação brasileira, e as partes elegem o Foro Central da Capital do Estado de São Paulo ("Fórum João Mendes Júnior"), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais ações judiciais surgidas nos termos da cláusula 16(d) acima.

E, POR ESTAREM ASSIM ACORDADAS, ASSINAM O PRESENTE EM 08 (OITO) VIAS DE IGUAL TEOR E EFEITO, NA PRESENÇA DAS TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O FIRMAM.

São Paulo, 16 de maio de 2005.

TAM - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:
Cargos:

BRASIL PRIVATE EQUITY FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Por:
Cargos:

BRAZILIAN EQUITY INVESTIMENTS III LLC.

Por:
Cargos:

BRAZILIAN EQUITY LLC.

Por:
Cargos:

LATIN AMERICA CAPITAL PARTNERS II LLC.

Por:
Cargos:

LATIN AMERICA CAPITAL PARTNERS - PIV LLC.

Por:
Cargos:

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

AEROSYSTEM S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Por:
Cargos:

**INTERVENIENTES ANUENTES:**

TAM S.A.

Por:
Cargos:

CREDIT SUISSE FIRST BOSTON DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
Por:
Cargos:

CSFB (BAHAMAS) LIMITED

Por:
Cargos:

Testemunhas:

1. _____
Nome
RG
CPF

2. _____
Nome
RG
CPF

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**18.01 - ESTATUTO SOCIAL**

**Anexo I**
**Distribuição do Capital da TAM S.A. entre os acionistas**

**1) TEP: 80.505.184 ações**

**Ordinárias – 58.180.630**
**Preferenciais – 22.324.554**

**2) Aerosystem: 8.516.136**

**Ordinárias – 1.515.656**
**Preferenciais - 7.000.480**

**2) Brazilian Equity Investiments III LLC: 4.457.758 ações**

**Ordinárias: 16.928**
**Preferenciais: 4.440.830**

**3) Latin America Capital Partners PIV LLC: 1.356.056 ações**

**Ordinárias: 2**
**Preferenciais: 1.356.054**

**4) Brasil Private Equity Fundo de Investimento em Participações : 20.640.570 ações**

**Ordinárias:**
**Preferenciais: 20.640.570**

**5) Brazilian Equity LLC: 1.178.464 ações**

**Ordinárias: 4.474**
**Preferenciais: 1.173.990**

**6) Latin America Capital Partners II LLC: 5.330.236 ações**

**Ordinárias:**
**Preferenciais: 5.330.236**

**7) Acionistas Minoritários (Mercado): [665.422]**

**Ordinárias: [19.042]**
**Preferenciais: [646.380]**

01639-0 TAM S.A. 01.832.635/0001-18

**19.05 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS**

**Controlada/Coligada : TAM LINHAS AÉREAS S/A**

Em 31 de dezembro de 2004, a TAM Linhas Aéreas S.A. mantinha registrado saldo de operações de mútuo ativo com a empresa controladora no montante de R$ 22.592 (2003- R$ 22.404).

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A |

**19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Ativo Total | 2.123.064 | 2.763.224 | 3.545.557 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 1.065.172 | 740.445 | 590.218 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 267.148 | 159.383 | 45.708 |
| 1.01.01.01 | Caixa e Bancos | 56.636 | 58.303 | 45.284 |
| 1.01.01.02 | Aplicações Financeiras | 210.512 | 101.080 | 424 |
| 1.01.02 | Créditos | 522.483 | 278.786 | 240.497 |
| 1.01.02.01 | Contas a Receber | 522.483 | 278.786 | 240.497 |
| 1.01.03 | Estoques | 93.440 | 86.529 | 97.649 |
| 1.01.03.01 | Estoques de Materiais de Reposição | 93.440 | 86.529 | 97.649 |
| 1.01.04 | Outros | 182.101 | 215.747 | 206.364 |
| 1.01.04.01 | Tributos a Recuperar | 21.497 | 48.131 | 50.390 |
| 1.01.04.02 | Despesas do Exercício Seguinte | 84.296 | 91.334 | 93.017 |
| 1.01.04.03 | IR e CS Diferidos | 39.897 | 17.891 | 0 |
| 1.01.04.04 | Demais Contas a Receber | 36.411 | 58.391 | 62.957 |
| 1.02 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 354.224 | 456.907 | 588.095 |
| 1.02.01 | Créditos Diversos | 317.018 | 429.056 | 564.578 |
| 1.02.01.01 | Depósito em Garantia | 121.043 | 137.698 | 177.106 |
| 1.02.01.02 | Depósitos Judiciais | 46.731 | 41.782 | 41.602 |
| 1.02.01.03 | IRPJ/CSLL Diferidos | 149.244 | 249.576 | 345.870 |
| 1.02.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 22.592 | 22.404 | 18.982 |
| 1.02.02.01 | Com Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.03 | Outros | 14.614 | 5.447 | 4.535 |
| 1.02.03.01 | Demais Contas a Receber | 14.614 | 5.447 | 4.535 |
| 1.03 | Ativo Permanente | 703.668 | 1.565.872 | 2.367.244 |
| 1.03.01 | Investimentos | 432 | 420 | 3.143 |
| 1.03.01.01 | Participações em Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.02 | Participações em Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.03 | Outros Investimentos | 432 | 420 | 3.143 |
| 1.03.02 | Imobilizado | 696.945 | 1.557.801 | 2.353.162 |
| 1.03.03 | Diferido | 6.291 | 7.651 | 10.939 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A |

**19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 2 | Passivo Total | 2.123.064 | 2.763.224 | 3.545.557 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 1.026.759 | 944.414 | 1.120.423 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 174.347 | 317.223 | 451.635 |
| 2.01.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 119.379 | 47.345 | 104.312 |
| 2.01.01.02 | Arrendamentos mercantis | 54.968 | 269.878 | 347.323 |
| 2.01.02 | Debêntures | 23.619 | 71.479 | 47.040 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 242.932 | 189.653 | 316.807 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 167.701 | 100.114 | 96.926 |
| 2.01.04.01 | Impostos e Tarifas a Recolher | 48.853 | 42.942 | 37.932 |
| 2.01.04.02 | Salários e Contribuições Sociais | 118.848 | 57.172 | 58.994 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.06 | Provisões | 3.056 | 0 | 0 |
| 2.01.06.01 | Provisão p/ IRPJ e CSLL a pagar | 3.056 | 0 | 0 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.08 | Outros | 415.104 | 265.945 | 208.015 |
| 2.01.08.01 | Transportes a Executar | 354.889 | 216.299 | 181.326 |
| 2.01.08.02 | Demais contas a pagar | 60.215 | 49.646 | 26.689 |
| 2.02 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 914.070 | 1.767.662 | 2.212.127 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 237.366 | 997.843 | 1.558.734 |
| 2.02.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 30.975 | 33.128 | 49.060 |
| 2.02.01.02 | Arrendamentos mercantis | 206.391 | 964.715 | 1.509.674 |
| 2.02.02 | Debêntures | 51.529 | 65.166 | 42.266 |
| 2.02.03 | Provisões | 503.199 | 535.951 | 608.459 |
| 2.02.03.01 | Provisões para Contingências | 447.602 | 362.341 | 243.075 |
| 2.02.03.02 | Imposto de Renda e CSLL Diferidos | 55.597 | 173.610 | 365.384 |
| 2.02.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.05 | Outros | 121.976 | 168.702 | 2.668 |
| 2.02.05.01 | Reorganização da frota de Fokker 100 | 110.225 | 142.198 | 0 |
| 2.02.05.03 | Demais Contas a Pagar | 11.751 | 26.504 | 2.668 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 182.235 | 51.148 | 213.007 |
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 123.632 | 168.270 | 168.270 |
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 0 | 700 | 700 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 127.487 | 290.109 | 659.337 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.01 | Legal | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 | 0 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A |

**19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 -31/12/2004 | 4 -31/12/2003 | 5 -31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | (68.884) | (407.931) | (615.300) |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A |

**19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2004 a 31/12/2004 | 4 - 01/01/2003 a 31/12/2003 | 5 - 01/01/2002 a 31/12/2002 |
|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 4.572.320 | 3.724.256 | 3.471.910 |
| 3.01.01 | Receita de Vôo Doméstico | 3.426.845 | 2.841.015 | 2.691.312 |
| 3.01.02 | Receita de Vôo Internacional | 895.601 | 723.416 | 648.265 |
| 3.01.03 | Outras receitas operacionais | 249.874 | 159.825 | 132.333 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (219.604) | (175.962) | (141.702) |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 4.352.716 | 3.548.294 | 3.330.208 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (2.926.237) | (2.629.229) | (2.606.147) |
| 3.05 | Resultado Bruto | 1.426.479 | 919.065 | 724.061 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (1.241.401) | (694.805) | (1.634.344) |
| 3.06.01 | Com Vendas | (846.667) | (711.668) | (715.082) |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (301.279) | (242.290) | (244.009) |
| 3.06.03 | Financeiras | (82.167) | 263.517 | (670.376) |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 27.951 | 476.557 | 251.075 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (110.118) | (213.040) | (921.451) |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | (11.594) | (4.364) | (4.877) |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 306 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 185.078 | 224.260 | (910.283) |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | 303.447 | 14.215 | 45.614 |
| 3.08.01 | Receitas | 303.447 | 14.215 | 45.614 |
| 3.08.02 | Despesas | 0 | 0 | 0 |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 488.525 | 238.475 | (864.669) |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | (81.161) | (61.288) | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | (74.673) | 0 | 265.059 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 332.691 | 177.187 | (599.610) |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 2.064.602 | 2.064.602 | 2.064.602 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 0,16114 | 0,08582 | |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | (0,29042) |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A |

**19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5.01 | Saldo Inicial | 168.270 | 700 | 290.109 | 0 | (407.931) | 51.148 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | (6.356) | 0 | 6.356 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 332.691 | 332.691 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | (44.638) | (700) | (156.266) | 0 | 0 | (201.604) |
| 5.08.01 | Rev. de efeitos tributarios s/ reaval. | 0 | 0 | 7.046 | 0 | 0 | 7.046 |
| 5.08.02 | Rev. res. reaval. por bx. de motores | 0 | 0 | (4.023) | 0 | 0 | (4.023) |
| 5.08.03 | Rev. res. reaval. por bx. de aeronaves | (45.338) | 0 | (181.222) | 0 | 0 | (226.560) |
| 5.08.04 | Res de reaval const no exerc, líquida | 0 | 0 | 21.933 | 0 | 0 | 21.933 |
| 5.08.05 | Incorporação de reservas | 700 | (700) | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.09 | Saldo Final | 123.632 | 0 | 127.487 | 0 | (68.884) | 182.235 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A |

**19.08.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2003 A 31/12/2003 (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5.01 | Saldo Inicial | 168.270 | 700 | 659.337 | 0 | (615.300) | 213.007 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | (30.182) | 0 | 30.182 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 177.187 | 177.187 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | 0 | 0 | (339.046) | 0 | 0 | (339.046) |
| 5.08.01 | Rev da res de reaval por bx de aeronave | 0 | 0 | (77.537) | 0 | 0 | (77.537) |
| 5.08.02 | Res de reaval const exerc, liquida | 0 | 0 | (261.509) | 0 | 0 | (261.509) |
| 5.09 | Saldo Final | 168.270 | 700 | 290.109 | 0 | (407.931) | 51.148 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TAM LINHAS AÉREAS S/A |

**19.08.03 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2002 A 31/12/2002 (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5.01 | Saldo Inicial | 168.270 | 700 | 330.056 | 0 | (35.298) | 463.728 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | (19.608) | 0 | 19.608 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | (599.610) | (599.610) |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | 0 | 0 | 348.889 | 0 | 0 | 348.889 |
| 5.08.01 | Alter alíquota CSSL diferida s/ res reav | 0 | 0 | (5.274) | 0 | 0 | (5.274) |
| 5.08.02 | Rev da res de reaval p/ bx de aeronave | 0 | 0 | (6.585) | 0 | 0 | (6.585) |
| 5.08.03 | Res de reaval const exerc, líquida | 0 | 0 | 360.748 | 0 | 0 | 360.748 |
| 5.09 | Saldo Final | 168.270 | 700 | 659.337 | 0 | (615.300) | 213.007 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S/A |

**19.06.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Ativo Total | 69.552 | 41.540 | 0 |
| 1.01 | Ativo Circulante | 48.410 | 33.004 | 0 |
| 1.01.01 | Disponibilidades | 27.740 | 12.881 | 0 |
| 1.01.02 | Créditos | 11.651 | 13.968 | 0 |
| 1.01.03 | Estoques | 662 | 819 | 0 |
| 1.01.04 | Outros | 8.357 | 5.336 | 0 |
| 1.01.04.01 | Tributos a Recuperar | 4.166 | 3.532 | 0 |
| 1.01.04.02 | Despesas do exercício seguinte | 2.552 | 518 | 0 |
| 1.01.04.03 | Demais contas a receber | 1.639 | 1.286 | 0 |
| 1.02 | Ativo Realizável a Longo Prazo | 3.236 | 1.074 | 0 |
| 1.02.01 | Créditos Diversos | 3.236 | 1.074 | 0 |
| 1.02.01.01 | Depósito em garantia de aeronaves | 2.030 | 1.074 | 0 |
| 1.02.01.02 | Depósitos Judiciais | 1.206 | 0 | 0 |
| 1.02.02 | Créditos com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.01 | Com Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.02 | Com Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.02.03 | Com Outras Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.02.03 | Outros | 0 | 0 | 0 |
| 1.03 | Ativo Permanente | 17.906 | 7.462 | 0 |
| 1.03.01 | Investimentos | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.01 | Participações em Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.02 | Participações em Controladas | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.01.03 | Outros Investimentos | 0 | 0 | 0 |
| 1.03.02 | Imobilizado | 17.906 | 7.462 | 0 |
| 1.03.03 | Diferido | 0 | 0 | 0 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S/A |

**19.06.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 31/12/2004 | 4 - 31/12/2003 | 5 - |
|---|---|---|---|---|
| 2 | Passivo Total | 69.552 | 41.540 | 0 |
| 2.01 | Passivo Circulante | 25.548 | 21.727 | 0 |
| 2.01.01 | Empréstimos e Financiamentos | 198 | 318 | 0 |
| 2.01.02 | Debêntures | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.03 | Fornecedores | 10.308 | 10.137 | 0 |
| 2.01.04 | Impostos, Taxas e Contribuições | 1.438 | 671 | 0 |
| 2.01.04.01 | Impostos e Tarifas a Recolher | 197 | 513 | 0 |
| 2.01.04.02 | Salários e encargos sociais | 1.241 | 158 | 0 |
| 2.01.05 | Dividendos a Pagar | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.06 | Provisões | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.07 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.01.08 | Outros | 13.604 | 10.601 | 0 |
| 2.01.08.01 | Transportes a executar | 12.447 | 8.934 | 0 |
| 2.01.08.02 | Demais contas a pagar | 1.157 | 1.667 | 0 |
| 2.02 | Passivo Exigível a Longo Prazo | 3.619 | 477 | 0 |
| 2.02.01 | Empréstimos e Financiamentos | 0 | 477 | 0 |
| 2.02.02 | Debêntures | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.03 | Provisões | 3.619 | 0 | 0 |
| 2.02.03.01 | Provisão para Contingências | 2.394 | 0 | 0 |
| 2.02.03.02 | Provisão para IRPJ e CSSI Diferidos | 1.225 | 0 | 0 |
| 2.02.04 | Dívidas com Pessoas Ligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.02.05 | Outros | 0 | 0 | 0 |
| 2.03 | Resultados de Exercícios Futuros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05 | Patrimônio Líquido | 40.385 | 19.336 | 0 |
| 2.05.01 | Capital Social Realizado | 43.145 | 43.145 | 0 |
| 2.05.02 | Reservas de Capital | 298 | 298 | 0 |
| 2.05.03 | Reservas de Reavaliação | 9.839 | 0 | 0 |
| 2.05.03.01 | Ativos Próprios | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.03.02 | Controladas/Coligadas | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04 | Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.01 | Legal | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.02 | Estatutária | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.03 | Para Contingências | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.04 | De Lucros a Realizar | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.05 | Retenção de Lucros | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.06 | Especial p/ Dividendos Não Distribuídos | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.04.07 | Outras Reservas de Lucro | 0 | 0 | 0 |
| 2.05.05 | Lucros/Prejuízos Acumulados | (12.897) | (24.107) | 0 |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S/A |

**19.07 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - 01/01/2004 a 31/12/2004 | 4 - 01/01/2003 a 31/12/2003 | 5 - |
|---|---|---|---|---|
| 3.01 | Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços | 143.292 | 119.192 | 0 |
| 3.01.01 | Receita de vôo | 122.947 | 102.571 | 0 |
| 3.01.02 | Outras receitas operacionais | 20.345 | 16.621 | 0 |
| 3.02 | Deduções da Receita Bruta | (1.336) | (1.683) | 0 |
| 3.03 | Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços | 141.956 | 117.509 | 0 |
| 3.04 | Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos | (85.207) | (75.182) | 0 |
| 3.05 | Resultado Bruto | 56.749 | 42.327 | 0 |
| 3.06 | Despesas/Receitas Operacionais | (42.215) | (37.119) | 0 |
| 3.06.01 | Com Vendas | (33.502) | (28.613) | 0 |
| 3.06.02 | Gerais e Administrativas | (7.941) | (8.215) | 0 |
| 3.06.03 | Financeiras | (772) | (291) | 0 |
| 3.06.03.01 | Receitas Financeiras | 2.490 | 2.117 | 0 |
| 3.06.03.02 | Despesas Financeiras | (3.262) | (2.408) | 0 |
| 3.06.04 | Outras Receitas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.05 | Outras Despesas Operacionais | 0 | 0 | 0 |
| 3.06.06 | Resultado da Equivalência Patrimonial | 0 | 0 | 0 |
| 3.07 | Resultado Operacional | 14.534 | 5.208 | 0 |
| 3.08 | Resultado Não Operacional | (3.324) | 4.715 | 0 |
| 3.08.01 | Receitas | 1.782 | 4.715 | 0 |
| 3.08.02 | Despesas | (5.106) | 0 | 0 |
| 3.09 | Resultado Antes Tributação/Participações | 11.210 | 9.923 | 0 |
| 3.10 | Provisão para IR e Contribuição Social | 0 | 0 | 0 |
| 3.11 | IR Diferido | 0 | 0 | 0 |
| 3.12 | Participações/Contribuições Estatutárias | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.01 | Participações | 0 | 0 | 0 |
| 3.12.02 | Contribuições | 0 | 0 | 0 |
| 3.13 | Reversão dos Juros sobre Capital Próprio | 0 | 0 | 0 |
| 3.15 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 11.210 | 9.923 | 0 |
| | NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil) | 87.653 | 87.653 | 0 |
| | LUCRO POR AÇÃO | 0,12789 | 0,11321 | 0,00000 |
| | PREJUÍZO POR AÇÃO | | | |

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**
**CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**
**IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS** **Data-Base - 31/12/2004**

**01.01 - IDENTIFICAÇÃO**

| 1 - CÓDIGO CVM | 2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL | 3 - CNPJ |
|---|---|---|
| 01639-0 | TAM S.A. | 01.832.635/0001-18 |

**CONTROLADA/COLIGADA**

| DENOMINAÇÃO SOCIAL |
|---|
| TRANSPORTES AÉREOS DEL MERCOSUR S/A |

**19.08.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2004 A 31/12/2004 (Reais Mil)**

| 1 - CÓDIGO | 2 - DESCRIÇÃO | 3 - CAPITAL SOCIAL | 4 - RESERVAS DE CAPITAL | 5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO | 6 - RESERVAS DE LUCRO | 7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS | 8 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 5.01 | Saldo Inicial | 43.145 | 298 | 0 | 0 | (24.107) | 19.336 |
| 5.02 | Ajustes de Exercícios Anteriores | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.03 | Aumento/Redução do Capital Social | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.04 | Realização de Reservas | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.05 | Ações em Tesouraria | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.06 | Lucro/Prejuízo do Exercício | 0 | 0 | 0 | 0 | 11.210 | 11.210 |
| 5.07 | Destinações | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 5.08 | Outros | 0 | 0 | 9.839 | 0 | 0 | 9.839 |
| 5.08.02 | Res de reaval const exerc, liquida | 0 | 0 | 9.839 | 0 | 0 | 9.839 |
| 5.09 | Saldo Final | 43.145 | 298 | 9.839 | 0 | (12.897) | 40.385 |